



a ENCE aos 50 anos: um olhar sobre o Rio de Janeiro

Porque o Rio de Janeiro como objeto de atenção do livro? De alguma forma, ainda com resquícios e veleidades de antiga capital federal, o Rio de Janeiro pensa mais o Brasil do que olha o próprio umbigo. Afinal, o Rio de Janeiro foi a capital do País por dois séculos, sendo depois transformada numa cidade-estado e, posteriormente, na capital do estado. Claro que existem no estado e no município instituições que incluem entre as suas atividades a função de analisar informações, mas não contam com o corpo de pesquisadores do porte do da ENCE e demais áreas do IBGE e, principalmente, não têm a proximidade com o processo de produção dos dados e nem o tempo disponível para tal reflexão, já que o ritmo e o escopo do seu trabalho têm outro caráter.

Notando esta lacuna, o Mestrado da ENCE, por sugestão da sua então coordenadora, Profa. Jane Souto, tinha optado por privilegiar análises que enfocassem o Rio de Janeiro (Estado e Município). Várias das dissertações defendidas na escola nos últimos anos têm apresentado este recorte geográfico, a começar pela primeira - *Pescadores do Município de Itaguaí e Mangaratiba, 1970-1999: estudo demográfico de uma atividade econômica tradicional*. Outras se seguiram ainda com o mesmo recorte geográfico abordando temas como pobreza, dinâmica migratória, disponibilidade de água, mercado de trabalho e gestão ambiental.

Não como foi dito no começo do século passado “O Brasil é o Rio de Janeiro e o Rio de Janeiro é a Rua do Ouvidor”, ou mais tarde, em 1994, pelo então candidato Fernando Henrique, “O Rio de Janeiro é o Farol do Brasil”, mas o Rio tem sido o arauto de vários comportamentos demográficos que mais tarde foram estendidos ou estão se estendendo para o Brasil como um todo: a queda da fecundidade abaixo do nível de reposição, o aumento da mortalidade por causas externas entre os adultos jovens, primeiro do sexo masculino e depois do feminino, o envelhecimento das famílias e da população etc. Tem sido, também, palco de várias manifestações que se alastraram para o resto do País (mesmo depois de deixar de ser a capital federal): não foi esta a primeira cidade ocupada pelos militares de 1964? Não foi aqui que as passeatas de estudantes, em 68, balançaram o estável barco da ditadura militar? Não foi aqui que aconteceram as maiores manifestações pelas diretas-já? Não foi daqui que a bossa-nova se lançou para o mundo?

A idéia desta publicação utilizando os dados disponíveis no IBGE, inclusive o último Censo Demográfico, o de 2000, nasceu como parte das comemorações do cinquentenário da escola. Levou mais tempo do que esperávamos, mas a espera valeu a pena.

a ENCE aos 50 anos
um olhar sobre o Rio de Janeiro.

a ENCE

aos 50 anos

um olhar sobre o Rio de Janeiro



a **ENCE**

aos 50 anos

um olhar sobre o Rio de Janeiro

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Guido Gelli

Diretoria de Informática
Luiz Fernando Pinto Mariano

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Pedro Luis do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Escola Nacional de Ciências Estatísticas

a **ENCE**

aos 50 anos

um olhar sobre o Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2006

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240-3887-X

© IBGE. 2006

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IBGE.

Capa

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro - Gerência de Editoração/ Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Arcos da Lapa: lâmina relativa a 1991

In: Arcos da Lapa, 1755 a 1991: um passeio no tempo. 6. ed., 2002.

Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

A ENCE aos 50 anos : um olhar sobre o Rio de Janeiro / Escola Nacional de Ciências Estatísticas. – Rio de Janeiro : IBGE, 2006.

396 p.

ISBN 85-240-3887-X

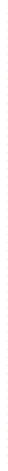
1. Rio de Janeiro (Estado) - Condições econômicas. 2. Rio de Janeiro (Estado) - Condições sociais. 3. Rio de Janeiro (Estado) - Política econômica. 4. Rio de Janeiro (Estado) - Ocupações. 5. Mercado de trabalho - Brasil - Rio de Janeiro (Estado). 6. Setor informal (Economia) - Brasil - Rio de Janeiro (Estado). 7. Pobreza - Brasil - Rio de Janeiro (Estado). 8. Favelas - Brasil - Rio de Janeiro (Estado). 9. Fecundidade humana - Brasil - Rio de Janeiro (Estado). 10. Eleições - Brasil - Rio de Janeiro (Estado). 11. Mobilidade social - Brasil - Rio de Janeiro (Estado). 12. Segregação - Brasil - Rio de Janeiro (Estado). 13. Cor da pele - Brasil - Rio de Janeiro (Estado). 14. Brasil - Censo demográfico, 2000. 15. Educação e Estado - Brasil - Rio de Janeiro (Estado). 16. Disparidades econômicas regionais. 17. Inclusão digital. I. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Brasil).

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/2006-15

CDU 338.22(815.3)
ECO

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário



Apresentação

9

Introdução

Neide Lopes Patarra

11

capítulo 01

Configurações econômico-espaciais no Estado do Rio de Janeiro

Cesar Ajara

27

capítulo 02

A economia do Estado do Rio de Janeiro na segunda metade dos anos noventa

Denise Guichard Freire

Carmem Aparecida do Valle Costa Feijó

Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho

63

capítulo 03

**Precarização e mobilidade sociocupacional
no mercado de trabalho fluminense**

Paulo de Martino Jannuzzi

95

capítulo 04

**Mutações no mundo do trabalho fluminense:
o (triste) espetáculo da informalização**

Jane Maria Pereira Souto de Oliveira

115

capítulo 05

**Impactos da reestruturação econômica nas
favelas cariocas: trajetórias e paradigmas**

Jane Maria Pereira Souto de Oliveira

Cesar Ajara

Luisa Maria La Croix

129

capítulo 06

**A dinâmica da fecundidade no Estado
do Rio de Janeiro: 1991/2000**

Suzana Marta Cavenaghi

José Eustáquio Diniz Alves

153

capítulo 07

**Vinte anos de eleições para presidente e governador
no Estado do Rio de Janeiro: 1982/2002**

Antonio Carlos Alkmim

185

capítulo 08

**Conselhos Municipais de Políticas Setoriais:
panorama do Estado do Rio de Janeiro**

Lavínia Davis Rangel Pessanha

Simone da Silva Figueiredo

223

capítulo 09

**Aspectos da exclusão digital no
Estado do Rio de Janeiro**

Arnaldo Lyrio Barreto
Rosa Maria Porcaro

249

capítulo 10

**A dinâmica das filiações religiosas no
Estado do Rio de Janeiro: 1991/2000:
um recorte por educação,
cor, geração e gênero**

José Eustáquio Diniz Alves
Maria Salet Ferreira Novellino

275

capítulo 11

**Escolaridade no Estado do Rio de Janeiro
através dos censos populacionais: diferenciais
por sexo e grupos de cor ou raça**

Kaizô Iwakami Beltrão

309

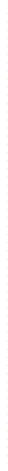
capítulo 12

**Confluências e disparidades na metrópole
do Rio de Janeiro: segregação socioespacial,
organização territorial e déficits sociais locais**

Neide Lopes Patarra
Débora Santana de Oliveira

349

Apresentação



A Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulga, com a publicação deste livro, alguns resultados de um projeto de pesquisa iniciado pelo corpo docente do seu programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. Tais trabalhos buscaram lançar um olhar detalhado sobre o Rio de Janeiro, mediante uma análise de dados e informações de várias fontes, mas situando o Rio de Janeiro no contexto da realidade social, econômica e territorial do Brasil em período recente.

Tal projeto foi iniciado por ocasião das comemorações do cinqüentenário da ENCE, em 2003, e é especialmente oportuno que a divulgação dos resultados de tal projeto seja feita agora, no âmbito da comemoração dos 70 anos do IBGE. É também relevante porque se dá num momento em que o programa de mestrado da ENCE, iniciado em 1998, atingiu uma maturidade tanto quantitativa, pois já conta agora com

mais de 100 dissertações defendidas com aprovação, como qualitativa, evidenciada pela inserção cada vez maior de seus docentes e discentes na vida acadêmica nacional e internacional.

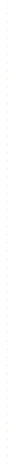
Com esta publicação, a ENCE reitera seu compromisso com a missão de contribuir para a produção, análise, interpretação, preservação e disseminação de estatísticas e informações que ampliem o conhecimento da realidade demográfica, econômica, social, territorial e ambiental do País, formando profissionais e capacitando pessoas para atuar nessas atividades, tanto para o IBGE como para o mercado de trabalho em geral. Além disso, demonstra seu esforço em assumir lugar de destaque:

- no cenário local e regional, com um olhar detalhado sobre o Rio de Janeiro, enriquecido por uma visão de conjunto do Brasil, que faz parte da vocação do IBGE;
- no cenário nacional, por conhecer e entender o Brasil com um olhar rigoroso, abrangente e interdisciplinar, que saiba situar nosso País no mundo em que vivemos; e
- no cenário internacional, como centro de promoção e avanço do conhecimento na geração, análise e interpretação de informações e estatísticas públicas, e no uso destas para iluminar os caminhos da formulação de políticas públicas indutoras do desenvolvimento, da promoção do bem-estar social, e da redução das desigualdades.

Pedro Luis do Nascimento Silva

Coordenador-Geral da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Introdução



Este livro constitui-se no resultado de uma atividade realizada por um grupo de professores/pesquisadores do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE. O início deste trabalho, em 2003, foi resultado da confluência de situações propícias à idéia de se realizar, em conjunto, uma contribuição às reflexões e debates sobre características, tendências, transformações, espacializações e especificidades do cenário fluminense contemporâneo.

Naquele ano, a Escola completava seu cinquentenário, exibindo uma longa e consolidada trajetória em treinamento, capacitação e titulação de novos quadros de técnicos e pesquisadores, tanto para a própria instituição IBGE como para outros órgãos públicos e instituições de ensino.

Iniciando suas atividades com cursos técnicos, a ENCE foi se expandindo, tendo instituído, já em 1953, seu curso de graduação em Estatística o qual, ao longo

dos anos, passou a figurar no topo da hierarquia do ensino de graduação em Estatística do País. A Escola prosseguiu sua trajetória, ampliando suas atividades docentes com cursos de especialização (*Latu Sensu*). Em 1998, iniciam-se as atividades de seu Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais.

A criação de um Programa de Mestrado significou, sem dúvida, uma expressiva ampliação de seu quadro docente, bem como operando com os requisitos vigentes na CAPES, significou a formação e consolidação de suas linhas de pesquisa, condizentes com suas origens e sua inserção no IBGE; a proposta mostrou-se muito oportuna no contexto das transformações institucionais nos programas de ensino e pesquisa preconizadas nas propostas de configuração do sistema de Ciência e Tecnologia do País.

Inserido no IBGE, reconhecido internacionalmente como uma das maiores e mais desenvolvidas instituições oficiais de produção, análise e divulgação de estatísticas oficiais, o Programa de Mestrado da ENCE pôde beneficiar-se dos avanços técnicos e metodológicos desenvolvidos na multiplicidade de pesquisas que a instituição realiza, bem como do acesso interno aos processos de produção, processamento e divulgação das informações.

Tendo a interdisciplinaridade na gênese de sua implantação, o Programa de Mestrado foi-se estruturando a partir do tripé Território, Demografia e Estatística Social, proposta esta que implicou na constituição de uma equipe de professores/pesquisadores que se aglutinavam em torno desses eixos, configurando, assim, as especificidades de sua grade curricular e de suas linhas de pesquisa, o que garante a possibilidade de uma contribuição efetiva ao entendimento das transformações sociais, territoriais, econômicas e demográficas no País.

O ano do cinquentenário da ENCE coincidia com o início do segundo convênio estabelecido entre o Programa de Mestrado e a Fundação Ford que compreendia, entre as várias atividades propostas, a montagem de uma sala de uso público que poderia assessorar os colegas menos afetos ao manuseio de bancos de dados estatísticos, de procedimentos de utilização de dados desagregados e de programas estatísticos de análise.

Naquele ano, também se completava a disseminação dos resultados, esperados e cobçados, do Censo Demográfico 2000, com todas as suas possibilidades de recortes temáticos e espaciais que permitiriam desvendar, comparar e subsidiar análises em distintas e variadas dimensões da população brasileira.

Decisão tomada, mãos à obra; ao grupo inicial de professores/pesquisadores logo se agregaram colegas pesquisadores do IBGE e, ao longo do período de sua preparação, novos professores/pesquisadores contratados mediante a realização de três concursos públicos de ingresso também passaram a integrar a equipe, parte da qual foi responsável pelos 12 trabalhos apresentados a esta coletânea/homenagem ao cinquentenário da Escola.

O tempo de preparação da coletânea foi bem mais extenso do que se imaginava inicialmente; compromissos institucionais e pessoais inadiáveis, questões acadêmicas, carga didática ampliada, enfim, situações que permeiam o cotidiano das instituições de ensino e pesquisa, prolongaram o tempo efetivamente transcorrido entre a proposta inicial e a execução do livro que ora vem a público.

Também desde o início escolhemos o Rio de Janeiro como nosso foco principal; o Rio - sua beleza, sua cultura, sua Metrópole, a ex-capital, sua música, enfim, nosso entorno - nos envolvia afetivamente, dimensão iniludível do trabalho científico. O nome de batismo refletia a postura *O Rio de Janeiro continua sendo...* - na verdade, termo utilizado recorrentemente em pesquisas, em romances e na mídia - mas que refletia a disposição de se traçar *nosso olhar sobre o Rio e para o Rio*.

Com a contribuição de muitos foi-se construindo o mosaico; olhares em diferentes escalas, olhares em diferentes dimensões, olhares de diferentes maneiras, mas confluindo para a reconstrução das características, tendências, transformações e perspectivas econômicas, sociais, políticas e demográficas do Rio de Janeiro contemporâneo.

Os 12 capítulos, aqui apresentados, envolvem um amplo e diversificado leque de temas, todos atuais, inseridos nos debates teóricos e em avanços de conhecimento no País. Assim, ao longo dos capítulos são contempladas questões como: configurações socioespaciais, tendências recentes da atividade econômica, precarização e mobilidade social no mercado de trabalho, mutações no mundo do trabalho, impactos da reestruturação econômica em favelas cariocas, a dinâmica da fecundidade, comportamento eleitoral, atuação de conselhos municipais, exclusão digital, dinâmica das filiações religiosas, diferenciais por sexo e cor na escolaridade, e segregação socioespacial.

Para a tarefa empreendida, o Rio de Janeiro foi analisado mediante a utilização de um conjunto expressivo de pesquisas do IBGE: os Censos Demográficos, principalmente o do ano 2000, algumas edições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001 - MUNIC, o Cadastro Central de Empresas - CEMPRE no Brasil. Além dessas fontes de informação foram utilizados Resultados Eleitorais divulgados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. A pesquisa qualitativa teve como referencial empírico entrevistas com informantes selecionados, moradores das favelas da Rocinha e Jacarezinho, e notícias sobre essas favelas divulgadas pela Internet.

Os cortes temporais foram variados, incluindo resgate de trajetórias e processos históricos, análises que cobriram as últimas décadas, embora a predominância tenha sido um olhar mais minucioso sobre a última década do século passado.

O Rio de Janeiro foi “olhado” em distintas escalas: suas mesorregiões, suas regiões de governo, seus municípios; em três capítulos os autores utilizaram a desagregação dos dados em capital, periferia metropolitana e interior; não faltou o esforço de se olhar, com “lupa” de pesquisador, o microespaço de favelas inseridas no conjunto do espaço carioca, permitindo o desvendar de transformações, significados, estratégias e cotidianos não perceptíveis nas estatísticas agregadas.

Dimensão comum a todos os trabalhos, ademais, foi a questão metodológica. São nítidas as preocupações dos autores com a qualidade da informação, o cuidado com a representatividade de dados amostrais, o uso adequado de indicadores; foram exploradas as possibilidades de desagregação de dados amostrais; e, em todos, fica clara a articulação dos dados e indicadores à problematização das dimensões selecionadas para análise, com nítida referência conceitual, inserção da área de estudo ao contexto que lhe dá sentido e consideração ao debate externo, com reconhecimento prévio das respectivas problemáticas.

Em alguns casos, os textos apresentam inovações com apresentação de novos indicadores, como o *coeficiente de especialização econômica* (capítulo 02), o *índice de posicionamento socioeconômico das ocupações* (capítulo 03); e uma *proxy* para a mensuração da informalidade no mercado de trabalho (capítulo 04). Mostrou-se de interesse a utilização do *Índice de Qualidade dos Municípios*, do Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - Fundação CIDE (capítulo 07). Há que se

mencionar, nesse sentido, a *análise de escolaridade por coorte de nascimento* ao invés de uma análise de período, a fim de melhor observar mudanças ocorridas em cada grupo nos diversos momentos, nos quais o mesmo é retratado (capítulo 11).

Em alguns casos, são utilizados procedimentos estatísticos mais sofisticados, como a utilização da técnica de análise fatorial, a fim de identificar a existência de padrões e diferenciais espaciais do voto (capítulo 07).

No capítulo 06, os autores baseiam seu trabalho em análises univariadas ou bivariadas, a fim de traçar o panorama de como variáveis socioeconômicas influenciam na determinação estatística de diferenciais nos níveis e padrões de fecundidade; além disso, utilizou-se também uma modelagem estatística com três ajustes de modelos logísticos binomiais a fim de se observar relações importantes na análise da fecundidade perto ou abaixo dos níveis de reposição populacional.

Tudo isso reforça o caráter didático de nosso livro.

Como numa viagem, ao longo dos capítulos, vamos percorrendo o Rio de Janeiro, observando múltiplos aspectos, diversas dimensões, suas especificidades, suas dificuldades, antevendo ou delineando perspectivas e alternativas de desenvolvimento futuro.

Começemos a viagem pelo “território”. O capítulo 01 nos mostra como, em sua trajetória histórica, foi se regionalizando o espaço fluminense, mediante a espacialização de atividades econômicas sucedendo-se no tempo e no espaço, configurando as especificidades do estado e delineando suas possibilidades de avanços e retrocessos.

A estruturação do espaço geográfico aponta interesses de ocupação inicialmente restritos à planície litorânea; a ocupação efetiva do planalto fluminense se fez através da economia cafeeira, registrando importante expansão da função portuária e do setor imobiliário. A decadência dessa atividade e a pecuária que a sucedeu foram dando lugar à configuração espacial, nas quais os investimentos federais em empresas estatais foram marcantes.

Avançando no tempo, o autor demonstra a importância que decisões no âmbito federal tiveram nas organizações urbana e industrial consubstanciadas, sobre-

tudo, nos investimentos em empresas estatais como a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional e de um núcleo urbano em Volta Redonda, os efeitos do Programa Federal de Estradas de Rodagem, a abertura da rodovia Presidente Dutra.

Da estruturação do espaço metropolitano participaram setores industriais tradicionais, como o têxtil e construção naval, entre outros. Ressalta-se as decorrências da perda da condição de capital, a partir de quando o discurso centrado no esvaziamento econômico passa a ser recorrente, perdurando após o interregno da fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

Mesmo assim, e ainda com políticas oficiais federais, a implantação de setores tecnológicos de ponta impulsionou o desenvolvimento econômico do estado, concretizando-se, em parte, na construção da usina nuclear de produção de energia em Angra dos Reis. A nacionalmente expressiva produção de petróleo na Bacia de Campos, reorganizando espaços da região norte do estado e, em sua dimensão política, alterando a divisão territorial, tem-se constituído em elemento de pressão para a fragmentação do território.

Por outro lado, a importância do setor terciário vai se constituindo como uma das especificidades da economia fluminense a qual vai passando a ter, nesse setor, sua vertente de maior geração de riqueza.

A reestruturação econômico-espacial inscreve-se na dinâmica recente pós-1980 na qual o País se insere, permitindo-se visualizar os efeitos da globalização numa nova dinâmica, quando, entre outras dimensões, a vertente privatizadora do setor produtivo estatal envolve particularmente o Rio de Janeiro; por aí discute-se as possibilidades e perspectivas de superação da estagnada economia fluminense.

A partir do cenário assim construído, o autor prossegue no detalhamento das especificidades mesorregionais na geração de riqueza da economia fluminense. A análise dos dados referentes à geração de riqueza – Produto Interno Bruto –, tomados como expressão sintética das transformações vinculadas aos processos recentes de redefinição econômico-espacial, baliza a constatação da persistência das assimetrias espaciais no estado. De fato, observa-se, nos últimos 20 anos do século passado, um movimento que expressa as forças de aglomeração inerentes à própria estrutura organizacional da economia moderna e que responde pela reconcentração de atividades, reforçando a presença hegemônica da Mesorregião Metropolitana.

A desconcentração da atividade industrial, componente espacialmente seletivo, acaba por implicar numa reconcentração histórica da atividade econômica como também responde pela exclusão de áreas que não têm capacidade de se integrar aos esquemas competitivos que regulam a dinâmica espacial contemporânea. Dessa forma, configuram-se os *espaços ganhadores* e os *espaços perdedores* no contexto da geração de riquezas, com persistência das assimetrias e o histórico divórcio entre espaços metropolitanos e da metropolização e o interior do estado.

No esteio da problemática da estagnação ou recuperação da economia fluminense, o texto seguinte (capítulo 02) descreve a evolução recente (anos 1996/2001) das transformações na estrutura produtiva no estado. Utilizando informações estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, do IBGE, e da Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE, os autores observam o número de estabelecimentos e o volume de salários no Rio de Janeiro em comparação com outras Unidades da Federação; para tanto foi considerada a distribuição desses dados segundo regiões de governo do estado, com a utilização do *coeficiente de especialização* em atividades econômicas, o que permitiu a identificação dessas regiões de acordo com esse critério. Dessa forma, classificam as regiões de governo do estado em: Regiões Industriais: Norte Fluminense, Médio Vale do Paraíba, Serrana, Centro-Sul Fluminense; Regiões Turísticas: Baixadas Litorâneas; Baía da Ilha Grande; Região agroindustrial: Noroeste Fluminense.

Os autores destacam a reestruturação da economia fluminense, que se caracteriza pelo predomínio de atividades ligadas ao setor público; o movimento relativo desproporcional entre criação de postos de trabalho e geração de massa salarial sugere que o processo de reestruturação produtiva no Rio de Janeiro favoreceu a contratação de pessoal de maior salário, relativamente às demais Unidades da Federação.

Concluem afirmando que uma característica marcante da economia fluminense é o peso acentuado do setor Serviços, com aumento deste setor e redução das atividades do emprego industrial.

Adentrando a questão do mercado de trabalho, o texto seguinte (capítulo 03), lançando mão das PNADs 1982 e 1996, trata da “precarização e mobilidade socioocupacional”, comparando o mercado de trabalho fluminense com as tendências para o País em seu conjunto, ao longo das últimas décadas do século passado.

O autor parte da constatação de que a formação da sociedade urbano-industrial brasileira, no Século XX, foi acompanhada de intenso processo de mobilidade social ascendente, movimento esse que se esgota a partir dos anos de 1980. As condições estruturais que possibilitaram a ascensão sociocupacional de boa parte da força de trabalho na formação da sociedade urbano-industrial brasileira, no entanto, perderam sua força mobilizadora do passado; principalmente a partir dos anos 1980, o mercado de trabalho brasileiro passou a sofrer perda do dinamismo industrial, expresso no aumento nos níveis de desemprego e da precarização das relações de trabalho, e com elevação das cifras de mobilidade descendente.

No caso do Rio de Janeiro, até meados do Século XX o dinamismo econômico regional e a centralidade político-administrativa fizeram do Estado um lócus de intensa mobilidade social; nos anos 1960, a perda do dinamismo econômico e da centralidade político-administrativa que se seguiu à transferência da capital para Brasília antecipa, para o estado, o declínio das oportunidades de mobilidade ascendente, tendência que se generalizaria nos anos 1980 para o País. A partir da década de 1970 e nas décadas seguintes a situação se agrava, com ritmo mais intenso no estado do que o observado para as demais Unidades da Federação.

Ao final do capítulo, o autor, de forma contundente, conclui que a perda do dinamismo industrial, com aumento dos níveis de desemprego, da precarização das relações de trabalho e da elevação das cifras de mobilidade descendente, não poupou homens ou mulheres, brancos ou negros, os menos qualificados ou os mais escolarizados, norte ou sul do País, *muito menos a força de trabalho fluminense*: “Se, como em tantas outras situações - muitas delas virtuosas, cabe ressaltar - o Rio de Janeiro acabou antecipando as tendências que seriam reproduzidas pelo País, não é difícil imaginar o quadro de mobilidade social desse início de século para o Brasil [...]”

As transformações no mundo do trabalho, ocorridas em função das transformações na economia mundial, se concretizam, no caso fluminense, no considerado triste espetáculo da “informalização” (capítulo 04); neste capítulo, a autora busca exibir o perfil singular do Rio de Janeiro, com sua intensa concentração metropolitana, com sua primazia do comércio e dos serviços na geração de riquezas e a sua reduzida expressão das atividades agropecuárias.

Com a utilização de indicadores de ocupação e indicadores sociais ressalta-se o aumento expressivo das taxas de desemprego, o papel dos jovens nesse aumento e a superioridade numérica das mulheres. Ao longo dos anos 1990, acentua-se a hegemonia do setor terciário, com aumento da escolaridade da força de trabalho.

Como recurso para o dimensionamento da informalidade no mercado de trabalho constrói-se, com base nos Censos Demográficos 1991 e 2000, uma *proxy* para a informalidade com a distribuição das pessoas ocupadas segundo sua forma de inserção produtiva. Com isso, revela-se o grau de vulnerabilidade que marca a inscrição dos agentes sociais na estrutura produtiva e a velocidade do processo de informalização na última década: “Em poucas palavras, informalização, inscrição em ocupações pouco qualificadas e desemprego são o contraponto, no mundo do trabalho, de uma década marcada pelo baixo dinamismo econômico e pela modernidade liberal”.

Numa perspectiva que privilegia a articulação entre economia, sociedade e território, com uma abordagem interdisciplinar acerca da dinâmica territorial em escala intra-urbana, a questão dos impactos da reestruturação econômica é retomada, desta vez com uma análise voltada às transformações que vêm se processando nas duas maiores favelas cariocas: Rocinha e Jacarezinho (capítulo 05).

Considerando as trajetórias desiguais de duas favelas paradigmáticas, as autoras analisam a dinâmica socioeconômica experimentada por ambas em período recente: a Rocinha configura-se como um paradigma de um novo terciário orientado pela lógica de mercado, e Jacarezinho configura-se como um paradigma da indústria fordista em declínio. Com o procedimento qualitativo já mencionado, que dá voz aos agentes e capta sua percepção, os autores reconstroem traços presentes no processo de inscrição de cada um dos espaços de favela na dinâmica de (re)configuração socioespacial da metrópole carioca; ressaltam o fato de que a Rocinha buscou afirmar sua imagem de espaço vencedor; por sua vez Jacarezinho parece apresentar dificuldades de inserção numa nova ordem marcada pela reestruturação industrial, pela terciarização da economia e pelas profundas mutações em curso no mundo do trabalho.

Finalmente, cabe ressaltar as importantes perspectivas de análise que se delineiam ao final do capítulo: “[...] o caráter de inclusão/exclusão espacial, [...] deva ser apreendido mais pela ótica de *processo* do que de *condição*. Isso porque,

independentemente dos elementos que conferem ou não visibilidade aos espaços *vencedores/perdedores* na disputa pela afirmação de uma posição estratégica em face da exacerbação da competitividade entre lugares, hoje imposta pela lógica do movimento globalizador, tais espaços se encontram atrelados tanto aos circuitos de natureza formal quanto aos circuitos da ilegalidade”.

A sucessão de temas tratados ao longo do livro vai confirmando as imagens construídas sobre o Rio de Janeiro: sua trajetória histórica específica com a constituição da capital do Império e da República, sua “vocaçãõ” econômica que, com percalços, conheceu momentos de dinamismo; a perda do dinamismo econômico e da centralidade político-administrativa que se seguiu à transferência da capital para Brasília; sua tendência à urbanização, concentração urbano-metropolitana precoce, a peculiaridade dos investimentos públicos federais, gerando uma forte presença do setor serviços em seu mercado de trabalho, tudo isso transformando o estado em precursor de muitas transformações sociais que, posteriormente, acabaram por acontecer em outras áreas do País.

Foram se delineando as desigualdades espaciais e sociais que vão se consolidando e ampliando em diversos aspectos da vida dos habitantes do Rio de Janeiro; passamos pelas especificidades de sua Metrópole e pela reestruturação geográfica, com o distinto papel que vão assumindo suas distintas regiões.

Do ponto de vista demográfico, o estado também se distingue por apresentar a maior densidade demográfica, o maior percentual de população urbana, a maior concentração populacional metropolitana, o maior índice de envelhecimento e a menor razão de sexo do País (capítulo 06).

Contextualizando sua análise no momento que os demógrafos se voltam à reflexão sobre os condicionantes e implicações do crescimento zero em nosso meio, bem como considerando os enfoques teóricos que subsidiam o entendimento do processo de declínio da fecundidade no Brasil, os autores apresentam um panorama sociodemográfico do Rio de Janeiro, focando, especificamente, nas taxas de “fecundidade” para o estado em seu conjunto e desagregadamente para a capital, periferia metropolitana e interior.

No Rio, o número médio de filhos das mulheres cariocas e fluminenses já se situava abaixo do nível de reposição na última década do século passado; no entanto, observa-se a ocorrência de pequena elevação das taxas de fecundidade nos

anos 1990, a qual decorreu, fundamentalmente, do aumento da fecundidade entre as mulheres jovens (15 a 25 anos), embora esse fenômeno de rejuvenescimento da fecundidade tenha ocorrido em todo o País.

Ao final do século passado, portanto, o Rio experimenta uma interrupção do processo de declínio da fecundidade, sendo o único estado a reverter a tendência generalizada ao declínio observada nas últimas quatro décadas, apresentando ligeiro aumento em sua fecundidade.

Além das tradicionais variáveis de educação, renda e participação na População Economicamente Ativa - PEA para análise dos diferenciais de fecundidade, os autores também consideram a contribuição à previdência e a cor como dimensões importantes para a explicação das diferenças encontradas. A modelagem estatística elaborada para uma análise quantitativa mais refinada dos níveis de fecundidade evidencia uma dependência desta com a educação, renda e participação no mercado de trabalho.

Considerando as características dos processos de urbanização, metropolização, rede de serviços sociais e infra-estrutura urbana, bem como a baixa participação da população rural e da economia de subsistência, concluem os autores que o Rio de Janeiro também apresentou, precocemente, uma expressiva redução no tamanho de suas famílias. Já em 1960, suas taxas de fecundidade total (TFTs) eram cerca de 50% menores do que as da Região Norte e cerca de 40% inferiores às encontradas no Estado de Minas Gerais.

Os autores, no entanto, matizam a precocidade do estado em relação a essa dimensão, pois as TFTs permaneceram praticamente estáveis entre 1940 e 1960: “parece mais correto afirmar que, assim como ocorreu no Brasil, a fecundidade do Rio de Janeiro iniciou sua trajetória descendente a partir dos anos de 1960, saindo de seu patamar histórico mais baixo que o restante do Brasil para um nível próximo de dois filhos por mulher na virada do milênio”.

Prosseguindo nossa viagem chegamos a um momento de reflexão sobre o “comportamento” eleitoral do fluminense (capítulo 07). Tratando das eleições para presidente e governador realizadas nos últimos 20 anos e examinando as similaridades e distâncias geográficas entre as votações obtidas no período, o autor identi-

fica os campos políticos predominantes e o seu posicionamento no plano geral das disputas. Considerando os 20 anos compreendidos entre 1982 e 2002, chega-se à conclusão de que o campo político comandado por Garotinho e Rosinha, seguido pelo PDT de Brizola, pelo PT, pelo PSDB e pelo campo conservador, formam as principais segmentações correlatas à geografia do voto no estado. Cumpre ressaltar a constatação de que a análise não corrobora a idéia da difusão do voto urbano/metropolitano para o interior ou áreas menos urbanizadas, reforçando, neste caso, a especificidade da capital, confrontando-se as forças de Garotinho e Rosinha no plano regional com a força de César Maia na capital.

O texto seguinte (capítulo 08) apresenta um painel dos “conselhos municipais setoriais” do estado, analisando-os quanto a sua existência formal, seu efetivo funcionamento, quanto à partição da representação social *vis-à-vis* a governamental, e a existência de fundo especial no respectivo setor. As autoras analisam ainda a distribuição espacial dos conselhos para o conjunto dos municípios do estado.

Embora havendo um efetivo movimento no sentido de descentralização das políticas e da gestão participativa, indaga-se acerca da capacitação técnica e a organização política existente nos municípios, seja dos executivos municipais, seja da organização societal, de praticar efetivamente a gestão pública compartilhada no âmbito dos conselhos, de modo a aferir se está se encaminhando efetivamente no sentido de uma maior democratização ou tão-somente de uma “participação de fachada” ou de uma “febre conselhistas”.

Outro tema inovador abordado no livro é a questão da “exclusão digital”; realizando um contraponto com o Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil, que preconiza a necessidade de universalização do acesso a informações importantes ao exercício da cidadania, os autores elaboram indicadores do grau de penetrabilidade da Internet no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro, considerando suas regiões e alguns municípios selecionados.

Com utilização dos Censos Demográficos, da PNAD e do CEMPRE, a análise desagregada reforça e reflete a situação econômico-espacial do estado, onde sobressaem o papel polarizado da região metropolitana, especialmente de seu

núcleo, o pólo metal-mecânico da Região do Médio Paraíba, o segmento de turismo da Região Serrana e o impacto das atividades relacionadas à exploração de petróleo na Região Norte Fluminense.

A análise também permite aos autores afirmar que o estado está longe de promover o amplo acesso à Sociedade da Informação, ao contrário do que é apresentado no referido Livro Verde.

Aos poucos, vão sendo evidenciadas, nesta viagem, dimensões da vida da população fluminense, num primeiro momento sob a ótica de sua “filiação religiosa” (capítulo 10). Neste caso reforça-se também o caráter precursor do Rio, que se coloca na ponta das transformações religiosas que ocorrem no País. Os evangélicos, em especial os pentecostais, constituem a corrente religiosa que mais cresceu no Rio de Janeiro nos anos 1990, indicando uma tendência de aumento da presença evangélica nas próximas décadas. A religião que apresentou o maior declínio de filiações foi a católica e tudo leva a crer que esse declínio deve continuar. O Rio de Janeiro é o estado brasileiro que apresenta maior percentual de pessoas no grupo “sem religião”. O texto evidencia, ainda, a existência de diferenciais de cor, educação, geração e gênero.

A capital é o local que apresenta maior diversidade religiosa, e a periferia da região metropolitana foi o local que apresentou a maior perda relativa e absoluta da filiação católica.

O Rio uma vez mais se adianta na perspectiva que as análises oferecem sobre o processo de difusão das filiações evangélicas, como um avanço que se dá prioritariamente, tanto nos estratos sociais menos privilegiados quanto nas periferias das cidades, nas regiões urbanas entre as mulheres, a população negra, as pessoas de nível educacional baixo ou médio, bem como entre os jovens.

Na verdade, essas transformações antecipam, para o Rio de Janeiro, um processo de mudanças religiosa e cultural pelo qual o Brasil está passando, com difusão da mensagem evangélica que acontece de baixo para cima, em termos sociais, da periferia para o centro, em termos espaciais, do meio urbano para o rural, em termos de situação de domicílio, dos negros para os brancos e das mulheres para os homens, em termos de gênero.

Tratando a seguir a questão da “escolarização” (capítulo 11), o texto considera que a cidade do Rio de Janeiro, como antiga capital do País, sempre apresentou níveis mais altos do que a média nacional, situação essa também refletida nas estatísticas do estado como um todo. No entanto, também no estado, é notável o hiato existente entre os diferentes grupos de cor/raça. O trabalho analisa as proporções de indivíduos residentes no estado que terminam com sucesso alguns níveis da educação formal entre 1960 e 2000, desagregando a informação, sempre que possível, por cor/raça.

O quadro apresentado evidencia uma discrepância persistente, embora diminuindo com o tempo e mais rapidamente para as mulheres. Quanto maior o nível educacional, maior o hiato entre os diferentes grupos de cor/raça. Existe uma clara hierarquização nos níveis de escolaridade das diferentes categorias de raças ou cores consideradas nos censos brasileiros: amarela, branca, parda e preta. Para os indígenas, com informação restrita aos dois últimos censos, é mais difícil tecer comentários.

Finalmente, inserido nas especificidades que assumem os municípios componentes da Baixada Fluminense, o último texto trata da “segregação socioespacial” *vis-à-vis* os déficits sociais municipais. O capítulo parte da consideração de que o território, que hoje se apresenta inserido na lógica da dinâmica do capital globalizado, tornou-se um instrumento político que pode contribuir para aprofundar ou minimizar o acirramento das desigualdades preexistentes.

Nesse quadro de materialização das desigualdades sedimenta-se a violência em suas múltiplas dimensões, onde a criminalidade violenta agrega-se aos problemas de desemprego, miséria etc., incrementando as incertezas acerca do viver nas grandes cidades, demonstrando a debilidade das políticas públicas.

Os indicadores e variáveis selecionados, bem como a tipologia de municípios construída possibilitaram uma aproximação das situações concretas das condições de vida verificadas no espaço metropolitano, na medida em que foram apontados os déficits sociais aos quais uma parcela significativa da população se encontra submetida, confirmando, assim, as disparidades e as confluências encontradas na região.

E assim chegamos ao fim da viagem e da nossa homenagem aos 50 anos da ENCE - *o Rio de Janeiro, sim, continua sendo...* - o belo e o desigual, o dinâmico e o estagnado, momentos de dinamismo e momentos de crise, espaços ganhadores e espaços perdedores, inclusão e exclusão, segregação socioespacial, confluências e disparidades, concentração e dispersão - termos opostos, contraditórios, desafiadores, resultado de processos históricos que afluem no contexto nacional e internacional pós-reestruturação produtiva e da globalização.

O *olhar* sobre seu passado e seu presente anunciam alternativas e caminhos, “mais” ou “menos” alvissareiros, com esperança mas com receios, com cautela e com afeto, nos desafios que se colocam para o País e para nós, os fluminenses de nascimento ou de adoção.

Neide Lopes Patarra

**Pesquisadora e Professora do Mestrado em Estudos
Populacionais e Pesquisas Sociais, da ENCE/IBGE.**

capítulo 1



Configurações econômico-espaciais no Estado do Rio de Janeiro*

Cesar Ajara**

A (re)estruturação do espaço geográfico

A elevada concentração espacial do produto e da população, internamente ao Estado do Rio de Janeiro, uma das Unidades Federadas de menor extensão territorial - 43 900 km² - aparece como manifestação inequívoca de sua identidade e, ao mesmo tempo, como característica que resume a problemática associada à sua estruturação/reestruturação econômico-espacial.

* O autor contou com o apoio das mestrandas Cristina Pereira de Carvalho Lins, Mônica Mendanha Piquet de Alcântara e Sheila Rebeca Rodrigues da Silva nas etapas relacionadas a tratamento de dados e elaboração de mapas.

** Pesquisador e Professor do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, da ENCE/IBGE.

A excessiva polarização na Região Metropolitana que, no ano 2000, concentrava $\frac{3}{4}$ da população estadual, tem a ver, necessariamente, com o passado da cidade do Rio de Janeiro, com seus dois séculos de capital do País e com suas importantes funções portuária e comercial, como variáveis de sua capacidade de atração demográfica e de sua estatura urbana, ensejando a formação, no período pós-1940, de uma área metropolitana na Baixada Fluminense e na porção oriental da Baía de Guanabara.

O estado apresenta o mais elevado grau de urbanização do País - 96,04% de seus habitantes, no ano 2000, viviam em áreas urbanas - o que se constitui numa individualidade do contexto urbano e territorial do Estado do Rio de Janeiro. Dos habitantes urbanos do estado, 78,82% se encontravam na Região Metropolitana e 42,38% na cidade do Rio de Janeiro, o que evidencia o caráter concentrado da distribuição espacial da população e, também, a disparidade entre espaços no âmbito intra-estadual. Neste sentido, observa-se que a justificativa para a criação do atual Estado do Rio de Janeiro, em 1975, centrada no propósito de desenvolvimento do interior do estado, no mínimo, careceria de uma compreensão mais abrangente acerca dos mecanismos que respondem pela integração dos espaços à dinâmica do crescimento econômico, em diferentes contextos histórico-econômicos.

Cabe, nesta perspectiva, ressaltar como característica do estado a circunstância de ter sido envolvido em diferentes estatutos jurídicos, ao longo da história do País, especialmente o seu núcleo representado pelo atual Município do Rio de Janeiro, o que, certamente, lhe conferiu ou lhe usurpou condições favorecedoras à sua trajetória socioeconômica, segundo os diferentes momentos do tempo. Neste sentido, a configuração do território acumula contextos sociais, políticos e espaciais que se sucederam, numa articulação de processos de diferentes escalas e entre tais processos e um quadro físico diferenciado, este, em si mesmo, uma marca do estado e de seu potencial de crescimento.

A perda, nas últimas décadas, de dinamismo econômico do Estado do Rio de Janeiro, a possibilidade de reversão desse quadro, bem como a superação das profundas assimetrias econômico-espaciais existentes, resumem a problemática recente e alimentam uma discussão que transita do passado, no qual se buscam as raízes dos problemas identificados, passa pelo presente da nova dinâmica econô-

mica e dos benefícios que pode trazer ao estado, em razão de suas características de região urbana importante, e vai ao futuro, considerando os rumos possíveis de crescimento em face de perspectivas de investimentos ligados ao eixo dinâmico da economia contemporânea.

Resgatando o passado, observa-se que raízes históricas da formação do território fluminense apontam interesses de ocupação inicialmente restritos à planície litorânea onde, atualmente, se localiza uma concentração urbana singular no País. Elas também sinalizam que a ocupação efetiva do planalto fluminense se fez através da economia cafeeira, que trouxe elementos de dinamização ao setor econômico-financeiro do centro político-administrativo nacional, representado pela cidade do Rio de Janeiro, que registrou, à época, importante expansão da função portuária e do setor imobiliário. O regime escravocrata em que se apoiou essa economia não gerou lugares urbanos que viessem a constituir uma rede expressiva no interior do estado; a decadência dessa atividade e a pecuária que a sucedeu estreitaram as perspectivas de reconversão desse quadro.

À configuração espacial que se ia elaborando, adicionou-se a importância que decisões no âmbito federal tiveram nas organizações urbana e industrial, substanciadas, sobretudo, nos investimentos em empresas estatais (DAVIDOVICH, 2000). A implantação, no início da década de 1940, da Companhia Siderúrgica Nacional e de um núcleo urbano em Volta Redonda, estrategicamente situado entre São Paulo e Rio de Janeiro, com infra-estrutura ferroviária, foi um marco para a industrialização nacional e para a economia do estado.

Importantes para a infra-estrutura de transporte do estado foram as consequências advindas da implantação, na década de 1950, do Programa Federal de Estradas de Rodagem, com a abertura das rodovias BR-116, BR-101 e do novo traçado da BR-040. A abertura da rodovia Presidente Dutra, articulando o Rio de Janeiro a São Paulo, amplia, ainda mais, as possibilidades de interação espacial e cria condições para a expansão industrial. Essa expansão, com base em investimentos estatais e no capital internacional, é pautada pelas opções locais dos grandes eixos de mobilidade do trabalho e do capital. Configura-se, então, nesse contexto de expansão viária e de industrialização, uma organização urbana e industrial que se manifesta em eixos, tais como: Médio Vale do Rio Paraíba do Sul, Litoral Sul, Litoral Norte e Rio-Juiz de Fora (DAVIDOVICH, 2000).

No processo de estruturação do território, esse espaço, organizado segundo os eixos das rodovias federais, pode ser considerado o espaço da metropolização, caracterizado pelas intensas relações que mantém com a cidade do Rio de Janeiro, com a qual se articula espacialmente em curta distância-tempo, a ponto de poder ser tomado como extensão da própria metrópole (DAVIDOVICH, 2000).

Da estruturação do espaço metropolitano, anteriormente à sua institucionalização, participaram setores industriais tradicionais, como o têxtil, deslocado da cidade do Rio de Janeiro pela expansão do espaço urbano, a construção naval, de importância histórica na baía de Guanabara, indústrias desativadas, como a Fábrica Nacional de Motores, e outras que permanecem em atividade, como a Refinaria Duque de Caxias e as do setor metalúrgico em torno de Santa Cruz e Sepetiba, que se beneficiaram da abertura da BR-101. Até a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, a Baixada Fluminense, embora se constituísse em periferia da cidade do Rio de Janeiro, fazia parte de outra Unidade Federada e era desprovida de infra-estrutura essencial à expansão da atividade industrial, o que criou obstáculos para que fosse tomada como opção locacional para implantação industrial a partir da metrópole (DAVIDOVICH, 2000).

Ao longo dos anos em que a cidade do Rio de Janeiro foi a capital federal, a preocupação com o desenvolvimento econômico não era explicitamente realçada, porque a economia se expandia a partir de investimentos do Estado, dos capitais internacional e nacional, em razão de um conjunto de condições de ordem locacional, entre as quais o próprio status de centro administrativo do País, e de suas decisões estratégicas que constituíam, em si, um fator relevante. Contudo, após a perda de sua condição de capital, o discurso centrado no esvaziamento econômico passa a ser recorrente nas décadas de 1960 e 1970, já que, nesta última, se acrescenta um outro marco de alteração de seu estatuto jurídico - a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro - uma ocorrência singular, no quadro federativo brasileiro, e desafiadora quando se levam em conta unidades territoriais muito contrastadas quanto a seus níveis de desenvolvimento econômico, embora espacialmente contíguas.

A implantação, no Estado do Rio de Janeiro, por parte do governo federal, de setores tecnológicos de ponta que impulsionariam o desenvolvimento econômico do estado, no período pós-fusão, concretiza-se, em parte, com a construção da

usina de produção de energia atômica em Angra dos Reis, mas se frustra, em seus propósitos mais amplos, em razão de um contexto de crise externa e de balanço de pagamentos (SANTOS, 2003). A reversão do quadro da economia fluminense, embora seja ainda uma meta a ser atingida, teve na instalação da PETROBRAS, no norte do estado, uma perspectiva positiva, uma vez que a geração de riquezas, advinda da exploração do petróleo, influenciou, em alguma medida, no posicionamento mais favorável da economia fluminense no quadro nacional.

É importante também ressaltar que a transferência do eixo dinâmico da economia para as atividades terciárias, no contexto da nova dinâmica que reestrutura o País, acena com a possibilidade de crescimento da economia estadual, que tem no setor terciário a sua vertente de maior geração de riqueza.

Em diferentes análises da economia fluminense, registra-se consenso quanto à redução da participação das atividades econômicas do estado no quadro nacional relativo às últimas décadas do século passado. Sendo o esvaziamento econômico freqüentemente tratado, por diferentes autores, através da mensuração da participação do Produto Interno Bruto - PIB estadual no PIB do País, fica evidente o decréscimo da participação de 16,07%, em 1970, para 11,39%, em 1990. Nos anos finais da década de 1990, o Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - Fundação CIDE aponta como tendência uma participação ascendente do PIB estadual no PIB nacional de 1997 a 2000, ano em que atinge 14,90%.

Essa tendência ascendente encontra fundamento, por um lado, na produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos que, justamente nesse período final dos anos noventa, registrou crescimento muito elevado, capaz de responder, segundo essa mesma fonte de dados, por 15,97% do PIB estadual no ano 2000 e, por outro lado, na expansão do setor terciário, como eixo da redefinição da economia estadual no final do Século XX.

Com efeito, no âmbito da evolução recente da economia do estado, merece destaque a nacionalmente expressiva produção de petróleo - 80,00% da produção do País - na Bacia de Campos reorganizando espaços da região norte do estado e, em sua dimensão política, alterando a divisão territorial, uma vez que o recebimento de royalties e participações especiais, por parte dos municípios que integram a área geoeconômica do petróleo, tem se constituído em elemento de pressão para a fragmentação do território, muito intensificada a partir do final dos anos oitenta (RIBEIRO, 2002).

Embora seja restrita a possibilidade de a exploração e a produção petrolífera promoverem o efetivo desenvolvimento regional, é importante registrar o impacto que a PETROBRAS e as empresas de prestação de serviços associados à economia do petróleo tiveram na organização das atividades, na valorização do solo urbano e no crescimento populacional das regiões diretamente envolvidas. Como parte da reestruturação espacial observada, situa-se a marca específica do litoral norte do estado que, por ser a sede das operações submarinas da extração do óleo, difere da destinação da maior parte das áreas litorâneas fluminenses, voltadas ao turismo e ao lazer. Cabe ressaltar que a magnitude da exploração petrolífera, na Bacia de Campos, provoca, de parte do governo estadual e de diferentes segmentos sociais, um movimento no sentido de reivindicar a instalação de uma refinaria da PETROBRAS, capaz de ampliar as possibilidades de crescimento regional do norte fluminense.

A manutenção do nível de atividade da economia fluminense, nas décadas de 1980 e 1990, embora, em grande parte, se deva à atividade petrolífera - que participou com 28,67% do aumento da riqueza gerada no estado, de 1980 a 2000 - foi substancialmente derivada do produto gerado no setor terciário da economia. Este setor não só respondeu por 71,66% do PIB estadual, no ano 2000, como contribuiu com 63,28% do crescimento absoluto do PIB, no período 1980-2000.

A importância do setor terciário da economia, embora muito generalizada no estado, adquire sentido especial quando se tem em conta a singularidade das capacitações acumuladas por longo tempo, nos quais não só o significado da sua condição de capital federal como, também, a sua importância como sede de empresas de grande porte com extensas redes de atuação e de centros de alta tecnologia e de serviços especializados convergiram no sentido de torná-la relevante quanto à concentração da riqueza no setor terciário, eixo fundamental da dinâmica dos processos econômicos contemporâneos. Assim, não surpreende que a Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro tenha acumulado 88,44% do crescimento registrado no setor terciário do estado, no período 1980-2000.

Com o propósito de contextualizar a reestruturação econômico-espacial pela qual passa o Estado do Rio de Janeiro, ressalta-se que a mesma se inscreve na complexidade da dinâmica recente pós-1980, na qual o País se insere e que responde pela reestruturação do seu espaço geográfico. Os efeitos da globalização, das novas formas de organização empresarial e a crescente urbanização compõem uma nova dinâmica econômico-espacial em diferentes escalas do espaço nacional.

A perda da capacidade financeira do Estado Nacional, que não permitiu a este continuar desempenhando posição fundamental na formulação e implementação de políticas públicas, incluindo aquelas portadoras de dimensão espacial, teria cedido lugar importante ao papel dos projetos regionais e municipais, particularmente a partir da descentralização financeira constante do texto constitucional vigente, não tivessem sido as décadas de 1980 e 1990 especialmente caracterizadas pelas sucessivas crises nos campos fiscal e financeiro, que comprometeram a implantação mais abrangente de projetos descentralizados de investimentos públicos voltados para setores-problema, entre os quais a geração de emprego e renda.

No âmbito de redefinição do papel do Estado Nacional, insere-se a vertente privatizadora do setor produtivo estatal, que envolve, particularmente, o Estado do Rio de Janeiro. No setor de telecomunicações e em outros setores essenciais à nova organização produtiva, o Estado do Rio de Janeiro consolida posição proeminente na rede de comunicações, com reflexos tanto sobre a dinâmica econômico-espacial da área metropolitana, quanto sobre o seu papel polarizador (SANTOS, 2003). Essa direção de crescimento tem a ver com um conjunto de condições favoráveis, acumuladas ao longo da história do estado o qual, sob a nova dinâmica econômica, que tem, no eixo de serviços, seu foco de geração de riqueza e emprego, pode servir de impulso ao crescimento e consolidação da economia metropolitana.

Integrando os processos recentes que redefinem a economia e o território, a abertura econômica, posta claramente em evidência nos anos noventa, torna os espaços metropolitanos - a exemplo do que ocorre no Rio de Janeiro - a localização preferencial de atividades de serviços de nível avançado, como acontece na ampla gama de serviços ao produtor, de são exemplos os transportes, a armazenagem, as comunicações, a intermediação financeira, as atividades imobiliárias, os aluguéis e os serviços prestados às empresas. No que diz respeito aos segmentos específicos de serviços ao consumidor, merecem referência especial itens como alojamento, saúde e educação privadas.

É nesse contexto de expansão da economia de serviços da região metropolitana e de outras vantagens locais tais como mercado de consumo, infra-estrutura produtiva e mão-de-obra qualificada, que vem sendo sustentada a posição de que há perspectiva de superação da estagnada economia fluminense, sobretudo quando tal superação é pensada não só enquanto atração de investimentos polarizados na região metropolitana, mas também como processo de âmbito intra-esta-

dual, na medida em que sejam criadas condições de opção locacional em centros de porte médio, no interior do estado (SANTOS, 2003).

Se a importância crescente dos serviços ao produtor e ao consumidor, no contexto de uma economia em rede, consolidada, no final do Século XX, a economia de serviços na região metropolitana, acentuando a polarização espacial no estado, a despolarização passa, então, a ser especialmente esperada das atividades ligadas à produção física de mercadorias, cujos requisitos locacionais podem ser compatíveis com as condições infra-estruturais disponíveis no interior do estado.

A dinamização da agropecuária e da indústria a serviço da despolarização espacial da economia fluminense não se afigura, contudo, como tendência de curto prazo, pelo menos na escala necessária a esse objetivo, não só porque o ciclo contemporâneo de crescimento econômico não é alavancado pela indústria como, também, porque a tendência dominante, em diferentes escalas espaciais, tem sido a da redução da participação do produto industrial e da atividade produtiva em geral, no Produto Interno Bruto total. Restam, porém, as possibilidades de crescimento de setores de atividade que se apresentam dinâmicos, caso seja superada a estagnação econômica no plano nacional (SANTOS, 2003).

No caso específico do Estado do Rio de Janeiro, o segmento industrial, quando apreciado do ponto de vista da variação absoluta do produto por ele gerado, não apresentou decréscimo no período 1980-2000, o que, de certo modo, evidencia que, na dinâmica altamente seletiva pautada pelas forças globalizadoras, o território fluminense, embora de forma pouco marcada, mostrou desempenho competitivo, sobretudo quando se levam em conta as características seletivas dos processos operantes e o crescimento medíocre da economia nacional nesse período.

Observe-se também que, no referido estado, a composição setorial do PIB, de 1980 a 2000, só apresenta um setor declinante em sua participação - o setor primário - o qual, no ano 2000, passou a constituir apenas 0,39% do PIB fluminense, comparado a 1,48% em 1980. A vertente da organização agrária recentemente desenvolvida, segundo uma linha produtiva que atende a segmentos de consumo mais sofisticado da metrópole, bem como de áreas de turismo e veraneio, embora de significado espacial restrito, é importante no contexto de um estado marcado pela metropolização. Apresentando-se sob a forma de enclaves dinâmicos, essa produção agrária, de elevada produtividade e densidade econômica, não foi, entretanto, suficiente para alterar positivamente a posição irrelevante do setor primário.

rio como gerador de riquezas, diante da grandeza de setores que estão na base da dinâmica econômica contemporânea.

Os outros dois setores - secundário e terciário - de localização predominantemente urbana, representavam, no ano 2000, respectivamente, pouco mais de 1/3 e pouco menos de 2/3 do PIB estadual, tendo mantido quase inalterada a sua participação, comparativamente a 1980.

No setor secundário, o período pós-1980, além de ser marcado pela exploração do petróleo na Bacia de Campos, que pode ser entendida como parte de um processo de crescimento econômico fragmentado, apresenta outra característica que também é importante para a reestruturação espacial, a qual, ao mesmo tempo, pode ser tomada como uma possível despolarização espacial da economia - a consolidação de um pólo metal-mecânico no Médio Vale do Rio Paraíba do Sul, na porção meridional do estado.

De fato, neste eixo que sedia a Companhia Siderúrgica Nacional, envolvida no movimento recente de privatização de estatais e no processo de abertura ao investimento estrangeiro, no segmento industrial da economia, a instalação recente de montadoras de veículos parece evidenciar a integração dessa área ao contexto de competitividade, buscando, através de suas principais cidades - Resende, Barra Mansa e Volta Redonda - aparelhar-se para atrair empreendimentos geradores de renda e emprego e favorecedores do desenvolvimento regional.

No âmbito desse espaço da metropolização cabe à cidade do Rio de Janeiro a articulação de ações essenciais aos empreendimentos que expressam a desconcentração espacial das atividades, uma vez que a metrópole se caracteriza, no contexto das atividades que integram a sua produção de riquezas, pelos serviços avançados, suprindo, assim, o apoio no campo institucional das finanças, da tecnologia específica dos empreendimentos, das telecomunicações, dos recursos humanos e dos transportes (DAVIDOVICH, 2000). Neste sentido, cabe sublinhar que a própria transformação, ocorrida no eixo dinâmico da economia metropolitana, em sintonia com os movimentos globais que redefinem o mercado, sobrelevando a importância dos serviços de nível superior, faz parte, em si mesma, de uma mudança no campo da reestruturação dos perfis das cidades para desempenho de novas funções, tais como prestação de serviços avançados, ações de controle e gestão dos espaços situados além dos limites da região metropolitana, mas reestruturados sob seu controle.

Ainda como atividade reestruturadora do território, no âmbito dos serviços, situa-se a expansão dos segmentos de turismo, lazer e segunda residência, que se articula a múltiplas iniciativas no campo dos empreendimentos imobiliários. Tal movimento de reorganização espacial envolve o eixo rodoviário Rio-Santos e a Região dos Lagos - Costa do Sol - que, ao mesmo tempo em que adquirem dinamismo nas atividades ligadas ao lazer e ao turismo nacional e internacional, ganham, também, grande impulso quanto ao crescimento populacional.

Ao longo das considerações acerca das transformações econômico-espaciais associadas aos processos recentes de redefinição do espaço estadual, as referências feitas não só a um movimento de reconcentração da economia de serviços na região metropolitana, como também à desconcentração da atividade industrial em direção ao Médio Vale do Rio Paraíba do Sul, bem como à fragmentação do crescimento econômico expressa pela exploração de um recurso mineral na Bacia de Campos sugerem alterações no padrão espacial da geração de riquezas no estado.

Com o intuito de investigar as alterações na configuração espacial da geração de riquezas no estado, sob o processo de mudança nos anos oitenta e noventa, é importante colocar em evidência as especificidades regionais que produzem respostas diferenciadas à operação de processos que, sob o princípio da competitividade, retraçam o espaço estadual. Utilizando dados do PIB total e setorial, em nível mesorregional, para tratar os aspectos de concentração da riqueza gerada e da composição setorial do produto em dois cortes temporais - 1980 e 2000 - será possível apreender as características básicas de transformação da configuração espacial da riqueza no estado e refletir acerca da viabilidade efetiva de integração do interior do estado à dinâmica que reestrutura o território fluminense, como parte de processos de mudança de ampla escala espacial.

A distribuição espacial da geração de riqueza estadual

Os processos representados pela reestruturação econômico-produtiva, pela abertura comercial e pela redefinição do papel do Estado Nacional reorganizam profundamente o território, no período pós-1980, porque alteram a distribuição espacial da riqueza (ANDRADE; SERRA, 1999; AJARA, 2001).

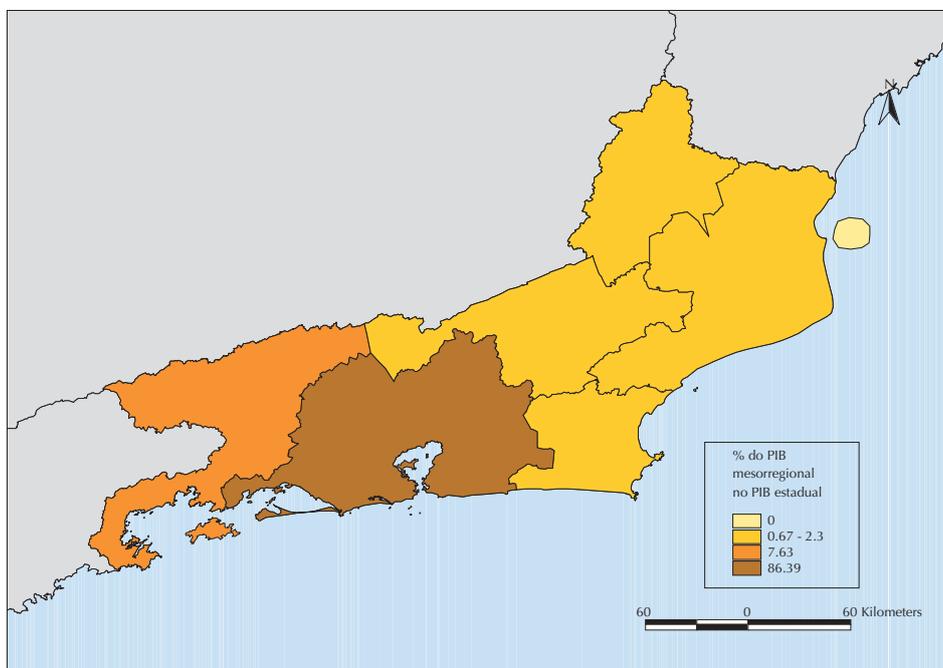
Tomando essa afirmativa como pressuposto, são utilizados dados do Produto Interno Bruto como sintetizadores das transformações associadas aos referidos

processos, enfatizando cortes temporais que precedem a operação das mudanças em curso e os que incorporam a dinâmica do final do Século XX.

A construção de indicadores de concentração do PIB, em sua expressão total e segundo seus setores constitutivos, referenciados aos recortes mesorregionais do espaço estadual, permite observar o desempenho diferenciado dos diversos segmentos espaciais, em razão do grau de sua inserção na dinâmica redefinidora do território e das condições desiguais de sua exposição aos esquemas competitivos, em torno dos quais se organiza a economia.

Em 1980, o traço fundamental da dimensão espacial da riqueza gerada no estado é a elevadíssima concentração registrada na Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro. Com efeito, ao concentrar, nesse ano, 86,39% do produto estadual total, essa mesorregião confirma sua supremacia historicamente construída e, ao mesmo tempo, evidencia a profunda assimetria em relação às demais unidades mesorregionais do estado (Mapa 1).

Mapa 1 - Concentração do PIB total no Estado do Rio de Janeiro - 1980



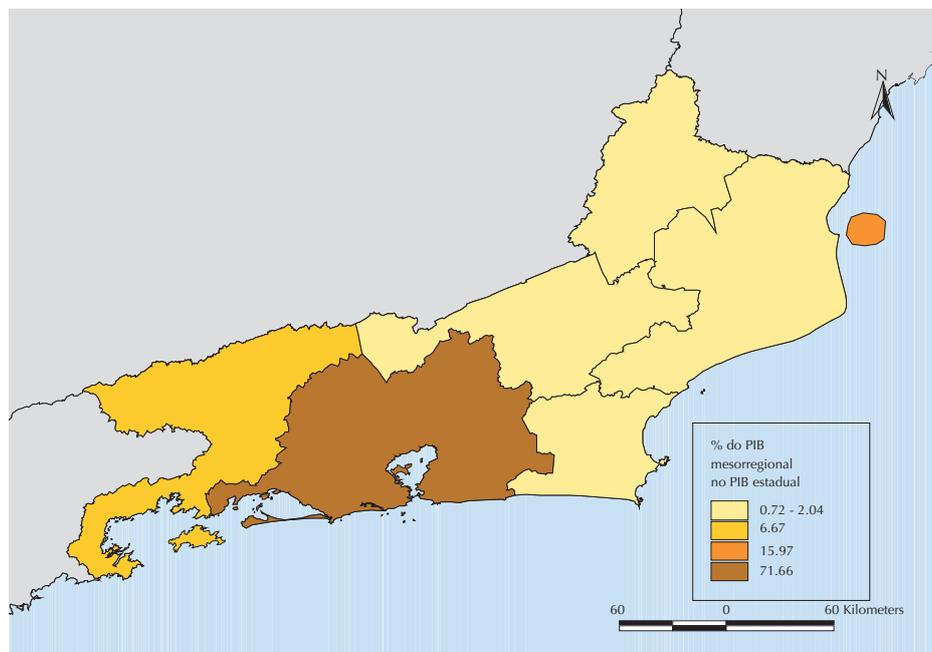
Fonte: Andrade, T. A.; Serra, R. V. Estimativas para o produto interno bruto dos municípios brasileiros: 1975, 1980, 1985 e 1996. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://www.nemesis.org.br>>. Acesso em: set. 2003.

Por outro lado, é importante sublinhar que a reestruturação produtiva, ao integrar tecnologias de comunicação e os avanços de uma nova organização produtiva que se vale, amplamente, da microeletrônica e da informação, poderia proporcionar a desconcentração da atividade econômica, não fosse o fato de os setores econômicos modernos elegerem, para seu desenvolvimento, os espaços que concentram os centros de pesquisa, as universidades e os serviços de alta qualificação, implicando, assim, a revalorização dos espaços metropolitanos como portadores dos requisitos locais essenciais às modernas atividades.

Em 1996, o dado de concentração do PIB total parece confirmar a essência dessas observações, uma vez que a Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro detinha, nesse ano, 86,23% da riqueza gerada, o que evidencia a permanência de seu papel primaz quanto à concentração do produto estadual. Sinais de redução desse poder concentrador do PIB do estado serão registrados mais adiante, como decorrência de uma vertente de crescimento econômico fragmentado, e não tanto como resultado de um genuíno processo de desconcentração da economia fluminense.

Com efeito, as estatísticas da Fundação CIDE referentes ao ano 2000 apresentam, sob a rotulação Bacia de Campos, a base espacial dos dados concernentes ao produto gerado no segmento específico da indústria extrativa mineral do petróleo. Dificuldades inerentes ao desmembramento dos dados da Bacia de Campos para fins de expressão, segundo unidades mesorregionais usadas neste estudo para tratamento da evolução econômico-espacial, conduziram à opção de considerar a Bacia de Campos à parte das seis unidades mesorregionais do estado, incluindo-a, contudo, no PIB total e no industrial para efeito de avaliação da concentração do produto no ano 2000, com a restrição ligada à perfeita comparabilidade com o ano de 1980, precedente de outra fonte disponível para esse ano de referência, no qual a exploração petrolífera na plataforma continental estava no início de sua implantação.

Assim, os dados da Fundação CIDE para 2000, ajustados à divisão mesorregional do IBGE, mostram a Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro ainda na posição de indiscutível primazia quanto à concentração do produto gerado no estado, embora o patamar no qual se situa essa concentração - 71,66% - seja muito inferior ao registrado no início do período considerado (Mapa 2).

Mapa 2 - Concentração do PIB total no Estado do Rio de Janeiro - 2000

Fonte: Produto interno bruto por setor segundo as regiões de governo e municípios. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2002, Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 18, 2002. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br>>. Acesso em: set. 2003.

O decréscimo do grau de concentração observado na Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, cujo valor absoluto do PIB mostra, contudo, aumento expressivo, dá-se em razão do crescimento explosivo do produto gerado na Bacia de Campos, ligado à exploração petrolífera, muito intensificada no final dos anos noventa, o que leva essa unidade a conquistar a segunda posição quanto à concentração do PIB total - 15,97% - no ano 2000.

Em 1980, era a Mesorregião Sul Fluminense a que ocupava o segundo lugar como espaço concentrador do produto gerado no estado, detendo 7,63% do PIB estadual, com destaque especial para a riqueza procedente do setor secundário, particularmente do Médio Vale do Rio Paraíba do Sul, onde a função industrial tem sua importância ancorada em diferentes fases da industrialização do País. À siderurgia de Volta Redonda, um marco no processo de implantação industrial sob a égide do

Estado Nacional, se acrescentam numerosos empreendimentos no segmento metal-mecânico, delineando uma estrutura urbano-industrial nessa área, na qual as características de articulação espacial, importantes desde o passado colonial, vão também influir na evolução atual. Com efeito, em momentos recentes de abertura ao capital privado internacional, ressalta a sua condição, no estado, de espaço opcional para investimentos, como ocorreu com iniciativas de implantação industrial no setor automobilístico. Tal fato explica por que, na fase contemporânea de redefinição econômico-produtiva, a mesorregião, nesse segmento do Médio Vale do Rio Paraíba do Sul, se configura como pólo industrial metal-mecânico.

No reposicionamento ocorrido com o crescimento do PIB da base espacial denominada Bacia de Campos, a Mesorregião Sul Fluminense passou a ocupar, no ano 2000, a terceira posição quanto à concentração da riqueza gerada no estado, com 6,67% do PIB total estadual.

Na distribuição espacial da geração de riqueza, chama a atenção a persistência do caráter irrelevante da participação da Mesorregião Noroeste Fluminense na formação do PIB estadual. Com seu produto representando, apenas, 0,67% do produto total do estado em 1980, permanecia, no ano 2000, com fraca contribuição ao PIB estadual - apenas 0,72%. A reduzida articulação espacial dessa mesorregião e seu baixo dinamismo econômico, comparativamente ao de outros espaços do estado com novas frentes de crescimento da economia, fazem com que permaneça estruturada em torno das atividades tradicionais de laticínios e cultivos temporários.

Nem mesmo ações recentes de reorganização do setor de exploração e processamento de rochas ornamentais, lideradas pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN, com vistas a imprimir maior competitividade a essa atividade, através da abertura de linhas de exportação, conseguiram, até então, impulsionar a economia local numa escala capaz de alterar sua posição na formação da riqueza gerada no estado. Cabe, contudo, observar o caráter recente dessa iniciativa, que contempla, sobretudo, metas de produção e exportação centradas em especial no Município de Santo Antônio de Pádua - que concentra empresas de rochas ornamentais - e referenciadas a momentos posteriores ao ano 2000, que baliza os dados deste estudo.

O peso diferenciado que os setores da economia apresentam na composição do Produto Interno Bruto e as especificidades de dinâmicas associadas aos diferentes setores tornam oportuno desmembrar as considerações acerca da distribuição espacial da riqueza, segundo os setores primário, secundário e terciário, visando à melhor compreensão da redefinição do espaço geográfico estadual, sob a operação dos processos contemporâneos de transformação econômico-espacial.

O setor primário, o de menor peso na economia estadual - menos de 1,00% da riqueza produzida no ano 2000 - encontrava-se, em 1980, com seu produto concentrado, em especial na Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro - 28,26% do PIB primário estadual - e na Mesorregião Norte Fluminense - 24,30% do total da riqueza gerada no setor agropecuário.

A agricultura, embora de fraca expressão econômica na Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, tem, na escala do mercado consumidor urbano e nas atividades de veraneio e lazer, fatores de estímulo particularmente para a constituição de uma vertente destinada a responder a demandas mais sofisticadas de produtos de alta densidade econômica, no contexto de uma produção flexível e eficiente voltada para o consumo da metrópole e de áreas de segunda residência, veraneio e turismo, estando aqui incluída a demanda de hotéis e pousadas (RUA, 2001). A linha de produção no setor agropecuário, ligada a nichos de mercado segmentado e expressa sob a forma de enclaves de dinamismo econômico, embora apresente expressão espacial reduzida, adapta-se bem ao contexto de um estado com exacerbada concentração urbana e no qual a articulação a processos globais sinaliza para um setor primário de alta produtividade e competitividade, em espaços estratégicos para abastecimento da concentração metropolitana e a ela articulados num patamar de interação que os integra à condição de geradores da riqueza estadual.

Já a Mesorregião Norte Fluminense se estruturou em função de uma atividade agrária importante - o cultivo da cana-de-açúcar, associado ao processamento local de matéria-prima. O cultivo e a transformação da cana-de-açúcar passaram, ambos, por uma evolução tecnológica que alcança mais expressão na fase de consolidação de um setor sucro-alcooleiro que não atingiu, contudo, os níveis de modernização, eficiência e competitividade observados em outras áreas canavieiras nacionais.

As recentes iniciativas de implantação de pólos de fruticultura articulados ao processamento industrial abrem perspectivas de diversificação no setor agropecuário e de novas fontes de geração de riqueza no setor primário dessa mesorregião, que passa por transformações relevantes na estrutura produtiva, com a produção petrolífera na Bacia de Campos e com um novo padrão de urbanização e de serviços ao produtor e ao consumidor.

Em 1996, a Mesorregião Centro Fluminense assume posição de liderança na concentração do PIB primário estadual - 27,64% - embora no ano 2000, a Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro passe a deter a maior participação na formação do produto primário - 25,31% - seguida da mesorregião inicialmente citada, com 23,04% da riqueza gerada na agropecuária, reposicionando a Mesorregião Norte Fluminense para o terceiro lugar quanto à concentração do produto primário.

A Mesorregião Centro Fluminense, de relevo montanhoso - Serra do Mar e seus contrafortes - teve dinamizada sua atividade agropecuária, na vertente voltada para o abastecimento de mercados urbanos, a partir de sua integração espacial propiciada por um sistema rodoviário federal e estadual implantado em meados do Século XX. A reestruturação recente das atividades do setor agropecuário, até então basicamente apoiadas na pecuária leiteira, promove a consolidação de linhas produtivas de alta densidade econômica, particularmente na microrregião serrana de Nova Friburgo, voltadas para o atendimento ao mercado metropolitano e ao setor de turismo e veraneio.

Tal reestruturação enfatiza atividades como a alta especialização em laticínios vinculada à caprinocultura, à horticultura, à floricultura e à fruticultura, caracterizadas pela elevada produtividade e estimuladas por demandas ligadas a hábitos saudáveis de alimentação e por segmentos de consumo sofisticado, constituindo-se, assim, em importante fronteira de expansão da produção de riqueza em terras altamente valorizadas com o incremento das funções de turismo e lazer (RUA, 2002).

O setor secundário, o segundo em importância na economia estadual, encontrava-se, em 1980, fortemente concentrado na Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, que detinha 82,54% da riqueza gerada no setor. Ainda que muito distanciada dessa mesorregião, mas com posição importante no contexto industrial do estado, figurava a Mesorregião Sul Fluminense, concentradora de 12,46% do produto industrial do estado.

Ambas as mesorregiões se envolveram em amplos processos de crescimento econômico, tendo sido relevantes as transformações nelas ocorridas, quando o Estado Nacional, no período 1930-1980, tomou a si o planejamento e a formulação da política econômica e, ao promover a industrialização de base - a Companhia Siderúrgica Nacional é um exemplo ilustrativo - desloca o eixo de acumulação da economia para uma atividade de localização urbana e fornece a infra-estrutura necessária ao novo padrão que se instala.

Ao longo desse movimento, a ampliação do projeto nacional, com a incorporação, após a Segunda Guerra Mundial, da dinâmica representada pela expansão espacial dos investimentos das corporações multinacionais, tem efeitos diretos sobre a estruturação do espaço metropolitano e de áreas com as quais a metrópole se apresenta espacialmente articulada, a exemplo da Mesorregião Sul Fluminense, na rota Rio de Janeiro - São Paulo.

Nas duas últimas décadas do Século XX, quando o Estado Nacional, sem capacidade de implementar políticas de desenvolvimento e de conduzir processos econômico-espaciais estruturantes, redireciona suas estratégias segundo parâmetros inerentes ao processo globalizador, as mesorregiões em questão passaram por uma redefinição econômico-produtiva, sob uma dinâmica operada pelas grandes empresas transnacionais, pelos governos dos países hegemônicos e pelo sistema financeiro em escala global. A Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro e a Mesorregião Sul Fluminense são revalorizadas nesse contexto, e os segmentos de atividade de localização urbana - indústria e setor terciário - são expandidos e requalificados segundo as novas bases da organização produtiva contemporânea.

Essas observações são essenciais ao entendimento de que, embora em escalas diferenciadas não apenas quanto à expressão das formas espaciais geradas no âmbito do processo urbano-industrial, como também quanto à magnitude da riqueza produzida, as Mesorregiões Metropolitana do Rio de Janeiro e Sul Fluminense têm a organização de seu espaço geográfico fortemente marcada pelo fenômeno urbano-industrial. Com efeito, a industrialização não só tem uma história na estruturação regional desses espaços em foco, como ainda cristalizou formas de elaboração espacial, com base na evolução de suas forças produtivas, o que acaba conferindo a essas regiões, altamente urbanizadas e espacialmente articuladas, a possibilidade de enfrentamento de contextos de crise que não lhes são específicos, mas reproduzem crises de conjuntura desfavorável nas escalas nacional e/ou internacional.

A redefinição econômico-produtiva, como parte dos processos reestruturadores do território nacional, depois de 1980, embora tenha reduzido os níveis de concentração do produto industrial nas Mesorregiões Metropolitana do Rio de Janeiro e Sul Fluminense, não se constituiu em elemento fundamental de alteração da posição que tais mesorregiões ocupam no contexto da industrialização fluminense.

Nesse mesmo período pós-1980, um fato novo na economia estadual, representado pela exploração do petróleo na Bacia de Campos, intensificada em direção ao final do Século XX, foi capaz de produzir modificações significativas na distribuição espacial da geração de riqueza no estado, reposicionando os espaços mesorregionais quanto à concentração do produto secundário estadual.

Segundo a Fundação CIDE, a magnitude do produto gerado na Bacia de Campos foi de R\$ 23 328 000 000,00 (vinte três bilhões de reais) no ano 2000, o que significava, então, 42,64% do PIB do setor industrial do estado. Essa unidade espacial é ultrapassada apenas pela Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, cuja contribuição ao produto do setor secundário foi de 43,15% nesse ano de referência, enquanto o Sul Fluminense foi reposicionado como unidade espacial concentradora de 10,14% do PIB industrial do estado.

A aparente desconcentração industrial registrada merece algumas qualificações, uma vez que os fracos encadeamentos com a economia regional, na qual se insere a exploração do petróleo, sinalizam para um reduzido impacto da atividade extrativa, do ponto de vista do desenvolvimento regional. Por outro lado, as características dessa desconcentração não se prenderam a novos determinantes da localização industrial ditados por um patamar mais elevado de atualização tecnológica, mas sim a um perfil de investimento no setor industrial associado à exploração de recursos naturais, numa vertente que guarda sintonia com etapas anteriores do processo de desenvolvimento industrial.

Desta forma, parece mais apropriado tomar o que ocorre na Bacia de Campos e o impacto decorrente sobre as Mesorregiões Norte Fluminense e Baixadas muito mais como a expressão de um processo de crescimento econômico fragmentado do que como a manifestação de um movimento de desconcentração do crescimento econômico, particularmente industrial, no território fluminense.

O setor terciário, o maior responsável pela geração da riqueza no estado, estava, em 1980, altamente concentrado na Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro,

que detinha, nesse ano, 89,89% do PIB do setor. Trata-se, também, do espaço de mais alta concentração demográfica, o que pode ser evidenciado pelo seu porte populacional que, no ano 2000, atingia 11 546 023 habitantes. Uma outra expressão da primazia populacional dessa aglomeração fica demonstrada no fato de sete, dentre os dez municípios mais populosos do estado - com população superior a 20 000 habitantes - estarem localizados na área metropolitana (RIBEIRO, 2002).

Nesse sentido, guardam convergência com a elevadíssima concentração do PIB do setor terciário alguns aspectos relevantes tais como: o grau de urbanização do estado - 96,04% - o mais elevado do País, a magnitude da aglomeração metropolitana, a concentração de atividades de caráter urbano, bem como intensas relações e fluxos em diferentes escalas espaciais - estadual, municipal, internacional - que são a própria expressão do caráter metropolitano.

Os serviços avançados, que se constituem no eixo dinâmico dos processos econômicos que reconfiguram a economia em suas atuais formas organizacionais, têm como base locacional os grandes adensamentos urbanos que concentram as capacitações produtivas, tecnológicas, comerciais e gerenciais, pelas quais passa contemporaneamente a questão da competitividade.

Assim, se é no princípio da competitividade que se apóia a reestruturação produtiva, compreende-se que a Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro tenha mantido, no ano 2000, a despeito da expansão do setor terciário em outros segmentos espaciais do estado, porte semelhante de concentração da riqueza gerada no setor terciário estadual - 89,08% - sinalizando mais para um processo de reconcentração do que de desconcentração do setor dinâmico da economia contemporânea.

Essa evolução coloca em evidência tanto o aprofundamento das diferenciações espaciais entre a concentração metropolitana e o interior do estado quanto a dificuldade de pensar a desconcentração da economia de serviços, sob a lógica que hoje impulsiona o processo. Assim, embora os analistas da economia nacional sustentem que os efeitos de uma eventual quebra da estagnação econômica teriam repercussões mais imediatas sobre o setor de serviços do que sobre o setor industrial, no que toca à elevação do produto gerado e às perspectivas de emprego, não se poderia esperar que tais resultados contribuíssem para a redução das assimetrias econômico-espaciais no estado, já que se trata de um setor da economia no qual a reconcentração é a tônica, sob os parâmetros atuais.

Nessa ordem de idéias, observa-se que a segunda mesorregião concentradora da riqueza no setor serviços - a Sul Fluminense - detinha, no ano 2000, apenas 4,52% do produto do setor, e a terceira - a Mesorregião Norte Fluminense - concentrava 2,54% do PIB terciário estadual, conservando as posições que ocupavam em 1980. Essas duas mesorregiões e a Metropolitana são, também, as que mostram os maiores crescimentos absolutos do PIB no setor terciário no período focalizado.

Cabe ainda observar que, no período 1980-2000, foi o setor terciário o grande responsável pelo crescimento absoluto do PIB nos segmentos mesorregionais do estado, com exceção da Mesorregião Sul Fluminense, que apresentou crescimento equilibrado nos setores da economia predominantemente ligados à localização urbana, ou seja, indústria e serviços.

Reconhece-se, contudo, que a relevância do setor terciário, em termos de crescimento absoluto e de sua crescente importância relativa na composição do PIB, como resposta a novas demandas da sociedade, não se tem feito acompanhar de alterações no padrão mesorregional de concentração do produto terciário estadual. Manteve-se, assim, a assimetria entre espaços no âmbito do estado, com a concentração da riqueza gerada ocorrendo naqueles espaços de mais acentuada transformação e inserção na economia global.

A composição setorial da riqueza mesorregional

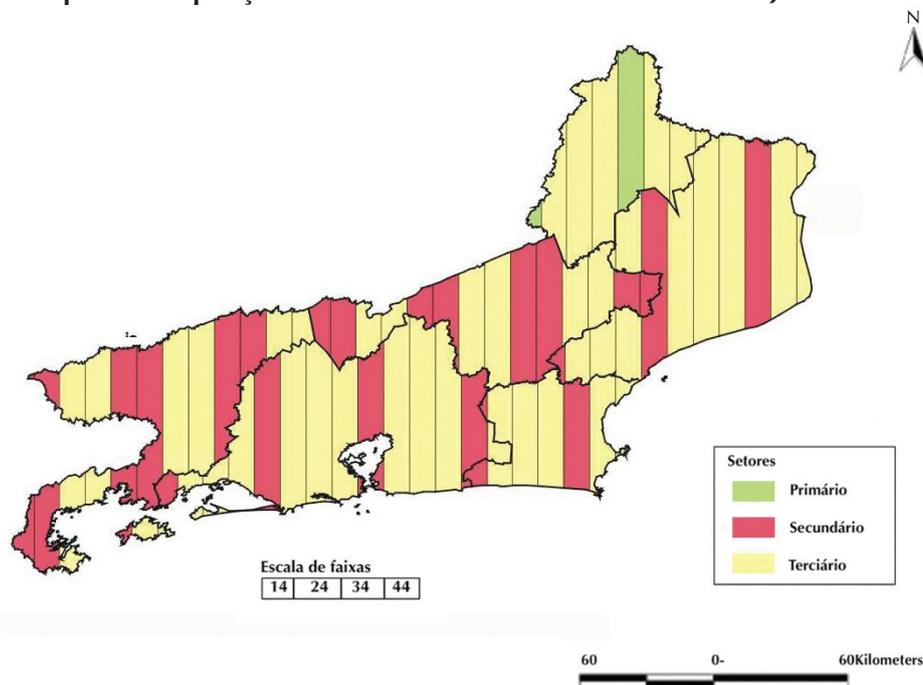
A composição setorial do Produto Interno Bruto do Estado do Rio de Janeiro, nas décadas de 1980 e 1990, apresenta como característica principal a permanência da inexpressiva participação do setor primário da economia, que representa menos de 1,00% do produto gerado, acompanhada da estabilização da participação tanto do setor secundário, que alcança pouco mais de 1/3 do produto total no final do período, quanto do setor terciário - pouco menos de 2/3 da riqueza produzida no estado.

Nesse sentido, observa-se que as alterações registradas na composição setorial do PIB do Estado do Rio de Janeiro, de 1980 a 2000, nem sempre acompanharam as tendências verificadas em nível nacional, uma vez que se manteve estável e não-decrescente a participação do setor secundário no PIB total. Observa-se, também, que o estado, já em 1980, apresentava uma participação mais elevada do setor terciário no PIB total, enquanto a composição setorial em nível nacional mostrava, nesse ano, participação mais equilibrada dos setores secundário e terciário, sem a supremacia deste último setor, bem característica do Rio de Janeiro, em razão de um passado de proeminência no cenário político-administrativo nacional.

O setor primário da economia que, no referido estado, participava, em 1980, apenas com 1,48% do PIB, mostrou-se ainda menos expressivo ao longo do processo de reestruturação produtiva que marcou as décadas finais do Século XX, passando a constituir 1,15% em 1996 e, segundo dados da Fundação CIDE, atingindo somente 0,39% de participação no produto total, no ano 2000.

Em 1980, em nível mesorregional, o Noroeste Fluminense se constituía no espaço de maior percentual do produto do setor primário no PIB total, muito mais em função de sua integração precária ao processo urbano-industrial do que em virtude do desenvolvimento expressivo de atividades no setor agropecuário. Ainda hoje, sua debilidade econômica suscita apelos do governo estadual para inseri-lo em programas nacionais de desenvolvimento regional que dinamizem suas atividades econômicas, ainda muito ligadas à pecuária leiteira que sucedeu à cafeicultura, às lavouras temporárias aí existentes e ao processamento industrial da produção primária, particularmente a vinculada à pecuária (Mapa 3).

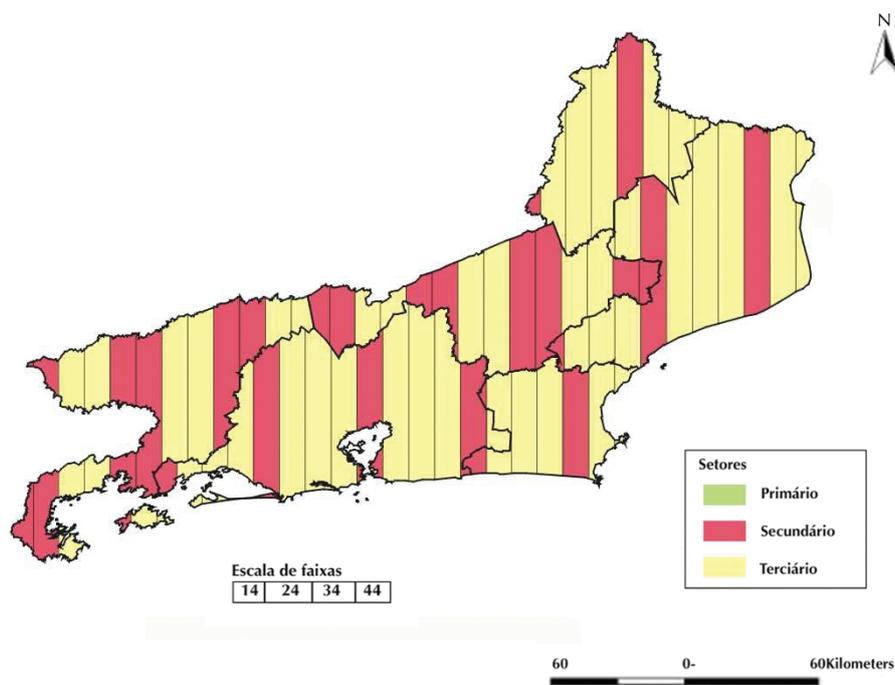
Mapa 3 - Composição setorial do PIB total no Estado do Rio de Janeiro - 1980



Fonte: Andrade, T. A.; Serra, R. V. Estimativas para o produto interno bruto dos municípios brasileiros: 1975, 1980, 1985 e 1996. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://www.nemesis.org.br>>. Acesso em: set. 2003

Representando 28,80% do PIB da Mesorregião Noroeste Fluminense, em 1980, o setor primário, em 1996, decresceu para 13,68% do PIB total e, no ano 2000, constituía, somente, 8,77% do produto, tendo os setores secundário e terciário, em razão de iniciativas de reorganização de sua indústria extrativa mineral, aumentado sua participação no PIB mesorregional, que é o mais baixo entre todas as mesorregiões do estado (Mapa 4).

Mapa 4 - Composição setorial do PIB total no Estado do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: Produto interno bruto por setor segundo as regiões de governo e municípios. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2002, Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 18, 2002. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br>>. Acesso em: set. 2003.

A Mesorregião Norte Fluminense é a segunda em termos de importância do PIB primário - 15,68% - em 1980, com decréscimo para 8,07% em 1996, o que se acentua em direção ao ano 2000 - 3,19% - com a relevância que aí vai assumindo o setor terciário, em decorrência das transformações operadas em alguns subespaços da mesorregião pela expansão de atividades de serviço, ligadas à exploração de petróleo na plataforma continental.

A identidade regional do Norte Fluminense tem seu fundamento na economia açucareira implantada no Século XVIII em terras de planície de solos férteis. A intensificação das relações entre a agricultura e a indústria, no âmbito da formação e consolidação de complexos agroindustriais, a partir das décadas de 1960 e 1970, com suas implicações espaciais, envolveu a tradicional produção canavieira da região, promovendo mudanças no padrão tecnológico da produção e transformação da cana-de-açúcar. A absorção dos estímulos ligados à implantação do Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL, na década de 1970, reforçou os impulsos modernizadores do setor agropecuário, sem que se tenham, contudo, observado padrões avançados de modernização obtidos em outras áreas produtoras de cana-de-açúcar no País.

No setor sucro-alcooleiro fluminense, tem sido registrado, nas últimas décadas, o fenômeno da redução do número de usinas, com eliminação das menos competitivas, uma vez que, no parque industrial, especialmente em Campos, ocorreu o que se poderia chamar de superdimensionamento, com o impulso produtivo ligado ao PROÁLCOOL. À absorção das unidades agroindustriais menos modernizadas pelas mais modernamente equipadas somaram-se condições desfavoráveis ligadas à política de preços e à supressão de subsídios, configurando, nos anos noventa, um contexto de crise do setor (MARAFON; BARBOSA, 2002).

A implantação recente de pólos de fruticultura - abacaxi, maracujá, coco, goiaba - criou opções locais de crescimento do setor agroindustrial, com a instalação de unidades locais de processamento de frutas, ensejando reconversão produtiva na região, onde o desmembramento municipal registrado nos últimos anos e o pagamento de royalties da produção petrolífera se conjugam às transformações na estrutura produtiva, elaborando um novo padrão de urbanização quanto à intensidade, qualidade e forma (MARAFON; BARBOSA, 2002).

A economia agrária do Norte Fluminense, agora envolvida num padrão no qual o seu crescimento não é mais autônomo porque se integra à dinâmica da indústria, traz à reflexão a complexidade de se manter uma atividade agrária tradicional, à qual se associa uma infra-estrutura especificamente voltada para a produção canavieira e seu processamento, embora em moldes pouco competitivos, ao mesmo tempo em que caminhos de reconversão produtiva são abertos em áreas nas quais, além de o padrão agrário moderno já se ter implantado de modo fragilizado, diferentemente do que sucedeu em espaços de maior dinamismo agrário do Sudeste-Sul do País, o eixo dinâmico da economia desloca-se para atividades de outra natureza.

O setor secundário da economia que, em 1980, constituía 35,39% do PIB estadual decresce para 30,02% em 1996, em razão da reestruturação produtiva que caracterizou o processo de reelaboração espacial do País ao longo dessas décadas, e tomou o princípio da competitividade como eixo orientador da redefinição das atividades no campo da produção. Segundo dados da Fundação CIDE referidos ao ano 2000, verifica-se uma elevação da participação do setor secundário no PIB total, num retorno ao nível de 1980, o que pode indicar que a reestruturação do setor já ultrapassou sua fase mais aguda e que o segmento industrial vem apresentando desempenho competitivo, ao longo do processo seletivo que marca a reorganização produtiva recente.

Na Mesorregião Sul Fluminense, o produto do setor secundário representava, em 1980, mais da metade de seu PIB total - 57,81% - e, em 1996, a participação do PIB secundário se reduz e passa a representar 47,72% da riqueza gerada nessa região, a de mais importante presença da indústria na composição setorial do PIB em nível mesorregional. No ano 2000, o produto do setor secundário constituiu 58,26% do produto mesorregional, recuperando o patamar observado em 1980 e seguindo, portanto, a tendência verificada em nível estadual.

Trata-se de uma mesorregião que compreende, como área industrial mais importante o Médio Vale do Rio Paraíba do Sul, caracterizado, desde o período colonial, como eixo de circulação de produtos de valor comercial, o que criou condições para seu envolvimento nos processos de urbanização e industrialização que transformaram o território nacional no período 1930-1980. Mais recentemente, sob novo processo de elaboração espacial, tornou-se uma opção locacional para investimento industrial, sobretudo por sua elevada articulação espacial e pela presença de cidades de porte médio dotadas de infra-estrutura para suporte de novas atividades, a exemplo de Resende, Volta Redonda, Barra Mansa e Barra do Pirai.

Desde a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, com investimento estatal na década de 1940, e a criação de Volta Redonda, o Médio Vale do Rio Paraíba do Sul, com evolução agrária ligada ao café e à pecuária leiteira, adquire uma feição particular, e Barra Mansa, importante entroncamento ferroviário, tem notável impulso de crescimento e vem a formar conurbação com Volta Redonda em torno da siderurgia. A ligação rodoviária entre Rio de Janeiro e São Paulo con-

feriu à região maior dinamismo, que vai gerar a possibilidade adicional de se beneficiar do processo de desconcentração industrial no segmento metal-mecânico, bem como de consolidar uma estrutura urbano-industrial em torno de um eixo.

Nas décadas de 1980 e 1990, a reestruturação das atividades produtivas e a reelaboração espacial dela decorrente não só envolveram o Médio Vale do Rio Paraíba do Sul no processo de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, mas também o tornaram opção para investimentos ligados ao capital privado internacional, com a instalação de montadoras de veículos em Resende, onde se instalou uma fábrica de caminhões da Volkswagen, e em Porto Real, onde se implantou a Peugeot-Citröen, configurando, juntamente com empresas que integram a cadeia de suprimento desses grandes empreendimentos, a existência de um pólo metal-mecânico na Mesorregião Sul Fluminense.

Cabe ainda referir, no âmbito da função industrial dessa mesorregião, a usina nuclear de Angra dos Reis - cidade situada no litoral da baía da Ilha Grande - por ter características de empresa estatal, implantada na década de 1970, no bojo do II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, na qualidade de investimento estratégico de interesse nacional. Claramente um enclave em uma região de função turística relevante, a usina atômica nas sucessivas etapas de sua construção e, até hoje, desperta intensa polêmica em razão do pressentimento de insegurança, presente na população e nas autoridades municipais, bem como em outros setores e organizações sociais, cujo foco de preocupação se situa na esfera ambiental.

Em 1980, a segunda mesorregião em que o setor secundário apresentava expressão na composição do PIB era a Centro Fluminense, com 44,06% do valor gerado pelo setor industrial no produto total mesorregional. A reestruturação econômico-produtiva recente modificou, contudo, sua posição em 1996, quando a participação no produto gerado caiu para 37,78%, não em razão da retração da produção, mas em decorrência da expansão do setor terciário, tendência observável em diferentes escalas espaciais, ao longo da redefinição contemporânea da economia. No ano 2000, essa mesorregião conservava a segunda posição quanto à participação do setor industrial na composição do PIB, no patamar de 39,37%, ligeiramente superior ao de 1996.

No âmbito de tal mesorregião, destaca-se Nova Friburgo, centro dotado de equipamento urbano capaz de dar suporte à expansão do que vem sendo denominado de Complexo de Moda Íntima, constituído por centenas de pequenas e

médias empresas da indústria do vestuário, que abastecem, consideravelmente, o mercado nacional e exportam lingerie sobretudo para a América Latina, Europa e Oriente Médio. Ainda nessa mesorregião, num contexto menos dinâmico, insere-se a Companhia Santa Matilde, de fabricação de vagões, reativada recentemente no Município de Três Rios.

A Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro que, em 1980, ocupava a terceira posição quanto à expressão do PIB secundário na composição setorial do produto mesorregional, perde posição em direção ao ano 2000, em virtude da prevalência que seu setor terciário, tradicionalmente importante, vai assumindo na composição de seu produto, com o processo de redefinição econômico-produtiva em curso a partir dos anos oitenta.

O setor industrial, localizado basicamente na periferia do núcleo metropolitano, representava, em 1980, 33,82% do produto gerado na mesorregião, enquanto, no ano 2000, constituía 23,08%, tendo ele desempenhado papel importante na própria estruturação do espaço metropolitano, a exemplo das antigas indústrias têxteis - comprometidas, em sua localização, pela expansão urbana - bem como das indústrias de construção naval e da extinta Fábrica Nacional de Motores. Por sua longa existência e condição ativa, cabe referência às Refinarias Duque de Caxias e Mangueiras e, ainda, às indústrias do segmento metalúrgico em torno de Santa Cruz e Sepetiba, favorecidas pela abertura da rodovia litorânea - BR 101 (DAVIDOVICH, 2000). A Baixada Fluminense, antes da fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, era parte desta última Unidade Federada e, embora situada na periferia da cidade do Rio de Janeiro não se apresentava como opção locacional para a expansão industrial, dada a ausência das condições infra-estruturais essenciais à implantação de investimentos produtivos. Tentativas recentes de melhoria dos equipamentos de consumo coletivo e de modernização do espaço intra-urbano de seus principais núcleos têm visado a colocar a Baixada Fluminense como opção para a localização de novos empreendimentos econômicos.

No contexto dos planos empresariais para a recuperação econômica do Estado do Rio de Janeiro, liderados pela FIRJAN, merecem destaque projetos estratégicos capazes de impulsionar o desenvolvimento industrial no âmbito da mesorregião metropolitana do referido estado: o Pólo Gás-Químico e Plástico, criado em 1999, previsto para operar em 2004 e que terá, em favor de sua competitividade, a integração com a Refinaria Duque de Caxias, através da utilização do gás natural como matéria prima petroquímica (DECISÃO..., 2003); o Petrópolis-Tecnópolis,

para a formação de novos projetos e empresas no segmento de *Software*, comércio eletrônico e Internet, valendo-se do potencial de Petrópolis para a área tecnológica, dada a existência do Laboratório Nacional de Computação Científica, referência nacional em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico (DECISÃO..., 2003); o Complexo de Sepetiba, tendo por base o porto, localizado no Município de Itaguaí, a 15 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, que vem operando, desde 1997, como concessão privada e tendo como horizonte a sua consolidação como porto concentrador e estimulador da navegação de cabotagem (DECISÃO..., 2003).

Ao longo do período em estudo, consolidou-se a exploração de petróleo em águas profundas da Bacia de Campos que, por se tratar de uma unidade à parte para fins de divulgação estatística, dadas as características específicas em que se processa tal atividade extrativa, não se insere na perspectiva de tratamento da composição setorial, aqui analisada segundo os espaços mesorregionais.

A importância dessa atividade petrolífera pode, no entanto, ser aferida não apenas por significar 15,97% do produto estadual no ano 2000, mas também por atingir 80,00% da produção nacional. Adicione-se a isto o impacto que produziu em segmentos espaciais envolvidos no contexto de mudança decorrente de atividades da PETROBRAS e de empresas prestadoras de serviços essenciais à economia petrolífera.

A região geoeconômica abrangida pela implantação da nova atividade teve alterado o seu perfil socioeconômico-espacial, sobretudo em Macaé, cujo espaço urbano se ampliou ao longo de eixos rodoviários federais e estaduais, além de ter-se modificado com os impactos diretos e indiretos da presença de uma grande corporação, que não só insere Macaé num contexto espacial mais amplo, com a criação de um espaço de fluxos extra-regionais, como ainda altera a própria estrutura social da cidade (RAMIRES, 1991).

O setor terciário da economia fluminense que, em 1980, representava 63,08% do PIB total do estado mantém estabilizada sua participação no ano 2000 - 63,19% - preservando, assim, na economia do estado uma característica que é compatível com o elevado grau de urbanização que marca o estado, já que se trata de um setor de atividades de localização basicamente urbana.

Estando na base dos processos econômicos contemporâneos, os serviços avançados, especialmente os ligados à economia informacional e organizada em rede,

caracterizam espaços de transformação recente e de inserção na economia global. A expansão desse segmento de serviços sustentadores da economia, nas suas novas bases de organização, conduz à crescente superposição entre áreas expressivas quanto à produção de riqueza e os grandes adensamentos urbanos (AJARA, 2001).

Nessa perspectiva, ressalta a posição da Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, na qual o setor terciário, que constituía, em 1980, 65,64% do PIB, tem sua posição reforçada em 1996, quando passa a constituir 71,10% do produto gerado para, no ano 2000, atingir 78,56% do produto mesorregional (PRODUTO..., 2002).

A concentração altamente primaz da população na Região Metropolitana do Rio de Janeiro confere identidade a esse segmento espacial, que é concentrador não apenas de variados serviços, como também de importante atividade industrial e de intensas relações, que se estabelecem nos planos estadual, nacional e internacional. Sua relevante posição econômica, no contexto nacional, além dos expressivos fluxos de população, bens e serviços que integram seu caráter metropolitano, aliam-se à significativa atividade de turismo e lazer, para a qual existem condições naturais privilegiadas (DAVIDOVICH, 2000). Assim, estabelece-se o contraste entre o espaço metropolitano e os demais segmentos espaciais do território fluminense.

A Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro passa, no processo contemporâneo de redefinição econômico-produtiva, por uma especialização no campo dos serviços de nível superior e em atividades intensivas em capital e conhecimento. Os serviços avançados, que compreendem consultoria, *marketing*, relações públicas, seguros, pesquisa, informática, em seus diferentes segmentos, ao se concentrarem em espaços de maior adensamento urbano e integrados à economia global, com maior expressão do sistema bancário e dos centros de pesquisa e alta tecnologia, parecem se encaminhar para a reconcentração da economia sob os atuais padrões de crescimento. Essa tendência conduz à reflexão acerca das possibilidades efetivas que tem a metrópole de integrar o território não-metropolitano e de promover o seu desenvolvimento ou, ao contrário, de seguir uma rota que parece aprofundar as diferenciações entre duas unidades geográficas contíguas e desiguais - a região metropolitana e o interior estadual - tradicionalmente divorciados.

A Mesorregião das Baixadas apresenta-se com números de participação do setor terciário no PIB mesorregional ligeiramente superiores aos da Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro - 66,21% em 1980 e 73,96% em 1996 - e tem como característica individualizadora a intensificação das funções de veraneio e lazer subordinadas a demandas oriundas do Rio de Janeiro e de Niterói.

As atividades tradicionais das populações locais, em grande parte da Mesorregião das Baixadas - orla marítima que se estende da Lagoa de Saquarema a Rio das Ostras - são substituídas por loteamentos, hotéis, pousadas e habitações destinadas a segunda residência (DAVIDOVICH, 2000), gerando pressão por serviços essenciais por parte de uma população flutuante significativa, elevando para 75,05%, em 2000, a parte que cabe ao setor serviços na formação do PIB mesorregional. A famosa região dos Lagos - Costa do Sol - internacionalmente conhecida, faz parte dessa mesorregião, cujas transformações espaciais têm, efetivamente, estado centradas na criação de infra-estruturas para turismo e lazer.

Em 2000, na composição setorial do PIB, destaca-se, quanto à magnitude do setor serviços, a Mesorregião Norte Fluminense, na qual esse segmento da economia representou 78,88% da riqueza gerada, em decorrência tanto de características ligadas à estruturação regional quanto de transformações registradas no período pós-1980.

Assim, além de Campos - tradicional centro regional do norte do estado para onde convergem importantes rodovias que o articulam com as áreas sobre as quais exerce papel polarizador e que, mais recentemente, desenvolve o setor de administração pública, a função universitária e se beneficia da economia petrolífera - destaca-se, nessa mesorregião, a cidade de Macaé que, com a implantação da PETROBRAS passa por um verdadeiro surto de crescimento, do que são exemplos a multiplicação de empresas prestadoras de serviços e a implantação de núcleos de pesquisa ligados aos diferentes tipos de demanda da economia do petróleo.

Vale observar que, com exceção da Mesorregião Sul Fluminense, na qual o setor secundário é o eixo estruturante, nas demais mesorregiões do estado o setor terciário é o de mais elevada participação na geração do Produto Interno Bruto, uma vez que sua expansão não se vincula apenas à dinamização da economia. A sua dispersão e ampliação significam, também, resposta à própria evolução da organização sócio-produtiva, sendo um setor especialmente sensível não apenas às novas demandas por apoio à produção que vão sendo criadas em torno de atividades, ainda que tradicionais, como também às exigências que a sociedade coloca por serviços urbanos que se vão, progressivamente, universalizando.

A persistência das assimetrias espaciais

A análise dos dados referentes à geração da riqueza, tomados como expressão sintética das transformações vinculadas aos processos recentes de redefinição econômico-espacial, mostrou que, em nível do agregado estadual, manteve-se praticamente inalterada a composição do Produto Interno Bruto, no período 1980-2000, no Estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, a abordagem em nível mesorregional relativa à concentração do produto e à sua composição setorial evidencia que a semelhança dos padrões espaciais referentes aos anos de 1980 e 2000 é tão acentuada, que poderia sugerir ausência de alterações significativas no período considerado (Mapas 1, 2, 3 e 4).

É possível, contudo, afirmar que, a despeito da semelhança das configurações espaciais correspondentes aos balizamentos do período, estas guardam conteúdos diferenciados em razão das especificidades dos processos que reestruturaram o território fluminense nos momentos pré e pós-1980. Os processos contemporâneos operantes no período 1980-2000, que são o foco da análise em questão, expressaram-se em diferentes movimentos de reelaboração espacial, que coexistiram e se manifestaram sob sentidos e tendências às vezes divergentes, os quais acabaram se compensando e reapresentando a forma produzida por processos precedentes de transformação econômico-espacial.

Assim, de 1980 a 2000, com base no enfoque utilizado, foi identificado, em termos espaciais, no território fluminense, por um lado, um movimento que expressa as forças de aglomeração inerentes à própria estrutura organizacional da economia moderna e que responde pela reconcentração de atividades, reforçando a presença hegemônica da Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro na configuração espacial da riqueza gerada no estado.

Por outro lado, a desconcentração da atividade industrial, verificada em direção à porção meridional do estado, não tem sido suficiente para sustentar a segunda posição quanto à participação no PIB estadual que a Mesorregião Sul Fluminense detinha no início do período observado, dada a emergência de uma forma de crescimento econômico fragmentado, correspondente a uma área dinâmica de expansão produtiva ligada à exploração mineral na plataforma continental do norte do estado, na qual a riqueza gerada reposicionou os segmentos espaciais mesorregionais do estado.

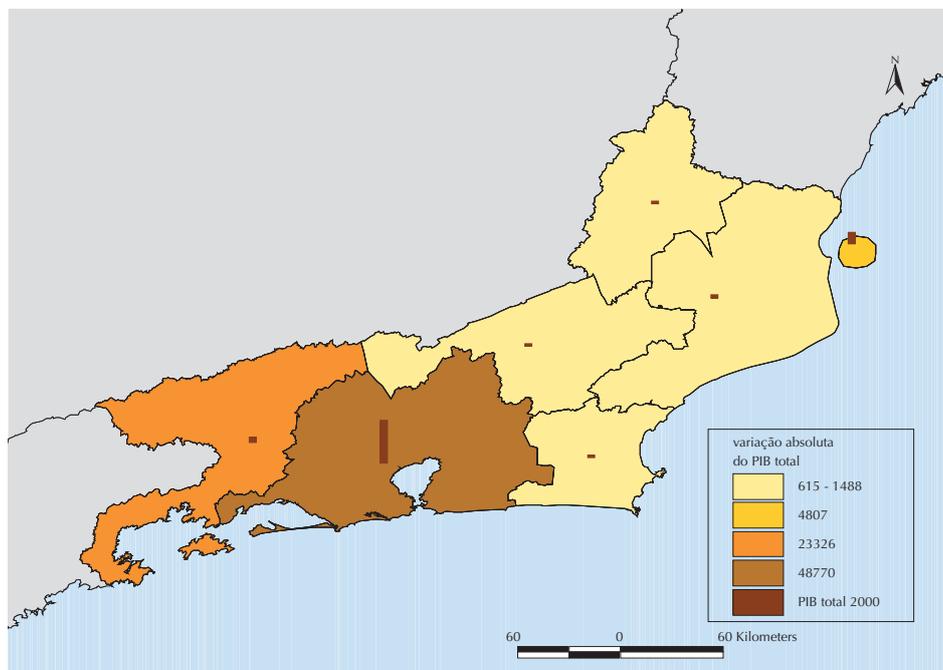
Evidencia-se, então, que os processos que redefinem a economia apresentam um componente espacialmente seletivo, que não só tende a reforçar os espaços que têm capacidade para expandir os setores econômicos de ponta e a reconcentrar espacialmente a economia, como, também, responde pela exclusão de áreas que não têm sido capazes de se integrar aos esquemas competitivos que regulam a dinâmica espacial contemporânea.

Cabe ressaltar que a perspectiva de configurações espaciais em cortes temporais correspondentes a 1980 e ao final da década de 1990, agora tratada nesta focalização da distribuição espacial da geração da riqueza no estado, já havia sido constatada em outro universo de análise - o território nacional - quando foi observada a existência de uma vertente reconcentradora nos processos de reestruturação econômico-espacial em curso, ao mesmo tempo em que foi identificada uma dimensão de excludência/includência presente no jogo competitivo, que reforça posições já favorecidas e descarta espaços com dificuldade de inserção nos parâmetros de uma economia aberta, inscrita no mundo globalizado e sem referentes no planejamento do desenvolvimento regional (AJARA, 2001).

Do ponto de vista da configuração espacial da geração de riqueza no Estado do Rio de Janeiro, parece caber a mesma observação feita em relação ao País, com as adaptações necessárias ao seu enunciado: ao longo do período 1980-2000, os processos de elaboração espacial produziram um Estado do Rio de Janeiro “que parece tão igual ao de 1980, mas que é, certamente, mais assimétrico pelos novos conteúdos acumulados nas áreas que já se mostravam hegemônicas, em 1980” (AJARA, 2001).

Se a Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro conseguiu concentrar praticamente 60,00% do crescimento do produto, verificado no período 1980-2000, apesar do surgimento da economia do petróleo na Bacia de Campos, com participação relevante nesse crescimento - 28,67% - representando, porém, uma forma de crescimento que não é diretamente pautada pelo eixo dinamizador da economia contemporânea, então é possível dizer que são eficazes as forças de reconcentração presentes na reestruturação econômica recente (Mapa 5).

Mapa 5 - Variação absoluta do PIB total no Estado do Rio de Janeiro - 1980-2000



Fontes: Andrade, T. A.; Serra, R. V. Estimativas para o produto interno bruto dos municípios brasileiros: 1975, 1980, 1985 e 1996. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://www.nemesis.org.br>>. Acesso em: set. 2003; Produto interno bruto por setor segundo as regiões de governo e municípios. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2002, Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 18, 2002. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br>>. Acesso em: set. 2003.

Ao mesmo tempo, é também válido afirmar que o pretendido desenvolvimento do interior do estado, impulsionado pela cidade do Rio de Janeiro, na visão dos defensores do modelo de estatuto jurídico da Unidade Federada hoje existente, não se concretizou e parece não caber no âmbito dos processos de organização econômico-produtiva, regulados pelo princípio da competitividade.

A interiorização populacional, em estreita associação com a expansão da atividade econômica, vem se processando segundo três vertentes importantes: a do pólo metal-mecânico em consolidação no Médio Vale do Rio Paraíba do Sul, onde sobressaem Resende, Barra Mansa e Volta Redonda; a da exploração do petróleo, que apresenta Campos e Macaé como elos na cadeia de fluxos econômicos do estado; e a das atividades turísticas e expansão da periferia da Região Metropoli-

tana nas Baixadas Litorâneas, com destaque para Cabo Frio e Araruama (SANTOS, 2003). Nesta última vertente, centrada na expansão do setor terciário, a magnitude do crescimento registrado não se reflete, ainda, em geração de riqueza capaz de colocar a Mesorregião das Baixadas no conjunto das unidades espaciais relevantes para a formação do PIB fluminense.

Paralelamente, o espaço da metrópole torna-se a localização preferencial não apenas para a estruturação de rede de firmas especializadas, associadas à organização do processo produtivo atual, mas também para a concentração do trabalho especializado, vinculado à crescente importância da economia de serviços avançados. Observa-se, também, o crescimento demográfico de municípios já populosos, entre 500 000 e 1 000 000 de habitantes, integrantes da Região Metropolitana - Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São Gonçalo - com expansão do setor terciário e com iniciativas de implantação industrial recente - a exemplo do Pólo Gás Químico e Plástico, integrado à Refinaria Duque de Caxias. Nesse sentido, a primazia urbana da capital não parece ameaçada, dada a sua afirmação como importante economia de serviços, e a Região Metropolitana, que já inclui cidades cujo processo de crescimento compreende a formação de periferias (SANTOS, 2003), também continua a concentrar, fortemente, o produto e a população.

Nas décadas de 1980 e 1990, o maior crescimento demográfico foi registrado no grupo de cidades médias de 100 000 a 500 000 habitantes, cujo número passou de 10 para 17, de 1980 a 2000, o que poderia indicar a possibilidade de construção de uma malha urbana estadual mais densa e menos desequilibrada. Esse processo de desconcentração populacional para o interior, particularmente ao longo da década de 1990, com o aumento do número de cidades médias, vem alimentando uma discussão acerca da possibilidade de esses centros - especialmente as cidades médias extrametropolitanas - poderem apoiar a desconcentração espacial das atividades produtivas e, em consequência, reduzir as assimetrias espaciais existentes (SANTOS, 2003).

As tendências de crescimento econômico, registradas ao longo dos anos oitenta e noventa, resumiram-se não somente à expansão dos segmentos do setor terciário de nível superior, concentrada na região metropolitana, como também à

economia do petróleo circunscrita a um recurso natural em águas profundas, ao norte do estado, bem como aos investimentos produtivos no setor secundário, na porção sul do estado, atualmente diante do desafio de atrair uma segunda onda de empreendimentos industriais para a consolidação do pólo metal-mecânico.

Esse quadro sugere que as cidades médias extrametropolitanas - Barra Mansa, Cabo Frio, Campos, Macaé, Nova Friburgo, Petrópolis, Resende, Teresópolis, Volta Redonda - só exercerão papel dinamizador no interior do estado se vierem a se constituir em opções locais para atividades produtivas, na perspectiva de um contexto de crescimento sustentado da economia nacional.

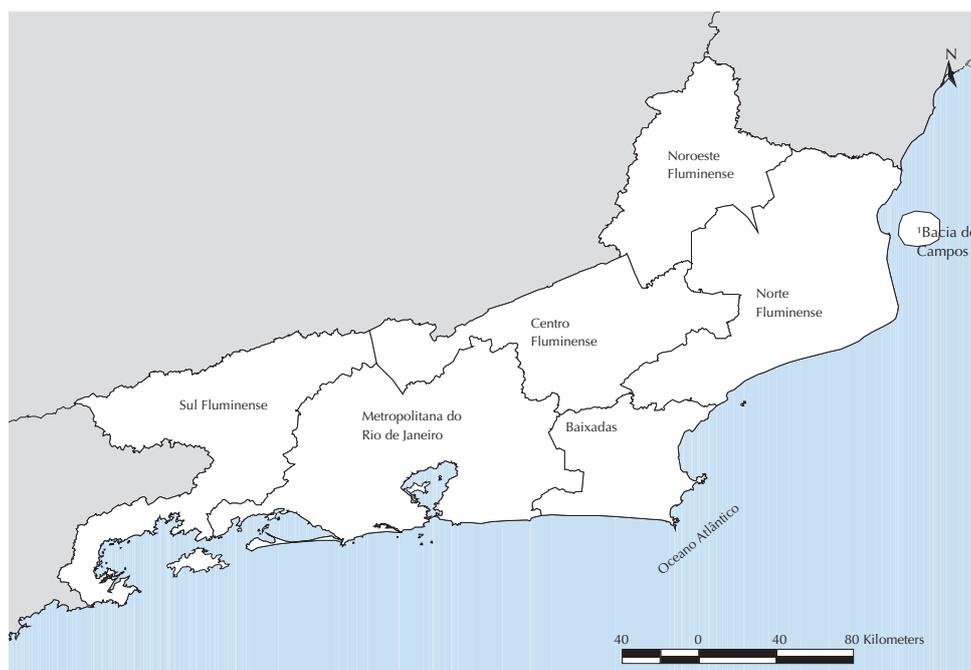
Do contrário, dada a dificuldade que alguns segmentos espaciais apresentam de participar, de forma competitiva, da geração do Produto Interno Bruto e a menos que se altere a dinâmica hoje prevalente sob a qual emergem espaços ganhadores - que concentram a importância das atividades econômicas, os centros de pesquisa, os adensamentos urbanos, a qualificação profissional e os serviços avançados - e espaços pouco ou não-competitivos destinados a se tornarem perdedores no contexto da geração de riqueza, persistirão as assimetrias e o histórico divórcio entre os espaços metropolitanos e da metropolização e o interior do estado.

Referências

- AJARA, C. *Brasil: espaços incluídos e espaços excluídos na dinâmica da geração de riqueza*. 2001. 476 p. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. *Desconcentração industrial no Brasil: 1990/95*. Disponível em: <<http://www.nemesis.org.br>>. Acesso em: set. 2003.
- _____. *Estimativas para o produto interno bruto dos municípios brasileiros: 1975, 1980, 1985 e 1996*. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://www.nemesis.org.br>>. Acesso em: set. 2003.
- CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2002. 6 v. v. 5: Redes urbanas regionais: Sudeste. 167 p.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2000: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 519 p. Acompanha 1 CD-ROM.
- DAVIDOVICH, F. R. Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial. *Revista Território*, Rio de Janeiro: UFRJ, Laboratório de Gestão do Território, n. 9, p. 9-24, jul./dez. 2000.
- DECISÃO Rio: investimentos. 7. ed. Rio de Janeiro: FIRJAN, [2003]. 27 p.
- MALHA municipal digital do Brasil: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 1 CD-ROM.
- MARAFON, G. J.; BARBOSA, P. P. B. de C. O papel do complexo agro-industrial sucroalcooleiro nas transformações socioespaciais do norte fluminense (1970-2000). In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002. p. 71-86.
- PRODUTO interno bruto por setor segundo as regiões de governo e municípios. *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2002*, Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 18, 2002. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br>>. Acesso em: set. 2003.
- RAMIRES, J. C. L. As grande corporações e a dinâmica socioespacial: a ação da Petrobrás em Macaé. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 53, n. 4, p.115-151, out./dez. 1991.
- RIBEIRO, M. A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002. p. 13-26.
- RUA, J. Urbanização em áreas rurais no Estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002. p.43-69.
- SANTOS, A. M. S. P. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 228 p.

Anexo

Mapa - Mesorregiões geográficas do Estado do Rio de Janeiro - 2000

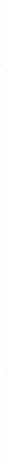


Fontes: Malha municipal digital do Brasil: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 1 CD-ROM; Produto interno bruto por setor segundo as regiões de governo e municípios. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2002, Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 18, 2002. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br>>. Acesso em: set. 2003.

¹ Unidade espacial criada para representação do PIB correspondente à extração de petróleo.

Norte Fluminense - Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra
Noroeste Fluminense - Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai
Centro Fluminense - Areal, Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Comendador Levy Gasparian, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Paraíba do Sul, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Sumidouro, Trajano de Moraes e Três Rios
Baixada Fluminense - Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio das Ostras, São Pedro D'Aldeia, Saquarema e Silva Jardim
Sul Fluminense - Angra dos Reis, Barra do Pirai, Barra Mansa, Itatiaia, Parati, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda
Metropolitana - Rio de Janeiro, Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mendes, Mesquita, Miguel Pereira, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Paty do Alferes, Petrópolis, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, São José do Vale do Rio Preto, Seropédica, Tanguá, Teresópolis e Vassouras

capítulo 2



A economia do Estado do Rio de Janeiro na segunda metade dos anos noventa

Denise Guichard Freire*
Carmem Aparecida do Valle Costa Feijó**
Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho***

Introdução

A tendência de esvaziamento econômico do Estado do Rio de Janeiro tem sido apontada há muitos anos em diversos estudos sobre desenvolvimento regional¹. Nosso objetivo neste trabalho é o de contribuir para esta discussão avaliando as transformações da estrutura pro-

* Economista do IBGE.

** Professora da Universidade Federal Fluminense - UFF.

*** Economista do IBGE; Professor do Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território e do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, da ENCE/IBGE; e Professor da Universidade Estácio de Sá.

¹ Ver, dentre outros autores, Santos (2003) e Brito (2004).

dutiva no Estado do Rio de Janeiro à luz da evolução recente do total de estabelecimentos, do emprego e dos salários pelos setores de atividade na segunda metade da década de 1990.

Utilizaremos informações estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRES, do IBGE². Essas informações estão disponíveis de forma compatível para os anos de 1996 a 2001³, com detalhamento regional até o nível de município e com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

A classificação de atividades econômicas é o instrumento operacional que permite que se estude a estrutura produtiva de um país ou região. É através da classificação de atividades que as informações econômicas obtidas de forma individualizada nas unidades de investigação estatística, tanto em inquéritos estatísticos como em registros administrativos, são agrupadas⁴. Ou seja, a classificação de unidades estatísticas determina a classificação das informações coletadas sobre elas. Neste sentido, podemos dizer que a classificação de atividades reflete a estrutura da economia e a especialização da produção, além de oferecer uma base comum de comparação da estrutura econômica ao longo do tempo. A CNAE, adotada pelo IBGE desde 1996, é uma elaboração a partir da *International Standard Industrial Classification of all Economic Activities* - ISIC, Rev. 3, das Nações Unidas.

O Cadastro Central de Empresas é a base de dados econômicos mais abrangente, que congrega informações obtidas tanto de registros administrativos como das pesquisas econômicas anuais do IBGE nas áreas de indústria, comércio, serviços e construção civil. Assim, o Cadastro engloba todos os estabelecimentos produtivos, públicos, privados e instituições sem fins lucrativos, formalmente constituídos. Por

² Com a mudança no modelo de produção das estatísticas econômicas, na primeira metade dos anos noventa, o Cadastro Central de Empresas tornou-se a principal referência para o desenho das amostras das pesquisas anuais para os principais setores de atividade. Para uma breve discussão sobre o impacto dessa mudança nas estatísticas econômicas, ver Feijó e Carvalho (1999).

³ Vale observar que o período de tempo relativamente curto de análise é devido ao fato de as estatísticas econômicas do IBGE serem compatíveis em termos de classificação de atividades a partir de 1996. Mesmo com essa restrição, a segunda metade dos anos noventa foi marcada por mudanças significativas, o que justifica a discussão proposta nesse trabalho.

⁴ A CNAE é uma estrutura hierarquizada de códigos (identificados de um a quatro dígitos) que agrupa atividades econômicas homogêneas. Em geral, duas características principais são observadas como critério para agrupar atividades: a) a similaridade de bens e serviços produzidos em relação aos mercados (ótica da demanda; e b) a similaridade no processo de produção utilizado, considerando insumos utilizados e tecnologia (ótica da oferta). No grupamento de quatro dígitos encontram-se as atividades mais homogêneas. A CNAE identifica mais de 400 desses grupamentos.

sua abrangência geográfica, dispõe de informações no nível de municípios. Essa base de dados, contudo, contém poucas variáveis: número de empresas e de estabelecimentos, estoque de pessoal assalariado e total de salários e remunerações.

No desenvolvimento deste estudo, analisaremos as informações estatísticas do Cadastro de Empresas por regiões de governo⁵ e por classificação de atividade econômica a dois dígitos (equivalente a grandes setores produtivos que agrupam tanto unidades que produzem bens e serviços competitivos como unidades produtoras de bens e serviços com processos produtivos similares). O município da capital, por sua importância em termos de emprego e salário, terá tratamento diferenciado nas tabelas.

As principais questões a serem abordadas são:

- 1) análise da evolução da estrutura produtiva do Estado do Rio de Janeiro através do número de estabelecimentos e do volume de emprego e salários em comparação com outras Unidades da Federação;
- 2) avaliação do deslocamento dos estabelecimentos, do emprego e dos salários segundo as regiões de governo no Estado do Rio de Janeiro; e
- 3) estudo do coeficiente de especialização, identificando as regiões segundo o grau de especialização em atividades econômicas.

A evolução da estrutura produtiva do Estado do Rio de Janeiro em relação ao restante do País: 1996-2001

Na década de 1990, a economia brasileira passou por profundas transformações. Os sucessivos governos adotaram um modelo de desenvolvimento econômico baseado em privatização de empresas públicas, maior abertura comercial, maior abertura financeira para o capital estrangeiro, dentre outras medidas, que tiveram impactos negativos na geração de emprego e na evolução dos salários reais no País. A partir de 1994 a inflação crônica foi controlada com o bem sucedido Plano Real e o Produto Interno Bruto - PIB apresentou algum crescimento (1994-1997), contrastando com o restante da década, quando a economia pouco cresceu. Especificamente no período 1996-2001, o contexto macroeconômico foi muito heterogêneo. Os anos

⁵ Será utilizada a divisão do estado em regiões de governo, conforme classificação do Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - Fundação CIDE. Ver Anexo 1, com a listagem dos municípios de cada região.

1997-1998 são os últimos (e difíceis devido aos ataques especulativos externos) da vigência do Plano Real com câmbio fixo. Já 1999-2001 representam os primeiros anos pós-Real com câmbio flutuante, que se iniciam com a recuperação da economia (1999-2000) e terminam com a crise de energia (2001). O Estado do Rio de Janeiro sofreu os impactos das políticas econômicas adotadas nos anos noventa, reestruturando sua economia com o surgimento de novas áreas de especialização, conforme será apontado ao longo deste trabalho.

A Tabela 1 apresenta a importância da economia do Estado Rio de Janeiro no total da economia do País. Observa-se que após a retomada das atividades econômicas em, 1999, houve um aumento da participação do PIB fluminense no PIB nacional. Em, 1996 a participação era de 11,1%, em 2000 atingiu 12,5%, e em 2001, 12,3%. Este crescimento foi impulsionado pelo aumento da extração de petróleo e gás e pela fabricação de material de transporte, com a implantação de novas montadoras no estado.

Tabela 1 - Participação percentual do Produto Interno Bruto no total do PIB Brasil - Estado do Rio de Janeiro - 1996-2001

Ano	Percentual do PIB (%)	Ano	Percentual do PIB (%)
1996	11,1	1999	11,8
1997	11,2	2000	12,5
1998	11,0	2001	12,3

Fontes: Contas regionais do Brasil 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. (Contas nacionais, n. 6); Contas regionais do Brasil 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Contas nacionais, n. 11). Acompanha 1 CD-ROM.

Na estrutura produtiva do País, o Rio de Janeiro é o segundo estado em total de pessoal assalariado, com 2,7 milhões de pessoas, e em salários pagos, com R\$ 30,4 bilhões, estando atrás somente do Estado de São Paulo, o mais importante em termos econômicos no País. Em número de estabelecimentos é o quinto colocado, com 370 mil, atrás de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, conforme Tabela 2. A divergência em relação à colocação relativa em termos de número de estabelecimentos e das demais variáveis ressalta uma especificidade da estrutura econômica do Estado do Rio de Janeiro, onde há o predomínio de atividades ligadas ao setor público federal, em particular no município da Capital.

Tabela 2 - Total de estabelecimentos, pessoal assalariado e salários, segundo Unidades da Federação selecionadas - Brasil - 1996/2001

Unidades da Federação selecionadas	1996			2001		
	Estabelecimentos (mil)	Pessoal assalariado (mil)	Salários (bilhões R\$)	Estabelecimentos (mil)	Pessoal assalariado (mil)	Salários (bilhões R\$)
Brasil	3 477	22 415	171 263	5 042	26 012	255 332
Unidades da Federação selecionadas	2 966	18 820	150 921	4 245	21 494	222 301
São Paulo	1 087	7 258	68 460	1 508	7 921	97 380
Rio de Janeiro	279	2 608	21 152	370	2 731	30 419
Minas Gerais	430	2 245	14 169	596	2 679	21 848
Rio Grande do Sul	372	1 634	11 732	535	1 894	17 544
Paraná	265	1 354	9 332	388	1 641	13 866
Bahia	130	900	5 529	233	1 154	8 514
Santa Catarina	178	870	5 958	266	1 127	8 995
Pernambuco	81	755	4 098	126	858	6 194
Distrito Federal	48	609	7 652	76	774	13 000
Ceará	95	589	2 838	147	714	4 542
Outras Unidades da Federação	511	3 595	20 342	798	4 518	33 031

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

No período 1996-2001, o Estado do Rio de Janeiro apresentou um saldo positivo (criação menos destruição) de 123 mil postos de trabalho, representando mais R\$ 9,3 bilhões em salários (Tabela 3). Ficou em décimo lugar em termos de saldo de postos de trabalho, o que representou menos de 20% dos postos de trabalho gerados no Estado de São Paulo, menos de um terço do gerado em Minas Gerais e menos da metade do gerado nos Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Estados da Região Centro-Oeste - Goiás e Distrito Federal - e da Região Nordeste - Bahia e Ceará - também geraram mais postos de trabalhos do que o Estado do Rio de Janeiro. Em termos de geração de renda, entretanto, os salários pagos no estado no período, R\$ 9,3 bilhões, só foram superados pelo Estado de São Paulo, R\$ 28,9 bilhões, e seguido de perto pelo Estado de Minas Gerais, com R\$ 7,7 bilhões. Esse movimento relativo desproporcional entre criação de postos de trabalho e geração de massa salarial sugere que o processo de reestruturação produtiva no Rio de Janeiro favoreceu a contratação de pessoal de maior salário, relativamente às demais Unidades da Federação.

Tabela 3 - Variação absoluta no total de estabelecimentos, do pessoal assalariado e dos salários, segundo Unidades da Federação selecionadas - Brasil - 1996/2001

Unidades da Federação selecionadas	Estabelecimentos (mil)	Pessoal assalariado (mil)	Salários (bilhões R\$)
Brasil	1 565	3 597	84 070
Unidades da Federação selecionadas	1 288	2 761	71 360
São Paulo	421	663	28 920
Minas Gerais	166	435	7 678
Paraná	123	288	4 534
Rio Grande do Sul	162	260	5 812
Santa Catarina	87	258	3 037
Bahia	103	254	2 984
Goiás	54	190	2 076
Distrito Federal	28	165	5 348
Ceará	51	125	1 704
Rio de Janeiro	91	123	9 266
Outras Unidades da Federação	278	836	12 709

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

O Estado do Rio de Janeiro diminuiu sua participação na estrutura produtiva do País nas três variáveis analisadas, comparando-se os anos de 1996 e 2001 (Tabela 4). A participação no total de estabelecimentos passou de 8,0% para 7,3% (-0,7 ponto percentual), de pessoal assalariado se reduziu de 11,6% para 10,5% (-1,1 ponto percentual) e de salários de 12,4% para 11,9% (-0,5 ponto percentual).

Tabela 4 - Variação em pontos percentuais na distribuição de estabelecimentos, do pessoal assalariado e dos salários, segundo Unidades da Federação selecionadas - Brasil - 1996/2001

Unidades da Federação selecionadas	Variação em pontos percentuais		
	Estabelecimentos	Pessoal assalariado	Salários
São Paulo	(-) 1,4	(-) 1,9	(-) 1,8
Rio de Janeiro	(-) 0,7	(-) 1,1	(-) 0,5
Santa Catarina	0,1	0,5	0,0
Bahia	0,9	0,4	0,1
Minas Gerais	(-) 0,6	0,3	0,3
Paraná	0,1	0,3	0,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

Somente o Estado de São Paulo apresentou maior redução na estrutura produtiva do que a apresentada pelo Estado do Rio de Janeiro. A participação do total de estabelecimentos se reduziu em 1,4 ponto percentual, de pessoal assalariado 1,9 ponto percentual, e de salários 1,8 ponto percentual. Por outro lado, os Estados de Santa Catarina, Bahia e Paraná aumentaram ou mantiveram suas participações nas variáveis analisadas.

O Estado de Santa Catarina foi o que apresentou o maior crescimento na participação do pessoal assalariado, 0,5 ponto percentual. O Estado da Bahia destacou-se no aumento da participação de total de estabelecimentos, 0,9 ponto percentual, e o Estado de Minas Gerais perdeu 0,6 ponto percentual em estabelecimentos, mas ganhou 0,3 ponto percentual em pessoal assalariado e em salários pagos. O Estado do Rio Grande do Sul manteve inalterada sua participação na estrutura produtiva do País nas variáveis analisadas.

O dados apresentados reforçam a tendência de desconcentração regional do emprego com redução da participação dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e aumento da participação de Minas Gerais e de estados das Regiões Sul e Nordeste, seja por motivo de guerra fiscal entre as Unidades da Federação, seja pela mão-de-obra mais barata para redução de custos, seja para ficarem mais próximos das matérias-primas ou de outros mercados.

Conforme já mencionado, o Estado do Rio de Janeiro, no período analisado, aumentou sua participação na produção nacional devido ao aumento da extração de gás e petróleo e da fabricação de material de transporte (após a instalação de duas grandes montadoras - Volkswagen e Peugeot-Citröen). Por outro lado, o crescimento da produção não foi acompanhado pelo crescimento do emprego formal, que apresentou saldo pouco expressivo na comparação com outros estados, sugerindo um aumento de produtividade nas atividades produtivas.

Deslocamento dos estabelecimentos, do emprego e dos salários segundo as regiões de governo no Estado do Rio de Janeiro

A economia do Estado do Rio de Janeiro é muito concentrada na Região Metropolitana, principalmente na Capital (Tabela 5), o que a difere da economia de estados economicamente importantes das Regiões Sul e Sudeste, que apresentam

melhor distribuição regional da atividade econômica. Ademais, vale ressaltar que o Estado do Rio de Janeiro é o que apresenta a maior concentração de população e de produto na Capital.

Em 2000, 70,7% da produção do estado estava na Região Metropolitana, e a Capital concentrava 54,9% do total (Tabela 5)⁶. A Região Norte Fluminense participava com 16,8%, considerando a extração de petróleo da Bacia de Campos que correspondia a 15% do PIB fluminense. A Região do Médio Paraíba participava com 5,8%; a Região Serrana com 3,0%; a Região das Baixadas Litorâneas com 1,7%; a Região Centro-Sul Fluminense com 0,8%; e as Regiões Noroeste Fluminense e Baía da Ilha Grande com 0,7% cada.

**Tabela 5 - Produto Interno Bruto,
segundo regiões de governo e Capital - Estado do Rio de Janeiro - 2000**

Regiões de governo	Produto Interno Bruto (%)	Regiões de governo	Produto Interno Bruto (%)
Estado do Rio de Janeiro	100,0	Região Serrana	3,0
Região Metropolitana	70,7	Região das Baixadas Litorâneas	1,7
Capital	54,9	Região Centro-Sul Fluminense	0,8
Região Norte Fluminense	16,8	Região Noroeste Fluminense	0,7
Região do Médio Paraíba	5,8	Região da Baía da Ilha Grande	0,7

Fonte: Anuário estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2002. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 18, 2002.

Na Tabela 6, apresentamos a taxa de variação do PIB em 2000 pelas regiões de governo. Este foi o ano de maior crescimento da economia nacional considerando o período de 1996 a 2001, quando a economia do País cresceu 4,4%, segundo o IBGE. Nesse ano, o PIB fluminense cresceu 6,1%, segundo a Fundação CIDE. Em termos das regiões, a maior taxa de crescimento foi verificada na Capital (6,3%), que se situou próxima da do estado. Quando consideramos o crescimento da Região Metropolitana observamos que a taxa de variação se reduz para 5,8%.

⁶ Observar que estamos utilizando informações do PIB calculado pela Fundação CIDE, pois a informação para município calculada pelo IBGE, não estava disponível quando da redação desse capítulo.

Todas as demais regiões do estado apresentaram taxa de crescimento abaixo da média, sendo que as Regiões do Noroeste Fluminense e da Baía da Ilha Grande tiveram crescimento negativo. As Regiões do Médio Paraíba e do Norte Fluminense, as mais industrializadas, apresentaram crescimento expressivo, acima de 5%.

A Tabela 6 ilustra como o dinamismo da economia fluminense está concentrado na Capital. A tendência tem sido, contudo, de desenvolvimento de outros municípios da Região Metropolitana e das Regiões Norte Fluminense e do Médio Paraíba que tendem a se desenvolver como novos centros regionais.

Tabela 6 - Taxa de variação do Produto Interno Bruto, segundo regiões de governo e Capital - Estado do Rio de Janeiro - 2000

Regiões de governo	Taxa de variação do Produto Interno Bruto (%)	Regiões de governo	Taxa de variação do Produto Interno Bruto (%)
Estado do Rio de Janeiro	6,13	Região das Baixadas Litorâneas	3,65
Região Metropolitana	5,82	Região Centro-Sul Fluminense	3,60
Capital	6,32	Região Serrana	3,37
Região do Médio Paraíba	5,69	Região Noroeste Fluminense	(-) 2,47
Região Norte Fluminense	5,47	Região da Baía da Ilha Grande	(-) 4,88

Fonte: Anuário estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2002. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 18, 2002.

A Tabela 7 apresenta a distribuição dos estabelecimentos, pessoal assalariado e dos salários pelas regiões, entre 1996 e 2001. Mais de 70% dos estabelecimentos e mais de 80% do pessoal assalariado e dos salários pagos estão na Região Metropolitana. Observa-se, contudo, que estes percentuais são declinantes, principalmente na Capital do estado. As Regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas foram as que mais aumentaram suas participações nas três variáveis analisadas. Todas as regiões aumentaram suas participações no emprego, mesmo que marginalmente, com exceção da Região Metropolitana. Somente nesta região houve aumento do salário médio.

Tabela 7 - Distribuição dos estabelecimentos, do pessoal assalariado e dos salários, segundo regiões de governo e Capital - Estado do Rio de Janeiro - 1996/2001

Regiões de governo	1996			2001		
	Estabelecimentos	Pessoal assalariado	Salários	Estabelecimentos	Pessoal assalariado	Salários
Estado do Rio de Janeiro	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Região Metropolitana	74,3	83,6	87,6	72,6	80,9	86,4
Capital	51,9	68,0	77,5	50,4	62,7	73,9
Região do Médio Paraíba	5,8	4,6	4,2	5,8	4,8	3,6
Região Serrana	7,1	4,1	2,5	7,0	4,5	2,7
Região Norte Fluminense	3,8	3,0	3,1	4,1	3,8	4,0
Região das Baixadas Litorâneas	4,0	2,0	1,1	4,9	2,8	1,6
Região Centro-Sul Fluminense	2,0	1,2	0,6	2,3	1,3	0,7
Região Noroeste Fluminense	2,0	1,0	0,4	2,1	1,1	0,5
Região da Baía da Ilha Grande	1,1	0,6	0,5	1,2	0,7	0,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

A Tabela 8 apresenta a variação absoluta dessas variáveis no período de 1996 a 2001. Do saldo de 91 mil estabelecimentos, 67,0% foram instalados na Região Metropolitana e quase metade somente na Capital. Do saldo de 123 mil postos de trabalho gerados entre 1996 e 2001, a Região Metropolitana apresentou saldo positivo de 29 mil postos, dividido em dois segmentos. A capital fluminense perdeu quase 60 mil postos de trabalho e os outros municípios da Região Metropolitana geraram um saldo positivo de quase 89 mil postos de trabalho. As Regiões Norte Fluminense, das Baixadas Litorâneas e Serrana geraram um saldo superior a 20 mil postos de trabalho cada.

Por outro lado, do saldo de R\$ 9,3 bilhões de salários pagos, 65,7% foram pagos na Capital, o que demonstra que apesar de estarem sendo gerados novos postos de trabalho em outros municípios, a capital fluminense mantém-se como forte concentradora de renda e de melhores postos com salários médios mais elevados.

Tabela 8 - Variação absoluta no total de estabelecimentos, do pessoal assalariado e dos salários, segundo regiões de governo e Capital - Estado do Rio de Janeiro - 1996/2001

Regiões de Governo	Variação absoluta 1996/2001		
	Estabelecimentos	Pessoal assalariado	Salários (bilhões R\$)
Estado do Rio de Janeiro	91	123	9 266
Região Metropolitana	61	29	7 747
Capital	42	(-) 60	6 092
Região do Médio Paraíba	6	12	195
Região Serrana	6	16	282
Região Norte Fluminense	5	27	555
Região das Baixadas Litorâneas	7	25	248
Região Centro-Sul Fluminense	3	5	81
Região Noroeste Fluminense	2	5	67
Região da Baía da Ilha Grande	1	4	92

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

Grau de especialização das atividades econômicas por regiões

Uma forma de se avaliar o impacto das transformações econômicas no Estado do Rio de Janeiro é através da análise do coeficiente de especialização. Este coeficiente permite identificar, numa primeira abordagem, o grau de especialização em atividades econômicas das regiões de governo. Ao compararmos dois momentos no tempo, podemos identificar como as especializações de uma região mudam relativamente às mudanças verificadas em outras regiões. O coeficiente de especialização é obtido pela razão entre a participação percentual do pessoal assalariado em dois níveis geográficos. Neste trabalho ele será calculado para as divisões da CNAE (dois dígitos) e para as seguintes regiões:

1. Estado do Rio de Janeiro e Brasil;
2. Regiões de governo e Estado do Rio de Janeiro; e
3. Capital e Estado do Rio de Janeiro .

Formalmente, define-se o coeficiente de especialização como:⁷

$$QE = \frac{E_{ij}/E_i^*}{E^*j/E^{**}}$$

E_{ij} = pessoal assalariado no setor i da região j ;

E_i^* = pessoal assalariado no setor i de todas as regiões;

E^*j = pessoal assalariado em todos os setores da região j ; e

E^{**} = pessoal assalariado em todos os setores de todas as regiões.

Para que uma determinada região tenha especialização no emprego de determinada atividade, consideramos que o coeficiente de especialização seja maior do que 1,0 e participação no emprego formal acima de 0,5%. As atividades de agropecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca - setor primário - não foram consideradas neste trabalho, dadas as baixas participações destas atividades na composição do emprego formal no estado, 0,2% e 0,01%, respectivamente. O estudo abrange, portanto, as atividades dos setores secundário e terciário da economia fluminense.

Vale ressaltar que a variável emprego está sendo utilizada como uma *proxy* da produção (valor agregado) dado que essa última, como já foi assinalado, não está disponível para o recorte aqui utilizado (divisão CNAE/município).

Uma observação importante de se ter presente sobre a característica do índice de especialização é que se uma região se destaca muito em relação a uma atividade, mas esta atividade é também importante na região como um todo (o estado, por exemplo), então a especialização na região não aparece. Considere, por exemplo, o turismo no Estado do Rio de Janeiro. Certamente esta atividade é um destaque dentro do estado. Ao analisar o grau de especialização em turismo por região, por exemplo a Região das Baixadas Litorâneas em relação ao estado, a atividade não aparece como uma especialização local. O índice de especialização, portanto, aponta especializações que são diferentes entre as regiões, mas não destaca atividades que são características do estado como um todo, em especial quando o resultado do estado é fortemente influenciado por um município (no caso, o da Capital).

⁷ O coeficiente de especialização aqui adotado é largamente usado na literatura. Exemplos recentes são Suzigan, Garcia e Furtado (2002) e Britto, (2004). No Anexo 2, encontram-se todos os coeficientes para 1996 e 2001, por regiões de governo.

Grau de especialização do Estado do Rio de Janeiro em relação ao Brasil

Segundo o coeficiente de especialização entre 1996 e 2001 o Estado do Rio de Janeiro, em comparação com o Brasil, era especializado nas atividades industriais de extração de petróleo e serviços correlatos e na fabricação de outros equipamentos de transporte. Na área de serviços, o Estado do Rio de Janeiro se destacou em transporte aquaviário, serviços pessoais, seguros e previdência privada, atividades imobiliárias, limpeza urbana e esgoto, correio e telecomunicações; atividades auxiliares da intermediação financeira, alojamento e alimentação, educação, atividades recreativas, culturais e desportivas, transporte terrestre e serviços prestados principalmente às empresas.

A economia do Rio de Janeiro é preponderantemente uma economia de serviços, além de muito concentrada na Região Metropolitana e na Capital. Assim sendo, as atividades de serviços pessoais e serviços prestados às empresas aparecem como especializações, refletindo a concentração urbana na Capital. Além disso, observa-se também a importância da atividade de turismo, com a especialização em alojamento e alimentação e atividades recreativas, culturais e desportivas. A importância da presença de atividades ligadas ao setor público é identificada nas especializações em serviços de limpeza urbana esgoto e educação. Na área financeira, o estado ainda se mantém como especializado em atividades auxiliares da intermediação financeira, tendo perdido contudo, no início da década, sua importância como centro financeiro mais diversificado.

Identificou-se somente em 1996 a especialização do Estado do Rio de Janeiro em transporte aéreo e em fabricação de produtos químicos, devido à redução de pessoal assalariado no estado, nesses setores, ter sido superior a do Brasil.

Em 2001, verificou-se que o estado havia apresentado especialização em atividades onde não era especializado em 1996: fabricação de coque, refino de petróleo e elaboração de combustíveis nucleares, pois houve aumento do pessoal assalariado no Estado do Rio de Janeiro e queda no Brasil; fabricação de produtos do fumo, devido à diminuição do pessoal assalariado no Brasil acima da queda apresentada no estado.

Grau de especialização das regiões de governo e o Estado do Rio de Janeiro

- Região Metropolitana

Nesta região, está concentrada a Capital e a infra-estrutura do estado. Nela se encontram as principais indústrias, serviços especializados e órgãos da administração pública federal. Abrange cerca de 80,0% da população do estado.

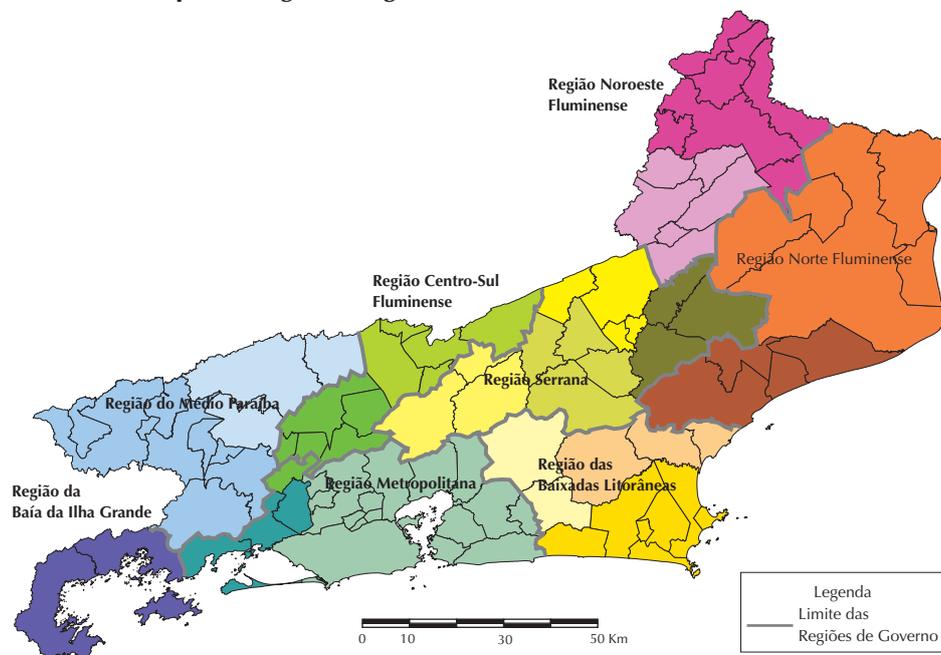
As atividades industriais revelam-se importantes quando o recorte é feito considerando apenas a Região Metropolitana. Destacam-se especializações nas atividades de fabricação de produtos do fumo; fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações; fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; fabricação de produtos químicos; preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem.

Nas atividades de serviços, destacam-se especializações nas atividades auxiliares da intermediação financeira; atividades de informática e conexas; atividades imobiliárias; atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem; aluguel de veículos; máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores; correio e telecomunicações; intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada; serviços pessoais; seguros e previdência privada e transporte aéreo.

Em 1996, a região era especializada em fabricação de coque, refino de petróleo e elaboração de combustíveis nucleares, edição, impressão e reprodução de gravação; pesquisa e desenvolvimento (P&D), limpeza urbana e esgoto e atividade conexas; fabricação de máquinas para escritório equipamentos de informática.

Em 2001, apresentou especialização em atividades recreativas, culturais e desportivas, serviços prestados principalmente às empresas, eletricidade, gás e água quente e educação. Portanto, a Região Metropolitana apresentou uma mudança na sua estrutura econômica, trocando especializações industriais por serviços, ou seja, apresenta agora um maior número de especializações no setor terciário. Parte das especializações “perdidas” se deslocaram para o Norte Fluminense, inclusive o setor de P&D, que agora está mais concentrado nesta região.

Mapa 1 - Regiões de governo do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Regiões de governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov/Cidinho/pages/regioes.asp>>. Acesso em: mar. 2004.

Regiões industriais

- Norte Fluminense

Esta região sempre se caracterizou pela produção açucareira, mas atualmente o álcool e o petróleo destacam-se como os principais produtos da região. Em Campos dos Goytacazes, estão concentradas as principais indústrias da região, enquanto que em Macaé a principal atividade é a extração de petróleo e extração e beneficiamento de gás natural da Bacia de Campos. Macaé surge como novo centro regional promovendo também o desenvolvimento das atividades comerciais e de serviços na região.

A Região Norte Fluminense apresentou especialização em 1996 e em 2001 em oito atividades econômicas, sendo cinco no ramo da indústria: extração de petróleo e serviços correlatos, fabricação de produtos de minerais não-metálicos, fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos - extração de minerais não-metálicos, fabricação de produtos alimentícios e bebidas, pesquisa e desenvolvi-

mento, transporte aquaviário e construção. As atividades de eletricidade, gás e água quente, comércio varejista, comércio e reparação de veículos e transporte terrestre, eram destaque em 1996. Comparando 1996 com 2001, observou-se que surgem seis novas especializações: fabricação de coque, refino de petróleo e elaboração de combustíveis nucleares, fabricação de máquinas e equipamentos, comércio por atacado e atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem. Estas mudanças refletem, claramente, o reforço do novo eixo econômico da região, ligado às atividades de extração e processamento de petróleo.

- Médio Paraíba

A Região do Médio Paraíba é uma região tradicionalmente industrial no estado. Apresentou especialização tanto em 1996 quanto em 2001 nas atividades de (onze ao todo, sendo nove na indústria): fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática; metalurgia básica; reciclagem; fabricação de produtos de madeira; fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos; fabricação de celulose, papel e produtos de papel; fabricação de produtos de minerais não-metálicos; fabricação de máquinas e equipamentos; extração de minerais não-metálicos; comércio e reparação de veículos e captação, tratamento e distribuição de água. A atividade de têxtil, na qual a região era também especializada em 1996, assim como em serviços prestados principalmente às empresas e seguros e previdência social deixam de ser destaque em 2001. Em contrapartida, em 2001, as seguintes atividades surgiram (quatro, sendo três no ramo da indústria): fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias; fabricação de produtos alimentícios e bebidas, transporte terrestre e saúde e serviços sociais. As mudanças de especialização refletem principalmente a instalação de montadoras da indústria automobilística na região.

- Serrana

Os Municípios de Nova Friburgo e Petrópolis são os principais centros da Região Serrana. Em Nova Friburgo, existe a concentração das atividades industriais, principalmente as tradicionais com pequenas e médias empresas. O comércio e os serviços ligados às atividades industriais também são importantes, como veremos abaixo nos coeficientes de especialização da região. Petrópolis também é um importante centro industrial nas áreas têxtil e vestuário. Em Cantagalo, a produção de cimento é a principal atividade, mas que apresenta pouco dinamismo.

A Região Serrana destaca-se, em 2001, pela especialização em atividades industriais, principalmente (das 17 especializações encontradas, treze são na indústria): fabricação de produtos têxteis; confecção de artigos do vestuário e acessórios; fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares; fabricação de móveis e indústrias diversas; fabricação de outros equipamentos de transporte; fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos - fabricação de produtos de madeira; fabricação de celulose; papel e produtos de papel; fabricação de artigos de borracha e plástico; fabricação de produtos alimentícios e bebidas; limpeza urbana e esgoto; comércio varejista; comércio e reparação de veículos; fabricação e montagem de veículos automotivos, reboques e carrocerias, extração de minerais não metálicos; e saúde e serviços sociais. É interessante notar que essa região apresentava, em 1996, uma lista mais extensa de especializações que não se apresentam em 2001⁸. Em 2001, ela não apresentou nenhuma nova especialização.

Esta região, portanto, perde especializações e não ganha novas, o que pode ser fruto de um menor dinamismo econômico dos municípios ou de um dinamismo maior intra-setorial, o que só poderia ser visível numa análise mais desagregada.

- Centro-Sul Fluminense:

A Região Centro-Sul Fluminense especializa-se em (ao todo são seis especializações, sendo quatro no setor indústria): fabricação de produtos de minerais não-metálicos; extração de minerais não-metálicos; fabricação de artigos de borracha e plástico; fabricação de produtos alimentícios e de bebidas; comércio por atacado e intermediários do comércio e comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas.

Esta região está ganhando mais especializações do setor secundário do que do terciário, pois, em 1996, era também especializada em educação⁹. Em 2001, e não em 1996, a região era especializada em fabricação de outros equipamentos de transporte; fabricação de artigos de borracha e plástico; fabricação de produtos alimentícios e bebidas; comércio por atacado e intermediários do comércio; limpeza urbana; aluguel de veículos; máquinas e equipamentos e serviços prestados às empresas.

⁸ Essas especializações eram: fabricação de produtos de minerais não-metálicos; edição, gravação e reprodução de gravações; eletricidade, gás e água quente e captação, tratamento e distribuição de água.

⁹ Além de construção; fabricação de celulose, papel e produtos de papel e fabricação de material eletrônico e de aparelhos de comunicação.

Regiões turísticas

- Baixadas Litorâneas

O principal pólo da região é o Município de Cabo Frio, devido à diversificação de atividades comerciais e de serviços, ligadas principalmente ao turismo. Os Municípios de Casimiro de Abreu e Rio das Ostras têm suas economias influenciadas pelo desenvolvimento da Região Norte Fluminense, devido ao aumento da extração de petróleo e gás natural, recebendo *royalties* e novo fluxo migratório.

A Região das Baixadas Litorâneas caracteriza-se pela especialização nas atividades de: extração de minerais não-metálicos; fabricação de produtos de madeira; fabricação de produtos de minerais não-metálicos e em eletricidade, gás e água quente. Em 1996, a região era especializada em: fabricação de produtos químicos; fabricação de coque, refino do petróleo e elaboração de combustíveis nucleares; atividades recreativas, culturais e desportivas; atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem.

Em 2001, mas não em 1996, a região era especializada também em: fabricação de produtos de metal e em captação, tratamento e distribuição de água. Esta região, contígua à Região Norte Fluminense onde a atividade de extração de petróleo é dominante, perdeu especializações na área de indústria ligada à indústria química e de petróleo, além de perder especialização na área de turismo. Como veremos mais a seguir, outra região no estado emerge no final da década como nova atração para a atividade de turismo.

- Baía da Ilha Grande

A Região da Baía da Ilha Grande caracteriza-se pelas atividades ligadas ao setor de serviços, principalmente alojamento e alimentação; atividades associativas; atividades imobiliárias; atividades recreativas, culturais e desportivas e construção. Em 1996, a região apresentava especializações em fabricação de outros equipamentos de transporte e eletricidade, gás e água quente. Em 2001, as novas especializações no emprego formal que surgiram foram em comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, em atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem, serviços prestados às empresas, saúde e serviços sociais, extração de minerais não-metálicos e em administração pública. Esta região está claramente se especializando na atividade de turismo, surgindo como um novo pólo a competir com a Região das Baixadas Litorâneas.

Região agro-industrial

- Noroeste Fluminense

As principais atividades econômicas na Região do Noroeste Fluminense são: extração de minerais não-metálicos; fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias; fabricação de celulose, papel e produtos de papel; fabricação de produtos de minerais não-metálicos; fabricação de produtos alimentícios e bebidas; saúde e serviços sociais; confecção de artigos do vestuário e acessórios; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; reciclagem e administração pública; defesa e seguridade social. Em 1996, mas não em 2001, a região era especializada em: eletricidade, gás e água quente e no comércio por atacado e intermediários do comércio e o transporte aquaviário. Em 2001, a região era especializada em reciclagem; fabricação de móveis e indústrias diversas; fabricação de produtos têxteis, limpeza urbana e atividades associativas. Esta é uma região relativamente pobre dentro do estado e sua economia caracteriza-se por atividades industriais com baixo grau de sofisticação.

Grau de especialização da Capital em relação ao Estado do Rio de Janeiro

A economia do município da Capital apresentou-se especializada em uma lista relativamente extensa de atividades, demonstrando a importância da Capital dentro do estado. Destacam-se tanto atividades do setor de serviços - transporte aéreo; seguros e previdência privada; atividades auxiliares da intermediação financeira; atividades de informática e conexas; correio e telecomunicações; atividades recreativas culturais e desportivas; intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada; serviços pessoais; atividades imobiliárias; atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem transporte aquaviário; atividades associativas; serviços prestados principalmente as empresas, administração pública; defesa e seguridade social - como atividades industriais fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações; fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; preparação de couros e fabricação de artefatos de couro; artigos de viagem; edição, impressão e reprodução de gravações; captação, tratamento e distribuição de água;

Em 1996, além das atividades citadas acima, constavam como especializações: a fabricação de produtos de fumo, fabricação de máquinas e equipamentos, fabricação de coque, refino de petróleo e elaboração de combustíveis nucleares, a fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática, pesquisa e desenvolvimento, limpeza urbana e esgoto, aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores

Em 2001, a Capital era especializada também em alojamento e alimentação e em eletricidade, gás e água quente.

As palavras de Lessa (2000, p. 435), bem sintetizam a vocação da cidade do Rio de Janeiro: “Não tendo sido sede da industrialização pesada, o Rio, tendo na atualidade variados serviços urbanos, sofisticado complexo cultural e uma posição relativa avançada na educação e P&D, seria uma metrópole *avant la lettre* da pós-modernidade”.

Resumo e conclusões

O presente estudo buscou contribuir para a discussão sobre o desenvolvimento econômico recente da economia fluminense. Foram analisadas todas as atividades econômicas, com exceção da agropecuária e silvicultura (que não são relevantes na composição do emprego formal), em nível detalhado da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE e com desagregação regional. Desta forma, pudemos traçar um panorama abrangente das transformações do mercado de trabalho formal fluminense entre os anos de 1996 e 2001.

Uma característica marcante da economia fluminense é o peso acentuado do setor serviços. Conforme a Tabela 9, observa-se que no Estado do Rio de Janeiro, em 1996, 80,3% do pessoal assalariado estava empregado em atividades ligadas aos serviços, e em 2001 a participação aumentou para 83,1%. No mesmo período, o emprego industrial recuou de 19,5% para 16,7%. Estes dados, ao ilustrarem o grau de importância do setor de serviços na economia do Estado do Rio de Janeiro, também justificam a necessidade de se analisar a economia do estado considerando todas as atividades econômicas, como foi a proposta deste estudo, e não apenas o setor industrial.

Na Tabela 10, detalhamos quais foram as alterações na composição do emprego segundo as grandes atividades econômicas e por regiões do estado. Ou seja, a Tabela 10 nos dá uma primeira indicação de novas tendências de especialização em termos de atividade econômica. A Região Metropolitana apresentou redução de 77,0%

**Tabela 9 - Participação do pessoal assalariado,
por setores da economia - Estado do Rio de Janeiro - 1996/2001**

Ano	Participação do pessoal assalariado, por setores da economia (%)		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
1996	0,2	19,5	80,3
2001	0,2	16,7	83,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

para 70,9% na sua participação no emprego industrial do estado, que apresentou acréscimos nas Regiões do Norte Fluminense, do Médio Paraíba, Serrana e das Baixadas Litorâneas. O setor de serviços apresentou aumento de participação em todas as regiões, com exceção da Região Metropolitana (que concentra mais de 80,0% do emprego de serviços no estado), da Região do Médio Paraíba e Região Noroeste Fluminense.

**Tabela 10 - Distribuição do pessoal assalariado, por setor de atividade,
segundo as regiões de governo - Estado do Rio de Janeiro - 1996/2001**

Regiões de Governo	Distribuição do pessoal assalariado, por setor de atividade (%)					
	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	1996	2001	1996	2001	1996	2001
Estado do Rio de Janeiro	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Região Metropolitana	28,7	35,3	77,0	70,9	85,3	82,9
Região Norte Fluminense	31,4	19,8	4,9	7,6	2,4	3,0
Região do Médio Paraíba	13,3	9,4	6,2	8,8	4,1	4,0
Região Serrana	9,2	9,9	6,5	7,3	3,5	4,0
Região Centro-Sul Fluminense	6,4	7,1	1,7	1,6	1,1	1,3
Região da Baía da Ilha Grande	0,6	1,2	1,1	0,3	0,5	0,8
Região das Baixadas Litorâneas	9,6	16,3	1,6	2,1	2,0	2,9
Região Noroeste Fluminense	0,8	1,0	1,0	1,4	1,0	1,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

Do ponto de vista das especializações, apesar do curto período de tempo analisado, observamos mudanças na economia fluminense, que foram ocasionadas pelo aumento da produção de gás e petróleo e pelos investimentos estrangeiros na fabricação de produtos químicos e na indústria automobilística¹⁰. O processo de reestruturação produtiva na economia fluminense aponta no sentido de estarem

¹⁰ O investimento em telecomunicações e na indústria naval apenas reforçou especializações regionais já existentes e por isso não são aqui destacados.

se desenvolvendo no estado cidades médias no interior, denominadas de “capitais regionais”, tais como Volta Redonda (Médio Paraíba) e Macaé (Norte Fluminense), possibilitando redução da concentração econômica na Capital do estado.

No quadro abaixo, resumimos o movimento em termos de especializações nas regiões do estado entre 1996 e 2001.

Quadro 1 - Especialização setorial predominante e direção da mudança na especialização dentre as atividades em que a região de governo apresenta especialização - Estado do Rio de Janeiro - 1996/2001

Regiões de governo	Especialização setorial predominante		
	1996	2001	Observações
Metropolitana	Terciário	+ Terciário	Perda de especializações industriais e ganho em serviços urbanos e ligados às empresas
Norte Fluminense	Secundário	+ Secundário	Ganham importância atividades ligadas ao petróleo e às indústrias de utilidade pública, ambas não intensivas em emprego (1)
Médio Paraíba	Secundário	+ Secundário	Setor automotivo ganha peso
Serrana	Secundário	- Secundário	Indústria perde especializações sem ganho no setor terciário
Centro-Sul Fluminense	Secundário	Terciário	Ganha especializações no comércio e serviços ligados às empresas
Baixadas Litorâneas	Secundário	- Secundário	Indústria perde especializações
Baía da Ilha Grande	Terciário	Terciário	Ganha especializações na área de turismo
Noroeste Fluminense	Secundário	Secundário/ Terciário	Tanto indústria quanto terciário ganham especializações em atividades de pouca sofisticação

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

(1) Por esse motivo a região ganha especializações na indústria mas ao mesmo tempo o conjunto dos segmentos com especialização perde peso no total do emprego no setor secundário.

Referências

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2002. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 18, 2002.

ARAÚJO, V. L. F. C. *O município de São Gonçalo na trajetória do desenvolvimento industrial do Estado do Rio de Janeiro: auge e declínio da Manchester Fluminense*. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

BRITTO, J. *Arranjos produtivos locais: perfil das concentrações de atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF; Rio de Janeiro: FUNCEX: UFRJ, Instituto de Economia: SEBRAE, 2004. 241 p.

CONTAS regionais do Brasil 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 111 p. (Contas nacionais, n. 6).

CONTAS regionais do Brasil 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 114 p. (Contas nacionais, n. 11). Acompanha 1 CD-ROM.

FEIJÓ, C.; CARVALHO, P. M. G. O debate sobre produtividade industrial e as estatísticas oficiais. *Economia Aplicada*, São Paulo: FIPE, v. 3, n. 4, out./dez. 1999.

LESSA, C. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 478 p. (Metrópoles).

REGIÕES de governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br/Cidinho/pages/regioes.asp>>. Acesso em: mar. 2004.

SANTOS, A. M. S. P. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 226 p.

SUZIGAN, W; GARCIA, R.; FURTADO, J. *Clusters ou sistemas locais de produção e inovação: identificação, caracterização e medidas de apoio*. São Paulo: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2002.

Anexos

Anexo 1 - Regiões de governo e os municípios que as compõem Estado do Rio de Janeiro - 2002

Regiões de governo	Municípios
Metropolitana (20 municípios)	Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Mesquita, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá
Norte Fluminense (9 municípios)	Campos, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra
Médio Paraíba (12 municípios)	Barra do Pirai, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda
Serrana (14 municípios)	Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes
Baixadas Litorâneas (12 municípios)	Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim
Centro-Sul Fluminense (10 municípios)	Areal, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty de Alferes, Sapucaia, Três Rios e Vassouras
Noroeste Fluminense (13 municípios)	Aperibé, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Lage de Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai
Baía da Ilha Grande (2 municípios)	Angra dos Reis e Parati

Fonte: Anuário estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2002. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 18, 2002

Nota: Regiões de governo conforme classificação do Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - Fundação CIDE.

Anexo 2 - Coeficiente de Especialização do Estado do Rio de Janeiro, Regiões de Governo e Capital 1996/2001

2.1 - Estado do Rio de Janeiro

Classificação Nacional de Atividades Econômicas	Coeficiente de especialização	
	1996	2001
Extração de petróleo e serviços correlatos	3,4	5,7
Transporte aquaviário	3,8	3,8
Serviços pessoais	2,1	2,3
Seguros e previdência privada	1,9	2,1
Atividades imobiliárias	1,6	1,9
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares	0,3	1,9
Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas	1,7	1,9
Fabricação de outros equipamentos de transporte	2,2	1,6
Correio e telecomunicações	1,4	1,6
Atividades auxiliares da intermediação financeira	1,4	1,5
Alojamento e alimentação	1,6	1,5
Educação	1,3	1,5
Atividades recreativas, culturais e desportivas	1,4	1,4
Transporte terrestre	1,2	1,3
Serviços prestados principalmente às empresas	1,4	1,3
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	1,5	1,3
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores	1,4	1,3
Atividades de informática e conexas	1,5	1,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	1,2	1,2
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1,2	1,1
Saúde e serviços sociais	1,1	1,1
Fabricação de produtos do fumo	0,8	1,1
Atividades associativas	1,1	1,1
Fabricação de produtos químicos	1,2	1,1
Transporte aéreo	2,5	1,0
Reciclagem	1,3	0,9
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares	1,2	0,9
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1,1	0,8
Pesquisa e desenvolvimento	1,1	0,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

Anexo 2 - Coeficiente de Especialização do Estado do Rio de Janeiro, Regiões de Governo e Capital 1996/2001

2.2 - Região Metropolitana

Classificação Nacional de Atividades Econômicas	Coeficiente de especialização	
	1996	2001
Fabricação de produtos do fumo	1,2	1,2
Seguros e previdência privada	1,1	1,2
Transporte aéreo	1,2	1,2
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	1,1	1,2
Extração de minerais metálicos	1,1	1,2
Atividades auxiliares da intermediação financeira	1,2	1,2
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1,1	1,2
Serviços pessoais	1,1	1,1
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem	1,1	1,1
Correio e telecomunicações	1,1	1,1
Atividades de informática e conexas	1,2	1,1
Fabricação de produtos químicos	1,1	1,1
Atividades imobiliárias	1,1	1,1
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	1,1	1,1
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	1,1	1,1
Atividades recreativas, culturais e desportivas	1,0	1,1
Serviços prestados principalmente às empresas	1,0	1,1
Eletricidade, gás e água quente	1,0	1,1
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores	1,1	1,1
Educação	1,0	1,1
Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas	1,1	1,0
Edição, impressão e reprodução de gravações	1,1	1,0
Pesquisa e desenvolvimento	1,1	0,9
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares	1,1	0,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

Anexo 2 - Coeficiente de Especialização do Estado do Rio de Janeiro, Regiões de Governo e Capital 1996/2001

2.3 - Região Norte Fluminense

Classificação Nacional de Atividades Econômicas	Coeficiente de especialização	
	1996	2001
Extração de petróleo e serviços correlatos	33,2	23,0
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares	0,0	8,4
Pesquisa e desenvolvimento	2,7	6,8
Transporte aquaviário	3,6	5,0
Fabricação de máquinas e equipamentos	0,7	3,2
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	3,0	3,1
Construção	1,1	2,9
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	1,3	2,0
Extração de minerais não-metálicos	1,2	1,8
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	3,4	1,4
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	0,7	1,3
Extração de minerais metálicos	1,4	1,2
Comércio por atacado e intermediários do comércio	0,9	1,2
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1,1	1,0
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio	1,1	1,0
Captação, tratamento e distribuição de água	0,1	1,0
Transporte terrestre	1,4	0,9
Eletricidade, gás e água quente	1,9	0,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

2.4 - Região Médio Paraíba

Classificação Nacional de Atividades Econômicas	Coeficiente de especialização	
	1996	2001
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	2,3	14,8
Metalurgia básica	7,5	13,8
Reciclagem	5,5	11,7
Fabricação de produtos de madeira	3,7	7,2
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,5	5,9
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	6,3	4,6
Captação, tratamento e distribuição de água	1,7	2,3
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	2,4	2
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1,8	1,9
Fabricação de máquinas e equipamentos	1,4	1,9
Extração de minerais não-metálicos	1,5	1,8
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio	1,4	1,5
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1,1	1,2
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	0,9	1,1
Saúde e serviços sociais	0,8	1,1
Construção	1,3	1,1
Transporte terrestre	1,0	1,1
Fabricação de produtos têxteis	2,1	1,0
Serviços prestados principalmente às empresas	1,8	0,7
Seguros e previdência privada	2,1	0,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

Anexo 2 - Coeficiente de Especialização do Estado do Rio de Janeiro, Regiões de Governo e Capital 1996/2001

2.5 - Região Serrana

Classificação Nacional de Atividades Econômicas	Coeficiente de especialização	
	1996	2001
Fabricação de produtos têxteis	5,1	6,3
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	4,8	6,0
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares	7,7	4,5
Fabricação de móveis e indústrias diversas	3,3	3,6
Fabricação de outros equipamentos de transporte	3,4	2,7
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	2,0	2,7
Fabricação de produtos de madeira	2,1	2,5
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1,8	2,3
Fabricação de artigos de borracha e plástico	1,5	1,9
Saúde e serviços sociais	2,1	1,6
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	1,2	1,4
Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas	1,5	1,3
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1,3	1,3
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio	1,3	1,2
Extração de minerais não-metálicos	1,2	1,2
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	2,1	1,1
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1,5	1,0
Edição, impressão e reprodução de gravações	1,1	0,8
Eletricidade, gás e água quente	1,2	0,7
Captação, tratamento e distribuição de água	1,1	0,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

2.6 - Região das Baixadas Litorâneas

Classificação Nacional de Atividades Econômicas	Coeficiente de especialização	
	1996	2001
Extração de minerais não-metálicos	15,2	7,5
Fabricação de produtos de madeira	4,1	3,1
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2,2	1,8
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	0,8	1,7
Eletricidade, gás e água quente	1,4	1,6
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio	1,5	1,4
Administração pública, defesa e seguridade social	1,5	1,4
Captação, tratamento e distribuição de água	0,1	1,4
Alojamento e alimentação	1,4	1,4
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1,3	1,3
Atividades imobiliárias	1,4	1,2
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores	1,2	1,2
Fabricação de produtos químicos	1,2	0,8
Atividades recreativas, culturais e desportivas	1,4	0,6
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	1,2	0,6
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares	3,0	0,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

Anexo 2 - Coeficiente de Especialização do Estado do Rio de Janeiro, Regiões de Governo e Capital 1996/2001

2.7 - Região Centro-Sul Fluminense

Classificação Nacional de Atividades Econômicas	Coeficiente de especialização	
	1996	2001
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0,1	4,6
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	3,5	3,4
Extração de minerais não-metálicos	2,7	2,9
Fabricação de artigos de borracha e plástico	3,3	2,8
Comércio por atacado e intermediários do comércio	1,0	1,9
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	4,5	1,8
Captação, tratamento e distribuição de água	0,0	1,7
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio	1,7	1,6
Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas	0,0	1,6
Atividades associativas	0,5	1,5
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	0,8	1,4
Fabricação de produtos químicos	1,5	1,4
Transporte terrestre	1,6	1,3
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1,3	1,3
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores	0,1	1,2
Serviços prestados principalmente às empresas	0,5	1,1
Educação	1,2	1,0
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares	1,8	0,7
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1,5	0,4
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	2,5	0,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

2.8 - Região Noroeste

Classificação Nacional de Atividades Econômicas	Coeficiente de especialização	
	1996	2001
Extração de minerais não-metálicos	4,6	7,9
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	4,9	5,7
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	4,3	5,0
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	4,2	3,9
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	2,5	3,2
Saúde e serviços sociais	1,6	1,8
Confeção de artigos do vestuário acessórios	1,1	1,8
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio	1,9	1,7
Reciclagem	0,0	1,6
Administração pública, defesa e seguridade social	1,5	1,6
Fabricação de móveis e indústrias diversas	0,7	1,4
Fabricação de produtos de madeira	2,2	1,4
Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas	0,0	1,3
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1,1	1,3
Atividades associativas	0,8	1,2
Fabricação de produtos têxteis	1,0	1,1
Eletricidade, gás e água quente	2,4	1,0
Comércio por atacado e intermediários do comércio	1,3	0,9
Transporte aquaviário	2,4	0,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

**Anexo 2 - Coeficiente de Especialização do Estado do Rio de Janeiro,
Regiões de Governo e Capital 1996/2001**

2.9 - Região da Baía da Ilha Grande

Classificação Nacional de Atividades Econômicas	Coeficiente de especialização	
	1996	2001
Alojamento e alimentação	2,1	2,2
Atividades associativas	4,2	1,7
Atividades imobiliárias	1,9	1,6
Atividades recreativas, culturais e desportivas	1,4	1,5
Construção	5,1	1,5
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1,2	1,3
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio	1,0	1,3
Administração pública, defesa e seguridade social	0,3	1,2
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	0,9	1,2
Extração de minerais não-metálicos	0,8	1,1
Serviços prestados principalmente às empresas	0,4	1,1
Saúde e serviços sociais	0,6	1,1
Fabricação de outros equipamentos de transporte	28,0	0,7
Eletricidade, gás e água quente	1,1	0,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

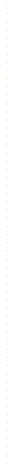
Anexo 2 - Coeficiente de Especialização do Estado do Rio de Janeiro, Regiões de Governo e Capital 1996/2001

2.10 - Capital

Classificação Nacional de Atividades Econômicas	Coeficiente de especialização	
	1996	2001
Transporte aéreo	1,5	1,5
Seguros e previdência privada	1,2	1,5
Atividades auxiliares da intermediação financeira	1,3	1,4
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	1,3	1,4
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1,3	1,4
Atividades de informática e conexas	1,3	1,4
Correio e telecomunicações	1,3	1,4
Atividades recreativas, culturais e desportivas	1,1	1,3
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem	1,2	1,3
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	1,2	1,2
Serviços pessoais	1,1	1,2
Atividades imobiliárias	1,1	1,2
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	1,3	1,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	1,2	1,2
Captação, tratamento e distribuição de água	1,3	1,2
Transporte aquaviário	1,3	1,1
Atividades associativas	1,1	1,1
Serviços prestados principalmente às empresas	1,1	1,1
Administração pública, defesa e seguridade social	1,1	1,1
Alojamento e alimentação	1,0	1,1
Extração de minerais metálicos	1,1	1,1
Eletricidade, gás e água quente	1,0	1,1
Pesquisa e desenvolvimento	1,1	1,0
Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas	1,1	1,0
Fabricação de produtos do fumo	1,4	1,0
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores	1,1	1,0
Fabricação de máquinas e equipamentos	1,1	0,9
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares	1,3	0,8
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	1,2	0,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996/2001.

capítulo 3



Precarização e mobilidade sociocupacional no mercado de trabalho fluminense*

Paulo de Martino Jannuzzi**

Introdução

A precarização das relações, formas contratuais e condições do mercado de trabalho brasileiro têm sido amplamente estudadas e denunciadas na bibliografia de Estudos do Trabalho no País, e têm se constituído em um tema recorrente nos encontros e seminários. Enfocando diferentes contextos regionais e períodos, usando as várias fontes de informações sobre mercado de trabalho - Pesquisa Mensal de Emprego e Censo

* Este trabalho vale-se dos resultados de pesquisa do projeto desenvolvido com bolsa da Fundação Ford, na ENCE/IBGE, entre 2001 e 2002.

** Professor do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da ENCE/IBGE.

Demográfico, realizados pelo IBGE; Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE; Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED e Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego - empregando diversos indicadores, vários estudos - entre eles Sabóia (1995), Mattoso e Baltar (1996), Quadros (1997) e *Mapa do mercado de trabalho no Brasil* (2001), do IBGE - têm revelado características desse processo de crescente vulnerabilidade da mão-de-obra brasileira nas últimas duas décadas.

De fato, é o que indicam o aumento das taxas de desemprego, as fortes oscilações conjunturais dos rendimentos, o aumento da parcela de empregados sem carteira, de autônomos, de ocupados com contratos temporários, de ocupados em postos de baixa qualificação ou no setor informal - nas suas diversas formas de construção - aos quais se soma o aumento da jornada de trabalho, dos níveis de rotatividade no emprego, bem como a diminuição da parcela de contribuintes à previdência pública e as baixas taxas de crescimento do emprego formal frente ao crescimento da População Economicamente Ativa - PEA¹. Tais indicadores e tendências caracterizam o quadro de precarização que passou a assinalar o mercado de trabalho nacional a partir de meados dos anos oitenta, interrompendo um processo de crescente - ainda que desigual e insuficiente - estruturação em bases mais modernas².

Com o objetivo de trazer evidências adicionais desse processo de precarização, em particular para o contexto regional fluminense, este trabalho apresenta uma análise da mobilidade sociocupacional ao longo das últimas décadas. Mais

¹ População Economicamente Ativa - PEA é definida como as pessoas de 10 anos ou mais de idade que estão trabalhando ou procurando trabalho.

² Alguns autores procuram relativizar a tendência de precarização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro com base no comportamento das taxas de desemprego, que não teriam aumentado de forma tão significativa como em outras regiões. Apostam na capacidade virtuosa do mercado de trabalho regional, mais flexível e pós-moderno, em incorporar força de trabalho. Vale observar, contudo, que as taxas de desemprego mais baixas na região se explicam, em boa medida, pela conjugação de fatores de natureza demográfica - baixos níveis de fecundidade há décadas, altas taxas de mortalidade por causas violentas de jovens em pleno potencial produtivo e arrefecimento dos fluxos migratórios desde os anos setenta - que fazem com que a demanda por trabalho seja relativamente menor do que na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo. Ver Martignoni (2003).

especificamente, mostra como as possibilidades de ascensão sociocupacional, que a mão-de-obra brasileira e fluminense ainda dispunha nos anos sessenta e setenta, transformaram-se em perspectivas de imobilidade e descenso nas décadas seguintes, no quadro de baixo crescimento econômico e de criação de postos de trabalho no País e na região.

Esta pesquisa utiliza-se de informações disponíveis sobre as ocupações exercidas (primeira e atual) pelos chefes de domicílios homens, de 15 a 74 anos de idade, investigadas nos suplementos de Mobilidade Social da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD realizada em 1982 e 1996. Para tratamento analítico e tabular dessas informações - assim como para cômputo das medidas de mobilidade - empregou-se a escala sociocupacional desenvolvida em trabalho anterior (JANNUZZI, 2000b), por meio da qual as ocupações foram agrupadas em cinco estratos sociocupacionais, de acordo com os níveis médios de rendimento, escolaridade e indicadores de precarização (Anexo).

O texto está dividido em três seções principais: inicia-se com uma apresentação das tendências gerais da mobilidade de carreira no País, computadas nos levantamentos de 1982 e 1996 acima referidos; segue-se uma discussão sobre os diferenciais sociodemográficos e regionais de mobilidade; por fim, discorre-se sobre as cifras e aspectos específicos da mobilidade sociocupacional no Estado do Rio de Janeiro.

O aumento do risco ao descenso sociocupacional dos trabalhadores brasileiros³

Em que pese as distintas bases de dados, as escalas sociocupacionais empregadas, bem como os contextos históricos e/ou espaciais considerados e preocupações analíticas privilegiadas (mobilidade intergeracional, mobilidade intrageracional, mobilidade e gênero, mobilidade e cor, mobilidade e migração, etc) os trabalhos sobre Mobilidade Social têm reiterado as principais conclusões formuladas por Pastore (1979, 1986) e Silva (1979, 1981) no que diz respeito à intensidade, determinantes e padrão da mobilidade no País. Assim, tem-se mostrado, de forma recorrente, que a formação da sociedade urbano-industrial brasileira

³ Esta seção resume questões tratadas em maior profundidade por Jannuzzi (2002).

no Século XX teria sido acompanhada de intenso processo de mobilidade social ascendente. Ao longo dos últimos cinquenta anos, a maior parte da população economicamente ativa teria galgado postos de trabalho urbanos, não-manuais ou de maior qualificação, como resultado das mudanças estruturais causadas não só pela industrialização, mas também pela migração rural-urbana e a ampliação da oferta educacional por que passou a sociedade brasileira no período.

De um lado, a expansão da indústria e seus efeitos dinamizadores sobre toda a economia atuaram, ao longo das décadas, para a criação e oferta de postos de trabalhos na própria indústria, no comércio, nos transportes, nos serviços, na administração pública e, enfim, em outras ocupações urbanas, não-manuais e de maior qualificação. De outro lado, a migração rural-urbana e a ampliação das oportunidades educacionais viriam atender à demanda por mão-de-obra induzida pelos efeitos sinérgicos dos investimentos industriais e do crescimento dos centros urbanos, como em um processo funcional de integração das massas camponesas mal qualificadas em ocupações urbanas do baixo terciário e dos estratos médios mais escolarizados nos postos de trabalho de maior especialização técnica.

Embora intensa, a mobilidade social no País teria se caracterizado por se concentrar na base da pirâmide social, por forte herança de *status* de classe de origem e pelas curtas distâncias socioocupacionais percorridas, outros dados recorrentes nos trabalhos da área. Tal padrão aparentemente antitético de mobilidade - em que muitos ascenderam pouco e poucos ascenderam muito na pirâmide social - seria resultado da natureza restrita da mobilidade socioocupacional dos trabalhadores rurais e de seus filhos. Para a grande maioria dos volumosos fluxos de trabalhadores de enxada que chegavam do campo, as oportunidades ocupacionais acabaram se restringindo às ocupações de baixa remuneração e qualificação no mercado de trabalho urbano, na Prestação de Serviços, Serviços Domésticos e Construção Civil, conforme Faria (1986) e Jannuzzi (2000a).

Ainda assim, como consequência desses processos estruturais, a maior parte da mão-de-obra (e seus filhos) teria conseguido alcançar postos de trabalho de melhor remuneração e/ou *status* ao longo da vida profissional, pelo menos até o início dos anos oitenta, como mostram as cifras de mobilidade da PNAD 1982 na

Tabela 1⁴. Por esta pesquisa, cerca de 52% dos chefes de domicílio do sexo masculino teriam conseguido ascender a postos de trabalho de melhor remuneração e/ou qualificação durante sua trajetória profissional, 44% teriam ficado em ocupações de status semelhante ao do primeiro emprego e uma parcela de apenas 4% teria transitado para posições socioocupacionais menos favoráveis. Contudo, os resultados levantados 14 anos depois pela PNAD 1996 mostram que a conjuntura crescentemente desfavorável do mercado de trabalho, a partir dos anos oitenta, ainda que com interregnos de recuperação dos níveis de emprego e renda, refletiu-se, de forma significativa, sobre as possibilidades de mobilidade de carreira do pessoal ocupado no Brasil. De fato, em 1996, a parcela daqueles que lograram ascender em relação à primeira ocupação foi de 41%, inferior aos 52% identificados em 1982. Ou ainda, avaliando de outra forma, observa-se que, em 1996, cerca de 13% dos chefes de domicílio haviam apresentado descenso socioocupacional em relação à primeira ocupação, cifra quatro vezes maior que em 1982. A distância média percorrida também corrobora a assertiva acima: passou de 4,1 pontos (em 100) em 1982 para menos da metade (1,7) em 1996⁵.

Essa mudança de padrão de mobilidade social reproduziu-se, independentemente da origem socioocupacional dos indivíduos, e foi particularmente intensa entre aqueles que iniciaram suas carreiras em ocupações mais qualificadas. Assim, entre o conjunto de profissionais universitários, grandes proprietários e administradores, os riscos de descenso socio-ocupacional em relação ao primeiro trabalho passaram de 19% para quase 45%, ou de forma equivalente, as chances de se manter no estrato socioocupacional mais alto caiu de 81% para 55%. Manter-se em uma ocupação de mesmo nível de *status* passou a ser mais difícil em 1996 do que em 1982; subir na escala tornou-se mais difícil ainda.

⁴ O caso do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, filho de retirante nordestino, é emblemático desse processo.

⁵ Essa distância percorrida, medida descritiva da mobilidade social, é calculada com base nos índices de posicionamento socioeconômico das ocupações. Para detalhes sobre esse índice e sobre a escala socio-ocupacional empregada, ver Jannuzzi (2000b).

Tabela 1 - Indicadores da mobilidade social intrageracional dos chefes de domicílios homens de 15 a 74 anos de idade, segundo os estratos socioocupacionais - Brasil - 1982/1996

Estratos socioocupacionais	Indicadores da mobilidade social intrageracional dos chefes de domicílios homens de 15 a 74 anos de idade							
	1982				1996			
	Mobili- dade as- cendente (%)	Imobili- dade (%)	Mobili- dade des- cendente (%)	Distância média	Mobili- dade as- cendente (%)	Imobili- dade (%)	Mobili- dade des- cendente (%)	Distância média
Total	52,0	44,1	3,9	4,1	41,5	45,9	12,6	1,7
Alto	-	81,0	19,0	(-) 2,1	-	55,4	44,6	(-) 7,7
Médio-alto	28,9	44,1	27,0	2,3	20,4	34,9	44,7	(-) 1,8
Médio	42,0	42,3	15,7	2,7	27,3	50,6	22,1	2,0
Médio-baixo	62,9	31,8	5,3	5,4	43,9	44,5	11,6	3,1
Baixo	53,1	46,9	-	4,3	55,2	44,8	-	4,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1982/1996.

Entre aqueles indivíduos que iniciaram a carreira profissional como técnicos, bancários, mestres, pequenos comerciantes e outras ocupações de médio-alto *status*, o quadro também foi desalentador, com aumento da insegurança e dos riscos de não se conseguir retomar um posto de trabalho de *status* equivalente. A situação não foi diferente entre os demais trabalhadores urbanos com algum grau de qualificação, mostrando a interrupção do processo virtuoso - ainda que restrito e desigual - de formação das classes médias brasileiras. Somente os trabalhadores rurais e urbanos não-qualificados parecem ter desfrutado das oportunidades criadas no período, posicionadas na sua maioria nos estratos socioocupacionais de médio e médio-baixo *status*. Pelo levantamento de 1996, 55% dos chefes que ingressaram no mercado de trabalho em postos de baixo *status* conseguiram ascender em suas carreiras, cifra próxima aos 53% apontados pela PNAD 1982⁶.

⁶ As perspectivas de mobilidade ascendente de trabalhadores rurais, nas décadas de 1980 e 1990, em meio à crise do emprego urbano qualificado - mas não o dos serviços domésticos - explicam a robustez dos fluxos migratórios do Nordeste em direção a São Paulo e Rio de Janeiro no período, ainda que contrabalançada por maior fluxo de retorno.

Tabela 2 - Indicadores da mobilidade social intrageracional dos chefes de domicílios homens de 15 a 74 anos de idade, segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho - Brasil - 1982/1996

Coorte de ingresso no mercado de trabalho	Indicadores da mobilidade social intrageracional dos chefes de domicílios homens de 15 a 74 anos de idade							
	1982				1996			
	Mobilidade ascendente (%)	Imobilidade (%)	Mobilidade descendente (%)	Distância média	Mobilidade ascendente (%)	Imobilidade (%)	Mobilidade descendente (%)	Distância média
Total	52,0	44,1	3,9	4,1	41,5	45,9	12,6	1,7
1923-1935	36,6	60,9	2,9	3,1	-	-	-	-
1936-1945	48,6	48,5	2,9	4,1	30,5	54,7	14,7	1,3
1946-1955	53,7	42,8	3,5	4,4	39,2	48,8	12,0	2,5
1956-1965	55,6	40,7	3,7	4,6	42,4	45,8	11,8	3,1
1966-1975	53,0	42,2	4,9	3,9	44,3	43,5	12,2	3,1
1976-1982	37,6	54,8	7,6	2,1	42,0	44,8	13,2	2,7
1983-1989	-	-	-	-	39,1	47,3	13,6	2,1
1990-1996	-	-	-	-	33,4	54,0	12,5	1,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1982/1996.

Os indivíduos que vieram a ingressar no mercado de trabalho, dos anos cinquenta até o final dos anos setenta - período de forte expansão da indústria, da urbanização e ampliação das oportunidades ocupacionais - conseguiram atingir maior mobilidade na carreira, como se pode verificar na Tabela 2. Contudo, não escaparam da lógica de precarização e dos riscos do descenso socioocupacional com a crise e a instabilidade que se seguiriam depois. Pelo levantamento de 1982, entre os indivíduos que ingressaram no mercado de trabalho entre 1966 e 1975, 53% haviam conseguido alcançar postos de status mais elevado do que aquele primeiramente ocupado, cifra que se explica não só pelo pujante aumento da oferta de vagas na indústria e em outros setores de atividade na época do *Milagre Econômico*, mas também pela valorização da qualificação adquirida ao longo da trajetória profissional. Pelos dados levantados em 1996, uma parcela menor (44%) da coorte equivalente de indivíduos havia conseguido ascender a postos de trabalho de maior *status* socioeconômico, evidenciando o aumento dos riscos de descenso da conjuntura a partir dos anos oitenta⁷.

⁷ Contribui para cifras menores no levantamento de 1996 o fato do *status* médio das ocupações de ingresso ser mais elevado do que o identificado em 1982.

Enfim, com exceção daqueles que iniciaram sua trajetória ocupacional em postos situados no piso da escala, “subir na vida” ficou mais difícil e, quando possível, restrito a ocupações de *status* ainda mais próximo. No período, cresceram as possibilidades de perder o emprego ou de acabar ocupando postos de trabalho de *status* ainda mais baixo.

O descenso sociocupacional pelos grupos sociodemográficos e pelas regiões

Corroborando parte dos resultados de análises anteriores (HASENBALG; SILVA, 1988; CAILLAUX, 1994; SCALON, 1999; JANNUZZI, 2000a), mulheres, negros e aqueles menos escolarizados constituem os grupos sociodemográficos com mobilidade social ascendente mais baixa em uma perspectiva comparativa (Tabela 3). Em contrapartida, homens, brancos, amarelos, bem como os mais escolarizados, são aqueles com mobilidade de carreira mais elevada. Em 1982, enquanto, em média, 52% dos chefes de domicílios do sexo masculino tinham conseguido ascender sociocupacionalmente em relação ao primeiro trabalho, entre o grupo de mulheres uma parcela menor (42%) logrou esse tento. Entre os pardos e pretos, a mobilidade ascendente não superou os 44%; entre os menos escolarizados, com até 3 anos de estudo, as cifras são ainda mais baixas.

De modo geral, esses diferenciais se mantêm nos dois levantamentos, como a já apontada mudança das cifras de mobilidade (diminuição da mobilidade ascendente e aumento da imobilidade e mobilidade descendente). Algumas alterações foram muito expressivas, como, por exemplo, a diminuição da mobilidade ascendente das chefes mulheres (de 42,4% para 30,4% entre 1982 e 1996), ou dos indivíduos auto-declarados amarelos (de 77,4% para 46% no período) ou ainda dos indivíduos com escolaridade fundamental completa (de 69,4% para 48,5% no período). Esse último resultado evidencia de forma muito clara a diminuição das chances de ascensão assim como mostra quão limitado tem sido o impacto da ampliação da oferta educacional no País para a superação das desigualdades sociais.

Na realidade, os condicionantes específicos da inserção ocupacional e as barreiras discriminatórias à progressão profissional dos indivíduos de cada grupo sociodemográfico mantiveram-se aparentemente intactos - se não pioraram - no período. Afinal, como explicar que chefes mulheres apresentem um nível tão mar-

cadamente descendente em 1996 (21% de mobilidade descendente, contra 13% dos chefes homens), em um momento de ingresso crescente das mulheres em diversas modalidades de trabalho? O aumento de parcelas de empregadas domésticas, no mercado de trabalho urbano, oriundas de postos de trabalho mais qualificados nos Serviços e Comércio, poderia ser uma das explicações plausíveis, que a análise mais específica de trocas sociocupacionais parece referendar. Outro fator a atuar contra a mobilidade ascendente das mulheres é a necessidade de boa parte das mesmas ter que interromper - voluntariamente ou não - a vida profissional em função das “obrigações maternas”, de reprodução e criação dos filhos, o que dificultaria seu retorno posterior na mesma posição ou mesmo ser preterida nas oportunidades de promoção e chefia.

Tabela 3 - Indicadores da mobilidade social intrageracional dos chefes de domicílios homens de 15 a 74 anos de idade, segundo grupos sociodemográficos selecionados - Brasil - 1982/1996

Grupos sociodemográficos selecionados	Indicadores da mobilidade social intrageracional dos chefes de domicílios homens de 15 a 74 anos de idade							
	1982				1996			
	Mobilidade ascendente (%)	Imobilidade (%)	Mobilidade descendente (%)	Distância média	Mobilidade ascendente (%)	Imobilidade (%)	Mobilidade descendente (%)	Distância média
Total	52,0	44,1	3,9	4,1	41,5	45,9	12,6	1,7
Mulheres (1)	42,4	50,9	6,7	2,5	30,4	48,6	21,0	1,9
Grupos de anos de estudo								
Menos de 1 ano de estudo	31,3	66,9	1,8	2,2	29,2	61,3	9,5	1,3
Com 1 a 3 anos de estudo	50,9	46,1	3,0	3,5	38,3	50,3	11,4	2,0
Com 4 a 7 anos de estudo	60,3	34,1	5,6	4,2	42,2	44,7	13,1	2,3
Com 8 anos ou mais de estudo	69,4	25,2	5,4	7,5	48,5	37,4	14,1	4,3
Com 15 anos ou mais de estudo	-	-	-	-	56,8	31,8	11,4	8,9
Cor ou raça								
Brancos	57,0	39,0	4,0	4,8	45,4	42,8	11,8	3,4
Pretos	41,8	54,2	4,0	2,6	33,0	52,4	14,6	1,5
Pardos	44,3	52,0	3,7	3,1	36,4	50,1	13,4	1,9
Amarelos	77,4	17,4	5,1	8,3	46,0	38,3	15,7	4,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1982/1996.

(1) Este é o único grupo em que se considerou o conjunto de chefes mulheres na computação dos indicadores de mobilidade.

A discriminação na contratação, promoção e alocação em postos de chefia é também fator limitador da mobilidade ascendente de pretos e pardos, barreiras essas que também não parecem ter arrefecido. Afinal, pode-se verificar um aumento da parcela de chefes negros que não conseguiram manter um posto de trabalho com nível de *status* equivalente ou superior em relação ao primeiro posto ocupado nos referidos anos de pesquisa: entre os pretos, em 1982, a mobilidade descendente atingia cerca de 4% dos chefes, mesmo percentual atingido por chefes brancos; em 1996, a cifra equivalente aumentou para quase 15% entre os primeiros, mais do que o apurado entre os brancos (12%).

A queda dos níveis de mobilidade ascendente se reproduziu pelas diversas regiões do País, em especial nos centros urbanos que, no passado, garantiam amplas possibilidades de ascensão sociocupacional, como São Paulo e Rio de Janeiro (Tabela 4). Pelo volume de oferta de postos de trabalho e diversificação da estrutura ocupacional nessas localidades, a população natural e migrante pôde vivenciar, ao longo dos anos sessenta e setenta, condições estruturalmente muito melhores do que as existentes em outras regiões do País. Em 1982, 76% dos chefes residentes na Região Metropolitana de São Paulo tinham conseguido ascender a postos de trabalho de *status* mais elevado do que o do primeiro trabalho exercido. No Rio de Janeiro e em Brasília, o quadro era também muito promissor para a mobilidade social: 62% e 69% de ascensão sociocupacional, respectivamente. 14 anos depois, em 1996, em meio à perda de postos de trabalho na indústria e menor crescimento do emprego público, as cifras de mobilidade ascendente nessas localidades chegavam a um patamar significativamente mais baixo: 42% na Região Metropolitana de São Paulo, 35% no Rio de Janeiro 36% em Brasília.

Nesse processo, não foram poupados nem mesmo os bolsões de expansão econômica que conseguiram fugir à crise dos anos oitenta e noventa, localizados no Centro-Oeste, Centro-Norte, interior paulista, Minas Gerais e algumas capitais do Nordeste. Nota-se, contudo, que os estados do Sul e o interior de São Paulo parecem ter oferecido condições estruturais mais propícias para a mobilidade sociocupacional ascendente nas últimas décadas no País. Em 1996, metade dos chefes residentes no Sul e nas cidades mais populosas do interior paulista conseguiu ascender em termos sociocupacionais, cifra significativamente mais elevada do que a média identificada para o conjunto de chefes de domicílios nesse ano. As

Tabela 4 - Indicadores da mobilidade social intrageracional dos chefes de domicílios homens de 15 a 74 anos de idade, segundo o local de residência - Brasil - 1982/1996

Tipo de mobilidade	Indicadores da mobilidade social intrageracional dos chefes de domicílios homens de 15 a 74 anos de idade							
	1982				1996			
	Mobili- dade ascen- dente (%)	Imobili- dade (%)	Mobili- dade descen- dente (%)	Dis- tância média	Mobili- dade ascen- dente (%)	Imobili- dade (%)	Mobili- dade descen- dente (%)	Dis- tância média
Total	52,0	44,1	3,9	4,1	41,5	45,9	12,6	1,7
Residentes no Estado do Rio de Janeiro	62,0	31,3	6,7	5,0	34,8	49,7	15,5	1,8
Residentes no Estado de São Paulo	70,0	26,3	3,6	5,5	45,3	41,9	12,8	3,1
Residentes na Região Metropolitana de São Paulo	76,1	20,0	3,9	6,0	42,3	42,7	15,0	2,6
Residentes no Distrito Federal	68,8	24,8	6,4	5,8	35,6	51,2	13,2	2,9
Residentes no Sul	48,7	47,7	3,6	4,0	50,0	41,4	8,6	4,1
Residentes no Nordeste	36,1	60,6	3,3	2,7	35,3	51,2	13,5	1,9
Residentes no Nordeste metropolitano	59,9	33,0	7,2	4,3	39,4	46,9	13,7	2,2
Residentes no Nordeste metropolitano	14,9	83,0	2,2	1,4	19,1	67,6	13,2	0,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1982/1996.

idades médias do interior paulista, movidas, em boa medida, pela continuidade do processo de desconcentração da indústria e da conjuntura favorável do agonegocio no cenário internacional, parecem ter configurado outra região onde a mobilidade de mão-de-obra se deu em bases qualitativamente melhores (ver taxas de mobilidade referentes ao Estado de São Paulo).

Vale observar ainda que, das regiões analisadas, o Nordeste não metropolitano foi das poucas - além da Região Sul - com aumento de mobilidade ascendente no período (de 14% para 19%), provavelmente como decorrência do processo de inserção de trabalhadores rurais nas cidades do Sertão e Agreste. Contudo, deve-se assinalar que, em 1982, 83% dos indivíduos mantinham-se em ocupações de mesmo nível sociocupacional, cifra que veio a cair 15 pontos percentuais no levantamento de 1996. Na realidade, as chances de escapar da imobilidade aumentaram, porém mais na direção do descenso do que na progressão profissional.

Mobilidade sociocupacional no Estado do Rio de Janeiro

O dinamismo econômico regional e a centralidade político-administrativa fizeram do Estado do Rio de Janeiro um *locus* de intensa mobilidade social em meados do Século XX. De um lado, a presença da indústria, a fundação de grandes empresas estatais e a estruturação e crescimento da burocracia pública geravam os postos de trabalho e novas ocupações urbanas, mais modernas, de maior remuneração (PERO, 2002). De outro, a polaridade exercida pela capital da República - partilhada com São Paulo - em relação aos fluxos de trabalhadores rurais do Nordeste, Minas e Norte do País criava oportunidades de mobilidade social para um contingente que, na sua origem, estaria fadado ao imobilidade sociocupacional. Assim, não é de estranhar que a PNAD 1982 apontasse que 62% dos chefes de domicílio haviam logrado êxito em sua trajetória profissional ao longo das décadas anteriores, conforme já apontado. Como sugerem as cifras apresentadas na Tabela 5, para os indivíduos que haviam ingressado no mercado de trabalho dos anos trinta aos anos cinquenta, as chances de mobilidade ascendente foram ainda maiores, sempre superiores às médias nacionais (Tabela 2), alcançando mais de 2/3 dos chefes ocupados⁸.

Nos anos sessenta, a perda de dinamismo econômico, bem como da centralidade político-administrativa que se seguiu à transferência da capital para Brasília, parece ter antecipado, para o Estado do Rio de Janeiro, a queda das chances de mobilidade ascendente que se generalizaria nos anos oitenta pelo País. Analisando os dados do levantamento de 1982, enquanto que na coorte de ingressantes no mercado de trabalho entre 1956 e 1965, 62% dos chefes haviam ascendido sociocupacionalmente, na coorte seguinte de 1966 a 1975, a cifra equivalente já havia caído para 56%, queda bem mais significativa do que a observada no País no mesmo período (de 56% para 53%, conforme Tabela 2).

Tal quadro só se fez agravar no Rio ao longo dos anos setenta e nas décadas seguintes, seguindo um ritmo mais intenso do que o observado para o conjunto do País. Os anos noventa foram particularmente muito ruins para as perspectivas de mobilidade ascendente no Rio de Janeiro: para os ingressantes no mercado de trabalho entre 1990 e 1996, somente 17% conseguiram galgar postos de maior *status*, parcela essa que corresponde à metade da taxa média para o País (33,4%, conforme Tabela

⁸ Naturalmente, há que se considerar que as cifras se referem a uma amostra seletiva dos chefes, sobreviventes e ainda residentes no Estado do Rio de Janeiro na citada época, não àquela que efetivamente viveu no estado por todo o período.

2) no mesmo período. Naturalmente, era de se esperar que as taxas de mobilidade ascendente de ingressantes no mercado de trabalho, entre 1990 e 1996, fossem mais baixas em função do pouco tempo de percurso ocupacional empregado. O que chama a atenção, nesse caso, é o ritmo com que as chances de mobilidade ascendente verificadas para o Estado do Rio de Janeiro caíram ao longo do período, passando a ficar sempre abaixo das médias nacionais, configurando uma situação muito diferente da apontada nas décadas anteriores. Não é por outra razão que o saldo migratório do estado, positivo até os anos setenta, inverte de sinal na década seguinte, especialmente de trabalhadores de maior qualificação (SIMÕES, 2002; ERVATTI, 2003)⁹.

Em face dessas mudanças econômicas e políticas, não é difícil entender como o Estado passou de um dos *locus* mais virtuosos para progressão a profissional em meados do século passado (62% de mobilidade ascendente em 1982) para um dos menos dinâmicos nas décadas finais do século (35% em 1996).

Tabela 5 - Indicadores da mobilidade social intrageracional dos chefes de domicílios homens de 15 a 74 anos de idade, segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho, no Estado do Rio de Janeiro - 1982/1996

Coorte de ingresso no mercado de trabalho	Indicadores da mobilidade social intrageracional dos chefes de domicílios homens de 15 a 74 anos de idade							
	1982				1996			
	Mobilidade ascendente (%)	Imobilidade (%)	Mobilidade descendente (%)	Distância média	Mobilidade ascendente (%)	Imobilidade (%)	Mobilidade descendente (%)	Distância média
Total	62,0	31,3	6,7	5,0	34,8	49,7	15,5	1,8
1923-1935	55,2	38,6	6,2	5,1	-	-	-	-
1936-1945	67,5	27,7	4,8	5,7	-	-	-	-
1946-1955	67,0	26,6	6,5	5,3	33,0	35,2	31,8	0,0
1956-1965	62,0	31,8	6,2	5,4	36,2	42,1	21,6	2,3
1966-1975	56,2	35,0	8,7	3,9	34,1	50,0	15,9	1,8
1976-1982	43,0	46,9	10,1	1,8	33,6	52,8	13,7	1,8
1983-1989	-	-	-	-	36,0	51,3	12,6	1,3
1990-1996	-	-	-	-	16,8	74,6	8,5	0,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1982/1996.

⁹ Nos anos noventa, o saldo migratório é ligeiramente positivo para o Estado do Rio de Janeiro, resultado de fluxos provenientes do Nordeste, migrantes de retorno e ainda significativa evasão de trabalhadores mais qualificados (ERVATTI, 2003).

A análise das cifras de mobilidade por estratos sociocupacionais do primeiro trabalho exercido (Tabela 6) - análise essa que elimina os efeitos composicionais da estrutura ocupacional sobre as taxas gerais¹⁰ - revela, como no caso brasileiro já descrito, que os riscos de descenso sociocupacional aumentaram para todos os segmentos no período. Em 1982, entre aqueles que ingressaram no mercado de trabalho pelo teto da escala (postos de alto status), 82% se mantinham nessa posição; em 1996, no contexto de baixo crescimento do emprego, reestruturação organizacional, perda de postos de trabalho na indústria, setor financeiro e empresas estatais privatizadas, uma parcela menor (62%) logrou se manter em ocupações de mesmo *status* sociocupacional. Até mesmo para quem ingressou no mercado

Tabela 6 - Indicadores da mobilidade social intrageracional dos chefes de domicílios homens de 15 a 74 anos de idade, segundo os estratos sociocupacionais, no Estado do Rio de Janeiro - 1982/1996

Estratos sociocupacionais	Indicadores da mobilidade social intrageracional dos chefes de domicílios homens de 15 a 74 anos de idade							
	1982				1996			
	Mobilidade ascendente (%)	Imobilidade (%)	Mobilidade descendente (%)	Distância média	Mobilidade ascendente (%)	Imobilidade (%)	Mobilidade descendente (%)	Distância média
Total	62,0	31,3	6,7	5,0	34,8	49,7	15,5	1,8
Alto	-	81,7	18,3	(-) 0,8	-	61,9	37,1	(-) 7,0
Médio-alto	30,2	47,1	22,7	3,4	22,0	43,7	34,3	(-) 0,3
Médio-alto	40,8	42,0	17,2	2,8	23,0	55,6	21,4	1,2
Médio-baixo	65,3	30,5	4,2	5,9	41,3	53,2	5,5	2,9
Baixo	82,7	17,3	-	6,0	72,4	27,6	-	5,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1982/1996.

¹⁰ As cifras gerais de mobilidade correspondem a médias ponderadas das cifras específicas por estratos sociocupacionais, em que os pesos são as participações relativas dos estratos na estrutura ocupacional. Assim, as cifras de mobilidade tenderiam a mudar com a alteração da estrutura ocupacional, ainda que as chances relativas de mobilidade não se alterassem para cada estrato. Para eliminar esse efeito composicional, poder-se-ia computar as taxas gerais padronizadas de mobilidade como médias simples das cifras apuradas para os estratos. Tal refinamento não mudaria o sentido geral da análise empreendida no texto e, por isso, não foi adotada. Para fins de ilustração, as taxas padronizadas de mobilidade ascendente no Estado do Rio de Janeiro seriam de 54,8%, em 1982 e de 39,7 %, em 1996.

no piso da escala sociocupacional, como trabalhador rural, servente de pedreiro ou empregado doméstico, as chances de mobilidade diminuíram no período (83% para 73% entre 1982 e 1996), ainda que sejam expressivamente mais elevadas que as dos trabalhadores dos demais estratos, no próprio Estado do Rio de Janeiro ou mesmo no Brasil¹¹. Não fosse tal mobilidade na base da estrutura sociocupacional, as cifras gerais de mobilidade ascendente seriam ainda mais baixas.

A constatação de níveis ainda elevados de ascensão sociocupacional para trabalhadores de baixa qualificação, no levantamento de 1996, certamente resulta da mobilidade alcançada por migrantes provenientes do sertão nordestino em décadas passadas, os quais se estabeleceram no estado, ou ainda de indivíduos provenientes de famílias pobres dos morros cariocas e da zona rural do próprio Estado do Rio de Janeiro. Como sugerem as estatísticas de migração de retorno ao Nordeste e as de evasão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, as possibilidades concretas de replicar a trajetória virtuosa do migrante nordestino, da condição de trabalhador rural para a de servente de pedreiro ou empregado doméstico, e depois para postos na indústria, comércio ou serviços mais bem remunerados, são muito mais limitadas atualmente. De fato, como mostra a Matriz de Mobilidade (Tabela 7), enquanto em 1982 identificou-se que, do contingente de chefes oriundos do estrato sociocupacional mais baixo, 43% conseguiram ascender a postos de *status* imediatamente acima, e 36% em ocupações pertencentes aos estratos médio, médio-alto e alto, em 1996 a dificuldade de ascender não apenas aumentou (28% de imóveis, contra 21% em 1982), como se tornou mais difícil alcançar postos de trabalho de melhor *status* (32% de chances de alcançar ocupações do meio para o topo da escala). Como se vê, a mobilidade sociocupacional dos menos qualificados, ainda que relativamente elevada, processou-se a distâncias ainda menores no Estado do Rio de Janeiro.

¹¹ Um exemplo emblemático desse processo no caso do Rio de Janeiro foi o da governadora Benedita da Silva.

Tabela 7 - Ocupação atual dos chefes de domicílios homens de 15 a 74 anos de idade, segundo o estrato sociocupacional da primeira ocupação, no Estado do Rio de Janeiro - 1982/1996

Estrato sociocupacional da primeira ocupação	Ocupação atual dos chefes de domicílios homens de 15 a 74 anos de idade						
	Total	Total linha	Alto	Médio-alto	Médio	Médio-baixo	Baixo
Total							
1982	-	100,0	10,8	19,5	29,4	30,4	10,0
1996	-	100,0	10,0	15,5	36,8	30,1	7,7
Alto							
1982	1,6	100,0	81,7	12,1	3,7	2,5	0,0
1996	5,9	100,0	61,9	23,1	12,3	2,2	0,5
Médio-alto							
1982	5,3	100,0	30,2	47,1	11,9	9,7	1,1
1996	9,6	100,0	22,0	43,7	23,2	9,0	2,1
Médio							
1982	22,9	100,0	13,4	27,4	42,0	15,7	1,5
1996	38,7	100,0	7,0	16,0	55,6	17,5	3,9
Médio-baixo							
1982	31,6	100,0	11,6	21,8	32,0	30,5	4,2
1996	30,2	100,0	4,0	8,3	29,0	53,2	5,5
Baixo							
1982	38,7	100,0	3,1	9,4	23,3	42,9	21,3
1996	15,6	100,0	1,8	7,9	22,6	40,0	27,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1982/1996.

A mobilidade ascendente de curta distância também passou a caracterizar a trajetória de trabalhadores dos demais estratos, assim como o risco de os indivíduos só conseguirem postos de trabalho de *status* bem mais baixo, como revela a comparação das cifras de mobilidade apuradas nos dois momentos, apresentadas na Matriz de Mobilidade. Os trabalhadores que iniciaram suas carreiras em postos de nível superior e técnico (estratos alto e médio-alto) passaram a ter dificuldade de se manter em ocupações de mesmo nível e a correr riscos maiores de descer alguns degraus na escala socioeconômica das ocupações. Os indivíduos que ingressaram em posições médias no mercado (estratos médio e médio-baixo) ficaram mais sujeitos à imobilidade ou à mobilidade descendente, situação distinta da anterior, quando a ascensão - ainda que restrita a postos de status próximos - era uma possibilidade estatística concreta¹².

¹² Sintomático, nesse sentido, é o número de motoristas de táxi que já exerceram ocupações técnicas ou gerenciais no comércio ou na indústria.

Considerações finais

Em uma perspectiva metodológica, as evidências empíricas aqui trazidas revelam a potencialidade de fontes de dados retrospectivos sobre Mobilidade Social - como as PNADs 1973, 1976, 1982, 1988 e 1996 - para estudos sobre a precarização no País. Dados retrospectivos sobre a trajetória ocupacional dos indivíduos permitem novas contribuições analíticas aos Estudos do Trabalho, na medida em que possibilitam um controle metodológico mais preciso das características dos grupos sociais em análise do que as pesquisas de natureza transversal. Naturalmente, essas fontes também têm suas limitações, entre as quais a mais flagrante é a seletividade da amostra pesquisada (chefes de domicílios e cônjuges, não a totalidade da população ocupada). A não-captação do histórico ocupacional dos indivíduos em situação de desemprego ou em inatividade é, com certeza, outra limitação importante a ser superada em próximos levantamentos dessa natureza¹³. Se tais situações fossem consideradas na análise das transições sociocupacionais, as cifras de mobilidade descendente seriam ainda maiores.

Em uma perspectiva substantiva, o comportamento das cifras de mobilidade sociocupacional revela claramente que as condições estruturais que possibilitaram a ascensão sociocupacional de boa parte da força de trabalho, na formação da sociedade urbano-industrial brasileira, perderam a força mobilizadora do passado. O mercado de trabalho brasileiro, que vinha se estruturando em bases mais modernas até os anos setenta - ainda que em ritmo insuficiente para incorporar boa parte da mão-de-obra proveniente do campo - passou a sofrer as agruras da perda do dinamismo industrial, reveladas através do aumento dos níveis de desemprego, da precarização das relações de trabalho e, como aqui foi demonstrado, da elevação das cifras de mobilidade descendente.

Tal processo não poupou homens ou mulheres, brancos ou negros, os menos qualificados ou os mais escolarizados, Norte ou Sul do País, muito menos a força de trabalho fluminense. Se, como em outras tantas situações - muitas delas mais virtuosas, cabe ressaltar - o Estado do Rio de Janeiro acabou antecipando as tendências que seriam reproduzidas pelo País, não é difícil imaginar o quadro de mobilidade social desse início de século para o Brasil, especialmente tendo em conta a ausência de um projeto nacional de retomada do desenvolvimento econômico, do emprego e da renda.

¹³ Em um próximo suplemento de Mobilidade Social, também seria desejável que se captassem informações sobre outros momentos da trajetória ocupacional, assim como o percurso migratório associado.

Referências

- BALTAR, P. E. A.; DEDECCA, C. S.; HENRIQUE, W. Mercado de trabalho no Brasil. In: SANTOS, A. L. dos; OLIVEIRA, C. A. B. de; MATTOSO, J. E. L.; (Org.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* 2. ed. São Paulo: Scritta, 1997. p.87-108. (Pensieri).
- CAILLAUX, E. L. Cor e mobilidade social no Brasil. *Estudos afro-asiáticos*, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, v. 26, p. 53-66, 1994.
- ERVATTI, L. R. *Dinâmica migratória no Estado do Rio de Janeiro na década de 90: uma análise mesorregional*. 2003. 155 p. Dissertação (Mestrado)–Escola Nacional de Ciências Estatísticas, IBGE, Rio de Janeiro, 2003.
- FARIA, V. Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações. In: BACHA, E. L.; KLEIN, H. S. (Org.). *Transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 2 v. v.1: População, emprego, agricultura e urbanização, p.75-112. (Estudos brasileiros, 93-94).
- HASENBALG, C. A.; SILVA, N. do V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: IUPERJ, c1988. 200 p.
- JANNUZZI, P. de M. *Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. São Paulo: FAPESP; Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, em co-edição com Autores Associados, 2000a. 240 p.
- _____. Mobilidade social no contexto de adversidades crescentes no mercado de trabalho nos anos 90. *Economia e Sociedade*, Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, v.11, n. 2, p. 225-278, 2002.
- _____. Status socioeconômico das ocupações brasileiras: índices aproximativos para 1980,1991 e anos 90. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 61, n. 216, p. 47-74, 2000b.
- MAPA do mercado de trabalho no Brasil 1992-1997. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 159 p. (Estudos e pesquisas, 7).
- MARTIGNONI, E. *Força de trabalho e desemprego no Rio de Janeiro nos anos 90*. Dissertação (Mestrado)–Escola Nacional de Ciências Estatísticas, IBGE, Rio de Janeiro, 2003.
- MATTOSO, J. E. L.; BALTAR, P. E. A. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. *Cadernos do Cesit*, Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, n. 21, 1996.
- PASTORE, J. Desigualdade e mobilidade social: dez anos depois. In: BACHA, E.; KLEIN, H. S. *Transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 2 v. v.1: População, emprego, agricultura e urbanização, p. 31-59. (Estudos brasileiros, 93-94).

_____. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979. 217 p. (Biblioteca básica de ciências sociais. Série 1, Estudos brasileiros, 1).

PASTORE, J.; SILVA, N. do V. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000. 98 p.

PERO, V. L. *Tendências da mobilidade social no Rio de Janeiro*. 2002. 218 p. Tese (Doutorado)-Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

QUADROS, W. J. A reestruturação da empresa e o emprego da classe média. In: SANTOS, A. L. dos; OLIVEIRA, C. A. B. de; MATTOSO, J. E. L.; (Org.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* 2. ed. São Paulo: Scritta, 1997. p. 171-188. (Pensieri).

SABÓIA, J. Mercado de trabalho no Brasil: evolução e tendências recentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 4., 1995, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ABET, 1995. p. 1123-1148.

SCALON, M. C. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, Universidade Cândido Mendes, c1999. 190 p.

SIMÕES, A. G. de M. *Reorganização do espaço produtivo nacional e a "recuperação" da economia fluminense: uma análise a partir dos migrantes altamente qualificados*. 2002. 162 p. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, N. do V. As duas faces da mobilidade. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 21, p.49-67, 1979.

_____. *Independência, quase independência e mobilidade social no Brasil*. Rio de Janeiro: LNCC, 1981. (Relatório de pesquisa e desenvolvimento).

Anexo

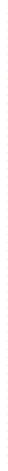
Indicador de *status* socioeconômico, segundo os estratos sociocupacionais e algumas ocupações típicas

Estratos socioocupacionais	Ocupações típicas	Indicador de <i>status</i> socioeconômico (1)
1 Alto	Médicos, Engenheiros, Professores, Universitários, Empresários, Gerentes e postos superiores na Administração Pública (Juízes, Promotores, Delegados, Oficiais das Forças Armadas, etc.);	34,0
2 Médio-alto	Técnicos de contabilidade e administração, Mestres e Contramestres na indústria, Professores de ensinos fundamental e médio, Corretores de Imóveis, Inspetores de Polícia, Carteiros, Comerciantes (proprietários) e Agricultores;	20,0
3 Médio	Torneiros Mecânicos, Montadores de Equipamentos Elétricos, Vendedores, Operadores de Caixa, Comerciantes por conta própria, Professores de ensino pré-escolar, Motoristas, Inspetores de alunos, Auxiliares de enfermagem, Auxiliares administrativos e de escritório, Policiais e Praças das Forças Armadas;	12,0
4 Médio-baixo	Ocupações da Indústria de Alimentos, ocupações da indústria têxtil, Pedreiros, Pintores, Garçons, Vigias, Porteiros, Estivadores, Vendedores ambulantes;	7,0
5 Baixo	Trabalhadores rurais na condição de empregados ou autônomos (produtores meeiros ou parceiros), além das ocupações urbanas de baixo <i>status</i> , como as de Serventes de Pedreiro, Lavadeiras, Empregados Domésticos e Lixeiros.	3,0

Fonte: Jannuzzi, P. de M. Status socioeconômico das ocupações brasileiras: índices aproximativos para 1980,1991 e anos 90. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, v. 61, n. 216, p. 47-74, 2000b.

(1) Média do índice socioeconômico das ocupações.

capítulo 4



Mutações no mundo do trabalho fluminense: o (triste) espetáculo da informalização

Jane Maria Pereira Souto de Oliveira*

Às transformações operadas na economia mundial, por força da globalização dos mercados, da incorporação aos processos produtivos dos avanços tecnológicos nas áreas de microeletrônica, biotecnologia e novos materiais e da generalização de políticas de cunho neoliberal, se associam profundas mutações no mundo do trabalho. Entre estas, haveria que destacar:

* Pesquisadora e Professora do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, da ENCE/IBGE. A autora agradece a Angela Jorge e Vandeli dos Santos Guerra, da Coordenação de Emprego e Rendimento, da Diretoria de Pesquisas do IBGE, os valiosos esclarecimentos sobre a metodologia de investigação e sobre os indicadores de trabalho e rendimento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e dos Censos Demográficos 1991 e 2000. E a Cesar Ajara, pela leitura atenta e pelos comentários estimulantes de sempre.

- 1) elevação das taxas de desemprego;
- 2) aumento da inserção econômica feminina;
- 3) declínio do setor secundário na absorção de mão-de-obra e expansão do setor terciário;
- 4) retração do assalariamento formal;
- 5) flexibilização das relações contratuais de trabalho, redundando em perda ou subtração de direitos do trabalho e menor grau de proteção social;
- 6) mudanças nos requerimentos feitos ao trabalhador sob a égide da “empregabilidade”, que se traduzem por maior grau de escolarização formal e por uma crescente exigência de atributos tais como polivalência, autonomia, iniciativa e competitividade;
- 7) informalização e precarização das relações de trabalho;
- 8) manutenção/agravamento das desigualdades de rendimento; e
- 9) dilatação das margens de pobreza

Tais mudanças porque passa o mundo do trabalho se atualizam em diferentes escalas - global, nacional, local - estendendo-se, embora com intensidade e velocidade distintas, a países e regiões situados tanto no centro, quanto na periferia capitalista.

O presente artigo enfoca algumas dessas mudanças, tendo como referência espaço-temporal o Estado do Rio de Janeiro, ao longo da década de 1990. Ele se desdobra em duas partes: na primeira, é feito um cotejo entre a evolução fluminense e a do País como um todo, durante os anos noventa. Na segunda, o foco se dirige a um dos vetores de mudança, mais precisamente o que na literatura especializada vem sendo chamado de “processo de informalização”. Após uma breve contextualização do debate em torno do tema, busca-se qualificar e mensurar este processo para o Estado do Rio de Janeiro, assumindo que, longe de constituir um caso isolado, a experiência fluminense possa servir como palco paradigmático do (triste) espetáculo da informalização, crescentemente encenado no Brasil urbano.

Mudanças no mercado de trabalho: Estado do Rio de Janeiro e Brasil

No conjunto dos estados brasileiros, o Rio de Janeiro exibe um perfil singular, marcado pela elevada concentração de população e atividades econômicas. Do total de 14 367 225 habitantes, 96% vivem em cidades e vilas, 76% na área metropolitana e 41% na capital (Censo Demográfico 2000), configurando “uma macrocefalia urbana ímpar na federação brasileira” (DAVIDOVICH, 2000). A polarização de atividades e recursos econômicos se expressa no fato de que a área metropolitana e seu município núcleo respondem respectivamente por 73% e 57% do produto gerado em nível estadual, segundo dados do Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - Fundação CIDE, referentes a 1999. A desagregação setorial dessas atividades, por sua vez, aponta para o primado do comércio e dos serviços na geração das riquezas. Em 1999, segundo o IBGE (CONTAS..., 2001) as atividades agropecuárias eram responsáveis por menos de 1% do Produto Interno Bruto - PIB estadual, as industriais por cerca de 42% e as terciárias por 58%¹.

Essas duas características - elevado grau de urbanização/metropolização e forte peso do terciário no estado - remontam a um passado remoto e não podem ser dissociadas da centralidade da cidade do Rio de Janeiro como capital do País por quase dois séculos. Mas elas refletem, também, os impasses, vicissitudes e o baixo dinamismo das atividades industriais que, há muitas décadas, alimentam o debate em torno do esvaziamento ou estagnação da economia fluminense e encontram um agravante a mais nos índices de criminalidade urbana da cidade do Rio de Janeiro e de seu entorno.

No contexto atual, em que a nova etapa de acumulação capitalista privilegia a economia de serviços e faz desta seu principal vetor de dinamismo, as perguntas que se colocam são: pode o Estado do Rio de Janeiro se beneficiar dessa mudança de paradigma? Até que ponto se abrem para ele possibilidades de um crescimento sustentado e menos assimétrico em termos espaciais e setoriais?².

¹ Os dados da Fundação CIDE, referentes a 2000, apontam para uma composição setorial diferente, na qual são atribuídos os seguintes pesos: atividades primárias 0,4%; secundárias: 37,5% e terciárias: 62,1%.

² Esse é o tema central em torno do qual gravitam as análises de diversos estudiosos de economia e do território fluminense. Ver, por exemplo, os trabalhos de Davidovich (2000), Ribeiro (2002), Santos (2002) e Ajara (2003).

Respostas a essas questões suscitam cautela entre os analistas. Por um lado, a concentração de atividades e recursos no território fluminense (o Estado do Rio de Janeiro é um dos menores da federação), sua posição estratégica no espaço nacional e o peso de sua capital como sede de grandes empresas e instituições, centro de tecnologia e de serviços especializados passam a ter sua importância amplificada como fatores de atração de novos investimentos privados. Por outro, acentua-se a tendência de que a área metropolitana do Rio de Janeiro venha a se configurar, cada vez mais, como economia de serviços, deslocando-se as atividades industriais para o interior do estado e favorecendo, com isso, a consolidação de pólos regionais e o crescimento de cidades de porte médio. Nessa direção, se inscreve, por exemplo, o impulso dado à Região Norte Fluminense com a exploração do petróleo e gás natural na Bacia de Campos, o primeiro dos quais teve sua produção duplicada entre 1990 e 1999 e levou a produção estadual a responder por 80% da produção nacional. E, em escala mais reduzida, o impulso dado à Região Sul Fluminense, com a implantação de grandes montadoras como a Peugeot-Citroen, e à Região das Baixadas, pela proliferação de atividades de turismo e lazer e imobiliárias (segunda residência).

Se estes são sinais que endossam a expectativa de expansão econômica do estado, não se pode perder de vista, porém, que os efeitos da crise dos anos 1980, bem como os impactos da abertura da economia brasileira para o exterior nos anos noventa foram particularmente duros para o economia fluminense. Entre 1985 e 1999, o PIB estadual apresentou um incremento de 22,3%, enquanto o do PIB nacional foi da ordem de 40,6%. Exceção feita à extração mineral, todos os demais setores de atividade tiveram no Estado do Rio de Janeiro um crescimento proporcionalmente menor do que o registrado em nível nacional. Como resultado, a participação do estado na geração nacional de riquezas declinou de 13,3% em 1985 para 11,8% em 1999.

Ressalve-se, ainda, que, a par de variações positivas, mas de intensidade distinta, nos diversos setores do terciário, o modesto incremento do PIB fluminense (22,3%) no período 1985-1999 foi fortemente influenciado por dois movimentos contraditórios de sua própria indústria: a vigorosa expansão da extrativa mineral (258,6%) e o crescimento negativo (-5,7%) da transformação.

Tendo essas mudanças na estrutura produtiva como pano de fundo, analisam-se, a seguir, seus reflexos no mundo do trabalho, com base nos indicadores fornecidos pela Tabela 1.

**Tabela 1 - Indicadores de mudança no mercado de trabalho
Brasil e Estado do Rio de Janeiro - 1992/1999**

Indicadores	Brasil (1)		Rio de Janeiro	
	1992	1999	1992	1999
Taxa de desemprego	6,5	9,6	6,9	11,4
Percentual de pessoas ocupadas com contribuição à Previdência Social	43,6	43,5	61,9	60,4
Percentual de empregados com carteira no total de empregados (2)	64,0	61,3	74,7	73,0
Percentual de trabalhadores domésticos com carteira no total de trabalhadores domésticos	17,5	25,0	25,0	33,4
Taxa de atividade global	61,5	61,0	54,6	54,4
Taxa de atividade masculina	76,6	73,8	70,3	67,9
Taxa de atividade feminina	47,2	49,0	40,3	42,5
Taxa de atividade no grupo de 15 a 17 anos de idade	54,3	44,6	33,0	25,2
Taxa de atividade no grupo de 18 a 24 anos de idade	73,6	72,6	68,5	67,3
Percentual de mulheres no total de pessoas ocupadas	38,8	40,3	38,1	40,1
Percentual de mulheres no total de pessoas desocupadas	48,5	52,0	42,4	53,8
Percentual de jovens no grupo de 15 a 24 anos de idade no total de pessoas ocupadas	25,1	22,6	21,2	17,7
Percentual de jovens no grupo de 15 a 24 anos de idade no total de pessoas desocupadas	48,5	47,5	45,2	41,7
Percentual de pessoas ocupadas no setor primário	28,3	24,2	5,4	3,4
Percentual de pessoas ocupadas no setor secundário	20,4	19,3	21,0	19,8
Percentual de pessoas ocupadas no setor terciário	51,3	56,5	73,6	76,8
Percentual de pessoas ocupadas com menos de 4 anos de estudo	37,3	28,7	22,2	16,3
Percentual de pessoas ocupadas com 15 ou mais anos de estudo	5,1	6,7	9,2	11,5
Anos médios de estudo das pessoas ocupadas	5,3	6,3	7,0	7,9
Rendimento médio dos 10% de maior rendimento das pessoas ocupadas/Rendimento médio dos 40% de menor rendimento	19,0	18,8	15,6	15,0
Parcela do rendimento apropriada pelo 1% de maior rendimento	13,1	13,1	12,2	12,1
Parcela do rendimento apropriada pelos 50% de menor rendimento	14,0	14,0	15,9	15,3
Índice de Gini da população ocupada	0,571	0,567	0,536	0,532

Fontes: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, n. 1, 1992; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999: Brasil, grandes regiões, unidades da federação e regiões metropolitanas. Síntese de indicadores 1999: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM; Síntese de indicadores sociais 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 369 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 5). Acompanha 1 CD-ROM.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclui militares, funcionários públicos estatutários e trabalhadores domésticos.

A leitura da Tabela 1 chama a atenção em primeiro lugar para o aumento da taxa de desemprego aberto que, situada em torno dos 6,5% a 7,0% no início da década, teria alcançado, ao final desta, os valores de 11,4% para o Estado do Rio de Janeiro e de 9,0% para o Brasil. Confirma, também, o protagonismo de jovens entre os que pressionam o mercado à procura de trabalho - em 1999, pessoas de 15 a 24 anos respondiam por 41,7% do total de desempregados no estado e por 47,5% no País - e revela que, nesse mesmo ano, a proporção de mulheres no total de desempregados era superior à dos homens, representando 53,8% no Rio de Janeiro e 52,0% no Brasil.

Se a condição de desemprego aproxima jovens e mulheres, as trajetórias percorridas ao longo do período voltam a diferenciá-los. Entre 1992 e 1999, há um declínio das taxas de atividade de jovens, particularmente expressivo na faixa de 15 a 17 anos. Tal declínio poderia, em grande medida, ser explicado pela retenção deles na escola, embora aí também entrem em jogo as maiores exigências feitas hoje pelas empresas, a falta de experiência profissional dos jovens e a acirrada concorrência que entre eles se estabelece pelos postos de trabalho disponíveis.

A trajetória das mulheres, por sua vez, aponta para a elevação contínua de sua participação no mercado de trabalho, dando continuidade a uma tendência que começa a ganhar nitidez na década de 1970 e se acelera nas duas últimas. Em resultado, as mulheres passam a responder, em 1999, por 40% da população ocupada fluminense e da brasileira.

Ao longo dos anos noventa, acentua-se, também, a hegemonia do setor terciário. Mantendo-se o cenário de expulsão da mão-de-obra agrícola e tornando-se menor e mais seletiva a demanda de mão-de-obra na indústria, como decorrência da perda de dinamismo e da reestruturação produtiva do setor de transformação industrial, foi o terciário o principal absorvedor da força de trabalho, responsabilizando-se, em 1999, por 76,8% da ocupação fluminense e 56,5% da brasileira. A exemplo do que já havia ocorrido na década de 1980, a terciarização dos anos noventa foi impulsionada, principalmente, pelos serviços de consumo individual, pelo comércio - estabelecido e ambulante - e pelas atividades sociais e, secundariamente, pelos serviços ao produtor. Em contraste, porém, com a década de 1980, quando a redução do emprego privado foi em certa medida atenuada pela expansão do emprego público, na década de 1990 o peso da administração pública na distribuição setorial de população ocupada manteve-se inalterado, correspondendo, nos dois pontos de tempo considerados, a cerca de 6% da população ocupada fluminense e a 4,6% da brasileira.

No período, registrou-se um aumento significativo do grau de escolaridade da força de trabalho, que se reflete, entre outros, nos indicadores de analfabetismo funcional e de escolaridade superior. No caso do Estado do Rio de Janeiro, uma das unidades federativas de melhor desempenho educacional do País, a proporção de pessoas ocupadas com menos de quatro anos de instrução, que atingia 22,2% do total em 1992, se reduz para 16,3%, em 1999, enquanto a de pessoas com 15 ou mais anos de estudo passou de 9,2% para 11,5%, elevando-se a escolaridade média de 7 para 8 anos de estudo. Evolução análoga se observou para a população ocupada no Brasil: declínio na participação de pessoas com menos de 4 anos de instrução (de 37,2% para 28,7%); aumento na participação de pessoas com escolaridade superior (de 5,1% ao 6,7%) e elevação da média de anos de estudo das pessoas ocupadas (de 5 para 6 anos).

O progresso educacional não foi suficiente, contudo, para contra-arrestar uma tendência que, detectada pela primeira vez nos anos oitenta, volta a se afirmar nos anos noventa: a de retração do assalariamento formal. Esta se reflete na proporção de empregados com carteira assinada que, entre 1992 e 1999, se reduz de 64,0% para 61,3%, no Brasil, e de 74,3% para 73,0%, no Estado do Rio de Janeiro.

Por sua vez, a proporção de pessoas ocupadas contribuintes para a Previdência Social diminui no Estado do Rio de Janeiro e permanece constante no Brasil.

Finalmente, o perfil de concentração de renda que caracteriza o estado e, de forma ainda mais perversa, o País se manteve praticamente inalterado, como demonstra, entre outros indicadores, a razão entre os rendimentos médios dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres do conjunto de pessoas ocupadas. Apenas como dimensão de contraste, esta razão, que corresponde a 19 vezes no caso brasileiro e a 15 no Estado do Rio de Janeiro, equivale a 11,7 no Chile, a 9,6 na Argentina e a 8,11 no México.

Processo de informalização no Estado do Rio de Janeiro: uma tentativa de dimensionamento

O debate sociológico em torno das transformações recentes no mundo do trabalho recolocou na ordem do dia o tema da informalidade, principalmente a partir do desbordamento da economia informal - como problema e categoria analítica - para os países centrais.

No Brasil, esse mesmo debate é retomado nos anos noventa e apresenta três traços distintivos em relação àquele que, em articulação com as discussões sobre desenvolvimento e pobreza nos países latino-americanos, cunhou o tema “informalidade” e mobilizou diversos agentes do campo intelectual nos anos de 1960/1970.

O primeiro traço distintivo é que a abordagem da informalidade ganha novos conteúdos e se torna mais complexa. Em poucas palavras, ela passa a incorporar tanto a noção de um “campo” ou “setor” específico de atividades, tal como derivada dos estudos levados a efeito nos anos de 1960/1970, nos países periféricos, e difundida por organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho - OIT, quanto a noção de “processo” de informalização, trazida pela reflexão sobre a emergência da economia informal nos países centrais.

A primeira dessas noções - o campo do informal - remeteria a um conjunto de formas de produção não-capitalistas que se inserem nas franjas ou nos interstícios do mercado e atuam em espaços delimitados pela expansão do capital. Nesta acepção, o setor informal estaria ocupando os espaços não preenchidos ou já abandonados pela produção capitalista. Já a segunda - o processo de informalização - guardaria relação com o progressivo afastamento das relações de trabalho do modelo de emprego total e, sobretudo, da órbita de regulamentação do Estado, a partir da reestruturação produtiva que teve lugar nos países capitalistas centrais.

Frente às mudanças no mercado de trabalho no Brasil, fundem-se as duas perspectivas de análise³, buscando dar conta de um duplo movimento: de um lado, a ampliação do espaço ou do campo do setor informal, que se traduz pela incorporação crescente de agentes econômicos em formas de produção e relações de trabalho não-capitalistas, exemplificadas pelo trabalho por conta própria, pela pequena produção mercantil e por micro e pequenos empreendimentos e, de outro, a aceleração de um processo de informalização que se dá dentro das próprias empresas capitalistas. Este responderia a uma estratégia de ajuste empresarial, materializando-se em práticas de terceirização, flexibilização, subcontratação, recurso ao trabalho a domicílio, entre outras.

³ Esta é, por exemplo, a perspectiva adotada por Oliveira (1990) e Silva e Chinelli (1997). Já Cacciamali (2001), ao definir o processo de informalidade, estaria privilegiando o movimento que se passa no interior de empresas e instituições formais.

Uma outra característica trazida pelo debate dos anos noventa é a introdução de uma nova e positiva interpretação para a informalidade, a partir da afluência de segmentos de classe média ao trabalho por conta própria ou de seu engajamento em micro e pequenos negócios. No discurso de economistas e de técnicos ligados à área de política econômica, discurso que, diga-se de passagem, ganha forte repercussão na mídia, atribui-se ao informal, lido quase que exclusivamente pela inserção de autônomos e microempresários oriundos das camadas médias, um conteúdo radicalmente oposto ao que lhe era atribuído nos anos 1960/1970. O trabalho autônomo visto, à época, predominantemente pelo negativo (baixa produtividade, falta de qualificação do trabalhador) passa a ser incensado por sua capacidade de iniciativa, por seu caráter empreendedor. Por seu turno, a economia informal vista, à época, como atraso, passa a ser exemplo da modernidade liberal.

Contrapondo-se a esta visão, autores como Silva e Chinelli (1997) chamam a atenção para a heterogeneidade do informal e para a reduzida proporção representada por aqueles segmentos médios no conjunto de trabalhadores informais. Discutem, ainda, a partir do confronto entre emprego regular e ocupação por conta própria, questões como qualidade dos postos de trabalho, proteções sociais e nível de rendimentos e concluem que mesmo no que diz respeito às camadas médias, as mudanças nas chances de trabalho parecem indicar, para a maioria, empobrecimento e perda de segurança.

Um terceiro e último importante aspecto deve ser destacado na reflexão contemporânea sobre a informalidade: o reconhecimento crescente de que as fronteiras entre o formal, o informal e o ilegal tornaram-se mais difíceis de ser delimitadas e que, portanto, essas próprias categorias de análise devem ser repensadas. A esse propósito, afirma Zaluar (1994, p.252) que “a atividade de transgredir o legal ou o socialmente aceito se sobrepõe e participa de diversos mundos ao mesmo tempo - o marginal e o central, o desviante [...] e muitos agentes participam simultaneamente das exigências do mundo do trabalho e do crime”. Outros, como Lautier (1997) introduzem a dimensão política da informalidade/ilegalidade e defendem a tese de que a tolerância do Estado - quando não o conluio de seus agentes - com essas práticas econômicas contribui para a deslegitimação do Estado e para um fracionamento da cidadania, ambos envolvendo sérios riscos para a democracia.

A informalidade é, portanto, terreno ambíguo e controverso, de difícil conceituação e demarcação. Sua configuração atual e o interesse renovado pelo tema não eliminam, apenas colocam novos e mais complexos desafios à análise.

Esses desafios se estendem à mensuração do fenômeno. Se há consenso entre estudiosos e pesquisadores de que as fronteiras do informal vêm se dilatando, são relativamente escassas as tentativas no sentido de mensurar seu espectro e sua evolução recente⁴.

É nessa direção que se inscreve o exercício, feito a seguir, tomando por base os dados referentes aos Censos Demográficos 1991 e 2000 para o Estado do Rio de Janeiro. Desde logo, duas observações são necessárias. A primeira é a de que, em se tratando de informações provenientes de dados oficiais, fica descartada toda a gama de atividades econômicas ilegais. Ou seja, a tentativa de mensuração se circunscreve aos agentes envolvidos em atividades legais. A segunda é a de que o recorte aqui empreendido - e a seleção de categorias-tipo de trabalho que lhe está associada - é "um" dos recortes possíveis para a determinação empírica da informalidade.

O ponto de partida para a mensuração da informalidade foi a distribuição das pessoas ocupadas, segundo sua forma de inserção produtiva. Reconhecendo que a categoria de empregados encobre relações de trabalho e formas de produzir fortemente diferenciadas entre si, optou-se por desagregá-la em três grupos: (1) o dos servidores públicos (civis e militares), (2) o dos trabalhadores domésticos e (3) o dos empregados encarregados da produção e distribuição de bens e serviços mercantis. Isso permite que a evolução do número de empregados com carteira reflita com maior propriedade os movimentos que, em sentido oposto, ocorrem na economia (aumento da proporção de trabalhadores domésticos com carteira e retração da proporção de empregados com carteira no setor privado mercantil).

Por sua vez, os empregadores foram separados em dois grupos, a partir do número de empregados que trabalham em seu empreendimento, assumindo-se o corte de no máximo cinco empregados para caracterizar aqueles vinculados à economia informal⁵.

⁴ Ressalve-se, a propósito, a Pesquisa Economia Informal Urbana, realizada pelo IBGE.

⁵ Embora seja este um corte arbitrário, ele encontra respaldo nas recomendações da OIT e em outros trabalhos produzidos pelo IBGE para a demarcação do informal. Ver, a respeito, Hussmanns (2001) e Jorge e Valadão (2002).

Com base nesse reordenamento, se construiu uma proxy para a dimensão da informalidade, incluindo nesse conjunto as seguintes categorias de trabalhadores: empregadores com até 5 empregados, trabalhadores por conta própria, trabalhadores domésticos, empregados sem carteira de trabalho (exclusive servidores públicos e militares) e não remunerados. O resultado é mostrado na Tabela 2.

Tabela 2 - Proxy para a informalidade no Estado do Rio de Janeiro, segundo algumas categorias - 1991/2000

Categorias	1991	2000
População ocupada total	100,0	100,0
Proxy para a informalidade	42,5	51,0
Não-remunerado	0,3	0,6
Empregador com até 5 empregados	2,1	2,0
Conta-própria	18,8	22,1
Trabalhador doméstico	8,7	9,3
Empregado sem carteira assinada	12,6	17,0

Fontes: Censo demográfico 1991: mão-de-obra: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, 1997; Censo demográfico 2000: trabalho e rendimento: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Acompanha 1 CD-ROM.

Complementando essas informações, reproduz-se na Tabela 3, o elenco de sete grupos ocupacionais que, em conjunto, responderam por quase 60% do acréscimo de pessoas ocupadas entre 1991 e 2000.

Tabela 3 - Acréscimo da população ocupada, segundo categorias ocupacionais selecionadas no Estado do Rio de Janeiro, 1991/2000

Categorias ocupacionais selecionadas	Acréscimo da população ocupada	
	Em valores absolutos	Em valores relativos (%)
População ocupada total	551 810	100,0
População ocupada nos grupos ocupacionais selecionada	322 638	58,5
Trabalhadores do serviço doméstico em geral	64 901	11,8
Vigilantes, guardas e vigias	60 392	10,9
Vendedores em lojas e mercados	47 097	8,5
Garçons, <i>barman</i> e copeiros	46 419	8,4
Vendedores ambulantes	40 131	7,3
Cozinheiros	32 321	5,9
Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento	31 377	5,7

Fontes: Censo demográfico 1991: mão-de-obra: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, 1997; Censo demográfico 2000: trabalho e rendimento: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Acompanha 1 CD-ROM.

As Tabelas ora apresentadas dispensam maiores comentários, revelando o grau de vulnerabilidade que marca a inscrição dos agentes sociais na estrutura produtiva e a velocidade do processo de informalização na última década. No segundo pólo econômico do Brasil, metade da população ocupada se incorpora, hoje, à informalidade, tendo sido exatamente os trabalhadores com menor grau de proteção social e mais baixos níveis de remuneração - empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria sem contribuição à Previdência e trabalhadores domésticos - os que apresentaram maior crescimento nos anos noventa.

Pelo ângulo das ocupações que mais contribuíram para o incremento da população ocupada no Estado do Rio de Janeiro entre 1991 e 2000, o quadro é igualmente preocupante. Aí despontam, em primeiro lugar, as ocupações domésticas - vestígio anacrônico da servidão feudal em pleno terceiro milênio - o agregado de vigilantes, guardas e vigias, cuja expressão se vincula iniludivelmente à escalada da violência urbana; vendedores que disputam um espaço no comércio estabelecido e um ponto no comércio ambulante das ruas; as ocupações ligadas à esfera da alimentação (garçons, *barmen*, copeiros e cozinheiros) e as que remetem ao “culto ao corpo” (cabeleireiros, manicuras e pedicuros, entre outras).

Em poucas palavras, informalização, inscrição em ocupações pouco qualificadas e desemprego são o contraponto, no mundo do trabalho, de uma década marcada pelo baixo dinamismo econômico e pela modernidade liberal. Enquanto se espera - e lá se vão mais de 20 anos - pelo espetáculo do crescimento, que o espetáculo da informalidade sirva de alerta para a natureza e os rumos do crescimento que se pretende imprimir ao País e a cada uma de suas regiões.

Referências

AJARA, C. *Configurações econômico-espaciais no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, Escola Nacional de Ciências Econômicas, 2003. Mimeo. A versão final do trabalho integra o presente livro.

CACCIAMALI, M. C. Processo de informalidade, flexibilização das relações de trabalho e proteção social na América Latina. In: PAMPLONA, J. B. (Org.). *O setor informal*. São Paulo: EDUC, 2001. p. 111-142. (Cadernos PUC. Economia, v. 11).

CENSO DEMOGRÁFICO 1991: mão-de-obra: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, 1997.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: trabalho e rendimento: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Acompanha 1 CD-ROM.

CONTAS regionais do Brasil 1985-1999: informações por unidade da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 1 CD-ROM.

DAVIDOVICH, F. R. Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial. *Revista Território*, Rio de Janeiro: UFRJ, Laboratório de Gestão do Território, n. 9, p. 9-24, jul./dez. 2000.

HUSSMANN, R. *Informal sector and informal employment: elements of a conceptual framework*. Trabalho apresentado no ILO/WIEGO Workshop on Informal Employment Statistics in Latin America, realizado em Santiago, Chile, 2001.

JORGE, A.; VALADÃO, L. *The concepts of informal sector and informal employment: an application for Brazil*. Trabalho apresentado no Sixth Meeting of the Expert Group on Informal Sector Statistics (Delhi group), realizado no Rio de Janeiro, 2002.

LAUTIER, B. Os amores tumultuados entre o estado e a economia informal. *Contemporaneidade e educação*, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, v. 2, n. 1, p. 59-62, 1997.

OLIVEIRA, J. S. de. *O espaço econômico das pequenas unidades produtivas: uma tentativa de delimitação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 67 p. (Textos para discussão, n. 27).

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1992. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, n. 1, 1992.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios 1999: Brasil, grandes regiões, unidades da federação e regiões metropolitanas. Síntese de indicadores 1999: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

RIBEIRO, M. A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002. p. 13-26.

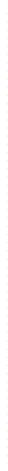
SANTOS, A. M. S. P. *Economia fluminense: superando a perda de dinamismo?* Rio de Janeiro, UERJ, Faculdade de Ciências Econômicas, 2002.

SILVA, L. A. M. da; CHINELLI, F. Velhas e novas questões sobre a informalização do trabalho no Brasil atual. *Contemporaneidade e educação*, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, v. 2, n. 1, p. 24-45, 1997.

SÍNTESE de indicadores sociais 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 369 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 5). Acompanha 1 CD-ROM.

ZALUAR, A. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan : Ed. da UFRJ, c1994. 278 p.

capítulo 5



Impactos da reestruturação econômica nas favelas cariocas: trajetórias e paradigmas

Jane Maria Pereira Souto de Oliveira*
Cesar Ajara*
Luisa Maria La Croix**

O presente artigo investiga algumas das transformações que, praticamente com sinais contrários, vêm-se processando nas duas maiores favelas cariocas: Rocinha e Jacarezinho.

Tal escolha não se deu por acaso, mas se fundamenta no reconhecimento de que um estudo de caso dessa natureza serviria para iluminar aspectos relevantes da realidade brasileira contemporânea, segundo uma perspectiva interdisciplinar e privilegiadora da articulação entre economia, sociedade e território.

* Pesquisadores e Professores do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, da ENCE/IBGE.

** Pesquisadora e Doutoranda em Geografia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Disseminadas praticamente por todo o tecido urbano do núcleo metropolitano, as favelas cariocas expressam, a um só tempo, a segregação socioespacial presente na construção do espaço, os movimentos de resistência a essa segregação e as especificidades de uma geografia que confere grande visibilidade ao confronto de territorialidades, traço marcante do cotidiano contemporâneo da metrópole.

Delimitando-se segundo relações de poder que, em grande parte, se encontram associadas ao “poder paralelo”, tais territórios, via de regra pouco controlados pelo Estado, quaisquer que sejam as escalas geográficas de governo/governança - federal, estadual ou municipal - (SOUZA, 1995), acabam por expressar, na escala intra-urbana, vetores-chave da dinâmica territorial brasileira contemporânea, cuja indução predominante reside na articulação com o movimento de globalização da economia e da sociedade.

À semelhança do que ocorreu em outras economias periféricas, a globalização desencadeou movimentos guiados pela redefinição dos papéis do Estado, pela reestruturação produtiva e pela abertura dos mercados, com profundas implicações na (re) configuração de processos e formas de organização do espaço geográfico nacional, em diferentes escalas.

Na trilha aberta pelo trabalho de Valladares (2000), acreditamos que o impacto dessas mudanças possa ser ilustrado pela experiência recente das favelas de Rocinha e Jacarezinho. Submetidas a um quadro mais amplo, em que se cruzam perda de dinamismo econômico e violência urbana, características que, sem serem específicas do Estado e da cidade do Rio de Janeiro, adquirem nestes particular intensidade; submetidas, também, à segregação e ao estigma historicamente imposto à favela no espaço urbano, e submetidas, ainda, ao poder que o narcotráfico exerce sobre seus territórios, importa saber como e por que as favelas da Rocinha e do Jacarezinho vêm redefinindo seus conteúdos e funções e respondendo, de forma distinta, aos desafios e dilemas trazidos pelos novos “tempos modernos”.

A Rocinha, situada entre os bairros de São Conrado e Gávea, e ocupando um dos espaços de maior beleza cênica da cidade Rio de Janeiro, logrou transformar em vantagem um perfil de atividades econômicas e formas de inserção, no processo produtivo, voltadas predominantemente para o comércio e a prestação de serviços, apropriando-se, ainda, das vantagens trazidas pela localização, pela alta valorização da terra, pela contigüidade com os locais de moradia das classes abastadas e das oportunidades de trabalho e rendimento abertas pela terciarização da economia. Por sua vez, a favela de Jacarezinho, localizada na zona norte da cidade e profundamente

marcada pelo selo da fábrica, vem sofrendo, sobretudo ao longo das últimas duas décadas, os efeitos dramáticos trazidos pela decadência industrial de seu entorno, com o fechamento de inúmeras fábricas, a destruição de empregos produtivos e o empobrecimento de seus moradores e das populações circunvizinhas.

Nesse sentido, a evolução recente de ambas serve também para exemplificar como, por trás da aparente homogeneidade associada à favela como “território da pobreza urbana”, se revelam trajetórias distintas e até certo ponto opostas, e emergem espaços e grupos “vencedores” e “perdedores”.

É, portanto, de um confronto entre dois “paradigmas” - o paradigma de uma indústria fordista em declínio, associado à trajetória de Jacarezinho, e o paradigma de um novo terciário, orientado pela lógica de mercado, associado à história recente da Rocinha - que trata este artigo. Seu caráter exploratório, uma vez que a pesquisa está em andamento, não autoriza conclusões definitivas, mas levanta hipóteses e sugere pistas de investigação. O material já coletado oferece, no entanto, uma dupla sinalização: por um lado, ele indica que, mesmo quando a lente de análise se volta para o microcosmo favela, é possível detectar processos e vetores de mudança que conduzem a novas diferenciações “inter” e “intra” favelas, os quais estão fortemente imbricados com as transformações operadas no espaço societal mais inclusivo. Por outro lado, denota que os efeitos trazidos pela globalização, reestruturação produtiva, desindustrialização e terciarização, atualmente em curso, não apresentam necessariamente a mesma direção e impacto para o conjunto das favelas, podendo mesmo reforçar dinâmicas inversas de pauperização/despauperização e inclusão/exclusão desses territórios.

Tal como se estrutura, o artigo está subdividido em três partes. Na primeira, é feita uma análise, em grandes linhas, da evolução recente da economia carioca, cenário imprescindível para a compreensão do recorte de pesquisa aqui adotado. Na segunda, o foco se volta para as favelas de Rocinha e Jacarezinho, pondo em relevo suas transformações recentes e os elementos que informam a construção dos paradigmas já mencionados. Na terceira e última parte, são indicados os principais avanços obtidos na pesquisa e seus próximos passos.

Desindustrialização e terciarização: a reestruturação da economia carioca nos anos noventa

Na década de 1990, a reestruturação da economia carioca é mais intensa do que a registrada para o País como um todo. As estimativas disponíveis no IBGE e

no Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos apontam mudanças na importância relativa da Indústria e dos Serviços, em muito superiores àquelas registradas na média nacional.

No Município do Rio de Janeiro, a redução das proporções dos setores produtivos Indústria de Transformação (19,7% para 12,8%), em especial, e Construção Civil (7,1% para 5,6%), no valor adicionado, permite a caracterização de um processo de desindustrialização entre os anos de 1990 e 2000. A exceção refere-se aos Serviços Industriais de Utilidade Pública, cuja participação se eleva (11,2% para 12,6%) no período em questão. No balanço final, o peso da Indústria como um todo, na economia municipal, reduz-se de 38%, em 1990, para 31%, em 2000.

Em contrapartida, a terciarização do município, paralelamente, pode ser evidenciada pela evolução do setor de Serviços, cuja participação aumenta significativamente nos anos antes considerados: representa 61,6%, em 1990, e alcança 68,9% do valor adicionado, em 2000. Os ganhos estão concentrados nos setores Aluguéis (4,3% para 11,1%), Comunicações (3,1% para 7,1%) e Outros Serviços (16,7% para 20,8%). Os setores de Transporte (8,2% para 6%) e Comércio (7,8% para 7,1%) mostram perda líquida, e a Administração Pública permanece estável (21,5%) em sua importância relativa.

No cenário nacional, comparando os anos de 1991 e 2000, o destaque é o forte desempenho dos setores Comunicações, que eleva de 1% para 2,4% sua participação no valor adicionado, Extrativa Mineral (de 1,4% para 2,3%), Serviços Industriais de Utilidade Pública (de 2,3% para 3,1%) e Construção (de 6,3% para 8,1%). Os setores Administração Pública (13,5% para 14,5%), Agropecuária (6,8% para 7,1%) e Aluguéis (11,2% para 11,4%) apresentam acréscimos menores. Por fim, as principais perdas estão localizadas nos setores Instituições Financeiras (12,3% para 4,9%), Transporte (3,3% para 2,4%), Comércio (8,6% para 6,6%) e Indústria de Transformação (21,8% para 20%). No cômputo geral, a Agropecuária e a Indústria ganham expressão (a proporção desta última cresce de 31,2% para 33,5%) e os Serviços encolhem sua participação (60,6% para 52,2%), visto que as tendências à desindustrialização e à terciarização da produção não afetam tanto os agregados setoriais para o País como um todo.

Alguns resultados referentes ao mercado de trabalho no Município do Rio de Janeiro reforçam as conclusões antes alinhavadas. De 1990 a 2000, segundo a Relação

Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego, o peso do emprego formal (RAIS, 1990 e 2000) no município, em relação ao total nacional, declina de 8,6% para 6,6%, com redução de 13,2% no número de trabalhadores. Tal declínio é muito superior ao que se observa no Estado do Rio de Janeiro (4,3%) e contrasta fortemente com o aumento de 13,1%, registrado no emprego total do País.

Ademais, a queda do emprego no município é acompanhada de redução das remunerações médias anuais (-7,0%), embora em menor intensidade que as quedas verificadas seja no estado (-10,7%), seja no Brasil (-9,2%) nesse período. As remunerações no município, que já eram superiores às nacionais (26,3%) e estaduais (11,9%) em 1990, mantêm patamares maiores que essas médias em 2000 (29,4% e 10,1%, respectivamente).

Entre 1990 e 2000, as mudanças na estrutura do emprego no Município do Rio de Janeiro (Tabela 1), reafirmam as perdas da Indústria (21,1% para 13,8%), devidas ao desempenho da Indústria de Transformação (15,1% para 8,7%), em particular, e os ganhos dos Serviços, que perfazem cerca de 71% e 86% do total dos trabalhadores em 1990 e 2000, respectivamente. No Brasil, os destaques são o significativo aumento da importância do emprego na Agropecuária e nos Serviços (nestes últimos, em menor proporção) e as perdas do emprego industrial, com exceção do setor de Construção.

Tabela 1 - Estrutura setorial do emprego no Município do Rio de Janeiro e no Brasil, segundo o setor de atividade - 1990/2000

Setor de atividade	Estrutura setorial do emprego (%)			
	Município do Rio de Janeiro		Brasil	
	1990	2000	1990	2000
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	0,2	0,1	1,6	4,1
Indústria	21,1	13,8	29,6	24,3
Indústria extrativa	0,2	0,1	0,6	0,4
Indústria de transformação	15,1	8,7	23,6	18,6
Serviços industriais de utilidade pública	2,0	1,7	1,4	1,1
Construção	3,7	3,3	4,1	4,2
Serviços	71,4	86,1	61,2	71,6
Comércio	12,3	15,2	12,8	16,2
Serviços	38,1	48,2	27,8	32,9
Administração pública	21,1	22,7	20,6	22,4
Outros/Ignorado	7,2	0,0	7,5	0,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais 1990/2000.

As mudanças estruturais na economia carioca traduzem não apenas as elevadas taxas negativas do emprego nos setores industriais (Tabela 2), em especial nos setores Indústria de Transformação (-50%) e Construção (-28%) mas também o desempenho dinâmico de Comércio (7,4%) e Serviços (9,8%), haja vista seus pesos maiores na estrutura produtiva do município.

Tabela 2 - Taxa de crescimento do emprego e da remuneração média anual no Município do Rio de Janeiro, segundo o setor de atividade - 1990/2000

Setor de atividade	Variação (%)		
	Rio de Janeiro		Brasil
	Município	Estado	
Total			
Emprego	(-) 13,2	(-) 4,3	13,1
Remuneração média anual	(-) 7,0	(-) 10,7	(-) 9,2
Agropecuária			
Emprego	(-) 61,3	87,9	187,5
Remuneração média anual	23,4	21,2	(-) 13,7
Indústria extrativa			
Emprego	(-) 49,0	(-) 32,4	(-) 16,2
Remuneração média anual	(-) 1,8	(-) 39,6	(-) 21,3
Indústria de transformação			
Emprego	(-) 50,3	(-) 42,0	(-) 10,6
Remuneração média anual	3,1	(-) 3,2	(-) 11,0
Serviços industriais de utilidade pública			
Emprego	(-) 27,8	(-) 20,6	(-) 10,2
Remuneração média anual	(-) 11,2	(-) 22,0	(-) 20,2
Comércio			
Emprego	(-) 23,7	(-) 1,3	14,1
Remuneração média anual	24,3	22,8	(-) 5,8
Construção			
Emprego	7,4	22,0	42,7
Remuneração média anual	(-) 5,3	(-) 7,6	(-) 7,2
Serviços			
Emprego	9,8	20,2	34,0
Remuneração média anual	(-) 11,7	(-) 13,6	(-) 10,9
Administração pública			
Emprego	(-) 6,4	0,5	23,2
Remuneração média anual	8,1	5,0	2,9

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais 1990/2000.

Como mencionado antes, no Município do Rio de Janeiro, embora declinantes (-7,0%), as remunerações mostram percentuais de queda menores que os do emprego na década de 1990. No entanto, nos setores de Serviços (-12%) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (-11%), os decréscimos são superiores à média municipal. As remunerações na Indústria de Transformação crescem 3%, e os destaques cabem aos aumentos verificados nos setores Construção (24%), Agropecuária (23%) e Administração Pública (8%).

Tabela 3 - Remuneração média anual no Município do Rio de Janeiro e no Brasil, segundo o setor de atividade - 1990/2000

Setor de atividade	Remuneração média anual (em salários mínimos)			
	Município do Rio de Janeiro		Brasil	
	1990	2000	1990	2000
Total	6,9	6,4	5,4	4,9
Agropecuária	15,3	15,0	7,5	5,9
Indústria extrativa	5,8	6,0	5,4	4,8
Indústria de transformação	12,1	10,7	12,2	9,7
Serviços industriais de utilidade pública	4,0	5,0	4,0	3,7
Construção	4,0	3,8	3,4	3,1
Comércio	6,9	6,1	6,0	5,3
Serviços	8,1	8,8	6,2	6,3
Administração pública	2,6	3,2	2,6	2,2

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais 1990/2000.

As remunerações expressas em salários mínimos, mostradas na Tabela 3, indicam poucas mudanças no que tange aos setores onde elas são melhores. A Agropecuária (15 salários mínimo), a Indústria de Transformação (10,7 salários mínimo), os Serviços (8,8 salários mínimo), o Comércio (6,1 salários mínimo) e a Indústria Extrativa (6 salários mínimo) mantêm as cinco primeiras posições no *ranking* em 2000. Os Serviços Industriais de Utilidade Pública galgam a sexta posição, antes ocupada pelo setor Construção.

Entre 1990 e 2000, a população brasileira cresce, em média, 1,4% ao ano, e verificam-se taxas em torno de 0,7% a.a. no Município do Rio de Janeiro. O Produto Interno Bruto - PIB do País aumenta cerca de 2,7% a.a., enquanto o PIB municipal diminui ligeiramente (-0,1% a.a.). Em 1990, a população carioca de 5,4 milhões de habitantes produz 7,6% do PIB nacional; em 2000, o município mostra perda de expressão populacional no contexto nacional (de 3,7% para 3,4%), e seus 5,9 milhões

de habitantes geram uma parcela menor da riqueza do País (cerca de 7%). Nesses anos, há regressão do produto real *per capita* do município (-0,9% a.a.), mesmo em relação à modesta taxa média de crescimento do Brasil (1,2% a.a.).

Rocinha e Jacarezinho: duas trajetórias, dois paradigmas

Em confronto com as baixas taxas de crescimento demográfico, evidenciadas para o Município do Rio de Janeiro, na última década, as favelas da cidade continuaram, em conjunto, seu processo de expansão, seja pela emergência de novas, seja pelo adensamento de antigas. Como resultado, a tendência de aumento de participação da população favelada, no conjunto da população municipal, que se observa desde os anos de 1950, volta a se afirmar, nos anos de 1990, alcançando aquela proporção, em 2000, expressivos 18,6% (Tabela 4).

**Tabela 4 - População total, população residente em favelas, taxas de crescimento e taxa de participação
Município do Rio de Janeiro - 1950/2000**

Ano	População municipal (A)	Taxa bruta de crescimento	População residente em favelas (B)	Taxa bruta de crescimento	Razão entre populações (B)/(A)
1950	2 384 577	...	169 305	...	7,1
1960	3 284 931	37,8	335 063	97,9	10,2
1970	4 249 135	29,4	565 135	68,7	13,3
1980	5 090 790	19,8	718 210	27,1	14,1
1991	5 480 778	7,7	882 483	22,9	16,1
2000	5 857 904	6,9	1 092 783	23,8	18,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2000; Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos.

Tal crescimento, contudo, não se deu de forma homogênea ou linear, o que pode ser bem ilustrado pelas duas favelas em exame. Enquanto a Rocinha experimentou, ao longo das últimas cinco décadas, uma expansão contínua, tendo em 2000 multiplicado por 12 a população que detinha em 1950, o Jacarezinho apresentou entre os anos 1970/1980, uma estagnação e, a partir de 1991, uma perda considerável, em termos absolutos, de sua população (Tabela 5). Nessas condições, um primeiro e importante diferencial na evolução de ambas é o que se refere a sua dinâmica populacional: vigoroso crescimento, no caso da primeira, em contraste com estagnação e declínio, no caso da segunda.

Tabela 5 - População residente nas favelas de Jacarezinho e Rocinha, taxas de crescimento e taxa de participação no total de favelas do Município do Rio de Janeiro - 1950/2000

Ano	População do Jacarezinho			População da Rocinha			Razão entre populações (B/A) (%)
	População total (A)	Participação no total de favelas do Município do Rio de Janeiro (%)	Taxa de crescimento bruto (%)	População total (B)	Participação no total de favelas do Município do Rio de Janeiro (%)	Taxa de crescimento bruto (%)	
1950	18 424	10,9	...	4 513	2,7	...	24,5
1960	23 004	6,9	24,9	14 793	4,4	227,8	64,3
1970	31 609	5,6	37,4	24 003	4,2	62,3	75,9
1980	31 405	4,4	(-) 0,6	32 966	4,6	37,3	105,0
1991	37 393	4,2	19,1	42 892	4,9	30,1	114,7
1996	34 919	...	(-) 6,6	45 585	...	6,3	130,5
2000	32 023	2,9	(-) 8,3	56 338	5,2	23,6	175,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2000; Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos.

A trajetória desigual das favelas adquire contornos igualmente nítidos, quando se analisa a dinâmica socioeconômica experimentada por ambas, em período recente. É o que procuramos mostrar, a seguir.

Rocinha: o paradigma de um novo terciário orientado pela lógica de mercado

O primeiro choque vem com o olhar de quem cruza o Túnel Dois Irmãos, ligação entre os bairros da Gávea e de São Conrado. Do lado direito, a vitalidade daquela que constitui hoje a maior favela do Rio - e de acordo com alguns folhetos de propaganda - "a maior da América Latina". Na parte baixa, a mais valorizada pela proximidade com o asfalto, prédios multicoloridos de alvenaria com quatro, cinco, seis e até sete pavimentos, cobertos de letreiros que anunciam serviços médicos, cursos de inglês e informática, farmácias, açougues, supermercados, lojas de material fotográfico e eletrônico, de venda e reparo de aparelhos de telefonia celular. Ao longo da via principal, estende-se ainda uma feira livre, onde se vende um pouco de tudo: em barracas improvisadas, protegidas do sol por plásticos de azul forte, ficam permanentemente expostos brinquedos, roupas, bolsas e calçados, CDs, alimentos, utensílios domésticos, perfumes e bijuterias. Nas partes mais elevadas, ocupando áreas de Mata Atlântica, uma profusão de casas, sobrados e apartamentos, de alvenaria em grande parte, mas trazendo o aspecto de obra ina-

cabada, amontoados entre ruas, vielas e becos sinuosos, que hoje abrigam mais de 56 000 habitantes. Do lado esquerdo, o mar, o shopping classe A, os condomínios fechados que na orla ocupam o metro quadrado mais caro do Rio de Janeiro. Embora haja também, alguns sinais de que a favela rompeu a fronteira, cruzando o asfalto. Lado a lado com um antigo hotel, fechado há cerca de 10 anos e atualmente em obras pela Prefeitura da Cidade, o CIEP Ayrton Senna, o campo de jogos, e a quadra da Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha.

Já ao primeiro relance, portanto, a favela exibe sua função comercial e prestadora de serviços. Por outra janela - perfeitamente afinada aos tempos de globalização - esse mesmo perfil de mercado volta a se afirmar, por meio do *site* <http://www.rocinha.com>, que a favela dispõe desde o final dos anos de 1990. Nele se inscreve um breve histórico da favela, com uma lista das principais instituições públicas, organizações não-governamentais, associações religiosas e políticas e uma relação das empresas que ali operam, sob a forma de um grande guia, uma espécie de “quem é quem” na vida econômica da favela.

Vejamos mais de perto o conteúdo desse site. Ao abri-lo, a informação de que a Rocinha, comunicando-se agora por meio de redes, em escala global, ruma para o novo milênio. Na página de abertura, fotos da favela e quatro entradas: histórico, pessoas, localização, notícias e empresas, a primeira das quais descrevendo o percurso traçado pela Rocinha, desde a chegada dos primeiros habitantes, de origem rural, até sua configuração atual como a “maior empresa a céu aberto do Cone Sul: Rocinha S/A”:

... São confusas as origens para a Rocinha, dizem que tudo começou com uma pequena produção de gêneros alimentícios que *eram vendidos para as casas vizinhas em São Conrado e Leblon*.

Como era uma roça muito pequena e humilde era conhecida como rocinha.

Tanto se falava sobre a tal rocinha que mais e mais pessoas passaram a buscar abrigo nessa área. Com o tempo *esse comércio começou a ficar mais denso e o nome pegou definitivamente*

1992 ano da virada, a Rocinha passa a ser considerada oficialmente como um bairro. Passa a ter sua própria Região Administrativa e um Administrador Regional. O *comércio descobre a Rocinha*; sabem que, por trás da aparência pouco sedutora da comunidade, se esconde *um novo tipo de consumidor*. Pessoas com renda média de R\$ 400,00 que começam a dar forma àquela que já pode ser considerada *a maior empresa a céu aberto do Cone Sul: ROCINHA S.A* (grifo nosso).

A história trazida pelo *site* ressalta a vocação que desde sempre a Rocinha e seus moradores teriam demonstrado para o mercado, para a troca. O comércio emerge como *locus* privilegiado da vida econômica dos moradores, sua principal fonte de rendimentos e meio de articulação com o todo social. Nessa história, que comporta apenas dois tempos, ou seja, um passado longínquo, que remonta há mais de 50 anos, e o presente, que se delinea pós-1992, os negócios assumem claramente o protagonismo. Assim, ao reconstituir-se o mito de origem da favela e seu desenvolvimento, o foco sobre a atividade comercial não apenas desponta como fio condutor da narrativa, mas também eclipsa qualquer outra atividade econômica - desconsiderando, por exemplo, o papel representado pela construção civil na absorção da mão-de-obra masculina da favela, sobretudo ao longo dos anos de 1970, quando ocorre o *boom* imobiliário de São Conrado, ou pelo emprego doméstico, que até hoje constitui a principal forma de inserção feminina no processo produtivo. Mais fortemente, ainda, é um perfil de mercado aberto e multifacetado que dá o tom do tempo presente, quando se destacam, entre outros aspectos, a configuração da Rocinha não mais como favela, mas como região administrativa; seu peso e densidade como mercado consumidor (o tamanho demográfico da favela, que no *site* é apresentado como sendo da ordem de 200 000 habitantes, com uma renda média de R\$ 400,00) e sua vitalidade como mercado produtor.

Tal configuração é até certo ponto moldada pela influência de mediadores externos, dos quais servem de exemplos agências públicas como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e a Prefeitura do Rio, por meio de programas que valorizam o empreendedorismo e a autonomia (Apoio ao Trabalhador Autônomo, Projeto Ideal, Desenvolvimento Econômico e Social) e iniciativas privadas, como a da Universidade Estácio de Sá e a da TV ROC (*site* <http://www.rocinha.com>).

Em grande medida, porém, o perfil de mercado encontra respaldo no imenso e diversificado conjunto de atividades econômicas que, partindo dos próprios moradores ou atendendo às suas pressões, materializam a produção e circulação de mercadorias e serviços na favela. A esse propósito, cabe destacar, para além dos 2 500 estabelecimentos mencionados pela associação comercial, a existência na favela de duas agências bancárias, duas frotas de táxis em operação 24 horas, duas linhas de ônibus, uma TV e três rádios comunitárias, três jornais, uma agência de viagens da Itapemirim, cujo movimento de venda de passagens é o terceiro do País, e uma agência dos Correios.

Uma palavra final diz respeito ao volume de transações imobiliárias que ocorrem na favela. Nada menos do que três imobiliárias, além das associações de moradores, também em número de três, e dos próprios interessados, dão conta das transações de aluguel, compra e venda de benfeitorias na favela. Em alguns de seus pontos, o valor das transações se aproxima, ou mesmo supera, aquele praticado em bairros da zona sul da cidade. Um exemplo: um imóvel de quarto e sala separados, com cozinha e banheiro, pode ter seu aluguel variando entre R\$ 200,00 a R\$ 400,00, e seu preço de venda entre R\$ 1 8000,00 e R\$ 2 5000,00. Sinais inequívocos de uma economia com alto dinamismo.

Jacarezinho: o paradigma da indústria fordista em declínio

Se a história da Rocinha é lida pelo olhar do presente, pelas páginas da Internet, pelo turismo exótico e pela visibilidade de um comércio extramuros, a do Jacarezinho, como que obrigatoriamente, conduz o olhar para o passado.

De fato, pensar a formação e o desenvolvimento da favela é remeter às fábricas e à marca que, desde sua origem, essas imprimiram sobre aquela. Encravada no centro do que, até o final dos anos de 1970 correspondia ao segundo parque industrial do município, a favela cresceu paralelamente a fábrica, alimentando-a com sua reserva crescente de mão-de-obra e sendo por ela alimentada. Desse processo de interação que a memória social conduz ao início dos anos de 1940, resultaria o perfil até certo ponto singular que a favela ostentaria no confronto com outras favelas: uma espécie de ilha cercada de fábricas, uma quase vila operária, constituída sem qualquer ônus para as empresas que ali se instalaram.

As origens de sua atividade coincidem, sobretudo, com a expansão e a descentralização industrial, verificada ao longo dos anos de 1930, em direção à faixa suburbana. Antes disso, ali já se haviam fixado estabelecimentos industriais de grande porte - caso da fábrica General Electric, cuja sede, em Maria da Graça, entrou em funcionamento em 1919, embora tenham permanecido como núcleos isolados.

A partir dos anos de 1930, quando a valorização das áreas centrais e a progressiva industrialização de São Cristóvão forçaram a procura de novas áreas, as atividades de transformação ganharam maior peso na faixa suburbana. Nesse processo, duas grandes indústrias de minerais não-metálicos - a Companhia Industrial São Paulo e Rio - CISPER, em 1932, e a Manufatura Nacional de Porcelana, do grupo Klabin, em 1931, desempenhariam um papel pioneiro no surgimento de novas zonas fabris: o bairro do Jacaré e o trecho da Av. Suburbana entre Del Castilho e Pilares.

A disponibilidade de espaços amplos e vazios, a proximidade e a ligação com o centro, feita inicialmente através da antiga Estrada de Ferro Rio D'Ouro e, posteriormente, da Central e das novas rodovias que se abriam, além da presença de grandes fábricas, faziam convergir para a área, que atualmente circunda a favela, uma série de outros investimentos. As décadas seguintes assistem à entrada de inúmeras fábricas de tamanho e natureza bastante diversos, que emprestaram ao bairro sua feição e densidade industrial.

As mesmas razões e, em particular, a oferta de empregos gerada pelas fábricas, faziam com que a área atraísse segmentos pobres da população que, ocupando terras devolutas e terrenos baldios, se constituíam nos construtores anônimos da favela e consolidariam essa construção, a exemplo de tantas outras histórias de favelas, por um sentido de luta e de resistência.

Fábrica e favela se expandiram, portanto, num mesmo movimento, derivando daí a marca que a primeira tão fortemente imprimiria sobre a segunda, e que ainda hoje transparece na paisagem local - os muros de arame farpado delimitando a fronteira entre os locais de trabalho e de moradia, as chaminés manchando o céu de cores cinzentas, o apito das fábricas regulando o horário de maior movimento para o comércio da favela. Isto se comprova na fala de moradores antigos, ao reconstituírem sua história de vida:

Na ocasião que eu vim já foi em 43, já tinha mais ou menos um bocado de casas, aí, né? Nessa época só tinha a CISPERS, a GE, essa que tem aqui, a Souza Cruz, que hoje foi extinta, ali não tá mais e o laboratório parece que Silva Araújo, ali do outro lado. O resto tava tudo em terrenos, aprontando... Depois é que criou aqui, criou isso tudo de fábricas. A entrada pr'aqui era ali na fábrica das garrafas, atrás da CISPERS. Saía ali, por cima do rio [Rio Jacaré], umas taubinhas que passava por cima. E aqui passava essa linha d'Ouro, mas com aquele trenzinho fumaça (OLIVEIRA, 1983, p. 151).

Nos anos de 1970, a configuração de Jacarezinho como "ilha cercada de fábricas" estava plenamente consolidada. Com base nos dados do cadastro industrial da então FIERJ, referentes ao ano de 1972, Oliveira (1980) estimou que, num raio de aproximadamente 1,5 km do ponto central da favela, havia 235 estabelecimentos industriais no ramo da transformação industrial (3 de grande porte, ou seja com tamanho superior a 500 pessoas ocupadas), absorvendo 24 504 empregados, dos quais 19 310 diretamente ligados à produção. Por sua vez, tabulações especiais do Censo Demográfico 1970 indicavam que praticamente a metade da PEA¹ de Jacarezinho

¹ População Economicamente Ativa - PEA é definida como as pessoas de 10 anos ou mais de idade que estão trabalhando ou procurando trabalho.

se vinculava à indústria, 87,7% na condição de empregados. Tais dados, ao mesmo tempo em que confirmavam a forte relação de dependência da favela com a fábrica, apontavam também para uma certa especificidade no perfil ocupacional de Jacarezinho. Enquanto nesta 46,5% da PEA eram operários fabris, no conjunto das favelas do município a mesma proporção se restringia a cerca de 20% (OLIVEIRA, 1983).

Bem distinta é a realidade trazida pelos anos 1990/2000. Para explicar a mudança seria necessário que se remetesse, no plano macro, aos efeitos da crise e do posterior ajuste econômico dos anos de 1980 e, principalmente, da abertura do mercado e da política recessiva, que pontuariam toda a década de 1990 no Brasil, provocando o desmantelamento de numerosos segmentos produtivos (TAVARES, 1999) e produzindo profundas mutações no mundo do trabalho (CACCIAMALI, 2001; SILVA, 1998; POCHMAN, 1999). Igualmente, seria preciso lembrar, terem sido os anos de 1990 especialmente duros para o Estado e a cidade do Rio de Janeiro. O estado perdeu espaço no total do emprego formal do País, diminuindo não só em termos relativos, mas também em termos absolutos (SALM, 1998; SABÓIA, 2001). Exceção feita aos Serviços, todos os demais setores de atividade sofreram perdas, mas foi exatamente na Indústria de Transformação que estas se fizeram sentir mais drasticamente. Na cidade do Rio de Janeiro, os efeitos da crise industrial foram particularmente adversos: a participação do setor na composição do PIB declinou de 19,7% para 12,8% e de 21,1% para 13,8% no emprego formal. Em 2000, o emprego industrial representava menos da metade (49,7%) do que havia sido em 1990.

No microcosmo da favela, esse fato se explicita no discurso de uma de suas lideranças, ao descrever a crise de emprego da população ali residente:

A gente vê: o Jacarezinho era o primeiro parque *industrial*, se transformou em segundo e agora acho que não é nem mais o quinto... A juventude antigamente tinha perspectiva. A juventude no Jacarezinho tinha um objetivo e tinha uma resposta. Ele [o jovem] sabia que ele ia estudar, não estudava muito, concluía o primário ou o ginásio, mas ele sabia: se fizesse um curso profissionalizante tinha trabalho. Mesmo as mulheres que não tinham essa oportunidade de um curso profissionalizante, mas elas também tinham trabalho. Então sabia: acabava o primário ou o ginásio, tinha o pai ou a mãe, o vizinho, o irmão [na fábrica]. Ou ia sozinho. Entrava em qualquer *fábrica* aqui em volta. Não tinha essa dificuldade de emprego. Ou dentro das *fábricas* do próprio Jacaré ou nos bairros da periferia. Então havia um caminho. E o que que você tem hoje? Hoje a juventude não tem escola, não tem objetivo (OLIVEIRA, 1999, p. 167).

As oportunidades de trabalho diminuiram muito e a população, a juventude sem opção caiu na droga. Vende, vende muito, ele [o traficante] não sai da favela pra vender, o viciado vem aqui pra comprar. É uma favela que tem vários bairros de periferia, vários caminhos. Você tem contato com a Tijuca, Maria da Graça, Meier, Suburbana, Leopoldina. Então é uma favela que tem várias saídas e vários contatos. Então eu

acho que esse lance do Jacaré, essa crise... Tem outra coisa também. Jacarezinho, o *histórico industrial dela morreu* e o Jacarezinho é conhecido como a *favela do tráfico e das armas*. A segunda maior favela do Rio. E quais as outras referências que você vê na imprensa? O melhor tóxico do Rio, a mais armada e o maior exército. O que dá subsídio a outras favelas. Então, hoje em dia, o Jacarezinho tem essa identificação: se o tráfico tem um exército, o Jacarezinho seria, se a gente fosse comparar com o exército, o CPOR. É aquela força pra reserva. Na hora que precisa são eles que vão. Não é pra toda hora, mas é o reforço. Então isso também cria uma enorme dificuldade, eu acho que isso tá criando uma grande dificuldade. Porque a imprensa é fogo. *Mangueira e Rocinha também têm armas e tráfico, mas não são mostradas assim pela imprensa: Rocinha é o cartão postal, se faz até turismo, Mangueira é o samba*. Hoje tá na imprensa, jornal popular. Uma favela lá da zona oeste, eles entraram, houve troca de tiros na madrugada, hoje a polícia tava lá e o armamento foi o pessoal do Jacarezinho que foi reforçar a tomada das bocas de fumo (OLIVEIRA, 1999, p. 189).

No depoimento do informante, duas associações se destacam: a primeira é a que vincula a crise do trabalho e do emprego ao processo de desindustrialização. A segunda é a que estabelece um nexo entre a falta de perspectivas e oportunidades de trabalho, principalmente entre os jovens, e o crescimento da rede do narcotráfico: o *histórico industrial dela morreu* e o Jacarezinho é conhecido como a *favela do tráfico e das armas*. Um processo de reconversão de imagem pública: se em passado não muito remoto a favela tinha sua identidade social moldada pela vinculação à fábrica e pela condição operária, a ponto de ser conhecida como “favela operária”, com a desindustrialização e o crescimento da rede do crime negócio, cristaliza-se para Jacarezinho a imagem da favela do tóxico e das armas, a “favela bandida”.

Ao aludir a esse processo de reconversão, o informante remete a algumas das razões que teriam atuado como seus determinantes: a intensidade e a extensão da crise industrial, a falta de opções de trabalho para os jovens e a adesão de muitos destes à economia das drogas ilícitas e das armas, o próprio tamanho da favela e sua localização estratégica como ponto de distribuição das drogas (muitas saídas, contigüidade com muitos bairros). Aponta ainda para o fato de que a imagem pública do Jacarezinho “como a favela mais armada, a que tem o maior exército e a que oferece o melhor tóxico”, constantemente refletida no noticiário da imprensa, também contribui para reforçar o mesmo círculo vicioso.

De fato, na construção e na consolidação da imagem pública das favelas como um todo e de algumas delas, em particular, o papel da mídia é crucial e claramente pesa a favor de algumas e contra outras. É o que se pode depreender do confronto entre as 25 primeiras notícias encontradas em *sites* da Internet, em maio de 2003, sobre as favelas de Jacarezinho e Rocinha, a seguir reproduzidas.

Quadro 1 - Notícias sobre Jacarezinho e Rocinha

(continua)

Sites da Internet sobre o Jacarezinho	Sites da Internet sobre a Rocinha
<p>1. <u>Folha Online - Cotidiano - Polícia reforça segurança na Favela do Jacarezinho, após morte de Vado</u> - 02.08.2002 ...Especial Tático-Móvel está na Favela do Jacarezinho desde ontem para impedir manifestações de moradores incitados ... www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u57399.shtml</p>	<p>1. <u>Favela da Rocinha</u> História da favela carioca, a maior da América Latina. Cheque o laboratório da Internet do Centro Profissional da Rocinha e colabore clicando em Fome. www.rocinha.com.br</p>
<p>2. <u>Folha Online - Cotidiano - Manifestação na Favela do Jacarezinho deixa três feridos em confronto com a polícia</u> - 21.05.2000 Centenas de moradores da favela do Jacarezinho, no bairro do Jacaré, na zona norte do Rio, ocuparam ... www.uol.com.br/fol/geral/ult21052000094.htm</p>	<p>2. <u>Rio de Janeiro - Exotic Tour</u> Especializada em receptivo na capital, faz passeios em pontos turísticos inovadores, como a Favela da Rocinha e escolas de samba em preparação. www.exotictours.com.br</p>
<p>3. <u>Folha Online - Cotidiano - Conflito na Favela do Jacarezinho, no Rio, deixa traficante morto</u> - 15.09.2002 ...Um traficante morreu esta madrugada, na favela do Jacarezinho (zona norte do Rio de Janeiro) ... www.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u59086.shtml</p>	<p>3. <u>Acadêmicos da Rocinha</u> Saiba como surgiu esta escola de samba, aprenda sobre seus enredos e veja fotos. Em Comunidade, veja dados sobre a maior favela da América Latina. www.artes.com/rocinha</p>
<p>4. <u>Mulheres são baleadas na Favela do Jacarezinho</u> Mulheres são baleadas na Favela do Jacarezinho globonews.globo.com/Globo/News/article/0%2C6993%2CA425022-28%2C00.html</p>	<p>4. <u>Folha Online - Cotidiano - Rio tomba marco inicial da Favela da Rocinha</u> - 05.12.2002 ... que representa um dos marcos das primeiras ocupações da região onde hoje está instalada a Favela da Rocinha, no Rio. www1.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u64162.shtml</p>
<p>5. <u>Jacarezinho</u> ... o resultado do projeto de urbanização da Favela do Jacarezinho, na Zona Suburbana, desenvolvido pela fundação ... www.favelabairro.vpg.com.br/report/jacarezinho1.html</p>	<p>5. <u>[Jeep Tour] - Favela da Rocinha</u> Floresta da Tijuca, Corcovado, Macumba, Grumari, Costa Verde, Circuito do Café, Mapa dos roteiros: Favela da Rocinha - A Favela da Rocinha é a maior favela da América Latina. www.jeeptour.com.br/roteiros5.htm</p>
<p>6. <u>cidade - Bauhaus: Favela com design alemão</u> - 02.06.2001 ... a famosa escola de arquitetura e <i>design</i>, desembarca na Favela do Jacarezinho, bolsão de pobreza espremido ... www.jb.com.br/jb/papel/cidade/2001/06/01/jorcid20010601006.html</p>	<p>6. <u>A maior favela da América Latina: Rocinha</u> A FAVELA DA ROCINHA conhecida como a maior favela da América Latina, a Rocinha está localizada no morro Dois Irmãos, que separa os bairros de São Conrado e Gávea. www.artes.com/rocinha/favrocinha.htm</p>

Quadro 1 - Notícias sobre Jacarezinho e Rocinha

(continuação)

Sites da Internet sobre o Jacarezinho	Sites da Internet sobre a Rocinha
<p>7. <u>cidade - Um novo design para o Jacarezinho</u> - 21.06.2001 "Os gringos voltaram." A novidade se espalhou rápido ontem de manhã na área mais antiga da Favela do Jacarezinho, uma das mais violentas do Rio. Depois de pouco mais de um ano desde a primeira visita, uma comitiva da Bauhaus voltou ... www.jb.com.br/jb/papel/cidade/2001/06/20/jorcid20010620001.html</p>	<p>7. <u>Cidades/Favela da Rocinha ganha programa em TV a cabo</u> ... RIO - A Favela da Rocinha, em São Conrado, na zona sul, é a primeira do Brasil a ter um programa de TV a cabo dedicado ... www.estado.com.br/edicao/pano/98/01/30/cid651.html</p>
<p>8. <u>Cidades/Criança morre em tiroteio em favela</u> - 24.12.1998 Criança morre em tiroteio em favela. Garoto de 4 anos foi baleado na cabeça quando brincava em frente de sua casa, no Rio. Um grupo rival, vindo da Favela do Jacarezinho, na zona norte, que conquistou os pontos-de-venda de droga ... www.estado.com.br/edicao/pano/99/04/07/cid719.html</p>	<p>8. <u>Economia/McDonald's inaugura quiosque na Favela da Rocinha, no Rio</u> - 29.12.1999 McDonald's inaugura quiosque na Favela da Rocinha, no Rio. É a primeira experiência nesse tipo de local da rede multinacional de lanchonetes www.estado.com.br/edicao/pano/99/12/28/eco664.html</p>
<p>9. <u>PM reforça policiamento no Jacarezinho, onde traficante Vado foi morto</u> PM reforça policiamento no Jacarezinho, onde traficante Vado foi morto globonews.globo.com/GloboNews/article/0%2C6993%2CA372044-28%2C00.html</p>	<p>9. <u>"Muro vai impedir crescimento da Favela da Rocinha"</u> ... Muro vai impedir crescimento da Favela da Rocinha. Construção de 3 km de extensão pretende deter ocupação de áreas ... www.estado.com.br/editoriais/2000/10/29/cid233.html</p>
<p>10. <u>Cidades/PM troca tiros com traficantes em favela carioca</u> - 24.12.1998 PM troca tiros com traficantes em favela carioca. Tiroteio durou mais de dez minutos, mas ninguém se feriu; foram apreendidos armamentos e drogas. Os moradores da Favela do Jacarezinho, na zona norte, viveram ontem momentos de tensão. www.estado.com.br/edicao/pano/98/12/23/cid700.html</p>	<p>10. <u>Folha Online - Brasil - Governo deve implantar agência da Previdência na favela da Rocinha</u> - 16.02.2001 ... Ainda neste semestre, a favela da Rocinha (zona sul do Rio de Janeiro) ganhará uma agência da Previdência Social ... www.uol.com.br/folha/brasil/ult96u15569.shl</p>
<p>11. <u>O DIA Online</u> ... está incluído na lista dos suspeitos de envolvimento com o tráfico de drogas na Favela do Jacarezinho, na Zona Norte. odia.ig.com.br/policia/p1050501.htm</p>	<p>11. <u>Evangelização para Jovens Carentes (Uma experiência Vivida na Favela da Rocinha)</u> ... Evangelização para Jovens Carentes (Uma experiência Vivida na Favela da Rocinha) ... www.espiritismo.org.br/portal/palestras/celd/evangelizacao-para-jovens...</p>

Quadro 1 - Notícias sobre Jacarezinho e Rocinha

(continuação)

Sites da Internet sobre o Jacarezinho	Sites da Internet sobre a Rocinha
<p>12. <u>Cidades/Policiais e traficantes trocam tiros em favela</u> - 30.05.1999 Policiais e traficantes trocam tiros em favela RIO - Os moradores da Favela do Jacarezinho, na zona norte, viveram uma madrugada violenta com tiroteio entre policiais militares e supostos traficantes. www.estado.com.br/edicao/pano/99/05/29/cid933.html</p>	<p>12. <u>Internet - Rocinha dá boas-vindas à informática e à rede</u> - 05.07.2001 ... Na manhã de terça-feira foi inaugurada na Favela da Rocinha, Zona Sul do Rio, a Estação do Futuro, um projeto que ... www.jb.com.br/jb/papel/cadernos/internet/2001/07/04/jorinf20010704006 ...</p>
<p>13. <u>Premio S@MBA-NET - Unidos do Jacarezinho</u> Premio S@mba-Net - Premiando os Melhores desde 1999 Rio de Janeiro - G.R.E.S. UNIDOS DO JACAREZINHO G.R.E.S. Unidos do Jacarezinho Fundação: 16 de Junho de 1966 Cores: Rosa e Branco Quadra: Avenida Dom Helder Câmara, 2233 - Vieira Fazenda www.premiosambanet.com/1jacarezinho.htm</p>	<p>13. <u>Lembrança da Rocinha</u> ... no Rio de Janeiro, e só um maluco poderia trocar uma tarde de praia no Posto 9 por um passeio à favela da Rocinha ... www.jt.com.br/editoriais/2000/12/15var075.html</p>
<p>14. <u>Diário do Vale - base</u> Alemães ajudam a reurbanizar favela Objetivo é "oxigenar" os espaços apertados da favela e integrá-la ao restante da cidade. Os alemães invadiram a Favela do Jacarezinho, na zona norte do Rio. www.uol.com.br/diariodovale/arquivo/2001/julho/02/page/fr-geral.htm</p>	<p>14. <u>Rocinha é a primeira favela a ter universidade</u> ... pública e sem nenhuma escola particular, a Favela da Rocinha, na zona sul, terá uma instituição privada de ... www.estado.com.br/editoriais/2001/01/09/ger775.html</p>
<p>15. <u>Portal CGM</u> ... se espalhou rápido ontem de manhã na área mais antiga da Favela do Jacarezinho, uma das mais violentas do Rio. ... www.rio.rj.gov.br/cgm/clipping/diario/junho2001/d21/jacarezinho.htm</p>	<p>15. <u>OAS: Infra-Estrutura: Saneamento da Favela da Rocinha</u> ... Saneamento da Favela da Rocinha. Local: Rio de Janeiro - RJ ... www.oas.com.br/set_4infra_4urb_2.htm</p>
<p>16. ...O Núcleo de Dança da Favela do Jacarezinho, localizado em uma quadra no topo do morro, está sempre em plena odia.ig.com.br/odia/policia/p1040308.htm</p>	<p>16. <u>DA ROCINHA PARA O MUNDO!</u> FAVELA DA ROCINHA PARA O MUNDO! E tudo começou confuso e pouco documentado como não poderia deixar de ser. Bairro pobre de gente pobre, sem dinheiro e sem lugar para viver que se junta em torno de uma pequena feira, uma pequena roça e cria seu www.aonetemfesta.com.br/especiais2.htm</p>
<p>17. <u>Terra-Diversão</u> ... podem perder suas casas a curto prazo. A Favela do Jacarezinho foi escolhida devido à sua proximidade a uma avenida ... www.terra.com.br/diversao/2001/07/19/016.htm</p>	<p>17. <u>OAS: Infrastructure: Urbanization of Slums: Sanitation of Favela da Rocinha</u> ... Sanitation of Favela da Rocinha. Location: Rio de Janeiro/RJ ... www.oas.com.br/english/set_4infra_4urb_2.htm</p>

Quadro 1 - Notícias sobre Jacarezinho e Rocinha

(continuação)

Sites da Internet sobre o Jacarezinho	Sites da Internet sobre a Rocinha
<p>18. <u>Revista Época</u> ... Gabriel, presidente da Associação de Moradores da Favela do Jacarezinho e líder do Movimento Popular Comunitário</p> <p>www.epoca.com.br/edic/20000828/brasil8a.htm</p>	<p>18. <u>Viver - Sony e Ong da Rocinha lançam disco</u> A gravadora Sony Music uniu-se à ONG Rocinha XXI para lançar o primeiro CD beneficente do projeto. ... talentos da maior favela da América Latina. Em 1996, Hans Koch, o professor de música da Rocinha, conseguiu montar ...</p> <p>www.tribunadonorte.com.br/antiores/011116/viver/viver3.html</p>
<p>19. <u>NoOlhar.com.: Brasil</u> ... Os moradores da Favela do Jacarezinho tiveram hoje uma manhã inusitada...</p> <p>www.noolhar.com/povo/brasil/198491.html</p>	<p>19. <u>[Jeep Tour] - ROTEIRO</u> FAVELA DA ROCINHA E FLORESTA DA TIJUCA A Favela da Rocinha é a maior favela da América Latina com aproximadamente 150 mil habitantes, vizinha dos bairros da Gávea e São Conrado.</p> <p>www.jeeptour.com.br/print_roteiro6.htm</p>
<p>20. <u>ISTOÉ Gente</u> Reportagens 29.04.2002 Solidariedade Uma Rockefeller na favela. Herdeira de uma das maiores fortunas americanas, Peggy Dulany já morou na Favela do Jacarezinho.</p> <p>www.terra.com.br/istoeigente/143/reportagens/rockfeller_favela.htm.</p>	<p>20. <u>greenpeace</u> GREENPEACE VAI À FAVELA DA ROCINHA E CRITICA NEGOCIAÇÕES DA CONFERÊNCIA Rio de Janeiro - Brasil Junho de 1992</p> <p>www.pick-upau.com.br/MUNDO/eco_92/greenpeace.htm</p>
<p>21. <u>O Estado de S. Paulo - Estadao.com.br</u> ... Polícia Militar vai intensificar o patrulhamento na Favela do Jacarezinho, na zona norte do Rio.</p> <p>www.estado.com.br/editoriais/2001/07/13/cid023.html</p>	<p>21. <u>COISAS DA VIDA - Matérias</u> ... Do Rio de Janeiro, quer intensificar as visitas guiadas à Favela da Rocinha, que já recebe 15 mil visitantes por ano.</p> <p>www2.correioweb.com.br/cw/2001-04-08/mat_33719.htm</p>
<p>22. <u>IG - Último Segundo</u> Benedita da Silva, acaba de chegar à Favela do Jacarezinho, onde iniciará um corpo-a-corpo pela comunidade.</p> <p>www.ig.com.br/useg/odia/artigo/0%2C%2C855094%2C00.html</p>	<p>22. <u>AN - Moradores de favela pertencem à classe média, afirma pesquisa - País</u> Noticiário diário sobre os acontecimentos no Brasil. ... paulista. Morador da Rocinha há 42 anos: o aposentado Severino Leôncio faz parte da elite da favela e, segundo os ...</p> <p>www.an.com.br/2002/set/08/0pai.htm</p>
<p>23. <u>IG - Último Segundo</u> ... Vado, chefe do tráfico da Favela do Jacarezinho e ligado à facção criminosa Comando Vermelho, foi morto no início.</p> <p>www.ig.com.br/useg/brasil/artigo/0%2C%2C890067%2C00.html</p>	<p>23. <u>Igreja Anglicana na Rocinha</u> ... Viver na cidade grande e no contexto da favela da Rocinha, inicialmente ocupada por migrantes nordestinos, isto é muito ...</p> <p>www.anglicana.com.br/madalena.htm</p>

Quadro 1 - Notícias sobre Jacarezinho e Rocinha

(conclusão)

Sites da Internet sobre o Jacarezinho	Sites da Internet sobre a Rocinha
<p>24. <u>JC Online - Editoria Brasil</u> Três homens e duas meninas mortos em outra chacina no Rio ... o comércio de drogas na Favela do Melhoral, controlado por traficantes da Favela do Jacarezinho, na zona norte. www2.uol.com.br/JC/_1999/0709/br0709c.htm</p>	<p>24. <u>Cidade</u> ... lhe traz um incômodo sentimento de revolta. Moradora da Favela da Rocinha há 11 anos, Antônio vê com tristeza que ... www.jb.com.br/jb/papel/cidade/2001/03/24/jorcid20010324013.html</p>
<p>25. <u>Terra-Brasil</u> PM troca tiros com traficantes na Travessa 15 de Agosto, na Favela do Jacarezinho, Zona Norte do Rio de Janeiro. noticias.terra.com.br/brasil/interna/0%2C5580%2COI39487-EI1306%2C00.htm...</p>	<p>25. <u>PONTE RODOVIÁRIA ROCINHA-NORDESTE</u> ... quase 2 mil passagens foram vendidas na agência da Viação Itapemirim que fica na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro... jornalatarde.com.br/editoriais/2003/02/19/ger042.html</p>

O quadro fala por si mesmo, reforçando a imagem pública de Jacarezinho como a favela do tóxico, das armas e de maior violência, e a Rocinha como a favela do turismo, das ONGs, da Universidade. Até que ponto, no entanto, essas imagens correspondem efetivamente à realidade? Como conciliá-las com estimativas da Secretaria de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro divulgadas pelo jornal *O Globo*, em 25.05.2003, que apontam ser o faturamento mensal com a venda de drogas (cocaína) na Rocinha da ordem de R\$ 40 milhões, oito vezes o de Jacarezinho (R\$ 5 milhões).

Considerações finais

Os resultados até aqui obtidos permitem apontar alguns traços presentes no processo de inscrição de cada um dos espaços de favela enfocados nesta pesquisa - Rocinha e Jacarezinho - na dinâmica mais ampla de (re) configuração socioespacial da metrópole carioca. Nesse sentido, é possível verificar a existência de trajetórias diferenciadas em cada uma delas, que expressam tanto a construção de “novas imagens” quanto a (des) construção de “estigmas” vinculados à pobreza e à marginalidade urbana.

As informações relativas à estrutura econômica e ao emprego, ainda que mercedoras de um aprofundamento com dados do Censo Demográfico, do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE e da Pesquisa Socio-Econômica em Comunidades

de Baixa Renda (realizada pela Sociedade Científica da ENCE - SCIENCE, por encomenda da Secretaria Municipal de Trabalho do Rio de Janeiro - SMT-RJ), permitem, contudo, algumas sinalizações de caráter preliminar com relação às especificidades apresentadas pelas duas favelas estudadas. Não obstante se encontrarem ambas perpassadas pelas atividades do “poder paralelo” e, também, pela presença do poder público, chama a atenção o fato de que a Rocinha buscou afirmar sua imagem de “espaço” vencedor a partir da construção, nas duas últimas décadas, de uma inserção na vida urbana metropolitana pautada na prestação de variado leque de serviços. Destes serviços são exemplos: um amplo e diversificado comércio de mercadorias, corretoras de imóveis, frotas de táxi, igrejas, profissionais liberais, academias de ginástica e até mesmo a construção de uma universidade, que impulsionaram com vigor o mercado imobiliário e contribuíram para fortalecer a imagem de espaço exótico, freqüentemente veiculada no âmbito do turismo internacional. Sem dúvida, o destaque favorável na imprensa e no campo intelectual, em grande parte devido à localização privilegiada que ocupa na zona sul da cidade, sugere a consolidação de um espaço em rede - o espaço/favela da Rocinha - que dá concretude, na escala intra-urbana, à superposição de territórios que articulam as relações sociais, políticas e econômicas em diferentes escalas do espaço nacional/global. Assim, os limites e fronteiras desse “microterritório” se apresentam cada vez mais flexíveis e imbricados com limites de outros territórios a ele justapostos.

Por sua vez, a favela do Jacarezinho parece apresentar dificuldades de inserção numa nova ordem marcada pela reestruturação industrial, pela terciarização da economia e pelas profundas mutações em curso no mundo do trabalho. A trajetória declinante de um espaço que até o final da década de 1970 se encontrava fortemente orientado pela existência de um parque industrial que absorvia grande parte da população favelada em seus postos de trabalho pode ser identificada, entre outros aspectos, pela natureza e freqüência com que a mesma pontua a agenda dos conflitos sociais e dos confrontos entre territorialidades presentes no espaço metropolitano. Muito embora apresente um comércio expressivo, a fraqueza dos fluxos que interligam bens, pessoas e informações internamente à favela, associada ao empobrecimento dos bairros circundantes, constitui dificuldade adicional às eventuais possibilidades de dinamização da economia. Os eixos infra-estruturais que balizam a área de influência imediata da favela do Jacarezinho, a exemplo de vias expressas e linhas férreas, pouco interferem na indução de vetores capacitadores da articulação da favela à dinâmica socioespacial da cidade, uma vez que não conferem visibilidade positiva a esse espaço na vida de relações do tecido metropolitano. Configura-se, neste caso, a

cristalização de uma territorialidade mais circunscrita aos limites/fronteiras do espaço da favela, ainda que a estrutura interna desse espaço se encontre, à semelhança do que ocorre na Rocinha, atrelada à trama de relações de poder entre atores endógenos e exógenos ao microterritório.

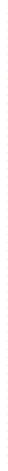
Esperamos, com o desenvolvimento dos próximos passos desta pesquisa, não só aprofundar as interpretações efetuadas e enunciadas no âmbito da presente comunicação, como também produzir um quadro de referência para estudos subseqüentes, de natureza interdisciplinar, acerca da dinâmica territorial na escala intra-urbana, cujo foco venha a ser a compreensão dos impactos advindos da inserção do País no movimento de globalização da economia e da sociedade. Pretendemos, com isso, integrar o debate em torno da (des)mistificação do “pensamento único” em relação à visão homogeneizadora, via de regra, conferida à abordagem dos espaços de favelas, enquanto *locus* exclusivo da pobreza/marginalidade. Buscamos, assim, analisar processos e formas de organização do espaço metropolitano sob a ótica da representação do caráter assimétrico que embasa as formações socioespaciais no Brasil e que assume, no caso das favelas, a particularização de processos universais, cujas manifestações locais relativas à (re) conversão de atividades produtivas e ao delineamento de estratégias de sobrevivência ainda não foram abordadas na plenitude da complexidade que ensejam.

Ressaltamos, neste particular, que o caráter de inclusão/exclusão espacial, até o presente momento associado à trajetória das favelas da Rocinha e do Jacarezinho, deva ser apreendido muito mais sob a ótica de “processo” do que propriamente de “condição”. Isto porque, independentemente dos elementos que conferem ou não visibilidade aos “espaços vencedores/perdedores” na disputa pela afirmação de uma posição estratégica em face da exacerbação da competitividade entre lugares, hoje imposta pela lógica do movimento globalizador, tais espaços se encontram atrelados tanto aos circuitos de natureza formal quanto aos circuitos da ilegalidade. Cabe, portanto, aprofundar o questionamento acerca das reais possibilidades de que a inclusão espacial da Rocinha, ou seja, a identificação com a imagem de “espaço vencedor”, possa efetivamente corresponder ao *status* de inclusão cidadã e constituir uma alavanca redistributiva em termos do excedente gerado no âmbito das atividades econômicas ali existentes. Da mesma forma, o caráter predominantemente excludente, associado ao espaço do Jacarezinho, não constitui, por si só, obstáculo à redefinição da rota de inscrição do mesmo numa dinâmica socioespacial mais abrangente, em que pese a vulnerabilidade da economia carioca para (re) dinamizar microterritórios já situados em patamar inferior em relação aos demais.

Referências

- ARMAZÉM de dados. Desenvolvido pela Diretoria de Informações Geográficas do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Disponível em: <www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 2004.
- CACCIAMALI, M. C. Processo de informalidade, flexibilização das relações de trabalho e proteção social na América Latina. In: PAMPLONA, J. B. (Org.). *O setor informal*. São Paulo: EDUC, 2001. p. 111-142. (Cadernos PUC. Economia, v. 11).
- FAVELA tem memória. Disponível em: <<http://www.favelatemmemoria.com.br>>. Acesso em: 2004.
- OLIVEIRA, J. S. de. *Juventude pobre: o desafio da integração*. 1999. 239 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- OLIVEIRA, J. S. de (Coord.). *Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. 305 p.
- POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999. 205 p. (Economia).
- SABÓIA, J. L. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador. *Anais...* Salvador: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2001.
- SALM, C. As metamorfoses do trabalho. In: FIORI, J. L. et al. (Org.). *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. 239 p.
- SILVA, L. A. M. da. Trabalhadores do Brasil: virem-se! *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro: [s. n.], v. 1, n. 5, nov./dez. 1998.
- SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; CORREA, R. L.; GOMES, P. C. C. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- TAVARES, M. da C. *Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada*. Rio de Janeiro: Record, 1999. 300 p.
- VALLADARES, L. do P. Favelas e globalização. *Jornal Eletrônico*, n. 22, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.rocinha.com>>. Acesso em: 2004.
- VALLADARES, L. do P.; MEDEIROS, L. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: uma bibliografia analítica*. Colaboração de Filippina Chinelli. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. 479 p.

capítulo 6



A dinâmica da fecundidade no Estado do Rio de Janeiro: 1991/2000

Suzana Marta Cavenaghi*
José Eustáquio Diniz Alves**

Introdução

Os demógrafos, nos idos dos anos setenta, tinham dúvidas sobre o ritmo e a profundidade do declínio da fecundidade no Brasil, já que havia uma grande incerteza sobre as causas e a sustentabilidade desse processo. Concomitantemente, existia uma necessidade em se compreender até que ponto o ritmo e a intensidade da redução do número médio de filhos das famílias iria determinar, prospectivamente, o tamanho, a estrutura etária e a taxa de crescimento da população brasileira.

* Pesquisadora e Professora do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, da ENCE/IBGE.

** Pesquisador e Professor do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, da ENCE/IBGE.

Nas décadas seguintes, foi ficando claro que as famílias brasileiras estavam optando por uma prole menor e as mudanças na estrutura etária da população comprovaram a intensidade da transição da fecundidade. No início do Século XXI, a preocupação dos demógrafos se volta para a fecundidade abaixo do nível de reposição¹, fenômeno responsável, em primeiro lugar, pela existência de um “bônus demográfico”, e, em segundo, por um processo de envelhecimento populacional que, no futuro, implicaria na diminuição da população brasileira. O Estado do Rio de Janeiro, particularmente sua capital, apresentou taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição populacional durante toda a década de 1990.

Tradicionalmente, o Rio de Janeiro é o estado que apresenta as menores taxas de fecundidade do Brasil desde o início do século passado, sendo reconhecido como um precursor de novos comportamentos nacionais. O objetivo deste trabalho é traçar um panorama da dinâmica da fecundidade no Estado do Rio de Janeiro a partir dos dados dos Censos Demográficos 1991 e 2000 e analisar os diferenciais e as tendências da fecundidade segundo características socioeconômicas e demográficas selecionadas. Este estudo poderá trazer elementos para a compreensão do comportamento da fecundidade em outros estados brasileiros.

Com o objetivo de contextualizar o objeto de estudo, apresentamos, inicialmente, um quadro da fecundidade no Brasil e na Região Sudeste, desde 1940, apontando para o momento do início da transição de altos a baixos níveis de fecundidade. Fazemos uma breve exposição de quatro abordagens teóricas que explicam este processo de transição e que apontam, de modo geral, para os mesmos determinantes da redução da fecundidade, quer seja no plano nacional, regional ou estadual. Em seguida, proporcionamos um breve panorama sócio-demográfico do Estado do Rio de Janeiro, apontando para algumas características que o destacam do conjunto das Unidades da Federação. Nas seções seguintes, apresentamos as taxas de fecundidade totais e específicas para o Estado do Rio de Janeiro, a capital, o restante da Região Metropolitana sem a capital e o restante do estado sem a Região Metropolitana.

¹ O número médio de 2,1 filhos por mulher é considerado a taxa de fecundidade de reposição, isto é, o nível necessário para que a população, a longo prazo, possa se manter estacionária, sem acréscimos ou decréscimos, mantendo-se constantes, também, os demais componentes demográficos: mortalidade e migração.

Consideramos, separadamente para 1991 e 2000, as taxas de fecundidade, totais e específicas por idade (calculadas pelo método P/F de Brass), para o Estado do Rio de Janeiro como um todo, segundo os níveis educacionais, a renda domiciliar *per capita* e a participação feminina no mercado de trabalho. Foi dado destaque para a análise da fecundidade das mulheres jovens e das adolescentes. Na última seção, apresentamos modelos estatísticos para a fecundidade recente e segmentos de mulheres com alta e baixa parturição, possibilitando indicações sobre as relações das variáveis em estudo e sua influência sobre a fecundidade na última década. Para obter uma análise estatística, de como as variáveis socioeconômicas e demográficas em conjunto influenciam no comportamento dos seguimentos de baixa e alta fecundidade, aplicamos um modelo de regressão logística separadamente para estes grupos, em 1991 e 2000.

A transição da fecundidade no Brasil e na Região Sudeste

A transição da fecundidade, no Brasil, ocorreu em um quadro de profundas transformações econômicas, sociais e institucionais que tiveram efeito no século passado, mas especialmente na segunda metade do Século XX. Em 1930, houve uma Revolução que rompeu com o modelo econômico primário-exportador, característico da República Velha (1889-1930). No primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), foram implementadas as primeiras políticas sociais e trabalhistas brasileiras. Depois de um breve interregno fora do poder, Getúlio Vargas ganhou as eleições de 1950 e deu início a uma política nacionalista, visando a acelerar o desenvolvimento econômico do Brasil. Mas foi no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com o *Plano de Metas*, que o Brasil entrou em uma fase de acelerada urbanização e industrialização. O golpe militar de 1964 deu início a uma série de governos autoritários que aprofundaram o processo de integração internacional da economia brasileira, reforçando as tendências rumo a uma economia urbano-industrial, mas com profundas desigualdades sociais e regionais. A junção das mudanças estruturais, que já vinham ocorrendo desde 1930, com as mudanças institucionais, implantadas na segunda metade dos anos sessenta, foi decisiva para a transição da fecundidade no Brasil.

Existem várias abordagens teóricas para explicar esse processo. A abordagem da proletarização dá ênfase ao efeito das mudanças estruturais sobre o tamanho da família. Segundo Carvalho, Paiva e Sawyer (1981) e Paiva (1985), o tipo de estrutura produtiva do sistema primário-exportador e da economia de subsistência

estimulava as altas taxas de fecundidade, que eram viabilizadas por um padrão de casamento precoce, sem o uso generalizado de métodos contraceptivos. O processo de proletarização provocou a desestabilização do regime de alta fecundidade no Brasil, através de mudanças que ocorreram em três níveis: 1) monetarização da economia; 2) ampliação e diversificação do cesto de consumo através da inclusão de bens industrializados; e 3) destruição da economia de base familiar (subsistência) e expansão e homogeneização do mercado de trabalho assalariado.

A abordagem de Faria (1989) busca relacionar o declínio da fecundidade a processos de mudança institucional associados às políticas públicas promovidas pelo Governo Federal, depois de 1964. Quatro políticas foram estratégicas para o aumento da demanda por regulação e a conseqüente redução da fecundidade no Brasil: 1) política de crédito ao consumidor; 2) política de telecomunicações; 3) política de previdência social; e 4) política de atenção à saúde. Usando um arcabouço próprio dos enfoques culturais, o autor considera que as políticas públicas influenciaram a queda da fecundidade, agindo como vetores institucionais (difusão) portadores de novos conteúdos de consciência (inovação). A queda da fecundidade foi uma conseqüência não antecipada da ação governamental. O efeito perverso desse processo foi que, apesar das pressões para uma maior regulação da fecundidade incidirem sobre a população pobre, a oferta de meios contraceptivos se deu através do mercado, isto é, a altos custos monetários, portanto, fora do alcance do poder aquisitivo das camadas populares.

A abordagem de Merrick e Berquó (1983) considera que o declínio da fecundidade, que já vinha ocorrendo entre as camadas sociais com maiores níveis de renda e educação, se aprofundou nos anos setenta, com a difusão dos meios de limitação da família para grupos e regiões de baixa renda. Os autores relacionam os seguintes fatores socioeconômicos que contribuíram para a queda da fecundidade: 1) aumento dos níveis educacionais e redução do analfabetismo, principalmente entre as mulheres; 2) aumento da taxa de participação feminina no mercado de trabalho; e 3) mudança no padrão de consumo, através da inclusão de bens de duráveis e crescimento das expectativas de consumo entre os grupos de baixa renda.

A abordagem de Alves (1994) mostra que os determinantes estruturais e institucionais afetam os níveis de fecundidade na medida em que influenciam a relação entre as gerações e entre os gêneros. Considera, também, que as abordagens ante-

riores não são excludentes, embora apontem para diversas facetas de um processo complexo e multifacetado de mudança no padrão reprodutivo. Com base em Caldwell (1982), o autor argumenta que houve uma reversão do fluxo intergeracional de riqueza entre pais e filhos no Brasil. Concomitantemente, as mudanças nas relações de gênero reforçaram a transição de altos a baixos níveis de fecundidade. Particularmente importantes foram o crescimento do nível educacional das mulheres e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, especialmente em empregos formais, com contribuição à previdência social.

As quatro abordagens acima referidas fornecem os instrumentos teóricos capazes de explicar os dados empíricos da transição da fecundidade no Brasil, na Região Sudeste e no Estado do Rio de Janeiro. Segundo Perpétuo e Wong (2003) a fecundidade no Brasil deve atingir o nível de reposição em meados da atual década, pois o ritmo de queda foi mais rápido do que os demógrafos haviam previsto no início da transição. De fato, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2003 mostrou que a Taxa de Fecundidade Total no Brasil atingiu o nível de reposição no ano de 2003.

A Tabela 1 apresenta as Taxas de Fecundidade Total - TFTs para o Brasil e suas grandes regiões. Os dados mostram que, entre 1940 e 1960, a fecundidade, apesar dos diferenciais, era alta em todas as regiões, e as pequenas alterações que ocorreram foram para cima e não para baixo. O processo de declínio acentuado da fecundidade começou na década de sessenta e se aprofundou nos anos seguintes. Em 1960, a TFT para o Brasil era de 6,3 filhos por mulher, caindo para 5,8 filhos em 1970, para 2,9 filhos em 1991 e para 2,3 filhos por mulher, em 2000, sem dúvida uma queda expressiva no espaço de quatro décadas. A transição da fecundidade aconteceu em todas as regiões, apesar dos diferenciais existentes. Em 1960, a Região Norte apresentava a maior taxa de fecundidade (8,6 filhos), enquanto a Região Sul apresentava a menor (5,9 filhos). A partir de 1970, a Região Sudeste tomou a dianteira do processo de declínio e atingiu o nível de reposição (2,1 filhos) no ano 2000, seguida de perto pelas Regiões Sul e Centro-Oeste. As Regiões Norte e Nordeste permaneceram com as maiores TFTs, mas também apresentaram as maiores quedas nos últimos 30 anos.

Não é de estranhar que a Região Sudeste tenha apresentado as menores taxas de fecundidade, pois foi também a região que liderou o processo de transformações estruturais e institucionais do país, apresentando maiores níveis de urbanização, industrialização, assalariamento, diversificação do consumo e incorporação da mulher à escola e ao mercado de trabalho formal. Na Região Sudeste, o Estado do Rio de Janeiro esteve à frente do chamado processo de modernização e, conseqüentemente, do processo de transição da fecundidade, como mostra a Tabela 2. Até 1960, as TFTs do Rio de Janeiro eram cerca de 10% menores que as de São Paulo e estavam bastante abaixo das taxas de Minas Gerais e Espírito Santo. A partir dos anos sessenta, começou um processo geral de redução do número de filhos e as taxas de fecundidade dos quatro estados convergiram para o nível de reposição (2,1 filhos por mulher) no ano 2000. Até 1970, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo tinham taxas de fecundidade acima da média nacional e superiores às dos outros dois estados da Região Sudeste.

**Tabela 1 - Taxa de fecundidade total (TFT),
segundo as Grandes Regiões - 1940/2000**

Grandes Regiões	Taxa de fecundidade total (TFT)						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Brasil	6,2	6,2	6,3	5,8	4,4	2,9	2,3
Norte	7,2	8,0	8,6	8,2	6,4	4,2	3,2
Nordeste	7,2	7,5	7,4	7,5	6,2	3,7	2,6
Sudeste	5,7	5,5	6,3	4,6	3,5	2,4	2,1
Sul	5,7	5,7	5,9	5,4	3,6	2,5	2,2
Centro-Oeste	6,4	6,9	6,7	6,4	4,5	2,7	2,2

Fonte: Censo demográfico 2000: fecundidade e mortalidade infantil: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Acompanha 1 CD-ROM.

Na cidade do Rio de Janeiro, como mostrou Camarano (1996a, 1996b), as taxas de fecundidade eram mais baixas, em razão das especificidades históricas da capital do País, havendo um ligeiro declínio do número médio de filhos das mulheres cariocas nas primeiras décadas do Século XX. Para o Estado do Rio de Janeiro, os dados da Tabela 2 mostram que as taxas de fecundidade ficaram inferiores às dos demais estados da região durante todo o período. Já entre 1940 e 1960, as TFTs se mantiveram, praticamente, constantes, declinando a partir dos anos sessenta. Na década de 1990, houve uma interrupção do processo de queda da fecundidade no Rio de Janeiro, o que será analisado nos próximos tópicos.

**Tabela 2 - Taxa de fecundidade total (TFT),
segundo os estados da Região Sudeste - 1940/2000**

Estados	Taxa de fecundidade total (TFT)						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Sudeste	5,7	5,5	6,3	4,6	3,5	2,4	2,1
Rio de Janeiro	4,4	4,4	4,5	3,8	2,9	1,9	2,0
São Paulo	5,0	4,7	4,9	3,9	3,2	2,3	2,1
Minas Gerais	(1) 7,6	(1) 7,5	(1) 7,6	(1) 6,2	(1) 4,3	2,7	2,2
Espírito Santo	(1) 7,6	(1) 7,5	(1) 7,6	(1) 6,2	(1) 4,3	2,6	2,1

Fontes: Leite, V. da M. Níveis e tendências da mortalidade e da fecundidade no Brasil a partir de 1940. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2., 1980, Águas de São Pedro. Anais... São Paulo: ABEP, 1981. v. 1, p. 581-609; Wong, L. R.; Oliveira, J. de C. Níveis e diferenciais de fecundidade para o Brasil, segundo os dados censitários de 1980. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 4., 1984, Águas de São Pedro. Anais... São Paulo: ABEP, 1984. v. 4, p. 2269-2320; IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

(1) Dados calculados em conjunto.

Panorama histórico do Estado do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro tem uma série de especificidades que o difere das demais Unidades da Federação. Segundo Lessa (2001), nenhum estado brasileiro tem uma história territorial e jurídica tão complexa. Em 1763, a cidade do Rio de Janeiro passou a sediar a capital do Brasil Colônia e, em 1808, com a fuga da Família Real de Portugal e a vinda para o Brasil, foi elevada à condição de capital do Império Português. Em 1834, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se Município Neutro e, no ano seguinte, Niterói tornou-se a capital da Província do Rio de Janeiro. Com o advento da República, em 1889, a cidade do Rio de Janeiro passou à condição de Distrito Federal e a cidade de Niterói passou à condição de capital do Estado do Rio de Janeiro. Em 1960, com a transferência da capital federal para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro se transformou em Estado da Guanabara. Em 1975, o atual Estado do Rio de Janeiro assumiu as suas feições atuais, quando se deu a fusão dos Estados da Guanabara e do antigo Estado do Rio de Janeiro. A ex-capital federal passou a ser a sede administrativa e política do Estado Fluminense, em substituição à cidade de Niterói.

Apesar das transformações recentes, que têm provocado um certo enfraquecimento da sua dinâmica econômica, o Estado do Rio de Janeiro sempre esteve na ponta dos acontecimentos nacionais. Também do ponto de vista demográfico, esse estado possui cinco características que o distinguem dos demais estados brasileiros:

- Maior densidade demográfica - a extensão territorial do Estado do Rio (43,9 mil km²) é a terceira menor entre as demais Unidades da Federação do País, mas a população de 14,4 milhões, em 2000, era a terceira maior. Desta forma, a densidade demográfica de 327 habitantes por km² é a mais alta do Brasil².
- Maior percentual de população urbana - da população total de 14,4 milhões de habitantes em 2000, o Estado do Rio de Janeiro possuía 13,8 milhões localizados no meio urbano e apenas 569 mil no meio rural. Assim, a população urbana do estado representa mais de 96% da população total, muito acima do segundo lugar em índice de urbanização, que pertencia ao Estado de São Paulo, o qual, no mesmo ano, possuía um percentual de 93% de população urbana.
- Maior concentração populacional metropolitana – a área metropolitana da capital do Estado do Rio de Janeiro, em 2000, era composta por 20 municípios e concentrava 75,6% da população total do estado. Esse número é muito superior à concentração metropolitana das capitais dos dois estados mais populosos do Brasil - São Paulo e Minas Gerais.
- Maior índice de envelhecimento – o índice de envelhecimento é obtido pela divisão do total da população de 65 anos ou mais de idade pelo total da população com menos de 15 anos, cálculo esse que reflete as mudanças ocorridas na estrutura etária da população. O Estado do Rio de Janeiro apresentava, segundo o Censo 2000, 30 idosos para cada 100 crianças e jovens com menos de 15 anos, índice superior ao dos demais estados brasileiros. Esse maior índice de envelhecimento é um indicador de que o Estado do Rio de Janeiro, nas décadas passadas, possuía as menores taxas de fecundidade do País.
- Menor razão de sexo - a razão de sexo é obtida pela divisão do total de homens pelo total de mulheres, multiplicada por 100. Em 2000, existiam 92 homens para cada 100 mulheres no Estado do Rio de Janeiro, enquanto a média nacional era de 97 homens para cada 100 mulheres.

² O Estado do Rio de Janeiro apresenta a maior densidade demográfica entre as Unidades da Federação, embora o Distrito Federal, evidentemente, apresente maior densidade pelo fato de ser um território pequeno, abarcando uma grande cidade: Brasília.

Taxas de fecundidade total e específicas, por grupos de idade, no Estado do Rio de Janeiro e suas regiões: 1991/2000

Como vimos nas tabelas anteriores, a Região Sudeste apresentou as menores taxas de fecundidade do Brasil, e o Estado do Rio de Janeiro, as menores taxas da região. Este fato era esperado, pois o Rio de Janeiro, além de estar entre os três estados que apresentam os mais elevados índices de desenvolvimento social e econômico do País, é o estado mais urbanizado, mais metropolizado e mais densamente povoado. A baixa fecundidade do Rio de Janeiro, no plano teórico, pode ser explicada pelas mesmas abordagens que explicam a transição da fecundidade no Brasil, apesar do Rio de Janeiro ter partido um pouco na frente e ter antecipado tendências nacionais e regionais.

Adotando a mesma divisão territorial utilizada por Ribeiro (2002), neste tópico, vamos analisar os dados em quatro níveis: o Estado do Rio de Janeiro como um todo, a cidade do Rio de Janeiro, isto é, a capital ou núcleo da Região Metropolitana, a Região Metropolitana sem a capital, isto é, a Periferia da Região Metropolitana, e o restante do Estado do Rio de Janeiro sem a Região Metropolitana, isto é, o interior. Em 2000, a população da capital representava 43% dos habitantes do estado, a periferia da Região Metropolitana era responsável por 34%, e o interior detinha 23% da população total do Rio de Janeiro.

Para calcularmos as Taxas de Fecundidade Total - TFTs, utilizamos um procedimento que considera coortes hipotéticas de mulheres, segundo classes de rendimento e instrução, e calculamos as taxas de fecundidade total, utilizando o método P/F de Brass (MANUAL..., 1983) para todos os grupos. Assim, os seguimentos identificados são aqueles que estão sob o regime de fecundidade determinado por sua condição socioeconômica e que teriam a fecundidade estimada ao final do período reprodutivo se estivessem sujeitos às taxas específicas de fecundidade por idade do seu segmento.

Os dados da Tabela 3 mostram que existem diferenciais de fecundidade entre as diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro, apesar de serem menores que os existentes entre as grandes regiões brasileiras. As taxas mais baixas são encontradas na capital, seguidas da periferia da Região Metropolitana e do interior do estado. Em 1991, as mulheres residentes no núcleo da Região Metropolitana tinham em média 1,6 filho, enquanto aquelas residentes na periferia da Região Metropolitana e no interior tinham 2,1 filhos. Em 2000, as taxas subiram ligeiramente em todas

as regiões do estado, ocorrendo as maiores elevações onde as taxas estavam mais baixas em 1991. Assim, a TFT da capital, nos anos noventa, passou de 1,6 para 1,9 filho, na periferia da Região Metropolitana e no interior a variação foi de 2,1 para 2,2 filhos e, no estado, a fecundidade passou de 1,9 para 2,0 filhos por mulher. Entre todos os estados brasileiros, o Rio de Janeiro foi o único que reverteu a tendência de queda observada nas quatro últimas décadas e apresentou um ligeiro aumento da fecundidade nos anos noventa. Mesmo com essa pequena elevação, as taxas de fecundidade do Rio de Janeiro continuam abaixo do nível de reposição. Essa pequena variação para cima da fecundidade no referido estado pode estar relacionada com o ciclo econômico brasileiro e regional, já que os anos de 1987 a 1991 foram marcados pela recessão econômica e alta inflação, o que pode ter contribuído para a redução dos nascimentos ou o adiamento da fecundidade, enquanto os anos de 1995 a 2000 foram marcados pela estabilidade dos preços e um crescimento econômico pequeno, mas positivo, o que pode ter estimulado a fecundidade e a antecipação dos nascimentos³.

**Tabela 3 - Taxa de fecundidade total (TFT),
por regiões selecionadas do Estado do Rio de Janeiro - 1991/2000**

Ano	Taxa de fecundidade total (TFT), por regiões selecionadas do Estado do Rio de Janeiro			
	Estado	Capital	Periferia da Região Metropolitana	Interior
1991	1,9	1,6	2,1	2,1
2000	2,0	1,9	2,2	2,2

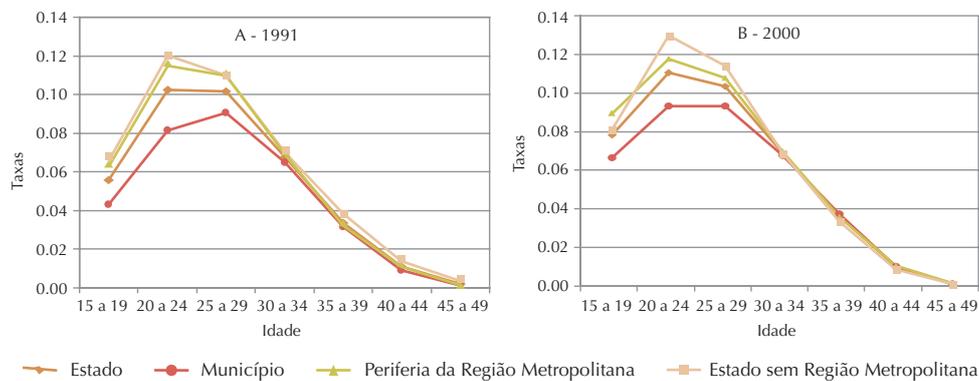
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

O Gráfico 1 apresenta as taxas específicas de fecundidade para o Estado do Rio de Janeiro e regiões. A principal diferença entre os anos de 1991 e 2000 foi o aumento da fecundidade entre as mulheres do grupo etário de 15-19 anos, que teve elevação em todas as três regiões do Estado. Esse fenômeno não é exclusivo do Rio de Janeiro, pois se verifica em todo o Brasil e em outros países latino-ame-

³ Esse mesmo processo foi observado na Região Metropolitana de São Paulo, que apresentou uma ligeira elevação da fecundidade nos anos noventa, especialmente entre as mulheres jovens e adolescentes.

ricanos. A tendência à antecipação do início da vida sexual, com redução da idade média da primeira relação, é um fato generalizado, independente dos estratos sociais. Contudo, um aspecto determinante da fecundidade precoce é o nível de escolaridade e de renda, ocorrendo a gravidez indesejada onde é maior a falta de informações sobre a saúde reprodutiva e há maior dificuldade de acesso aos métodos contraceptivos. Assim, a fecundidade na adolescência é mais acentuada onde há maior exclusão e menor integração social (OLIVEIRA, 2000).

Gráfico 1 - Taxas de fecundidade específicas, por grupos de idade, segundo regiões selecionadas do Estado do Rio de Janeiro 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

O Gráfico 1 mostra, também, que as taxas específicas de fecundidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1991, tinham uma distribuição bimodal e passaram a apresentar, em 2000, uma cúspide no grupo etário de 20-24 anos, representando um processo de rejuvenescimento do padrão reprodutivo. A fecundidade nesse grupo subiu na capital e no interior, ficando praticamente constante na periferia da Região Metropolitana. Na capital, houve uma pequena elevação da fecundidade em todos os grupos etários, mas nas duas outras regiões a fecundidade caiu para os grupos superiores aos 25 anos, especialmente entre as mulheres com mais de 40 anos. As menores taxas específicas de fecundidade são encontradas na capital, e as maiores no interior, com exceção do grupo etário 15-19 anos que, em 2000, apresentava maior fecundidade na periferia da Região Metropolitana.

Taxas de fecundidade total e específicas, por grupos de idade, no Estado do Rio de Janeiro, segundo educação, renda e participação na população economicamente ativa - PEA⁴ em 1991

Existe uma relação inversa entre as taxas de fecundidade, a maior participação no mercado de trabalho e os maiores níveis de escolaridade e renda, como teorizado pelas abordagens apresentadas no início deste artigo. Os dados das Tabelas 4 e 5 confirmam esta relação para o Estado do Rio de Janeiro. Para identificar os grupos socioeconômicos, utilizamos duas variáveis: uma para nível educacional e outra para rendimento. Nível educacional é definido por anos de estudos completos da mulher e dividido em seis categorias, que conhecidamente mostram diferenciais importantes nos níveis de fecundidade. As classes de rendimento são identificadas pelo rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, dividido em sete categorias de salários mínimos.

Para o ano de 1991, as mulheres que participavam da PEA tinham uma TFT de 1,2 filho, enquanto as mulheres que estavam fora da PEA tinham uma TFT de 2,5 filhos. Em ambos os casos, a maior educação tem o efeito de reduzir a fecundidade. Assim, as mulheres que participavam da PEA e tinham entre 0 e 3 anos de estudo possuíam taxas de fecundidade acima do dobro (2,5 filhos), em comparação àquelas com mais de 4 anos de estudo (1,1 filho). Para as mulheres fora da PEA, a relação é a mesma, mas os diferenciais são menores, pois a TFT daquelas com 0 a 3 anos de estudo (3,3 filhos) é de apenas um filho a mais do que aquelas com mais de 4 anos de estudo (2,3 filhos). A maior renda também está associada à menor fecundidade. Desta forma, as mulheres fora da PEA, com 0 a 3 anos de estudo, que viviam em domicílios com renda domiciliar *per capita* entre 0 e $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, tinham uma TFT (4,9 filhos) cerca de cinco vezes maior do que aquelas que participavam da PEA e viviam em domicílios com renda domiciliar *per capita* maior do que 2 salários mínimos (0,9 filho).

Deve-se ressaltar que as tendências dos níveis de fecundidade por categorias de rendimento possuem um efeito de composição devido às mudanças nas condições econômicas das mulheres no decorrer da década. No entanto, o que queremos enfatizar é que as mulheres pertencentes ao seguimento com menor rendimento *per capita*, em 2000, se encontravam em um regime de fecundidade bastante inferior àquelas de 1991.

⁴ População economicamente ativa - PEA é definida como as pessoas de 10 anos ou mais de idade que estão trabalhando ou procurando trabalho.

O segmento de mulheres sem instrução (ou com curso de alfabetização de adultos) apresentou o maior declínio, 15.5%, entre 1991 e 2000, quando se considera a fecundidade segundo anos de estudo. De uma média de 4,8 filhos por mulher, em 1991, a fecundidade deste grupo passou a 4,1, em 2000. Da mesma forma, o efeito de composição devido às mudanças na estrutura educacional também está presente nas análises de tendências dos níveis de fecundidade, mas em menor intensidade e complexidade do que mudanças no rendimento, pois anos de estudos somente têm a possibilidade de aumentar com o passar dos anos. No grupo de menor educação a tendência é que o declínio esteja subestimado se supormos que a probabilidade de uma mulher aumentar sua educação, já estando no período reprodutivo, seria maior para as mulheres mais jovens e com menor número de filhos⁵.

Tabela 4 - Taxa de fecundidade total (TFT), por rendimento médio domiciliar *per capita*, segundo participação na PEA e grupos de anos de estudo - Estado do Rio de Janeiro - 1991

Participação na PEA e grupos de anos de estudo	Total	Taxa de fecundidade total (TFT), por rendimento médio domiciliar <i>per capita</i> (em salários mínimos)			
		De 0 a 1/4	Mais de 1/4 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
PEA	1,2	2,5	1,6	1,1	0,9
0 a 3 anos de estudo	2,5	4,7	2,6	1,2	-
4 e mais anos de estudo	1,1	1,7	1,4	1,1	0,9
Não PEA	2,5	4,2	2,6	1,8	1,6
0 a 3 anos de estudo	3,3	4,9	3,0	1,7	1,1
4 e mais anos de estudo	2,3	3,7	2,5	1,8	1,6

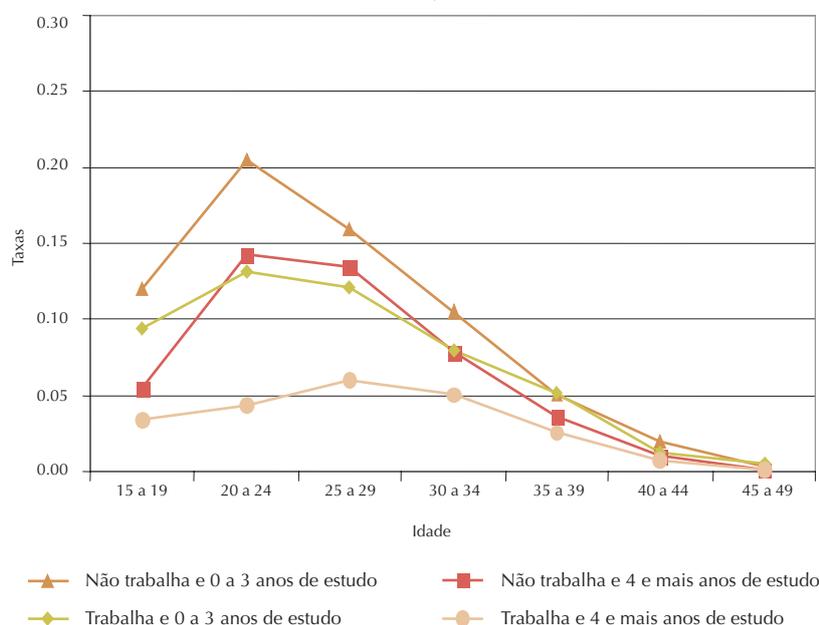
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991.

O Gráfico 2 apresenta as taxas específicas de fecundidade segundo participação no mercado de trabalho por educação, para o Estado do Rio de Janeiro, em 1991. Neste gráfico, vemos que a fecundidade das mulheres que trabalham varia no padrão e no nível, principalmente quando se levam em consideração os anos de estudo. A curva que representa as mulheres que trabalhavam e tinham mais de 4 anos de estudo, além de apresentar taxas de fecundidade específicas bem mais baixas do que as demais, tem um padrão cuja cúspide se encontra no grupo etário

⁵ Observe que alfabetização de adultos foi incluída na categoria de sem instrução, já que se pode supor que as mulheres alfabetizadas depois de adultas tiveram seus filhos antes de serem alfabetizadas.

de 25-29 anos. Isto quer dizer que a participação no mercado de trabalho e a maior educação têm o efeito de reduzir o nível e retardar o início da fecundidade. As curvas que representam as mulheres que estavam fora do mercado de trabalho, além de apresentarem uma fecundidade mais alta, tinham a moda da distribuição localizada no grupo etário de 20-24 anos, sendo que a curva mais alta representa as mulheres com menor nível de escolaridade e fora do mercado de trabalho.

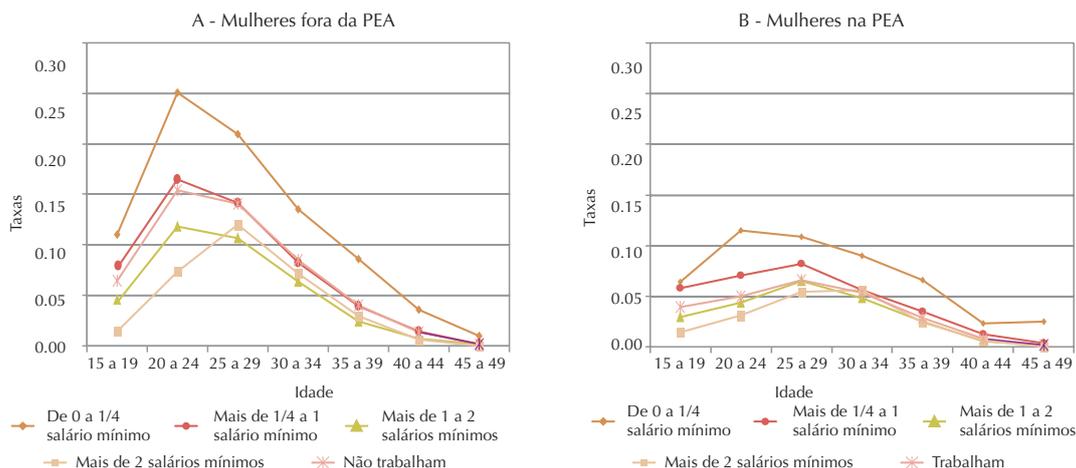
**Gráfico 2 - Taxas de fecundidade específicas, por grupos de idade, segundo participação na PEA e grupos de anos de estudo
Estado do Rio de Janeiro - 1991**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991.

O Gráfico 3 apresenta, em 2 painéis, as taxas específicas de fecundidade para mulheres fora e dentro do mercado de trabalho, segundo grupos de rendimento médio domiciliar *per capita*. As curvas que mostram as taxas específicas de fecundidade para as mulheres fora da PEA, além de serem muito mais altas, apresentam, de modo geral, um padrão com a cúspide no grupo etário de 20-24 anos e grande variação nas taxas específicas para as mulheres com menos de 20 anos. Já para as mulheres que participam da PEA, as curvas são mais baixas e as cúspides se encontram no grupo etário de 25-29 anos, além da fecundidade das mulheres jovens ser mais baixa.

Gráfico 3 - Taxas de fecundidade específicas, por grupos de idade, segundo participação das mulheres na PEA e rendimento médio domiciliar per capita - Estado do Rio de Janeiro - 1991



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991.

Desta forma, nota-se que a participação no mercado de trabalho tem o efeito de reduzir as taxas específicas de fecundidade, especialmente das mulheres entre 15 e 35 anos. Nas idades acima de 35 anos, os diferenciais são menores, refletindo a adoção do controle da natalidade por terminação.

Taxas de fecundidade total e específicas, por grupos de idade, para o Estado do Rio de Janeiro, segundo educação, renda e participação na PEA em 2000

As mesmas relações observadas em 1991 valem para o ano 2000, conforme mostra a Tabela 5. A única diferença é que houve uma pequena elevação dos níveis de fecundidade praticamente em todas as categorias. Como explicado anteriormente, as taxas de fecundidade do Estado do Rio de Janeiro já estavam bastante baixas em 1991, quando comparadas às do Brasil e às de outros estados da Região Sudeste, podendo ter variado de acordo com o efeito positivo ou negativo exercido pelo ciclo econômico. Porém, mesmo com esse pequeno aumento, as taxas de fecundidade do Rio de Janeiro continuavam abaixo das taxas observadas nas demais Unidades da Federação no ano 2000.

Tabela 5 - Taxa de fecundidade total (TFT), por rendimento médio domiciliar *per capita*, segundo participação na PEA e grupos de anos de estudo - Rio de Janeiro - 2000

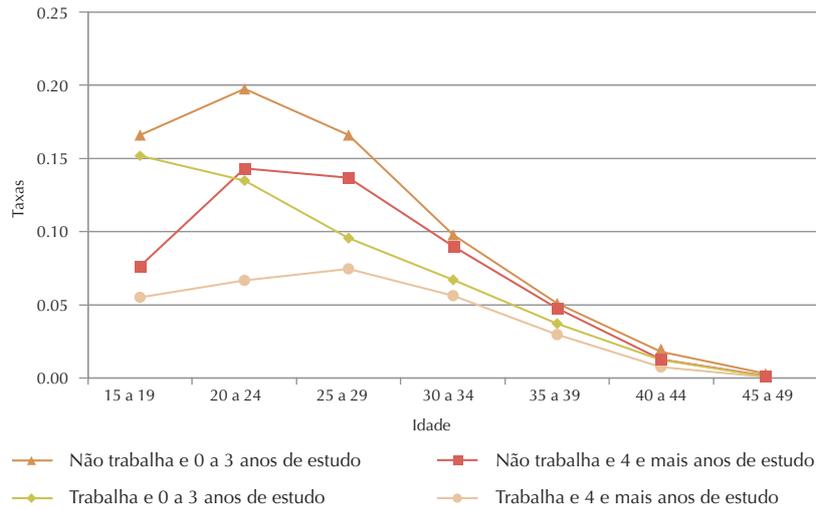
Participação na PEA e grupos de anos de estudo	Total	Taxa de fecundidade total (TFT), por rendimento médio domiciliar <i>per capita</i> (em salários mínimos)			
		De 0 a 1/4	Mais de 1/4 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
PEA	1,5	3,9	2,5	1,5	1,0
0 a 3 anos de estudo	2,5	4,4	3,1	1,6	1,4
4 e mais anos de estudo	1,5	3,3	2,4	1,5	1,0
Não PEA	2,7	4,0	3,0	2,1	1,8
0 a 3 anos de estudo	3,5	5,0	3,3	2,1	1,9
4 e mais anos de estudo	2,5	3,6	3,0	2,1	1,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Os Gráficos 4 e 5 apresentam as taxas de fecundidade específicas por idade, para mulheres fora da PEA e na PEA, respectivamente, segundo anos de estudo e segundo a renda, para o Estado do Rio de Janeiro, em 2000. De modo geral, os padrões são os mesmos de 1991, mas a diferença fundamental se deve ao fato de que a fecundidade aumentou principalmente entre as mulheres jovens com idades entre 15 e 25 anos, independentemente das características analisadas. Observa-se ainda que, em 2000, existe um efeito de composição já que os grupos com mais de 4 anos de estudo apresentaram crescimento em todos os itens considerados.

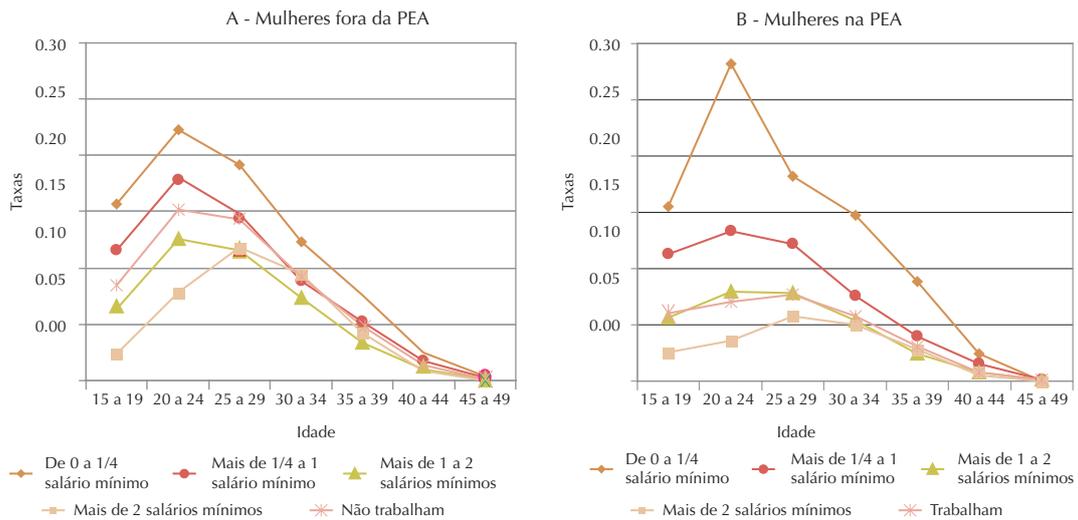
Os dados analisados anteriormente mostraram que as mulheres que participam do mercado de trabalho possuem uma fecundidade menor do que as mulheres que estão fora da PEA. Contudo, a fecundidade é sensível ao grau de formalidade ou informalidade dos empregos. A literatura acadêmica mostra que o mercado de trabalho brasileiro é bastante segmentado e heterogêneo, além de possuir um alto índice de pessoas envolvidas em atividades informais, isto é, atividades que não são cobertas pela legislação trabalhista e são caracterizadas por ocupações temporárias, intermitentes e sem planos de cargos e salários definidos (CACCIA-MALI, 2001; DUPAS, 2001).

Gráfico 4 - Taxas de fecundidade específicas, por grupos de idade, segundo, grupo de anos de estudo e a participação na PEA - Estado do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Gráfico 5 - Taxas de fecundidade específicas, por grupos de idade, segundo a participação das mulheres na força de trabalho e no rendimento médio domiciliar per capita - Rio de Janeiro - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Taxas de fecundidade total e específicas, por grupos de idade, no Estado do Rio de Janeiro e a contribuição à previdência social e cor: 1991/2000

A Tabela 6 apresenta a taxa de fecundidade total para o Estado do Rio de Janeiro, segundo a participação na PEA e a contribuição à previdência social, que é, aqui, tomada como uma *proxy* da formalidade do emprego. Os dados mostram que a fecundidade das mulheres que participam do mercado de trabalho – 1,2 filho em 1991 e 1,5 filho em 2000 – é menor do que daquelas que são apenas donas-de-casa ou estudantes – 2,5 filhos em 1991 e 2,7 filhos em 2000. Porém, a contribuição à previdência é um fator que contribui para a redução da fecundidade. Em 1991, o tamanho médio da prole das mulheres que estavam na PEA e contribuía para a previdência era de apenas 1 filho, enquanto o daquelas que estavam na PEA e não contribuía para a previdência era de 1,8 filho. Em 2000, esses números passaram para 1,3 filho e 1,9 filho, respectivamente, para aquelas que contribuía e não contribuía para a previdência social.

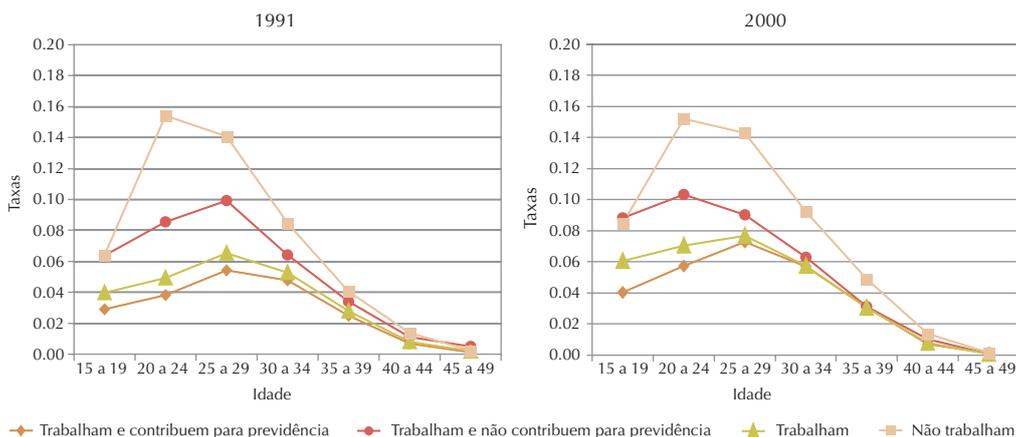
Tabela 6 - Taxa de fecundidade total (TFT), por participação na PEA e contribuição à previdência social Estado do Rio de Janeiro - 1991/2000

Ano	Taxa de fecundidade total (TFT), por participação na PEA e contribuição à previdência social			
	Total	Com contribuição	Sem contribuição	Não PEA
1991	1,2	1,0	1,8	2,5
2000	1,5	1,3	1,9	2,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

O Gráfico 6 apresenta as taxas específicas de fecundidade no Estado do Rio de Janeiro, segundo a participação na PEA e a contribuição à previdência social. Nota-se que as mulheres que estavam envolvidas no mercado de trabalho e contribuía para a previdência tinham taxas de fecundidade menores em todos os grupos etários, tanto no início quanto no final dos anos noventa. A elevação da fecundidade que ocorreu no período ficou concentrada nas idades entre 15 e 29 anos. Esses dados confirmam que, por um lado, independentemente da idade, a formalização do emprego é um importante fator de redução da fecundidade, e, por outro, sugerem que o acesso à previdência pode influir para o menor número de filhos, já que o uso de recursos institucionais para a aposentadoria é uma forma de substituir os filhos e, assim, garantir o necessário apoio na velhice.

Gráfico 6 - Taxas específicas de fecundidade, por grupos de idade, segundo a participação na PEA e a contribuição à previdência social Estado do Rio de Janeiro - 1991/2000



A Tabela 7 apresenta as taxas de fecundidade total, segundo a cor e a escolaridade, no Estado do Rio de Janeiro em 1991 e 2000. Nota-se que as mulheres brancas possuem TFTs mais baixas do que as mulheres negras para ambos os grupos educacionais. Contudo, as mulheres negras⁶ com mais de 4 anos de estudo possuem menos filhos que as brancas com 0 a 3 anos de estudo, mostrando que, mais do que a cor da pele o grau de escolaridade tem maior influência sobre os níveis de fecundidade.

Tabela 7 - Taxa de fecundidade total (TFT), por cor e grupos de anos de estudo Estado do Rio de Janeiro - 1991/2000

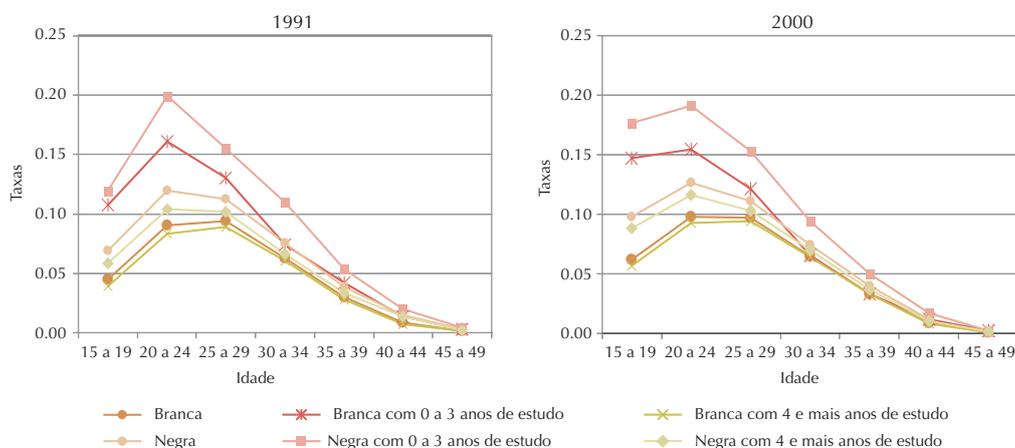
Ano	Taxa de fecundidade total (TFT), por cor e grupos de anos de estudo					
	Branca			Negra		
	Total	0 a 3 anos de estudo	4 e mais anos de estudo	Total	0 a 3 anos de estudo	4 e mais anos de estudo
1991	1,7	2,7	1,5	2,2	3,3	1,9
2000	1,8	2,7	1,8	2,3	3,4	2,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

⁶ Os censos demográficos do IBGE utilizam as categorias de preta e parda para a cor da pele. A cor negra é obtida através da agregação destas duas categorias.

O Gráfico 7 apresenta as taxas específicas de fecundidade do Estado do Rio de Janeiro, segundo a cor e os anos de estudo. Nota-se que as mulheres negras com mais de 4 anos de estudo possuem taxas de fecundidade mais baixas do que as mulheres brancas com 0 a 3 anos de estudo em todos os grupos etários. Os dados do gráfico mostram, também, que a elevação das taxas de fecundidade ocorrida nos anos noventa aconteceu em todas as categorias, independentemente da cor, e ficou concentrada entre as mulheres com idades entre 15 e 30 anos. Vários estudos acadêmicos mostram que, em geral, a população negra tem piores condições socioeconômicas do que a população branca (GUIMARÃES; HUNTLEY, 2000; TELLES, 2003). Assim, a fecundidade é mais influenciada pelos determinantes sociais e econômicos do que pela cor da pele ou pela etnia.

Gráfico 7 - Taxas específicas de fecundidade, por grupos de idade, segundo cor e grupos de anos de estudo Estado do Rio de Janeiro - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

A fecundidade na cidade do Rio de Janeiro: cidade *versus* favela

A cidade do Rio de Janeiro é considerada uma “cidade partida” em termos sociais, existindo uma parte rica, ou do “asfalto” e uma parte pobre ou da “favela”. Evidentemente, essa é uma simplificação da realidade e, especialmente no caso da fecundidade, precisa ser bastante relativizada.

Existem pessoas que consideram que a fecundidade é alta e está fora do controle nas favelas cariocas⁷, contudo os dados não corroboram essa tese, pelo menos em sua totalidade. A Tabela 8 mostra as taxas de fecundidade para a cidade do Rio de Janeiro desagregadas por renda, educação e por condição de habitação - cidade ou favela (usamos a classificação de “aglomerado subnormal”, do IBGE, para identificar favelas e assemelhados).

Enquanto na totalidade do município a taxa de fecundidade, em 2000, era de 1,9 filho, por mulher, as residentes na cidade (entendida como todo o município menos as áreas subnormais) possuíam uma fecundidade de 1,7 filho e as moradoras em favelas tinham 2,6 filhos em média. Analisando por grau de instrução, nota-se que a fecundidade é mais alta para as mulheres que completaram no máximo o ensino fundamental, sendo 2,8 filhos na cidade e 3 filhos na favela. Acima de 9 anos de estudo a fecundidade, no ano 2000, era igual nas duas áreas (1,6 filho) e já estava abaixo do nível de reposição.

Analisando por nível de renda, nota-se que a fecundidade, no ano 2000, foi de 3,4 filhos na cidade e de 4,2 filhos nas favelas para as mulheres que residiam em lares com renda domiciliar *per capita* menor do que $\frac{1}{2}$ salário mínimo. As mulheres vivendo em domicílios com renda *per capita* entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo tinham taxas de fecundidade de 2,7 filhos, tanto na cidade quanto na favela. Acima de 1 salário mínimo *per capita*, todas as mulheres cariocas já tinham fecundidade abaixo do nível de reposição, independente do local de moradia.

**Tabela 8 - Taxa de fecundidade total (TFT),
por grupos de anos de estudo e níveis de renda domiciliar,
segundo o local - Cidade do Rio de Janeiro - 2000**

Local	Taxa de fecundidade total (TFT), por grupos de anos de estudo e níveis de renda domiciliar					
	Total	Anos de estudo		Níveis de renda domiciliar (em salários mínimos)		
		0 a 8	9 a 11	Até 1/2	De 1/2 a 1	De 1 a 2
Cidade	1,7	2,8	1,6	3,4	2,7	1,9
Favela	2,6	3,0	1,6	4,2	2,7	1,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

⁷ No mês de outubro de 2004 houve um intenso debate nas páginas do jornal O Globo sobre a necessidade de se implementar programas de planejamento familiar, especialmente nas favelas do Rio de Janeiro.

Os dados da tabela mostram que, quando consideramos educação e renda, a diferença da fecundidade das mulheres que moram em favelas e a daquelas que moram no restante da cidade é mínima. A diferença média de quase um filho a mais na fecundidade da favela (2,6) comparada com a da cidade (1,7) não é devida às preferências reprodutivas muito distintas, mas sim ao maior percentual de mulheres com baixos níveis de instrução e renda residentes nas favelas.

A fecundidade mais alta ocorre principalmente diante das carências de educação e emprego, acrescidas das dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde sexual e reprodutiva. Estudos mostram que tanto as mulheres da cidade quanto as moradoras das favelas querem ter menos filhos, mas freqüentemente acabam por ter gravidezes não planejadas, decorrentes da falta de meios anticoncepcionais.

Portanto, os dados não referendam a tese de que existe uma “cidade partida” pela fecundidade. Algumas pessoas utilizam esse argumento para justificar as injustiças sociais e a violência. Todavia, usar o alibi dos diferenciais de fecundidade com tal propósito é ignorar o fato de que os problemas com filhos jovens e adolescentes ocorrem independentemente do tamanho das famílias. A violência não é monopólio dos moradores da favela e a racionalidade não é exclusiva dos moradores da cidade.

Como vimos, não se pode dizer que a cidade do Rio de Janeiro vive um caos demográfico. Os problemas sociais devem ser resolvidos com políticas públicas. As pessoas podem escolher ter quantos filhos quiserem e quando os querem ter. Têm o direito de não querer ter crianças, de espaçar ou de limitar o número de filhos e a legislação nacional assegura este direito. Para isso, os sistemas públicos de educação e de saúde não somente devem oferecer as informações e os meios necessários para a regulação da fecundidade, mas devem fazer com que estes cheguem de maneira adequada até aqueles que mais necessitam. A maioria do povo brasileiro já conta com os direitos de cidadania, falta expandi-los para uma parcela que está excluída dos progressos da modernidade.

Modelando os níveis de fecundidade

As análises univariadas ou bivariadas anteriores permitiram traçar um panorama bastante elucidativo de como as variáveis socioeconômicas influenciam na determinação de diferenciais nos níveis e padrões da fecundidade no Estado do Rio de Janeiro. No entanto, a análise multivariada destas variáveis pode ainda nos apontar para questões importantes na análise da fecundidade perto ou abaixo dos níveis de reposição populacional.

Parte desta análise pode ser feita baseada em modelos estatísticos bastante simples. A seguir apresentamos três ajustes de modelos logísticos binomiais: um indicando qual a relação de variáveis selecionadas para mulheres que tiveram filho no ano anterior ao censo, outro indicando se a mulher teve até pelo menos dois filhos, e o último se a mulher teve 4 ou mais filhos⁸. O primeiro modelo nos informa sobre as possíveis mudanças ocorridas na fecundidade mais recente e na sua relação com as variáveis selecionadas entre os anos de 1991 e 2000. O segundo e o terceiro modelos fazem uma comparação entre dois regimes distintos de fecundidade, um abaixo do nível de reposição e outro bastante acima⁹.

Estes modelos de regressão logística apresentam ajustes com pseudo-R² (poder de explicação da variabilidade das covariáveis com relação ao comportamento da variável dependente) bastante baixos, como esperado para modelos comportamentais (Tabela 9). No entanto, quando consideradas as covariáveis no modelo, verificamos que a qualidade do ajuste é bastante boa, ou seja, a partir dos pares concordantes observamos que, em média, em 80% dos casos, chegando a 87% no modelo 3 para 2000, se conhecermos os valores das covariáveis, podemos acertar o valor da variável dependente (se a mulher está na categoria, por exemplo, de ter tido filho no último ano ou não).

Outra inferência interessante obtida através da modelagem diz respeito à análise dos efeitos em conjunto das covariáveis. Esta nos indica que a variável idade é a que mais diferencia o comportamento da fecundidade, tanto no último ano, quanto para parturição baixa ou alta, como conhecido por todo demógrafo. Mostra também que o estado conjugal é uma variável bastante significativa na determinação da fecundidade, seja esta ter ou não filhos, ou ter poucos ou muitos. Ainda com relação à análise dos efeitos, vale mencionar o comportamento das variáveis de rendimento e anos de estudo. Esta última, não explica praticamente nenhuma variância encontrada na variável dependente, no entanto, o rendimento médio mensal domiciliar *per capita* apresenta valores bastante significativos, principalmente nos modelos de parturição (modelos 2 e 3).

⁸ Estes modelos foram ajustados utilizando-se pesos analíticos, ou seja, a amostra ponderada pelo peso amostral fornecido pelo IBGE, mas não expandido para o tamanho populacional.

⁹ Estes modelos utilizam todas as mulheres amostradas, independentemente do ciclo de vida, ou seja, inclui mulheres com ciclo reprodutivo incompleto e mulheres que já encerraram sua capacidade de reprodução. Vale notar também que por tratar-se de amostra do censo demográfico, que é muito grande, os níveis de significância apresentados nos ajustes são bastante altos.

Com relação à análise do comportamento das covariáveis nestes modelos, vários pontos merecem destaque. O modelo 1 (Tabela 9), ajustes para 1991 e 2000, mostra com bastante clareza que o rejuvenescimento da fecundidade, já observado anteriormente, tem significância estatística. Em 1991, comparadas às mulheres de 45 a 49 anos de idade, as que tinham maior chance de ter tido filhos no último ano eram as mulheres de 20 a 24 anos; para 2000, estas passam a ser as mulheres de 15 a 19 anos. Isto indica dois movimentos, por um lado, a diminuição da chance de mulheres com idades mais avançadas no ciclo reprodutivo terem menos filhos no último e no outro extremo, a maior chance das mulheres ainda muito jovens terem filhos.

Com relação ao mesmo modelo, considerando as variáveis que podem ser associadas com condições socioeconômicas, observamos que, depois de controlados os dados por rendimento e cor da mulher, as duas categorias de anos de estudos, que mostraram diferenciais importantes, na análise bivariada, já não diferenciam mais as mulheres com até 3 anos de estudos e mulheres com 4 ou mais anos de estudos (a chance de uma mulher na categoria de 0-3 anos de estudo ter tido filho no último ano é a mesma que uma mulher na categoria de 4 anos e mais - razão de chances igual a 1). No entanto, as mulheres brancas ainda apresentam menor chance de ter tido filhos no ano anterior, comparadas às mulheres negras, mas com diferencial bastante reduzido, ou seja, têm 6% a menos de chances do que as negras e este diferencial se mantém praticamente constante entre 1991 e 2000. O rendimento médio mensal domiciliar, por outro lado, ainda diferencia bastante as mulheres que tiveram filhos no último ano, se estas se encontram nos extremos das classes de rendimento. Podemos observar que, tanto para 1991 quanto para 2000, as mulheres residindo em domicílios com rendimento *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo mensais têm até duas vezes mais chances de ter tido filho no último ano quando comparadas às mulheres com 2 ou mais salários mínimos *per capita*.

Com relação à participação no mercado de trabalho, as mulheres que se encontravam ocupadas em 1991 tinham menor chance de terem tido filhos nascidos no último ano, ou seja, as que trabalhavam tinham em torno de 89% da chance de terem tido filho comparadas com aquelas que não trabalhavam. Em 2000 este valor diminuiu bastante, para 23%. Este fato se deve basicamente à mudança na forma de coleta dos dados de ocupação no Censo 2000, que mudou o período de referência de um ano para a última semana. Assim, as mulheres com filhos pequenos se encontram com maior chance fora do mercado de trabalho se a pergunta se refere somente à semana anterior e não aos 12 meses anteriores. Os dados de contribuição à previdência social também estão afetados por este expediente, no entanto, ainda indicam que as mulheres sem previdência social tinham somente 84% da chance de terem tido filhos no último ano, em 1991, quando comparadas com mulheres com previdência social.

Tabela 9 - Razão de ODDS, significância e qualidade dos ajustes de filhos nascidos no último ano, até dois filhos nascidos vivos e quatro ou mais filhos nascidos vivos, segundo variáveis selecionadas Estado do Rio de Janeiro - 1991/2000

Variáveis selecionadas	Razão de ODDS, significância e qualidade dos ajustes					
	Filhos nascidos no último ano (modelo 1)		Até 2 filhos nascidos vivos (modelo 2)		4 ou mais filhos nascidos vivos (modelo 3)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Intercepto	0,00	0,00	2,06	3,33	0,22	0,06
Grupos de idade						
15 a 19 anos de idade	73,85	136,82	7,36	86,82	0,19	0,01
20 a 24 anos de idade	75,47	117,03	8,17	11,51	0,16	0,06
25 a 29 anos de idade	55,04	78,09	4,98	5,01	0,19	0,17
30 a 34 anos de idade	31,52	45,59	2,57	3,02	0,33	0,29
35 a 39 anos de idade	14,65	23,13	1,64	2,07	0,49	0,45
40 a 44 anos de idade	4,89	6,72	1,24	1,39	0,70	0,68
45 a 49 anos de idade						
Cor						
Branca	0,94	0,95	1,17	1,32	0,81	0,64
Negra						
Anos de estudo						
0 a 3 anos de estudo	1,00	0,95	0,54	0,48	2,16	2,58
4 ou mais anos de estudo						
Classes de rendimento médio mensal domiciliar <i>per capita</i> (em salários mínimos)						
Sem rendimento e até 1/4	2,27	2,18	0,27	0,16	3,60	10,76
Mais de 1/4 a 1	1,60	1,80	0,44	0,25	2,18	5,81
Mais de 1 a 2	1,14	1,27	0,70	0,51	1,42	2,53
Mais de 2						
Situação de ocupação						
Ocupada	0,89	0,23	1,08	0,93	0,98	1,21
Não-ocupada						
Não sabe/não trabalha	1,24	0,35	0,74	0,73	1,27	1,49
Contribuição à Previdência						
Sem Previdência	0,84	0,66	0,65	0,64	1,37	1,56
Com Previdência						
Estado conjugal						
Casada	14,47	10,28	0,46	0,06	1,10	12,82
Solteira						
Pseudo-R ² (%)	17	17	18	28	12	27
Análise dos efeitos (tipo III)			Wald-ChiSquare			
Idade	72 089	103 983	244 185	226 047	138 441	115 388
Cor	179	131	3 149	9 050	4 435	11 992
Rendimento	10 272	12 311	73 869	151 927	51 667	103 882
Anos de estudo	1	53	35 731	37 782	47 363	46 160
Trabalho	34	15 505	59	50	3	162
Previdência	571	7 493	8 382	10 405	3 225	5 095
Estado conjugal	87 379	93 598	40 989	78 465	493	23 649
Porcentagem concordante	80,7	81,0	78,3	85,0	73,3	87,1
Porcentagem discordante	17,9	17,8	21,0	14,5	25,9	12,4
Porcentagem "Tied"	1,4	1,2	0,7	0,5	0,8	0,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

O estado conjugal, que não foi considerado na análise univariada, aponta aqui para uma questão bastante importante, que merece especial destaque. Apesar das mulheres casadas apresentarem chance muito maior de terem tido filhos no último ano, quando comparadas com as solteiras, há uma diminuição considerável nesta chance na última década. Em 1991, a chance de terem tido filhos no último ano era 14 vezes maior para as casadas do que para as solteiras e este valor caiu para 10 vezes em 2000. Este fato pode estar estreitamente relacionado com o aumento da fecundidade na adolescência, que nem sempre é acompanhada de um aumento na nupcialidade.

Os modelos 2 e 3 (Tabela 9), que ajustam respectivamente dados de fecundidade abaixo do nível de reposição e fecundidade de 4 e mais filhos, nos confirmam de maneira complementar quais são as categorias das variáveis que mais diferenciam as mulheres nestes dois segmentos. Para o modelo de fecundidade baixa, observamos que as mulheres brancas são as que têm mais chances de se encontrarem nestes segmentos quando comparadas com as negras; aquelas com mais anos de estudos quando comparadas com as de 0 a 3 anos; aquelas com 2 ou mais salários mínimos de rendimento domiciliar *per capita* quando comparadas àquelas com menores rendimentos; aquelas presentes no mercado de trabalho contrapostas com as que não trabalham; aquelas que estão inscritas no sistema de previdência social comparadas às que não estão; e as solteiras (pois neste segmento encontram-se praticamente todas as solteiras) comparadas às casadas. Estas situações, exatamente inversas, são encontradas para o modelo de fecundidade alta.

Vale ainda mencionar que a influência da variável idade passa a não diferenciar de maneira tão intensa, quanto nos modelos anteriores, os grupos de idade para o modelo 3, pois as mulheres com 4 filhos e mais se encontram em todos os grupos de idade. Fato que não acontece para o modelo de fecundidade baixa, onde ainda temos mulheres de gerações mais velhas e com alta fecundidade convivendo com mulheres de baixa fecundidade. O efeito do rejuvenescimento da fecundidade fica mais uma vez claro nestes dois modelos, ao compararmos as razões de chances para o ano de 1991 e 2000.

Conclusões

O Brasil é o quinto maior país do mundo em termos de território e população. Assim, em um país de dimensões continentais, é compreensível que haja diferenças

regionais, sociais e econômicas. Contudo, grande parte da heterogeneidade estrutural deriva da forma de inserção da economia brasileira na ordem internacional, que propiciou um desenvolvimento dependente e subordinado. Na segunda metade do Século XX, o Brasil passou por um intenso processo de urbanização. As novas demandas relacionadas à reprodução social, derivadas da concentração espacial das atividades econômicas e culturais, tornaram as cidades elos fundamentais, por meio dos quais fluem capitais, mercadorias e informações (SANTOS, 2003). De fato, o País passou por um processo de desenvolvimento regional desigual, mas combinado. As transformações estruturais e institucionais, potencializadas por ações deliberadas dos diversos dirigentes do Governo Federal, tiveram um impacto nacional, embora apresentassem resultados distintos em termos territoriais. Criou-se, assim, um quadro hierárquico de redes urbanas e relações rurais, que propiciou uma gama de opções locais à disposição dos múltiplos atores sociais.

Em decorrência de suas condições privilegiadas, a antiga Capital Federal do Brasil e o Estado do Rio de Janeiro, mesmo antes de 1960, foram protagonistas dos processos de urbanização, metropolização e criação de uma rede de serviços sociais e infra-estrutura urbana, incluindo a modernização das inúmeras modalidades de transporte e comunicação. Devido a essas características, bem como ao baixo peso da população rural e da economia de subsistência, não causa surpresa o fato de que as famílias do referido estado tenham sempre apresentado menor número de filhos, já que, até 1960, as suas taxas de fecundidade total eram cerca de 50% menores do que as da Região Norte e cerca de 40% inferiores às encontradas no Estado de Minas Gerais. Os dados apresentados neste estudo não permitem dizer que a transição da fecundidade no Estado do Rio de Janeiro tenha se iniciado precocemente, uma vez que as TFTs permaneceram praticamente estáveis entre 1940 e 1960. Parece mais correto afirmar que, assim como ocorreu no Brasil, a fecundidade no Estado do Rio de Janeiro iniciou a sua trajetória descendente a partir dos anos sessenta, saindo de seu patamar histórico mais baixo que o restante do Brasil para um nível próximo de 2 filhos por mulher na virada do milênio.

Nos anos sessenta e setenta, os diferenciais de fecundidade no Brasil aumentaram entre as diversas regiões, embora nas últimas duas décadas do Século XX, as Regiões Norte e Nordeste, que possuíam as maiores taxas, tivessem acelerado o processo de transição, convergindo para níveis baixos de fecundidade. A aproximação

das TFTs fica mais clara na Região Sudeste, pois as taxas de fecundidade em Minas Gerais e no Espírito Santo se aproximaram bastante daquelas registradas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Observa-se que a variação entre as maiores e as menores taxas esteve em torno de 10% em 2000. Durante todo esse período, a fecundidade no Rio de Janeiro sempre foi a menor do País, ficando o número médio de filhos das mulheres cariocas e fluminenses, nos anos noventa, abaixo do nível de reposição.

Entre as regiões do Estado do Rio de Janeiro, a capital apresentou as menores taxas de fecundidade nos anos noventa, enquanto o restante da Região Metropolitana e o interior apresentaram taxas ligeiramente superiores. Essa pequena diferença pode ser explicada pelo fato da cidade do Rio de Janeiro, que já foi Capital Federal e Estado da Guanabara, concentrar toda a sua população no meio urbano, além de contar com serviços educacionais e de saúde mais aperfeiçoados. A disponibilidade de informações, bem como a infra-estrutura de saúde é um fator decisivo para viabilizar a regulação da fecundidade e a menor demanda de filhos (CAVENAGHI, 1999). Em grande parte, os diferenciais de fecundidade se explicam pelos diferenciais de acesso aos serviços públicos de saúde. As parcelas da população que estão excluídas dos direitos de cidadania básicos (educação, emprego, saúde, saneamento, etc.) são também aquelas que estão excluídas dos direitos reprodutivos. Nesse sentido, a ampliação e o aprofundamento da cidadania para o conjunto da população brasileira deve caminhar em sentido contrário aos diferenciais de fecundidade, pois quanto maior é a inclusão social menor são as taxas de fecundidade e menor é a percentagem de gravidez indesejada.

A pequena elevação das TFTs no Rio de Janeiro nos anos 90 decorreu, fundamentalmente, do aumento da fecundidade entre as mulheres com idades entre 15 e 25 anos, especialmente daquelas do primeiro grupo etário. Esse fenômeno de rejuvenescimento da fecundidade ocorreu em todo o País, não sendo, portanto, específico do Estado do Rio de Janeiro, já que é percebido desde os anos oitenta. Sem dúvida, o fim do regime autoritário e o processo de democratização do País contribuíram para uma maior liberação dos costumes, o que propiciou novas práticas sexuais, principalmente entre a juventude. Contudo, a antecipação da fecundidade não significou, em geral, uma maior parturição feminina, pois as mulheres acima de 25 anos passaram a adotar o controle da natalidade por terminação, recorrendo, em especial, à laqueadura tubária. Desta forma, o crescimento da fecundidade na adolescência não implica,

necessariamente, em famílias numerosas. Muitas mulheres completam o tamanho desejado de família em idades jovens e recorrem à laqueadura tubária como forma de concluir o ciclo reprodutivo, adotando a prática de “controle por terminação”, chamada nos meios populares, de “fechar a fábrica”.

A análise dos diferenciais das TFTs no Estado do Rio de Janeiro confirma não apenas a relação inversa entre o número de filhos e os níveis de educação e renda, mas também o efeito redutor da participação feminina no mercado de trabalho e no tamanho médio das famílias. Tanto no início quanto no final dos anos noventa, a fecundidade das mulheres que estavam no mercado de trabalho e viviam em moradias com renda domiciliar *per capita* acima de 2 salários mínimos era 5 vezes inferior à daquelas fora da PEA, com renda domiciliar *per capita* entre 0 e ¼ salários mínimos e com 0 a 3 anos de estudo. Assim, verifica-se uma dependência entre educação, renda e participação no mercado de trabalho, pois essas três variáveis estão correlacionadas entre si e atuam cumulativamente sobre a redução da fecundidade. Tais relações também são válidas quando se considera a cor da pele, pois a menor fecundidade registrada entre as mulheres brancas decorre, em grande parte, de suas melhores condições sociais.

A literatura demográfica (LIM, 2002) mostra, e os dados do Estado do Rio de Janeiro confirmam, que a influência do mercado de trabalho sobre a fecundidade é tanto maior quanto mais formais forem as relações trabalhistas e o grau de formalidade do emprego. Desta maneira, para as mulheres que participavam da PEA a fecundidade era menor entre aquelas que contribuía para a previdência social. Lembre-se que a própria previdência contribui para a queda da fecundidade ao deslocar do âmbito familiar e comunitário para o âmbito estatal e público, a responsabilidade pelos meios de sobrevivência na terceira idade, aí incluída a previsão dos riscos de uma situação econômica desfavorável. No caso brasileiro, desde os anos sessenta, houve uma grande expansão e aprofundamento da cobertura do sistema previdenciário. A maior cobertura é notada especialmente na capital do Estado do Rio de Janeiro, cuja elevada percentagem da população vive com aposentadorias e pensões.

A análise desenvolvida até aqui destacou a relação entre o declínio da fecundidade e o processo de transformações estruturais e institucionais por que passaram

o País e o Estado do Rio de Janeiro. Todavia, é preciso deixar claro que essas transformações têm efeito diferenciado por gênero, uma vez que a renda, a educação e a participação feminina no mercado de trabalho, além de afetarem o fluxo intergeracional de riquezas, afetam também as relações sociais e familiares entre homens e mulheres. O enfraquecimento da família patriarcal é um importante elemento para explicar a menor influência das tradições culturais pró-natalistas. Assim, as variáveis analisadas acabam por se refletir na fecundidade devido ao aumento do *status* e da autonomia das mulheres. Podemos concluir, então, dizendo que não só as novas condições socioeconômicas afetaram a fecundidade, mas também o processo de expansão da cidadania, especialmente da cidadania feminina.

Referências

- ALVES, J. E. D. *Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil*. 1994. 298 p. Tese (Doutorado)-Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.
- CACCIAMALI, M. C. Processo de informalidade, flexibilização das relações de trabalho e proteção social na América Latina. In: PAMPLONA, J. B. (Org.). *O setor informal*. São Paulo: EDUC, 2001. p. 111-142. (Cadernos PUC. Economia, v. 11).
- CALDWELL, J. C. *Theory of fertility decline*. London: Academic, 1982. 386 p. (Population and social structure).
- CAMARANO, A. A. *Fertility transition in Brazil in the twentieth century: a comparative study of three areas*. 1996. 377 p. Tese (Doutorado)-The London School of Economics and Political Science, University of London, London, 1996.
- _____. A hipótese de convergência dos níveis de fecundidade nas projeções populacionais. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 10, n. 2, p. 18-25, abr./jun. 1996.
- CARVALHO, J. A. M. de; PAIVA, P. de T. A.; SAWYER, D. R. *A recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretação*. Tradução de Haydn Coutinho Pimenta. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 1981. 65 p. (Monografia, 12).
- CAVENAGHI, S. M. *A spatial-temporal analysis of fertility transition and health care delivery system in Brazil*. 1999. 276 p. Tese (Ph.D.)-University of Texas at Austin, Austin, 1999.
- CENSO demográfico 2000: fecundidade e mortalidade infantil: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 21 p. Acompanha 1 CD-ROM.
- DUPAS, G. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 257 p.
- FARIA, V. E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. *Ciências sociais hoje*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, p. 62-103, 1989.
- GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L. (Org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 434 p.
- LEITE, V. da M. Níveis e tendências da mortalidade e da fecundidade no Brasil a partir de 1940. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2., 1980, Águas de São Pedro. *Anais...* São Paulo: ABEP, 1981. v. 1, p. 581-609.
- LESSA, C. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 478 p. (Metrópoles).

LIM, L. L. *Female labour-force participation*. Disponível em: <<http://www.um.org/esa/population/publications/completingfertility/RevisedLIMpaper.PDF>>. Acesso em: 2002.

MANUAL X: indirect techniques for demographic estimation. New York: United Nations, 1983. (Population Studies, 81).

MERRICK, T. W.; BERQUÓ, E. *The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility*. Washington, D.C.: National Academy, 1983. 241 p. (Report/Committee on Population and Demography, n. 23).

OLIVEIRA, M. C. (Org.). *Cultura, adolescência e saúde: Argentina, Brasil e México*. Campinas: Consórcio de Programas em Saúde Reprodutiva e Sexualidade na América Latina, CEDES, COLMEX, NEPO-UNICAMP, 2000. 160 p.

PAIVA, P. T. A. O processo de proletarização como fator de desestabilização dos níveis de fecundidade no Brasil. In: PATARRA, N. L. (Comp.). *Transição da fecundidade: análises e perspectivas*. São Paulo: CLACSO, 1985. 342 p.

PERPÉTUO, I. H. O.; WONG, L. R. *Programas y políticas nacionales que afectaron el curso de la fecundidade en el Brasil*. Trabalho apresentado no Seminário La fecundidad en América Latina y el Caribe: transición o revolución, realizado em Santiago, Chile, 2003.

RIBEIRO, M. A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002. p. 13-26.

SANTOS, A. M. S. P. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 228 p.

TELLES, E. E. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Tradução de Ana Arruda Callado, Nadjeda Rodrigues Marques, Camila Olsen. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003. 347 p.

WONG, L. R.; OLIVEIRA, J. de C. Níveis e diferenciais de fecundidade para o Brasil, segundo os dados censitários de 1980. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1984, Águas de São Pedro. Anais... São Paulo: ABEP, 1984. v. 4, p. 2269-2320.

capítulo 7

Vinte anos de eleições para presidente e governador no Estado do Rio de Janeiro: 1982/2002*

Antonio Carlos Alkmim**

Na campanha presidencial de 98, quando era vice de Lula, Leonel Brizola o levou a São Borja (RS), para visitar o túmulo de Getúlio Vargas, com quem conversou em voz alta, como sempre faz quando vai lá.

- Doutor Getúlio, esse é o Lula, um homem do povo, candidato do povo, que vai fazer o bem do povo.

Lula, perplexo, ouvia calado.

Brizola pegou no braço dele:

- Lula quer falar alguma coisa?

- Não Brizola, obrigado.

Lula conta a história e ri muito: "Já me haviam dito que o Brizola conversa com o Getúlio, mas pensei que era intriga. Pois eu vi. E se eu não tivesse saído, o papo tinha continuado".

Sebastião Nery

* Este artigo é uma atualização da tese de doutorado de Alkmim (1997) e do artigo de Alkmim e Kuschinir (2001).

** Pesquisador e Cientista Político do IBGE.

Apresentação

São os cargos para os executivos federal e estadual os mais importantes na estrutura e na hierarquia dos mandatos majoritários do sistema político brasileiro: uma democracia representativa federalista, republicana e presidencialista, onde o presidente forma a coalizão necessária para articular a lógica da administração nacional com os interesses regionais, que têm nos governadores as figuras centrais¹. Essa predominância político-institucional é evidentemente complementada pelas demais instituições políticas, incluindo o parlamento (em seus diferentes níveis e composição de interesses) e o judiciário.

As eleições majoritárias, considerando sua maior importância para o eleitorado, traduzem, através de seus resultados, diferenças geográficas associadas ao voto, que, por sua vez, repercutem padrões com significados sociais e demográficos, permitindo uma interpretação sociológica. Por isso é tão importante ressaltar a atuação das principais lideranças políticas, que, ao longo desse processo se apresentam com as suas candidaturas, e se colocam, no plano da escolha pelo eleitor, à frente de seus partidos.

Este estudo trata das eleições para presidente e governador realizadas no decorrer dos últimos 20 anos no Estado do Rio de Janeiro, sendo essas as disputas que estruturam a política regional. Através do exame das similaridades e distâncias geográficas entre as votações obtidas no período, pelas 40 principais candidaturas de presidente e governador nos municípios do estado e zonas eleitorais da capital, será possível identificar os campos políticos predominantes e o seu posicionamento no plano geral das disputas. Essas 40 candidaturas selecionadas para a análise obtiveram 3% ou mais de votos válidos no primeiro turno nas 10 eleições em questão (seis para governador, em 1982, 1986, 1990, 1994, 1998 e 2002; e quatro presidenciais, em 1989, 1994, 1998 e 2002). O pressuposto presente é que a dimensão geográfica se articula com a dimensão sociodemográfica que, por sua vez, associa-se a padrões de competição eleitoral, tornando-se necessária uma maior especificação de sua estrutura e dinâmica.

Ainda que igualmente importante, foge do escopo deste estudo a análise das eleições para prefeitos, terceira mais importante na hierarquia do Executivo que, no entanto, envolve uma maior especificidade e dificuldade na coleta, sistematização e

¹ Sobre a lógica do exercício do poder presidencial ligado ao atendimento regional vocalizado pelos governadores, ver o artigo de Abranches (1988).

análise dos dados, pois cada município apresenta um padrão de competição próprio, com sua história local, seus partidos, e candidatos, além da articulação nas esferas de política nacional e regional.

Metodologia

A partir dos resultados eleitorais divulgados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro - TRE/RJ, calculou-se, inicialmente, um conjunto mais geral de indicadores (evolução do eleitorado, taxa de abstenção e de votos brancos e nulos), permitindo um acompanhamento da participação eleitoral. Por outro lado, através de dois indicadores que se referem à segmentação geográfica e social do estado e da capital.

Para a análise das distâncias e similaridades entre os candidatos, do ponto de vista geográfico, formou-se uma matriz de indicadores, contendo em um de seus eixos (vertical) o percentual de votos válidos obtido pelas principais 40 candidaturas, lançadas no primeiro turno das eleições para presidente e governador no Estado do Rio de Janeiro. O eixo horizontal refere-se a 90 unidades espaciais, que dividem o estado em 64 áreas, correspondentes aos municípios existentes em 1982, e à capital, dividida em 26 áreas relativas às zonas eleitorais igualmente existentes em 1982². Aplicou-se a essa matriz a técnica da análise fatorial³, de forma a identificar a existência de padrões e diferenciais espaciais do voto para os cargos de presidente e governador de estado. A análise fatorial é um instrumento estatístico que surgiu no Século XIX, sendo aplicada em estudos sobre a personalidade e aspectos da psicologia humana. Ao longo do Século XX, sua utilização se estendeu aos domínios dos estudos mercadológicos, até chegar à sua aplicação aos temas geográficos, e na seqüência, eleitorais⁴. Um estudo mais recente utiliza a análise fatorial para a construção de indicadores institucionais, dentro do processo italiano de descentralização administrativa regional⁵.

² A fragmentação administrativa fez com que, em 2002, existissem 92 municípios e 97 zonas eleitorais, o que exigiu um procedimento de compatibilização entre municípios e zonas eleitorais criadas após 1982 com a base geográfica daquele ano. A perda do detalhamento espacial decorrente do número maior de municípios e zonas eleitorais criadas foi o custo para viabilizar a comparabilidade temporal.

³ Disponível no programa *Statistical Package for Social Science - SPSS*, versão 8.

⁴ Ver Taylor e Johnston (1979), especialmente a parte 2: *Geography of voting*.

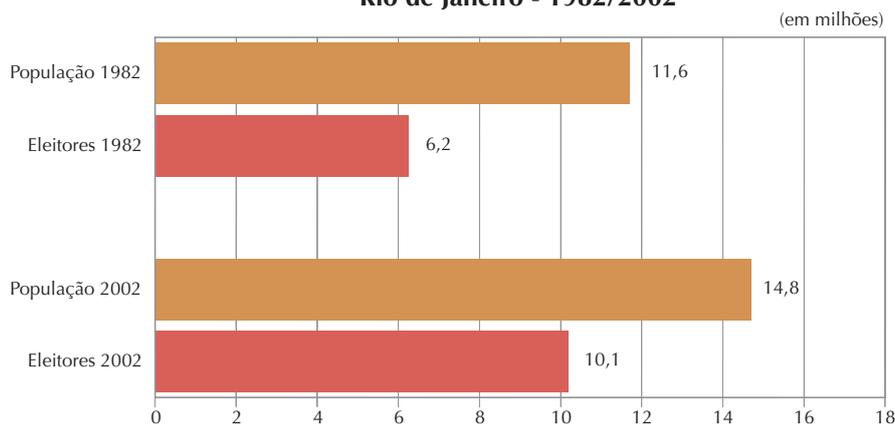
⁵ Ver Putnam, Leonardi e Nanetti (1996).

Uma vez especificados os indicadores (no caso os votos válidos dos candidatos), a análise fatorial por componentes principais hierarquizou os fatores extraídos (sendo o primeiro fator mais explicativo que o segundo, e assim sucessivamente), e obteve-se, além da hierarquização, um procedimento de síntese, pela identificação das principais forças eleitorais no estado em sua dispersão geográfica. Convém ainda ressaltar que a análise fatorial não incorpora no seu cálculo efeitos de vizinhança entre áreas, como os procedimentos atualmente existentes de análise espacial. O efeito de vizinhança obtido é um resultado, e não um objetivo previamente estabelecido.

População e eleitorado

Em 1982, o Estado do Rio de Janeiro contava com 6,2 milhões de eleitores cadastrados pela Justiça Eleitoral. Vinte anos depois, o número aumentaria para 10,1 milhões, um crescimento de 65% no período. A população do estado, por sua vez, aumentou de 11,6 para 14,8 milhões no período, apresentando um crescimento bem mais reduzido (28%) que o de eleitores. A discrepância entre as duas proporções de crescimento pode ser explicada, em primeiro lugar, pelo aumento da participação eleitoral da população, em função do seu processo de envelhecimento, assim como a incorporação à franquia dos jovens entre 16 e 17 anos e dos analfabetos, a partir de 1989.

Gráfico 1- População e eleitores - Estado do Rio de Janeiro - 1982/2002



Fontes: Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 1980-2050 - revisão 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/pub/Estimativas_Projecoes_Populacao/Revisao_2004_Projecoes_1980-2050>. Acesso em: dez. 2004; Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982/2002.

Motivos de ordem cadastral também afetam os números sobre o eleitorado. Assim, deve ser levado em conta não apenas o recadastramento de 1986, que expurgou a mortalidade de eleitores, mas também o reordenamento e a criação das novas zonas eleitorais pelo TRE, a partir das eleições municipais de 1996.

A Tabela 1, a seguir, mostra a distribuição dos eleitores pela capital, demais municípios da Região Metropolitana e municípios do interior. Observa-se que a metrópole, como um todo, representa, em 2002, 75% do eleitorado total, o que revela o forte perfil de urbanização do estado. Entretanto, o peso do interior (25%) é crescente no decorrer do período, contrastando com o ritmo menos acelerado de crescimento na capital. Os municípios da Região Metropolitana (sem a capital) também apresentam um crescimento de eleitores superior à média do estado, atingindo 32% em 2002.

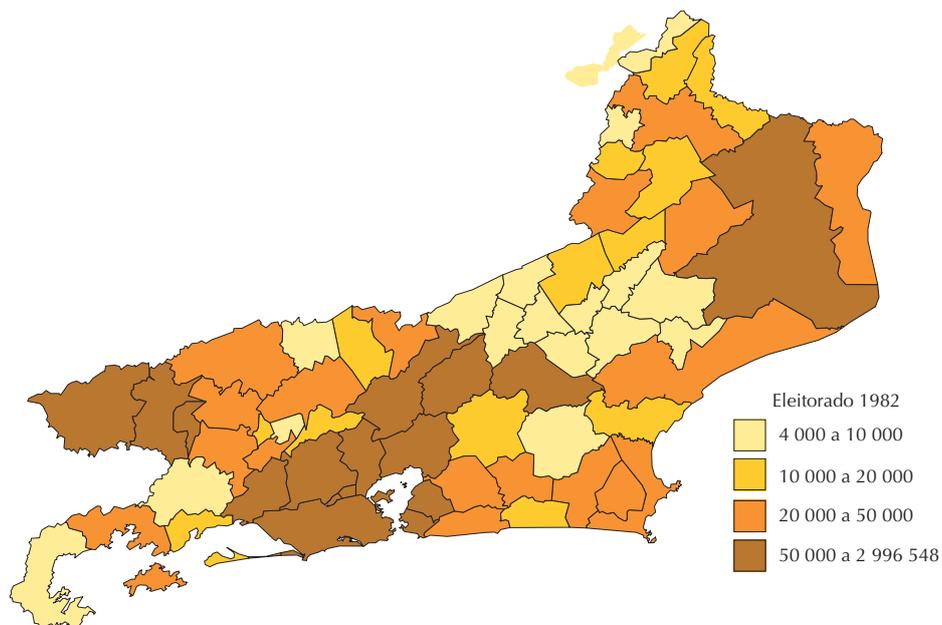
Tabela 1 - Eleitores na capital, periferia metropolitana e interior - Estado do Rio de Janeiro - 1982/2002

Capital, periferia metropolitana e interior	Eleitores				
	1982		2002		Crescimento (%)
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Total	6 239 221	100,0	10 102 183	100,0	61,9
Capital	2 996 548	48,0	4 327 484	42,8	44,4
Periferia metropolitana	1 812 781	29,1	3 226 143	31,9	78,0
Interior	1 429 892	22,9	2 548 556	25,2	78,2

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982/2002.

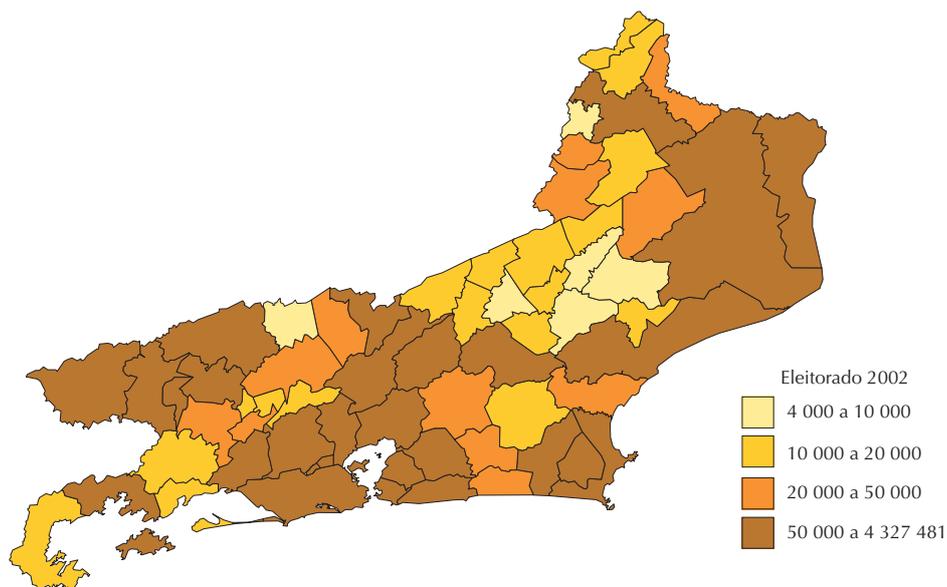
A Tabela 2 mostra os municípios que têm o maior número de eleitores em 2002, enquanto os Cartogramas 1 e 2 representam a sua distribuição no estado. A denominação dos municípios do estado e das zonas eleitorais da capital em 1982 encontra-se no Anexo. Observe-se o peso da capital e demais municípios da Região Metropolitana, contraposto ao peso crescente do interior, onde alguns municípios se destacam, como Campos, Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Volta Redonda, Resende, Angra dos Reis, Macaé e Cabo Frio. Estes nove municípios somam, juntos, 12% do total dos eleitores no estado e 34% dos votos do interior.

**Cartograma 1 - Distribuição do eleitorado, por municípios
Estado do Rio de Janeiro - 1982**



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982.

**Cartograma 2 - Distribuição do eleitorado, por municípios
Estado do Rio de Janeiro - 2002**



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 2002.

O confronto da distribuição do eleitorado entre 1982 e 2002 é melhor avaliado através do Cartograma 5, que mostra o maior crescimento do eleitorado no Rio de Janeiro em uma região que abrange São Gonçalo, Magé e Itaboraí, parte da Região Serrana (Petrópolis e Sumidouro) até Macaé, passando pela Região dos Lagos. A Região da Baía da Ilha Grande (Angra dos Reis e Parati) também apresenta um crescimento significativo.

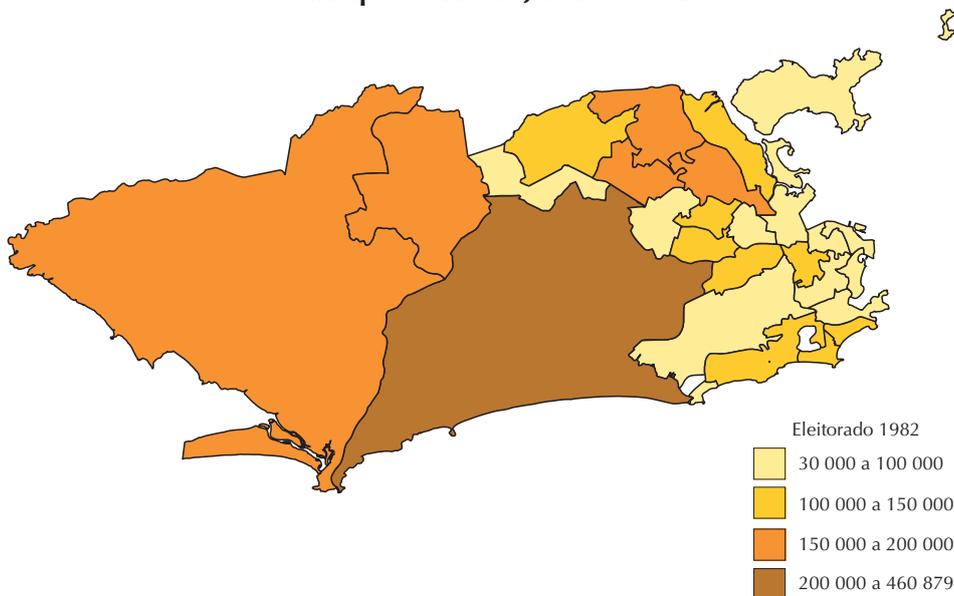
**Tabela 2 - Municípios com maior número de eleitores
Estado do Rio de Janeiro - 2002**

Municípios	Eleitores	
	Absoluto	%
Total	8 208 164	81,3
Rio de Janeiro	4 327 481	42,8
São Gonçalo	561 405	5,6
Duque de Caxias	506 886	5,0
Nova Iguaçu	453 494	4,5
Niterói	382 994	3,8
São João do Meriti	320 350	3,2
Campos	283 864	2,8
Belford Roxo	248 385	2,5
Petrópolis	207 877	2,1
Volta Redonda	187 626	1,9
Nilópolis	144 079	1,4
Magé	128 534	1,3
Nova Friburgo	124 572	1,2
Barra Mansa	116 488	1,2
Itaboraí	110 843	1,1
Teresópolis	103 286	1,0

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 2002.

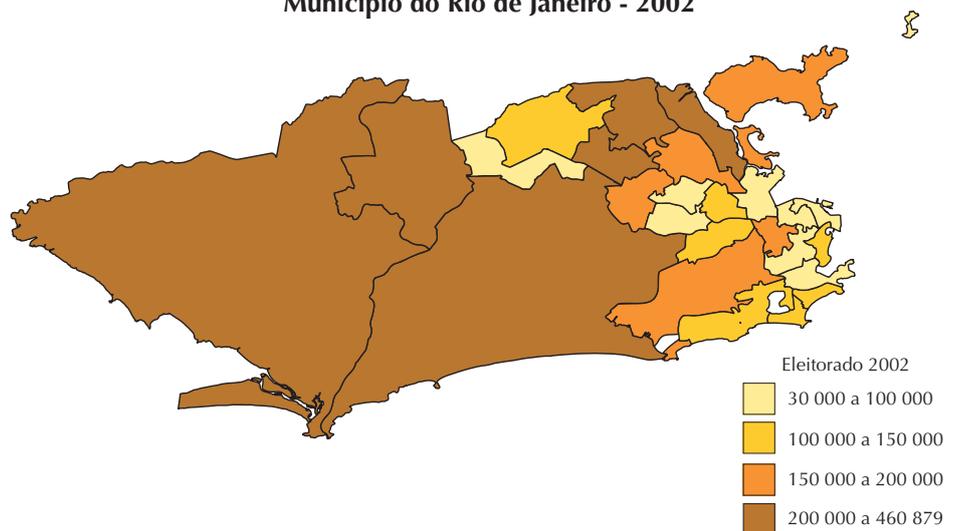
Quanto à distribuição do eleitorado pela capital (Cartogramas 3 e 4), observa-se que as áreas com os mais expressivos contingentes de eleitores são compostas pelas zonas eleitorais da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, seguidas pelas demais da zona oeste e por aquelas que formam os subúrbios cariocas (em especial Leopoldina, Penha e Madureira).

**Cartograma 3 - Distribuição do eleitorado, por zonas eleitorais
Município do Rio de Janeiro - 1982**



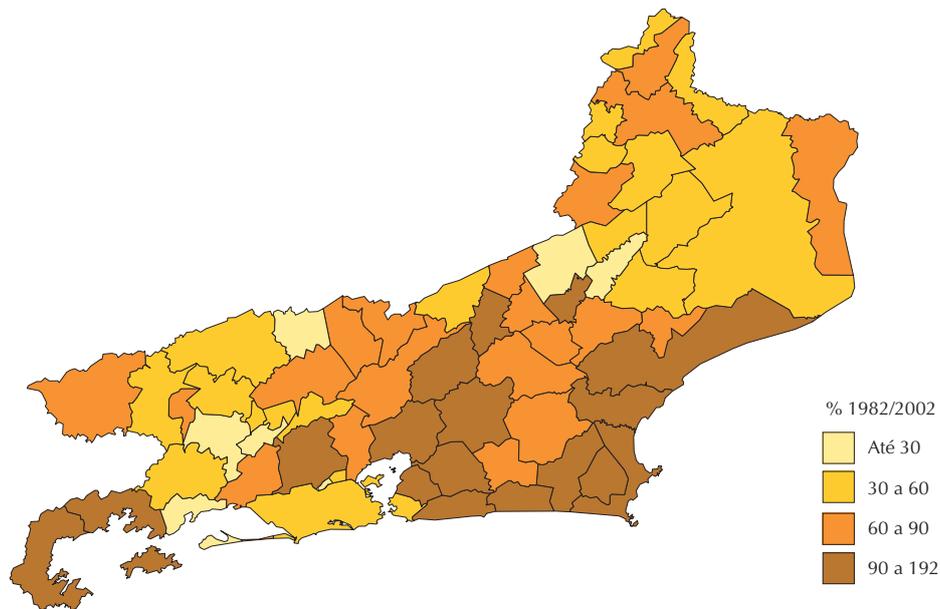
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982.

**Cartograma 4 - Distribuição do eleitorado, por zonas eleitorais
Município do Rio de Janeiro - 2002**



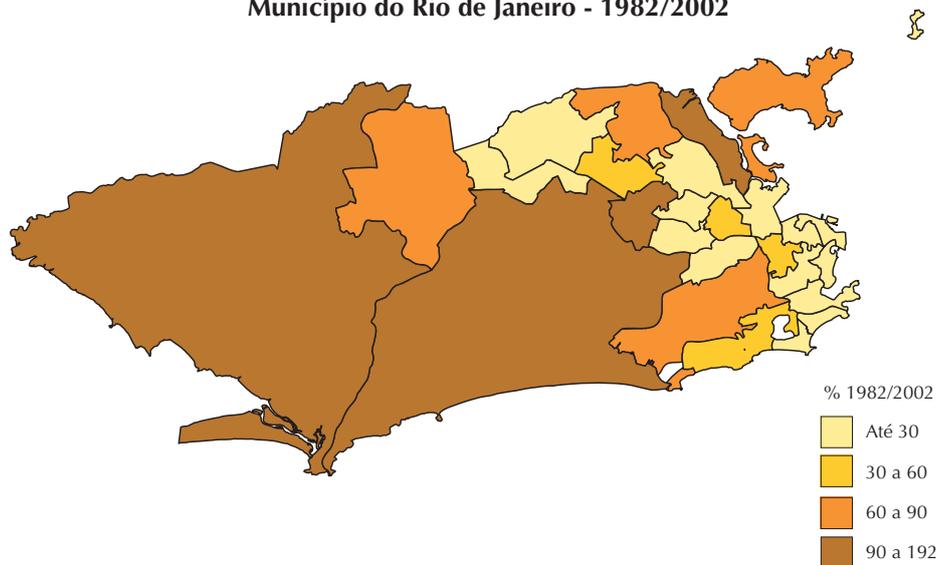
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 2002.

**Cartograma 5 - Crescimento do eleitorado, por municípios
Estado do Rio de Janeiro - 1982/2002**



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982/2002.

**Cartograma 6 - Crescimento do eleitorado, por zonas eleitorais
Município do Rio de Janeiro - 1982/2002**



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982/2002.

Considerando a evolução do eleitorado na cidade entre 1982 e 2002, observa-se que, nas áreas de maior presença de eleitores, ocorreu o maior crescimento vegetativo do eleitorado no período, acentuando as diferenças geográficas existentes na cidade. Enquanto esta cresce nas suas periferias de fronteira (Barra e Zona Oeste) e nos subúrbios já consolidados, algumas zonas apresentam um declínio do eleitorado, o que corresponde, por um lado, a processos demográficos em curso e, por outros a problemas de compatibilidade entre as antigas zonas eleitorais de 1982 e as novas, a partir de 1996.

Em resumo, a distribuição e o crescimento do eleitorado, no período entre 1982 e 2002, refletem o desenho do mapa populacional do estado e a sua dinâmica mais recente, de desconcentração da capital, especialmente de suas áreas centrais, combinada à continuada ocupação de sua periferia (zona oeste e subúrbios). A região metropolitana continua a crescer no período, desde os municípios da Baixada Fluminense até Itaboraí. Quanto ao interior, destaca-se o forte crescimento do eleitorado de Angra dos Reis e Parati, assim como de Macaé, de seu entorno e da Região dos Lagos.

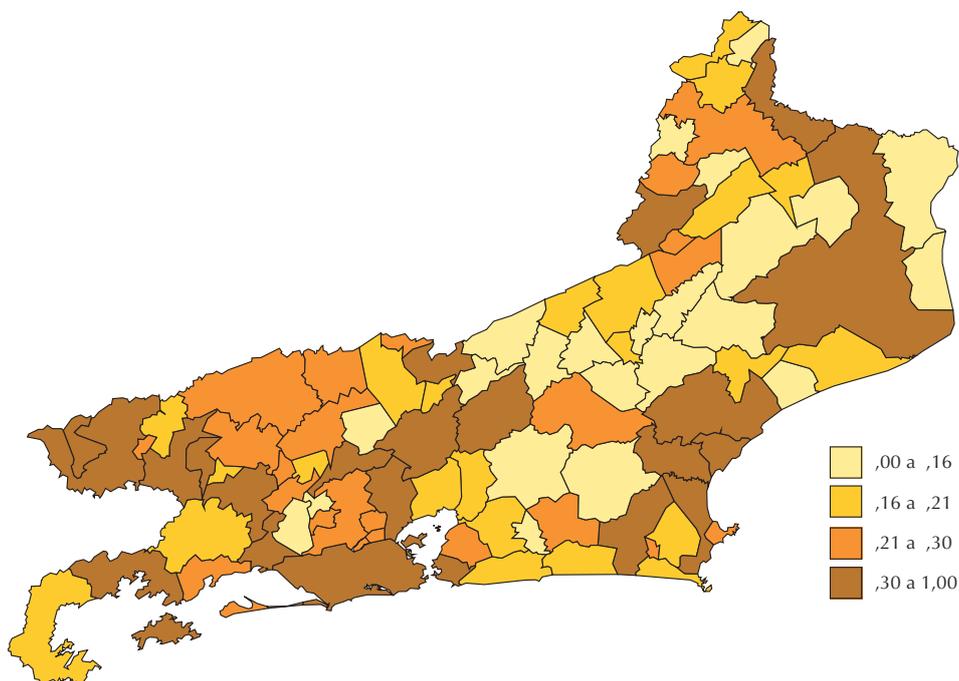
A segmentação socioespacial do estado

Dois indicadores, calculados para o ano de 1991 (ponto médio do período a que se refere a análise), servirão para uma sumária descrição da segmentação geográfica do Estado do Rio de Janeiro e de sua capital. Inicialmente, cite-se o Índice de Qualidade dos Municípios - IQM, calculado pelo Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - Fundação CIDE, para o ano de 1991 (IQM, 1998). Esse indicador agrega um vasto conjunto de dimensões e variáveis socioeconômicas e demográficas que dão conta de um padrão recorrente da segmentação espacial existente no estado. Observe-se a semelhança entre esse padrão e o encontrado para a distribuição do eleitorado em 1982 e 2002.

O Município do Rio de Janeiro, segundo os resultados do IQM lidera a ordenação entre os municípios (com o índice-referência de 1,00), seguido por Niterói (0,69). Estes dois municípios podem ser considerados os pólos principais do estado, a partir dos quais se interligam os eixos com os demais municípios. Um dos eixos parte da capital em direção ao Vale do Paraíba, passando pelos Municípios de Itaguaí, Piraí, Volta Redonda, Porto Real, Resende e Itatiaia. Outro eixo também

iniciado na capital (considerando-se Niterói o seu principal entorno) envolve Duque de Caxias, Petrópolis, Teresópolis e Friburgo, alcançando Macaé e Casimiro de Abreu, assim como a Região dos Lagos (Araruama, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios).

**Cartograma 7 - Índice de Qualidade dos Municípios
Estado do Rio de Janeiro - 1991**



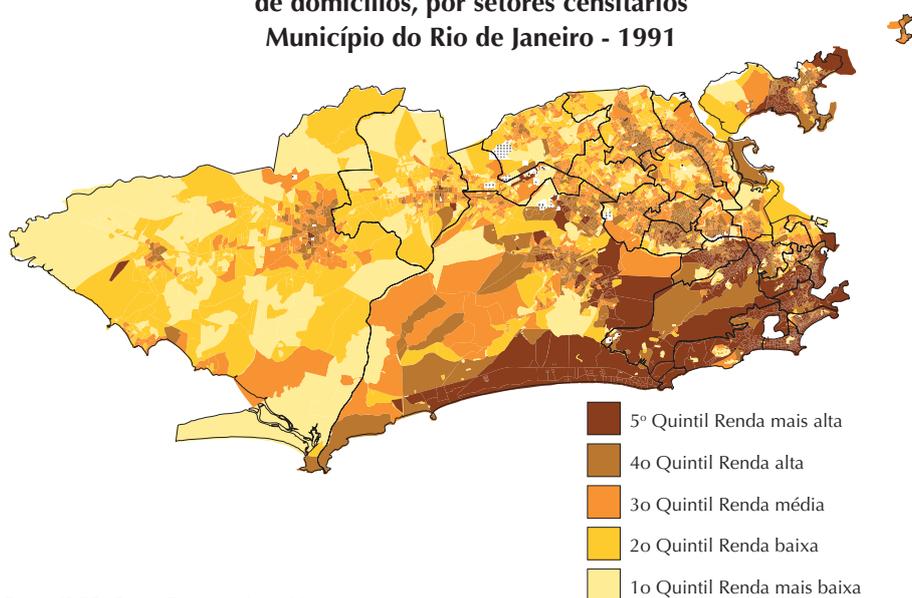
Fonte: IQM: índice de qualidade dos municípios. Rio de Janeiro: CIDE, 1998. 54 p.

Os dois eixos poderiam formar um único e contínuo vetor, se não fosse a situação da qualidade municipal (indicador em questão), que diferencia os municípios da Baixada Fluminense e outros da periferia metropolitana como Magé, São Gonçalo e Itaboraí, os quais apresentam um IQM baixo, não correspondente ao grande peso populacional que têm, encontrando-se aí uma situação reveladora da pobreza existente no estado. Municípios do norte e noroeste também apresentam, valores reduzidos para o IQM, detendo, porém, uma população menor.

Cabe ressaltar ainda que Campos e Angra dos Reis se apresentam também importantes. Já os municípios que compõem e se situam no entorno da Bacia de Campos sofreram uma mudança drástica no perfil de sua ocupação em razão das atividades ligadas à cadeia produtiva da extração de petróleo.

Outro indicador utilizado, desta vez para a descrição da segmentação geográfica dentro da capital, foi a renda média, recebida mensalmente por chefes de domicílio dos 6,4 mil setores censitários pelos quais o IBGE dividiu a cidade em 1991⁶. O indicador de renda expressa a diferenciação existente na cidade, considerando a sua faixa litorânea (Centro, Flamengo, Botafogo, Copacabana, Ipanema, Leblon, Barra da Tijuca, Recreio) e bairros vizinhos (Catete, Laranjeiras, Tijuca, Santa Teresa, Rio Comprido, Alto da Boa Vista). A formação social nessas áreas corresponde a um vetor histórico de ocupação do espaço urbano no município, a partir do seu núcleo de ocupação original, o centro da cidade. As referidas áreas apresentam indicadores sociais que as diferenciam das demais, além da renda mais alta. Entre eles, uma população residente mais idosa, uma menor taxa de fecundidade, elevados níveis de instrução, maior percentual de pessoas que se declaram brancas, maior presença de católicos, além dos melhores indicadores de atendimento de serviços públicos. Ressalve-se a presença das favelas, que al-

**Cartograma 8 - Quintis das rendas médias dos chefes de domicílios, por setores censitários
Município do Rio de Janeiro - 1991**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991.

⁶ Os setores censitários, nas áreas urbanas, podem ser comparados aos bairros, e têm cerca de 300 domicílios em média.

cançaram 18% da população da cidade em 2000, estando boa parte das mais tradicionais e antigas localizadas em tais áreas⁷.

Um segundo eixo de ocupação da cidade corresponde aos bairros suburbanos da Central (Méier, Cascadura, Madureira, Jacarepaguá) e aos da Leopoldina (Bonsucesso, Ramos, Penha, Irajá), formado por uma população de níveis de renda intermediário ou mais baixo. Nessas áreas, mais densamente povoadas, encontram-se bairros com um perfil de classe média e outros mais carentes, do ponto de vista social e do atendimento dos serviços públicos. Aqui, se localizam complexos de favelas, que detêm expressivos contingentes populacionais. Os indicadores sociodemográficos mostram um nível de renda menor, embora com importantes variações internas. Outros indicadores também se alteram, com o aumento da proporção de crianças e jovens, negros e evangélicos. A Ilha do Governador apresenta desigualdades espaciais internas, incluindo a existência de áreas mais nobres, por um lado, e a presença de favelas por outro, o que reproduz o padrão encontrado na cidade.

O terceiro eixo é formado pela zona oeste, caracterizada pela ainda baixa densidade, apesar do peso total de sua população. É a área de fronteira do município, encontrando-se em crescimento. Possui alguns bairros importantes (Santa Cruz, Campo Grande, Bangu), porém apresenta indicadores sociais adversos, como a renda dos chefes de domicílio e a instrução. Observe-se que o perfil etário é mais jovem, além de haver uma maior proporção de pessoas que se auto declararam pretas ou pardas, nas pesquisas do IBGE, e de manter praticantes da religião evangélica.

A segmentação espacial descrita acima é referida em diversos estudos sobre a cidade e especialmente sobre a sua região metropolitana, desde a década de 1970⁸. Uma maior especificação teórica encontra-se em estudo que apresenta a dupla dicotomização existente na cidade⁹. Em primeiro lugar, opõe-se, por delimitações em semicírculos ou anéis concêntricos, o núcleo de áreas centrais (faixa litorânea, zo-

⁷ Um maior detalhamento dos indicadores que diferenciam os municípios do estado e áreas da cidade pode ser encontrado em Ribeiro (1995) e, ainda, na tese de doutorado de Alkmim (1997).

⁸ Dentre eles, ver o estudo *Região metropolitana do Grande Rio: serviços de interesse comum*, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Instituto de Planejamento - IPLAN, em 1976.

⁹ Ver Abreu (1988).

nas sul e norte) às diversas periferias: próxima (subúrbios), intermediária (zona oeste, Baixada, São Gonçalo, Magé) e distante (Itaguaí e Itaboraí). Os indicadores sociais, conforme já assinalado mudam completamente, de acordo com a localização na metrópole. Por outro lado, distinguem-se as favelas, encontradas em praticamente todas as áreas da cidade, do “asfalto”, correspondente às áreas mais urbanizadas.

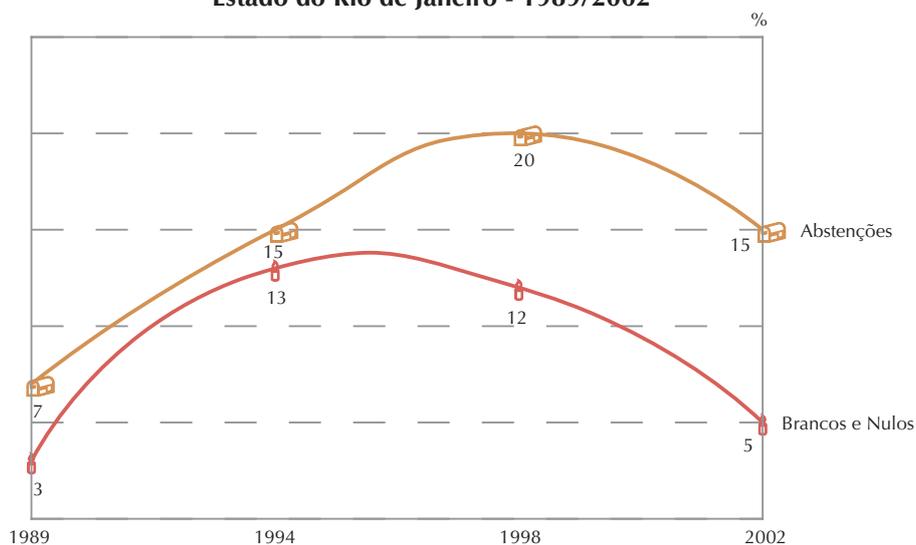
Avaliando, conjuntamente, a representação geográfica para os indicadores de qualidade municipal e a renda para setores censitários da cidade, ratifica-se a descrição para a conformação socioespacial, principalmente da sua metrópole, opondo em eixos concorrentes o núcleo de sua periferia incluindo a metropolitana. A distinção é complementada pela população residente em favelas, particularmente significativa no município, oposta à que reside no asfalto. Além da região metropolitana, no entanto, há os eixos, um para cada direção do estado, e considerando os pólos, formados pelos municípios do interior, o formato dos círculos concêntricos não mais se aplica, pois as cidades mais importantes do interior do estado não têm contigüidade territorial. A descrição do formato sociográfico para o estado e a capital, acima descrito, constitui o cenário onde se posicionam as candidaturas para presidente e governador nos últimos 20 anos.

A participação eleitoral no estado

A participação nas eleições de presidente e governador, medida através das proporções de abstenções e de votos brancos e nulos sobre o eleitorado inscrito, reflete o impacto de diferentes fatores referentes à conjuntura de cada pleito específico, bem como o das alterações ocorridas, resultantes do esforço para manter o cadastro de eleitores atualizado. Ressaltem-se também os efeitos da introdução de tecnologias eletrônicas para o ato de votar e o processamento das informações daí decorrentes.

Quanto às eleições presidenciais, observam-se as menores taxas de abstenção e votos brancos e nulos na primeira e última eleições realizadas (1989 e 2002), momentos de maior motivação e competitividade: em 1989, a primeira eleição presidencial, após a interrupção militar e a transição negociada, representada pelo governo José Sarney (PMDB); em 2002, a sucessão de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), ao final de seus dois mandatos. A competitividade dessas eleições pode explicar a maior participação e os menores valores para as abstenções e os votos brancos e nulos.

**Gráfico 2 - Taxa de abstenções e taxa de votos brancos e nulos para eleições presidenciais no 1º turno
Estado do Rio de Janeiro - 1989/2002**

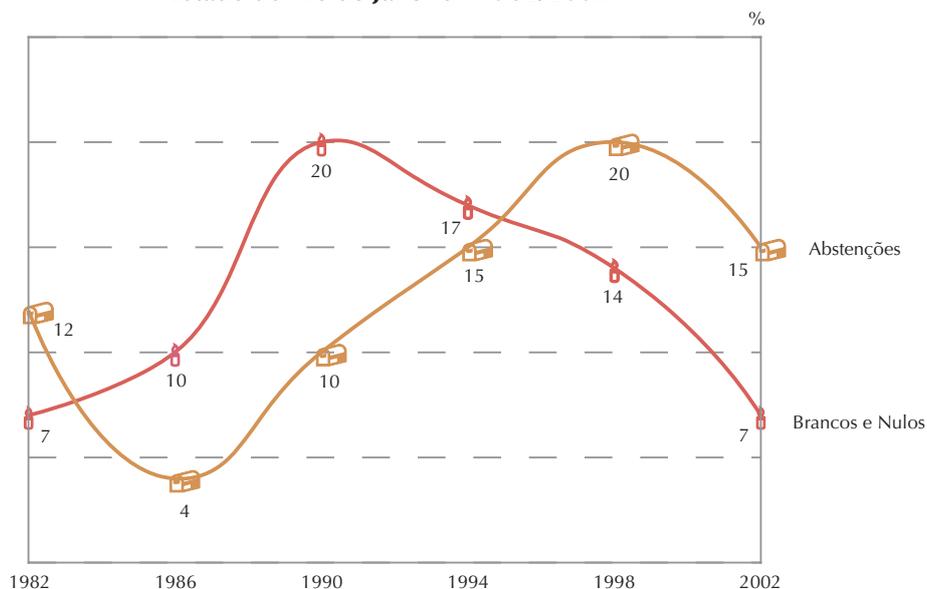


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1989/2002.

Em relação à participação nas eleições para governador, considerando-se a taxa de abstenção, que apresenta os mesmos valores que as de presidente a partir de 1994, nota-se o efeito do recadastramento eleitoral de 1986 que provoca a sua queda naquele ano, de 12% em 1982 para 4% em 1986. Volta a subir até 1998, para novamente cair em 2002. Além da maior competitividade eleitoral em 2002, conforme assinalado, essa redução mais recente da taxa de abstenção pode também estar associada à retirada do cadastro eleitoral daqueles que não compareceram a três eleições consecutivas, sejam federais, estaduais ou municipais.

Quanto aos votos brancos e nulos, estes atingem o seu ponto mais alto em 1990, primeira eleição realizada durante o governo Collor, marcada pela insatisfação com o seu plano econômico para controlar a inflação. Em 2002, o percentual desses votos atinge a marca de 7%, a mesma de 1982. Cabe assinalar que a introdução do processo de votação eletrônica, a partir das eleições municipais de 1996, pode ter provocado um decréscimo dos votos brancos e nulos, pela maior facilidade e acesso ao voto em geral.

**Gráfico 3 - Taxa de abstenções e taxa de votos brancos e nulos para eleições de governador no 1º turno
Estado do Rio de Janeiro - 1982/2002**



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982/2002.

As eleições para presidente

A eleição presidencial de 1989 tornou presidente Fernando Collor de Melo, empresário e político de família tradicional de Alagoas, que conduziu a sua campanha filiando-se ao Partido de Reconstrução Nacional - PRN. Fragmentada e competitiva, essa eleição levou Luis Inácio Lula da Silva ao segundo turno representando o Partido dos Trabalhadores - PT, após vencer, por ligeira margem percentual, o terceiro colocado, Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista - PDT.

Collor iniciou um período que veio buscar a sua estabilidade com a sua substituição pelo mineiro Itamar Franco, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. Após um processo de *impeachment* em 1993. Posteriormente, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, senador paulista, é lançada pelo

Partido Social Democrata Brasileiro - PSDB, quando exercia o cargo de Ministro da Fazenda de Itamar Franco. Elaborar-se então o Plano Real, de combate à inflação, que se tornaria o principal pilar para a sua eleição, no primeiro turno de 1994, e também para a sua reeleição em 1998, tendo como adversário principal Lula, do PT. Brizola e Enéas Carneiro, este do Partido de Reconstrução da Ordem Nacional - PRONA, em 1994, e Ciro Gomes, do Partido da Participação Social - PPS, em 1998, são adversários também relevantes.

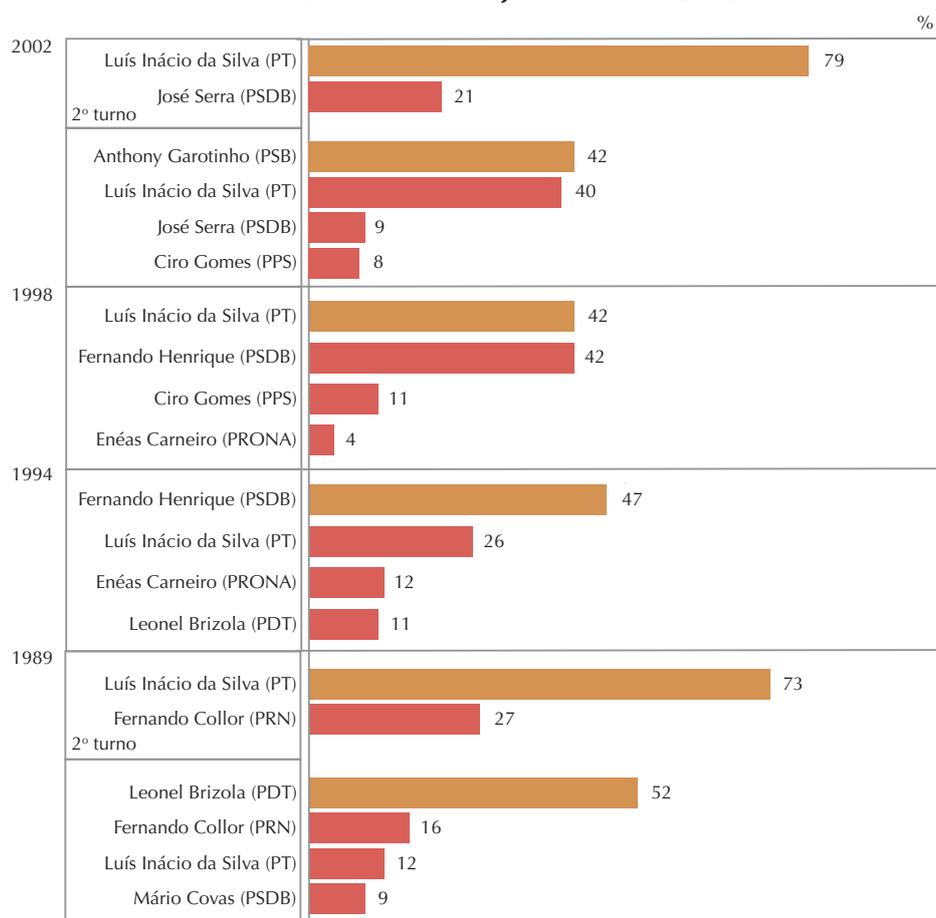
Os dois mandatos de Fernando Henrique, sustentados por uma aliança com o Partido da Frente Liberal - PFL culminaram em uma conjuntura de realinhamento de forças, dentro, inclusive, da base de sustentação de seu governo, com a cisão entre o PFL e o PSDB. O *efeito* do Plano Real também se exaure. A campanha de 2002, fragmentada em torno de quatro candidaturas, coloca, no segundo turno, o candidato do PSDB, José Serra contra Lula, do PT. Anthony Garotinho, candidato pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB, e Ciro Gomes pelo PPS, tornam-se alternativas, sendo a migração de seus votos um dos fatores que garantem a vitória final de Lula.

As quatro eleições presidenciais realizadas diferenciam o Estado do Rio de Janeiro do conjunto das demais Unidades da Federação. As votações presidenciais, ao longo do período, majoritariamente obtidas por Leonel Brizola, Lula e Garotinho, dão um conteúdo mais opositor ao estado. Brizola obteve, em 1989, a maior votação percentual em um primeiro turno, entre todas as candidaturas lançadas (52% dos votos válidos), sendo esta e a eleição seguinte (1990) o ápice da sua força eleitoral no estado.

Quanto ao PT, as mais expressivas votações obtidas por Lula, no segundo turno das eleições de 1989 (73%) e 2002 (79%), devem-se em boa parte, à transferência de votos de eleitores de Brizola e de Garotinho. Considerando-se as eleições para presidente no primeiro turno, as votações de Lula mostram o seu crescente peso, desde 1982, atingindo cerca de 40% dos votos válidos em 1998 e 2002. Esta força do PT, através das votações de Lula, como será visto adiante, não coincide com o fraco desempenho do partido nas eleições para governador.

Apesar de expressivas, as votações obtidas por Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, ficaram, no Estado do Rio de Janeiro, aquém dos resultados obtidos nacionalmente. Mesmo recebendo a maior votação relativa no estado em 1994 (47%), e dividindo a votação de 1998 com Lula (42%), Fernando Henrique não confirmou no Rio de Janeiro a supremacia eleitoral que o tornou presidente duas vezes no primeiro turno. Na eleição de 2002, o candidato do PSDB, José Serra, obteve apenas 9% dos votos válidos no estado.

**Gráfico 4 - Votos válidos para candidatos a presidente
Estado do Rio de Janeiro - 1989/2002**



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1989/2002.

As eleições para governador

O ciclo eleitoral recente, inaugurado em 1982, tem um significado especial para o Estado do Rio de Janeiro, particularmente para a sua atual capital e antigo Estado da Guanabara, pois representa o fim de um período dominado pelo ex-governador Chagas Freitas, apoiado pelos militares em 1978, para ocupar o cargo, a despeito de ser filiado ao Movimento Democrático Brasileiro - MDB, o partido da oposição consentida pelo regime naquele momento¹⁰.

Nas eleições de 1982, ressurge da República de 1945 o engenheiro Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-deputado federal pelo Estado da Guanabara, sendo um dos principais personagens nos acontecimentos do período seguinte ao suicídio de Vargas, caracterizando-se por suas posições nacionalistas e antigolpistas. Brizola irrompe novamente em cena e se torna figura central para a política fluminense durante a década de 1990, exercendo, diretamente ou não, o poder. Exilado durante o regime militar, retorna ao País com o processo de anistia política, disputando as eleições como candidato a governador pelo PDT¹¹. Lembre-se que em tais eleições, contrariando a tradição eleitoral do país, vinculavam-se as opções pelos cargos a um único partido (voto vinculado)¹².

A eleição de 1982, no Rio de Janeiro, foi uma das mais acirradas, com alteração de posicionamento de candidatos e de polarizações, além do calor dos debates ao vivo entre os candidatos, transmitidos pelas diferentes emissoras de televisão. Após o processo de apuração, durante o qual ainda foi desmontado um esquema de fraude eletrônica, denominado *Proconsult*¹³, o Estado do Rio de Janeiro elege Leonel Brizola governador. Seu adversário mais forte naquela eleição foi Wellington Moreira Franco, do Partido Democrático Social - PDS, de apoio ao governo militar. Moreira Franco, ex-prefeito de Niterói, genro de Amaral Peixoto,

¹⁰ Sobre Chagas Freitas e o movimento político denominado chaguismo, ver o estudo de Diniz (1982).

¹¹ Na verdade, a sigla do PTB fugiu das mãos de Brizola, por conta de uma manobra, da qual participou uma sobrinha do próprio Getúlio Vargas, Ivete Vargas. Sobre o brizolismo, enquanto força política e social, ver Sento-Sé (1999).

¹² Esse voto deu margem à criação de outra opção, adotada por um contingente de eleitores, chamada de *voto camarão*, onde o eleitor excluía a opção do cabeça da chapa (o governador).

¹³ O esquema foi denunciado através da empresa Jornal do Brasil, ainda no decorrer do processo de apuração, o que pode ter evitado uma alteração do resultado

por sua vez, genro de Getúlio Vargas, é um, entre os principais candidatos, que se identifica claramente com o interior do estado, representando, de certo modo, a continuidade do *amaralismo*, uma linhagem política que exerceu, paralelamente ao governador Chagas Freitas (da Guanabara), forte influência na política do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Brizola e Moreira Franco polarizaram as eleições, que em seus primeiros meses opunha Miro Teixeira (PMDB) a Sandra Cavalcanti (PTB). Miro Teixeira iniciou sua carreira política através de Chagas Freitas, sendo considerado o herdeiro de sua *máquina política*¹⁴. No decorrer da disputa de 1982, rompe com Chagas e dá um outro curso à sua campanha e à sua trajetória política, vinculando-se ao PDT de Brizola. Sandra Cavalcanti, ex-deputada federal e colaboradora do governador Lacerda, apresenta-se como herdeira de seu legado, tratando dos temas da ordem e da competência administrativas, embora tenha sido candidata pelo PTB (sigla partidária do trabalhismo).

Observe-se que, o Rio de Janeiro, em 1982, foi o único estado onde o executivo estadual foi conquistado por um partido (PDT) que não fosse o Partido Democrático Social - PDS, antiga Aliança Renovadora Nacional - ARENA, que saiu daquela eleição com 12 governadores entre eles nove dos estados da Região Nordeste do País; ou pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), antigo MDB, de oposição ao regime militar, que elegeu nove governadores em 1982¹⁵.

Ocorria, em 1982, o realinhamento social e ideológico do eleitorado diante dos governos estadual e federal e também em relação à ruptura provocada pelo governo militar após as eleições realizadas em 1965, momento a partir do qual se mantiveram suspensas as eleições para governador de estado no Brasil¹⁶. Foi, conforme assinalado, a primeira eleição para uma nova Unidade da Federação formada em 1975, por meio da fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

¹⁴ Ver estudo de Diniz (1982), anteriormente citado.

¹⁵ Os resultados para as eleições de 1982 podem ser encontrados em Nicolau (1998).

¹⁶ Sobre o realinhamento político-partidário inerente às eleições de 1982, ver o estudo de Souza, Lima Junior e Figueiredo (1985).

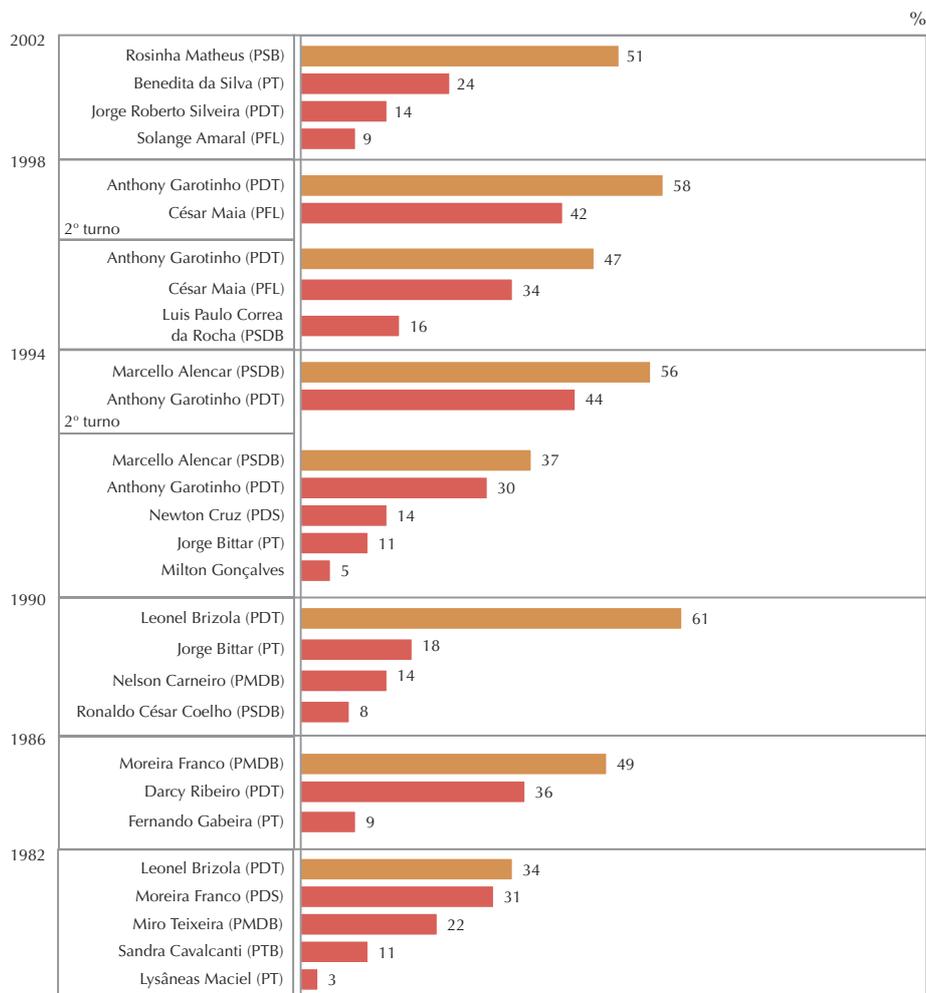
O PDT, ao longo do novo ciclo iniciado em 1982, conquistou três das seis eleições realizadas para governador no estado, tendo o candidato que obteve o maior percentual de votos válidos no primeiro turno, dentre as 40 mais importantes candidaturas (61% em 1990). Não obstante a sua predominância, o PDT de Brizola sofreu três derrotas eleitorais nas eleições de 1986, 1994 e 2002. Em 1986, a vitória de Moreira Franco, pelo PMDB, que lidera uma ampla coligação, em uma conjuntura na qual o plano Cruzado faria o PMDB conquistar quase todos os governos estaduais. Darcy Ribeiro, candidato do PDT, chega em segundo lugar, com 36% dos votos válidos, um percentual superior ao obtido por Brizola em 1982 (34%). Isto significa que, mesmo derrotado, o PDT crescia eleitoralmente no decorrer da década de 1980, atingindo seu auge em 1990.

Em 1994, com nova derrota, inicia-se o processo de alternância do poder dentro do PDT para o campo eleitoral liderado por Anthony Garotinho, candidato desse Partido em 1994. Alcançando 30% dos votos naquela eleição, no primeiro turno, Garotinho é derrotado no segundo por Marcelo Alencar (PSDB), advogado de presos políticos da ditadura e um dos políticos mais próximos a Brizola, até exercer o mandato de prefeito, para o qual foi eleito em 1988 pelo PDT e romper com o partido, filiando-se, então, ao PSDB.

Garotinho passa, a partir de 1994, a representar, eleitoralmente, a outra ponta do ciclo. Político do interior, originário da esquerda (com passagem pelo PT), elege-se deputado estadual, tendo sido duas vezes prefeito de Campos e posteriormente, governador de estado, em 1998, pelo PDT de Brizola, de quem foi secretário de estado. O PT também participa da aliança em 1998, seguindo a composição nacional entre os dois partidos, que tornava Lula candidato a presidente, e Brizola, a vice. O movimento eleitoral seguinte de Garotinho o fez candidato a presidente da República pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB.

Em 2002, Rosinha Matheus Garotinho (PSB), ex-secretária de estado de Garotinho, torna-se governadora do estado, no primeiro turno, com 51% dos votos válidos, a segunda maior votação do período, superando três opositores, entre eles Jorge Roberto Silveira, pelo PDT. Este é o momento do desfecho do processo de sucessão da liderança de Brizola e de consolidação de um novo campo político que se torna predominante.

**Gráfico 5 - Votos válidos para candidatos a governador
Estado do Rio de Janeiro - 1982/2002**



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982/2002.

A direção do voto: correspondência entre as candidaturas

A direção do voto para o executivo, medida pelas candidaturas para presidente e governador no Rio de Janeiro entre 1982 e 2002, permitiu identificar padrões de competição eleitoral associados a continuidades geográficas que, por sua vez, expressam diferenças demográficas e econômicas, entre outras diferenças estruturais que segmentam o estado. Assim, o espaço geográfico, que denota a segmentação social no estado, vincula-se ao significado que os resultados eleitorais traduzem.

A Tabela 3 mostra os resultados da análise fatorial, que extraiu três fatores, com a variância total explicada de 74%. O fator 1, principal, que responde por 35,5% da variância total, opõe candidaturas em dois grupos, que formam as mais importantes clivagens espaciais encontradas para o voto durante esse ciclo eleitoral. O primeiro grupo contém dois campos políticos e é representado não só pelo voto conservador, mas também pelo voto em diversas candidaturas do PT, além de outras do PSDB e do PPS. Encontram-se neste grupo: Sandra Cavalcanti (1982), Mário Covas (1989), Ly-sâneas Maciel (1989), Fernando Gabeira (1986), Jorge Bittar (1990 e 1994), Ronaldo César Coelho (1990), Newton Cruz (1994), César Maia (1998), Ciro Gomes (1998 e 2002), Solange Amaral (2002), Benedita da Silva (2002), Jorge Roberto Silveira (2002). Todos têm *scores* positivos e associados principalmente ao primeiro fator. O segundo grupo, com os *scores* negativos, são obtidos pelas três candidaturas de Garotinho e Rosinha (1994, 1998 e 2002). As candidaturas de Miro Teixeira em 1982, e Leonel Brizola, em 1990, encontram-se neste grupo e obtiveram boa votação no interior. Os *scores* negativos, para este grupo, também se associam ao fator 1.

Em resumo, o primeiro e principal fator aponta um padrão geográfico de competição eleitoral que opõe as votações obtidas por Garotinho e Rosinha às candidaturas de um espectro que envolve o voto conservador, o voto do PT, que inclui Lula em 2002, além das candidaturas do PPS e do PSDB.

Os *scores* para o fator 1 podem ser melhor visualizados nos Cartogramas 9 e 10, que mostram a distinção geográfica dos campos eleitorais: a capital, Niterói, municípios da Região Serrana, Resende, Angra dos Reis e, dentro da capital, as zonas norte e sul como as áreas de maior apoio ao voto conservador ou ao PT. O voto de Garotinho e Rosinha tem maior densidade no interior, em especial no Município de Campos, embora também mereçam referência a Região dos Lagos e os municípios da periferia metropolitana. Na capital, Garotinho e Rosinha são mais fortes na zona oeste e suburbana.

Quanto ao fator 2, explicativo para 25,4% da variância, encontram-se também presentes dois grupos.

No primeiro, encontram-se as votações de Leonel Brizola em 1982, 1989 e 1994, além das de Darcy Ribeiro em 1986, ou seja, a votação do PDT na primeira metade do ciclo eleitoral, que representa a fase de ascensão do partido como princi-

pal força do estado, justificando que esse padrão geográfico de competição estivesse associado às votações do PDT. A candidatura de Lula, em 1998, também se situa com o maior *score* nesse fator, indicando que naquela eleição ele foi beneficiário do voto brizolista, uma vez que estavam juntos, formando uma mesma chapa na disputa presidencial. Outro beneficiário do voto brizolista, Enéas Carneiro (PRONA), atingiu 12% de votos válidos, também como candidato a presidente, em 1998, ligando-se a esse grupo com sua candidatura em 1994.

Outro grupo (*scores* negativos) é composto por candidaturas do campo conservador e do PSDB. É o caso de Moreira Franco (1982 e 1986), Fernando Collor (1989), Fernando Henrique (1994 e 1998), Néelson Carneiro (1994) e José Serra (2002).

Os Cartogramas 11 e 12 mostram a distribuição dos *scores* para o segundo fator. O padrão predominante de votação do PDT compõe-se da sua inserção na Região Metropolitana do Rio de Janeiro como um todo, e no interior, onde sobressaem Campos e Volta Redonda. Na capital, destaca-se na zona oeste e subúrbios cariocas. Já os votos do campo conservador e do PSDB têm o perfil mais forte no interior, em geral formado pelos municípios das regiões Serrana e Centro-Sul, destacando-se o Município de Resende, estando também associados aos votos das zonas sul e norte cariocas.

O fator 3 (13% da variação) opõe as primeiras votações de Lula, em 1989 e 1994) e as de Milton Gonçalves (PMDB) às de Marcelo Alencar (1994) e Luis Paulo da Rocha (1998), ambos do PSDB.

O Cartograma 11 permite avaliar melhor essa diferenciação geográfica entre esses dois grupos. Quanto à votação de Lula, nas suas primeiras eleições, revela um perfil do voto concentrado em parte das zonas sul e norte da cidade e também em importantes municípios e pólos do estado tais como Volta Redonda, Angra dos Reis, Petrópolis, Niterói e Campos.

As candidaturas do PSDB (Marcelo e Luís Paulo) apresentam uma força expressiva em parte do interior, como as demais candidaturas do seu partido, ao passo que, na capital, mostram um bom desempenho na zona oeste, subúrbios e também na zona sul, em bairros como Copacabana, Ipanema, Leblon, Gávea. Na eleição de 1994, na qual foi eleito, depois de ter sido prefeito do Município do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar conquistou boa parte do reduto brizolista, situado na zona oeste e Baixada, o que o favoreceu na sua disputa com Garotinho.

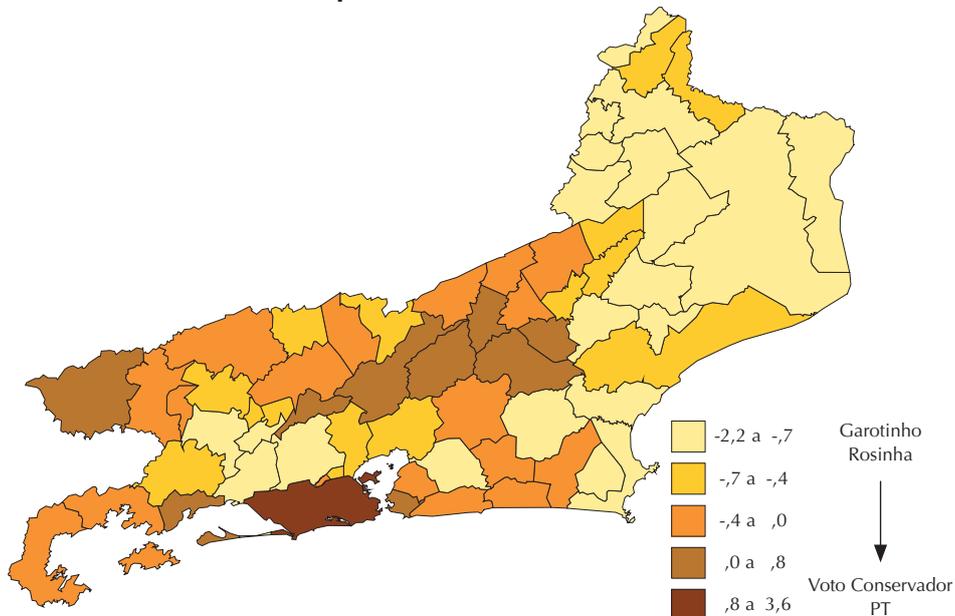
**Tabela 3 - Análise fatorial de componentes principais
para as candidaturas de presidente e governador
Estado do Rio de Janeiro - 1982/2002**

Candidatos a presidente e governador	Análise fatorial de componentes principais para as candidaturas de presidente e governador			Variância explicada (%)								
	F1	F2	F3									
Ciro 02	0,92	0,01	(-) 0,01	<table border="1"> <tr> <td>F1</td> <td>35,5</td> </tr> <tr> <td>F2</td> <td>25,4</td> </tr> <tr> <td>F3</td> <td>13,1</td> </tr> <tr> <td></td> <td>74,0</td> </tr> </table>	F1	35,5	F2	25,4	F3	13,1		74,0
F1	35,5											
F2	25,4											
F3	13,1											
	74,0											
Bitar 90	0,89	0,23	0,26									
Covas 89	0,88	(-) 0,17	0,14									
N. Cruz 94	0,88	0,12	0,14									
C. Maia 98	0,87	0,01	(-) 0,09									
Solange 02	0,83	0,43	0,00									
Ciro 98	0,80	(-) 0,06	0,21									
Bene 02	0,75	0,26	0,41									
Lysâneas 82	0,75	0,31	0,26									
Lula 02	0,74	0,27	0,40									
Gabeira 86	0,67	0,07	0,62									
Bitar 94	0,66	0,15	0,63									
J. Roberto 02	0,61	0,13	0,06									
Ronaldo 90	0,51	(-) 0,48	0,42									
Sandra 82	0,43	0,20	0,16									
Miro 82	(-) 0,64	(-) 0,61	(-) 0,04									
Brizola 90	(-) 0,74	0,54	(-) 0,09									
Garotinho 94	(-) 0,81	(-) 0,08	0,01									
Garotinho 98	(-) 0,81	(-) 0,03	0,18									
Ros 02	(-) 0,82	(-) 0,29	(-) 0,24									
Garotinho 02	(-) 0,87	(-) 0,01	(-) 0,18									
Darci 86	0,16	0,93	(-) 0,14									
Brizola 89	(-) 0,32	0,89	(-) 0,21									
Brizola 94	(-) 0,18	0,83	(-) 0,13									
Eneas 94	0,10	0,80	0,31									
Brizola 82	0,58	0,76	(-) 0,05									
Eneas 98	0,50	0,73	(-) 0,02									
Lula 98	0,04	0,72	(-) 0,61									
Moreira 82	(-) 0,42	(-) 0,53	(-) 0,01									
Serra 02	0,40	(-) 0,55	(-) 0,31									
FHC 98	(-) 0,30	(-) 0,70	(-) 0,56									
N. Carneiro 90	(-) 0,15	(-) 0,76	(-) 0,34									
FHC 94	(-) 0,22	(-) 0,76	(-) 0,57									
Collor 891	(-) 0,10	(-) 0,88	(-) 0,26									
Moreira 86	(-) 0,37	(-) 0,89	(-) 0,07									
Lula 891	0,19	0,02	0,87									
Lula 94	0,46	0,38	0,75									
Milton G. 94	(-) 0,50	0,09	0,60									
LPaulo 98	(-) 0,14	0,03	(-) 0,26									
Marcelo 94	0,39	0,01	(-) 0,59									

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982/2002.

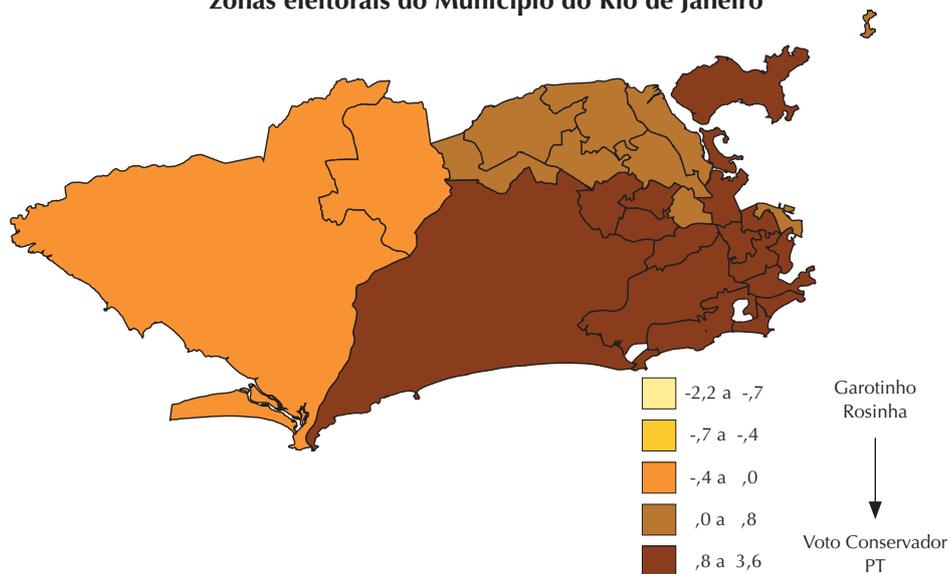
Nota: Para extração dos fatores foi utilizado o Método Varimax.

Cartograma 9 - Classificação para o fator 1 nos municípios do Estado do Rio de Janeiro



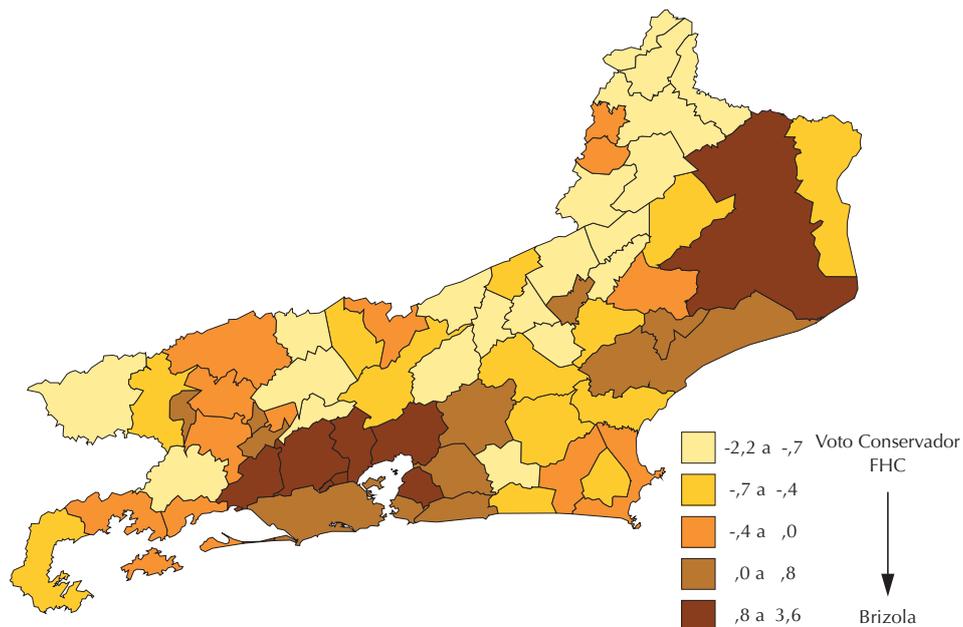
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982/2002.

Cartograma 10 - Classificação para o fator 1 nas zonas eleitorais do Município do Rio de Janeiro



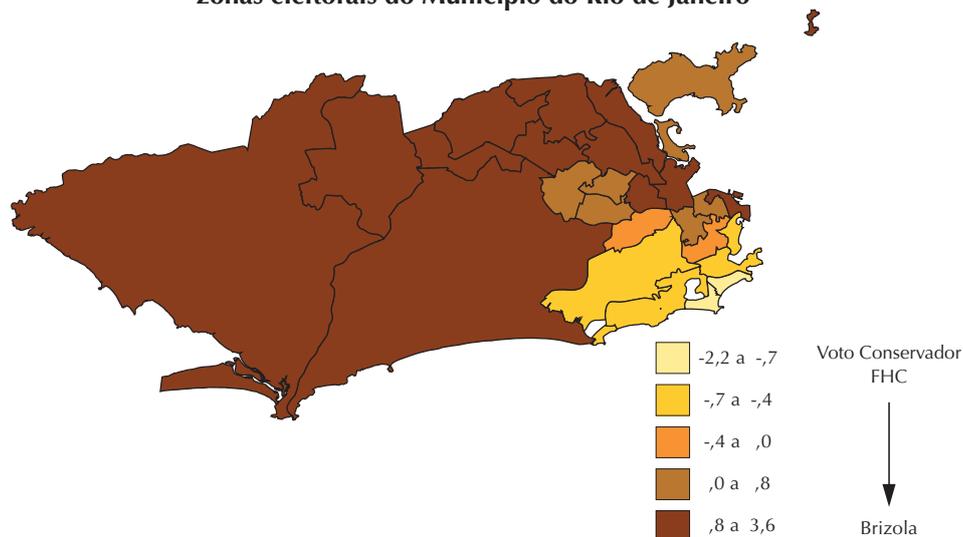
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982/2002.

Cartograma 11 - Classificação para o fator 2 nos municípios do Estado do Rio de Janeiro



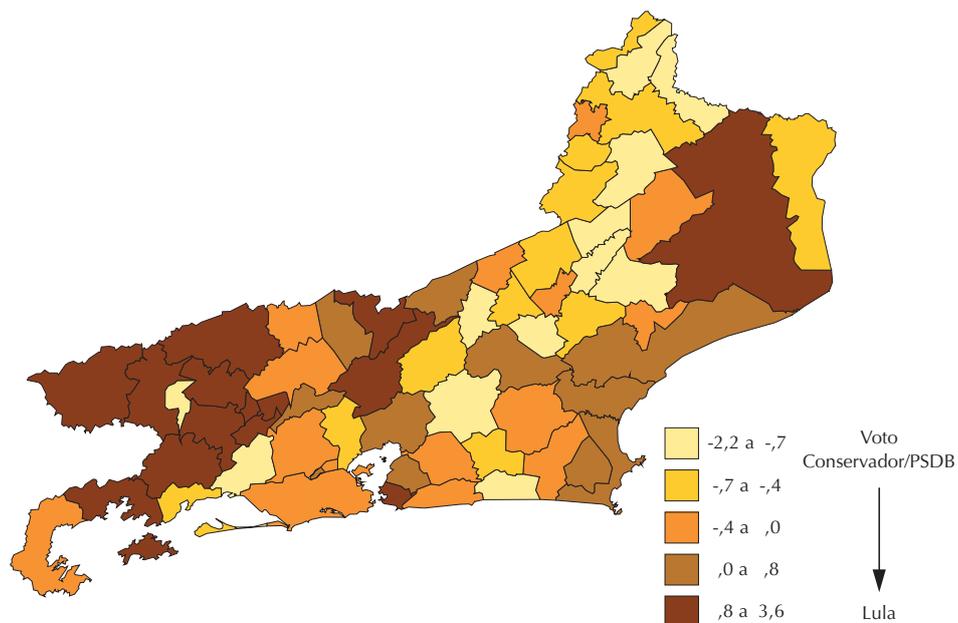
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982/2002.

Cartograma 12 - Classificação para o fator 2 nas zonas eleitorais do Município do Rio de Janeiro



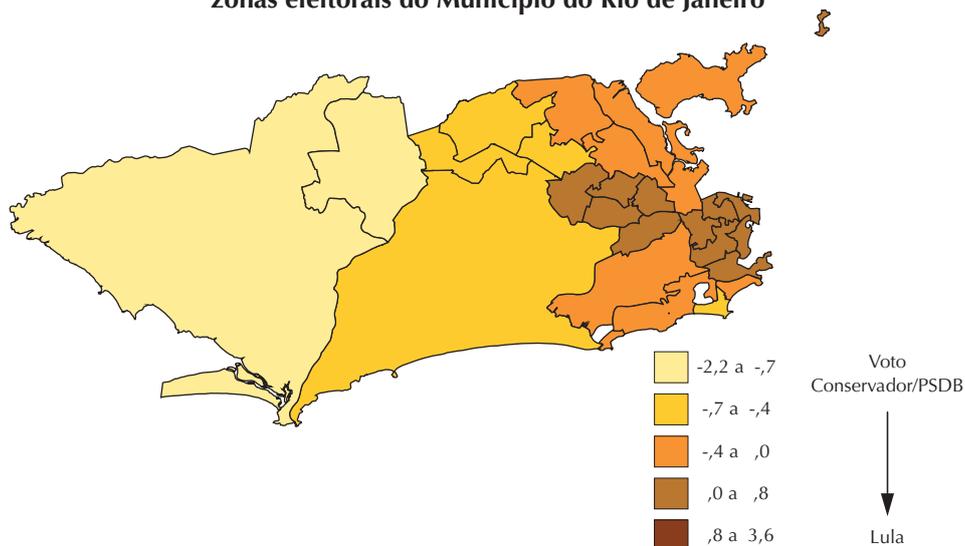
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982/2002.

Cartograma 13 - Classificação para o fator 3 nos municípios do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982/2002.

Cartograma 14 - Classificação para o fator 3 nas zonas eleitorais do Município do Rio de Janeiro



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982/2002.

As Tabelas 3 e 4 representam em um plano tridimensional (relativo aos fatores da análise estatística) a relação de correspondência entre as candidaturas, que formam campos eleitorais e as áreas (agrupamentos de municípios e zonas eleitorais) a partir dos *scores* obtidos. Nota-se que neste plano de correspondência o posicionamento de cada candidatura é dado pela combinação dos três fatores, tornando-o mais preciso e detalhado.

A identificação dos campos eleitorais identificados pela análise fica mais clara: a votação de Garotinho e Rosinha, e sua forte similaridade, no campo do voto popular, adicionada a uma predominância no interior, cujo município irradiador é Campos¹⁷. Opostos a este, surgem outros campos políticos, com perfil geográfico próximo, que agrupam candidaturas conservadoras, assim como todas as de governador pelo PT, além das de Ciro Gomes, do PPS, e de candidatos do PSDB.

O PDT e seus candidatos têm, com exceção de Jorge Roberto Silveira em 2002, um voto popular, proveniente dos subúrbios e das periferias, ao mesmo tempo urbano e metropolitano, de certa forma contrário ao de Garotinho e Rosinha. Em 1990, quando Brizola alcança sua maior votação no estado, inicia-se um processo de *interiorização* do PDT, que seria aprofundado nas eleições seguintes por Garotinho.

As candidaturas de Lula têm um perfil que o situam primordialmente entre Brizola e Garotinho, sendo que em 1998, ano em que Brizola foi seu candidato a vice-presidente, posiciona-se mais próximo do perfil do ex-governador. Porém, em 2002, a sua candidatura, assim como de Benedita da Silva, encontra-se mais próxima do perfil das demais candidaturas do partido¹⁸.

O PT mostra votações expressivas nos municípios ao redor do Médio Paraíba, Costa Verde, Região Serrana (exceto Teresópolis) Macaé e Campos. Na capital, é mais forte em áreas das zonas sul e norte, e secundariamente nos subúrbios e zona

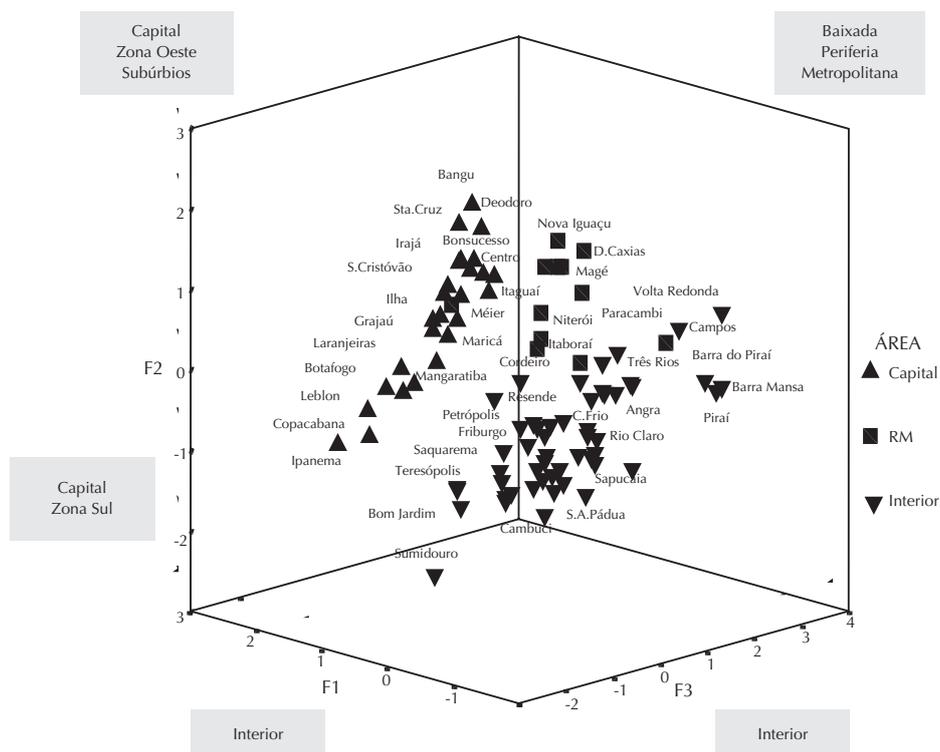
¹⁷ Rosinha, apesar de bem próxima do perfil de Garotinho, tem, além de uma votação maior que o candidato a presidente, um perfil mais acentuadamente de interior, que mostrou-se decisivo para sua vitória em 2002, uma eleição só definida na madrugada posterior ao pleito, quando, apesar da apuração eletrônica, ocorreu a contagem dos votos das regiões Norte e Noroeste do estado.

¹⁸ Neste caso, curiosamente, a candidatura de Benedita da Silva em 2002, muda seu perfil histórico, tendo em vista a sua votação nas áreas populares da cidade, quando, em anos anteriores, disputou a prefeitura e o senado, com uma votação maior nas zonas sul e norte cariocas.

oeste, áreas de predomínio do voto de Brizola, Garotinho e Rosinha. Atinge secundariamente as áreas de maior *status* socioeconômico do estado, situadas na faixa litorânea da zona sul carioca, onde predomina o voto conservador.

As votações do PSDB mostram-se similares entre si e opostas às do PDT e do PT, este último expresso pelas candidaturas de Lula e, em menor escala, pelas demais desse partido. Na fronteira das candidaturas do PSDB, encontram-se as que têm uma maior expressividade na capital e que mais se aproximam das candidaturas conservadoras e de parte do PT.

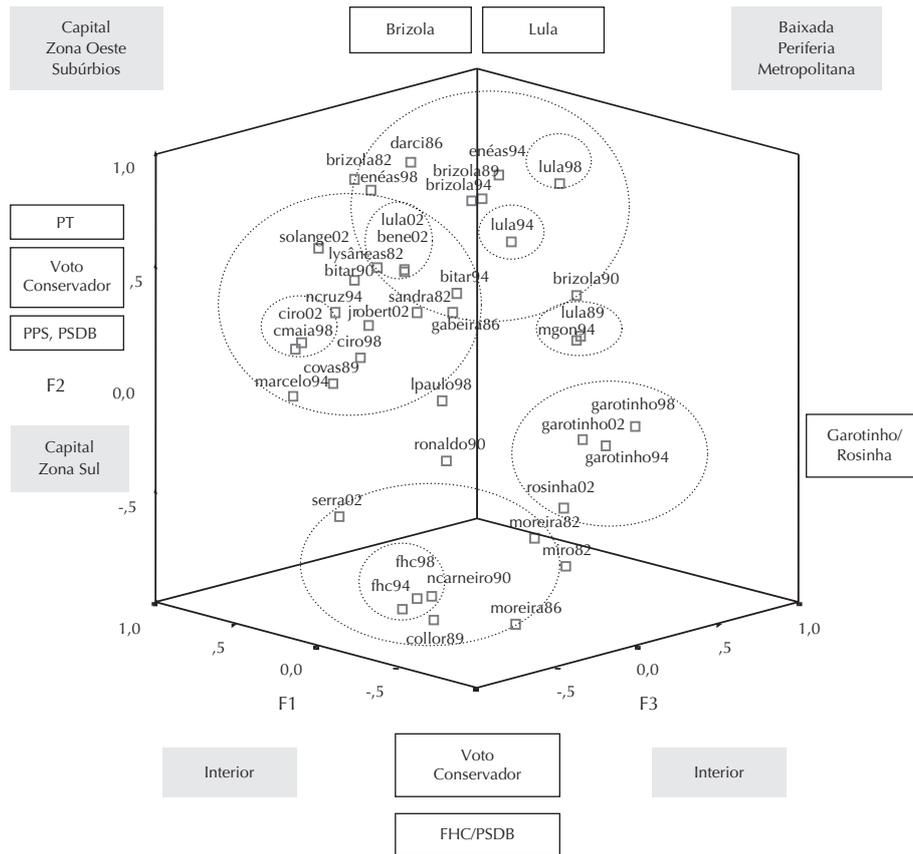
Gráfico 6 - Resultado da análise fatorial para as candidaturas de presidente e governador, segundo o posicionamento dos municípios e zonas eleitorais - Estado do Rio de Janeiro - 1982/2002



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982/2002.

Nota: Todas as áreas estão representadas por ponto, embora as legendas se refiram a áreas selecionadas.

**Gráfico 7 - Resultado da análise fatorial para as candidaturas de presidente e governador, segundo o posicionamento dos principais candidatos
Estado do Rio de Janeiro - 1982/2002**



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982/2002.

Considerações finais

A distribuição geográfica das 40 principais candidaturas existentes no primeiro turno das eleições para presidente e governador entre 1982 e 2002 no Estado do Rio de Janeiro permitiu uma especificação dos campos políticos principais e a sua correspondência geográfica, através das disputas eleitorais.

A liderança de Anthony Garotinho, construída a partir do PDT de Brizola, é a força que expressa atualmente a principal segmentação geográfica no estado. As

três candidaturas de Garotinho somadas à de Rosinha Garotinho estabelecem para a política fluminense uma seqüência temporal que substitui a hegemonia da capital e da região metropolitana sobre o interior, conforme se verifica na primeira fase desse ciclo dominado por Brizola. A partir de 1994, com a primeira candidatura de Garotinho, o voto do interior especialmente no Norte, Noroeste e Região dos Lagos assim como os da periferia metropolitana, zona oeste e subúrbios da capital, sustentam eleitoralmente sua corrente política. São essas áreas que, coincidentemente, apresentam o maior crescimento do eleitorado nos últimos 20 anos.

A força política do PDT, que se dá no início do ciclo, com o *realinhamento* político do novo estado, no qual emergiu Brizola, é igualmente crucial e antecedente à força de Garotinho e Rosinha. Não se pode explicar nem entender a origem e o fortalecimento político do casal, sem a referência ao PDT e a Brizola, que forma com esse campo um período de interseção até 1999, quando rompem. Por outro lado, Brizola, até a sua morte, seria um ator político relevante, como atestam os 11% dos votos válidos obtidos como candidato a prefeito da capital em 2000.

O PT e o bloco conservador, além do PPS e do PSDB constituem forças secundárias e alternativas do ponto de vista geográfico. O PT apresenta-se mais forte com as votações de Lula para as eleições presidenciais, considerando o primeiro turno, do que as obtidas pelas candidaturas para o governo do estado. Quanto ao campo conservador, as candidaturas do PMDB e PSDB conquistaram respectivamente o governo do estado em 1986 e 1994, criando dois no predomínio do PDT de Brizola. O êxito do PSDB em 1994 relaciona-se com a votação expressiva de Fernando Henrique Cardoso, apesar que no estado apresentou-se com menor força que em âmbito nacional. As votações de Lula são descoladas do PT, com um perfil espacial próximo ao de Brizola e Garotinho. Em 2002, Lula altera o seu perfil, aproximando-se dos demais candidatos do PT e do campo conservador.

A superposição entre o voto e a geografia não constitui novidade, inclusive no que diz respeito aos estudos sobre eleições no Rio de Janeiro¹⁹. Embora não se pretenda inovador quanto a esta relação, este estudo buscou uma melhor espe-

¹⁹ O livro de Coutto (1966) refere-se às eleições para governador, no Estado da Guanabara, fazendo alusões às clivagens do voto trabalhista e lacerdista associado às zonas eleitorais, que classifica socioeconomicamente.

cificação da direção do voto no período analisado, considerando a disputa pelos principais cargos do executivo. Chegou-se, então à conclusão de que o campo político comandado inicialmente por Brizola foi seguido pelo campo político liderado por Garotinho e Rosinha, sendo estes os mais importantes do segundo ciclo. Secundariamente, o PT, o PSDB, e o campo conservador, formam as principais segmentações correlatas à geografia do voto no estado.

O ciclo eleitoral, no Estado do Rio de Janeiro, além da emergência e sucessão dos campos eleitorais que se formaram, trouxe embutida uma lógica que contraria a idéia da difusão do voto urbano/metropolitano para o interior ou áreas menos urbanizadas²⁰. No caso do Rio de Janeiro, dois processos de *difusão* são observados: primeiro, a supremacia da capital, que permitiu a ascensão do PDT no período inicial do ciclo, seguido pela maior força do interior e da periferia metropolitana em face à diminuição da influência da capital em relação ao estado, invertendo o vetor capital-interior e afirmando-se como o padrão predominante.

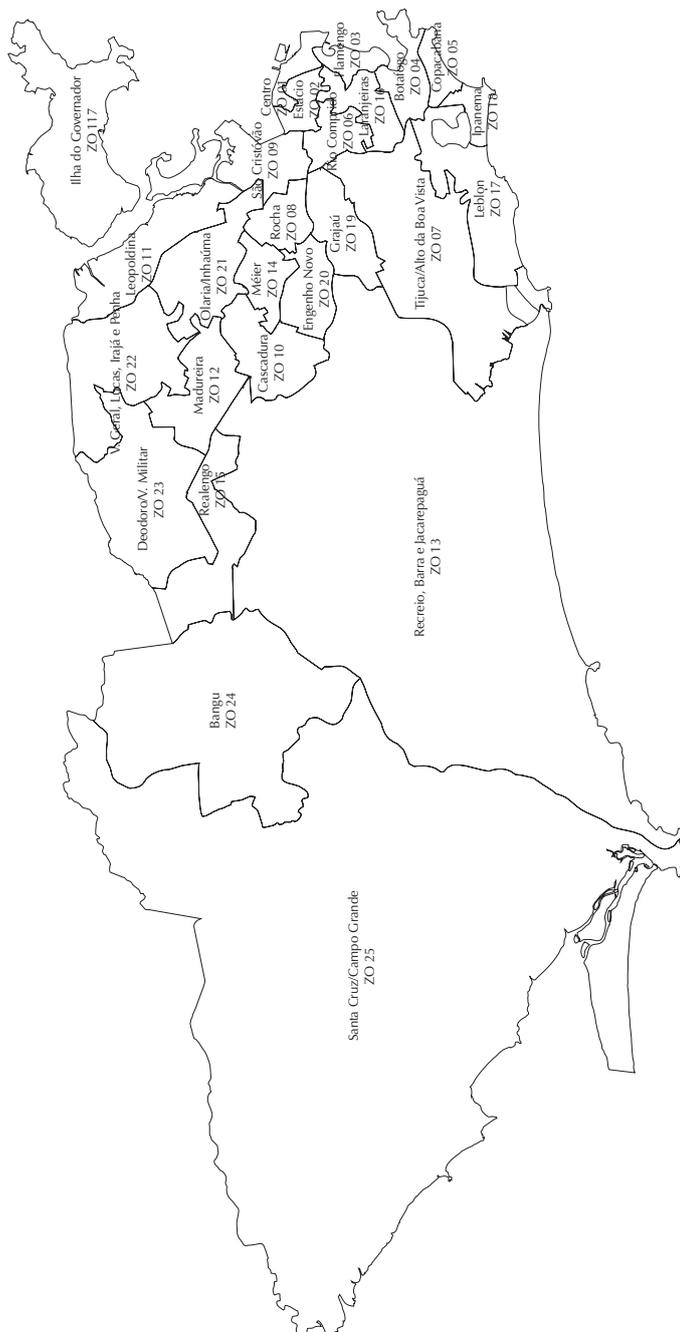
Finalmente, embora as eleições municipais não sejam o alvo deste estudo, não se pode deixar de mencionar a especificidade da capital considerando a sua importância para o estado. Lembre-se que, após o predomínio do PDT até 1988, com Saturnino Braga, é instaurado um período de supremacia de César Maia (PFL), a partir das eleições de 1992, cujo significado é bem diverso do observado quanto às eleições presidenciais e de governador, sobretudo quando se comparam Garotinho e Rosinha, no plano regional, com a força do atual prefeito da capital.

²⁰ Silva (1975) descreve esse processo nas eleições de Pernambuco, na década de 1950.

Referências

- ABRANCHES, S. H. de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 31, n.1, p. 5-34, 1988.
- ABREU, M. de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO: Zahar, 1988. 147 p.
- ALKMIM, A. C. *Voto e segmentação socioespacial no Estado do Rio de Janeiro, 1980-1995*. 1997. Tese (Doutorado)-IUPERJ, Rio de Janeiro, 1997.
- ALKMIM, A. C.; KUSCHINIR, K. Mapas eleitorais fluminenses. In: FREIRE, A.; SARMENTO, C. E.; MOTTA, M. S. da. (Org.). *Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro: FGV, 2001. 366 p.
- COUTTO, F. P. do. *O voto e o povo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 112 p.
- DINIZ, E. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 228 p. (Coleção estudos brasileiros, v. 59).
- IQM: índice de qualidade dos municípios. Rio de Janeiro: CIDE, 1998. 54 p.
- NICOLAU, J. M. (Org.) *Dados eleitorais do Brasil, 1982-1996*. Rio de Janeiro: IUPERJ: Universidade Cândido Mendes, 1998. 248 p.
- PROJEÇÃO da população do Brasil por sexo e idade para o período 1980-2050 - revisão 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/pub/Estimativas_Projecoes_Populacao/Revisao_2004_Projecoes_1980-2050>. Acesso em: dez. 2004.
- PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. Y. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 257 p.
- REGIÃO metropolitana do Grande Rio: serviços de interesse comum. Brasília, DF: IPEA, Instituto de Planejamento, 1976. 247 p. (Estudos para o planejamento, 13).
- RIBEIRO, L. C. de Q. (Coord.). *Como anda o Rio de Janeiro: análise da conjuntura social*. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, 1995. 130 p.
- SENTO-SÉ, J. T. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: FGV, 1999. 365 p.
- SILVA, N. do V. Polarização e processos de difusão no comportamento eleitoral. *Revista Geográfica*, Mexico: Instituto Panamericano de Geografia e Historia, n. 82, p. 27-49, jun. 1975.
- SOUZA, A. de; LIMA JUNIOR, O. B.; FIGUEIREDO, M. F. *Brizola e as eleições de 1982 no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1985. 72 p. (Série Estudos IUPERJ, 40).
- TAYLOR, P. J.; JOHNSTON, R. J. *Geography of elections*. New York: Holmes e Meier, c1979. pt. 2: Geography of voting.

**Anexo 2 - Divisão das 26 zonas eleitorais no Município
do Rio de Janeiro em 1982**



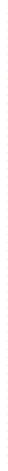
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982.

Anexo 3 - Eleitores, segundo áreas do Estado do Rio de Janeiro - 1982/2002

Áreas do Estado do Rio de Janeiro	Eleitores				
	1982		2002		Crescimento (%)
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Total					
Estado	6 239 221	100,0	10 102 183	100,0	61,9
Capital	2 996 548	48,0	4 327 484	42,8	44,4
Periferia Metropolitana	1 812 781	29,1	3 226 143	31,9	78,0
Interior	1 429 892	22,9	2 548 556	25,2	78,2
Estado					
Metropolitana	4 809 329	77,1	7 553 627	74,8	57,1
Médio Paraíba	357 168	5,7	571 287	5,7	59,9
Serrana	304 412	4,9	555 995	5,5	82,6
Norte	295 497	4,7	495 550	4,9	67,7
Baixadas Litorâneas	177 275	2,8	409 506	4,1	131,0
Noroeste	137 479	2,2	220 700	2,2	60,5
Centro-Sul	120 675	1,9	194 606	1,9	61,3
Baía da Ilha Grande	37 386	0,6	100 912	1,0	169,9
Capital					
Subúrbios da Central	790 163	12,7	1 102 165	10,9	39,5
Zona Oeste	478 758	7,7	884 674	8,8	84,8
Zona Norte	588 553	9,4	769 947	7,6	30,8
Zona Sul	608 830	9,8	632 370	6,3	3,9
Subúrbios da Leopoldina	318 986	5,1	477 449	4,7	49,7
Barra/Jacarepaguá	211 258	3,4	460 879	4,6	118,2

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Registros Administrativos 1982/2002.

capítulo 8



Conselhos Municipais de Políticas Setoriais: panorama do Estado do Rio de Janeiro

Lavínia Davis Rangel Pessanha*
Simone da Silva Figueiredo**

Introdução

O estudo das relações Estado-sociedade é um campo clássico de pesquisa das ciências sociais. A literatura especializada explora o tema do surgimento de outras esferas de participação societal no contexto

* Cientista Social, Professora e Pesquisadora Adjunta do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, da ENCE/IBGE; Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

** Mestre em Demografia pela ENCE/IBGE; Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Professora do Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos; Tutora no convênio com o Centro Universitário de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro - CEDERJ, em cursos de pós-graduação em Geografia.

da crise das democracias representativas parlamentares, tendo na perspectiva habermasiana da ampliação da esfera pública o seu marco analítico fundador (HABERMAS, 1984). Os conselhos gestores de políticas públicas surgem como um dos possíveis formatos não-convencionais de participação, criados como arenas políticas nas quais a gestão da coisa pública é compartilhada entre Estado e sociedade, através de representações governamentais e civis instituídas por mandato e normativamente reguladas.

Em princípio, a criação dos conselhos é vista como uma forma de ampliação da esfera pública e de promoção de *accountability* social: com mais conselhos, maior a participação societal e maior a democratização da gestão pública (CARNEIRO, 2002). A idéia não é, evidentemente, a substituição, sim a complementação e articulação da democracia representativa parlamentar com canais institucionais de gestão participativa, de modo a democratizar as políticas sociais.

Como coloca Draibe (1998, p.5), “o padrão conselhistas [...] passa cada vez mais a constituir relações estruturantes com o sistema brasileiro de proteção social. Em boa medida, a nova institucionalidade das políticas sociais apoia-se e alimenta-se deste modelo de expressão, articulação de interesses e de processamento das demandas.” É consenso na literatura que o processo de criação e multiplicação de conselhos de gestão de políticas no Brasil decorre principalmente da intensa mobilização social e política dos anos setenta e oitenta, na qual novos movimentos sociais criaram uma forte cultura participativa e autonomizada frente ao poder público, reivindicando novos espaços e introduzindo novos temas na agenda política (CARVALHO, 1998; SANTOS, 2002). O processo de participação popular deságua na Constituinte, que é um marco do reordenamento institucional no País, tendo em vista a introdução no texto constitucional do princípio da participação cidadã e da sociedade civil na gestão das políticas públicas. A Carta consolida pleitos históricos de participação semidireta da sociedade brasileira - tais como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular; e prevê outras formas de participação na gestão administrativa da seguridade social, da educação e da criança e do adolescente, ampliando o espaço da sociedade civil na gestão pública. A criação do Sistema Único de Saúde - SUS, com seu sistema de gestão descentralizado e de controle social tripartite, articulados no Conselho Nacional de Saúde e regido pela Conferência Nacional de Saúde, é o modelo de referência deste processo.

Assim, os conselhos gestores de políticas são instâncias institucionais formais permanentes, criadas por lei com competências claras, sendo espaços efetivos de decisão acerca de determinada política pública. Suas decisões tratam da gestão de bens públicos, do estabelecimento de diretrizes e estratégias de ação, das definições de prioridades, da regulação e da normatização das ações de determinada área de política pública e do controle público sobre o Estado. A pressão da sociedade organizada, visando à construção e ampliação destas arenas, vem fortalecendo a participação social em diversas áreas, de modo a redefinir o conteúdo de políticas tradicionalmente regidas pelo paternalismo e pelo clientelismo.

A literatura identifica, contudo, outro processo, a partir dos anos noventa: a indução estatal da participação social na gestão pública. Nesta perspectiva, a mudança de postura e de expectativas da sociedade organizada em relação ao Estado corresponderia também a uma mudança no próprio Estado, que se apropria das propostas de gestão participativa e de controle social formuladas pela sociedade. Deste modo, há uma grande oferta de canais institucionais de participação, principalmente no caso dos conselhos vinculados ao repasse de verbas federais aos municípios. Em muitos casos, a oferta chega a ser maior que a demanda de participação da sociedade (CARVALHO, 1998). A este respeito, Arretche (2000), afirma que o grau de organização social e participação política a cultura cívica, por si só, não podem explicar os diferentes níveis de disposição de governos locais para assumir funções de gestão em programas sociais, exigindo algum grau de indução, por parte do Executivo e do Legislativo federal, para a municipalização das políticas e a criação dos conselhos sociais. Arretche demonstra que a liberação de recursos federais em determinados programas atua como elemento de pressão para que estados e municípios instituíam seus conselhos.

Ademais, uma terceira vertente destaca que nos governos neoliberais dar-se-ia um movimento de desobrigação de encargos sociais, gerando a transferência de responsabilidades a outras instâncias de poder, bem como ao mercado e à sociedade, num “tipo de Reforma do Estado fundado em políticas compensatórias, verdadeiras ‘cestas básicas’ de saúde, educação, e previdência para os mais pobres, privatizando-se tudo o mais” (CARVALHO, 1998, p.11). A descentralização de boa parte das políticas sociais brasileiras nos espaços locais é compreendida como um esforço de economia de recursos, pela transferência de responsabilidades federais aos estados e

municípios. Trata-se de uma prefeiturização das políticas, e não de uma verdadeira descentralização de poder, acompanhada de controle social. Nesta ‘febre conselheira’, criam-se canais participativos burocratizados, esvaziados, segmentados e usados para respaldar a descentralização, ratificando políticas municipais supostamente democráticas e possibilitando repasses de recursos públicos hipoteticamente submetidos ao controle social (SANTOS, 2002; SANTOS JÚNIOR; RIBEIRO; AZEVEDO, 2004).

As condições para o sucesso dos conselhos de gestão têm sido ressaltadas: (a) a transparência, o acesso às informações dos trâmites estatais e do que se passa no governo; (b) a publicização da política, a construção da noção de interesse público; (c) a capacitação técnica - para a formulação e análise das políticas públicas - e política - para melhor avaliar os interesses envolvidos e para realizar as alianças eventuais ou estratégicas necessárias para a negociação de prioridades e decisões - das lideranças sociais; (d) a capacidade dos conselhos de incorporar os movimentos organizados, fortalecendo o tecido social autônomo (CARVALHO, 1998; SANTOS, 2002; CARNEIRO, 2002; SANTOS JÚNIOR; RIBEIRO; AZEVEDO, 2004).

Os entraves ao seu fortalecimento também têm sido destacados: (a) falta de preparo - capacidade técnica e política - dos movimentos sociais para ocupar esses espaços; (b) as assimetrias de saber, de acesso ao poder e as informações entre os conselheiros da sociedade civil e os do governo; (c) a capacidade dos governos de esvaziar os conselhos, tomando decisões “por fora”, desmobilizando-os, retirando-se deste espaço, indicando funcionários pouco representativos de grande rotatividade e pouca capacidade de tomar decisões; (d) a fragilidade da mobilização social; (e) a grande proliferação de conselhos, a já citada “febre conselheira”, absorvendo grande número de lideranças e segmentando a participação societal, setorizando o encaminhamento de políticas. Tonella (2003) destaca que a participação do segmento governamental e do segmento da sociedade civil é diferenciada: participar das reuniões dos conselhos é mais uma atividade do funcionário público; já para os representantes das entidades, a participação é voluntária e implica em um esforço adicional de tempo e de deslocamento (CARVALHO, 1998; SANTOS, 2002).

Há a percepção geral de que a participação social efetiva nos conselhos é diferenciada, seja em função da área da política pública considerada, ou estado ou município em questão. Na literatura, são encontrados estudos de caso acerca dos

conselhos gestores de políticas, suas características e especificidades nos diferentes setores e nas distintas esferas de governo. Há uma lacuna, entretanto, no que se refere à construção de um painel da distribuição espacial e setorial dos conselhos gestores no País, bem como das conseqüências decorrentes, especialmente nas esfera municipal e estadual.¹ Deste modo, o objetivo geral do presente trabalho é traçar um painel dos conselhos de políticas setoriais dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, utilizando-se para tal as bases de dados quantitativos e qualitativos disponíveis ao público. O objetivo secundário é demonstrar as possibilidades de uso da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, do IBGE, para o conhecimento das características organizacionais da administração pública municipal brasileira, particularmente do tema em questão.

Aspectos metodológicos

No que se refere à base de dados, utilizou-se a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, realizada pelo IBGE, desde 1999. A MUNIC é uma pesquisa institucional e de registros administrativos relativos ao poder público local municipal e constitui uma fonte de informação para a construção de indicadores relativos aos diferentes setores da administração pública municipal.

A edição 2001 da MUNIC pesquisou os 5 560 municípios implantados no País naquele ano, dentre estes os 91 municípios do Estado do Rio de Janeiro, e investigou mais de 20 temas relacionados às administrações municipais. A pesquisa investigou os conselhos municipais dos setores de saúde, de assistência social, de educação, das crianças/adolescentes, de meio ambiente, de emprego e trabalho, de turismo, de cultura, de promoção do desenvolvimento econômico, de política ou desenvolvimento urbano, de transportes, de habitação e do orçamento. Foram investigadas quatro questões: a existência formal do conselho, o seu efetivo funcionamento, a participação da representação social *vis a vis* a governamental e a existência de fundo especial no respectivo setor. A exceção ficou por conta do conselho do setor de orçamento, para o qual investigou-se somente a existência formal do conselho. Pesquisou-se também a existência de quaisquer outros conselhos, vinculados a setores não citados. Cabe

¹ Para um painel geral da distribuição setorial dos Conselhos Municipais de Políticas Setoriais na esfera nacional, ver Cardoso (2004).

também atentar ao fato de que, na edição de 2001, no tocante aos conselhos de educação, foram excluídos explicitamente o registro de conselhos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, conselhos escolares e de merenda escolar. O período de referência geral da pesquisa foi novembro de 2001.

A unidade principal de investigação da MUNIC é a prefeitura municipal, composta de vários setores que forneceram as informações para a pesquisa, sendo unidades secundárias de investigação as instituições ligadas a outros poderes públicos locais ou instaladas localmente. O informante principal em cada município é a prefeitura e os diversos setores que a compõe. Os dados dessa pesquisa estão disponibilizados no portal do IBGE na Internet, através do sítio Perfil dos Municípios Brasileiros, apresentando as informações de cada município.

Na análise espacial, foi utilizada a Malha Municipal Digital do Brasil, lançada em 1999, que abarca todas as municipalidades incluídas na pesquisa. Esta malha municipal é a utilizada no Censo Demográfico 2000, permitindo a utilização de informações de caráter populacional dos municípios sem necessidade de ajustes especiais. Para a confecção dos cartogramas e das estatísticas básicas foi utilizado o programa TAB para Windows - TABWIN desenvolvido pelo Datusus do Ministério da Saúde. A base de dados foi gerada a partir da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001, do Censo Demográfico 2000, e da Base de Informações Municipais 2000, realizados pelo IBGE.

Características gerais dos Conselhos Municipais de Políticas Setoriais fluminenses

Os 91 municípios fluminenses congregam, em seu conjunto, um total de 558 Conselhos Municipais de Políticas Setoriais CMPS's, voltados para os setores de saúde, de assistência social, de educação, das crianças/adolescentes, de meio ambiente, de emprego e trabalho, de turismo, de cultura, de promoção do desenvolvimento econômico, de política ou desenvolvimento urbano, de transportes, de habitação e do orçamento. Foram registrados ainda outros 22 conselhos municipais não inseridos nos setores de políticas pesquisados.

O resultado da MUNIC 2001 acerca da distribuição dos CMPS's no Brasil indica uma relação positiva entre incidência de conselhos e tamanho da população municipal: a análise da razão conselhos por municípios nas distintas faixas populacionais demonstra que estas arenas estão mais difundidas nos municípios mais

populosos. A Tabela 1 mostra que a distribuição dos conselhos no território fluminense segue a tendência dominante, e constata uma maior concentração relativa de conselhos por municípios em todas as faixas de população, já que enquanto as razões brasileiras crescem de 3,7 para 5,8 de acordo com as faixas populacionais, para o Estado do Rio de Janeiro elevam-se do patamar de 5 para 7.

Tabela 1 - Conselhos Municipais de Políticas Setoriais e municípios, segundo classes de tamanho da população dos municípios Estado do Rio de Janeiro - 2001

Classes de tamanho da população dos municípios	Estado do Rio de Janeiro				Brasil			
	Conselhos Municipais de Políticas Setoriais		Muni- cípios	Con- selhos/ muni- cípios (%)	Conselhos Municipais de Políticas Setoriais		Muni- cípios	Con- selhos/ muni- cípios (%)
	Abso- luto	%			Abso- luto	%		
Total	558	100,0	91	6,1	4 072	100,0	5 560	4,0
Até 5 000 hab.	5	0,9	1	5,0	987	24,2	1 371	3,7
De 5 001 a 20 000 hab.	177	31,7	32	5,5	1 923	47,2	2 688	3,8
De 20 001 a 100 000 hab.	216	38,7	37	5,8	959	23,6	1 275	4,5
De 100 001 a 500 000 hab.	132	23,7	17	7,8	173	4,3	194	5,3
Mais de 500 000 hab.	28	5,0	4	7,0	30	0,7	32	5,8

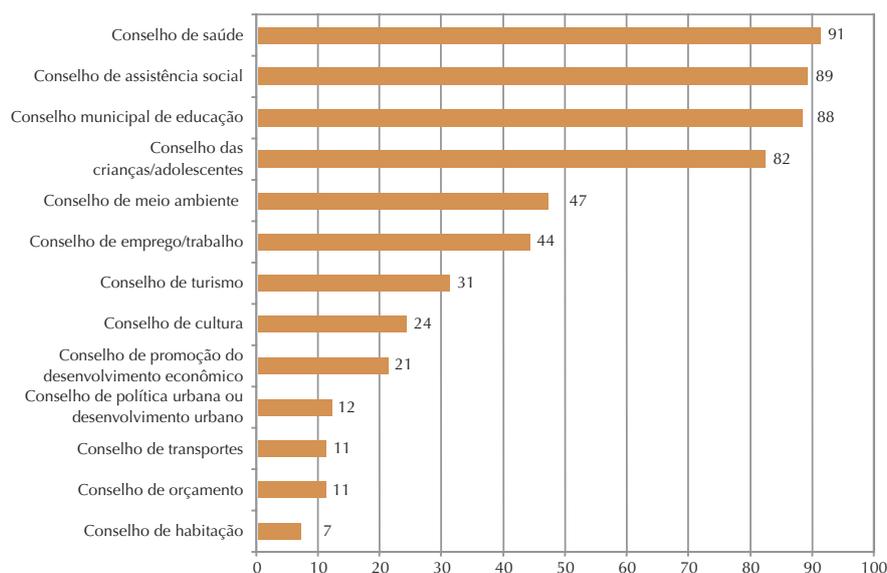
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001.

O Gráfico 1 ordena a distribuição dos CMPS's, segundo o tipo de conselho. Observa-se a formação de três padrões diferenciados de ocorrência de conselhos por tipo. No primeiro padrão, estão os conselhos com alto grau de institucionalização no estado, onde, além dos conselhos de saúde - já universalizados nos municípios do estado - encontram-se os conselhos de assistência social, de educação e das crianças/adolescentes. No segundo padrão, encontram-se os tipos conselhos com nível médio de institucionalização, englobando os conselhos de meio ambiente, de emprego/trabalho no padrão médio-alto, e os de turismo, de cultura e de promoção do desenvolvimento econômico no padrão médio-baixo. O terceiro padrão agrega os conselhos com baixo grau de institucionalização, abarcando os conselhos de política urbana ou desenvolvimento urbano, de transportes, de orçamento e de habitação.

Constata-se que os tipos de CMPS's mais amplamente difundidos no estado são aqueles induzidos por arcabouço legal, como no caso dos conselhos de saúde, assistência social e das crianças/adolescentes, em que a legislação exige a existência do

conselho para o repasse de recursos, ou aqueles em que a categoria de política setorial atinge alto grau de universalização, como no caso dos conselhos de educação.

Gráfico 1 - Conselhos Municipais de Políticas Setoriais, segundo o tipo Estado do Rio de Janeiro - 2001

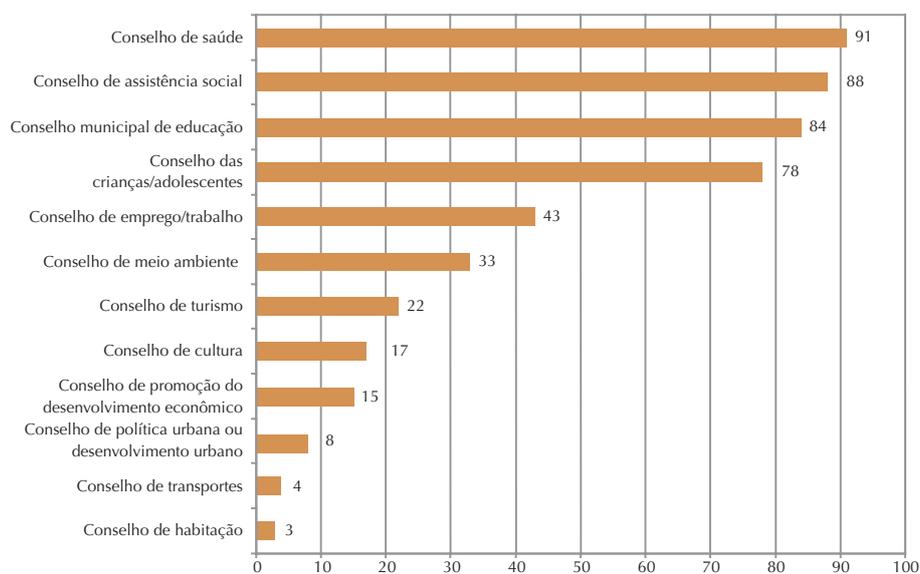


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001.

Cabe ressaltar que o registro formal de um conselho não representa a garantia de sua efetividade como arena política. O Gráfico 2 permite a análise do grau de atividade dos conselhos instituídos, utilizando como indicador a realização de pelo menos uma reunião no ano base da pesquisa, sendo os conselhos que não realizaram reunião considerados inativos. São encontrados 486 conselhos ativos, representando 89% do total.

De modo geral, os conselhos de saúde, de assistência social, de educação e das crianças/adolescentes constituem o conjunto de conselhos com alto padrão de atividade, num padrão gráfico similar ao do Gráfico 1. No padrão médio, há uma inversão de posições e uma redução do número de conselhos incluídos, pois os conselhos de emprego/trabalho ultrapassam os de meio ambiente. Os conselhos de turismo, de cultura, e o de promoção do desenvolvimento econômico, conjuntamente com os de política urbana ou desenvolvimento urbano, de transportes e de habitação, seguem no padrão inferior.

Gráfico 2 - Conselhos Municipais de Políticas Setoriais ativos, segundo o tipo - Estado do Rio de Janeiro - 2001



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001.

A Tabela 2 mostra que a taxa de atividade dos CMPS's dos setores de saúde, assistência social, educação, emprego e trabalho e criança e adolescente é superior a 95%. Num segundo patamar, encontram-se os conselhos municipais dos setores de promoção do desenvolvimento econômico, meio ambiente, turismo, cultura e política/desenvolvimento urbano, com valores no entorno de 70%. No limite inferior de atividade situam-se os conselhos municipais dos setores de habitação e transportes, com taxas abaixo de 50%.

A Tabela 3 apresenta a periodicidade das reuniões dos conselhos. Observa-se, de modo geral, que os CMPS's constituem de fato arenas em atuação efetiva, já que, em sua maioria, realizam reuniões mensais ou quinzenais e apenas 13,4% realizam reuniões bimestrais ou trimestrais, sendo os demais resultados pouco expressivos. Do conjunto, destacam-se os conselhos de saúde, assistência social e trabalho, cujas taxas de realização de reuniões quinzenais/mensais são superiores a 80%. Os conselhos de saúde e educação, por sua vez, apresentam taxas de realização de reuniões quinzenais/mensais superiores a 70%.

Tabela 2 - Número de municípios com Conselhos Municipais de Políticas Setoriais, criados e ativos, segundo o tipo Estado do Rio de Janeiro - 2001

Tipo	Número de municípios com Conselhos Municipais de Políticas Setoriais		
	Criados	Ativos	% de atividade
Total	547	486	88,85
Conselho de saúde	91	91	100,00
Conselho de assistência social	89	88	98,88
Conselho de educação	88	84	95,45
Conselho de crianças/adolescentes	82	78	95,12
Conselho de emprego/trabalho	44	43	97,73
Conselho de meio ambiente	47	33	70,21
Conselho de turismo	31	22	70,97
Conselho de cultura	24	17	70,83
Conselho de promoção do desenvolvimento econômico	21	15	71,43
Conselho de política urbana ou desenvolvimento urbano	12	8	66,67
Conselho de transportes	11	4	36,36
Conselho de habitação	7	3	42,86

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001.

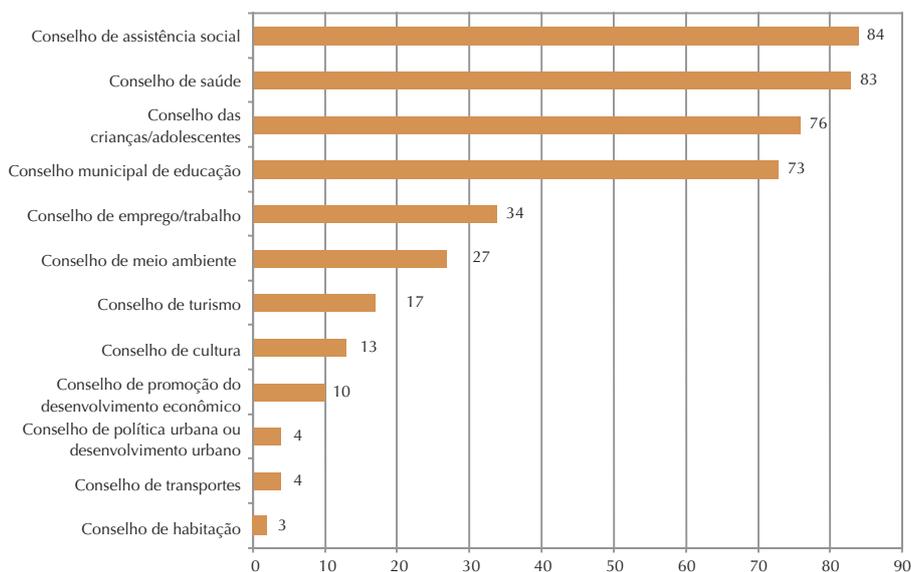
Tabela 3 - Número de reuniões dos Conselhos Municipais de Políticas Setoriais, segundo a periodicidade das reuniões Estado do Rio de Janeiro - 2001

Periodicidade das reuniões	Número de reuniões dos Conselhos Municipais de Políticas Setoriais	
	Absoluto	%
Total	486	100,0
Quinzenal ou menos	32	6,6
Mensal	346	71,2
Bimestral/trimestral	65	13,4
Semestral	8	1,6
Irregular	35	7,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001.

De acordo com o Gráfico 3, registra-se, de modo geral, um nível alto de representação societal nos CMPS's, pois 78% destes (428) informam ser paritários. A análise deste apresenta a distribuição da paridade da representação para os distintos tipos de conselhos. Os conselhos de assistência social, saúde, das crianças/adolescentes e educação constituem os tipos de conselhos com alto grau de paridade da representação societal/governamental. Na comparação com o Gráfico 1 - distribuição de conselhos, segundo o tipo - observa-se a inversão de posições entre os conselhos de assistência social e os de saúde e entre os conselhos das crianças/adolescentes e de educação. No padrão médio, encontramos os conselhos de emprego/trabalho que ultrapassa os conselhos de meio ambiente. Por fim, os conselhos de turismo, de cultura, de promoção do desenvolvimento econômico, de política urbana ou desenvolvimento urbano, de transportes e de habitação compõem o patamar inferior.

Gráfico 3 - Conselhos Municipais de Políticas Setoriais paritários, segundo o tipo - Estado do Rio de Janeiro - 2001



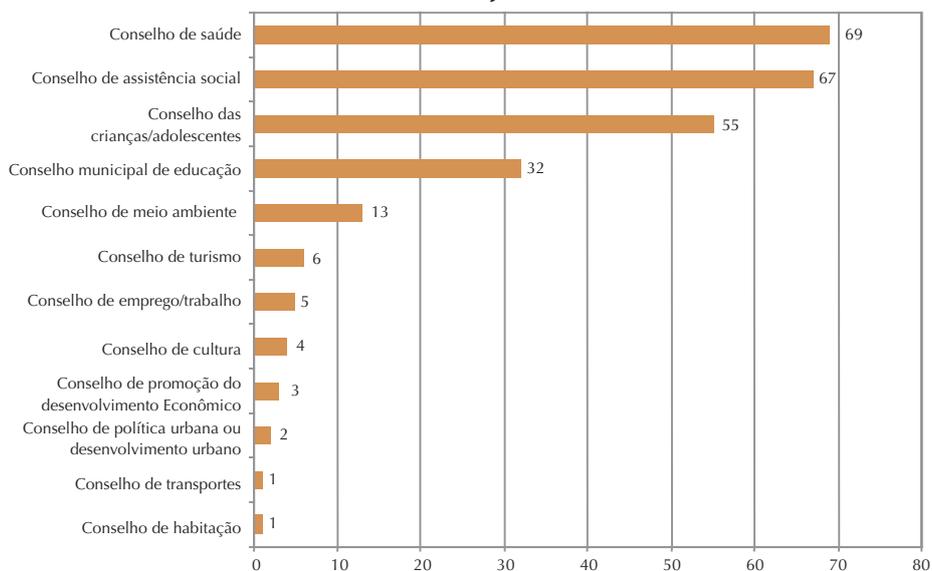
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001.

No que se refere à representatividade da participação societal nestas instâncias, toma-se como indicador a paridade, bipartite ou tripartite, da representação. Define-se como conselho paritário aquele que tem igual número de representantes entre sociedade civil e governamental. Em geral, a paridade da representação é bipartite, ou seja, uma simples equivalência da representação das distintas categorias da sociedade civil e da representação governamental. Esta paridade é obrigatória em alguns casos, como no dos conselhos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Entretanto, em casos específicos, a legislação exige a constituição de uma paridade tripartite entre os componentes dos conselhos: os conselhos de saúde devem constituir paridade tripartite entre usuários, prestadores de serviço e governo, e os conselhos de emprego/trabalho por sua vez, devem constituir paridade entre trabalhadores, empregadores e governo.

Define-se fundo municipal ou fundo especial a provisão em recursos financeiros obtidos e destinados a cobrir políticas setoriais específicas, estabelecidas por um conselho municipal, constituindo-se assim uma forma colegiada de gerenciar tais recursos. O patrimônio de um município é administrado com o intuito de atender às diversas políticas governamentais, de modo que criar um fundo especial implica em segregar parte dos ativos do patrimônio municipal e geri-lo com a finalidade exclusiva de se cumprir um objetivo específico, ou seja, a aplicação em determinada política setorial. Em diversos casos, esta segregação e a criação de CMPS's específicos para a sua gestão é decorrente das exigências legais vinculadas ao recebimento de recursos setoriais específicos oriundos das instâncias administrativas federal ou estaduais.

O Gráfico 4 permite a análise da distribuição dos fundos especiais por categoria de política. São encontrados 258 registros de existência de fundo municipal especial no estado. Os conselhos de saúde, de assistência social e das crianças/adolescentes integram o padrão alto de ocorrência de fundo especial. Os conselhos de educação constituem o padrão médio. O padrão de baixa incidência de fundo especial agrega os conselhos de meio ambiente, de turismo, emprego/trabalho, de cultura, de promoção do desenvolvimento econômico, de política urbana ou desenvolvimento urbano, de transportes e de habitação.

**Gráfico 4 - Conselhos Municipais de Políticas Setoriais
com fundo municipal especial, segundo o tipo
Estado do Rio de Janeiro - 2001**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001.

No que se refere ao maior número de conselhos de saúde, trata-se de resultado esperado, tendo em vista a histórica luta pela criação destes espaços de participação na gestão de políticas de saúde. Ademais, a institucionalização do Sistema Único de Saúde - SUS exigiu a criação dos referidos conselhos em caráter paritário entre representantes de usuários, prestadores de serviço e do governo em qualquer esfera governamental como pré-requisito para o repasse de recursos das esferas governamentais. Observa-se também o mais alto grau de funcionamento efetivo, já que a totalidade dos municípios informa a realização de pelo menos uma reunião do seu conselho de saúde.

É importante registrar que, de acordo com os resultados da pesquisa, observa-se um pequeno grau de desrespeito ao requisito legal de paridade tripartite da representação, pois somente 83 municípios responderam ter constituído paridade nesta categoria de conselho, restando oito municípios com resposta negativa a este quesito, o que é um resultado relativamente significativo. Consta-se ainda uma alta relação positiva entre a ocorrência de conselho de saúde e de fundo especial, já que 69 municípios informaram a existência deste fundo municipal.

Observando os resultados das pesquisas expressos nos quatro gráficos, a criação de 89 conselhos municipais de assistência social responde aos requisitos legais criados a partir da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS de 1993. A pesquisa registra um alto grau de funcionamento efetivo destes conselhos, uma vez que 88 realizaram reunião no ano-base da pesquisa. Há ainda uma alta relação entre a ocorrência do conselho e a existência de fundo especial de assistência social no município (67 registros), resultado esperado, tendo em vista os requisitos legais institucionalizados na LOAS, de constituição de conselhos para o repasse de recursos. Há que se registrar, contudo, que o requisito legal de paridade de representação não é respeitado em cinco conselhos de assistência social do estado.

A análise dos conselhos de educação fica um pouco fragilizada, tendo em vista que a pergunta da MUNIC sobre a existência de conselho municipal no setor educação excluiu explicitamente o registro de conselhos do FUNDEF, conselhos escolares e de merenda (alimentação) escolar, ou seja, aqueles em que a criação de CMPS's é o pré-requisito para o repasse de fundos especiais. Ainda assim, o número de conselhos de educação encontrados, 88, representa a quase totalidade dos municípios. Um bom resultado tendo em vista o caráter universalista desta categoria de política social. Ademais, 84 dos conselhos de educação encontram-se ativos, pois realizaram pelo menos uma reunião em 2001. Já a paridade entre a participação governamental e civil nestes conselhos não é obrigatória, e se reduz a 73 casos. Há que se ressaltar, a existência de fundo municipal na área de educação em 32 municípios.

O Estatuto da Criança e do Adolescente instituiu uma nova forma de gestão das políticas de defesa dos direitos deste segmento social, exigindo a criação de conselhos setoriais de caráter deliberativo e paritário nas três esferas de governo responsáveis, entre outros aspectos, pela gestão dos fundos especiais. São encontrados 82 conselhos das crianças/adolescentes, o que é um resultado abaixo do esperado tendo em vista a obrigatoriedade de sua implantação nos municípios. Destes, a quase totalidade encontrava-se ativa, pois 78 realizaram reunião em 2001. Contudo, a paridade da representação legalmente requerida só é atendida por 76 dos referidos conselhos. Somente 55 conselhos das crianças/adolescentes informaram a existência de fundo especial setorial.

Entre os tipos conselhos com grau médio de institucionalização, o conselho de meio ambiente é o mais difundido, sendo encontrado em cerca de metade dos

municípios (47). Quanto ao grau de atividade, 33 municípios registraram pelo menos uma reunião no ano. Por outro lado, encontra-se a paridade da representação em somente 27 conselhos da categoria. Cabe registrar a ocorrência de fundo municipal de meio ambiente em apenas 13 municípios.

A situação dos conselhos de trabalho/emprego é particular, já que os mesmos são criados como requisito para o repasse do Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, mas em muitos municípios opta-se pela criação de comissões como órgão colegiado deste tipo de política setorial. No caso, foram encontrados 44 conselhos de trabalho/emprego, dos quais 43 em efetivo funcionamento, com a realização de reunião em 2001. Tais conselhos devem ter obrigatoriamente paridade tripartite, entre representantes dos trabalhadores, empregadores e governo, sendo relevante constatar a observância da norma em somente 17 destes conselhos. A existência de fundo municipal setorial foi relatada por seis municípios.

A pesquisa informa a existência de 31 conselhos municipais de turismo, dos quais 70% em atividade, já que 22 realizaram pelo menos uma reunião no ano. Deve-se ressaltar que 17 municípios informam a ocorrência de fundo municipal setorial, mais da metade do total. A paridade da representação civil e governamental é minoritária, pois ocorre em somente cinco casos. São encontrados 24 conselhos de cultura, dos quais 70% se encontram ativos, pois 17 realizaram reunião em 2001. Do total, 13 são paritários e somente quatro têm fundo municipal especial no setor.

São 21 os conselhos de promoção do desenvolvimento econômico, dos quais 15 estão ativos. Quase metade (10 municípios) relata fundo municipal especial no setor, sendo a paridade da representação civil e governamental minoritária, pois ocorre em somente três dos conselhos.

Os conselhos de política urbana ou desenvolvimento econômico são o primeiro tipo de conselho entre os do terceiro padrão, que abarca os conselhos com baixo grau de institucionalização. São apenas 12 conselhos na categoria, dos quais oito se reuniram em 2001, dois possuem fundo especial e somente quatro oferecem paridade de representação.

Os conselhos de transporte são 11, com apenas quatro em atividade, já que realizaram reunião no ano-base. Há quatro conselhos com representação paritária no setor, e somente um fundo municipal especial registrado.

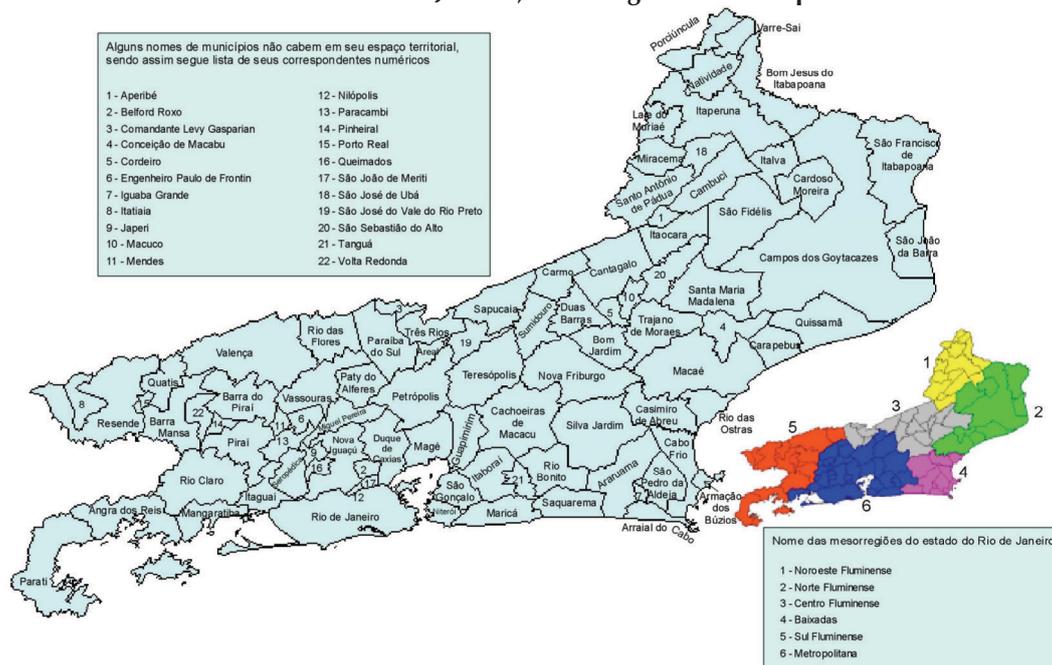
São registrados 11 conselhos de orçamento, nos municípios de Barra Mansa, Cachoeiras de Macacu, Natividade, Nova Friburgo, Paracambi, Petrópolis, Pinheiral, Rio Claro, Seropédica, Valença e Volta Redonda².

Por fim, são registrados apenas sete conselhos de habitação, dos quais três ativos e três paritários, sendo registrado somente um fundo municipal setorial.

Distribuição espacial dos Conselhos Municipais de Políticas Setoriais fluminenses

No intuito de auxiliar a visualização das figuras expostas no trabalho, apresenta-se a Figura 1 de apoio à localização, na qual estão incluídos os municípios estudados e a sua localização dentro do Estado do Rio de Janeiro, bem como as mesorregiões às quais pertencem.

Figura 1 - Divisão política-administrativa do Estado do Rio de Janeiro, mesorregiões e municípios



Fonte: Malha municipal digital do Brasil: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 1 CD-ROM.

² Como se destacou anteriormente, a pesquisa registra somente a ocorrência dos conselhos municipais de orçamento. A respeito de sua existência nos municípios, foram testadas as duas hipóteses explicativas que os resultados da MUNIC 2001 permitem: a) o tamanho da população do município; e b) o partido no governo. Os resultados obtidos, contudo, não nos permitiram fundamentar nenhuma das hipóteses.

Cabe explicar as características de cada figura, previamente à análise dos cartogramas. Cada figura utilizada na análise é composta de dois cartogramas: o primeiro contém quatro classes de informações passíveis de análise, e o segundo, de porte menor, contendo apenas duas classes de informações, constituídas dos extremos da segmentação nas duas porções dos resultados. A idéia desta confrontação é facilitar a exploração do processo de regionalização e explicitar as disparidades regionais.

Para gerar as classes do cartograma maior, procedeu-se à obtenção de classes que representasse um intervalo igual de valores dentro das possibilidades de ocorrência. Cada classe do cartograma representa uma quantidade variada de municípios, primando-se pelo agrupamento em classes de igual representação. No que tange ao cartograma menor, este foi gerado com apenas duas classes de igual valor, o que permite observar a dicotomia dos municípios quanto à oferta de conselhos. A seguir, apresenta-se a análise das quatro figuras constituídas para o estudo.

No cartograma maior da Figura 2, a análise espacial da distribuição dos municípios indica a formação de duas grandes regiões no estado, sendo uma ao norte e outra ao sul, organizadas de acordo com as classes de número de CMPS's. Entre os municípios, mais ao sul, destacam-se, com um grande número de conselhos, Petrópolis, Resende, Três Rios e Volta Redonda (11 conselhos). Ao norte, não pode deixar de ser evidenciado Itaocara com apenas três conselhos, sendo o município onde essa forma de participação social se faz menos presente. A categoria de municípios com três, quatro ou cinco conselhos abrange 39 municípios. Cabe destacar que um pouco mais de 60% dos municípios informam a ocorrência de até sete conselhos e que tem sua localização espacial difusa pelo estado, como mostra a Tabela 4.

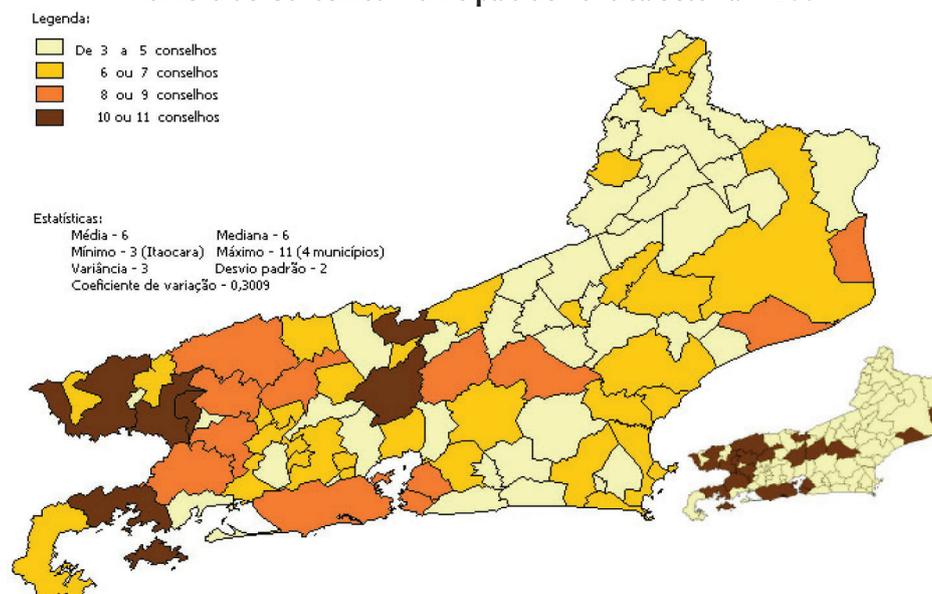
**Tabela 4 - Número de municípios,
segundo classes de número de conselhos
Estado do Rio de Janeiro - 2001**

Classes de número de conselhos	Número de municípios	
	Absoluto	%
Total	91	100,00
De 3 a 5 conselhos	39	42,86
De 6 ou 7 conselhos	34	37,36
De 8 ou 9 conselhos	12	13,19
De 10 ou 11 conselhos	6	6,59

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001.

No cartograma menor da Figura 2, observa-se um duplo padrão espacial. O primeiro padrão se estende por uma área maior, vindo desde o Norte Fluminense até o Sul Fluminense, e se caracteriza por uma grande mancha de municípios com até sete CMPS's. As exceções ficam por conta dos Municípios de Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Quissamã, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João da Barra, Teresópolis e Três Rios, ou seja, nove em um total de 79 municípios. O padrão do Sul Fluminense é caracterizado pela maior ocorrência de conselhos nos municípios, incluindo os quatro com o número máximo de registros. As exceções ficam por conta dos municípios de Itaiaia, Parati e Quatis, que são apenas três municípios em 12.

Figura 2 - Municípios do Estado do Rio de Janeiro, segundo classes de número de Conselhos Municipais de Política Setorial - 2001



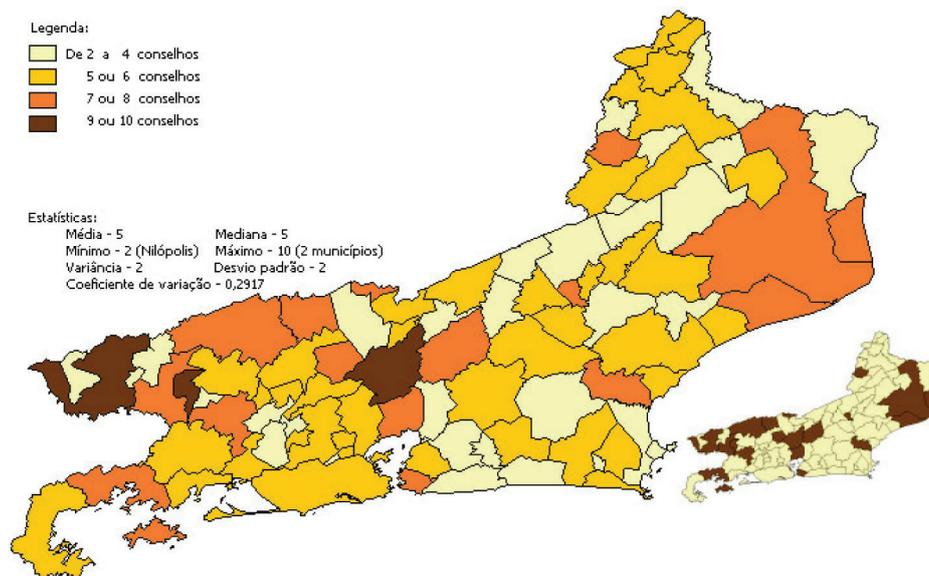
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001; Malha municipal digital do Brasil: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 1 CD-ROM.

Nota: Classes de igual valor.

A Figura 3 apresenta a distribuição espacial dos conselhos municipais ativos, ou seja, aqueles que realizaram reunião no ano de referência da pesquisa. No cartograma maior, observa-se, inicialmente, uma queda nos limites das classes, que indicam uma ocorrência máxima de dez conselhos ativos em 2001. Na classe

superior - nove ou dez conselhos ativos - encontram-se somente três municípios: Resende e Volta Redonda, com dez conselhos e Petrópolis com nove conselhos ativos. A classe três agrega os 16 municípios com sete ou oito conselhos ativos. A classe dois é mais numerosa, constituída por 40 municípios com cinco ou seis conselhos. Por fim, a classe um é integrada ainda por 32 municípios com até quatro registros de conselhos ativos, incluindo Nilópolis, com apenas dois conselhos ativos, e Conceição de Macabu, Italva, Itaocara e São Francisco de Itabapoana, com três conselhos ativos.

Figura 3 - Municípios do Estado do Rio de Janeiro, segundo classes de número de Conselhos Municipais de Política Setorial ativos - 2001



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001; Malha municipal digital do Brasil: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 1 CD-ROM.

Nota: Classes de igual valor.

No cartograma menor verifica-se que os municípios que têm o maior número de conselhos ativos (de sete a dez conselhos) não constituem propriamente uma região, e se apresentam espacialmente como “manchas” por sobre padrão preponderante de municípios com a baixa atividade dos conselhos, que corresponde a 79,12% do total, como mostra a Tabela 5.

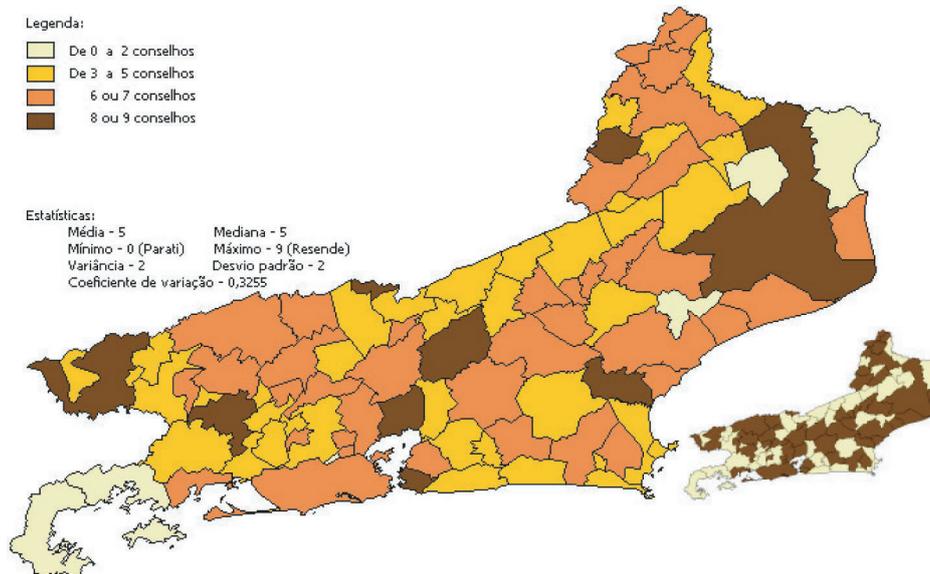
**Tabela 5 - Número de municípios,
segundo classes de número de conselhos ativos
Estado do Rio de Janeiro - 2001**

Classes de número de conselhos ativos	Número de municípios	
	Absoluto	%
Total	91	100,00
De 2 a 4 conselhos	32	35,16
De 5 ou 6 conselhos	40	43,96
De 7 ou 8 conselhos	16	17,58
De 9 ou 10 conselhos	3	3,30

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001.

A análise da distribuição espacial dos conselhos paritários do estado é apresentada na Figura 4. Observa-se mais uma vez uma queda dos limites das classes, mas convém lembrar que a taxa de conselhos paritários, bipartite ou tripartite, é significativa no estado (78%). No cartograma maior da Figura 4, a classe superior

Figura 4 - Municípios do Estado do Rio de Janeiro, segundo classes de número de Conselhos Municipais de Política Setorial Paritários - 2001



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001; Malha municipal digital do Brasil: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 1 CD-ROM.

Nota: Classes de igual valor.

agrega quatro municípios, sendo que Resende, registra nove conselhos paritários, e Teresópolis, Pirai e Niterói, com oito cada. A classe três agrega 22 municípios com seis ou sete conselhos paritários. A classe dois é a mais numerosa, englobando 59 conselhos municipais paritários. A classe inferior é constituída por seis municípios, destacando-se Parati, que não registra qualquer conselho paritário, e Conceição de Macabu, com apenas um.

O cartograma menor apresenta a mais equilibrada distribuição das manchas clara e escura entre os cartogramas em análise, mas a Tabela 6 mostra que os municípios no padrão inferior com ocorrência de conselhos paritários correspondem a 71,41% do total. É possível visualizar uma continuidade maior no desenho da mancha escura, contudo não é possível afirmar que as manchas claras constituem espaços regionais, à exceção daquela situada ao noroeste do Estado, representando parte dos municípios situados na divisa com o Espírito Santo.

**Tabela 6 - Número de municípios,
segundo classes de número de conselhos paritários
Estado do Rio de Janeiro - 2001**

Classes de número de conselhos paritários	Número de municípios	
	Absoluto	%
Total	91	100,00
De 0 a 2 conselhos	6	6,59
De 3 a 5 conselhos	59	64,84
De 6 ou 7 conselhos	22	24,18
De 8 ou 9 conselhos	4	4,40

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001.

A análise da distribuição espacial dos conselhos com fundo municipal especial é apresentada na Figura 5. Observa-se mais uma vez uma queda dos limites das classes, sendo que na classe superior destaca-se novamente o Município de Resende, com sete fundos setoriais, juntamente com Comendador Levy Gasparian e São João de Meriti, com seis fundos cada. A classe três é constituída por nove municípios, cinco dos quais com fundos especiais. A classe dois é a mais numerosa, com 46 municípios com três ou quatro fundos especiais. Na classe inferior encontram-se 33 municípios com até dois fundos setoriais, incluindo dez municípios nos quais não houve registro de fundo especial. Para os Municípios de Carapebus, Conceição de Macabu, Engenheiro Paulo de Frontin, Itaocara, Maricá, Pinheiral, Porciúncula, Porto Real, Rio Bonito e Tanguá não há registro de nenhum fundo municipal setorial.

centro-sul do território fluminense. Isoladamente, destacam-se os Municípios de Angra dos Reis e Parati, ao sudeste do estado, e São Pedro da Aldeia, na Região dos Lagos, com maior registro de fundos especiais frente aos seus fronteiriços.

Conclusões

De modo sintético, foram encontrados 580 CMPS's voltados para os setores de saúde, de assistência social, de educação, das crianças/adolescentes, de meio ambiente, de emprego/trabalho, de turismo, de cultura, de promoção do desenvolvimento econômico, de política urbana ou desenvolvimento urbano, de transportes, de habitação e do orçamento e outros no estado, em 2001. Há, em média, 6,4 conselhos para cada município fluminense, o que permite considerar que houve um efetivo movimento em direção à descentralização das políticas e da gestão participativa no estado, uma vez que a pesquisa investigou a existência de 13 conselhos e a média encontrada está em 50% da possibilidade total de formação de conselhos.

Observou-se a formação de três padrões diferenciados de ocorrência de conselhos. Os conselhos com alto grau de institucionalização são também de maior taxa de atividade: os induzidos por arcabouço legal, vinculados aos setores de saúde, assistência social e de direitos da criança e do adolescente, ou aqueles em que a categoria de política setorial atinge alto grau de universalização, no caso, a educação. Tudo isto pode ser tomado como indicativo da indução governamental "por cima" da formação de conselhos, e também da descentralização das respectivas políticas. No padrão médio, encontram-se os tipos conselhos de meio ambiente, de emprego/trabalho, de turismo, de cultura e de promoção do desenvolvimento econômico. O padrão de baixa institucionalização agrega os conselhos de política urbana ou desenvolvimento urbano, de transportes, de orçamento e de habitação.

De modo geral, a aferição da efetividade dos conselhos como arena política registra um bom resultado, com 89% considerados ativos, com pelo menos uma reunião por ano, dos quais 77,8% se reunindo mensalmente.

A existência de fundo especial municipal vinculado ao setor de um conselho, isoladamente, não pode ser considerada como um indicativo forte da indução pelo alto da criação de conselhos, pois somente em 46% dos casos há fundo especial no setor do conselho institucionalizado. Há que se destacar, contudo, que no caso

dos setores de saúde, assistência social e defesa dos direitos das crianças/adolescentes, a vinculação conselho/fundo é bastante alta, e que no setor de educação o resultado poderia apresentar uma relação maior se a pesquisa não tivesse explicitamente excluído os conselhos de fundos especiais do setor de educação.

A este respeito, é interessante adicionar uma informação: no período de 1995 a 1999, foram criados 71 conselhos municipais de desenvolvimento rural/política agrícola no Estado do Rio de Janeiro. Qual teria sido o motor de tal ímpeto de criação de conselhos no setor de desenvolvimento rural? Evidentemente, a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF, que exige a institucionalização do conselho, entre outros requisitos, para o repasse aos municípios dos recursos na rubrica infra-estrutura³. De fato, 51 dos municípios que criaram este conselho receberam os recursos do programa para infra-estrutura, e é provável que os demais se encontrem inativos ou pleiteando os recursos do programa.

Cabe destacar, entretanto, que os limites metodológicos da própria pesquisa, realizada junto às prefeituras, não permitem quaisquer conclusões sobre a real natureza e qualidade da participação. Nesta perspectiva, a pesquisa de Santos (2002), realizada junto aos conselheiros dos conselhos da região metropolitana do estado, conclui que os conselhos municipais mostram grande capacidade para tornarem-se espaços de participação ampliada na gestão de políticas setoriais, agregando atribuições e competências amplas e incorporando os atores sociais que deles desejam participar. Contudo, o autor apresenta os seguintes resultados quanto aos principais bloqueios ao funcionamento dos mesmos: falta de capacitação (42%), não cumprimento das decisões (43%), falta de representatividade (25%), falta de informações (32%), falta de diálogo com o governo (22%), falta de diálogo entre os conselheiros (14%).

Por fim, é necessário mencionar a capacidade dos Executivos municipais e lideranças locais de burlar, manipular, esvaziar ou desqualificar os conselhos, de modo a tomar decisões clientelistas, haja vista a tradição populista e a cultura

³ Dados fornecidos pela Secretaria Executiva do PRONAF/RJ (junho 2003). Ao leitor atento ocorre a pergunta imediata: onde estão registrados tais conselhos na Munic 2001, se a pesquisa contou 22 outros conselhos no Estado do Rio de Janeiro? Considera-se que estão parcialmente registrados no item outros conselhos, bem como no item conselho de meio ambiente, pois em alguns casos o município tem um conselho de meio ambiente e desenvolvimento rural. O dado permite inferir também a ocorrência de sub-notificação no item outros conselhos.

política privatista das elites locais brasileiras, das quais o caso fluminense não foge à regra. Em alguns casos, os conselhos podem se transformar em campos de representação e de negociação corporativa ou voltada para tão-somente o auto-interesse da comunidade representada na competição por recursos públicos. O risco é o de que estes “novos espaços” se sejam ocupados pelos “velhos atores” e suas práticas políticas, caso não haja uma efetiva atuação societal nestas arenas.

Cortês (2004) esclarece que a literatura teórica aborda a questão do impacto de fóruns participatórios sobre a gestão e implementação de políticas públicas de duas maneiras: alguns argumentam que favorecem a democratização e o aumento da responsiveness de gestores e burocracias governamentais e a eficiência da gestão, enquanto outros são mais céticos em relação a tais possibilidades, tendo em vista as possibilidades de “captura” destes espaços, de sobreparticipação de determinados grupos em detrimento de outros e de presença hipertrofiada do Estado e governos na organização da participação.

Não se questiona aqui as prováveis vantagens oferecidas pela forma conselho à construção e ao exercício da cidadania. De fato, os conselhos constituem canais e espaços de negociação e de construção de consensos que podem fortalecer as relações entre partes da sociedade organizada e dos governos que, de outro modo, não se encontrariam (DRAIBE, 1998). Cabe indagar, contudo, sobre a capacitação técnica e a organização política existente nos municípios fluminenses, seja dos executivos municipais, seja da organização societal de praticar efetivamente a gestão pública compartilhada no âmbito dos conselhos, para aferir se está se caminhando efetivamente no sentido de uma maior democratização ou tão-somente de uma “participação de fachada” ou de uma “febre conselhistas”.

Referências

ARRETCHE, M. T. S. *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. Rio de Janeiro: Revan, c2000. 302 p.

CARDOSO, E. D. Conselhos municipais e democratização das questões locais. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, v. 49, n. 246, p. 15-26, mar./abr. 2004.

CARNEIRO, C. B. L. Conselho de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro: FGV, Escola Brasileira de Administração Pública, v. 36, n. 2, p. 277-292, mar./abr. 2002.

CARVALHO, A. I. de. *Conselhos de saúde no Brasil: participação cidadã e controle social*. Rio de Janeiro: FASE: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1995. 135 p.

CARVALHO, M. do C. A. Participação social no Brasil hoje. *Pólis Papers*, São Paulo: Instituto Pólis, n. 2, 1998. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/publicacoes/papers/19982.html>>. Acesso em: 27 jan. 2004.

CORTÊS, S. V. *Participação e governança: o impacto de fóruns participatórios sobre a gestão e implementação de políticas públicas*. Trabalho apresentado no Seminário Temático Processo Decisório e Implementação de Políticas Públicas no Brasil: Novos Tempos, Novas Perspectivas de Análise, realizado em Porto Alegre, agosto de 2004.

DRAIBE, S. M. *O sistema brasileiro de proteção social: o legado desenvolvimentalista e a agenda recente de reformas*. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, 1998. (Caderno de pesquisa, n. 32). Disponível em: <<http://www.nepp.unicamp.br>>. Acesso em: jan. 2004.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 397 p. (Biblioteca tempo brasileiro, 76. Série estudos alemães).

MALHA municipal digital do Brasil: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 1 CD-ROM.

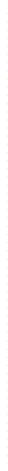
SANTOS, M. R. M. dos. *Conselhos municipais: a participação cívica na gestão das políticas públicas*. Rio de Janeiro: FASE, 2002. 138 p.

SANTOS JÚNIOR, O. A. dos. *Democracia e governo local: dilemas da reforma municipal no Brasil*. Rio de Janeiro: Observatório IPPUR/UFRJ-FASE: Revan, c2001. 246 p.

SANTOS JÚNIOR, O. A. dos; RIBEIRO, L. C. de Q.; AZEVEDO, S. de (Org.). *Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004. 286 p.

TONELLA, C. Conselhos municipais de políticas públicas: participação e governança local. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11., 2003, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2003. 33 p.

capítulo 9



Aspectos da exclusão digital no Estado do Rio de Janeiro

Arnaldo Lyrio Barreto*
Rosa Maria Porcaro**

Introdução

No contexto do desenvolvimento da Internet no Brasil, foram fundamentais três instituições do braço acadêmico brasileiro: a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, o Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC/Rio de Janeiro e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. O marco do início da atuação dessas instituições foi o ano de 1988. Pouco tempo depois, através do Ministério da

* Pesquisador do IBGE, Doutorando em Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/HCTE. email: arnaldo@ibge.gov.br

** Pesquisadora do IBGE, Doutora em Ciência da Informação pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/ECO (em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT). email: rosaporcaro@uol.com.br

Ciência e Tecnologia - MCT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq foi responsável pela montagem do backbone da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, interligando, numa primeira investida, 11 pontos de presença da Internet dentro do Território Nacional. A Embratel, então, se encarregou de iniciar os backbones comerciais e, segundo estatísticas do Comitê Gestor da Internet, já em 2000 existiam 662 910 computadores ligados nessa grande rede internacional (número de hosts). Hoje, há quase um consenso de que a transformação comunicacional, propiciada pela Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC, com destaque para a Internet, vem acarretando importantes modificações sociais, econômicas, políticas e espaciais.

Um dos maiores atrativos da Internet é a possibilidade de se obterem informações sobre, possivelmente, a totalidade de temas do conhecimento humano, em diferentes graus de confiabilidade, especialização e profundidade. Conhecendo-se a sedução e o interesse que o conhecimento desperta nos homens, pode-se dizer que a Internet passou a imprimir a necessidade de se estar permanentemente informado sobre os acontecimentos do mundo, principalmente no que se refere à população economicamente ativa dos grandes centros.

Recentemente foi veiculado, pela mídia, que éramos, em 2000, 14 milhões conectados à Internet, o que, num total de quase 170 milhões, segundo dados do Censo Demográfico 2000, realizado pelo IBGE, significaria pouco mais de 8% de pessoas supostamente com conexão. Uma cifra, otimista, muitas vezes usada para enfatizar que o Brasil está tendo acesso expressivo à cultura e à informação. Isto refletiria, assim, um avanço positivo tanto nos níveis educacionais de nossa população como no acesso às tecnologias de informação e comunicação, abreviadamente denominadas de TICs.

Este trabalho se propõe, então, a avaliar, a partir de dados oficiais recentes, o acesso às tecnologias que dão suporte à sociedade da informação - TICs. O estudo se insere no âmbito da discussão da "divisão digital" (*digital divide*), que se refere à defasagem de acesso à tecnologia de informação e comunicação, com ênfase na Internet, dos indivíduos, domicílios, negócios e áreas geográficas. Uma questão central neste campo de discussão diz respeito ao aprofundamento das desigualdades sociais e espaciais existentes, como decorrência da informatização/digitalização da economia e da sociedade, constituindo uma nova exclusão, a exclusão digital.

Neste campo de estudo, no Brasil como no resto do mundo, muitos projetos, governamentais ou não, nacionais e internacionais, têm seu discurso voltado para a inclusão digital. Governos de muitos países, nas distintas esferas de poder (federal, estadual e municipal), reconhecendo a transição para uma sociedade da informação, vêm se preocupando em ampliar a infra-estrutura e o acesso às TICs e, para isso, vêm formulando e implementando grande variedade de políticas públicas. Portanto, torna-se de fundamental importância, para a compreensão da realidade digital, bem como da formulação e implementação de políticas públicas, a análise de estatísticas e de indicadores disponíveis.

É neste contexto, pois, que se insere este estudo, que tem caráter exploratório comparativo e toma por base informações estatísticas oficiais disponíveis. O estudo dá maior destaque ao Estado do Rio de Janeiro, suas regiões e municípios selecionados. Porém, considerou-se importante examinar a situação nacional, com desagregação das macrorregiões e, ainda, do Estado de São Paulo, por sua posição de metrópole nacional. A análise toma como referência os princípios postulados do livro *Sociedade da Informação no Brasil: livro verde* (TAKAHASHI, 2000), que preconizam a necessidade de universalização do acesso a informações importantes ao exercício da cidadania.

Assim, a partir do propósito de análise descrito, foram elaborados indicadores do grau de penetrabilidade da Internet no Brasil. Para tal, utilizou-se, inicialmente, um cruzamento de dados do Censo Demográfico 2000, contendo os domicílios permanentes que têm computadores e linhas telefônicas, segundo a renda familiar dos mesmos. Buscou-se, com tais dados, mensurar a relação de domicílios com potencial de estarem ligados à Internet, bem como observar a distribuição espacial deles. Para complementar essa avaliação, verificou-se o número de provedores de acesso àquela rede, extraído do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE 2002, do IBGE. Para a atualização de algumas informações do Censo Demográfico 2000, utilizaram-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para os anos de 2002 e 2003. Posteriormente, visando inferir sobre o potencial de acesso dos indivíduos fora do domicílio, os acessos denominados “empresariais”, utilizou-se o número de trabalhadores com instrução média e superior, segundo a atividade do estabelecimento no qual o indivíduo trabalhava, extraído da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Dimensões de análise

O *Livro Verde* da sociedade da informação no Brasil: um contraponto

Como contraponto às informações numéricas obtidas, tomou-se como referência o *Livro Verde*, que apresenta um projeto para a sociedade da informação no Brasil. Trata-se de um projeto conduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, aprovado e sancionado pelo Governo Federal, a partir de um trabalho desenvolvido por equipes interdisciplinares das mais diversas áreas da educação, informática, sociologia e outras não menos importantes.

Parafraseando parte do capítulo 1 do referido livro, a sociedade da informação é um fenômeno global com profundas mudanças na organização da sociedade e da economia, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessas atividades inevitavelmente serão, em alguma medida, afetadas pela infra-estrutura de informações disponíveis. Segundo a mesma fonte, “tem ainda marcante dimensão social, em virtude do seu elevado potencial de promover a integração, ao reduzir as distâncias entre pessoas e aumentar o seu nível de informação” (TAKAHASHI, 2000, p.5).

Segundo o então Ministro do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Mota Sardenberg, o *Livro Verde* tem como finalidade substantiva:

lançar os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade. Essa iniciativa permitirá alavancar a pesquisa e a educação, bem como assegurar que a economia brasileira tenha condições de competir no mercado mundial (TAKAHASHI, 2000, p.5).

Como pressupostos básicos para que a sociedade brasileira consiga alcançar os patamares mundiais significativos, o projeto do *Livro Verde* indica, como oportunidades e riscos, 14 dimensões¹, entre as quais, para os propósitos do presente estudo, se destacam:

¹ Pequenas e médias empresas: oportunidades na nova dinâmica; Empreendedorismo: inovação e capital intelectual como base dos novos negócios; Oportunidades de trabalho para todos: mais e melhores empregos; Administração transparente e centrada no cidadão: governo ao alcance de todos; Quadro regulatório: diminuindo riscos e incertezas do mundo virtual; Pesquisa e desenvolvimento: o conhecimento é a riqueza das nações; Desenvolvimento sustentável: a preservação do futuro; e Integração e colaboração latino-americana.

- Universalização do acesso: combatendo desigualdades e promovendo a cidadania;
- Educação e aprendizado ao longo da vida: desenvolvendo competência;
- Comércio eletrônico: a pedra de toque da nova economia;
- Valorização de conteúdos e identidade cultural;
- Desenvolvendo a infra-estrutura: a via da integração; e
- Desenvolvimento e integração: valorizando vocações e potencialidades regionais.

As formas atuais de acesso à Internet

A partir de uma ótica econômica, existem duas formas de acesso à Internet para os brasileiros: o acesso pago e o gratuito. Está-se considerando o acesso pago como aquele feito aos provedores de acesso através de linhas telefônicas residenciais (ainda que o provedor seja gratuito, existe o custo da ligação telefônica) e aqueles acessos pagos por tempo de conexão, como os realizados em cybercafés e em outros tipos de empreendimentos empresariais de acesso à Internet². O acesso gratuito é entendido, neste estudo, como aquele em que o indivíduo utiliza a empresa, onde trabalha ou estuda, para a conexão Internet, ou o ponto de acesso colocado à disposição pelo governo (como os telecentros em comunidades carentes) ou por instituições não-governamentais. Nesta ótica, privilegia-se o custo para o cidadão.

Numa outra ótica, a do local de acesso, está-se considerando o acesso residencial e o comercial. O acesso comercial é entendido como aquele que é feito na empresa onde o usuário trabalha ou estuda, como nas universidades e colégios, nas redes que compõem os órgãos dos governos federal, estadual e municipal. Nesse acesso comercial, a maioria dos que podem acessar a Internet são adultos e normalmente o fazem em horário de trabalho ou estudo, sendo que tais acessos muitas vezes são somente de alguns privilegiados, por razões óbvias de custo, treinamento e inserção no trabalho propriamente dito, e não de toda a massa de

² Como os realizados, por exemplo, nos Correios e Telégrafos, que vendem um “cartão de uso” com determinado número de minutos para o usuário, em algumas pouquíssimas agências dessa empresa, poder usufruir da Internet.

trabalhadores. Já no acesso residencial, pode-se considerar que a família como um todo tem possibilidade de participação. Na família também existe, de modo geral, um grande estímulo dos pais ao uso de tecnologias por parte dos filhos.

Apesar das várias propostas embrionárias, iniciadas pela TELEMAR, Correios e Telégrafos, Ministério da Ciência e Tecnologia, Telefônica da Espanha e grupos temáticos do Comitê Gestor da Internet, ainda existe uma óbvia e flagrante carência de pontos de Internet que podem ser acessados facilmente, principalmente os gratuitos. Somente em grandes centros urbanos, e normalmente em áreas “ricas”, como aeroportos, congressos/feiras de usuários, hotéis, são disponibilizados tais serviços. Por outro lado, os cybercafés são locais onde pessoas de classes A, B e, no máximo, C, que muito provavelmente já têm acesso à Internet em suas residências ou locais de trabalho, vão para conversar, lancha e acessar a Internet. Não se tem conhecimento, no Brasil, de cybercafés populares, e, portanto, tais acessos não são significativos, haja vista que os seus usuários, muito provavelmente, já foram contabilizados no número relativo aos domicílios ou no número relativo aos “acessos comerciais”.

Particularmente no Estado do Rio de Janeiro, existe uma interessante proposta de interligação de vários municípios por meio da Infovia.RJ, que seria um grande *backbone* estadual de 2 Gbps, conforme projeto da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, que conta com o suporte do Gestor da Tecnologia da Informação e Comunicação do Governo do Estado do Rio de Janeiro - PRODERT, e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ. O projeto busca implantar a infra-estrutura tecnológica considerada necessária para tornar possível uma efetiva política de inclusão digital no Rio de Janeiro. Porém, a implantação da Infovia.RJ depende de recursos governamentais e de alguns convênios internacionais, o que demanda tempo e, conseqüentemente, vem gerando, neste primeiro momento, mais expectativa que resultados efetivos.

Com as ressalvas feitas, pode-se dizer que, na classificação básica proposta para este trabalho, o acesso residencial corresponderia ao acesso pago e o acesso comercial seria o não-pago³. Desta forma, considera-se que a maior parte dos acessos brasileiros

³ Cabe mencionar, ainda, que não estão incluídas as iniciativas de organizações não-governamentais para levar a Internet às populações carentes, que apesar de limitadas, podem estar estimulando algumas crianças e mesmo jovens e adultos a buscar informações relevantes na Internet. Também não estão sendo levadas em conta estatísticas sobre algumas ações governamentais, ou mesmo particulares, de se levar a Internet para as escolas. Portanto, considera-se a inexistência de tais estatísticas, neste trabalho, um fator limitante.

à Internet se dá, por um lado, por meio do acesso residencial discado, onde o telefone, o microcomputador dotado de requisitos mínimos para conexão e um provedor de acesso precisam estar presentes, necessariamente; e, por outro, por meio do acesso comercial, onde o usuário, em geral, acessa a Internet através de uma rede local (LAN), com conexão direta e privada a um provedor de acesso ou de *backbone*.

O Rio de Janeiro no contexto nacional

Os acessos residenciais

Visto que a grande maioria dos acessos residenciais à Internet é realizada através de linhas discadas e por computadores próprios, buscou-se, através dos dados do Censo Demográfico 2000, apresentar informações domiciliares que dessem conta de caracterizar o fenômeno. Por outro lado, como para se efetivar o acesso residencial é necessária uma conexão remota a um provedor de acesso, apresentaram-se dados do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, do IBGE, contendo tal informação⁴.

Para uma primeira análise da questão, disponibilizaram-se dados relativos à existência do serviço de linha telefônica instalada e do bem durável microcomputador nos domicílios permanentes brasileiros. Esses dados forneceriam uma visão geral da existência e da distribuição espacial daqueles dois requisitos básicos de acesso à Internet. No entanto, como para se ter acesso necessita-se tanto do serviço como do bem referidos, disponibilizaram-se os domicílios segundo a existência de ambos os requisitos, cruzados por classes de rendimento familiar. Finalmente, completando o quadro de análise dos acessos residenciais, forneceram-se dados para os provedores de acesso: número e distribuição espacial.

A distribuição dos domicílios potenciais usuários da Internet

A Tabela 1 apresenta o número de domicílios particulares permanentes, segundo a existência do serviço de linha telefônica instalada e do bem durável microcomputador - "domicílios potencialmente aptos ao acesso à Internet" - e, ainda, o total de domicílios naquela localidade, que permite o cálculo do "percentual de participação de existência" (relação entre os domicílios considerados aptos e o total de domicílios).

Observou-se que os requisitos básicos de acesso à Internet são distribuídos de-

⁴ Agradecimentos à Maria Luíza Barcelos Zacharias, do IBGE, pela extração desses dados.

**Tabela 1 - Domicílios particulares permanentes,
por características dos domicílios, segundo as
Grandes Regiões e Estados do Rio de Janeiro e São Paulo - 2000**

Grandes Regiões e Estados do Rio de Janeiro e São Paulo	Total de domicílios existentes	Domicílios particulares permanentes, por características			
		Com linha telefônica instalada (mil)	Com micro- computador (mil)	Com linha telefônica e micro- computador	Percentual de participação de existência de domicílios com micro- computador e linha telefônica
Brasil					
Absoluto	44 721 434	17 774,40	4 748,80	4 389 242	9,81
Relativo	100,00	100,00	100,00	100,00	
Norte					
Absoluto	2 830 793	821,20	129,60	118 606	4,19
Relativo	6,33	4,62	2,73	2,70	
Nordeste					
Absoluto	11 413 567	2 500,60	492,50	461 371	4,04
Relativo	25,52	14,07	10,37	10,51	
Sudeste					
Absoluto	20 193 790	9 874,60	2 945,20	2 721 855	13,48
Relativo	45,15	55,56	62,02	62,01	
Rio de Janeiro					
Absoluto	4 260 140	1 756,60	659,20	573 898	13,47
Relativo	9,53	9,88	13,88	13,08	
São Paulo					
Absoluto	10 322 869	5 937,60	1 805,60	1 697 443	16,44
Relativo	23,08	33,41	38,02	38,67	
Sul					
Absoluto	7 120 699	3 185,10	870,30	794 794	11,16
Relativo	15,92	17,92	18,33	18,11	
Centro-Oeste					
Absoluto	3 162 586	1 392,90	311,20	292 616	9,25
Relativo	7,07	7,84	6,55	6,67	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

sigual e regionalmente, além de serem, de certa forma, ainda escassos. Assim é que, do total dos quase 45 milhões de domicílios brasileiros, apenas 40% deles têm linha telefônica instalada (17, 8 milhões) e 10,6% têm microcomputador. O serviço de linha telefônica instalada é, pois, um pouco menos concentrado, mas ainda assim estão na Região Sudeste mais de 55% dos domicílios com tal serviço. Dos domicílios com computadores, mais de 62% estão no Sudeste, com São Paulo respondendo por 40% e o Rio de Janeiro por quase 14%.

É importante ressaltar que, no número total de domicílios com microcomputadores, estão incluídos equipamentos que sequer têm possibilidade de acesso à Internet, por limitações técnicas e por obsolescência da tecnologia.

Quanto ao percentual de existência de domicílios com microcomputador e linha telefônica instalada em relação ao total de domicílios, novamente se destaca a Região Sudeste, cujo percentual (13,4%) é similar ao encontrado para o Estado do Rio de Janeiro, sendo o de São Paulo o mais elevado (16,4%).

Verificando os números absolutos, percebe-se que o Rio de Janeiro tem mais domicílios com computadores e domicílios potencialmente aptos do que a totalidade das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Tudo isto demonstra a clara vertente de centralização de recursos e disponibilidades na Região Sudeste.

Pela Tabela 2, observou-se que, do total dos quase 45 milhões de domicílios apenas 9,8% (4 389 242) dispunham dos requisitos básicos exigidos para conexão à Internet, e que, destes, 91,5% eram ocupados por famílias com rendimento domiciliar maior que 5 salários mínimos. Ressalte-se que a classe de renda familiar superior a 10 salários mínimos responde por mais de 70% dos domicílios com potencialidade de acesso.

Novamente, percebem-se as acentuadas desigualdades regionais, cabendo ao Norte apenas 2,70% dos domicílios aptos (118 606), ao Nordeste 10,51% (461 371), ao Sudeste 62,01% (2 721 855), ao Sul 18,11% (794 794) e ao Centro-Oeste 6,67% (292 616). Assim, Sul e Sudeste concentram mais de 80% dos domicílios com relativas condições para acesso à Internet. O Estado de São Paulo é o grande destaque, com 38,7% dos domicílios com telefone e microcomputador, enquanto o Estado do Rio de Janeiro responde por cerca de 13%. Isto significa uma diferença de mais de 20 pontos percentuais entre os dois estados, com o Rio de Janeiro possuindo menos de 1/3 de domicílios aptos em relação a São Paulo.

Tabela 2 - Domicílios particulares permanentes com linha telefônica instalada e com microcomputador, por classes de rendimento familiar, segundo as Grandes Regiões e Estados do Rio de Janeiro e São Paulo - 2000

Grandes Regiões e Estados do Rio de Janeiro e São Paulo	Domicílios particulares permanentes com linha telefônica instalada e com microcomputador					
	Total		Classes de rendimento familiar (em salários mínimos)			
	Absoluto	%	Até 5 e sem rendimento	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20
Brasil						
Absoluto	4 389 242		374 530	775 171	1 371 529	1 868 011
Relativo		100,0	8,50	17,70	31,20	42,60
Norte	118 606	2,7	15 429	19 123	35 868	48 186
Nordeste	461 371	10,5	53 444	73 954	131 449	202 524
Sudeste	2 721 855	62,0	220 484	474 940	858 156	1 168 275
Rio de Janeiro	573 898	13,1	41 576	97 523	175 791	259 008
São Paulo	1 697 443	38,7	134 869	288 983	544 221	729 370
Sul	794 794	18,1	68 712	163 963	266 546	299 573
Centro-Oeste	292 616	6,7	20 462	43 191	79 510	149 543

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Como informação adicional, acrescenta-se que, dos estados brasileiros, cinco deles - Acre, Roraima, Rondônia, Amapá e Tocantins - todos da Região Norte, apresentaram um percentual de domicílios potencialmente aptos ao acesso à Internet, quase igual ao encontrado para o Mato Grosso do Sul, sendo este equivalente a somente 5% daqueles do Rio de Janeiro (BARRETO; PORCARO, 2003, p.8).

A partir desses resultados cabe um alerta aos gestores da sociedade da informação: diferentemente do que pretende o *Livro Verde*, municípios, estados e mesmo regiões continuam sem condições básicas para o acesso à Internet. Importa, então, contrapor tais informações às aspirações do *Livro Verde* citadas anteriormente, como as referentes à universalização de tal acesso, ao desenvolvimento de infra-estrutura, bem como à melhoria da integração, buscando valorizar vocações e potencialidades regionais. Vê-se que a distância a percorrer é imensa.

A distribuição dos provedores de acesso à Internet

É importante ressaltar, ainda, que apesar de alguns resultados parecerem interessantes e promissores para algumas regiões e estados, desprezando-se a ob-

solescência de muitos micros caseiros, deve-se lembrar que o acesso residencial necessita de uma conexão remota a um provedor de acesso. Assim, com os dados provenientes do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, do IBGE, foi elaborada a Tabela 3, que fornece o número de provedores de acesso à Internet em unidades locais (unidade estatística de levantamento econômico) para o ano de 2002. Ressalte-se que esses dados são, obviamente, mais atuais.

Observa-se, mais uma vez, a grande concentração regional, com apenas 15 provedores para toda a Região Norte e 39 para a Centro-Oeste, onde está incluída a Capital Federal, com toda a estrutura administrativa pública. Couberam ao Nordeste apenas 59 provedores, os quais, considerando os nove estados da região, representam um número bastante baixo.

Tabela 3 - Número de provedores de acesso à Internet, absoluto e percentual em relação ao Brasil, segundo as Grandes Regiões e Estados do Rio de Janeiro e São Paulo - 2002

Grandes Regiões e Estados do Rio de Janeiro e São Paulo	Número de provedores de acesso à Internet	Percentual em relação ao Brasil (%)
Brasil	486	100,00
Norte	15	3,09
Nordeste	59	12,14
Sudeste	261	53,70
Rio de Janeiro	43	8,85
São Paulo	153	31,48
Sul	112	23,05
Centro-Oeste	39	8,02

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002.

A Região Norte, composta de sete estados, possui apenas cinco provedores de acesso, existindo estados sem provedores. É também significativo o número de estados com apenas um ou dois provedores, tanto nesta como na Região Nordeste. Com a ausência deles ou com apenas um provedor, em geral localizado na capital, torna-se quase fantasiosa a idéia de famílias desses estados terem acesso a informações para pesquisas escolares, atualização profissional, ensino a distância através da Web bem como a todo aquele elenco generoso de possibilidades apresentado pelo *Livro Verde*.

O reduzido número de provedores de acesso traz como consequência o não-acesso ou um acesso bem mais caro, devido ao pagamento de ligação interurbana. De fato, são 14 estados no País com cinco ou menos provedores de acesso (BARRETO; PORCARO, 2003, p.10). E estes, não se pode esquecer, já são os estados de menores rendas no País. Isto é bastante perverso, uma vez que é uma outra desigualdade dentro de um quadro já tão desigual. Poder-se-ia levantar a hipótese de que podem existir provedores de acesso informais, ou seja, sem o devido registro no cadastro do IBGE, mas acredita-se que, caso isto ocorra, refletiria um número realmente bastante reduzido ou de caráter pouco empresarial, sem os devidos recursos e investimentos.

Avaliando os dados apresentados, novamente se destaca a Região Sudeste, com mais de 50% dos provedores, com o Estado de São Paulo em posição de liderança, respondendo por mais de 30%. Ao Rio de Janeiro cabem menos de 10%, a saber, 43 provedores. Uma situação privilegiada em nível nacional, porém sem maior destaque no contexto da região.

Ressalte-se o fato de que o preço médio de um microcomputador de médio porte (Pentium DURON 1400, com 128 MB de memória, disco rígido de 40 GB, unidade de CD-ROM, placa *fax-modem* de 56 Kbps, *mouse*, teclado e monitor de 15" colorido) custa, à vista, nos grandes centros urbanos do Sul e Sudeste, algo em torno de R\$ 1 800,00 (hum mil e oitocentos reais), ou seja, 7,5 salários mínimos. Uma família com renda média de cinco salários mínimos mensais demoraria, para comprar um equipamento com essa configuração, dois meses, se abdicasse da maioria dos gastos com alimentação, moradia, educação, impostos, taxas e outros que compõem a *via crucis* do brasileiro. Este raciocínio absurdo leva a se refletir sobre o fato de que ter um micro é, em muitos casos, penoso para a família, mesmo sem considerar os apetrechos normais (mesa, estabilizador, provedor de acesso, entre outros comuns). Tal valor de 7,5 salários mínimos pode ser considerado alto em qualquer grande centro urbano e, portanto, apesar de se ter um número relativamente expressivo de microcomputadores no País, acredita-se que, sem uma urgentíssima e necessária política governamental ou comercial para a aquisição desses bens duráveis, os existentes se tornarão obsoletos e haverá dificuldades para que a população, que já tem esses equipamentos, ou para as famílias, que são efetivamente classificadas como demanda real possam adquiri-los. A taxa para financiamento de equipamentos de informática no Banco do Brasil, por exemplo, é de 5% ao mês, valor bastante elevado. A lucratividade buscada por um banco oficial em empréstimos dessa natureza apresenta o claro desinteresse ou o descompromisso do Governo Federal para suprir tal necessidade, numa postura contrária à que seria a do Plano do *Livro Verde*.

Uma atualização: 2002 e 2003⁵

Tomaram-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2002 e 2003 para a atualização de alguns resultados apresentados anteriormente.

Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes com microcomputador, linha telefônica e Internet instaladas, segundo as Grandes Regiões e Estados do Rio de Janeiro e São Paulo - 2000/2003

Grandes Regiões e Estados do Rio de Janeiro e São Paulo	Domicílios particulares permanentes com microcomputador, linha telefônica e Internet instaladas						
	Microcomputador				Linha telefônica instalada e microcomputador Censo Demográfico 2000	Internet instalada	
	Pelo Censo Demográfico 2000	Pela PNAD 2002	Pela PNAD 2003	Crescimento anual 2002/2003		Pela PNAD 2002	Pela PNAD 2003
Brasil							
Absoluto	4 748,8	6 743,5	7 511,3	11,4	4 389,2	4 912,7	5 623,8
Relativo	100,0	100,0	100,0		100,0	100,0	100,0
Norte							
Absoluto	129,6	182,8	190,0	3,9	118,6	113,7	124,8
Relativo	2,7	1,4	2,5		2,7	2,3	2,2
Nordeste							
Absoluto	492,5	698,6	782,7	12,0	461,4	513,0	562,4
Relativo	10,4	10,4	10,4		10,5	10,4	10,0
Sudeste							
Absoluto	2 945,2	4 159,9	4 617,7	11,1	2 721,9	3 115,5	3 511,5
Relativo	62,0	61,7	61,5		62,0	63,4	62,4
Rio de Janeiro							
Absoluto	659,2	861,2	988,2	14,8	573,9	648,0	770,3
Relativo	13,9	12,8	13,2		13,1	13,2	13,7
São Paulo							
Absoluto	1 805,6	2 545,5	2 820,2	10,8	1 697,4	1 960,0	2 179,8
Relativo	38,0	37,8	37,5		38,7	39,9	38,8
Sul							
Absoluto	870,3	1 256,2	1 426,6	13,6	794,8	847,7	1 039,6
Relativo	18,3	18,6	19,0		18,1	17,3	18,5
Centro-Oeste							
Absoluto	311,2	445,4	494,2	11,0	292,6	323,4	385,5
Relativo	6,6	6,6	6,6		6,7	6,6	6,9

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2003.

⁵ Agradecimentos a José Santanna Bevilaqua, do IBGE, pela extração desses dados do Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, disponível no portal do IBGE, no endereço: <http://www.bme.ibge.gov.br>.

Quanto ao acesso à Internet, os dados levantados pela PNAD dizem respeito à existência de Internet instalada nos domicílios, isto é, uma pergunta direta concernente à caracterização dos domicílios, não havendo, pois, necessidade do cruzamento da linha telefônica instalada e do microcomputador. A PNAD coleta, também, dados referentes à existência de computador em domicílios, sendo este o mesmo dado levantado pelo Censo Demográfico 2000. Chama-se a atenção, no entanto, para o fato de se tratar de dados que possuem metodologias de levantamento distintas, com amostras diferentes, o que sugere certo cuidado nas comparações. O crescimento verificado no período 2000/2003, no entanto, foi obtido através dos dados da PNAD 2002 e PNAD 2003, e, portanto, podem ser considerados e comparados facilmente.

Tendo em mente a restrição apontada, de se tratar de duas pesquisas distintas, observou-se um significativo crescimento no período 2000/2002, quase 20% ao ano, para o Brasil, quando se alcançaram quase 7 milhões de domicílios com computadores. A Região Sul, a Nordeste e o Estado do Rio de Janeiro apresentaram crescimento acima da média, tendo o último respondido com um aumento de 14,8%.

Considerando a Internet instalada, no entanto, o desempenho do Rio de Janeiro melhora bastante, mantendo a participação de cerca de 13% no total do País, a mesma encontrada para 2000, referente aos domicílios potencialmente aptos (existência de linha telefônica instalada e microcomputador). A Região Sudeste e São Paulo são os destaques, respondendo por, respectivamente, 62,4% e 38,8% dos domicílios com Internet do total do País.

A proporção de domicílios com Internet instalada em relação ao total de domicílios com microcomputador gira em torno de 74,8% para o Brasil. A mais baixa proporção coube à Região Norte, que, como visto anteriormente, conta com apenas 15 provedores de acesso, o que torna mais caro e difícil o acesso à rede mundial. Daí, o contraste: enquanto em São Paulo e no Rio de Janeiro mais de 77% dos micros existentes nos domicílios se encontravam conectados à Internet, na Região Norte esse percentual correspondia a pouco mais de 65%.

Os acessos “comerciais”

Utilizando os dados do Ministério do Trabalho e Emprego, especificamente da RAIS do ano 2000, foi construída uma tabela, para o universo das empresas

formalmente constituídas⁶, com o número de trabalhadores com instrução média e superior⁷, segundo a atividade do estabelecimento. Com tais informações, buscou-se, então, inferir sobre o potencial de acesso dos indivíduos em seus locais de trabalho, os acessos ditos empresariais.

Importa enfatizar que as informações apresentadas não representam a realidade das empresas brasileiras quanto ao número de empregados que podem ter acesso à Internet dentro das mesmas. Apesar das limitações apontadas nas notas anteriores, cabe apontar a inclusão de trabalhadores dos governos federal, estadual e municipal como beneficiários da internet, pois sabe-se que muitos municípios não contam com recursos de TICs para um número expressivo de seus funcionários.

A Tabela 5 indica a existência de 4 580 501 trabalhadores com os pressupostos considerados básicos para acessar a Internet a partir de seus empregos. Embora não se possa precisar, como apontado anteriormente, o número de funcionários públicos que têm acesso à Internet em suas repartições, observa-se que o grupo relativo à Administração Pública em geral foi responsável por mais de 58% do total estimado de trabalhadores brasileiros considerados potencialmente usuários da Internet. Verifica-se, ainda, que são expressivos os setores Serviços financeiros (8,8%), Educação, (7,5%), Serviços a empresas, (6,3%), Atividades de apoio à Administração Pública, (4,5%), Relações exteriores, Defesa e Justiça, (3,9%), e, ainda, os setores de Informática, (3,0%), e de Telecomunicações, (2,3%).

Só o Sudeste respondeu por quase 50,0% desses trabalhadores do setor formal, com o Estado de São Paulo aparecendo com quase 30%, enquanto o Rio de Janeiro respondia por pouco mais de 10%. Tal concentração regional influenciou, fortemente, a seleção dos setores mais expressivos apresentados anteriormente

⁶ Cabe lembrar que nos dados coletados pela RAIS não estão considerados os estabelecimentos informais, cooperativistas e terceirizados, muito comuns no panorama econômico-social do Brasil.

⁷ Os trabalhadores que só tinham escolaridade até o nível de ensino fundamental não foram considerados, embora se saiba que alguns possam ter não só o interesse mas também a autorização para acesso, fato não raro em empresas. Acredita-se que o número desses trabalhadores não seja expressivo e, como o que se quer é uma idéia do quantitativo, os que têm escolaridade de ensino médio ou superior e não acessam a Internet, os quais constam do conjunto considerado, podem, em certa medida, contrabalançar essa limitação do estudo atual.

para o Brasil. Com algumas exceções, são aqueles mesmos setores que apresentam os números mais significativos de trabalhadores definidos como potencialmente usuários da Internet.

Comparando as distribuições, cabe apontar o pequeno peso relativo das atividades dos setores referentes a Relações exteriores, Defesa e Justiça (1,1%) e a Atividades de apoio à Administração Pública (0,8%) no Estado de São Paulo. Estes setores ocupam, quanto ao número de trabalhadores potencialmente usuários da Internet, posição inferior aos setores de Edição de jornais etc. (1,9%) e de Fabricação de medicamentos (1,8%).

**Tabela 5 - Trabalhadores com instrução média e superior,
segundo o tipo de estabelecimento
Estado do Rio de Janeiro - 2000**

(continua)

Tipo de estabelecimento	Trabalhadores com instrução média e superior			
	Brasil	Região Sudeste		
		Total	Rio de Janeiro	São Paulo
Total	4 580 501	2 234 853	505 862	1 336 194
Setor de atividades entre as regiões (%)	100,00	48,80	11,00	29,20
Setor de atividade na região (%)	100,00	100,00	100,00	100,00
Edição de jornais etc.	56 091	38 049	8 334	25 741
Setor de atividades entre as regiões (%)	100,00	67,83	14,86	45,89
Setor de atividade na região (%)	1,22	1,70	1,65	1,93
Fabricação de medicamentos etc.	38 849	32 360	6 235	24 132
Setor de atividades entre as regiões (%)	100,00	83,30	16,05	62,12
Setor de atividade na região (%)	0,85	1,45	1,23	1,81
Fabricação de equipamentos eletrônicos, etc.	25 370	17 347	842	15 095
Setor de atividades entre as regiões (%)	100,00	68,38	3,32	59,50
Setor de atividade na região (%)	0,55	0,78	0,17	1,13
Construção e montagem de aeronaves	9 948	9 932	37	9 639
Setor de atividades entre as regiões (%)	100,00	99,84	0,37	96,89
Setor de atividade na região (%)	0,22	0,44	0,01	0,72
Telecomunicações	104 550	64 884	21 984	32 393
Setor de atividades entre as regiões (%)	100,00	62,06	21,03	30,98
Setor de atividade na região (%)	2,28	2,90	4,35	2,42
Serviços financeiros	402 549	244 636	45 524	160 452
Setor de atividades entre as regiões (%)	100,00	60,77	11,31	39,86
Setor de atividade na região (%)	8,79	10,95	9,00	12,01
Informática	135 123	73 782	17 906	47 002
Setor de atividades entre as regiões (%)	100,00	54,60	13,25	34,78
Setor de atividade na região (%)	2,95	3,30	3,54	3,52

**Tabela 5 - Trabalhadores com instrução média e superior,
segundo o tipo de estabelecimento
Estado do Rio de Janeiro - 2000**

(conclusão)

Tipo de estabelecimento	Trabalhadores com instrução média e superior			
	Brasil	Região Sudeste		
		Total	Rio de Janeiro	São Paulo
Pesquisa e desenvolvimento	19 627	7 298	1 717	3 476
Setor de atividades entre as regiões (%)	100,00	37,18	8,75	17,71
Setor de atividade na região (%)	0,43	0,33	0,34	0,26
Serviço a empresas	289 585	202 488	40 463	131 528
Setor de atividades entre as regiões (%)	100,00	69,92	13,97	45,42
Setor de atividade na região (%)	6,32	9,06	8,00	9,84
Administração Pública em geral	2 661 924	1 129 108	175 923	738 191
Setor de atividades entre as regiões (%)	100,00	42,42	6,61	27,73
Setor de atividade na região (%)	58,11	50,52	34,78	55,25
Regulação das atividades	94 856	2 083	631	1 051
Setor de atividades entre as regiões (%)	100,00	2,20	0,67	1,11
Setor de atividade na região (%)	2,07	0,09	0,12	0,08
Atividades de apoio à Administração Pública	207 820	141 441	113 293	10 248
Setor de atividades entre as regiões (%)	100,00	68,06	54,51	4,93
Setor de atividade na região (%)	4,54	6,33	22,40	0,77
Relações exteriores, Defesa e Justiça	178 469	58 085	23 932	15 138
Setor de atividades entre as regiões (%)	100,00	32,55	13,41	8,48
Setor de atividade na região (%)	3,90	2,60	4,73	1,13
Educação	343 172	206 704	47 600	120 166
Setor de atividades entre as regiões (%)	100,00	60,23	13,87	35,02
Setor de atividade na região (%)	7,49	9,25	9,41	8,99
Outros	12 568	6 656	1 414	1 942
Setor de atividades entre as regiões (%)	100	52,96	11,47	15,45
Setor de atividade na região (%)	0,27	0,30	0,28	0,15

Fonte: RAIS: Relação anual de informações sociais 2000: Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002. 1 CD-ROM.

Destacam-se, pois, os setores mais dinâmicos: Serviços financeiros, Serviços a empresas, Informática e Telecomunicações. No Rio de Janeiro, são também expressivos esses setores, porém, chama a atenção a alta participação, 22,4%, das Atividades de apoio à Administração Pública. Isto se deve principalmente à questão do Rio de Janeiro ter sido capital da República por muitos anos e, por tal motivo, até hoje, concentrar muitas repartições públicas federais.

Cumpra acrescentar que, apesar de ser ainda alta a concentração regional dos trabalhadores considerados potencialmente usuários da Internet, nos setores

de Informática e de Telecomunicações estes estão entre os de distribuição regional menos desigual⁸. Esta é uma informação importante para os gestores da sociedade da informação no Brasil, pois indica que há potencial tecnológico regional para possíveis investimentos com vistas à “universalização do acesso: combatendo as desigualdades e promovendo a cidadania”, como postulado no Livro Verde (TAKAHASHI, 2000, p. 5).

O Rio de Janeiro no contexto local

Como uma contribuição à discussão sobre a potencialidade de acesso à Internet dos domicílios do Estado e do Município do Rio de Janeiro, foram construídas, com dados do Censo Demográfico 2000, tabelas⁹ com distintas dimensões político administrativas, nas quais constam municípios e regiões.

O Estado do Rio de Janeiro é composto de 92 municípios, distribuídos por oito regiões. A Tabela 6 sintetizou, por sua vez, informações por regiões e alguns municípios selecionados. Verificou-se o grande peso da Região Metropolitana, com 85,7% dos domicílios aptos, que correspondem a quase 10% a mais da participação dos domicílios dessa região no Estado, que é de 76,6%. Os Municípios do Rio de Janeiro e Niterói são os destaques. Observou-se que Niterói é o município fluminense que tem a maior incidência de domicílios potencialmente aptos a acessar a Internet, cerca de 31%, seguido do município do Rio de Janeiro, com 20,5%. Por outro lado, couberam ao Município do Rio de Janeiro 66,3% dos domicílios aptos do estado, enquanto Niterói respondeu por quase 8%.

De fato, a Tabela 6 coloca em evidência os municípios com maior percentual de domicílios com microcomputador e linha telefônica, dentro de cada região. Com participação de domicílios aptos acima da média nacional (9,8%), estão os Municí-

⁸ Cabe à Região Sul, em cada um daqueles setores, cerca de 15% daqueles trabalhadores, à Região Nordeste, cerca de 10%. Para a Região Centro-Oeste, foram encontrados cerca de 20% para as atividades de Informática e 7% para as de Telecomunicações. Apenas a Região Norte apareceu como exceção, com apenas cerca de 1% para os dois setores.

⁹ Os dados foram extraídos do *software* Redatam, que é destinado à realização de explorações de bases de dados. Este *software*, desenvolvido pelo Centro Latino Americano de Demografia - CELADE, está disponível gratuitamente no IBGE, através da Coordenação de Métodos e Qualidade, da Diretoria de Pesquisas. Agradecemos ao consultor Ari Nascimento pela extração desses dados do Censo Demográfico 2000 e pelo curso rápido do referido aplicativo.

Tabela 6 - Domicílios particulares permanentes, por existência de microcomputador e telefone, segundo Regiões de Governo e municípios selecionados - Estado do Rio de Janeiro - 2000

Regiões de Governo e municípios selecionados	Domicílios particulares permanentes, por existência de microcomputador e telefone				
	Existência de micro-computador e telefone no domicílio	Número de domicílios no município	Percentual de (%)		
			Existência de micro-computador e linha no município	Domicílios do município no estado	Participação de existência no estado
Total	560 756	4 246 141	13,21	100,00	100,00
Região Metropolitana	480 719	3 252 659	14,78	76,60	85,73
Rio de Janeiro	370 241	1 801 863	20,55	42,44	66,03
Niterói	44 229	143 823	30,75	3,39	7,89
Nilópolis	3 979	44 407	8,96	1,05	0,71
Demais municípios	62 270	1 262 566	4,93	29,72	11,10
Região Noroeste Fluminense	3 533	76 380	4,63	1,80	0,63
Itaperuna	1 463	25 052	5,84	0,59	0,26
Demais municípios	2 070	51 328	4,03	1,21	0,37
Região Norte Fluminense	13 378	196 143	6,82	4,62	2,36
Campos dos Goytacazes	8 020	112 095	7,15	2,64	1,43
Macaé	4 245	37 959	11,18	0,89	0,76
Demais municípios	1 113	46 089	2,41	1,09	0,20
Região Serrana	23 059	225 857	10,21	5,32	4,11
Nova Friburgo	5 885	53 536	10,99	1,26	1,05
Petrópolis	11 500	84 404	13,62	1,99	2,05
Teresópolis	3 823	41 293	9,26	0,97	0,68
Demais municípios	1 851	46 624	3,97	1,10	0,33
Região das Baixadas Litorâneas	8 472	160 088	5,29	3,77	1,51
Cabo Frio	2 448	36 403	6,72	0,86	0,44
Demais municípios	6 024	123 685	4,87	2,91	1,07
Região do Médio Paraíba	24 617	223 010	11,04	5,25	4,39
Resende	3 873	29 399	13,17	0,69	0,69
Volta Redonda	10 615	70 867	14,98	1,67	1,89
Demais municípios	10 129	128 744	7,87	2,89	1,81
Região Centro-Sul Fluminense	4 167	71 477	5,83	1,68	0,74
Paraíba do Sul	439	10 352	4,24	0,24	0,08
Demais municípios	3 728	61 125	6,10	1,44	0,66
Região da Baía da Ilha Grande	2 811	40 527	6,94	0,95	0,50
Angra dos Reis	2 279	32 716	6,97	0,77	0,41
Demais municípios	532	7 811	6,81	0,18	0,09

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

pios do Rio de Janeiro, Niterói e Nilópolis (Região Metropolitana); Macaé (Região Norte Fluminense); Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis (Região Serrana); e Volta Redonda e Resende (Região do Médio Paraíba). As Regiões Noroeste Fluminense, das Baixadas Litorâneas, do Centro-Sul Fluminense e da Baía da Ilha Grande, bem como seus respectivos municípios, encontram-se abaixo da média nacional.

Tais dados refletem bem a situação econômico-espacial do estado, onde sobressaem: o papel polarizador da Região Metropolitana, especialmente de seu núcleo, o pólo metal-mecânico da Região do Médio Paraíba, o segmento de turismo da Região Serrana e, ainda, o impacto das atividades relacionadas à extração do petróleo na Região Norte Fluminense.

A distribuição dos provedores de acesso pelo estado reforça o quadro acima descrito, destacando os municípios daquelas regiões.

Tabela 7 - Número de provedores de acesso à Internet, absoluto e percentual em relação ao Brasil, na Região Sudeste, segundo municípios selecionados do Estado do Rio de Janeiro - 2002

Municípios selecionados do Estado do Rio de Janeiro	Número de provedores de acesso à Internet	Percentual em relação ao Brasil (%)
Sudeste	261	53,70
Rio de Janeiro	43	8,85
Rio de Janeiro	17	3,50
Volta Redonda	4	0,82
Resende	4	0,82
Macaé	3	0,62
Niterói	2	0,41
Itaperuna	2	0,41
Outros (1)	11	2,26

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002.

(1) Outros 11 municípios do Estado do Rio de Janeiro possuem um provedor cada.

Pela Tabela 8, pode-se verificar informações por Regiões Administrativas (RA) do Município do Rio de Janeiro. Enquanto a Região Administrativa da Lagoa, a de maior índice de desenvolvimento humano - IDH (índice proposto pela ONU), possui o maior índice de domicílios potencialmente aptos ao acesso à Internet, cabe à Região Administrativa de Botafogo a maior contribuição para o índice do Estado. Tal contribuição, no entanto, é explicada pelo tamanho da Região Administrativa de Botafogo, muito superior à da Lagoa.

Tabela 8 - Domicílios particulares permanentes, por existência de microcomputador e telefone, segundo Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000

Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro	Domicílios particulares permanentes, por existência de microcomputador e telefone				
	Existência de micro-computador e telefone no domicílio	Número de domicílios na Região Administrativa	Percentual de (%)		
			Existência de micro-computador e linha na Região Administrativa	Domicílios na Região Administrativa do município	Participação de existência no Município
Total	370 240	1 801 862	20,55	100,00	100,00
Lagoa	34 421	63 674	54,06	3,53	9,30
Barra da Tijuca	26 935	54 494	49,43	3,02	7,28
Botafogo	42 551	92 033	46,23	5,11	11,49
Tijuca	26 653	61 574	43,29	3,42	7,20
Vila Isabel	26 455	62 445	42,37	3,47	7,15
Copacabana	25 418	67 181	37,84	3,73	6,87
Méier	33 046	126 560	26,11	7,02	8,93
Ilha do Governador	15 049	63 427	23,73	3,52	4,06
Jacarepaguá	31 660	138 980	22,78	7,71	8,55
Rio Comprido	4 895	21 565	22,70	1,20	1,32
Santa Teresa	3 032	13 746	22,06	0,76	0,82
Inhaúma	7 092	39 825	17,81	2,21	1,92
Ramos	8 222	46 231	17,78	2,57	2,22
Irajá	10 454	61 713	16,94	3,42	2,82
Centro	2 709	16 344	16,57	0,91	0,73
São Cristóvão	3 020	20 765	14,54	1,15	0,82
Madureira	15 543	113 264	13,72	6,29	4,20
Penha	11 493	95 800	12,00	5,32	3,10
Realengo	6 827	69 271	9,86	3,84	1,84
Ilha de Paquetá	111	1 149	9,66	0,06	0,03
Portuária	960	11 495	8,35	0,64	0,26
Campo Grande	11 411	137 211	8,32	7,61	3,08
Bangu	8 994	118 377	7,60	6,57	2,43
Anchieta	3 243	44 959	7,21	2,50	0,88
Pavuna	3 804	56 453	6,74	3,13	1,03
Cidade de Deus	514	10 760	4,78	0,60	0,14
Rocinha	631	16 731	3,77	0,93	0,17
Santa Cruz	2 621	85 987	3,05	4,77	0,71
Maré	969	33 066	2,93	1,84	0,26
Complexo do Alemão	499	18 218	2,74	1,01	0,13
Jacarezinho	287	10 657	2,69	0,59	0,08
Guaratiba	721	27 907	2,58	1,55	0,19

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Ainda com relativamente altos índices de domicílios potencialmente aptos ao acesso à Internet, estão as Regiões Administrativas da Barra da Tijuca, com quase 50% (superior ao da Região Administrativa de Botafogo), da Tijuca e de Vila Isabel, com pouco mais de 40%, e, finalmente a de Copacabana, com quase 40%.

Com índices bastante baixos, inferior a 5%, estão as Regiões Administrativas de menor padrão econômico, como as de Jacarezinho, Complexo do Alemão, Maré, Santa Cruz, Rocinha e Cidade de Deus.

Conclusão

A partir das reflexões e análises feitas, buscou-se mostrar o quadro de possibilidades digitais que a sociedade brasileira apresenta para “encarar” a informatização e a globalização na era do conhecimento. Por um lado, registrou-se o laudo já bem conhecido, que é o da superconcentração de renda, bens e serviços no Sudeste e Sul, e, por outro, verificou-se que a TIC vem acentuando as diferenças já existentes.

O Estado do Rio de Janeiro mostrou-se bem posicionado quanto à maioria dos índices nacionais apresentados por este estudo, tendo sido confirmada a primazia do Estado de São Paulo em todos os índices. Chamou a atenção o fato de o Estado do Rio de Janeiro ter apresentado o menor crescimento médio do número de domicílios com computadores (Tabela 4), em que pese as restrições apontadas quanto à consistência dessa taxa, uma vez que estão sendo utilizados dados provenientes de pesquisas distintas.

Dos indicadores apresentados fica evidenciado, também, quem, no Brasil e no Rio de Janeiro, está tendo acesso às TICs nas suas residências. São, na sua grande maioria, moradores de domicílios com renda familiar de mais de 10 salários mínimos. No Rio de Janeiro, 75,8% dos que têm em seu domicílio a coexistência de linha telefônica e computador estão nessa faixa de renda, o que nos dá segurança em afirmar que, sem levar em consideração as escolas, o trabalho e os (poucos) centros públicos de acesso às tecnologias de informação e comunicação, o Estado está longe de promover o amplo acesso à Sociedade da Informação.

Infelizmente, não se conseguiu estar de acordo com as estatísticas otimistas, citadas anteriormente, como, por exemplo, a que apontou o total de usuários bra-

sileiros conectados na Internet. Parece que os 14 milhões citados, para o ano de 2000, é um número um tanto generoso, visto que, pelos dados oficiais, só foram detectados cerca de 4,4 milhões de domicílios potencialmente aptos e 4,6 milhões de trabalhadores no setor formal com acesso potencial à Internet. Tomando-se a última informação, pode-se dizer que seria preciso, para atingir aquela cifra, que o setor informal e os não-trabalhadores respondessem pelos outros 5 milhões de usuários da Internet.

De fato, algumas estatísticas são quase conflitantes. O Comitê Gestor da Internet no Brasil divulga, em seu *site*, a distribuição internacional de *hosts*, na qual, em julho de 2000, o Brasil possuía 662 910 *hosts*, ocupando a 12^o colocação no *ranking* mundial (INDICADORES..., 2003). Em julho de 2002, já tínhamos 1 988 321 *hosts* e estávamos em 10^o lugar e, mais recentemente, em janeiro de 2003, alcançamos a 9^a posição entre os maiores países em número de *hosts* ligados à grande rede, com 2 237 527 pontos de acesso. Uma contraposição vem dos dados divulgados pelo Fórum Econômico Mundial, no *ranking The Network Readiness Index*, veiculado no mês de dezembro de 2003 (BRASIL..., 2003). No relatório, num total de 102 países, o Brasil caiu de 29^o para 39^o lugar no quesito distribuição e uso da TIC, sendo superado por países como Chile, Malásia, Eslovênia, África do Sul e Tailândia, além dos tradicionais vencedores do *ranking*, que é encabeçado pela Finlândia, Suécia e Estados Unidos. No quesito disponibilidade, que avalia a capacidade dos principais agentes da economia - governo, empresas e cidadãos - de alavancar a área de tecnologia, o Brasil passou do 33^o para o 40^o lugar, tendo regredido, também, no índice que avalia o uso da tecnologia por esses mesmos agentes (do 26^o para o 47^o lugar). Numa leitura óbvia, estamos crescendo em números absolutos, mas diminuindo em números relativos, e isto tem reflexos óbvios para a inserção dos estados brasileiros, e do próprio País, na sociedade global da informação.

Muito se falou em linhas telefônicas, microcomputadores, provedores de acesso e de outras maravilhas da tecnologia, mas não foi citado, neste trabalho, o número de famílias que não têm sequer energia elétrica e rede de esgotos. Não se estaria produzindo aqui mais um *apartheid* com esses domicílios esquecidos, deixados de lado? Isto é também evidente nos números apresentados para o Rio de Janeiro em seu contexto local. Até mesmo nas agregações dos números menos sig-

nificativos, buscando minimizar o espaço físico das tabelas, cometemos o mesmo “corte” dos municípios fluminenses mais excluídos digitalmente.

Como mostra a bibliografia relativa à sociedade e à economia da informação, o Estado deve ter atribuições específicas, atuantes, agregadoras e financiadoras. Não é cabível não se ter, ainda, um portal brasileiro de cidadania e, se existe, está bem escondido. Onde estão as informações e as transparências governamentais? Como saber quanto realmente o Governo Federal repassou de verbas ao Plano de Implantação das propostas existentes no *Livro Verde*? Como acompanhar o andamento técnico-político-orçamentário dos interessantes projetos de Internet rápida propostos pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro?

Um bom estímulo governamental seria, realmente, oferecer Internet a todos que lá trabalham, tendo em vista o número expressivo de funcionários potencialmente aptos a buscar informações na grande rede. Logicamente, se está falando não só das grandes empresas do governo federal e dos governos estaduais, mas também das secretarias municipais do interior do País. Por que não criar pequenos *backbones* regionais, como os pontos de presença sugeridos e utilizados pela Rede Nacional de Pesquisa - RNP. A falta de políticas para aquisição de equipamentos de informática para os domicílios também é gravíssima, pois inibe o acesso familiar à Internet.

A informatização das escolas é, também, outro aspecto a se destacar, para quem deseja ter no País um crescente número de demandantes de informações. O processo não é fácil e não depende somente de verbas. A habilitação do professor, a disponibilidade de equipamentos, o pagamento da conexão à Internet, e todos os demais itens, tão bem descritos no *Livro Verde*, são importantíssimos.

Com o presente estudo, procurou-se, tão somente, fomentar o debate e a reflexão relativos à inserção da população no contexto projeto do *Livro Verde* brasileiro. Fica evidente, todavia, que ainda estamos bem afastados dos objetivos que vêm assim explicitados no Programa do *Livro Verde* brasileiro para a Sociedade da Informação:

A construção de uma sociedade mais justa, em que sejam observados princípios e metas relativos à preservação de nossa identidade cultural fundada na riqueza da diversidade; A sustentabilidade de um padrão de desenvolvimento que respeite as diferenças e busque o equilíbrio regional; A efetiva participação social, sustentáculo da democracia política (TAKAHASHI, 2000, p.6).

Referências

AJARA, C. *Configurações econômico-espaciais no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, Escola Nacional de Ciências Econômicas, 2003. Mimeo. A versão final do trabalho integra o presente livro.

BARRETO, A. L.; PORCARO, R. M. Aspectos da divisão digital no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola da Ciência da Informação, 2003. 1 CD-ROM.

BRASIL cai dez posições no ranking de inclusão digital. Disponível em: <<http://idgnow.terra.com.br/idgnow/business/2003/12/0023>>. Acesso em: dez. 2003.

CASSIOLATO, J. E. A economia do conhecimento e as novas políticas industriais e tecnológicas. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Org.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

DEMO, P. Ambivalências da sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, DF: IBICT, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago.2000.

INDICADORES: crescimento da Internet: resultados de 2000: posição dos países por número de hosts. Disponível em: <<http://www.cg.org.br/indicadores/brasil-mundo-2000.htm>>. Acesso em: ago. 2003.

LAZARTE, L. Ecologia cognitiva na sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, DF: IBICT, v. 29, n. 2, p. 43-51, maio/ago.2000.

LEMOS, C. Inovação na era do conhecimento. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Org.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

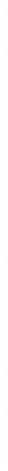
MARQUES, I. da C. Desmaterialização e trabalho. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Org.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

RAIS: Relação anual de informações sociais 2000. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002. 1 CD-ROM.

RANKING dos sites com maior número de acessos em 2001. Disponível em: <http://www.cidadeinternet.com.br/bra/cidadebiz/bizarticle/0,2375,6_2_6459_1,00.html>. Acesso em: set. 2002.

TAKAHASHI, T. (Org.). *Sociedade da informação no Brasil*: livro verde. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 195 p.

capítulo 10



A dinâmica das filiações religiosas no Estado do Rio de Janeiro: 1991/2000: um recorte por educação, cor, geração e gênero

José Eustáquio Diniz Alves*
Maria Salet Ferreira Novellino**

Introdução

Na segunda metade do Século XX, devido ao crescimento demográfico, o Brasil tornou-se o maior país católico do planeta. Até 1950, a Itália era o país com o maior contingente de católicos do mundo¹. No ano de

* Pesquisador e Professor do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da ENCE/IBGE.

** Pesquisadora e Professora do Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território e do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da ENCE/IBGE.

¹ O Brasil e a Itália possuíam uma população ao redor de 50 milhões de habitantes em 1950.

2002, dos dez países mais populosos do mundo², apenas o Brasil professava de forma amplamente majoritária a religião católica apostólica romana. Contudo, esse quadro pode mudar na primeira metade do Século XXI. Já existem autores que apontam para o fim da hegemonia católica no País, como Sanchis (1997) e Birman e Leite (2002). Se o Brasil deixar de ser predominantemente católico, o Vaticano vai perder influência no País e verá a sua “jóia mais preciosa” perder o brilho. Uma mudança dessa dimensão, provavelmente, terá efeito, também, no mapa religioso da América Latina.

No Brasil, o Estado do Rio de Janeiro é a Unidade da Federação que apresenta a menor proporção de católicos e a maior diversidade religiosa. Esta é uma das razões que torna importante o estudo do quadro das filiações religiosas no Rio de Janeiro. Contudo, mesmo havendo uma tendência à maior heterogeneidade de crenças, três grupos concentravam 96% das filiações religiosas no Brasil e 94% no Rio de Janeiro: os “católicos”, os “evangélicos” e os “sem-religião”. Esses três grupos não são totalmente homogêneos, mas são aqueles que permitem uma comparação a partir dos dados dos censos demográficos do IBGE. Dadas as limitações do escopo deste artigo, a análise aqui apresentada será feita com base nesses três grupos, já que as principais transformações ocorrem na distribuição das filiações religiosas entre eles.

Os “católicos” fazem parte do grupo amplamente majoritário, mas também são aqueles que apresentam as maiores perdas relativas nas últimas décadas. Os “evangélicos” (crentes ou protestantes) constituem o segundo grupo em tamanho e têm apresentado uma aceleração do crescimento na última década. São também o grupo mais diversificado e que apresenta uma grande quantidade de denominações que, para efeitos práticos, são distribuídas em evangélicos tradicionais e pentecostais. O grupo “sem-religião” agrupa aquelas pessoas que dizem não ter fé alguma ou mesmo não ter religião definida.

A estrutura deste artigo começa com esta introdução, em seguida apresentamos um breve panorama dos três maiores grupos religiosos, a saber, os “católicos”, os “evangélicos” e os “sem-religião”. Os dados da evolução das filiações religiosas

² Os dez países mais populosos do mundo, em 2002, eram a China (1,281 bilhão de habitantes); Índia (1,050 bilhão); Estados Unidos (287 milhões); Indonésia (217 milhões); Brasil (174 milhões); Rússia (144 milhões); Paquistão (144 milhões); Bangladesh (134 milhões); Nigéria (130 milhões); e Japão (127 milhões), segundo dados do Population Reference Bureau disponíveis no site <http://www.prb.org>.

no Brasil, no período de 1970 a 2000, mostram o processo de concentração e diversificação entre os referidos grupos.

Um outro item de análise foi a composição das religiões no Estado do Rio de Janeiro e em suas regiões, isto é, no interior, na capital e na periferia da Região Metropolitana. Em seguida, apresentamos algumas características demográficas da população do Rio de Janeiro que são necessárias para a análise das diferenças entre os principais grupos religiosos, segundo cor e gênero. Posteriormente, fez-se a análise do nível educacional dos principais grupos religiosos por gênero para o Estado do Rio de Janeiro e suas regiões. Dada a dinâmica do crescimento das igrejas evangélicas, apresentamos uma análise das diversas denominações, tanto dos evangélicos tradicionais (ou de missão) quanto dos evangélicos pentecostais. Por fim, apresentamos as conclusões e a bibliografia.

Panorama das religiões no Brasil

Os dados do Censo Demográfico 1940 mostraram a seguinte distribuição da filiação religiosa no Brasil: 95,2% de católicos, 2,6% de evangélicos, 0,2% de sem-religião e 1,9% de outras religiões. Trinta anos depois, a situação tinha mudado muito pouco, conforme mostra a Tabela 1, que aponta para uma ligeira redução do percentual de católicos e um pequeno crescimento dos outros grupos. A dinâmica das filiações religiosas começou a apresentar rápidas alterações a partir dos anos de 1970 e 2000, quando todos os grupos religiosos cresceram em termos absolutos, porém, só os católicos decresceram em termos relativos e o grupo das outras religiões permaneceu praticamente constante. A redução percentual dos católicos se acelerou ao longo das três últimas décadas. O percentual de católicos, que era superior a 90% ao longo do Século XX, caiu para menos de 3/4 no ano de 2000. Se, na virada do milênio, os católicos tivessem o mesmo percentual da população que tinham em 1970, isto representaria 30 milhões de pessoas a mais. Pode-se dizer, então, que esses 30 milhões de pessoas migraram para os demais grupos. Em termos absolutos, os evangélicos se consolidaram no segundo lugar e foi o grupo que se caracterizou pelo maior crescimento, apresentando uma aceleração nas últimas décadas. Entretanto, o grupo “sem-religião” foi o que deu o maior salto no período, passando de menos de 1% em 1970 para mais de 7% em 2000.

Os demais grupos religiosos adeptos de diferentes seitas, como espírita, umbanda, candomblé, etc., passaram de 2,3% em 1970 para 3,3% em 1991, apresentando um ligeiro declínio na participação relativa (3,2%) no ano de 2000.

Tabela 1 - População, absoluta e relativa, segundo grupos religiosos - 1970/2000

Grupos religiosos	População							
	1970		1980		1991		2000	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Total	93 134 846	100,0	119 011 052	100,0	146 815 818	100,0	169 870 803	100,0
Católicos	85 472 022	91,8	105 861 113	89,0	121 812 771	83,0	125 517 222	73,9
Evangélicos	4 814 728	5,2	7 885 846	6,6	13 189 285	9,0	26 452 174	15,6
Sem religião	701 701	0,8	1 953 096	1,6	6 946 221	4,7	12 492 189	7,4
Outros (1)	2 146 395	2,3	3 310 997	2,8	4 867 541	3,3	5 409 218	3,2

Fonte: Censo demográfico 1970. Rio de Janeiro, v. 1, 1973; Censo demográfico 1980: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 4, n. 1, 1983; Censo demográfico 1991: características gerais da população e instrução. Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, 1996; Censo demográfico 2000: características gerais da população: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Acompanha 1 CD-ROM.

(1) Inclusive os sem declaração.

O panorama nacional mostra que o quadro religioso brasileiro está se diversificando e se tornando mais heterogêneo, principalmente nos anos noventa. Contudo, essa maior diversificação se deve, fundamentalmente, ao crescimento dos evangélicos e dos “sem-religião”. O Censo Demográfico 2000 mostra que a maior penetração católica se dá na Região Nordeste, e a menor, nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste. São exatamente nessas três regiões que existe a maior proporção de evangélicos. Os Estados de Rondônia, Espírito Santo, Roraima e Rio de Janeiro apresentaram, nesta ordem, as maiores proporções de evangélicos, ao passo que foi o Estado do Rio de Janeiro que apresentou a menor proporção de católicos (cerca de 56%). O Rio de Janeiro também foi o estado que apresentou a maior proporção do grupo “sem-religião” e de outras religiões (TABULAÇÃO..., 2002). Exatamente por essas questões, o Rio de Janeiro está na vanguarda da diversidade religiosa que afeta todo o País, todavia antes de entrarmos na análise do referido estado, vamos dar um breve panorama dos principais grupos religiosos que serão estudados.

Os católicos³

A história da religião Católica Apostólica Romana no Brasil se confunde com a própria história do País. A Santa Sé apoiou as Grandes Navegações e o empreendimento colonial das Américas. Os primeiros padres chegaram ao Brasil na esquadra de Pedro Álvares Cabral, no dia 22 de abril de 1500, e a primeira missa foi rezada por Frei Henrique Coimbra, no sul da Bahia, no dia 26 de abril. A união entre o Estado Brasileiro e a Igreja Católica durou todo o período colonial (1500-1822) e prosseguiu durante o Império (1822-1889). O Brasil ficou distante da influência da Reforma Protestante, que teve início em 1517, quando Martinho Lutero divulgou as suas 95 teses, na porta da igreja do castelo de Wittemberg, na Alemanha. Segundo Fausto (1995), durante o período colonial, a Igreja brasileira estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, casamento e morte, além de concentrar em suas mãos a educação das pessoas. Tendo o “controle das almas” na vida diária, era um instrumento muito eficaz para veicular a idéia geral de obediência e, em especial, aquela referente ao poder do Estado. A Igreja cumpriu sua missão de converter índios e negros, bem como de inculcar na população a obediência aos seus preceitos, assim como aos preceitos do Estado:

As duas instituições básicas que, por sua natureza, estavam destinadas a organizar a colonização do Brasil foram o Estado e a Igreja Católica. Embora se trate de instituições distintas, naqueles tempos uma estava ligada à outra. Não existia na época, como existe hoje, o conceito de cidadania, de pessoa com direitos e deveres com relação ao Estado, independentemente da religião. A religião do Estado era a católica e os súditos, isto é, os membros da sociedade, deviam ser católicos (FAUSTO, 1995, p.59-60).

Segundo Mafra (2001), as relações entre o governo colonial e a Santa Sé eram tensas, mas o catolicismo era a única religião oficialmente reconhecida. Após a chegada da família real, em 1808, houve a “abertura dos portos” e começou uma certa circulação de estrangeiros, inclusive alguns ingleses anglicanos. Aventouse, então, a necessidade de se criar alguma regulamentação legal para que os

³ Os dados do Censo 2000 mostram que o grupo das religiões católicas compreendia a Igreja Católica Apostólica Romana, com 125 milhões de fiéis (99,7%), a Igreja Católica Brasileira, com cerca de meio milhão de fiéis (0,3%), e a Igreja Católica Ortodoxa, com menos de 40 mil membros. Assim, a análise do texto tratará apenas da Igreja Católica Apostólica Romana.

estrangeiros realizassem os seus cultos, ainda que de modo restrito. Os imigrantes alemães, luteranos, que chegaram em 1824 a Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, e São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, seguiram as regras de que o salão de culto não deveria ter aparência exterior de igreja e a pregação deveria se restringir aos membros do grupo religioso.

Somente com a Proclamação da República, em 1889, foi que a religião católica deixou de ser a religião oficial do País. Importantes funções, até então monopolizadas pela Igreja Católica, passaram a ser função do Estado, que criou o registro civil para o nascimento e o falecimento das pessoas, passou a só reconhecer o casamento civil e entregou às administrações municipais o controle dos cemitérios. Foi estabelecida a liberdade de culto de todas as crenças religiosas. Essas medidas refletiam o espírito laico dos dirigentes republicanos, assim como tinham o objetivo de facilitar a integração dos imigrantes.

Apesar de declaradamente laico, a partir de 1890, o Estado brasileiro continuou a ter vários vínculos com a Igreja Católica. Em 31 de maio de 1931, já no governo de Getúlio Vargas, Nossa Senhora da Conceição Aparecida foi proclamada Padroeira do Brasil⁴. Quando o Papa João Paulo II veio ao Brasil, em 1980, o governo militar brasileiro declarou o dia de Aparecida, 12 de outubro, feriado nacional. Em termos populares, a Senhora Aparecida é muito apreciada e seu nome é lembrado em cada momento de dificuldade através da invocação “Valha-me, Nossa Senhora” (FERNANDES, 1988).

Pelo exposto, vê-se que a religião católica, na maior parte da história, se confundia com a própria nacionalidade brasileira. Porém, no interior dos católicos, não existe homogeneidade, mas sim diferenciação. Tradicionalmente, há uma oposição básica entre dois modos de se declarar católico: o “ser católico” e o “ser católico praticante”. Ser apenas católico significa haver sido incorporado ao catolicismo por tradições familiares e, depois, continuar através de um difuso costume pessoal e de uma identidade reconhecida, mas não assumida, de afiliação confessional. Esses são os católicos que raramente vão à missa. O “católico praticante” é aquele que constrói

⁴ A pequena imagem da Senhora Negra de Aparecida, encontrada por três pescadores pobres no Rio Paraíba, em 1717, foi elevada à mais alta distinção e foi erguido o Santuário de Aparecida, construído no eixo Rio-São Paulo-Minas.

a sua identidade de católico reconhecendo-se na religião e participando da Igreja. Desta forma, podemos dizer que existem os católicos *light* e aqueles que são *hard*, segundo se depreende das palavras de Brandão (1988, p. 51):

Na verdade, é preciso suspeitar que um país onde uma dominância política da Igreja Católica correspondeu durante quase toda a sua história a uma frouxa relação cotidiana entre os agentes de Igreja e a massa de fiéis, aqueles católicos que não se reconhecem participantes da 'vida da Igreja' acreditam que, a 'seu modo', estão incluídos legitimamente na 'vida da religião'.

Assim, nota-se que grande parte dos católicos brasileiros sempre tiveram uma "frouxa relação" com a Igreja. Com o processo de industrialização, urbanização e secularização do País, na segunda metade do Século XX, essa fraca relação passou a preocupar a cúpula da Igreja. Em 1952, surgiu no Brasil uma das primeiras conferências nacionais de bispos do mundo: a CNBB. Transcorrida quase uma década, o movimento leigo católico passou a atuar mais à esquerda. A Ação Católica brasileira, juntamente com a Juventude Universitária Católica - JUC e a Juventude Operária Católica - JOC, se envolveu com movimentos de esquerda, dando origem à Ação Popular - AP. Com a ditadura militar, criaram-se as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, com orientação da Teologia da Libertação, visando a uma Igreja que, fazendo autocrítica de seu passado, buscava ser "a voz dos que não têm voz" e fazia a "opção preferencial pelos pobres". Tal processo foi reforçado pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e pela Conferência dos Bispos Latino-Americanos, realizada em Medellín, no ano de 1968, conforme mostram Birman e Leite (2002, p. 330):

O Concílio Vaticano II visava a 'modernizar' a Igreja com base num diagnóstico sociológico da situação religiosa no mundo, que indicava secularização crescente da sociedade e do Estado. Foi considerado necessário renovar o catolicismo tradicional da América Latina, que parecia condenado ao declínio no contexto das tendências secularizantes mais amplas [...] No lugar do catolicismo tradicional com milagres e devoção, o povo receberia ferramentas mais 'terrenas' para mudar sua condição social. Dessa forma, esperava-se que a religião deixasse de ser dominada por tentativas de intervir no reino do sobrenatural e se tornasse um instrumento mais convencional de mudança social.

Paralelamente, surgiu o movimento da Renovação Carismática Católica - RCC, que nasceu nos Estados Unidos no ano de 1967 e rapidamente se espalhou pelo mundo, chegando ao Brasil entre 1969 e 1972. Segundo Prandi e Souza (1996), o movimento dos carismáticos, como o pentecostalismo, defende que a renovação espiritual é fruto da importância que nela têm os carismas ou dons do Espírito Santo.

Carismas são dádivas de Deus e devem ser usados por aqueles que tiveram o privilégio de recebê-los. São basicamente nove os dons divinos e se dividem em três grupos: os dons das palavras: dom das línguas estranhas, das interpretações e das profecias; os dons do poder: fé, cura, milagre; e os dons das revelações: sabedoria, ciência e discernimento. Os autores consideram que existe uma oposição entre as Comunidades Eclesiais de Base - CEBS e a Renovação Carismática Católica - RCC, marcando os conflitos atuais dentro da Igreja Católica:

A RCC propõe um tipo de vivência religiosa centrada nos carismas do Espírito Santo, como do dom de línguas, de cura, etc., volta-se para a intimidade, pouco valorizando as questões sociais e rejeitando a participação política nos moldes propostos pela Teologia da Libertação. A RCC pode ser entendida como um duplo movimento de reação conservadora da Igreja: a) como reação voltada para dentro do próprio catolicismo, contrária ao tipo de religiosidade das comunidades eclesiais de base, preocupadas com a ação social em favor de uma sociedade mais justa que deve ser transformada por meio da militância religiosa; e b) como reação voltada para fora do catolicismo, agora em oposição ao evangelismo pentecostal, em competição por devotos, adotando do pentecostalismo traços essenciais, mas mantendo forte identidade católica, com o culto a Maria, a fidelidade ao papa e a frequência aos sacramentos (PRANDI; SOUZA, 1996, p. 88).

Os evangélicos⁵

Os evangélicos ou protestantes remontam ao movimento da Reforma Protestante, ocorrida na Europa, no Século XVI, mas que pouco afetou a Península Ibérica. A Igreja Católica, aliada à Coroa Portuguesa, conseguiu manter os evangélicos longe do Brasil, nos três primeiros séculos da história colonial brasileira. Esse quadro começou a mudar após a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808. Sob a pressão da Inglaterra Anglicana, houve um relaxamento das proibições religiosas. Com a chegada de imigrantes não-católicos, ao longo do Século XIX, o governo do Império passou a permitir, com limitações, a liberdade de cultos não-católicos. Mas foi somente com a Proclamação da República, em 1889, que o catolicismo deixou de ser a religião oficial do País.

Segundo Brandão (1988), as religiões evangélicas cresceram no Brasil não só por meio da imigração, mas também do trabalho de missões conversionistas estrangeiras e, posteriormente, em virtude da proliferação de igrejas nacionais independentes:

⁵ Os evangélicos também são chamados de Bíblia, crente, acatólico, seita, bode, protestante, histórico, missionário, povo avivado, pentecostal, neopentecostal, missa-seca, pentecostal autônomo, renovado, escolhido de Deus, evangélico progressista (MAFRA, 2001).

O 'protestantismo brasileiro' distribui-se entre três ramos principais: a) as denominações 'de imigração', que em boa medida, demográfica e culturalmente, comportam-se como outras religiões de minorias nacionais; b) as denominações 'históricas', de ingresso posterior no país e onde a influência do trabalho conversionista de missões norte-americanas foi muito marcado (presbiterianos, congregacionais, batistas, metodistas); c) as confissões pentecostais (BRANDÃO, 1988, p. 30).

Como vimos antes, os primeiros evangélicos do Brasil vieram com os imigrantes ingleses (anglicanos) e alemães (luteranos) após a abertura dos portos e a independência do Brasil (1822). Em 1855, chegou ao Brasil o inglês Robert Kalley (puritano), que se instalou em Petrópolis e adotou um estilo discreto, mantendo boas relações com a aristocracia da cidade e com o imperador Dom Pedro II. Em 1859, desembarcou, na capital do País, o missionário americano Ashbel Green Simonton, que fundou a Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, conseguindo ampliar o número de fiéis, apesar da "docilidade e perseguição que regia as relações dos missionários evangélicos com os nativos católicos", como mostrou Mafra (2001). Segundo a autora, os batistas, a partir de 1882, adotaram um estilo maciço de propaganda religiosa e, em 1907, já possuíam 83 igrejas e mais de 4 mil membros. Em 1910, chegaram ao Pará dois missionários suecos, Gunnar Vingren e Daniel Berg, que procuraram inicialmente a igreja batista, mas pouco depois criaram a Igreja Assembléia de Deus, que rapidamente se multiplicou, reunindo gente humilde pelas cidades do País. Na mesma época, foi criada, em São Paulo, a Congregação Cristã no Brasil, que é considerada a primeira igreja pentecostal em território brasileiro. No início da década de 1950, foi fundada, também em São Paulo, a Igreja do Evangelho Quadrangular, pelo norte-americano Harold Williams. A ênfase no dom da cura e a incorporação de recursos tecnológicos, no culto e no proselitismo, estão presentes nas denominações criadas a seguir: O Brasil para Cristo (1951), Pentecostal Deus é Amor (1962) e Igreja Universal do Reino de Deus (1977).

Todos esses exemplos mostram que os evangélicos cresceram no País no Século XX, embora tenha sido um crescimento diferenciado e através de uma diversidade de denominações. A nomenclatura utilizada pelo Censo 2000, do IBGE, classifica os evangélicos em dois grandes grupos: os evangélicos de missão (ou tradicionais) e os evangélicos pentecostais. Os dados mostram, também, que o maior crescimento ocorreu entre os evangélicos pentecostais, especialmente nos anos noventa.

Segundo Jacob e outros (2003), o crescimento dos evangélicos pentecostais se constitui no principal fator da diversificação religiosa que vem ocorrendo no Brasil. Esse grupo passou de cerca de 4 milhões em 1980 para 9 milhões em 1991, atingindo 18 milhões em 2000. A distribuição espacial dos evangélicos pentecostais corresponde à distribuição da população total, embora estejam particularmente presentes nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste. Do ponto de vista demográfico, os pentecostais habitam mais as zonas urbanas do que as rurais, congregam mais mulheres do que homens, mais crianças e adolescentes do que adultos, e mais negros (pretos e pardos) e indígenas do que brancos.

Segundo os mesmos autores, o crescimento dos evangélicos de missão (tradicionalistas) foi menor do que o dos pentecostais. A distribuição espacial desse grupo não corresponde à repartição da população total do País e não acompanha a lógica dos grandes centros urbanos. Existem cinco núcleos com forte presença dos evangélicos de missão: os três principais estão ligados ao processo de colonização e abarcam a região serrana do Espírito Santo, o nordeste de Santa Catarina e o norte do Rio Grande do Sul. Os outros dois núcleos com forte presença são de migração recente: a microrregião de Cacoal, em Rondônia, e a de Japurá, no noroeste do Amazonas. Do ponto de vista demográfico, habitam mais as zonas urbanas, congregam mais mulheres do que homens e mais adultos do que jovens, além de estarem mais representados entre os brancos e os indígenas.

Os “sem-religião”

A categoria “sem-religião” abarca aquelas pessoas que dizem explicitamente não ter religião e atende a recomendações internacionais. Até 1970, o número de pessoas nessa categoria representava menos de 1% da população brasileira. Nos anos seguintes, houve um crescimento exponencial, que chegou a 12,5 milhões de pessoas no ano 2000, ou 7,4% da população total. A literatura mostra que o fato de uma pessoa se declarar sem religião não significa que ela seja atéia. Uma parcela das pessoas sem religião provavelmente acredita em Deus, mas não frequenta nenhuma Igreja, outra parcela é constituída de pessoas que não têm uma religião definida. O importante a destacar é que essa categoria é heterogênea, como destacou Decol (1999, p.122):

A autodefinição como ‘sem-religião’, aliás, também está longe de ser homogênea, podendo significar coisas diferentes em diferentes contextos históricos. No passado, por exemplo, ‘sem-religião’ significava ateísmo, secularismo, oposição ao pensamento

religioso. Hoje, porém, pode significar também uma etapa intermediária entre experiências com identidades religiosas diferentes, já que o campo religioso contemporâneo cada vez mais assume o aspecto de um ‘mercado de bens espirituais’, onde os indivíduos fazem escolhas de acordo com critérios pessoais.

Segundo Jacob e outros (2003), a localização da referida categoria, sem religião em 2000, acompanha a dos principais centros metropolitanos do País, sendo que o Rio de Janeiro aparece em primeiro lugar, seguido por São Paulo, Salvador e Recife. Existe uma forte predominância de homens, crianças, adolescentes e jovens. Existe uma proximidade espacial entre aqueles que se declaram “sem-religião” e os evangélicos pentecostais.

O fato de as pessoas “sem-religião” estarem em áreas onde é forte a disputa entre evangélicos pentecostais e os católicos pode indicar que existe uma população “em disputa” ou, então, uma população “descrente” nas instituições religiosas.

A composição das religiões no Estado do Rio de Janeiro

Assim como no Brasil, a concentração das filiações religiosas, no Estado do Rio de Janeiro, se dá em três grupos: católicos, evangélicos e “sem-religião”. Para o Brasil, esses três grupos concentravam 96,7% da população em 1991 e 96,8% em 2000, enquanto no Rio de Janeiro esses números foram 93,7% e 93,9%, respectivamente. Nota-se, assim, que houve até um pequeno crescimento da concentração da população nesses três grupos, apesar da diversidade que se observa entre eles. O grupo de outras religiões, como kardecista, umbanda, candomblé, etc., representa cerca de 3% no Brasil e 6% no Rio de Janeiro.

O primeiro dado que chama a atenção, na comparação entre o recorte estadual e o nacional, é que os católicos representavam 73,8% da população brasileira, embora no Estado do Rio de Janeiro representem apenas 56,2%, no ano 2000. Esse percentual é o menor encontrado entre todas as Unidades da Federação. Enquanto no Brasil os católicos cresceram em termos absolutos, mas decresceram em termos relativos, no Estado do Rio de Janeiro os católicos diminuíram em termos relativos e absolutos, perdendo cerca de meio milhão de pessoas na última década. Essa perda de fiéis se deu, fundamentalmente, para os grupos evangélicos e “sem-religião”. Por ora, o decréscimo absoluto do número de católicos é um fato localizado no Rio de Janeiro, todavia, se essa tendência se generalizar para o restante do Brasil, o declínio da religião católica pode acontecer mais rapidamente do que vem acontecendo até aqui.

A Tabela 2 mostra também que, em contraposição aos católicos, os evangélicos quase duplicaram de tamanho absoluto e cresceram em mais de um milhão e meio de pessoas. Em termos percentuais, os evangélicos passaram de 12,7% para 22% no período. Note-se, ainda, que os evangélicos perdiam em população para o grupo dos sem-religião em 1991, mas no ano de 2000 já os ultrapassavam em quase um milhão de pessoas. Assim mesmo, o crescimento do grupo “sem-religião” foi expressivo, aumentando não só em termos absolutos em quase meio milhão de pessoas, mas também em termos relativos, passando de 13,7% em 1991, para 15,8% em 2000.

As demais filiações religiosas tiveram pequenas variações na década e, no global, diminuíram de 6,3% para 6,1% da população total do Rio de Janeiro. Todas cresceram em termos absolutos, com exceção da religião judaica, que teve uma pequena redução. Em termos relativos, todas diminuíram, com exceção das religiões neo-cristãs (Testemunhas de Jeová, Mórmons e Legião da Boa Vontade - LBV). As religiões mediúnicas (kardecista, candomblé e umbanda) representavam cerca de 4% das filiações no Estado do Rio de Janeiro. Já as religiões orientais (budismo, messiânica, seicho no-ie, etc.) aglutinavam pouco mais de 50 mil pessoas em todo o Estado. Outras religiões, como hinduísmo, islamismo, esotérica, espiritualista, indígena, etc., representavam cerca de 1% das filiações religiosas do Rio de Janeiro.

**Tabela 2 - Grupos religiosos, absoluto e relativo
Estado do Rio de Janeiro - 1991/2000**

Grupos religiosos	1991		2000	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Total	12 807 195	100,00	14 391 282	100,00
Católicos	8 616 845	67,28	8 087 008	56,19
Evangélicos	1 622 890	12,67	3 163 741	21,98
Sem religião	1 759 360	13,74	2 268 018	15,76
Neo-cristã	95 656	0,75	124 303	0,86
Mediúnicas	502 789	3,93	530 888	3,69
Judaica	26 192	0,20	25 752	0,18
Orientais	52 136	0,41	53 894	0,37
Outros	131 328	1,03	137 678	0,96

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Além do Estado do Rio de Janeiro, vamos analisar os dados para o restante desse estado sem a Região Metropolitana, isto é, a cidade do Rio de Janeiro, ou seja, a capital ou núcleo da Região Metropolitana, e sem a capital, isto é, a periferia da Região Metropolitana, seguindo a mesma divisão utilizada por Ribeiro (2002).

A Tabela 3 mostra os dados para o interior do estado. Observe-se que os três grandes grupos religiosos concentram a mesma proporção da média nacional, ou seja, cerca de 96% das filiações religiosas, portanto, acima da média do estado. Entre 1991 e 2000, os católicos diminuíram levemente em termos absolutos e bastante em termos relativos, mas se mantiveram com um percentual acima de 60%, indicando uma maior resistência à perda de fiéis por parte da Igreja Católica, em relação às demais áreas geográficas do estado. Os evangélicos apresentaram um grande salto, seguido pelos “sem-religião”. No ano 2000, a proporção de evangélicos entre o interior e o conjunto do estado foi a mesma, em torno de 22%, mas a proporção de católicos (61,2%) foi maior no interior, enquanto a proporção dos “sem-religião” foi menor (12,6%). Entre as demais religiões, o quadro pouco se alterou. Note-se que as religiões mediúnicas compõem o quarto maior grupo religioso, embora no interior do Estado do Rio de Janeiro agregassem apenas 2,6% das filiações no ano 2000, portanto, bem abaixo do percentual para o estado como um todo. Percebe-se, assim, que a diversidade religiosa é menor no interior, pois apenas os católicos e evangélicos abarcavam 83% da população.

**Tabela 3 - Grupos religiosos, absoluto e relativo
Interior do Estado do Rio de Janeiro - 1991/2000**

Grupos religiosos	1991		2000	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Total	2 417 754	100,00	2 846 083	100,00
Católicos	1 787 213	73,92	1 741 339	61,18
Evangélicos	297 723	12,31	617 171	21,68
Sem religião	235 976	9,76	358 633	12,60
Neo-cristã	17 408	0,72	24 341	0,86
Mediúnicas	58 454	2,42	74 794	2,63
Judaica	207	0,01	376	0,01
Orientais	5 100	0,21	6 617	0,23
Outros	15 673	0,65	22 810	0,80

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

A capital do estado é o local que apresenta a maior diversidade religiosa. Mesmo assim, os três grandes grupos aglutinavam cerca de 92% das filiações, e as demais religiões abarcavam algo em torno de 8% das mesmas.

Os católicos apresentaram, na capital, uma perda absoluta maior do que no interior, mas uma perda relativa menor. Isto acontece porque o montante de habitantes da capital é maior, embora o crescimento demográfico tenha sido menor. No ano 2000, o percentual de católicos ficou em torno de 61%, tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto no interior do estado, conforme mostra a Tabela 4. Contudo, tanto o percentual de evangélicos quanto o de “sem-religião” foram menores na cidade do Rio de Janeiro do que em todo o Estado, mostrando que os evangélicos possuem maior dificuldade de conseguir adeptos na capital. Mesmo assim, é preciso destacar que, em relação ao Estado do Rio de Janeiro, os evangélicos possuem um menor percentual na capital (17,6%), ficando esse número acima da média da presença evangélica no restante do País. As religiões mediúnicas apresentaram o maior percentual na cidade do Rio de Janeiro e, entre 1991 e 2000, tiveram um crescimento absoluto, mas uma pequena queda relativa. A religião judaica está quase toda concentrada na capital do Estado. Grande parte das demais religiões, mesmo que pequenas, estão mais concentradas na cidade do Rio de Janeiro.

**Tabela 4 - Grupos religiosos, absoluto e relativo
Capital do Estado do Rio de Janeiro - 1991/2000**

Grupos religiosos	1991		2000	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Total	5 480 768	100,00	5 857 904	100,00
Católicos	3 827 464	69,83	3 581 834	61,15
Evangélicos	562 214	10,26	1 034 009	17,65
Sem religião	629 427	11,48	781 080	13,33
Neo-cristã	37 835	0,69	43 432	0,74
Mediúnicas	290 114	5,29	304 491	5,20
Judaica	24 754	0,45	23 862	0,41
Orientais	31 958	0,58	32 899	0,56
Outros	77 002	1,40	56 298	0,96

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

A periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi o local em que os católicos apresentaram a maior perda relativa e absoluta do estado, com mais de 230 mil pessoas, conforme mostra a Tabela 5. A citada periferia é o local em que os católicos apresentam um percentual inferior a 50% da população, ou seja, são menos da metade do conjunto dos habitantes. Este fato não pode ser desconsiderado, pois tal periferia possui uma população equivalente à do Estado do Maranhão, que é o décimo estado da Federação em número de habitantes. Nesta região, é onde os evangélicos e os sem-religião apresentam as suas maiores taxas no Estado, mostrando que existe uma tendência do grupo “sem-religião” crescer paralelamente à elevação do percentual de evangélicos. Note-se que, em 1991, o grupo “sem-religião” possuía um contingente maior que o dos evangélicos. Em 2000, entretanto, a situação se inverteu e os evangélicos superaram os “sem-religião” em quase 400 mil pessoas. No conjunto, os três grandes grupos abarcavam cerca de 95% das filiações religiosas na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, portanto, os outros grupos ficaram com os 5% restantes, sendo que as religiões mediúnicas perfaziam um total de 3,1% em 1991, caindo para 2,7% em 2000. A pequena presença de religiões como a umbanda e o candomblé em tal periferia, paralelamente a uma maior presença na capital, não deixa de ser surpreendente, haja vista que o percentual de população negra afro-descendente é maior na periferia do que no núcleo da Região Metropolitana.

**Tabela 5 - Grupos religiosos, absoluto e relativo
Periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1991/2000**

Grupos religiosos	1991		2000	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Total	4 908 673	100,00	5 688 119	100,00
Católicos	3 002 168	61,16	2 763 835	48,59
Evangélicos	762 953	15,54	1 512 561	26,59
Sem religião	893 957	18,21	1 128 305	19,84
Neo-cristã	40 413	0,82	56 530	0,99
Mediúnicas	154 221	3,14	151 603	2,67
Judaica	1 231	0,03	1 514	0,03
Orientais	15 078	0,31	14 378	0,25
Outros	38 652	0,79	59 393	1,04

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Algumas características demográficas da população do Estado do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro é a terceira Unidade da Federação em tamanho de população e o primeiro em grau de urbanização, com mais de 96% da população vivendo nas cidades, no ano 2000. No meio rural, a razão de sexo era superior a 100, significando que existem mais homens do que mulheres na área rural. No meio urbano a razão de sexo é menor do que 100, pois existem muito mais mulheres do que homens nas cidades. Entre 1991 e 2000, a razão de sexo no estado caiu ligeiramente, passando de 93 para 92 homens em cada 100 mulheres. O índice de envelhecimento (percentual da população de 65 anos ou mais de idade sobre a população com menos de 15 anos) aumentou de 20,8 para 29,6, mostrando que o número de pessoas da “terceira idade” passou de 21 para 30 idosos em relação a cada 100 crianças. A razão de sexo é menor na capital, maior no interior e intermediária na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mostrando que a proporção de mulheres é maior quanto mais urbana é a região. Já a proporção de idosos é maior na capital e menor na periferia da Região Metropolitana.

A Tabela 6 mostra a distribuição da população do Rio de Janeiro por cor, razão de sexo e índice de envelhecimento, segundo as regiões do Estado. Note-se que populações branca, preta e parda representavam cerca de 99% do total de habitantes, sendo que a cor branca correspondia a um pouco mais da metade; a cor parda, a cerca de um terço; e a cor preta girava em torno de 10% do total. A capital e o interior do Estado apresentavam o maior percentual de população branca (cerca de 58%), enquanto na periferia da Região Metropolitana a população branca era um pouco menos da metade, sendo superada pela população afro-descendente.

Em todas as regiões, a razão de sexo era menor, e o índice de envelhecimento era maior para a população de cor branca em relação à população negra (preta + parda). Isto quer dizer que, entre os brancos, as mulheres predominam por ampla margem e existe uma maior proporção de pessoas idosas, quando comparada com a população afro-descendente.

Tabela 6 - População, por razão de sexo e índice de envelhecimento, segundo regiões do Estado do Rio de Janeiro e cor - 1991/2000

Regiões e cor	População			
	Absoluta	%	Razão de sexo	Índice de envelhecimento
1991				
Estado do Rio de Janeiro	12 807 195	100,0	93	20,8
Branca	7 022 299	54,8	90	27,3
Preta	1 303 630	10,2	96	20,1
Parda	4 373 046	34,1	98	12,3
Outras	108 219	0,8	90	17,1
Interior do Estado do Rio de Janeiro	2 417 754	100,0	98	16,7
Branca	1 399 123	57,9	95	20,0
Preta	279 304	11,6	104	16,5
Parda	723 464	29,9	104	11,1
Outras	15 863	7,0	94	11,0
Cidade do Rio de Janeiro	5 480 768	100,0	89	29,0
Branca	3 252 517	59,3	87	38,2
Preta	454 609	8,3	89	26,6
Parda	1 715 178	31,3	94	15,4
Outras	58 464	1,1	88	20,4
Periferia da Região Norte do Estado do Rio de Janeiro	4 908 673	100,0	95	15,4
Branca	2 370 660	48,3	91	19,6
Preta	569 717	11,6	98	17,6
Parda	1 934 404	39,4	99	10,3
Outras	33 892	0,7	90	15,6
2000				
Estado do Rio de Janeiro	14 392 106	100,0	92	29,6
Branca	7 871 002	54,7	88	37,9
Preta	1 528 262	10,6	97	30,1
Parda	4 819 488	33,5	97	18,1
Outras	173 354	1,2	93	26,7
Interior do Estado do Rio de Janeiro	2 846 083	100,0	97	24,8
Branca	1 669 017	58,6	93	29,6
Preta	325 214	11,4	104	25,1
Parda	824 604	29,0	103	16,5
Outras	27 248	1,0	96	21,6
Cidade do Rio de Janeiro	5 857 904	100,0	88	40,5
Branca	3 429 103	58,5	85	52,9
Preta	552 717	9,4	91	37,0
Parda	1 803 761	30,8	93	22,5
Outras	72 324	1,2	92	32,2
Periferia da Região Norte do Estado do Rio de Janeiro	5 688 119	100,0	94	22,6
Branca	2 772 882	48,7	90	27,9
Preta	650 331	11,4	100	27,6
Parda	2 191 123	38,5	97	15,5
Outras	73 783	1,3	93	15,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Os principais grupos religiosos segundo cor e gênero

Existem marcantes diferenças demográficas entre os diversos grupos religiosos no Estado do Rio de Janeiro. Observando-se os três grupos religiosos, nota-se, em primeiro lugar, que a razão de sexo entre os católicos segue a média do estado, enquanto a razão de sexo do grupo “sem-religião” está bem acima da média, e a dos evangélicos, bem abaixo da média. Isto significa que, entre os católicos, existem mais mulheres do que homens, mas essa diferença apenas segue a característica do conjunto da população. Já entre os “sem-religião”, existem muito mais homens do que mulheres, e entre os evangélicos, ao contrário, existem muito mais mulheres do que homens. Esses dados mostram que existe uma clara diferenciação de gênero, já que os homens são mais resistentes a uma participação mais constante nas igrejas, enquanto as mulheres são, geralmente, mais presentes. A Tabela 7 mostra que a presença feminina é maior nas igrejas, particularmente entre os evangélicos, que mostram uma capacidade de atração das mulheres bem acima do que se nota nas outras religiões, apesar do “androcentrismo ser parte inerente das religiões” (ROSADO, 2001, p. 96).

Tabela 7 - População, por grupos religiosos e razão de sexo, segundo a cor - Estado do Rio de Janeiro - 1991/2000

Cor	População								
	Sem religião			Católicos			Evangélicos		
	Homem (%)	Mulher (%)	Razão de sexo	Homem (%)	Mulher (%)	Razão de sexo	Homem (%)	Mulher (%)	Razão de sexo
1991									
Total absoluto	1 025 357	734 003	140	4 153 473	4 463 372	93	662 586	960 304	69
Branca	46,60	47,50	137	56,10	58,20	90	48,80	49,80	68
Preta	12,10	11,50	146	9,80	9,50	96	11,60	11,50	69
Parda	40,40	39,90	142	33,70	31,80	98	39,20	38,10	71
2000									
Total absoluto	1 343 687	924 331	145	3 868 734	4 218 274	92	1 325 359	1 838 382	72
Branca	45,95	46,94	142	57,64	59,97	88	47,55	49,12	70
Preta	13,32	12,60	154	9,79	9,22	97	12,07	11,82	74
Parda	39,49	39,22	146	31,53	29,74	97	39,22	37,84	75

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Comparando-se os dados das Tabelas 6 e 7, percebe-se que a religião católica tem uma predominância entre a população branca, enquanto o grupo “sem-religião” e os evangélicos predominam entre a população negra (preta + parda). Isto é válido tanto para 1991 quanto para o ano 2000, pois a percentagem de católicos entre a população branca é maior do que a média, enquanto a percentagem dos “sem-religião” e dos evangélicos é menor entre a população branca e maior entre a população negra. Mais uma vez, percebe-se que o grupo “sem-religião” cresce onde, concomitantemente, aumenta a presença dos evangélicos.

A Tabela 8 mostra os mesmos dados para o interior do Estado do Rio de Janeiro. Note-se que as mesmas relações observadas para o estado se fazem presentes, ou seja, os homens predominam entre os “sem-religião”, e as mulheres predominam entre os evangélicos, ficando os católicos com a mesma razão de sexo existente entre a população total. Também o grupo “sem-religião” e os evangélicos possuem uma maior presença entre a população negra, enquanto os católicos possuem uma maior presença entre a população branca.

**Tabela 8 - População, por grupos religiosos e razão de sexo
Interior do Estado do Rio de Janeiro - 1991/2000**

Cor	População								
	Sem religião			Católicos			Evangélicos		
	Homem (%)	Mulher (%)	Razão de sexo	Homem (%)	Mulher (%)	Razão de sexo	Homem (%)	Mulher (%)	Razão de sexo
1991									
Total absoluto	143 039	92 937	154	887 412	899 800	99	126 228	171 494	74
Branca	50,30	50,60	153	57,50	59,70	95	56,60	57,80	72
Preta	13,90	13,50	159	11,80	11,20	104	11,10	11,00	74
Parda	35,00	35,00	154	30,20	28,60	104	31,80	30,60	77
2000									
Total absoluto	222 574	136 060	164	857 035	884 304	97	266 067	351 105	76
Branca	51,38	52,18	161	59,25	61,88	93	54,32	56,51	73
Preta	14,08	13,50	171	11,23	10,57	103	12,50	11,85	80
Parda	33,51	33,21	165	28,67	26,69	104	32,21	30,65	80

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

A Tabela 9 mostra que também para a cidade do Rio de Janeiro os homens predominam entre os “sem-religião”, e as mulheres predominam entre os evangélicos, ficando os católicos com a mesma razão de sexo existente entre a população total. Já o grupo “sem-religião” e os evangélicos possuem uma maior presença entre a população negra, enquanto os católicos possuem uma maior presença entre a população branca. Cumpre destacar que a capital do Estado é a região que tem a maior proporção de população branca e, não por coincidência, a maior proporção de católicos e a menor proporção de evangélicos. Como vimos antes, a população da cidade do Rio de Janeiro tem o maior índice de envelhecimento do estado. Desta forma, percebe-se que o maior contingente de católicos se encontra entre a população branca e mais idosa.

**Tabela 9 - População, por grupos religiosos e razão de sexo
Cidade do Rio de Janeiro - 1991/2000**

Cor	População								
	Sem religião			Católicos			Evangélicos		
	Homem (%)	Mulher (%)	Razão de sexo	Homem (%)	Mulher (%)	Razão de sexo	Homem (%)	Mulher (%)	Razão de sexo
1991									
Total absoluto	366 194	263 232	139	1 803 542	2 023 922	89	223 614	338 600	66
Branca	52,30	53,20	137	60,60	62,40	86	50,30	50,60	66
Preta	10,10	9,70	145	7,70	7,70	89	10,10	10,60	63
Parda	36,30	35,40	143	31,30	29,40	95	39,10	38,30	68
2000									
Total absoluto	458 860	322 220	142	1 675 534	1 906 300	88	423 969	610 040	69
Branca	49,98	51,10	139	61,30	63,43	85	47,85	49,13	68
Preta	12,19	11,60	150	8,41	8,19	90	11,54	11,53	70
Parda	36,50	35,97	145	29,25	27,31	94	39,38	38,06	72

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

A Tabela 10 mostra que a predominância dos homens entre os “sem-religião” e das mulheres entre os evangélicos, bem como a supremacia do grupo “sem-religião” e dos evangélicos entre a população negra, também é válida para a periferia da Região Metropolitana. Como nesta região a população negra constitui mais da

metade dos habitantes, a presença do grupo “sem-religião” e dos evangélicos sobe bastante em relação à média do estado.

É até surpreendente como se mantém um mesmo padrão de distribuição dos percentuais das filiações religiosas, segundo a razão de sexo entre a população branca e negra nas diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro. Todavia, os dados mostram que o crescimento dos evangélicos tem ocorrido da periferia para o centro, com predominância entre as mulheres e os jovens. O crescimento das filiações evangélicas entre as mulheres é um fato marcante, especialmente quando se considera que os homens predominam entre o grupo dos “sem-religião”.

**Tabela 10 - População, por grupos religiosos e razão de sexo
Periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1991/2000**

Cor	População								
	Sem religião			Católicos			Evangélicos		
	Homem (%)	Mulher (%)	Razão de sexo	Homem (%)	Mulher (%)	Razão de sexo	Homem (%)	Mulher (%)	Razão de sexo
1991									
Total absoluto	516 123	377 834	137	1 462 518	1 539 650	95	312 743	450 209	69
Branca	41,50	42,70	133	49,80	51,90	91	44,60	46,10	67
Preta	12,90	12,30	144	11,10	10,80	98	12,80	12,50	71
Parda	44,90	44,10	139	38,60	36,90	99	42,20	40,90	72
2000									
Total absoluto	662 253	466 052	142	1 336 165	1 427 670	94	635 324	877 237	72
Branca	41,33	42,53	138	52,01	54,17	90	44,52	46,16	70
Preta	13,84	13,03	151	10,59	9,77	102	12,23	12,01	74
Parda	43,57	43,22	143	36,22	34,87	97	42,05	40,57	75

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Principais grupos religiosos segundo cor, gênero e anos de educação

O Brasil é um país muito desigual e essa desigualdade se manifesta em suas múltiplas dimensões. As desigualdades educacionais, por exemplo, acontecem em todos os níveis. No Rio de Janeiro, ao nível regional, existem diferenças na educação média da população. Assim, não poderia deixar de haver, também, fortes diferenças educacionais em relação às diversas filiações religiosas. A partir dos

dados sobre os anos médios de estudo apresentados na Tabela 11, grosso modo, podemos fazer as seguintes considerações:

- Praticamente, todas as categorias apresentaram ganhos educacionais nos anos noventa;
- As pessoas de cor branca possuíam maior grau de estudo em relação às pardas que, por sua vez, apresentavam anos médios de estudo acima daquelas de cor preta;
- Os níveis mais elevados de educação estavam na capital, seguida da periferia da Região Metropolitana, sendo que o interior do estado apresentava as médias mais baixas;
- As mulheres católicas e evangélicas tiveram desempenho educacional pior que o dos homens em 1991 e reverteram a situação no ano 2000. O mesmo não acontece entre os “sem-religião”, provavelmente pelo fato de a razão de sexo ser amplamente favorável aos homens;
- O nível educacional dos católicos, tanto dos homens quanto das mulheres, foi superior ao dos outros dois grupos;
- O nível educacional dos evangélicos foi inferior ao dos católicos em geral e ao dos “sem-religião” de cor branca, porém, os evangélicos apresentaram melhor desempenho educacional em relação aos “sem-religião” entre a população negra (preta + parda); e
- Os desníveis de educação entre católicos e evangélicos são maiores entre a população branca e menos nítidos entre a população negra.

Se considerarmos o nível educacional como uma *proxy* do estrato social, podemos dizer que os evangélicos têm crescido principalmente entre os estratos menos favorecidos da população, enquanto os católicos, como representantes da religião mais tradicional do País, se mantêm mais fortes entre a população branca, especialmente na capital do Estado do Rio de Janeiro. Desta forma, podemos considerar que a expansão da filiação evangélica está ocorrendo de baixo para cima. Cumpre lembrar que estudos complementares podem indicar até que ponto as filiações religiosas contribuem para incentivar o maior nível educacional das pessoas.

**Tabela 11 - População, por razão de sexo e índice de envelhecimento,
segundo regiões do Estado do Rio de Janeiro e cor - 1991/2000**

Regiões e cor	População					
	Sem religião		Católicos		Evangélicos	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
1991						
Estado do Rio de Janeiro						
Branca	6,10	5,90	6,60	6,50	5,50	5,30
Preta	3,90	3,60	4,30	4,20	4,20	3,90
Parda	4,30	4,10	4,90	4,80	4,60	4,40
Interior do Estado do Rio de Janeiro						
Branca	4,60	4,60	5,10	5,30	4,40	4,40
Preta	2,60	2,30	3,20	3,20	3,10	3,00
Parda	3,30	3,30	3,80	4,00	3,70	3,50
Cidade do Rio de Janeiro						
Branca	7,70	7,30	7,80	7,50	6,60	6,30
Preta	4,90	4,50	5,40	4,90	5,20	4,70
Parda	5,10	4,90	5,60	5,40	5,30	5,10
Periferia da Região Norte do Estado do Rio de Janeiro						
Branca	5,20	5,00	5,90	5,80	5,00	4,90
Preta	3,80	3,50	4,20	4,00	4,00	3,70
Parda	4,10	3,80	4,70	4,50	4,40	4,20
2000						
Estado do Rio de Janeiro						
Branca	5,80	5,50	7,00	7,10	5,50	5,80
Preta	4,30	4,10	5,20	5,10	4,80	4,90
Parda	4,40	4,10	5,30	5,40	4,80	5,00
Interior do Estado do Rio de Janeiro						
Branca	4,90	4,70	5,70	6,00	4,80	5,10
Preta	3,60	3,30	4,10	4,30	3,90	4,00
Parda	3,80	3,50	4,40	4,70	4,00	4,30
Cidade do Rio de Janeiro						
Branca	7,10	6,60	8,00	7,90	6,40	6,50
Preta	5,00	4,70	6,10	5,90	5,80	5,70
Parda	5,00	4,60	5,90	6,00	5,30	5,50
Periferia da Região Norte do Estado do Rio de Janeiro						
Branca	5,10	4,80	6,40	6,40	5,30	5,50
Preta	4,20	3,90	5,00	4,90	4,60	4,80
Parda	4,30	3,90	5,10	5,10	4,60	4,80

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

As religiões evangélicas segundo suas diversas denominações no Estado do Rio de Janeiro

Como vimos anteriormente, as filiações evangélicas foram as que mais cresceram no Estado do Rio de Janeiro nas últimas três décadas. Este crescimento é o principal responsável pela diversificação religiosa em curso no País e no estado. Contudo, os evangélicos são um grupo bastante heterogêneo. Devido a esses fatos, justifica-se um estudo mais detalhado das diversas denominações em que se dividem os evangélicos no Rio de Janeiro.

A Tabela 12 mostra essas denominações para o Estado do Rio de Janeiro, sendo que, em primeiro lugar, aparecem os evangélicos tradicionais (ou de missão), seguidos pelas diversas igrejas evangélicas pentecostais. Chama a atenção o fato de que todos os dois grupos cresceram, embora o segundo tenha crescido em um ritmo quase duas vezes maior. Apesar da grande dispersão, quatro denominações se destacavam no ano 2000: as pentecostais Assembléia de Deus (32% do total de evangélicos) e Universal do Reino de Deus (13%) e as tradicionais Batista (21%) e Metodista (5%). Essas quatro igrejas, juntas, representavam quase 3/4 do total de evangélicos do Estado do Rio de Janeiro no ano 2000. Entre os evangélicos de missão, houve uma redução das filiações relativas aos luteranos e anglicanos, exatamente, aquelas igrejas ligadas aos imigrantes alemães e ingleses que vieram para o Estado ainda no Século XIX. Entre os pentecostais, o único declínio ocorreu na Congregação Cristã do Brasil, que é uma igreja que não tem a sua maior força no Estado do Rio de Janeiro, mas sim no Estado de São Paulo e em outras regiões do País. As duas denominações pentecostais mais fortes no estado, a Assembléia de Deus e a Universal do Reino de Deus, foram também aquelas que apresentaram as maiores taxas de crescimento durante a década.

Observe-se que as diferenças de gênero e geração também são marcantes. Como já foi visto, existe uma predominância de mulheres e jovens entre os evangélicos, quando comparados aos católicos. Contudo, dentro do grupo evangélico, existem evidentes diferenças. Note-se que, em geral, os evangélicos de missão possuem razão de sexo e índice de envelhecimento mais elevados que os pentecostais, o que comprova uma presença maior de homens e pessoas mais idosas. Isto mostra que a expansão maior dos pentecostais ocorre via crescimento entre as mulheres e a população mais jovem.

Tabela 12 - População de religiões evangélicas, por razão de sexo, índice de envelhecimento e anos de estudo, segundo as diversas denominações da religião - Estado do Rio de Janeiro - 1991/2000

Diversas denominações da religião	População de religiões evangélicas			
	Total	Razão de sexo	Índice de envelhecimento	Anos de estudo
1991				
Total	1 622 890	69	22	5
Tradicional Luterana	7 506	85	102	9
Tradicional Presbiteriana	54 992	71	35	6
Tradicional Metodista	38 782	68	29	6
Tradicional Batista	385 948	70	26	6
Tradicional Congregacional	20 082	71	20	6
Tradicional Adventista	38 137	70	26	5
Tradicional Episcopal Anglicana	2 843	86	49	8
Outras Tradicionais	44 684	87	21	6
Pentecostal Assembléia de Deus	294 580	76	19	4
Pentecostal Congregação Cristã do Brasil	59 616	70	19	4
Pentecostal O Brasil para Cristo	2 815	56	37	3
Pentecostal Evangelho Quadrangular	5 417	51	23	4
Pentecostal Universal do Reino de Deus	126 632	53	16	4
Pentecostal Casa da Bênção	10 572	53	28	3
Pentecostal Casa da Oração	3 553	77	20	3
Pentecostal Deus é Amor	7 426	67	24	2
Pentecostal Maranata	9 780	62	11	6
Outras Evangélicas	509 527	69	19	5
2000				
Total	3 163 741	72	23	5
Tradicional Luterana	5 793	96	249	11
Tradicional Presbiteriana	94 495	70	38	7
Tradicional Metodista	149 103	71	20	6
Tradicional Batista	669 287	73	27	6
Tradicional Congregacional	61 452	72	23	6
Tradicional Adventista	61 178	74	35	6
Tradicional Episcopal Anglicana	948	69	270	11
Outras Tradicionais	1 794	63	26	6
Pentecostal Assembléia de Deus	1 012 988	80	19	4
Pentecostal Congregação Cristã do Brasil	49 947	75	23	5
Pentecostal O Brasil para Cristo	12 148	69	17	4
Pentecostal Evangelho Quadrangular	37 267	64	18	5
Pentecostal Universal do Reino de Deus	395 209	60	23	5
Pentecostal Casa da Bênção	25 379	69	26	4
Pentecostal Casa da Oração	15 307	81	30	4
Pentecostal Deus é Amor	50 097	71	26	3
Pentecostal Maranata	50 401	70	18	6
Outras Evangélicas	470 948	68	20	6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

São também marcantes as diferenças de nível educacional, apesar de quase todas as denominações apresentarem progresso entre 1991 e 2000. Os evangélicos tradicionais possuem anos médios de estudo superiores aos dos pentecostais, especialmente os luteranos e anglicanos. Contudo, essas duas denominações são pequenas em termos quantitativos, além de serem marcadas por alto índice de envelhecimento, o que explica, em grande parte, por que os anos médios de estudo são muito mais elevados que os dos demais. Mesmo entre os pentecostais, parece existir uma espécie de divisão de “mercado”, uma vez que a Igreja Deus é Amor atua entre a população de nível educacional inferior, enquanto a Igreja Maranata atua entre aqueles que, em média, possuem mais anos de estudo.

De modo geral, as mesmas características encontradas no estado também estão presentes no seu interior. No ano 2000, as mesmas quatro denominações que predominavam no estado como um todo também tinham maioria no interior do Rio de Janeiro. Entretanto, cabe destacar o alto crescimento da Igreja Universal do Reino de Deus, pois em 1991 ela participava com menos de 3% do total de evangélicos e, no ano 2000, já abarcava 9% das filiações, sendo o interior a região onde tinha a sua menor proporção no Estado. Por sua vez, nessa mesma região a Igreja Congregação do Brasil apresentou crescimento, sobretudo nas zonas fronteiriças com São Paulo e Minas Gerais. Observe-se que a razão de sexo e o índice de envelhecimento indicam que a presença de mulheres e jovens é grande entre os evangélicos, especialmente entre os pentecostais.

De maneira semelhante, as mesmas características encontradas no estado e no interior também estão presentes na cidade do Rio de Janeiro, ou seja, os evangélicos pentecostais têm maior presença entre as mulheres e jovens e apresentaram maior crescimento na última década do que os evangélicos de missão. As mesmas quatro denominações que predominavam no Estado e no interior também tinham maioria na capital, com destaque para o maior peso da Igreja Universal do Reino de Deus, pois no ano 2000 ela possuía mais de 17% do total dos evangélicos.

Note-se que, na capital, os índices de envelhecimento são mais elevados do que nas outras regiões do estado. Numa população mais envelhecida, é de se

Tabela 13 - População de religiões evangélicas, por razão de sexo, índice de envelhecimento e anos de estudo, segundo as diversas denominações da religião - Interior do Estado do Rio de Janeiro - 1991/2000

Diversas denominações da religião	População de religiões evangélicas			
	Total	Razão de sexo	Índice de envelhecimento	Anos de estudo
1991				
Total	297 723	74	21	4
Tradicional Luterana	1 264	73	30	7
Tradicional Presbiteriana	16 135	76	32	5
Tradicional Metodista	13 310	69	25	5
Tradicional Batista	87 665	73	25	5
Tradicional Congregacional	2 481	73	8	4
Tradicional Adventista	7 327	81	20	4
Tradicional Episcopal Anglicana	136	86	66	9
Outras Tradicionais	8 979	67	20	6
Pentecostal Assembléia de Deus	53 655	78	20	3
Pentecostal Congregação Cristã do Brasil	14 657	78	20	3
Pentecostal O Brasil para Cristo	1 739	58	31	3
Pentecostal Evangelho Quadrangular	1 175	39	9	3
Pentecostal Universal do Reino de Deus	8 418	55	9	3
Pentecostal Casa da Bênção	1 579	43	18	2
Pentecostal Casa da Oração	454	39	27	5
Pentecostal Deus é Amor	2 326	67	13	2
Pentecostal Maranata	1 681	57	11	6
Outras Evangélicas	74 740	74	17	3
2000				
Total	617 171	76	22	5
Tradicional Luterana	612	109	159	11
Tradicional Presbiteriana	28 971	73	25	6
Tradicional Metodista	57 496	72	17	5
Tradicional Batista	153 940	74	27	5
Tradicional Congregacional	10 432	79	21	5
Tradicional Adventista	13 492	78	28	5
Tradicional Episcopal Anglicana	47	93	198	8
Outras Tradicionais	630	50	24	6
Pentecostal Assembléia de Deus	185 257	83	21	4
Pentecostal Congregação Cristã do Brasil	17 011	83	25	4
Pentecostal O Brasil para Cristo	4 529	71	17	4
Pentecostal Evangelho Quadrangular	5 477	69	16	4
Pentecostal Universal do Reino de Deus	55 370	60	17	4
Pentecostal Casa da Bênção	6 873	88	19	3
Pentecostal Casa da Oração	2 539	106	40	5
Pentecostal Deus é Amor	10 014	75	30	2
Pentecostal Maranata	9 931	70	16	6
Outras Evangélicas	54 549	77	18	4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Tabela 14 - População de religiões evangélicas, por razão de sexo, índice de envelhecimento e anos de estudo, segundo as diversas denominações da religião - Cidade do Estado do Rio de Janeiro - 1991/2000

Diversas denominações da religião	População de religiões evangélicas			
	Total	Razão de sexo	Índice de envelhecimento	Anos de estudo
1991				
Total	562 214	66	24	6
Tradicional Luterana	4 147	96	122	10
Tradicional Presbiteriana	18 716	67	36	7
Tradicional Metodista	12 611	67	35	7
Tradicional Batista	127 807	68	28	6
Tradicional Congregacional	6 046	75	21	7
Tradicional Adventista	14 603	67	31	7
Tradicional Episcopal Anglicana	2 074	86	53	8
Outras Tradicionais	17 871	70	22	6
Pentecostal Assembléia de Deus	68 957	73	20	4
Pentecostal Congregação Cristã do Brasil	20 299	71	24	5
Pentecostal O Brasil para Cristo	297	44	50	4
Pentecostal Evangelho Quadrangular	1 534	59	28	5
Pentecostal Universal do Reino de Deus	53 916	51	21	5
Pentecostal Casa da Bênção	2 782	56	36	3
Pentecostal Casa da Oração	530	92	18	5
Pentecostal Deus é Amor	1 388	68	37	3
Pentecostal Maranata	2 353	54	18	7
Outras Evangélicas	206 284	65	21	5
2000				
Total	1 034 009	69	26	6
Tradicional Luterana	3 359	93	212	11
Tradicional Presbiteriana	30 546	67	55	8
Tradicional Metodista	34 918	68	27	7
Tradicional Batista	205 201	72	32	7
Tradicional Congregacional	18 175	72	25	7
Tradicional Adventista	21 411	71	41	7
Tradicional Episcopal Anglicana	695	75	271	12
Outras Tradicionais	492	89	27	6
Pentecostal Assembléia de Deus	303 257	78	19	5
Pentecostal Congregação Cristã do Brasil	14 272	68	22	6
Pentecostal O Brasil para Cristo	1 975	52	24	5
Pentecostal Evangelho Quadrangular	11 952	62	26	6
Pentecostal Universal do Reino de Deus	179 314	59	26	5
Pentecostal Casa da Bênção	6 378	64	28	4
Pentecostal Casa da Oração	3 643	80	23	5
Pentecostal Deus é Amor	13 248	69	30	4
Pentecostal Maranata	15 799	64	19	8
Outras Evangélicas	169 371	65	26	6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Tabela 15 - População de religiões evangélicas, por razão de sexo, índice de envelhecimento e anos de estudo, segundo as diversas denominações da religião - Periferia da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro - 1991/2000

Diversas denominações da religião	População de religiões evangélicas			
	Total	Razão de sexo	Índice de envelhecimento	Anos de estudo
1991				
Total	762 953	69	20	4
Tradicional Luterana	2 095	72	144	8
Tradicional Presbiteriana	20 142	70	37	6
Tradicional Metodista	12 861	68	27	6
Tradicional Batista	170 476	69	25	5
Tradicional Congregacional	11 555	68	23	5
Tradicional Adventista	16 207	68	26	5
Tradicional Episcopal Anglicana	632	86	37	7
Outras Tradicionais	17 834	77	20	6
Pentecostal Assembléia de Deus	171 967	77	19	4
Pentecostal Congregação Cristã do Brasil	24 659	65	15	4
Pentecostal O Brasil para Cristo	779	56	46	3
Pentecostal Evangelho Quadrangular	2 708	53	29	4
Pentecostal Universal do Reino de Deus	64 297	54	13	4
Pentecostal Casa da Bênção	6 211	55	26	3
Pentecostal Casa da Oração	2 569	83	19	3
Pentecostal Deus é Amor	3 712	67	29	3
Pentecostal Maranata	5 746	68	9	6
Outras Evangélicas	228 502	70	18	4
2000				
Total	1 512 561	72	21	5
Tradicional Luterana	1 822	99	360	10
Tradicional Presbiteriana	34 978	71	39	7
Tradicional Metodista	56 688	72	18	6
Tradicional Batista	310 146	72	24	6
Tradicional Congregacional	32 845	71	22	6
Tradicional Adventista	26 275	76	35	6
Tradicional Episcopal Anglicana	205	48	77	9
Outras Tradicionais	671	86	25	7
Pentecostal Assembléia de Deus	524 474	79	19	4
Pentecostal Congregação Cristã do Brasil	18 664	73	22	5
Pentecostal O Brasil para Cristo	5 644	74	15	4
Pentecostal Evangelho Quadrangular	19 838	63	15	5
Pentecostal Universal do Reino de Deus	160 525	60	22	5
Pentecostal Casa da Bênção	12 128	63	29	4
Pentecostal Casa da Oração	9 125	75	31	4
Pentecostal Deus é Amor	26 835	69	23	3
Pentecostal Maranata	24 671	75	18	6
Outras Evangélicas	247 027	69	17	5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

esperar que haja níveis médios de educação mais elevados. De modo geral, esse fato é confirmado para as diversas denominações evangélicas. Já a razão de sexo é menor na capital, o que reflete a maior presença feminina, devido ao efeito da migração e da maior sobrevivência das mulheres.

Também na periferia da Região Metropolitana os evangélicos pentecostais têm maior presença entre as mulheres e jovens e apresentaram maior crescimento na última década do que os evangélicos de missão. As mesmas quatro denominações que predominavam no estado e no interior também tinham maioria na capital, com destaque para o maior peso da Igreja Assembléia de Deus, pois no ano 2000 ela possuía cerca de 35% do total de evangélicos. Essa Igreja tem crescido mais entre a população menos favorecida das periferias das cidades e entre a população negra. Portanto, não é de estranhar que ela tenha mais peso na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

No conjunto do estado, os evangélicos dobraram o número de fiéis entre 1991 e 2000, tendo sido esse mesmo número alcançado na periferia da Região Metropolitana. Por outro lado, no interior, as filiações evangélicas aumentaram 2,1% e, na capital, o crescimento foi um pouco menos, chegando a 1,8%, o que pode ser considerado bastante expressivo.

Conclusões

A Igreja Católica Apostólica Romana reinou soberana por quase 500 anos no Brasil. O catolicismo sempre fez parte da nacionalidade brasileira. Contudo, o quadro religioso começou a mudar, lentamente, depois de 1950 e, mais rapidamente, nas duas últimas décadas do milênio. O Século XXI começou com intensa movimentação das igrejas no Brasil, apontando para o aprofundamento de uma nova configuração religiosa no País. Existe um processo de “diversificação concentrada”, isto porque a diversificação religiosa aconteceu entre três grupos (católicos, evangélicos e “sem-religião”) que, nas últimas décadas, concentraram mais de 96% das filiações religiosas no Brasil e cerca de 94% no Estado do Rio de Janeiro. Por tal motivo, a análise apresentada nesse artigo teve como foco esses três grupos.

Para o Brasil como um todo, entre 1991 e 2000, os três grupos apresentaram crescimento absoluto, mas somente os católicos apresentaram decréscimo relativo. Em parte, a diminuição relativa da chamada “cristandade” tem a ver com o processo de industrialização, urbanização e secularização por que passou a sociedade brasileira. Como mostrou Camargo (1971), o catolicismo tradicional no Brasil sempre esteve ligado à sociabilidade rural, cujas normas e valores culturais estavam ligados ao processo de institucionalização do catolicismo no País. As transformações estruturais e institucionais ocorridas na segunda metade do Século XX propiciaram um certo “desraizamento” de grande parte da população, abrindo espaço para o crescimento das correntes evangélicas e dos “sem-religião”.

Os evangélicos começaram a se fixar no Brasil mais de 300 anos após a realização da primeira missa católica, rezada em 26 de abril de 1500. Todavia, no começo, a presença evangélica estava ligada a grupos específicos de imigrantes, ao mesmo tempo em que se localizava em espaços territoriais limitados. Somente nas últimas décadas, o fenômeno evangélico tomou uma dimensão nacional e teve “ganhos de escala”, para se constituir numa força que pode vir a ameaçar a hegemonia católica no País. Tanto os evangélicos de missão quanto os pentecostais apresentam grande multiplicidade de denominações, mas especialmente os últimos se subdividem em uma miríade de Igrejas que se espalham por todo o Território Nacional. O caráter militante e missionário dos evangélicos é um fato bastante conhecido e pode ser exemplificado pelo seguinte ditado: *“A bíblia do católico cheira a mofo e a bíblia do evangélico cheira a suor”*.

O crescimento do grupo “sem-religião” acompanha dois vetores: o processo de secularização, por um lado, e a disputa do “mercado religioso”, principalmente entre católicos e evangélicos, por outro. Naturalmente, existem muitas pessoas que não acreditam em Deus, mas, em grande parte, ser sem religião não é o mesmo do que ser ateu. O grupo “sem-religião” parece abarcar pessoas sem religião definida ou que abandonaram uma Igreja e não chegaram a optar por outra. Esse grupo é composto, majoritariamente, por homens, além de possuir forte peso de crianças e jovens.

As tendências referidas acima são mais acentuadas no Estado do Rio de Janeiro, onde os católicos decresceram em termos relativos e absolutos entre 1991 e 2000. Nesse estado os evangélicos atingem a quarta maior presença entre as

Unidades da Federação e os “sem-religião” alcançam suas maiores taxas. Além disso, as demais religiões abarcam pouco mais de 6% da população carioca e fluminense, taxa considerada pequena, embora represente o dobro do tamanho da média das outras religiões no restante do País. Assim, pode-se afirmar com certeza que o Estado do Rio de Janeiro apresenta a maior diversidade religiosa do Brasil. Em seu território, as maiores diferenças são encontradas entre a periferia e o núcleo da Região Metropolitana.

Evidentemente, é muito difícil fazer projeções e saber se tais tendências vão prosseguir ou retroceder nas próximas décadas. Entretanto, a análise dos dados sugere que o crescimento dos evangélicos deve prosseguir, pois eles estão mais presentes entre os jovens e nas regiões com maior crescimento demográfico, ao contrário dos católicos, que possuem maior peso não só entre os idosos e a população rural, que é pequena e está diminuindo, mas também nas regiões com menor dinamismo demográfico.

O processo de difusão das filiações evangélicas, especialmente dos pentecostais, pode ser descrito como um avanço que se dá, prioritariamente, tanto nos estratos sociais menos privilegiados quanto nas periferias das cidades, nas regiões urbanas, entre as mulheres, a população negra (preta + parda), as pessoas de nível educacional baixo ou médio, bem como entre os jovens. Desta forma, podemos dizer, grosso modo, que o Brasil está passando por um processo de mudança religiosa e cultural, com difusão da mensagem evangélica que acontece de baixo para cima, em termos sociais, da periferia para o centro, em termos espaciais, do meio urbano para o rural em termos de situação do domicílio, dos negros para os brancos, em termos étnicos-raciais, dos jovens para os idosos, em termos de geração, e das mulheres para os homens, em termos de gênero.

Referências

BIRMAN, P.; LEITE, M. P. O que aconteceu com o antigo maior país católico do mundo? In: BETHELL, L. (Org.). *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro: dez ensaios sobre política e sociedade brasileira*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 348 p.

BRANDÃO, C. R. Ser católico: dimensões brasileiras - um estudo sobre a atribuição de identidade através da religião. In: SACHS, V. et al. *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Graal, c1988. 189 p.

CAMARGO, C. P. F. de. *Igreja e desenvolvimento*. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1971. 218 p.

CENSO DEMOGRÁFICO 1970. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1973.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 4, n. 1, 1983.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991: características gerais da população e instrução. Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, 1996.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: características gerais da população: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Acompanha 1 CD-ROM.

DECOL, R. D. Mudança religiosa no Brasil: uma visão demográfica. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 16, n. 1/2, p. 121-137, jan./dez. 1999.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUSP: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1995. 650 p. (Didática, 1).

FERNANDES, R. C. Aparecida: nossa rainha, senhora e mãe, sarava! In: SACHS, V. et al. *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Graal, c1988. 189 p.

JACOB, C. R. et al. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da PUC; São Paulo: Loyola, 2003. 240 p.

MAFRA, C. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. 88 p. (Descobrimo o Brasil).

PRANDI, R.; SOUZA, A. R. A carismática despolitização da igreja católica. In: PIERUCCI, A. F. de O.; PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996. 293 p.

RIBEIRO, M. A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002.

ROSADO, M. J. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. *Cadernos PAGU: revista do Núcleo de Estudos de Gênero, da Universidade Estadual de Campinas, Campinas*, n. 16, p. 79-96, 2001.

SANCHIS, P. Conversão e participação política. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: CEBRAP, v. 6, p. 118-124, 1997.

TABULAÇÃO avançada do censo demográfico 2000: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 174 p. Acompanha 1 CD-ROM.

capítulo 11

Escolaridade no Estado do Rio de Janeiro através dos censos populacionais: diferenciais por sexo e grupos de cor ou raça

Kaizô Iwakami Beltrão*

Introdução¹

As barreiras cognitivas impedem o avanço dos grupos sociais menos afluentes. Depois da linguagem falada, é a linguagem escrita a fronteira mais básica a ser transposta para se exercer uma real cidadania².

* Pesquisador e Professor do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, da ENCE/IBGE.

¹ Parte desta introdução já foi vista em Beltrão e Novellino (2002) e Beltrão (2004). Este texto é uma versão para o Estado do Rio de Janeiro, de Beltrão (2004).

² Vale lembrar que, no Brasil, os analfabetos só foram autorizados a votar a partir da Lei nº 7.332, de 1 de julho de 1985 (artigo 18), que estabelece normas para a realização de eleições.

Tais barreiras acabam por acentuar a desigualdade entre os grupos. Para Alves (1998, p. 65),

o conceito de desigualdade está associado às questões de classe, de gênero e de raça. Denota as posições dos indivíduos de uma sociedade com relação aos meios de produção, o valor diferente dado a esses indivíduos de acordo com seu sexo e características físicas diferentes ou a cor de sua pele.

Portanto, estudar indivíduos em sua diversidade racial não significa estabelecer uma diferença biológica, mas sim, procurar mostrar como essa diversidade se reflete e é refletida em sua condição social. Para alcançar esse objetivo, utilizaremos como indicadores dessa relação entre raça e condição social os dados sobre escolaridade divulgados nos Censos Demográficos de 1960 a 2000.

Estudos envolvendo questões raciais que foram e vêm sendo realizados no Brasil seguem, habitualmente, uma dessas três tendências, conforme Batista e Galvão (1992, p. 71): (1) A que acredita numa democracia racial, isto é, na inexistência de preconceito de raça. De acordo com esta perspectiva, a condição de desigualdade dos negros em relação aos brancos poderia ser atribuída à ausência de educação e à pobreza, conseqüências do período de escravatura³. (2) A que vincula questões raciais a questões de classe, subordinando a primeira à segunda. De acordo com essa linha de raciocínio, o preconceito seria mais social do que racial⁴. (3) a que defende que a raça é determinante da condição social dos indivíduos⁵. Independentemente da tendência esposada, retratar a situação diferenciada do nível de alfabetização dos negros e pardos *vis-à-vis* ao de outras raças é um ponto de partida para compreender a extensão das clivagens sociais existentes no país.

Na linha do que diz Bourdieu (1999, p. 8), este estudo constituir-se-ia em mais uma ocasião de

apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele.

³ Gilberto Freyre foi seu principal defensor.

⁴ Pierson (1942) defende que classe seja provavelmente mais importante que raça na determinação da posição social dos indivíduos.

⁵ Posição esposada por, entre outros, Hasenbalg (1979).

De qualquer modo, no Brasil, o que se verifica é a existência, ainda, de um hiato considerável entre a situação dos indivíduos dependendo de sua cor ou raça: pretos e pardos de um lado e brancos e amarelos de outro. Esta hierarquia não considera a situação precária dos povos indígenas que nos dois censos para os quais a informação está disponível, 1991 e 2000, apresentam taxas bem abaixo das dos outros grupos de cor ou raça. As estatísticas mostram que, mesmo em todos os níveis da educação, a desigualdade racial, apesar de menor hoje do que nas décadas anteriores, ainda permanece. O hiato de gênero teve um comportamento diferente: as mulheres avançaram na escolarização a uma velocidade superior à dos homens em todos os níveis educacionais, principalmente entre grupos raciais menos favorecidos socialmente e nos níveis mais baixos de ensino. Por exemplo, hoje, o número médio de anos de estudo das mulheres pretas e pardas é ligeiramente maior do que o dos homens da mesma cor ou raça, contrariamente à situação em 1960. No entanto, a diferença entre elas e as mulheres brancas e amarelas ainda persiste, embora menor do que a verificada em períodos anteriores. Essas constatações indicam que a relação entre escolaridade e raça merece ser explorada, o que vai ser realizado ao longo deste trabalho. A cidade do Rio de Janeiro, como antiga capital do País, sempre apresentou níveis de escolarização mais altos do que a média nacional, situação essa também refletida nas estatísticas do estado como um todo. No entanto, também no estado, é notável o hiato existente entre os diferentes grupos de cor ou raça. No passado recente medidas para criação de quotas nas universidades têm sido discutidas e, pioneiramente, algumas universidades do estado já implementaram alguma versão de seleção diferenciada. Parte do que vamos ver neste texto é que as diferenças aumentam com o nível de escolaridade.

Taxas brutas para a população como um todo, mesmo caracterizando uma tendência temporal, não levam em conta mudanças na estrutura etária, mascaram possíveis movimentos ocorridos em coortes específicas e não consideram diferenças intragrupos. Para completar o quadro e se ter uma idéia melhor da dinâmica do processo de escolarização, optamos por comparar as informações por cor ou raça, sexo e coorte de nascimento em diferentes instantes do tempo. Essas informações estão disponíveis em alguns censos populacionais, a saber: 1960, 1980, 1991 e 2000. Algumas dessas informações, quando não disponíveis diretamente nas publicações, foram tabuladas a partir dos microdados disponíveis.

Uma análise de coorte, por oposição a uma análise de período, apresenta várias vantagens. Uma análise de coorte não chega a ser um filme no lugar das várias fotos disponíveis com a análise de período, mas uma série de fotos do mesmo grupo de indivíduos em diferentes instantes do tempo. Com isto, podemos apreciar mudanças ocorridas nesse grupo entre os diversos instantes nos quais o mesmo é retratado.

Este trabalho é composto de seis seções. A primeira é esta introdução. A segunda descreve a evolução dos conceitos de cor ou raça e escolaridade (instrução/educação), como pesquisado nos censos, com maior ênfase naqueles da segunda metade do século passado. A terceira seção apresenta a distribuição da população brasileira, no mesmo período, desagregada por cor ou raça, sexo e grupo etário. A quarta seção compara a proporção de concluintes dos diferentes níveis de ensino por cor ou raça e sexo nos diferentes censos. A quinta seção desagrega, para todos os censos disponíveis, algumas informações de escolaridade por coorte de nascimento para a população como um todo, nomeadamente a taxa de sucesso em completar etapas do ensino formal: o primeiro ciclo do primeiro grau, o primeiro grau, o segundo grau e o terceiro grau. Esta seção compara, ainda, as taxas de sucesso em completar as etapas do ensino formal segundo sua cor ou raça, primeiramente para a população masculina e depois para a feminina. Na última seção são apresentados comentários, conclusões e possíveis caminhos a serem seguidos para um aprofundamento da pesquisa.

Conceitos

Instrução/Educação

O Brasil tem uma longa tradição de levantamentos censitários com informações sobre instrução/educação, ainda que os quesitos e os enfoques tenham variado um pouco no tempo. O Censo Demográfico de 1872 apresenta como indicadores de instrução/educação a alfabetização e a frequência escolar das crianças de 6 a 15 anos de idade. O Censo de 1890 inclui estudante como uma das profissões possíveis, e dessa forma, sem um quesito específico sobre frequência escolar, consegue levantar a informação agregada. Privilegia, porém, a informação sobre nível superior quando “[...] investiga, em separado, a designação do título ou diploma científico, literário ou artístico” (OLIVEIRA, 2003, p. 20). O Censo de

1920 no quesito de “instrução” levanta a informação de alfabetização e no quesito “profissão” inclui a possibilidade da categoria de “estudantes” e “aprendizes”.

Embora o Censo Demográfico represente apenas uma fonte ocasional de informações sobre a difusão e eficácia da instrução, o campo de pesquisa, no levantamento censitário de 1940, foi sensivelmente ampliado, constando dos questionários sete quesitos que visaram a verificar o estado e, em parte, as perspectivas da instrução do povo brasileiro (CENSO..., 1950, p. xxiii-xxiv).

Além da informação de alfabetização, para a população entre 5 e 40 anos, foi verificada a freqüência escolar e, para a população com 10 anos e mais, o grau de instrução alcançado, inclusive com a informação da espécie do curso completo ou diploma possuído.

O Censo de 1950 voltou a levantar a informação sobre alfabetização e

nos moldes propostos pelo Comitê do Censo das Américas, pesquisou-se o nível educacional, mediante o levantamento do número de pessoas que estavam freqüentando ou haviam freqüentado algum curso, especificando-se o grau do ensino e a última série em que obtiveram aprovação (CENSO..., 1956, p. xix).

Na época, a não uniformização da duração dos cursos afetou de alguma forma os resultados. Este Censo perguntou também o grau do último curso concluído. No Censo de 1940, esta informação foi inferida a partir do quesito de freqüência à escola. O Censo de 1960 levantou as mesmas informações, diferindo apenas no detalhamento dos cursos.

Quadro 1 - Informações referentes à instrução/educação coletadas nos Censos brasileiros - 1872/2000

Informação	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Alfabetização	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Freqüência à escola	X	X			X	X	X	X	X	X	X
Curso freqüentado						X	X	X	X	X	X
Grau de instrução					X	X	X	X	X	X	X
Curso concluído		X				X	X	X	X	X	X

Fontes: Hackert, R. Fontes de dados demográficos. Belo Horizonte: ABEP, 1996. (Textos didáticos, 3); Censo demográfico 2000: manual do recenseador – CD 1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

O Censo de 1980 considerou

... como frequência à escola não só o atendimento a cursos regulares, mas também a Pré-escolar, Alfabetização de adultos, supletivo (frequentando escola ou através de rádio ou TV), Vestibular, Mestrado ou Doutorado, mesmo que a pessoa já houvesse concluído um curso e estivesse frequentando outro do mesmo grau ou de grau inferior (CENSO..., 1983, p. xxx).

O Censo de 1991 repetiu o procedimento do Censo anterior. O Censo 2000 modificou a ordenação dos quesitos e só perguntou sobre o curso mais alto concluído aos indivíduos que não frequentavam escola. Para os que frequentavam, supôs-se que este seria o curso mais alto. Isto pode ter acarretado numa não comparabilidade estrita dos dados dos demais censos com o de 2000 e um decréscimo na mensuração nos níveis educacionais no último censo. Uma forma de se estimar o erro incorrido é comparar esta informação para a população de responsáveis pelo domicílio da amostra e do universo. Para a população de responsáveis pelo domicílio do universo, a pergunta é colocada para todos. Supondo-se que as diferenças encontradas para os responsáveis pelo domicílio seriam extensíveis para toda a população, independentemente de cor ou raça e relação com a pessoa responsável pelo domicílio (cônjuges, filhos etc.), poder-se-ia corrigir a informação de escolaridade. No entanto optamos por não fazê-lo, principalmente por acreditar que esta situação deveria ser diferenciada por cor ou raça. Por exemplo, acredita-se que os indivíduos brancos e amarelos devam ter uma maior probabilidade de concluírem uma segunda faculdade. Nota-se que esse erro implica em correções não só para os concluintes do terceiro grau, mas para todos os níveis de ensino, ainda que o erro cumulativo deva ser menor para os concluintes dos níveis mais baixos.

Alguns censos publicaram também informações sobre anos de estudo. Esta, porém, foi uma variável secundária baseada nas estatísticas de último grau e curso concluído.

Neste texto vamos considerar os seguintes níveis (completos) de educação:

- 1) elementar com quatro anos de estudo (alternativamente, primeiro ciclo do fundamental ou do primeiro grau, equivalente ao antigo primário⁶);
- 2) fundamental com oito anos de estudo (alternativamente, segundo ciclo do fundamental ou do primeiro grau, equivalente ao antigo ginásio⁷);

⁶ O antigo primário era um curso de cinco anos, mas em alguns estados era oferecida uma sexta série, a admissão ao ginásio.

⁷ O antigo ginasial era um curso de quatro anos.

- 3) médio com 11 anos de estudo (alternativamente, segundo grau, equivalente ao antigo científico⁸, clássico, normal etc.); e
- 4) superior⁹ (alternativamente, universitário ou terceiro grau).

Cor/raça

Já no Censo de 1872 investigaram-se atributos referentes à cor ou raça¹⁰ da população. Embora o quesito pesquisado fosse 'cor', usava-se o termo 'caboclo' como opção de cor junto a branco, preto e pardo, o que vinha a demonstrar uma certa ambigüidade entre os conceitos de cor e de raça. Na categoria caboclos estaria incluída, sem distinção de tribo, toda a população indígena do País. Ainda que a categoria de pardos abarcasse nominalmente todos os mestiços, a ênfase era a da mestiçagem de brancos com negros. Já em 1890, a cor parda foi substituída pela categoria "mestiço", indicação mais genérica, que incluía também os diversos resultados de fusão com a raça indígena. Nos censos seguintes, nenhum quesito sobre cor ou raça foi pesquisado e somente em 1940 é reincluído no questionário censitário.

No Censo de 1940, a classificação segundo a cor resultou das respostas ao quesito proposto, dadas de acordo com a seguinte forma de declaração preceituada nas instruções: 'responda-se *preta, branca, amarela*, sempre que for possível qualificar o recenseado segundo o característico previsto. No caso de não ser possível essa qualificação, lance-se um traço horizontal no lugar reservado para a resposta'. Daí resultou a classificação da população em três grandes grupos étnicos - *pretos, brancos e amarelos* - e a constituição de um grupo genérico sob a designação de pardos, para os que registraram declarações outras como 'caboclo', 'mulato', 'moreno' etc, ou se limitaram ao lançamento do traço. Somente nos casos de completa omissão da resposta foi atribuída a designação 'cor não declarada' [sic] (CENSO..., 1950, p. xxi).

Quase todas as tabulações agregaram a "cor não declarada" com os "pardos" atendendo ao pequeno número dos que constituíam o primeiro desses grupos e "[...] ainda a que a omissão da resposta traduziria, em muitos casos, uma reserva à declaração expressa da mestiçagem" (CENSO..., 1950, p. xxi).

Note que com o aumento da imigração a categoria amarela foi incluída entre as respostas possíveis. Não parecia haver uma instrução explícita sobre a quem deveria caber a responsabilidade da resposta: se seria uma autodeclaração ou se o

⁸ O antigo científico era um curso de três anos, podendo nas escolas técnicas ter quatro anos.

⁹ Os cursos universitários têm apresentado uma duração variada, indo usualmente de três a seis anos.

¹⁰ Ainda que entendamos que o conceito pode ter variado no tempo.

recenseador fazia a classificação. Já no “[...] Censo de 1950, a declaração foi deixada à discrição do recenseado, emprestando, assim, maior precisão aos resultados censitários”, como explicitado na publicação (CENSO..., 1956, p. xviii). Nesse sentido, no que diz respeito à raça, o Censo de 1950 manteve a estrutura do censo anterior, e a população foi distribuída em quatro grupos: brancos, pretos, amarelos e pardos; sendo que este último grupo incluiu os índios e os que se declararam mulatos, caboclos, cafuzos etc. Na introdução ao censo, é feita a ressalva de que a população aborígene [sic] não foi totalmente levantada. “Informações indiretas e imparciais foram obtidas, no entanto, por intermédio das declarações alusivas à cor e à língua falada” (CENSO..., 1956, p. xiv). No Censo de 1960, a população, tal como no censo anterior, foi dividida em brancos, pretos, amarelos e pardos. Os índios continuaram a ser incluídos neste último grupo. O Censo de 1960 inovou em duas frentes: primeiro definiu uma amostra com um questionário maior no qual o quesito cor estava incluído; segundo, pré-codificou o quesito de cor que anteriormente era preenchido por extenso pelo recenseador. No Censo de 1970, não foi levantada a cor da população brasileira. No entanto, para efeito comparativo, os dados relativos a esse período serão apresentados para o total da população. No Censo de 1980, a população continuou a ser classificada em branca, preta, amarela e parda (mulata, mestiça, índia, cabocla, mameluca, cafuza etc). Foi somente a partir do Censo de 1991 que a população indígena passou a ser mais uma vez enumerada separadamente da parda. Passam, então, a ser possíveis as seguintes respostas em relação à cor ou raça: branca, preta, amarela, parda (mulata, mestiça, cabocla, mameluca, cafuza etc.) e indígena, classificação que se aplica tanto aos que vivem em aldeamento como aos que vivem fora. De acordo com o *Manual do recenseador do Censo 2000*, enquadram-se na classificação de raça amarela as pessoas de origem japonesa, chinesa, coreana etc. O *Manual do Recenseador do Censo de 1991*, no que se refere à cor ou raça amarela, é mais explícito, adicionando a expressão “e seus descendentes” à especificação anterior.

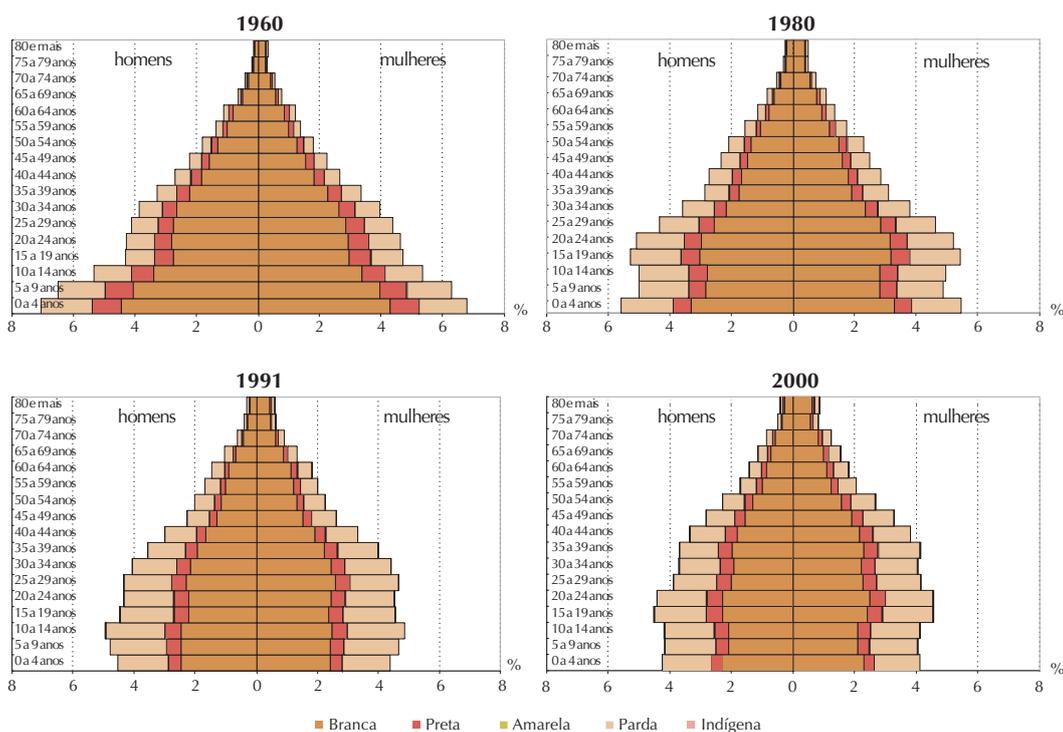
É importante mencionar que os dados sobre a cor ou raça dos indivíduos, a partir do Censo de 1960, só são coletados nos questionários aplicados a uma amostra populacional. Esse quesito não está presente no questionário básico, e os dados apresentados neste texto são o resultado da expansão da amostra¹¹.

¹¹ Esta amostra foi de 25% nos censos anteriores a 1991. Em 1991, a fração amostral foi variável, dependendo do tamanho do município: 10% para municípios com mais de 15 000 habitantes e 20% para os demais.

Distribuição etária da população por sexo e raça - 1940/2000

O Gráfico 1 apresenta as distribuições por cor ou raça, sexo e grupo etário para a população residente no Estado do Rio de Janeiro¹² nos anos censitários desde 1960 (com exceção do censo de 1970 pelas razões já explicadas). Como se pode ver na seqüência desses gráficos e na Tabela 1, a população do Estado do Rio de Janeiro como um todo apresentou uma queda na fecundidade (notável pela constrição da base das pirâmides etárias) e um aumento da longevidade (notável pelo alargamento do pico das pirâmides).

**Gráfico 1 - Pirâmide etária por cor ou raça, segundo o sexo
Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

¹² Os dados do Estado da Guanabara foram agregados aos do Estado do Rio de Janeiro sempre que a informação existisse em separado, ou seja, durante a existência do Estado da Guanabara. As informações para 1960 foram retiradas de uma amostra de 1% distribuída para estudo.

**Tabela 1 - Distribuição proporcional da população, por cor ou raça
Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000**

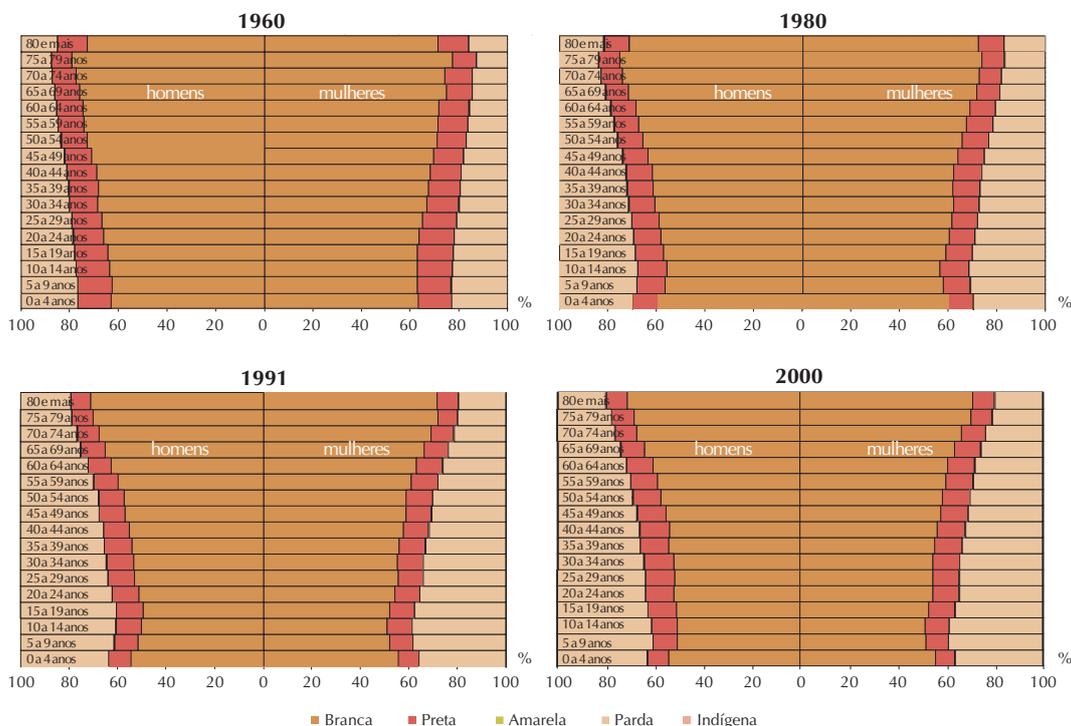
Ano	Distribuição proporcional da população, por cor ou raça (%)					
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
1960	65,98	13,12	0,10	20,80	(1) -	0,18
1980	60,92	10,85	0,11	28,12	(1) -	0,46
1991	55,19	10,25	0,13	34,37	0,07	0,65
2000	54,69	10,62	0,18	33,49	0,25	0,77

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

(1) Incluído na população parda.

Quanto à distribuição por raça, é possível ter havido um processo contínuo de miscigenação, já que as proporções de indivíduos de raça branca, preta e amarela (esta quase inexistente no estado, com menos de 0,2% da população nesta categoria,

**Gráfico 2 - Distribuição dos grupos de idade, por cor ou raça,
segundo sexo - Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

enquanto no Brasil como um todo este número é quase 0,7%), diminuíram no período, ao passo que a de indivíduos pardos aumentou (Gráfico 2). No Censo 2000, nota-se para o Brasil como um todo uma reversão na tendência com um crescimento relativo dos indivíduos declarando-se brancos, pretos, amarelos indígenas em detrimento dos pardos. O estado apresenta uma maior proporção de indivíduos declarando-se amarelo, indígena ou preto e uma menor declarando-se pardo.

População com 10 anos ou mais de idade por curso concluído e cor ou raça

As colunas da esquerda da Tabela 2 mostram a distribuição cumulativa da população com 10 anos ou mais de idade, por curso concluído. O que se pode notar é uma diminuição da proporção de indivíduos sem nenhum curso concluído (o complemento da população com pelo menos o curso elementar) e um aumento da proporção de indivíduos em todos os tipos de curso concluído. Caminhando para uma situação ideal na qual todos completariam todas os níveis, o movimento inicial seria de melhora para todos os cursos e, num momento posterior, uma diminuição da proporção de indivíduos com somente os cursos mais baixos concluídos e um aumento da proporção nos cursos mais avançados. Na nossa tabela este movimento para a universalização do ensino se traduziria em valores decrescentes, porém, semelhantes numa dada coluna, ou seja, dado que terminou o primeiro nível do ensino formal no sistema atual (primeiro ciclo do primeiro grau) a probabilidade de ter terminado os níveis seguintes seria perto da unidade. Os valores ligeiramente menores para os cursos mais elevados ocorreriam somente por causa da maior idade necessária para completar o curso. O Rio de Janeiro, no período analisado, apresentou este movimento inicial com um aumento em todos os cursos e uma diminuição dos indivíduos sem nenhum curso concluído. Esta melhora, porém, não aconteceu com a mesma velocidade para ambos os sexos.

Tabela 2 - Proporção e razão de masculinidade da população com 10 anos ou mais de idade, segundo o grau de escolaridade Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000

Grau de escolaridade	Proporção da população (%)				Razão de masculinidade			
	1960	1980	1991	2000	1960	1980	1991	2000
Elementar	44,94	65,18	72,31	79,06	0,892	1,051	1,016	1,004
1º grau	12,22	28,31	38,38	45,94	1,028	1,082	1,026	0,980
2º grau	4,99	14,50	22,33	27,16	1,481	1,098	1,011	0,947
Superior	1,21	4,07	6,56	7,15	4,671	1,528	1,185	1,024

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

As colunas da direita da Tabela 2 apresentam a razão de masculinidade para a mesma estatística das colunas da esquerda. O que se pode ver é que, em 1960, mais mulheres não tinham completado nem o primário. Já em 2000, são os homens que estão em maioria na classe dos indivíduos sem nenhum curso concluído. No outro extremo, temos os indivíduos que terminaram o curso superior. Em 1960, existiam proporcionalmente quase quatro vezes mais homens com o curso superior concluído do que mulheres. Em 2000, o hiato no estado ainda não se reverte, como acontece para o país como um todo, mas se reduz sobremaneira e a proporção de mulheres que declaram ter concluído o curso superior é 2 pontos percentuais menor do que a de homens. Para o primeiro ciclo do primeiro grau, a impressão é que a tendência de reversão do hiato está um pouco mais atrasada do que para o segundo ciclo do primeiro grau e do que para o segundo grau. As proporções de indivíduos com os níveis mais baixos de ensino formal concluído, primeiro (primeiro e segundo ciclo) ou o segundo grau, apresentam características semelhantes ainda que as diferenças entre os sexos não mostrem uma tendência como função do número de anos concluídos, como é o caso para o País como um todo.

Este processo de melhora acontece a velocidades diferentes também para os diferentes grupos de cor ou raça. A Tabela 3 apresenta (nas colunas da esquerda) a proporção para cada grupo de cor ou raça dos que completam as diferentes etapas do ensino formal dentro do grupo. Analisando a primeira linha para cada grupo de cor ou raça, vemos que a população preta e parda, ainda que tenham diminuído o hiato com os brancos e os amarelos, ainda estão distantes da média da população do estado como um todo. A população indígena, entre 1991 e 2000, aproxima-se também da média estadual, ainda que comece com valores muito mais baixos: em 1991 somente 32% declaram ter terminado pelo menos o primeiro ciclo do primeiro grau. Em linhas gerais podemos dizer que com respeito à não conclusão de nenhum curso (o complemento da primeira linha de cada grupo de cor ou raça), existe uma ordenação (começando com os valores mais altos): pretos, indígenas, pardos, brancos e amarelos. Os três primeiros apresentam valores maiores do que a média nacional: pretos apresentam uma proporção 40 pontos maior do que a média nacional e indígenas e pardos valores perto de 30 pontos percentuais.

Considerando os cursos concluídos, temos novamente dois grupos distintos: brancos e amarelos com proporções maiores do que a média da população como

um todo (ignorando os valores de 1960¹³ para a população amarela) e pretos, pardos e indígenas com valores menores. Quanto maior o nível educacional maior a diferença entre os grupos e, *grosso modo*, quanto mais recente o censo, menores as diferenças para todos os cursos, com duas exceções: brancos que com respeito ao curso superior parecem primeiro se distanciar da média nacional e indígenas que parecem se distanciar para todos os níveis educacionais.

Tabela 3 - Proporção e razão de masculinidade da população com 10 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo o grau de escolaridade - Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000

Grau de escolaridade	Proporção da população (%)				Razão de masculinidade			
	1960	1980	1991	2000	1960	1980	1991	2000
Branca								
Elementar	53,87	71,66	78,16	83,21	0,868	1,032	1,007	1,002
1º grau	16,74	35,50	46,54	53,71	0,991	1,072	1,021	0,987
2º grau	6,96	19,86	29,93	35,07	1,453	1,110	1,027	0,970
Superior	1,72	6,05	10,09	10,88	4,711	1,578	1,235	1,075
Preta								
Elementar	17,43	46,60	58,67	70,13	0,812	1,154	1,078	1,035
1º grau	1,23	11,95	23,31	32,83	1,095	1,187	1,103	1,018
2º grau	0,18	3,69	10,19	15,30	1,898	1,090	1,021	0,945
Superior	0,03	0,47	1,61	2,24	0,966	1,147	1,098	0,898
Amarela								
Elementar	11,86	79,91	82,34	84,04	0,812	1,154	1,078	1,035
1º grau	5,07	53,34	56,64	56,82	1,095	1,187	1,103	1,018
2º grau	2,41	37,04	41,00	38,52	1,898	1,090	1,021	0,945
Superior	0,35	16,31	16,71	15,82	0,966	1,147	1,098	0,898
Parda								
Elementar	32,87	57,94	66,89	75,07	1,159	1,086	1,028	1,006
1º grau	3,52	18,58	29,54	37,24	1,747	1,144	1,061	0,983
2º grau	1,18	6,69	13,52	17,80	1,804	1,105	1,034	0,936
Superior	0,17	1,00	2,25	2,48	3,248	1,277	1,113	0,939
Indígena								
Elementar			68,24	73,85			1,131	1,102
1º grau			36,82	39,69			1,306	1,100
2º grau			19,19	20,13			1,385	1,171
Superior			5,12	3,92			1,849	1,145

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

Nota: As informações referentes ao Censo de 1960 foram extraídas de uma amostra composta e muito possivelmente os dados da população amarela para 1960 não estão corretas. Nos dados que foram tabulados e publicados por cor referentes a educação, os de alfabetização, a população amarela apresenta uma razão de masculinidade maior do que um, o que parece indicar que para os níveis mais baixos de escolarização este deveria também ser o caso.

¹³ Ver nota da Tabela 3.

Ao contrário do que acontece para o País como um todo, o hiato de gênero não apresenta uma reversão para os grupos de cor ou raça considerados no estudo, pelo menos no nível mais básico. O hiato diminui, mas não se reverte. Por outro lado, para o nível de ensino mais alto considerado no texto, apenas os brancos não apresentam a reversão do hiato de gênero (colunas da direita da Tabela 3). Em 2000, a razão de masculinidade para a proporção de indivíduos que completaram o nível superior é sempre menor do que a unidade, indicando maior proporção de homens com os diferentes níveis de escolaridade, com exceção da razão para a população branca.

Concluintes do ensino formal

Como a média, bem como as taxas brutas, é não-informativa sobre os valores individuais da população, nesta seção vamos considerar uma desagregação por sexo e coorte de nascimento da proporção de concluintes nesses marcos no sistema educacional: primeiro (antigo primário ou elementar) e segundo ciclos (antigo ginásio) do primeiro grau, segundo grau (ensino médio, antigo científico/clássico) e superior.

Elementar (Primeiro ciclo do ensino fundamental)

O Gráfico 3 apresenta as proporções declaradas de indivíduos residentes no Estado do Rio de Janeiro com o primeiro ciclo do ensino fundamental completo, por coorte de nascimento, para os Censos de 1960 a 2000 para homens e mulheres. Este gráfico apresenta a mesma informação da segunda linha da Tabela 2, porém desagregada por sexo e coortes¹⁴ de nascimento. No Gráfico 3, em cada linha, temos informação de um censo para um dado sexo. No eixo das abscissas, temos as coortes de nascimento. Podemos, então, caminhando na vertical, observar a informação para uma dada coorte em vários censos (e conseqüentemente com a coorte em vários estágios do ciclo de vida). Por exemplo, a coorte nascida entre os anos de 1946 e 1950, no primeiro censo no qual aparece, 1960, tem idade compreendida entre 10 e 14 anos e uma proporção de 26,19% homens e 28,53% mulheres que já terminaram o primeiro ciclo do ensino fundamental. Já no Censo de 1970, dez anos depois, a coorte, obviamente dez anos mais velha, tem idade compreendida entre 20 e 24 anos e as proporções de homens e mulheres que já terminaram este nível sobe, respectivamente, para 60,06% e 56,10%. Ou seja, no período entre esses dois censos, mais 33,87% homens e 27,57% mulheres terminaram este nível. As mulheres

¹⁴ Vamos considerar coortes quinquenais de nascimento, compatibilizando com as tabulações de grupos quinquenais de idade disponibilizadas nos censos. Por exemplo, nos dados do Censo de 1980, a coorte mais jovem corresponde ao grupo etário de 5 a 9 anos de idade, com nascimento entre os anos de 1971 e 1975.

já não apresentam valores mais altos do que os homens. No Censo de 1980, essa coorte, já no grupo etário de 30 a 34 anos, apresenta proporções de concluintes do curso primário de 76,12% e 70,46%, respectivamente para homens e mulheres, com os homens mantendo a ultrapassagem dos valores da população feminina. No Censo de 1991¹⁵, os homens da coorte, já com idade entre 40 e 44 anos, continuam apresentando uma proporção maior do que a das mulheres: 81,49% contra 80,02%. No Censo de 2000¹⁶, 78,42% dos homens da coorte declaram ter terminado o antigo primário. Entre as mulheres apenas 73,92% declaram estar na mesma situação. A queda é provavelmente causada por uma migração diferenciada de pessoal de escolaridade mais alta emigrando do estado, mas pode também ser parcialmente causada pela mudança na ordenação das perguntas (nota 16). Para todas as coortes, as mulheres no grupo de 5 a 9 anos de idade apresentam uma maior proporção de concluintes deste nível educacional (e mais tarde veremos que de quase todos) do que os homens. Com o envelhecimento da coorte, os homens diminuem a diferença e mais tarde sobrepujam as mulheres. Para as coortes mais recentes, a ultrapassagem ocorre em idades cada vez mais avançadas. Tais números são compatíveis com uma maior defasagem¹⁷ idade/série para os homens combinada com uma permanência mais longa destes na escola. Em 2000, as mulheres apresentam maior proporção de concluintes deste nível até o grupo etário 35 a 39 anos, contra o limite no grupo 5 a 9 anos no Censo de 1960.

Tais proporções, para ambos os sexos, apresentam a forma de ondas sucessivas e crescentes. Censos mais recentes correspondem a ondas que se sobrepoem e sobrepujam as ondas anteriores. A não ser o Censo de 1970, que apresenta dados que parecem discrepantes dos outros, o que poderia se explicado pela existência de uma quinta e de uma sexta série primária, além de um ano de Admissão incluso no sistema escolar e, conseqüentemente, no questionário do censo, o que podemos observar no Gráfico 3 é que as coortes nascidas mais cedo têm uma proporção menor de indivíduos com o primeiro ciclo do ensino fundamental completo e que o crescimento

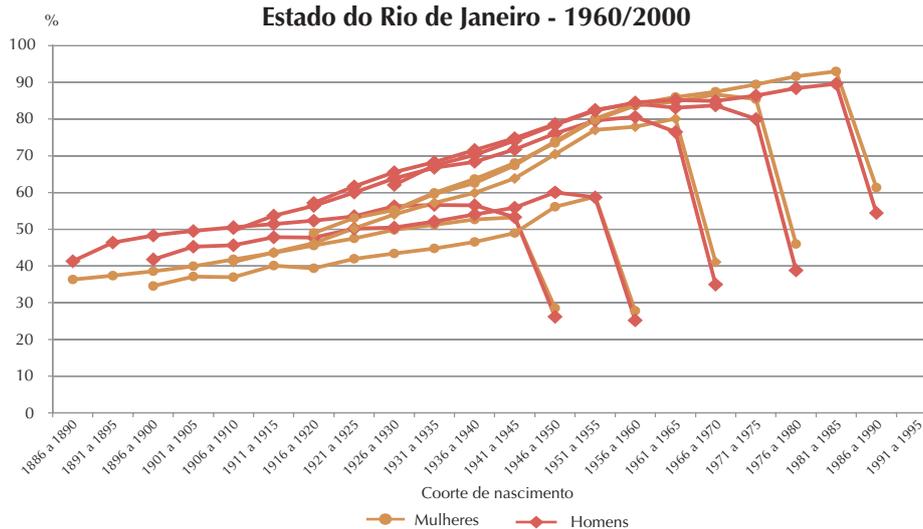
¹⁵ As coortes, utilizando-se as informações como tabuladas no Censo de 1991, não são exatamente compatíveis com as informações dos censos anteriores, mas decidimos desprezar a diferença que é somente de um ano.

¹⁶ O Censo 2000 modificou a ordenação dos quesitos e só perguntou sobre o curso mais alto concluído aos indivíduos que não freqüentavam escola. Para os que freqüentavam, supôs-se que este seria o curso mais alto. Isto acarretou uma não comparabilidade estrita dos dados dos demais censos com o de 2000 e um decréscimo na mensuração nos níveis educacionais no último censo, afetando inclusive a forma da curva. Isto é notável principalmente nos níveis mais avançados de ensino.

¹⁷ A defasagem idade/série é definida como a diferença entre a idade do aluno e a recomendada para aquela série. Por exemplo, um aluno de 9 anos na primeira série do ensino fundamental tem uma defasagem idade/série de 2 anos, já que a idade recomendada para essa série é 7 anos.

maior aconteceu para as coortes mais recentes. Entre censos, a diferença para as coortes mais velhas é pequena, indicando pouca escolarização nas idades adultas pelo menos para este nível de escolaridade. Para a primeira coorte com valores não-nulos de cada censo (no grupo etário de 10 a 14 anos), existe uma diferença significativa em relação às informações do censo consecutivo, que pode ser explicada pelo fato de que, apesar da idade adequada para a conclusão do primeiro ciclo do curso fundamental ser 10 anos, existe uma defasagem idade/série expressiva. Além disso, os homens apresentam uma maior defasagem idade/série, neste nível de ensino, do que as mulheres. Demoram, então, mais tempo para concluir estes quatro anos de ensino formal. Atente-se para o fato de que as mulheres tiveram um maior ganho do que os homens, evidenciado pelos maiores valores alcançados pelas coortes femininas mais novas frente às masculinas, bem como os valores menores para as coortes mais velhas femininas, outra vez comparadas às masculinas. Nas coortes mais jovens, a proporção de mulheres com o primeiro ciclo do ensino fundamental completo chega a 93% (por oposição a 90% para os homens), enquanto nas coortes mais velhas (nascidas em torno de 1890) tal proporção gira em torno de 36% (por oposição a pouco mais de 41% para os homens). É bom notar que estes valores para o Estado do Rio de Janeiro são bem superiores aos encontrados para o País como um todo.

Gráfico 3 - Proporção de pessoas com o 1º ciclo do ensino fundamental completo, por coorte de nascimento, segundo o sexo
Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000



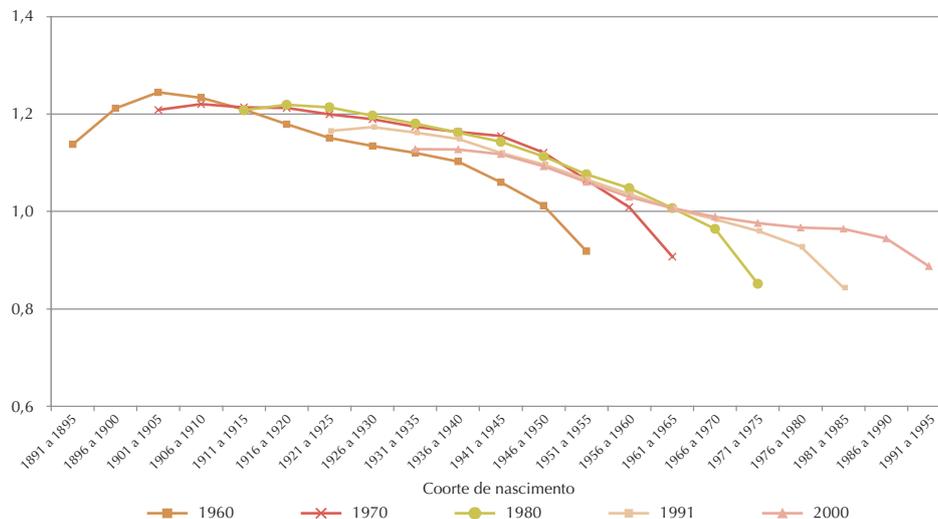
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

O Gráfico 4, com a razão de masculinidade das proporções de indivíduos que completaram o primeiro ciclo do curso fundamental, sintetiza melhor a evolução relativa entre os sexos. Quando a razão é 1 temos a mesma proporção de homens e mulheres completando o primeiro ciclo do curso fundamental. Quando a razão é maior do que a unidade, temos mais homens, quando menor, mais mulheres completando o primeiro ciclo. Para as coortes mais velhas, a proporção de homens com o primeiro ciclo do ensino fundamental completo era 24% maior do que a de mulheres. No outro extremo, ou seja, nas coortes mais novas, ocorre situação inversa, e as mulheres têm um pouco mais de 10% a mais de indivíduos com o primeiro ciclo do ensino fundamental completo. O ponto da reversão é mais ou menos recente e ocorreu para as coortes nascidas entre 1961 e 1965. Estas razões, entretanto, não se apresentam lineares nem completamente homogêneas entre censos. Considerando as coortes mais jovens de um dado censo (10 a 20 anos), observa-se que a diferença existente entre mulheres e homens diminui com o tempo (notável quando, no censo seguinte, a razão de sexo da proporção de homens/mulheres concluintes dessa mesma coorte, dez anos mais velha, é maior), confirmando que, para esse caso, a defasagem idade/série deve ser maior e crescente por idade entre os homens. Estes atingem, entre os censos, um nível de conclusão do primeiro ciclo do curso fundamental mais próximo do das mulheres. A defasagem não é seguida, pelo menos não como comportamento geral, de abandono do estudo antes do término desse nível. No Censo de 1980, a razão da proporção de indivíduos com o primeiro ciclo do ensino fundamental completo para a coorte nascida entre 1981 e 1985 era de 0,8439, indicando que haveria um pouco mais de 15% a mais de mulheres do que de homens com o primeiro ciclo completo. Já no Censo de 1991, essa mesma coorte apresenta um valor de razão homens/mulheres de 0,9351, indicando que a diferença é de pouco menos de 7%, ou seja, entre os censos de 1980 e 1991, mais homens do que mulheres terminaram o primeiro ciclo, diminuindo o hiato computado no censo anterior¹⁸. Já em 2000, o valor passa a 0,9646, indicando o maior avanço masculino, ainda que sem atingir os

¹⁸ Uma outra explicação possível seria a mortalidade diferencial entre as classes sociais. A mortalidade do indivíduo de baixa renda é maior do que a dos de alta. Como esse diferencial é maior entre os homens do que entre as mulheres, principalmente para os adultos jovens, a melhora diferenciada dos homens pode estar espelhando a maior mortalidade dos indivíduos de baixa renda, a qual se acha altamente correlacionada com baixos níveis de escolaridade. Ou seja, a melhora pode ser explicada não por mais anos de estudo entre os homens, mas pela eliminação dos indivíduos de baixa escolaridade.

níveis femininos. No entanto, este hiato para o primeiro grupo etário considerado nos dados (10 a 14 anos) cresceu com o tempo entre os primeiros censos considerados e apresentou uma pequena recuperação na década de 1990, indicando possivelmente um aumento da diferença da defasagem idade/série entre homens e mulheres, seguido de uma diminuição mais recente. Em 1960, era de 8%, passando a 9% em 1970, a 15% em 1980, chegando a 16% em 1991, e revertendo para 11% em 2000. A mudança da inclinação da reta que une o primeiro e o segundo grupos etários mais jovens de cada censo, aliada à tendência dos grupos que se seguem são consistentes com tal hipótese. Já para as coortes mais velhas, existe comportamento inverso, visto que são as mulheres que aumentam o seu nível educacional entre os censos. Para a coorte nascida entre 1906 e 1910, a razão computada com os dados do Censo de 1960 indica um valor de 1,1234, ou seja, 12% a mais de homens com o primeiro ciclo completo. Já em 1970, esse valor cai para 1,221.

Gráfico 4 - Razão entre proporção de homens e mulheres com o 1º ciclo do ensino fundamental completo, por coorte de nascimento Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000



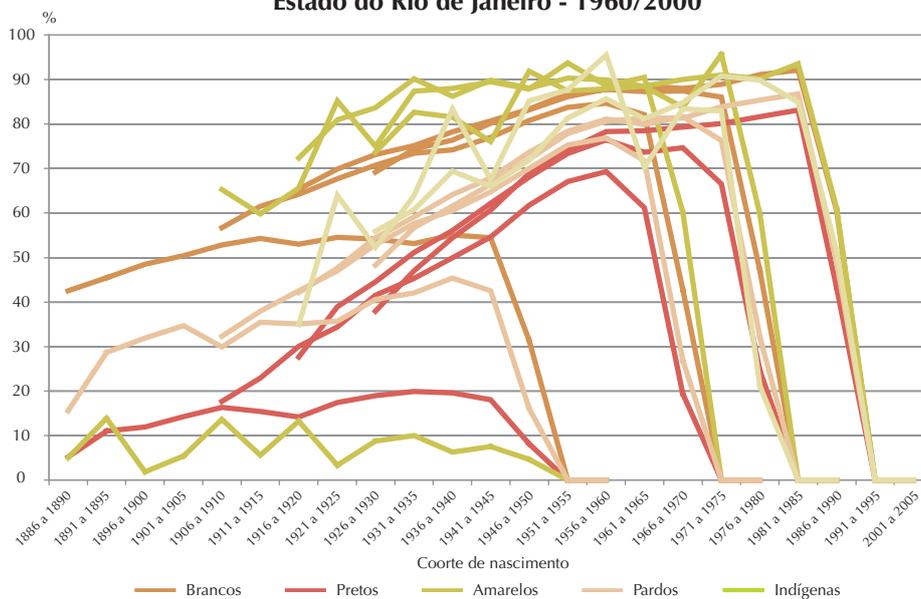
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

Comparando-se as diferentes curvas do Gráfico 4, podemos notar também um movimento de bascula: os censos mais antigos correspondem a curvas mais inclinadas e mais elevadas, e o movimento temporal é o de descenso e horizontalização. O

descenso corresponde a um aumento da participação feminina, e a horizontalização a uma maior homogeneidade dos sexos entre as diferentes gerações.

O Gráfico 5 apresenta as proporções de indivíduos com o primeiro ciclo do primeiro grau completo por cor ou raça, por coorte de nascimentos para a população do sexo masculino, como mensurados em diversos censos. Neste gráfico, de forma semelhante ao que se viu no Gráfico 3 com as informações para a população como um todo, para cada grupo de cor ou raça a imagem das curvas é de ondas que se sobrepõem e sobrepõem as anteriores com as coortes nascidas mais cedo apresentando valores menores e com diferenças pequenas entre os censos para as coortes mais velhas. Se ignorarmos novamente a informação dos amarelos no Censo de 1960, podemos notar a mesma ordenação de amarelos, brancos, pardos, pretos e indígenas. É bom lembrar que como as populações declaradas como “amarelas” e “indígenas” são de pequeno tamanho e que esta informação sendo analisada pertence ao questionário da amostra, o que explicaria o comportamento errático das curvas.

**Gráfico 5 - Proporção de homens que completaram o 1º ciclo do ensino fundamental, por coorte de nascimento, segundo a cor ou raça
Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

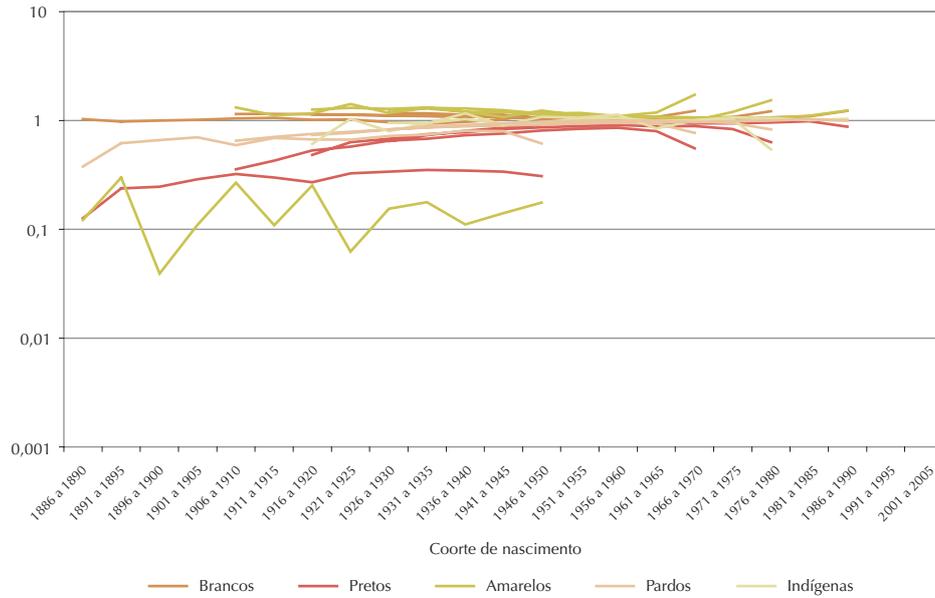
Como a variação no tempo e entre coortes é muito grande, optamos por apresentar também a razão entre cada grupo de cor ou raça e a média da população do estado. O Gráfico 6 apresenta estas razões. Valores acima do total do Rio de Janeiro, isto é, taxas maiores do que a média estadual¹⁹, implicam em razões acima da unidade. Taxas menores correspondem a valores menores do que um. Com este gráfico, fica reforçada a noção de que existem raças que se apresentam sempre acima da média estadual e outras que se apresentam sempre abaixo da mesma. Também fica claro uma ordenação racial nas taxas de escolaridade: amarelos, brancos, pardos, pretos e indígenas. Ao contrário do que acontece para o País como um todo no passado recente, onde os indivíduos pardos e os que se declaram pretos apresentam taxas quase que coincidentes, no Estado do Rio de Janeiro a diferença entre os dois grupos persiste. Em linhas gerais, o movimento é de uniformização das taxas: os valores das coortes mais velhas nos censos mais antigos apresentam uma dispersão maior do que os das coortes mais novas nos censos mais recentes. As exceções são os grupos de 5 a 10 anos e de 10 a 15 anos, que apresentam valores bem dispersos, indicando uma entrada na escola diferenciada por cor ou raça. As populações amarelas²⁰ e brancas terminam o primeiro ciclo do primeiro grau muito mais cedo do que as populações preta e parda. No Censo de 1980, os meninos amarelos, no grupo etário 10 a 14 anos, apresentaram uma proporção de indivíduos tendo completado este nível educacional 1,9 vez maior do que a média do estado. Nos Censos de 1991 e 2000, as taxas foram, respectivamente, 1,5 e 1,2 vez maior do que a citada média. Por outro lado, a proporção de indivíduos pretos do grupo etário 10 a 14 anos apresenta valores nos censos entre 1970 e 2000 de, respectivamente, 55%, 63% e 87% dos valores das médias do estado.

Para a população indígena, as informações restringem-se aos Censos de 1991 e 2000. Os valores não são os mais baixos apresentados por qualquer outra categoria de cor ou raça, mas, como já comentado, dado o tamanho exíguo da população é difícil tecer comentários mais profundos.

¹⁹ Pode haver alguma discrepância entre a soma das informações desagregadas por cor ou raça e o total do estado.

²⁰ O Censo de 1960 parece apresentar alguns problemas, principalmente para os homens amarelos, e a análise vai ignorar este segmento.

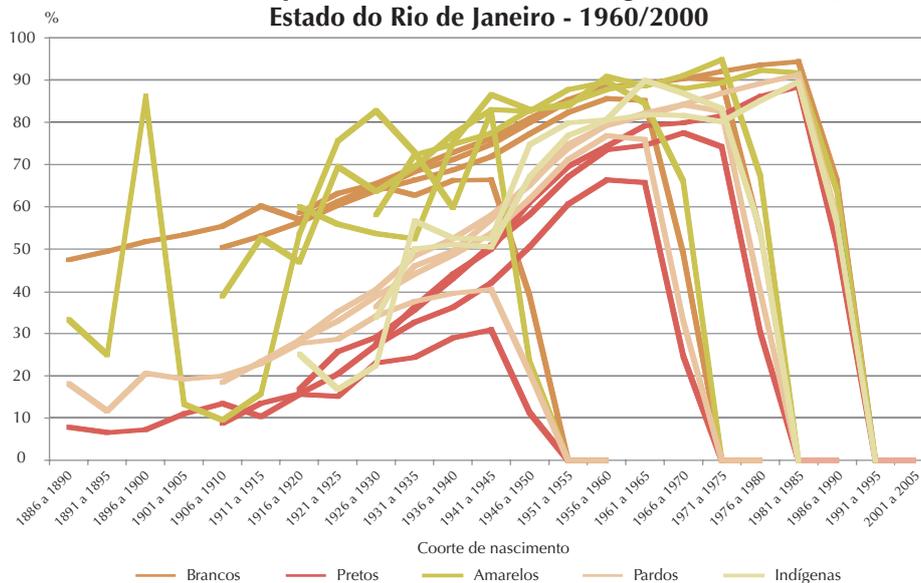
Gráfico 6 - Razão da proporção de homens que completaram o 1º ciclo do ensino fundamental e a população total, por coorte de nascimento, segundo a cor ou raça - Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

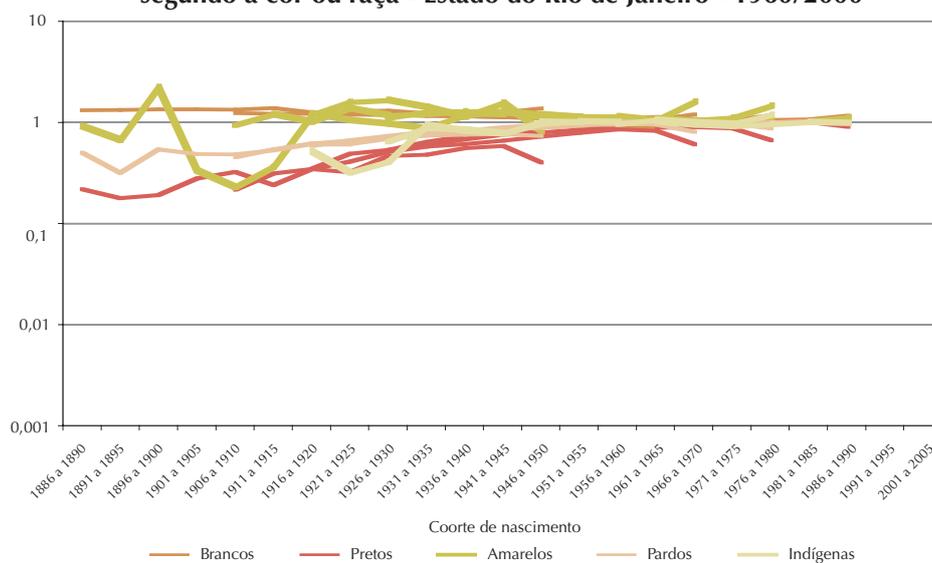
Basicamente, tudo o que foi observado sobre as proporções de indivíduos tendo terminado o primeiro ciclo do primeiro grau também é verdade para a população feminina (Gráfico 7 e Gráfico 8). A ordenação das proporções é idêntica: amarelos, brancos, pardos, pretos e indígenas. As discrepâncias diminuem nos censos mais recentes e nas coortes mais jovens. As coortes femininas de 5 a 10 anos e de 10 a 15 anos apresentam a mesma particularidade das coortes masculinas equivalentes, o que denota entrada diferenciada na escola: meninas amarelas e brancas são alfabetizadas bem antes das pretas ou pardas. Nota-se, porém, que a homogeneização ocorrida entre as mulheres foi superior à ocorrida entre os homens: a discrepância que era maior para as coortes mais antigas torna-se bem menor para as coortes mais jovens.

**Gráfico 7 - Proporção de mulheres que completaram o 1º ciclo de ensino fundamental, por coorte de nascimento, segundo a cor ou raça
Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

Gráfico 8 - Razão da proporção de mulheres que completaram o 1º ciclo do ensino fundamental e a população total, por coorte de nascimento, segundo a cor ou raça - Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000

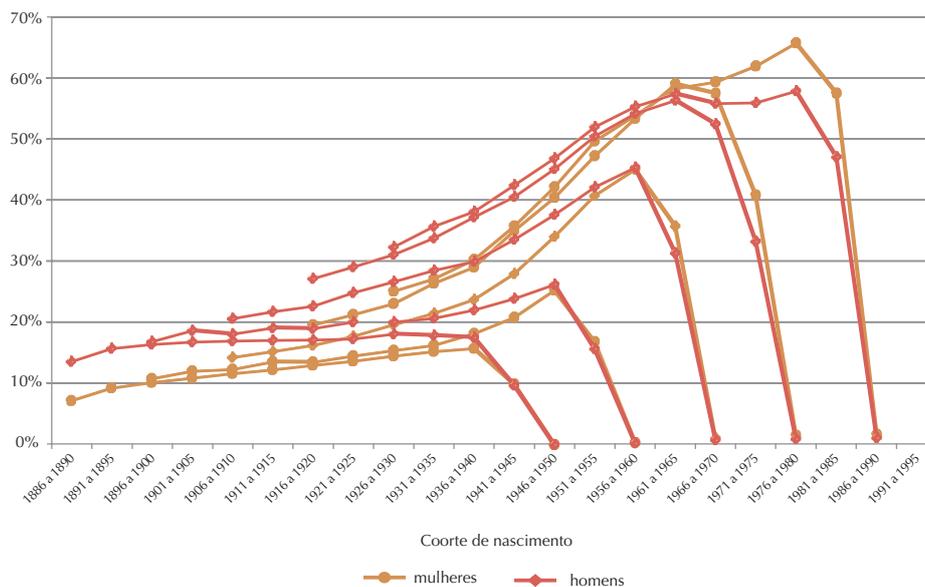


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

Segundo ciclo do ensino fundamental (primeiro grau)

Se considerarmos a mesma informação para o primeiro grau completo (Gráfico 9 e Gráfico 10), encontraremos um comportamento semelhante ao do primeiro ciclo. O Gráfico 9 apresenta a proporção de indivíduos com o curso fundamental completo por coorte de nascimento para homens e mulheres. Aqui, parece mais clara a imagem de ondas sucessivas de alturas crescentes, com a diferença que ondas mais altas são menos amplas. O pico para as mulheres ocorre no Censo 2000²¹ para o grupo etário 20 a 24 anos com o valor de 65,8%, enquanto para os homens, no mesmo grupo etário, a proporção de indivíduos que terminaram o ensino fundamental é de 58,1%. No Censo de 1991, o pico ocorreu mais tarde, para o grupo etário 25 a 29 anos. As ondas masculinas parecem ligeiramente mais amplas que as das mulheres.

Gráfico 9 - Proporção de indivíduos com o segundo ciclo do ensino fundamental completo - Rio de Janeiro - homens e mulheres - 1960/70/80/91/2000 por coorte de nascimento



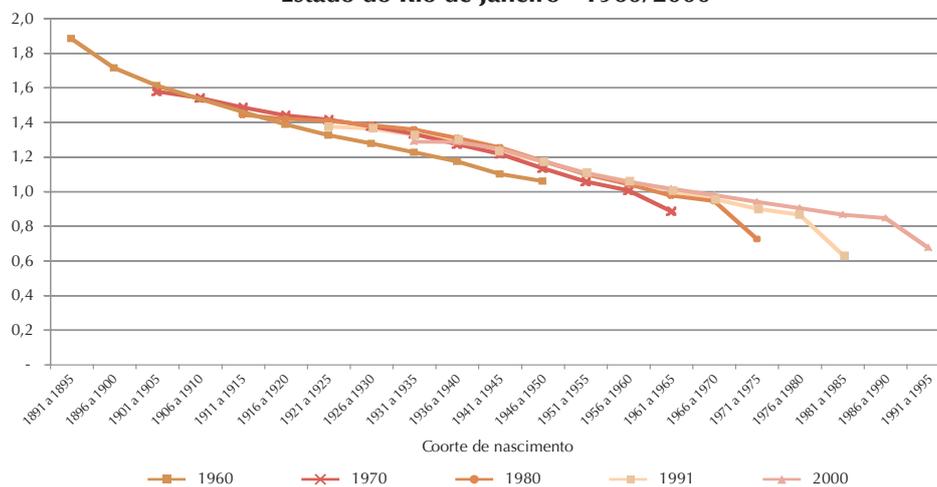
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000

O Gráfico 10, que apresenta a razão das proporções de indivíduos do sexo masculino e feminino com o curso fundamental completo, apresenta as mesmas caracte-

²¹ Ver nota 16. Neste nível é bem visível a mudança da forma da curva, muito possivelmente devido à mudança na ordenação dos quesitos.

rísticas do comportamento observado no Gráfico 4: nas coortes mais jovens de cada censo, valores menores do que 1 (indicando proporção maior de mulheres), mas com recuperação no censo seguinte (ainda que não total, já que o valor continua menor do que 1) da proporção de homens. Aqui, também se nota a mudança da tendência entre os dois primeiros grupos mais jovens de cada censo e os demais. Nas coortes mais velhas, a proporção de homens que concluíram o primeiro grau completo é quase o dobro da das mulheres e nas mais jovens a razão de masculinidade cai para 0,6787.

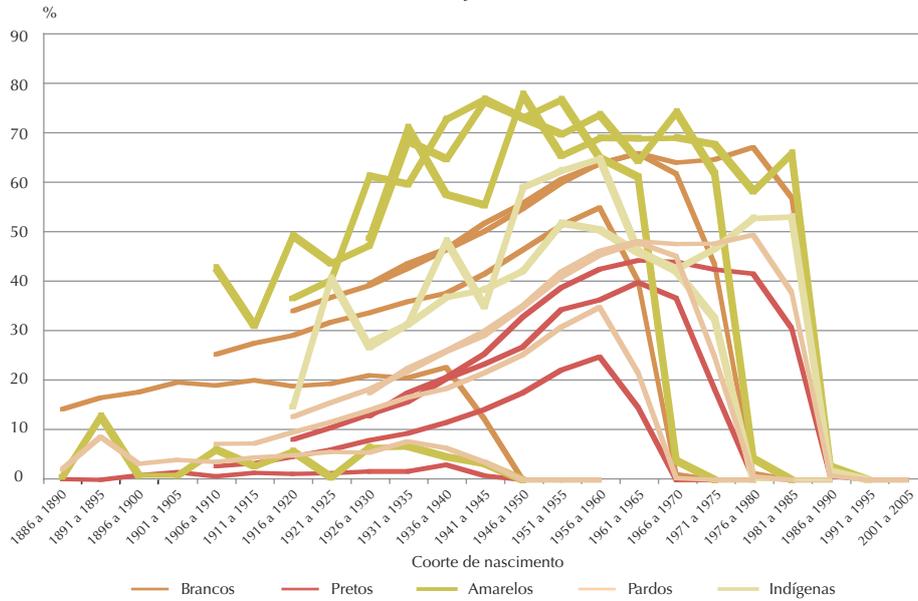
Gráfico 10 - Razão entre proporção de homens e mulheres com o 2º ciclo do ensino fundamental completo, por coorte de nascimento
Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

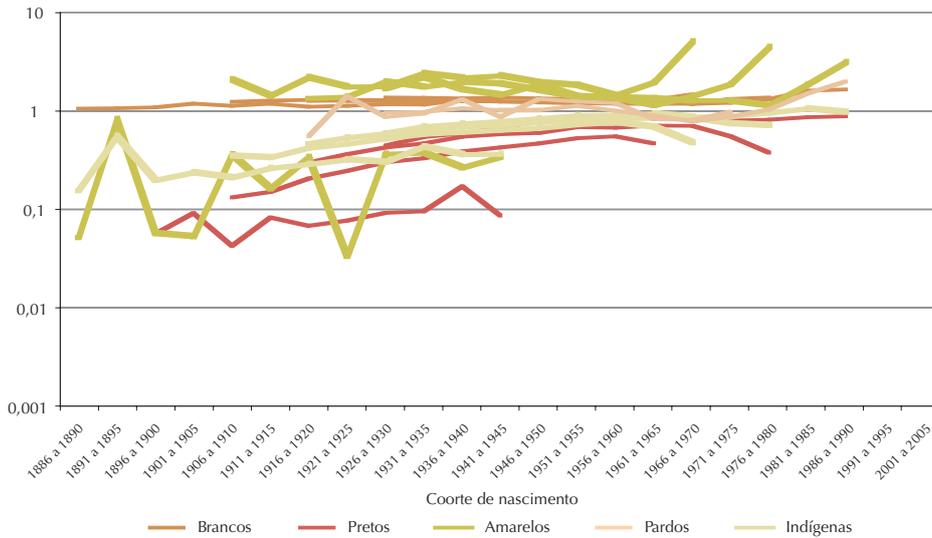
O Gráfico 11 apresenta as proporções de homens com o primeiro grau completo por cor ou raça e coorte de nascimentos. Para cada um dos grupos de cor ou raça, nota-se o mesmo comportamento de ondas sucessivas crescentes. O Gráfico 12 apresenta as razões dessas proporções por cor ou raça e o total do estado. Para este nível, também podemos notar a mesma ordenação dos grupos de cor ou raça nas taxas de escolaridade para o primeiro grau: amarelos, brancos, pardos, pretos e indígenas. Neste nível, também é clara a diferença entre os grupos pretos e pardos. Nota-se o mesmo movimento de uniformização das taxas com as mesmas exceções nos primeiros grupos etários de cada censo, mas com uma maior diferença, sugerindo que deve existir mais defasagem escolar entre pretos e pardos do que entre brancos e amarelos. Os valores para a população indígena apresentam também comportamento paralelo ao já comentado para o primeiro ciclo.

Gráfico 11 - Proporção de homens que completaram o 2º ciclo do ensino fundamental, por coorte de nascimento, segundo a cor ou raça Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

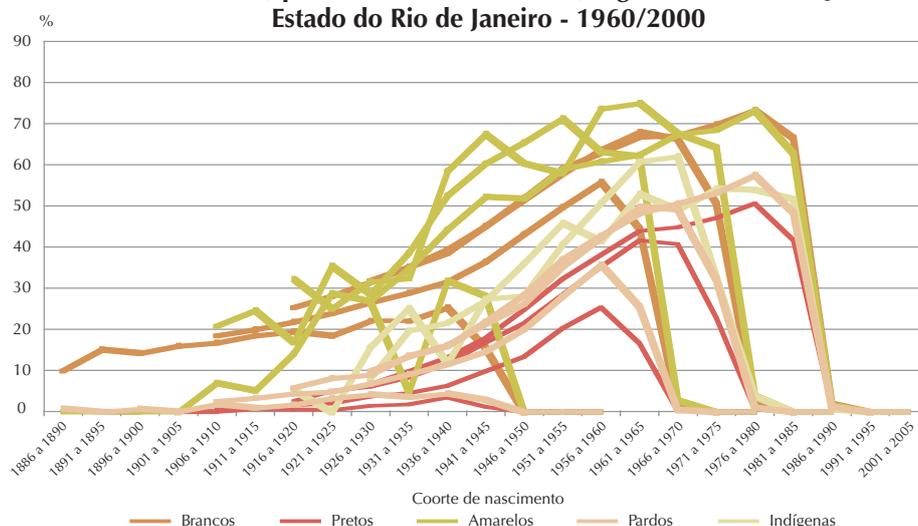
Gráfico 12 - Razão da proporção de homens que completaram o 2º ciclo do ensino fundamental e a população total, por coorte de nascimento, segundo a cor ou raça - Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

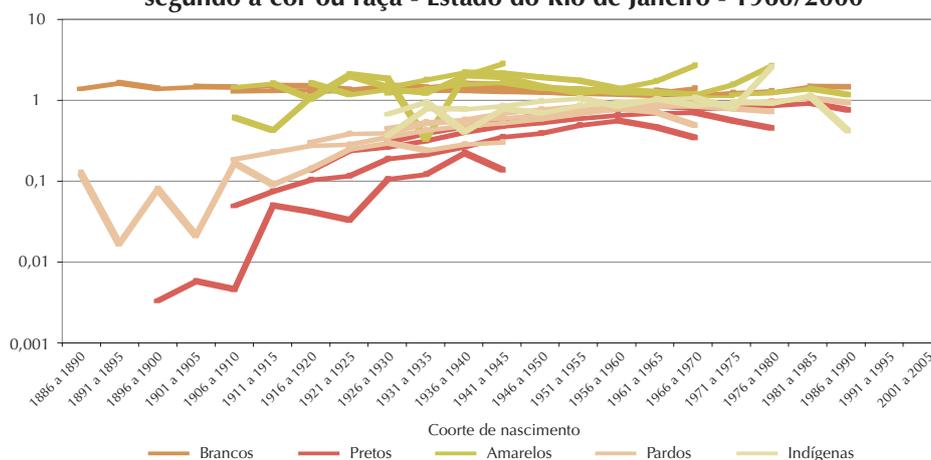
Mulheres (Gráfico 13 e Gráfico 14) apresentam comportamento em tudo similar aos homens, porém, partindo de uma situação menos homogênea e num processo mais acelerado de homogeneização entre os diferentes grupos de cor ou raça. Ao contrário do que acontece para os dados do País como um todo, no Estado do Rio de Janeiro, mulheres pretas e pardas apresentam valores distintos mesmo nos últimos censos.

Gráfico 13 - Proporção de mulheres que completaram o 2º ciclo do ensino fundamental, por coorte de nascimento, segundo a cor ou raça Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

Gráfico 14 - Razão da proporção de mulheres que completaram o 2º ciclo do ensino fundamental e a população total, por coorte de nascimento, segundo a cor ou raça - Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000

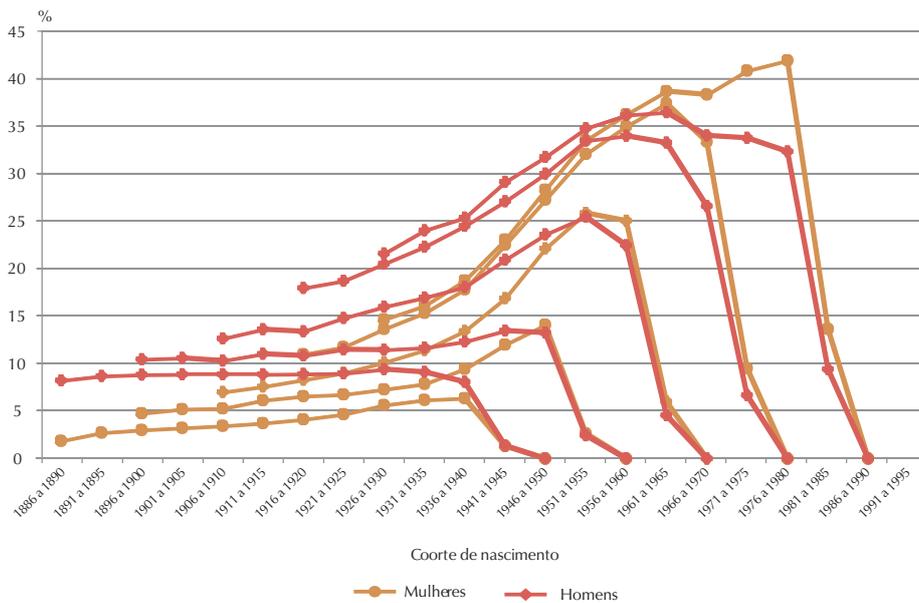


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

Ensino médio (segundo grau)

O Gráfico 15 e o Gráfico 16 apresentam as informações para os que completaram pelo menos o ensino médio. No Gráfico 15, com as proporções dos indivíduos que terminaram pelo menos o segundo grau, persiste a imagem de ondas crescentes sucessivas. As diferenças entre os dois sexos são, basicamente, de que as ondas femininas continuam mais concentradas, com um pico mais pronunciado e começando a partir de um nível mais baixo. A última onda feminina (Censo 2000²²) alcança um pico mais alto (42% contra 36% dos homens).

Gráfico 15 - Proporção de pessoas com o ensino médio completo, por coorte de nascimento, segundo o sexo - Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000

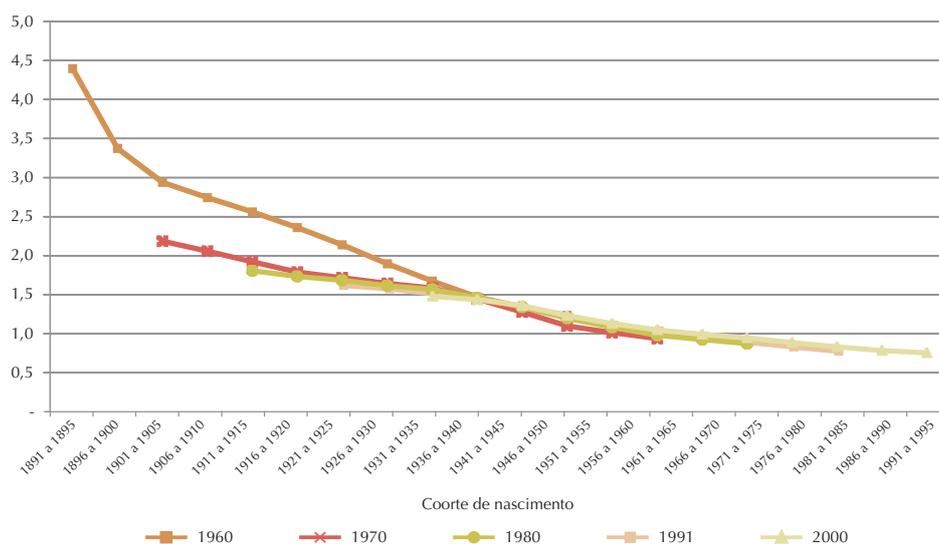


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

²² Ver nota 16. Neste nível também se nota a quebra de padrão da forma da curva devido à mudança nas questões introduzidas no Censo de 2000.

O Gráfico 16, em que é apresentada a razão da proporção de indivíduos dos sexos masculino e feminino que completaram pelo menos o ensino médio, apresenta comportamento semelhante ao observado no Gráfico 10, porém com diferenças mais exacerbadas. Para as coortes mais velhas do primeiro censo, a proporção de homens com o ensino médio completo ultrapassam em mais do que quatro vezes a de mulheres. A diferença entre censos para essas coortes mais velhas é também mais pronunciada, mostrando maiores ganhos relativos das mulheres mais velhas com respeito à conclusão do ensino médio. Aqui, porém, não se nota a diferença observada para as séries anteriormente estudadas, nas tendências entre as coortes mais jovens de cada censo (mudança da inclinação da curva). Isto se deve, possivelmente, ao fato de que a defasagem idade/série não apresenta mais diferenças significativas entre homens e mulheres - dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB 99 mostram que o diferencial entre sexos da defasagem idade/série para a população escolar diminui para as séries mais altas, conforme Beltrão (2002). Para as coortes mais jovens, as mulheres apresentam uma proporção de concluintes do ensino médio em torno de 25% maior do que a dos homens.

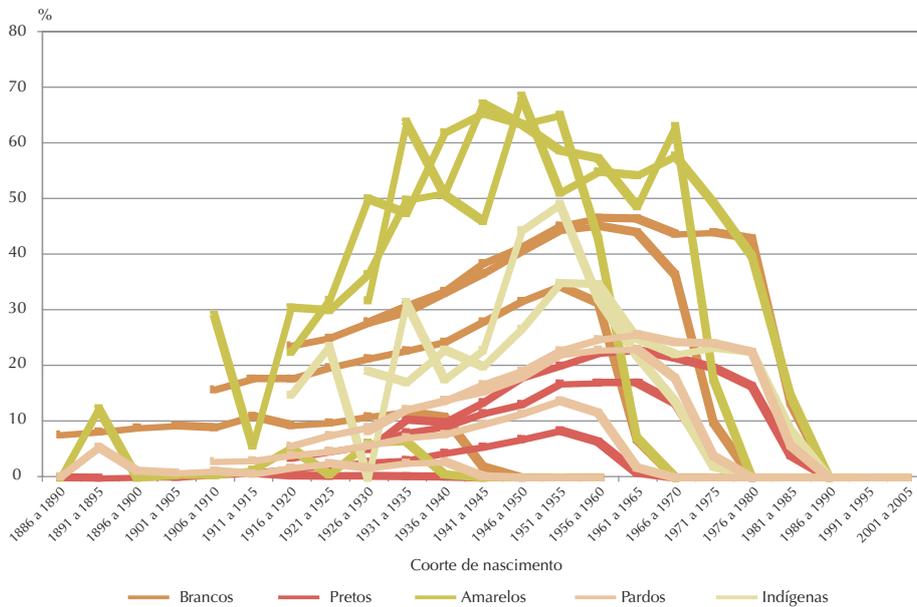
Gráfico 16 - Razão entre proporção de homens e mulheres com ensino médio completo, por coorte de nascimento - Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

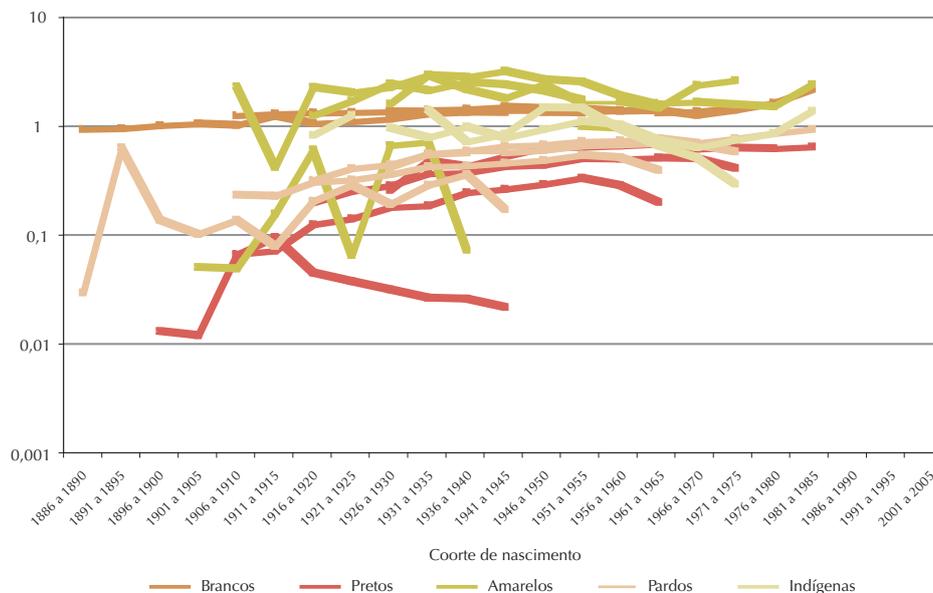
O Gráfico 17 e o Gráfico 19 apresentam, respectivamente para homens e mulheres, as proporções de indivíduos com o segundo grau completo por cor ou raça por coorte de nascimentos para os censos entre 1960 e 2000. O Gráfico 18 e o Gráfico 20 apresentam, as razões dessas proporções por cor ou raça e o total do estado. Mais uma vez podemos notar a ordenação racial nas taxas de escolaridade: amarelos, brancos, pardos, pretos e indígenas. Nota-se o mesmo movimento de uniformização das taxas com as mesmas exceções nos primeiro grupos etários de cada censo, mas com uma maior diferença, sugerindo que deve existir mais defasagem escolar entre pretos e pardos do que entre brancos e amarelos neste nível também. Novamente as mulheres apresentam um processo mais acelerado de homogeneização.

Gráfico 17 - Proporção de homens que completaram o ensino médio, por coorte de nascimento, segundo a cor ou raça - Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000



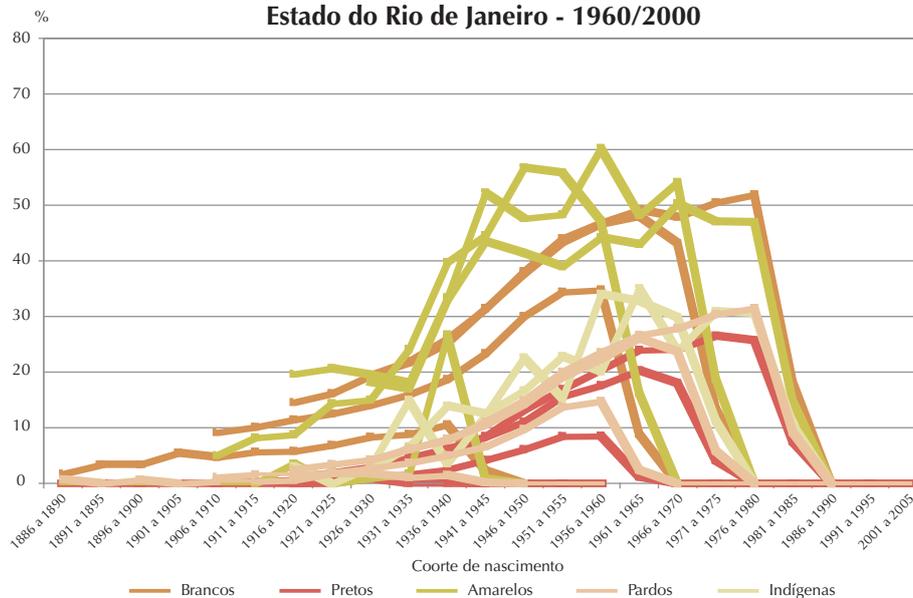
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

Gráfico 18 - Razão da proporção de homens que completaram o ensino médio e a população total, por coorte de nascimento, segundo a cor ou raça Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000



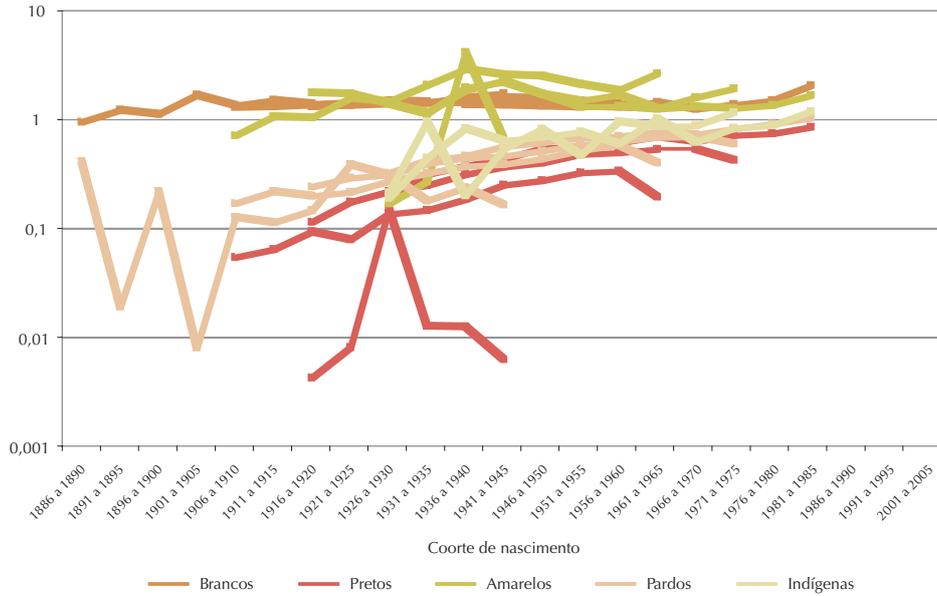
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

Gráfico 19 - Proporção de mulheres que completaram o ensino médio, por coorte de nascimento, segundo a cor ou raça Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

Gráfico 20 - Razão da proporção de mulheres que completaram o ensino médio e a população total, por coorte de nascimento, segundo a cor ou raça Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000

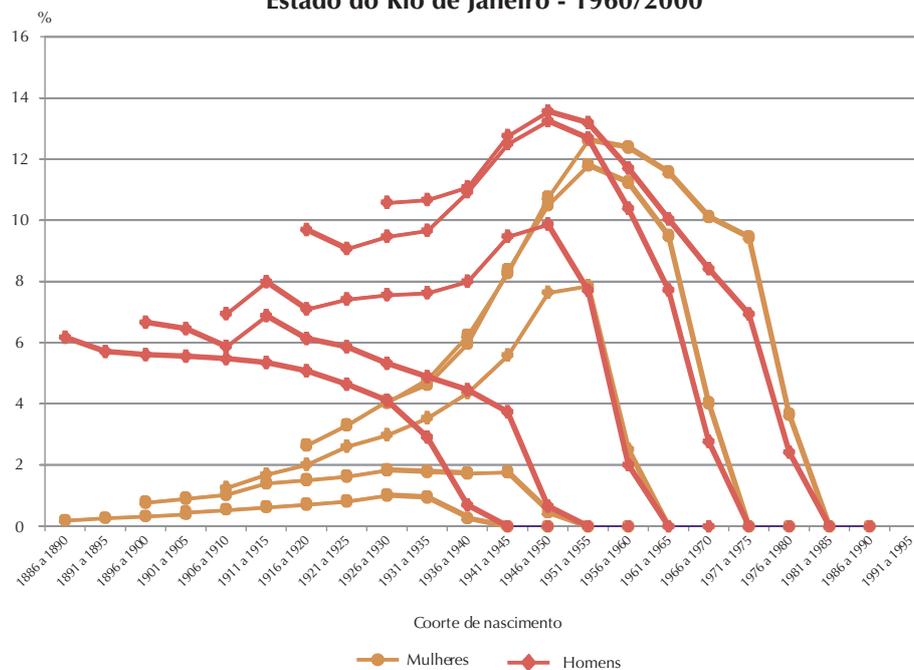


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

Nível superior (terceiro grau)

Considerando-se os dados correspondentes ao ensino superior (Gráfico 21 e Gráfico 22), notamos um hiato no passado ainda maior entre homens e mulheres e uma recuperação de monta ainda maior. No Gráfico 21, persiste a imagem de ondas crescentes sucessivas. A diferença mais notável é o patamar de início das ondas: em torno de 6% para os homens e 0,2% para as mulheres. Como acontece com o ensino médio, as ondas femininas são mais concentradas e alcançam um pico para uma coorte cinco anos mais jovem, porém de altura inferior ao atingido pelas ondas masculinas (em torno de 12,6% para as mulheres, por oposição aos 13,6% dos homens). Aqui, também é mais marcante a diferença entre censos, mostrando que o estudo tardio é comum aos dois sexos.

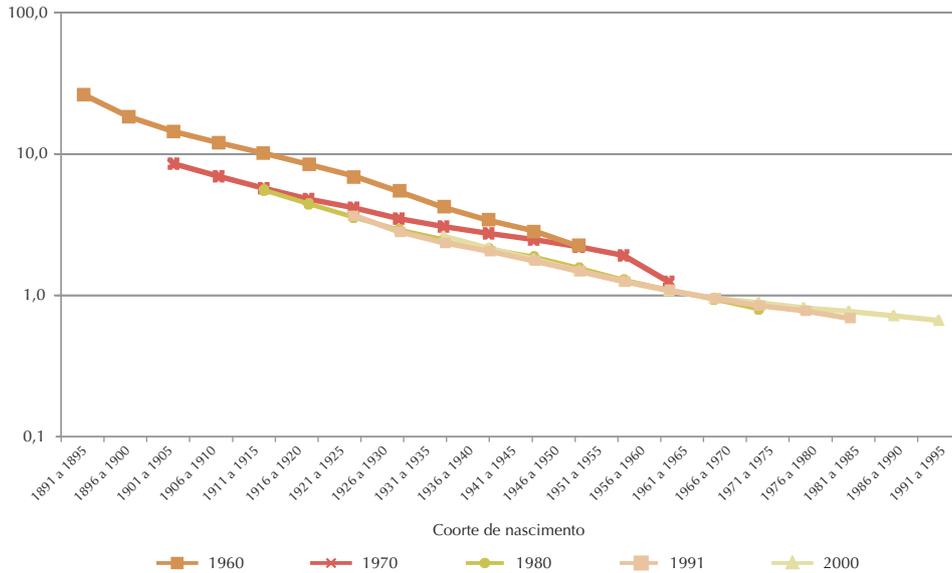
Gráfico 21 - Proporção de pessoas com curso universitário completo, por coorte de nascimento, segundo o sexo Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

O Gráfico 22 que apresenta a razão de masculinidade da proporção de indivíduos que terminam o curso superior é, entre as curvas do tipo apresentadas neste texto, a que apresenta o maior intervalo de variação. O comportamento já visto para as coortes mais velhas do estudo para os concluintes dos cursos que precedem o curso superior (primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental e ensino médio) aparece ampliado para o curso em pauta. A proporção de população masculina que conclui o curso superior é quase 26 vezes maior do que a feminina para os indivíduos da coorte mais velha deste estudo. Por outro lado, a proporção de mulheres que concluem o curso universitário na coorte mais jovem (1981-1985) é 34% superior à dos homens.

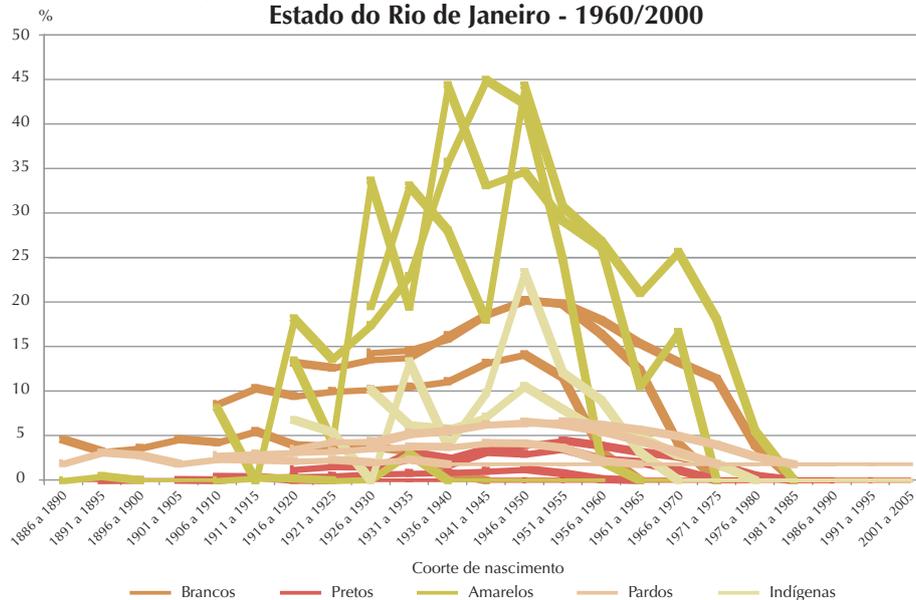
Gráfico 22 - Razão entre proporção de homens e mulheres com curso universitário completo, por coorte de nascimento - Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

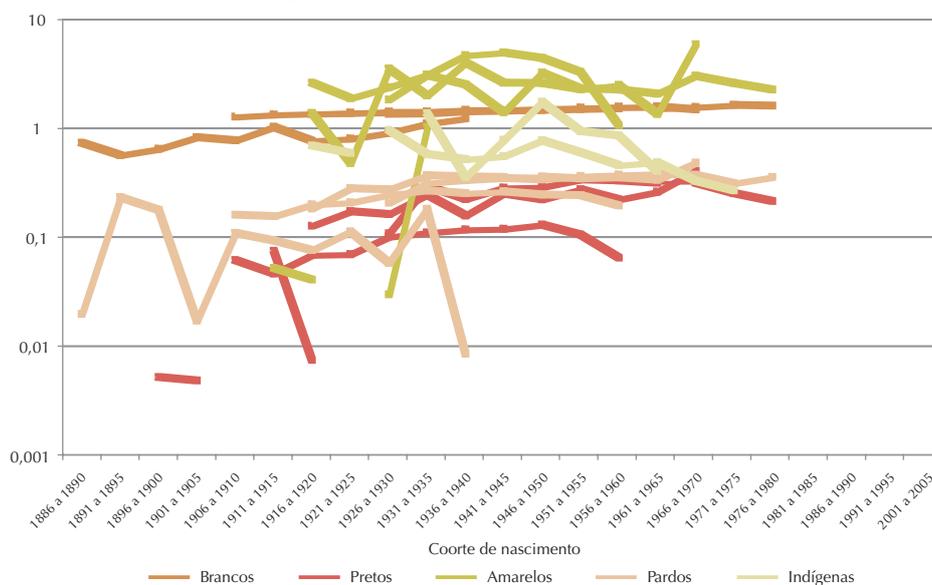
O Gráfico 23 e o Gráfico 25 apresentam, respectivamente para homens e mulheres, as proporções de indivíduos com o curso universitário completo por cor ou raça e coorte de nascimentos. O Gráfico 24 e o Gráfico 26 apresentam as razões correspondentes dessas proporções por cor ou raça e o total do estado. Grande parte das características dos demais gráficos referentes a estatísticas similares para os níveis mais baixos de estudo formal aparecem aqui. A notar, porém, dada a pequena proporção de indivíduos com o curso superior completo, os valores, principalmente para os grupos menores e para os menos escolarizados que apresentam reflexos da variância amostral. Um outro comportamento particular deste nível educacional é que a população amarela parece, para alguns censos, estar se distanciando das demais.

Gráfico 23 - Proporção de homens que completaram o curso universitário, por coorte de nascimento, segundo a cor ou raça
Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000



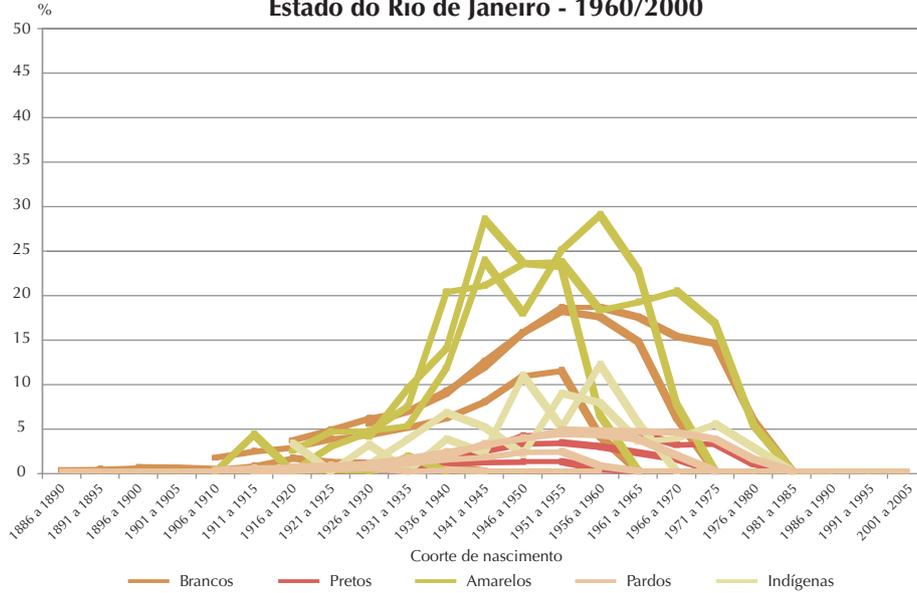
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

Gráfico 24 - Razão da proporção de homens que completaram o curso universitário e a população total, por coorte de nascimento, segundo a cor ou raça - Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000



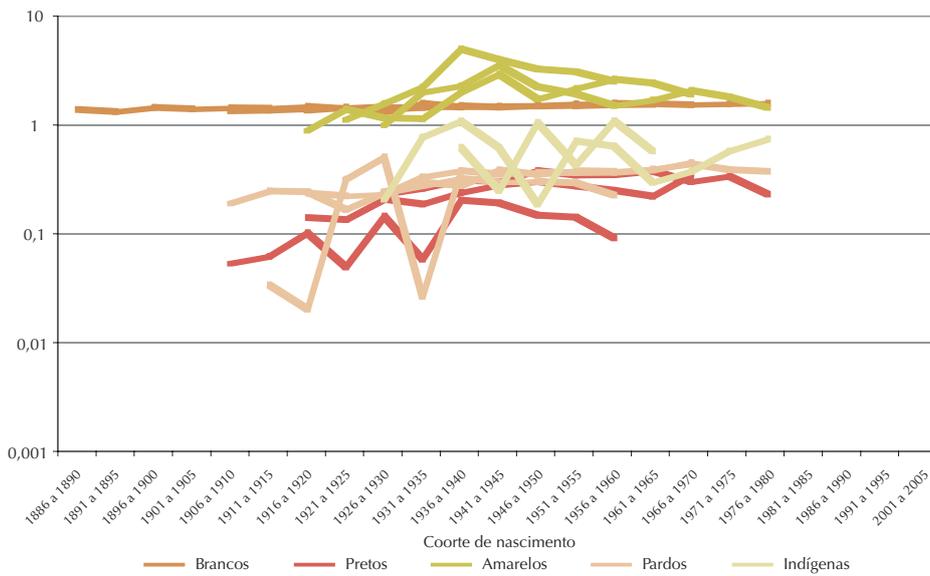
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

Gráfico 25 - Proporção de mulheres que completaram o curso universitário, por coorte de nascimento, segundo a cor ou raça Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

Gráfico 26 - Razão da proporção de mulheres que completaram o curso superior e a população total, por coorte de nascimento, segundo a cor ou raça Estado do Rio de Janeiro - 1960/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2000.

Comentários e conclusões

Existem diferenças expressivas entre a escolaridade das mulheres e a dos homens brasileiros, situação que se repete no Estado do Rio de Janeiro. Estatísticas globais, como, por exemplo, proporção de indivíduos tendo terminado com sucesso os diferentes níveis do ensino formal podem ser enganosas. O que podemos depreender dos dados é que no Estado do Rio de Janeiro também, as coortes de mulheres mais jovens têm não só diminuído as diferenças em relação aos homens quanto à escolaridade, como também ganhado terreno na frente dos mesmos. O que não sabemos é se essa vantagem deverá perdurar ao longo dos anos, já que os homens aparecem nas estatísticas como concluintes defasados e o aumento diferenciado que as mulheres estavam experimentando até 2001 parece ter se alinhado com o aumento dos homens. Ainda que as mulheres consigam modas maiores nos níveis intermediários de ensino, no nível universitário os homens apresentam uma moda maior para este nível.

Por outro lado, os dados e análises apresentados neste texto nos conduzem à pressuposição de que há, sim, uma certa coincidência das fronteiras raciais e das fronteiras socioeconômicas. As desigualdades raciais são também desigualdades sociais e ficam flagrantes quando examinamos os dados relativos à escolaridade, desagregando-os pelas diferentes categorias de cor ou raça que compõem a população brasileira. Quanto maior o nível educacional maior as disparidades entre pretos, pardos e indígenas de um lado e brancos e amarelos de outro.

Existe uma persistência dos padrões de desigualdade entre brancos e amarelos e os demais grupos, ainda que as diferenças estejam mitigadas com o passar do tempo. A melhor situação relativa à escolaridade, usufruída pelos homens, na metade do século passado, paradoxalmente, não progrediu tanto quanto a situação feminina. Note-se que nas categorias de cor ou raça com melhor situação de escolaridade a vantagem ainda é masculina. É entre a população parda e preta que as mulheres estão suplantando os homens com uma maior margem. Os amarelos e os indígenas parecem ser também diferentes dos outros grupos, mas pelo tamanho exíguo destas populações no Estado do Rio de Janeiro, é difícil tirar conclusões.

Um passo seguinte para complementar este estudo seria fazer um ajuste usando, possivelmente, um modelo linear generalizado já que a população que consegue completar com sucesso os diferentes níveis de estudo formal pode ser considerada como tendo uma distribuição binomial com tamanho conhecido. Teríamos apenas que modelar a probabilidade correspondente. Os resultados do ajuste logit poderiam ajudar a quantificar as impressões já levantadas neste texto.

Referências

- ALVES, A. M. da S. Cultura de desigualdades: raça, movimentos feministas e justiça ambiental. *Proposta*, Rio de Janeiro: Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional, n. 76, p. 64-72, mar./maio 1998.
- BARCELOS, L. C. Educação: um quadro de desigualdades raciais. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 23, p. 37-69, dez.1992.
- BATISTA, M. A. R.; GALVÃO, O. M. R. Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 23, p. 71-95, dez.1992.
- BELTRÃO, K. I. *Acesso à educação: diferenciais entre os sexos*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 17 p. (Texto para discussão / IPEA, 879).
- BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. 2004. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambú. *Anais...* São Paulo: ABEP, 2004.
- BELTRÃO, K. I.; NOVELLINO, M. S. *Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940–2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 55 p. (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 11).
- BERQUÓ, E. Demografia da desigualdade: algumas considerações sobre os negros no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Olinda. *Anais...* São Paulo: ABEP, 1988. v. 3, p. 59-88.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 158 p.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. v. 2.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. v. 1.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. v. 1, t. 4, n. 1.
- CENSO demográfico 1991: manual do recenseador - CD 1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- CENSO demográfico 2000: manual do recenseador - CD 1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 151 p.
- COSTA, T. C. N. A. O princípio classificatório 'cor', sua complexidade e implicações para um estudo censitário. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 36, n. 3, p. 91-106, jul./set. 1974.

DOBSON, A. J. *An introduction to statistical modelling*. London: Chapman and Hall, 1983. 125 p.

FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. 6. ed. rev. São Paulo: Moraes, 1986. 142 p.

HACKERT, R. *Fontes de dados demográficos*. Belo Horizonte: ABEP, 1996. (Textos didáticos, 3).

HASENBALG, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Tradução de Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 302 p. (Biblioteca de Ciências Sociais. Série Sociologia, v. 10).

HASENBALG, C. A.; SILVA, N. do V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. In: LOVELL, P. A. (Org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 1991. 365 p.

HENRIQUES, R. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 49 p. (Texto para discussão / IPEA, n. 807).

KOYAMA, T. Japoneses na Amazônia: alguns aspectos do processo de sua integração socio-cultural. In: SAITO, H. (Org.). *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. 243 p. (Coleção Coroa vermelha. Estudos brasileiros, 1).

LOVELL, P. A. (Org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 1991. 365 p.

MCCULLAGH, P.; NELDER, J. A. *Generalized linear model*. London: Chapman and Hall, 1983. 261 p.

OLIVEIRA, J. S. de. "Brasil, mostra a tua cara": imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 73 p. (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 6).

PESQUISA da população de descendentes de japoneses residentes no Brasil 1987-1988. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1988. 123 p.

PIERSON, D. *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia*. Chicago: University of Chicago, 1942. 392 p. (University of Chicago sociological series).

RAÇA e gênero no Brasil. *Lua nova: cultura e política*. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, n. 35, p. 39-71, 1995.

ROSEMBERG, F. *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo: versão preliminar*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986. 2 v.

SAITO, H. (Org.). *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. 243 p. (Coleção Coroa vermelha. Estudos brasileiros, 1).

SAITO, H. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1973. 558 p.

SANT'ANNA, W. *Novos marcos para as relações étnico/raciais no Brasil: uma responsabilidade coletiva*. Rio de Janeiro: FASE, 2000.

SANTOS, J. R. dos. A inserção do negro e seus dilemas. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, DF: MCT, Centro de Estudos Estratégicos, n. 6, p. 110-154, mar. 1999.

SAS/STAT user's guide. Version 6. 4. ed. Cary, NC: SAS Institute, 1989. v. 2.

SCHWARTZMAN, S. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, n. 55, p. 83-96, nov. 1999.

SILVA, N. do V. Aspectos demográficos dos grupos raciais. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 23, p. 7-15, dez. 1992.

TEIXEIRA, M. de P. *Negros em ascensão social: trajetórias de alunos e professores universitários no Rio de Janeiro*. 1998. 331 f. Tese (Doutorado)-Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

capítulo 12

Confluências e disparidades na metrópole do Rio de Janeiro: segregação socioespacial, organização territorial e déficits sociais locais*

Neide Lopes Patarra **
Débora Santana de Oliveira ***

Introdução

A evolução da segregação socioespacial no contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Sinais vigorosos de intensa concentração econômica (dos setores secundários e terciários), demo-

* Este texto foi elaborado a partir do Capítulo 4: Região Metropolitana do Rio de Janeiro, integrante do relatório final do projeto de pesquisa *Proposta de elaboração de um sistema de indicadores de Direitos Humanos*, volume 1, como parte do Convênio entre a Fundação Ford e a ENCE/IBGE/Science, Projeto Consolidação do Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, da ENCE/IBGE. A versão original deste texto contou com a participação de Allan Marcel P. Soria.

** Pesquisadora e Professora do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, da ENCE/IBGE.

*** Geógrafa, aluna do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, da ENCE/IBGE.

gráfica (dada à força de atração destas populações pelas riquezas geradas nestes espaços) e a ausência de uma orientação político-administrativa de investimentos em políticas públicas de promoção social dos grupos espacializados no território fluminense acentuaram e/ou produziram um conjunto de problemas de ordens socioespaciais. Desta combinação, resultaram somatórios de forças e/ou tensões, reflexos da heteronomia numa área de elevada complexidade socioeconômica.

O elevado grau de concentração populacional ocorrido nas metrópoles criou uma demanda por ofertas de emprego, habitação, transporte, saneamento básico, etc. O não atendimento desse conjunto de necessidades contribuiu para o acirramento do nível de tensão política e social preexistentes.

Na medida em que as metrópoles se fortaleciam como centros polarizadores, cresciam os problemas relativos à não provisão de infra-estrutura requeridas ao desenvolvimento equânime entre os segmentos populacionais, especialmente, no que tange à insuficiência das políticas voltadas ao atendimento das demandas das classes menos favorecidas. Concomitantemente, as cidades foram se expandindo em direção às áreas periféricas onde as condições de infra-estrutura eram mais precárias ou até mesmo inexistentes.

Os usos diferenciados do território da Região Metropolitana do Rio de Janeiro demonstraram que esses espaços intra ou intermunicipais se construíram de forma desigual e contraditória, sendo produto direto da desigualdade social inerente à sociedade hierarquizada e dividida em classes.

O processo de reprodução espacial nos revela as contradições sociais oriundas da viabilização do processo de reprodução do capital. Neste sentido, os acessos aos bens e equipamentos de consumo coletivo foram alocados de forma desigual no espaço metropolitano fluminense, materializando a segregação espacial dos diferentes segmentos sociais, segundo as suas respectivas classes de rendimento. Nas palavras de Lago (2000, p. 2),

Pela “visão do mercado”, a segregação é a expressão da distribuição espacial das classes (seja com base em critérios de renda, ocupação, etc.) pelo mercado imobiliário/fundiário e onde os mecanismos institucionais aparecem subordinados a própria lógica do mercado.

Ainda podemos afirmar que a segregação espacial não ocorre apenas nos segmentos sociais mais pobres da sociedade. Segundo Carlos (2003, p. 79):

Entender o espaço urbano do ponto de vista da reprodução da sociedade significa pensar o homem enquanto ser individual e social no seu cotidiano, no seu modo de viver, agir e pensar. Significa entender o processo de produção do humano num contexto mais amplo: o da produção da história, de como os homens produziram e produzem as condições materiais de sua existência. Hoje essas condições ocorrem aprofundando a contradição entre a opulência e a miséria, que reflete a distribuição da riqueza. As condições de vida da sociedade urbana estão vinculadas direta ou indiretamente a isso; é uma relação de poder que extrapola o lócus do trabalho.

Dentro desse quadro a (re) produção do espaço é também o da reprodução da vida humana. O homem vive onde ele pode morar e isso será determinado por sua renda e pelos sacrifícios que pode fazer. Como ele pode morar e em que condições vivem depende do acesso aos serviços coletivos produzidos.

A segregação socioespacial observada à escala da Região Metropolitana do Rio de Janeiro decorre do processo de separação entre ricos e pobres, inaugurado no final do Século XIX, quando as camadas sociais mais abastadas foram deslocadas para bairros recém construídos (LAGO, 2000, p. 59). O padrão de segregação socioespacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi se alterando ao longo do Século XX, mediante o deslocamento espacial diferenciado dos segmentos sociais e da disponibilidade da oferta e provisão de infra-estrutura.

O processo de integração física da Baixada Fluminense ao espaço carioca, segundo nos afirma Lago, iniciou-se ainda nas primeiras décadas de 1890. A conformação do que hoje conhecemos como Região Metropolitana do Rio de Janeiro começou a se esboçar na década de 1920. Neste período já era possível observar uma estruturação interna dicotômica entre os padrões de ocupação urbana.

Na década de 1930, concomitantemente ao embrionário processo da industrialização brasileira e do elevado crescimento do setor terciário urbano no então Distrito Federal¹, as empresas imobiliárias se encarregaram de criar espaços modernos e funcionais para a classe consumidora emergente.

Conforme nos elucida Lago (2000, p. 69),

A configuração social do espaço metropolitano no final dos anos 40 pode ser vista, então, como a consequência de três movimentos sincrônicos: o deslocamento de trabalhadores pobres para os subúrbios e periferias em função da ação coercitiva do poder público no sentido de manter a ordem, pelo menos nas áreas centrais; a che-

¹ Nesta época, a cidade do Rio de Janeiro era a Capital Federal.

gada na Zona Sul e sobretudo nos subúrbios e municípios vizinhos, de trabalhadores migrantes do campo para suprir a mão de obra necessária nas indústrias e atividades terciárias recém implantadas; e, por último, a mobilidade social ascendente de segmentos da classe trabalhadora que se dirigiram para os bairros à beira-mar, em busca do novo status de classe média e do padrão de consumo nele embutido.

Nos anos 1950, a localização residencial dos trabalhadores no espaço intrametropolitano fluminense, segundo seus respectivos ramos de atividade, já revelava uma estrutura socioespacial fortemente segregada. Naquela época, o processo de favelização rompeu as barreiras da periferia e começou a ocupar as áreas centrais, sendo uma estratégia do operariado de se aproximar do mercado de trabalho.

A configuração das regiões metropolitanas no espaço brasileiro consolidou-se após os anos 1950, no decurso do processo de industrialização, cujas contradições do processo de urbanização também em curso no Brasil, acompanhado das mudanças no padrão de acumulação do capital produtivo, tenderam à materialização espacial das desigualdades sociais e econômicas.

Neste mesmo período, a área periférica metropolitana fluminense apresentou um elevado crescimento populacional com a chegada de cerca de 570 mil migrantes para estas localidades, o equivalente, àquela época, ao quantitativo de 41% da população residente nesta área, caracterizando, assim, “necessidades imediatas em relação à provisão de infra-estrutura aos serviços urbanos” (LAGO, 2000, p. 72).

A autora chama atenção, no entanto, para o fato de que

O Estado, em seu papel de mantenedor das condições de reprodução do capital, em geral, e do capital imobiliário, em particular, direcionou os recursos públicos para a ampliação da rede de água e da acessibilidade na Zona Sul, garantindo a reprodução das camadas sociais médias e altas que, por sua vez, constituíam a nova classe consumidora de bens duráveis, com destaque para o automóvel, que iria sustentar o modelo de crescimento econômico implantado. Com mesmo intuito de sustentar tal modelo, o Estado ficou omissos perante as carências produzidas pela forma de produção do espaço periférico (LAGO, 2000, p. 72).

Note-se que a alocação dos recursos públicos voltados à criação de infra-estrutura aos serviços urbanos foi orientado pela lógica do capital investido de modo a privilegiar os locais mais valorizados no espaço metropolitano.

O exposto nas linhas precedentes demonstra o caráter contraditório inerente ao processo da expansão capitalista na área metropolitana. Não obstante, cabe ressaltar que as dimensões mais relevantes da lógica da reprodução capitalista no espaço não podem ser apreendidas sem que consideremos o papel do Estado como mediador dessas contradições.

Nas décadas de 1960 e 1970 verificou-se uma desaceleração do fluxo migratório de longa distância em direção à área metropolitana do Rio de Janeiro. Por outro lado, o deslocamento intrametropolitano, em geral, do centro para a periferia, expandiu-se, consolidando e reafirmando a desigualdade socioespacial já existente.

Nos anos 1970, o mercado imobiliário tornou-se bastante significativo no que tange à produção de um espaço metropolitano altamente fracionado, cuja dinâmica segregadora estender-se-á até a década de 1980. Simultaneamente, o processo de periferização imputado à área metropolitana manteve-se em ritmo acelerado. A produção de lotes populares e o direcionamento dos fluxos migratórios para os Municípios de São Gonçalo e Itaboraí foram favorecidos pela construção da ponte Rio-Niterói, dentre outras motivações. O Município de Itaguaí também apresentou um ritmo de crescimento acelerado, favorecido pelo transbordamento populacional da Zona Oeste do núcleo, em direção à Costa Sul do Estado, que compreende, também, Mangaratiba que até então se caracterizava como área rural. A Baixada Fluminense, naquela ocasião formada pelos Municípios de Duque de Caxias, Magé, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti, cresceu em ritmo acelerado, embora suas taxas se apresentassem bastante diferenciadas.

As altas taxas de crescimento dos municípios periféricos foram asseguradas pelas migrações intrametropolitanas, em geral por aqueles segmentos sociais menos favorecidos que se deslocavam do núcleo para a periferia. Ressaltamos que, já nos anos 1970, a periferia conheceu um processo de estratificação socioespacial. Em outras palavras, podemos dizer que a periferia já fora alcançada pelo processo de modernização do mercado imobiliário, deixando de ser um lugar exclusivo da alocação da pobreza.

As diferenças socioespaciais, bastante expressivas, que já se faziam sentir em todo espaço metropolitano, foram agravadas na década de 1980, devido às sucessivas crises econômicas e mudanças na conjuntura político-administrativa do País.

Na década de 1990, as políticas neoliberais² aliadas às condições infra-estruturais acabaram por modificar as condições do crescimento populacional nas Regiões Metropolitanas, sobretudo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A mudança do fluxo migratório inter-regional para áreas não metropolitanas, que apresentaram grande desenvolvimento, contribuiu para a modificação do padrão das desigualdades socioespaciais que haviam se configurado nas décadas anteriores. Acordando com Lago (2000, p. 220), consideramos que

O exame dos fluxos populacionais em direção à metrópole do Rio de Janeiro e em seu interior esclarece alguns dos processos que estão por trás do quadro socioespacial que se configurou no final de uma década de crise econômica. Em primeiro lugar, a redução do contingente de migrantes procedentes das regiões mais pobres do País atenuou a relação histórica entre migração e pobreza urbana. A população metropolitana empobrece ao mesmo tempo que a atratividade da metrópole entra em declínio. A diminuição do contingente de migrantes nordestinos para a capital (embora o número ainda tenha sido bastante expressivo) foi, em parte, compensada pelo aumento dos migrantes do interior do Estado, ainda que estes tivessem um perfil de renda e instrução mais elevados que os primeiros. De fato, o empobrecimento do núcleo teve pouco a ver com a migração.

Na síntese que ora se apresenta, reconhecemos o caráter parcial e provisório de nossa análise e de suas limitações quanto à interpretação de uma realidade tão complexa no que diz respeito à lógica da segregação e das desigualdades sociais materializadas no espaço metropolitano fluminense. Doravante, esta breve contextualização histórica, ou seja, esta rápida incursão apresentada, busca resgatar as contribuições reconstitutivas acerca da materialização do quadro atual das desigualdades socioespaciais.

Conforme nos argumenta Santos (1999, p. 126-127),

o entendimento dos lugares em sua situação atual e em sua evolução, depende da consideração e do eixo das coexistências. Cada ação se dá segundo o seu tempo; as diversas ações se dão conjuntamente. Objetivos particulares, que são individuais, funcionalmente perceptíveis, fundem-se num objetivo comum, mas dificilmente discernível. A vida social, nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam, seja qual for a escala - do lugarejo, da grande cidade, da região, do país inteiro, do mundo.

² As políticas neoliberais foram adotadas com vigor no Território Brasileiro a partir do governo do Presidente Fernando Collor de Mello.

No presente momento histórico, o contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresenta uma dada dimensão em que coexistem certas relações sociais específicas em mudança no seu interior e entre os municípios que a compõem sob o efeito das transformações mundiais do atual processo de globalização. A grande concentração espacial da população no território metropolitano, dos investimentos públicos e privados, correspondentes da tendência da urbanização e da dinâmica da industrialização somam-se, atualmente, as tentativas de ajustes da economia fluminense aos fluxos financeiros mundiais e à reestruturação produtiva, implicando na mobilidade espacial da população e na localização das firmas, bem como, na agenda dos governos.

Os aspectos da estrutura da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, associados à intensificação da mobilidade das informações, das pessoas e dos produtos, no âmbito da reorganização do capital em escala mundial, refletem também o processo da disputa por novos territórios voltados à espacialização da vida econômica e social. Daí vale dizer, “que o lugar globalizado não se explica exclusivamente dentro dele próprio” (HAESBAERT, 1997, p. 11).

Em outras palavras, afirmamos que num mundo globalizado, para entendermos o espaço faz-se necessário ir além da função localmente exercida bem como considerar suas motivações, que podem ser distantes e ter até mesmo um fundamento planetário (SANTOS, 1999, p. 182).

A questão da segregação e das desigualdades socioespaciais contemporâneas são perpetradas pela dinâmica inerente à lógica dominante do capital globalizado, em que os territórios são inscritos sempre num campo de poder, não apenas no sentido de apropriação física e material, mas também simbólico, pelos diferentes atores sociais nele presentes, reafirmando a discussão de Haesbaert (1997, p. 32) no sentido de que “um território não se define apenas enquanto um espaço apropriado simbolicamente, com a formação de uma identidade cultural/territorial. Ele nasce na discussão sobre o domínio/controlado político do espaço [...]”.

Seguindo este pensamento, evidenciamos que o território como instrumento do poder político pode contribuir para o acirramento das desigualdades sociais, econômicas, culturais, etc., preexistentes, erodindo a cidadania e, simultaneamente, violando o acesso aos Direitos Humanos. Na argumentação de Santos (2002, p. 34),

“não há pacto social sem pacto territorial concomitante, mesmo que este não venha explicitado”. Sendo assim, o espaço metropolitano, se constitui em um objeto de observação explícita da coexistência dos diferentes segmentos sociais em suas relações antagônicas, produzindo e/ou reproduzindo inúmeras modalidades de poder, sejam estes legais ou ilegais, pois “o território é a construção da base material sobre a qual a sociedade produz sua própria história” (SANTOS, 2002, p. 70).

No que diz respeito ao território legalmente instituído, cujas fronteiras são delimitadas por leis, o recorte espacial privilegiado neste estudo apresentava uma regionalização à época que considerava fundamentalmente os conteúdos econômico, financeiro, fiscal e normativo.

Salientamos que a metrópole fluminense não perdeu a sua centralidade econômica, embora tenha sofrido com a retração dos inúmeros postos no mercado de trabalho formal e acrescida da deslocalização industrial. Em termos populacionais, segundo os dados do Censo Demográfico 2000, realizado pelo IBGE, 75,6% da população total do estado reside nesta região de governo³.

Muito mais do que suas delimitações territoriais, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e seu núcleo resultam das ações humanas realizadas em tempos pretéritos e presentes mediante os diversos usos por seus diferentes atores que configuraram a territorialidade atual e condizionarão o seu futuro. Entendemos que o território deve ser visto como um processo sempre inacabado; um movimento constante de transformações a partir de ações políticas e sociais mediadas pela materialização dos objetos espaciais, nos quais os indivíduos exercem seus direitos/deveres e/ou são negligenciados no que concerne ao amplo acesso aos direitos sociais. No dizer de Santos (1999, p. 45, grifo do autor), “o espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de *viver bem*”. Deste modo, acreditamos que práticas voltadas ao desenvolvimento da cidade comprometidas com a elaboração de políticas públicas objetivadas à promoção da dignidade humana devem ser priorizadas a fim de romper com o movimento crescente do acirramento das desigualdades socioespaciais, da segregação e das graves violações dos direitos humanos verificados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. De acordo com Koga (2003, p. 80),

³ Divisão regional da Unidade da Federação Rio de Janeiro utilizada pelo Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - Fundação CIDE.

Os “déficit de lugares” são concretos e revelam a face dos lugares da cidadania, que medidas socioterritoriais podem contribuir para um maior aprofundamento de análise desse processo em curso nas sociedades marcadas pelas desigualdades sociais, trazendo um novo aporte analítico para as condições de vida reais e para a relação território usado, do ponto de vista da cidadania e das políticas de redistribuição no enfrentamento das desigualdades sociais.

A “dimensão” da criminalidade na metrópole fluminense

As considerações até aqui apresentadas não excluem a presença dos chamados territórios do crime organizado como um dos exemplos da fragmentação socioespacial metropolitana, que também nos revelam os usos contrastados de um mesmo espaço segundo as diversas perspectivas que se abrem aos seus diferentes atores.

A manifestação do fenômeno da criminalidade com seu ritmo multifacetado e crescente vem afetando e impactando diretamente a vida de todos os indivíduos, sobretudo aqueles que residem nas áreas metropolitanas do território brasileiro, tornando-se cada vez mais presente no escopo das investigações das ciências sociais e humanas, nas discussões nas esferas políticas, da sociedade civil em geral numa perspectiva desafiadora de enfrentamento e desvelo das realidades emergentes da dinâmica do crime organizado, em associação com o uso constante de armas de fogo.

O tráfico de drogas de varejo tem incrementado o fenômeno da criminalidade violenta urbana, assomando como um fator de agravamento das tensões na metrópole. Este, por sua vez, não pode ser entendido apenas através de sua relação com os problemas de pobreza e desemprego. Deve ser contextualizado no âmbito das contradições sociais objetivas na esfera da produção e da opressão política a serviço dos interesses capitalistas.

Souza (2000, p. 48) adverte que

[...] reações como a criminalidade (organizada ou não) podem por seu turno, conduzir a respostas por parte do aparelho de Estado ou de segmentos da sociedade que contribuem para agravar e não para minorar o quadro de tensões (intensificação da repressão policial e aumento dos preconceitos contra a população pobre), configurando assim um *feedback* positivo, um círculo vicioso, sem que ao menos haja alguma promessa de ganho efetivo no âmbito do conflito. A criminalidade é, no que tange ao interesse coletivo, antes uma parte da problemática que da solução, tanto por suas conseqüências impremeditadas (em decorrência da sinergia de *n* atos criminosos particulares, alimentando um sentimento de insegurança generalizado entre a população) quanto por suas características específicas.

Em suma, não podemos dissociar a criminalidade do esgarçamento do tecido social, dado o amplo aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas bem como a constante violação aos Direitos Humanos.

Embora o consumo e o tráfico de drogas não seja algo recente no Brasil, nos anos 1980 é que este movimento apresenta um impulso em termos de lucratividade com a difusão da venda das chamadas *drogas pesadas* (cocaína, *crack*, *ecstasy*, haxixe, etc.). Essa modalidade, ao movimentar altas cifras, favorece o surgimento e o fortalecimento de quadrilhas especializadas, melhor estruturadas e altamente equipadas com armamentos de alto calibre e sofisticados, largamente utilizados pelas facções tanto nas disputas pelo controle de novos territórios quanto nos confrontos com a repressão policial. Estes grupos vão se espacializar, preferencialmente, nas áreas mais carentes da metrópole - favelas, loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais de baixa renda e assemelhados.

Nas últimas décadas o tráfico de drogas se constituiu no grande motivador da dinâmica da criminalidade urbana violenta cujos efeitos se fazem sentir cotidianamente nos mais diferentes setores da vida social, chamando a atenção de toda a população, principalmente nas que residem nas grandes metrópoles nacionais - Rio de Janeiro e São Paulo.

Uma outra característica bastante preocupante é a arregimentação de um número crescente de jovens postos a serviço das redes do narcotráfico. Zaluar, em alguns de seus estudos, tem procurado apreender os fatores indutores ao envolvimento de jovens do espaço fluminense no mundo do crime. Seja como vítimas ou como agressores, a compreensão da complexidade dos fenômenos que envolvem o forte incremento das taxas de homicídio, sobretudo na população masculina jovem na coorte etária de 15 a 29 anos de idade, cuja sobremortalidade por homicídios com uso de armas de fogo revela-se em número bastante expressivo, suscita a adoção de políticas públicas específicas de forma a minimizar as vulnerabilidades crescentes neste grupo.

Inúmeros são os custos acarretados pela presença do tráfico de drogas em nossa sociedade, embora a violência e a criminalidade possuam várias outras dimensões.

A noção de crime há muito permeia as ciências sociais, sendo objeto de preocupação constante desde o Século XIX. Segundo Bretas, (1991, p. 49) “o crime era apontado como um desvio do comportamento normal, como lugar do inco-

num no estudo das sociedades, em oposição à normalidade da vida dos cidadãos comuns.” No entanto, a bibliografia recente da história social nos tem demonstrado que o tema da violência, sobretudo sobre a forma de criminalidade urbana, passou a fazer parte do centro da vida cotidiana dos indivíduos, imputando-nos o desafio político e social voltado à proteção da vida em coletividade.

Deste modo, cabe ressaltar que o compromisso com um conjunto de práticas que priorizem a cidadania torna-se indispensável à valorização da condição humana. Numa época em que são aprofundadas as desigualdades sociais e, concomitantemente, se elevam os índices de criminalidade violenta, em especial os homicídios por armas de fogo, os princípios universais dos direitos humanos são cada vez mais violados.

Violência e criminalidade, indiscutivelmente, se apresentam como problemas de grande visibilidade política. Daí inúmeros estudos sobre as causas crescentes desses fenômenos estarem sendo realizados, influenciando ou sendo influenciados por debates acadêmicos, públicos, governamentais, ONGs e pela sociedade civil em geral. Diversos são os fatores que contribuem para o aumento da criminalidade e da violência no País. Dentre as perspectivas analíticas principais identificadas nos debates sobre as causas e as soluções do problema da violência e da criminalidade, destacamos: a econômica, a política e a social.

A abordagem econômica “focaliza o impacto negativo e desestabilizador das crises econômicas, do processo de desenvolvimento do capitalismo e mais recentemente da globalização” (MESQUITA NETO, 2001, p. 30). Nesta perspectiva, criminalidade e violência seriam expressões das estratégias de sobrevivência dos grupos em uma sociedade permeada por conflitos entre classes motivados pela desigualdade econômica.

A abordagem política “ênfatisa contribuição para o aumento da criminalidade e da violência a fatores que diminuem a capacidade do Estado, e particularmente da polícia, de manter a lei e a ordem através da prevenção e da repressão de ações ilegais e violentas” (MESQUITA NETO, 2001, p. 30). Essa abordagem focaliza os efeitos desestabilizadores e negativos dos processos de modernização, globalização e democratização. Neste caso, crime e violência aparecem como resultado de baixo controle social e alto grau de impunidade.

Já a abordagem social “ênfatisa a contribuição para o crescimento da criminalidade e da violência a fatores que diminuem a capacidade da sociedade civil de assegurar o Estado de Direito e os direitos civis, políticos e sociais fundamentais para a maioria da população. (Mesquita Neto, 2001, p. 30). Essa abordagem focaliza a incapacidade do Estado em garantir os direitos do cidadão e da pessoa humana.

Acredita-se que a crescente escalada da criminalidade na metrópole fluminense resulte da conjugação em maior ou menor proporção de todas essas abordagens em associação a um conjunto de fatores adicionais, dentre os quais, podemos destacar, a disseminação das armas de fogo e do narcotráfico.

Autores como Nancy Cardia, Sérgio Adorno, Cláudio Beato, entre outros, têm apresentado discussões acerca do incremento das taxas de homicídio nas regiões metropolitanas associando-as diretamente às condições sociais e econômicas desiguais, à deterioração das condições de vida-perceptíveis nos arranjos territoriais e à violação dos direitos humanos.

Recentemente um trabalho científico intitulado *Criminalidade e desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro: uma análise da distribuição espacial da mortalidade por homicídios na população masculina jovem segundo as características sociais e economias municipais* (BRITTO et al., 2004), demonstrou ser a Região Metropolitana do Rio de Janeiro a área com os mais elevados índices deste tipo de crime.

O referido estudo visava identificar quais padrões locais de desenvolvimento socioeconômico em municípios desta Unidade da Federação favorecem ou inibem a incidência da mortalidade por homicídios na população masculina jovem de 15 a 29 anos de idade, tida no presente trabalho como *proxy* do fenômeno da criminalidade, buscando, portanto, compreender os determinantes da criminalidade. Através da utilização de procedimentos que ressaltassem a dimensão espacial do fenômeno em estudo, o trabalho teve como objetivo central apontar as possíveis correlações entre diversos indicadores municipais e as taxas de mortalidade por homicídios observadas.

Segundo diversos autores, a população masculina jovem, em especial aqueles pertencentes aos segmentos sociais menos favorecidos, são os mais vulneráveis à prática de crimes bem como os que apresentam a maior incidência de óbitos por essa razão.

No dizer de Britto e outros (2004, p. 23), “o homicídio seria uma expressão da criminalidade bastante presente em diversas cidades, onde além dos direitos humanos serem gravemente violados, ‘prosperam’ as necessidades econômicas e sociais que influenciam diretamente a sua expansão”.

É sabido que os governos estadual e municipal já não garantem adequadamente os direitos mais básicos para uma existência digna, tais como: habitação, urbanização, saúde e educação, cooperando, nesse sentido, para este estado de coisas.

Na empresa que segue, faremos algumas considerações sobre as diferenças socioespaciais verificadas nos municípios integrantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Para tanto, selecionamos um conjunto de indicadores socioeconômicos e de acesso aos serviços de infra-estrutura, de modo a apreendermos algumas características ecológicas que denunciam as confluências e disparidades deste espaço. Em outras palavras, focalizaremos os contextos físico, social, econômico e organizacional do conjunto de municípios que integram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, nos quais ocorrem as violações dos Direitos Humanos. Deste modo, podemos afirmar que:

O problema metropolitano está exigindo urgentemente novas formas de regulação, cuja prática incumba, em maior parte, aos poderes públicos mais próximos do cidadão, sem deixar, todavia, que este seja esmagado por interesses localistas ou manipulações de grupos municipais (SANTOS, 2002, p. 27).

Caracterização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

A criação das Regiões Metropolitanas apareceu oficialmente, pela primeira vez, na Constituição Federal de 1967 e manteve-se em 1969 através da Emenda Constitucional nº 01. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi institucionalizada através da Lei Federal Complementar nº 20, de 01.07.1974, antes da fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, ocorrida em 1975⁴.

⁴ Alguns consideram que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi instituída em 1975 pelo mesmo Ato que sacramentou a fusão.

À época de sua formação, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi constituída por 14 municípios - Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Gonçalo e São João de Meriti. Posteriormente alguns desses municípios foram desmembrados⁵, dando origem a outros sete municípios - Belford Roxo, Guapimirim, Japeri, Mesquita, Queimados, Seropédica e Tanguá.

Esta delimitação passou a sofrer alterações a partir do implemento de Leis Complementares Estaduais, garantidas pela Constituição Federal promulgada em 1988 que transferiu para a alçada estadual a legislação sobre as Regiões Metropolitanas. A primeira alteração realizada foi a retirada do Município de Petrópolis, após o desmembramento do distrito de São José do Vale do Rio Preto que concentrava a principal área industrial deste município.

No ano 2000, a regionalização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, segundo os critérios estabelecidos pelo Governo do Estado, era composta por 19 municípios, a saber: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá, dentre os quais, sete situavam-se entre os mais populosos do estado.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresentava a maior taxa de urbanização do País, alcançando, e no ano 2000, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, o percentual de 99,3%. Sua densidade demográfica⁶ também era bastante elevada, com 1 913,5 habitantes por km². No dizer de Davidovich (2000, p. 10), “a Região Metropolitana do Rio de Janeiro representava uma macrocefalia urbana, impar na federação brasileira, onde se reconhece uma das singularidades do contexto urbano e territorial do Estado do Rio de Janeiro”.

⁵ Os Municípios de Belford Roxo, Japeri, Mesquita e Queimados desmembraram-se do Município de Nova Iguaçu; Guapimirim desmembrou-se de Magé; Seropédica de Itaguaí e Tanguá de Itaboraí. O Município de Mesquita foi instalado em 01.01.2001.

⁶ É o quociente entre a população residente estimada e a área terrestre, expressa em habitantes/km².

O Mapa 1 a seguir mostra a localização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro no estado, juntamente com as demais regiões de governo⁷.

Mapa 1 - Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Anuário estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2003. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 19, 2003.

O crescimento vegetativo tinha permanecido baixo: no estado, este totalizava um percentual de 1,11%; na região metropolitana 1,07%; e no núcleo 0,87%. Cabe destacar, no entanto, que a taxa média geométrica de crescimento anual, no período 1991/2000, calculada em 1,17%, ficou abaixo da taxa verificada no estado, cujo valor foi de 1,30%. No Gráfico 1, podemos observar a evolução da taxa média geométrica anual de crescimento da população residente desta região comparativamente, a do estado, no período compreendido entre os Censos de 1940 e 2000.

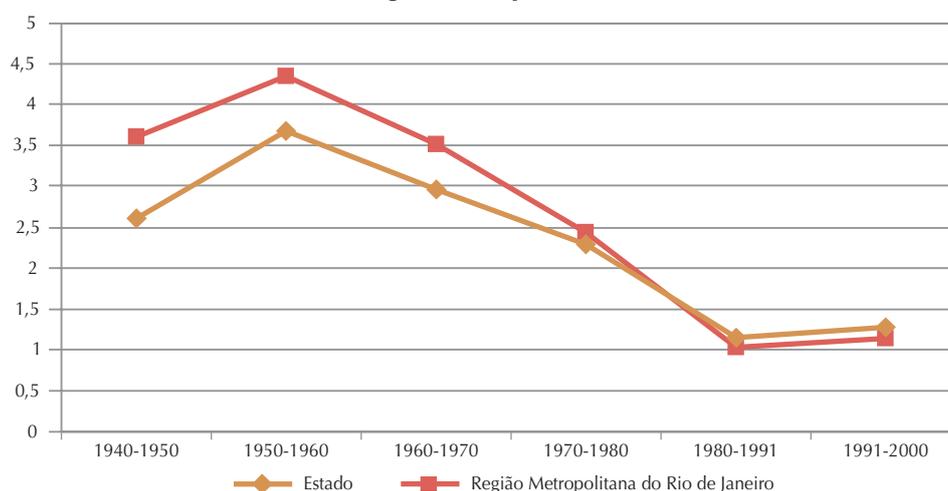
⁷ A divisão regional do Estado do Rio de Janeiro, adotada desde 1987, de acordo com a Lei nº 1.227, de 17.11.1987, que aprovou o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 1988/1991, sofreu alterações posteriores:

A Lei Complementar nº 64, de 21.09.1990, retirou Petrópolis da Região Metropolitana, passando o município a fazer parte da Região Serrana.

A Lei Complementar nº 97, de 02.10.1991, retirou o Município de Maricá da Região Metropolitana, incluindo-o na Região das Baixadas Litorâneas.

A Lei Complementar nº 105, 04.07.2002, retirou os Municípios de Itaguaí e Mangaratiba da Região Metropolitana e juntou-os aos de Angra dos Reis e Parati numa nova Região de Governo - a da Costa Verde.

Gráfico 1 - Taxa média geométrica anual de crescimento da população residente Estado do Rio de Janeiro e Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1940/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2000.

Através do referido gráfico percebemos que esta taxa apresentou uma tendência ao declínio, tanto no estado quanto em sua região metropolitana. A partir do período 1991/2000, porém, estas taxas apresentaram uma pequena elevação. O gráfico também nos permite observar que a taxa do crescimento populacional metropolitano era, desde 1940, maior do que a verificada no estado, exceto a registrada no ponto censitário de 1991, onde esta situação se inverteu. Esta tendência pode estar relacionada, dentre outros fatores, a transferência da população no espaço metropolitano para outras regiões do estado que apresentaram significativos níveis de desenvolvimento.

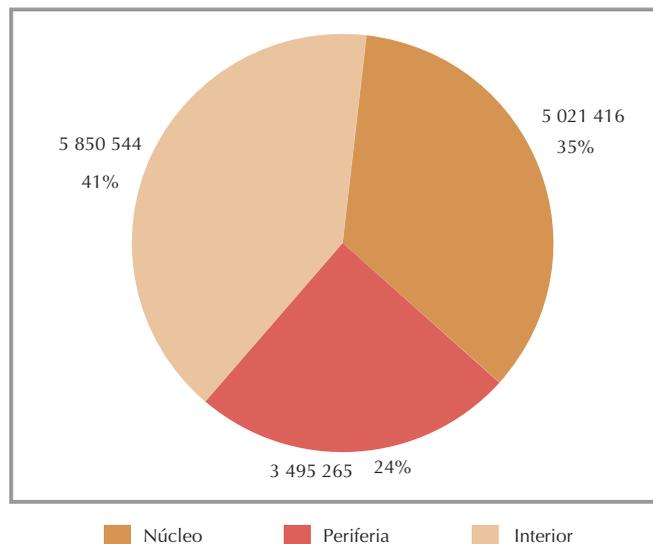
No início da formação da área metropolitana, a população foi se abrindo no núcleo e, posteriormente, deslocou-se em direção a suas periferias, como nos informa Ribeiro (2000, p. 17):

Este perfil metropolitano populacional firmou-se desde o passado remoto, principalmente em seu núcleo, o município do Rio de Janeiro. Tal situação acentua-se para a cidade do Rio de Janeiro, quando passa a exercer a função de capital do País, além de deter outras funções, como a portuária e a comercial, provocando uma significativa atração populacional. Esta concentração culmina com o papel de núcleo metropolitano a partir dos anos de 1940, quando do início da formação da Área Metropolitana, atraindo levas de migrantes provenientes do Nordeste, eclodindo nos anos de 1960 e ratificando este papel em anos posteriores, assumindo tal hegemonia.

No processo de formação da Área Metropolitana do Rio de Janeiro, a malha construída no núcleo espalhou-se em direção à periferia - Baixada Fluminense, além do lado oriental da Baía de Guanabara, principalmente os Municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí. Por outro lado, o tecido urbano sofreu um processo de esgarçamento, fato evidenciado em grande parte das metrópoles brasileiras, principalmente em suas periferias carentes de infra-estrutura.

A extensão territorial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - compreende uma área de 4 686,5 km², o equivalente a 13% da área total do estado. Quanto à distribuição da população nesta Unidade da Federação, os dados apresentados no gráfico a seguir demonstram que a mesma apresentava-se muito mal distribuída territorialmente, concentrando-se em sua região metropolitana, principalmente em seu núcleo⁸.

**Gráfico 2 - Distribuição da população
Estado do Rio de Janeiro - 2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Se considerarmos que três em cada quatro fluminenses residiam na sua região metropolitana, ou ainda, que um em cada três moradores deste estado residia em sua capital, fica explícito o elevado adensamento populacional neste município,

⁸ A população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta pela soma das populações do núcleo e da periferia, 10 871 960 pessoas.

que em 2000 possuía uma densidade demográfica de 4 858,1 hab./km², acima das densidades metropolitana e estadual, cujos valores eram de 1 913,5 e de 328,1 hab./km², respectivamente.

No que se refere à taxa líquida de migração, nos três níveis geográficos - estado, Região Metropolitana do Rio de Janeiro e núcleo - esta apresentava valores baixos. No núcleo metropolitano esta taxa apresentou o valor negativo de - 0,13, expressando perda populacional no período 1991/2000, conforme tabela a seguir.

**Tabela 1 - Indicadores demográficos, por nível geográfico
Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana do Rio de Janeiro
e Núcleo - 2000**

Indicadores	Estado do Rio de Janeiro	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Núcleo
População residente	14 391 282	10 710 515	5 857 904
Densidade demográfica (hab./km ²)	328,1	1 913,5	4 858,1
Crescimento vegetativo (%)	1,11	1,07	0,87
Taxa média geométrica de crescimento anual (%)	1,30	1,17	0,74
Taxa de urbanização (%)	96,0	99,3	100,0
Taxa líquida de migração	0,19	0,09	(-) 0,13

Fonte: Anuário estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2003. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 19, 2003.

Ainda no que se refere à distribuição da população no território fluminense, a Tabela 2 nos mostra as diferenças entre a população urbana e rural, bem como a distribuição da população por sexo.

**Tabela 2 - População residente, por sexo
e situação do domicílio, segundo o nível geográfico
Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana do Rio de Janeiro
e Núcleo - 2000**

Nível geográfico	População residente			
	Masculina		Feminina	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Estado do Rio de Janeiro	6 603 891	296 444	7 217 575	273 372
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	5 141 985	41 258	5 671 732	39 181
Núcleo	2 748 143	-	3 109 761	-

Fonte: Anuário estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2003. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 19, 2003.

Observando o indicador demográfico referente à taxa bruta de mortalidade, notamos que o estado e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro obtiveram taxas relativas de 7,6‰ e 7,8‰, respectivamente. No núcleo, esta mesma taxa apresentou um valor de 8,4‰. Em relação à taxa de mortalidade infantil, o núcleo apresentou uma taxa menor em relação à Região Metropolitana do Rio de Janeiro e ao estado, perfazendo um valor de 16,5‰, contra 19,7‰ do estado e 18,3‰ da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o que denuncia pior prestação de serviços no que concerne à área de saúde no conjunto do território fluminense. A esperança de vida ao nascer, ou seja o tempo de vida estimado de um recém-nascido, pouco se diferenciou entre o Estado e o Município do Rio de Janeiro, que apresentaram as taxas de 69,42% e 70,26% anos, respectivamente.

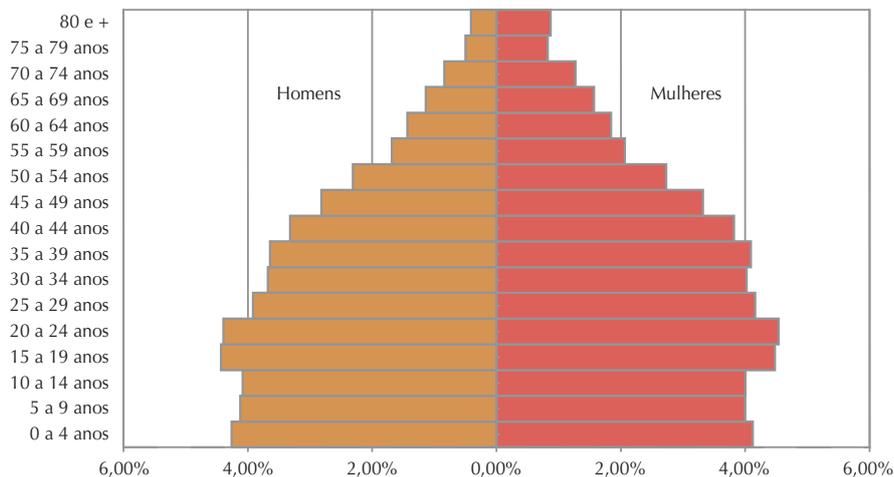
No que se refere às taxas brutas de natalidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 17,7‰, estas não apresentaram valores díspares daqueles apresentados pelo estado, 17,8‰, e pelo núcleo, 16,7‰. As taxas de fecundidade total também mantiveram níveis baixos: tanto no estado quanto no núcleo, se encontravam abaixo do nível de reposição, fixado em 2,1%. O estado apresentava uma taxa de 2,06%, enquanto, no município, a taxa apresentava-se no valor de 1,87%.

Quando nos referimos à distribuição populacional por sexo, os dados mostram que as mulheres têm apresentado uma maior participação no conjunto da população. A razão de sexos no total da população fluminense em 2000 foi de 92,1 homens para 100 mulheres; na região metropolitana o valor encontrado foi de 90,8 homens por 100 mulheres enquanto no núcleo a diferença se acentuou, apresentando apenas 88,4 homens para cada 100 mulheres.

Quanto à maior participação das mulheres na população, alguns aspectos podem ser destacados, tais como: a mortalidade diferenciada por sexo - sendo os homens as vítimas preferenciais da violência urbana - e a esperança de vida crescente da população feminina em função da sobremortalidade masculina.

O Gráfico 3, a seguir, mostra a distribuição populacional por sexo e grupos etários na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Ao observarmos este gráfico, vemos que nos grupos etários abaixo de 15 anos de idade as populações masculina e feminina se equiparavam numericamente. As diferenças entre homens e mulheres se acentuavam a partir do grupo etário acima dos 25 anos.

**Gráfico 3 - Pirâmide populacional
Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

A razão de dependência, entendida como a “relação entre o número de pessoas consideradas dependentes (menos de 15 anos e com 65 anos ou mais) e a população de 15 a 65 anos expressa em porcentagem” (ANUÁRIO..., 2003, p. 55), em 2000, era de 48,3% no estado, 47,8% na região metropolitana, e 46,4% no núcleo.

A Tabela 3, a seguir, apresenta os valores dos indicadores demográficos utilizados na caracterização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, comparativamente ao estado e ao seu núcleo.

**Tabela 3 - Indicadores demográficos selecionados, por nível geográfico
Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana do Rio de Janeiro
e Núcleo - 2000**

Indicadores	Estado do Rio de Janeiro	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Núcleo
Taxa bruta de mortalidade (%)	7,6	7,8	8,4
Taxa bruta de mortalidade infantil (‰)	19,7	18,3	16,5
Taxa bruta de natalidade (‰)	17,8	17,7	16,7
Índice de envelhecimento	26,6	31,0	47,8
Razão de sexos	92,1	90,8	88,4
Razão de dependência	48,3	47,8	46,4

Fontes: Anuário estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2003. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 19, 2003; IPEA. IPEADATA. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: set. 2005.

No tópico seguinte apresentaremos uma análise qualitativa de alguns indicadores socioeconômicos selecionados, numa perspectiva descritiva cujo propósito será o de desvelar as desigualdades socioespaciais existentes nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Os indicadores foram selecionados para análise empírica dos déficits de atendimento e de alcance da população às políticas sociais, serviços e equipamentos públicos básicos e emergenciais, ainda não acessíveis a boa parte da população fluminense⁹.

A conexão entre a administração do estado e os interesses capitalistas da produção e reprodução do capital se constituem em elementos explicativos à análise da organização espacial nas suas múltiplas escalas, cujos arranjos territoriais são passíveis de investigação empírica e científica.

Adotando-se a noção de território, “visto como unidade e diversidade, uma questão central da história humana e de cada país, constituindo pano de fundo das suas diversas etapas e do momento atual” (SANTOS, 2000, p. 20), cabe-nos perguntar sobre qual seria a característica mais proeminente da distribuição geográfica dos serviços e equipamentos urbanos que revestiriam a vida da população com um mínimo de dignidade à sua realização no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro.

Por outro lado, a equação território/sociedade tem sido balizada por um sistema de relações econômica, social e cultural engendradas pelos atores sociais que genericamente são: a) o Estado, b) as empresas (ários) e c) a população em geral, onde, a associação entre o poder público local e o capital tem estabelecido políticas públicas territoriais vinculadas à estratégia mais ampla de inserção da cidade no mercado competitivo globalizado. Com efeito, torna-se evidente que as intervenções do Estado detém “intencionalidades” atreladas aos diferentes interesses vigentes ao longo do processo de constituição/estruturação da cidade. Como um corolário dos impactos que tais intervenções produzem no espaço e na sociedade, desenvolve-se um aparato institucional que se apóia num conjunto de leis, de normas e de regulamenta-

⁹ Foram utilizadas as seguintes fontes de dados e informações: Censo Demográfico 2000 do IBGE; Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro - Fundação CIDE; IPEADATA e Instituto Pereira Passos, referentes ao ano 2000.

ções (DAVIDOVICH, 1997 apud DAVIDOVICH, 2000) reveladoras de um princípio político-econômico ordenador do território destituído da perspectiva eqüitativa na distribuição dos equipamentos urbanos que privilegie a dimensão social, reforçando, assim, as desigualdades socioespaciais do espaço urbano.

Como parte de nossa opção metodológica, utilizaremos o conceito operacional de *Déficit Social*, entendido como a “demanda social não atendida por amplos segmentos populacionais, ou ainda, como a existência de um conjunto de carências básicas para a sobrevivência na sociedade contemporânea, para a análise do conjunto dos municípios fluminenses” (JANNUZZI; MARTIGNONI, 2003, p.1), para ancorar a análise a ser desenvolvida na seção posterior.

É sabido, amplamente, que a escala local, entendida como um espaço de relações cotidianas, vem experimentando uma reafirmação considerável na análise geográfica atual, e é deste renovado impulso metodológico que se procura analisar os contrastes sociais, econômicos e espaciais decorrentes da estruturação/organização territorial do espaço metropolitano fluminense, intensificado na segunda metade do Século XX. Admitindo-se “que é possível compreender o espaço e o tempo socialmente instituídos/incorporados, reconhecemos a necessidade de analisar suas partes ‘esquadrinhando’ de certa forma, suas múltiplas escalas” (HAESBAERT, 1997, p. 31). Em outras palavras, podemos admitir que a escolha de uma dada escala de observação dos fenômenos é uma questão metodológica que implica na compreensão do sentido e no nível de detalhamento e/ou visibilidade que se deseja obter do fenômeno investigado. Entretanto, enfatizamos que o conhecimento de um fenômeno só pode se dar mediante a consideração da interação do mesmo com outros níveis de escala.

Análise comparativa dos indicadores selecionados para o conjunto dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Como mencionou-se anteriormente, os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro significam contextos com consideráveis disparidades. A análise elaborada para cada um destes municípios isoladamente requer uma comparação entre os mesmos, base da tipologia desenvolvida.

Para tanto, elaborou-se a Tabela 4, a seguir, onde os indicadores utilizados estão dispostos de maneira a se verificar as confluências e disparidades observadas entre os municípios.

**Tabela 4 - Indicadores selecionados
Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2000**

(continua)

Municípios	Anos médios de estudo	PIB <i>per capita</i> (R\$)	Renda <i>per capita</i> (R\$)	Mulheres chefes de família sem cônjuge	Densidade demográfica (hab./km ²)	Taxa geométrica de crescimento anual 1991/2000 (%)
Rio de Janeiro	8,10	10 326	596,65	5,14	48 580,10	0,74
Belford Roxo	5,70	3 407	182,33	5,89	5 499,70	2,09
Duque de Caxias	6,10	7 996	226,14	6,13	1 655,90	1,67
Guapimirim	5,40	3 938	234,77	6,13	104,90	3,44
Itaboraí	5,30	4 180	202,29	5,03	436,80	3,34
Itaguaí	5,90	6 405	246,45	5,14	291,50	3,40
Japerí	5,10	1 951	156,45	7,39	1 023,10	2,67
Magé	5,70	3 062	209,61	6,29	532,10	2,57
Mangaratiba	6,30	8 605	330,35	5,40	68,80	3,72
Maricá	6,50	3 982	321,41	4,74	210,90	5,71
Nilópolis	7,30	3 959	298,30	6,11	7 923,30	(-) 0,31
Niterói	9,10	8 984	809,18	4,29	3 416,00	0,58
Nova Iguaçu	6,30	3 804	237,50	5,85	3 408,70	1,97
Paracambi	5,80	4 189	269,85	5,45	216,70	1,18
Queimados	5,70	3 771	183,00	8,03	1 590,50	2,37
São Gonçalo	6,70	4 116	268,79	4,90	3 583,10	1,49
São João de Meriti	6,40	3 614	233,12	6,09	12 953,20	0,60
Seropédica	5,90	3 746	234,75	5,55	243,30	2,48
Tanguá	4,70	5 132	180,78	3,73	182,50	1,27

**Tabela 4 - Indicadores selecionados
Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2000**

(continuação)

Municípios	Taxa líquida de migração (%)	Taxa de urbanização (%)	Taxa bruta de mortalidade (1 000 hab.)	Taxa bruta de mortalidade infantil (1 000 hab.)	Taxa bruta de natalidade (1 000 hab.)	Esperança de vida ao nascer
Rio de Janeiro	(-) 0,13	100,00	8,40	16,50	16,70	70,26
Belford Roxo	0,65	100,00	7,00	25,60	21,30	67,64
Duque de Caxias	0,12	99,60	6,80	19,10	20,90	67,49
Guapimirim	1,80	67,40	6,40	18,30	17,60	66,41
Itaboraí	1,74	94,50	7,20	15,20	21,50	67,50
Itaguaí	0,99	95,40	7,60	23,10	21,80	68,43
Japerí	0,77	100,00	6,80	22,50	21,90	66,66
Magé	1,01	94,20	7,00	19,60	19,70	67,68
Mangaratiba	2,35	79,80	8,00	17,80	22,70	69,40
Maricá	4,49	82,80	7,20	18,50	16,40	69,51
Nilópolis	(-) 1,41	100,00	8,80	20,20	17,80	67,49
Niterói	(-) 0,27	100,00	8,50	16,50	15,60	73,49
Nova Iguaçu	0,57	100,00	6,90	24,10	18,60	67,99
Paracambi	0,13	91,10	7,90	21,90	15,50	67,46
Queimados	0,85	100,00	7,60	31,10	19,00	66,41
São Gonçalo	0,28	100,00	6,90	15,90	16,90	69,51
São João de Meriti	(-) 0,85	100,00	7,40	19,00	19,10	69,65
Seropédica	1,74	79,50	5,60	23,00	15,80	67,74
Tanguá	0,13	86,10	5,80	11,60	16,60	66,41

**Tabela 4 - Indicadores selecionados
Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2000**

(continuação)

Municípios	Razão de sexos	Razão de dependência	Índice de longevidade	Proporção de população residente em favelas	Déficit social
Rio de Janeiro	88,40	46,40	40,40	18,78	1,37
Belford Roxo	94,70	52,80	15,80	0,41	7,71
Duque de Caxias	94,00	51,60	17,90	7,30	8,09
Guapimirim	99,70	55,40	18,70	0,00	19,28
Itaboraí	97,80	50,10	17,20	0,00	19,31
Itaguaí	98,10	51,70	16,90	3,63	10,52
Japerí	98,40	58,60	15,50	0,02	16,30
Magé	96,90	55,10	19,50	7,94	14,25
Mangaratiba	102,80	51,80	24,90	5,44	11,30
Maricá	99,60	48,20	27,10	0,00	45,16
Nilópolis	89,40	46,20	30,00	1,05	0,84
Niterói	87,20	43,70	47,80	10,84	3,70
Nova Iguaçu	94,20	51,50	18,50	0,62	7,51
Paracambi	96,90	46,00	25,90	1,19	10,36
Queimados	95,20	54,90	16,10	1,06	9,52
São Gonçalo	93,00	44,50	24,50	0,03	6,25
São João de Meriti	92,50	48,80	21,20	2,65	2,17
Seropédica	97,70	54,10	18,70	2,65	11,71
Tanguá	100,60	51,80	19,80	0,00	24,70

**Tabela 4 - Indicadores selecionados
Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2000**

(conclusão)

Municípios	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada (%)	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada (%)	Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo (%)	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica (%)	Percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais (%)
Rio de Janeiro	97,80	96,42	98,74	99,96	18,78
Belford Roxo	85,29	83,26	87,74	99,85	0,41
Duque de Caxias	87,27	85,88	88,53	99,86	7,30
Guapimirim	90,67	89,69	92,55	99,83	0,00
Itaboraí	81,54	79,82	62,41	99,33	0,00
Itaguaí	92,31	91,45	91,56	99,65	3,63
Japerí	80,08	77,11	57,01	99,50	0,02
Magé	86,79	85,04	86,37	99,79	7,94
Mangaratiba	94,45	93,54	95,22	93,60	5,44
Maricá	88,87	88,17	72,67	99,44	0,00
Nilópolis	96,27	95,25	98,72	99,96	1,05
Niterói	91,56	89,88	96,92	99,96	10,84
Nova Iguaçu	91,35	89,89	87,86	99,83	0,62
Paracambi	96,68	95,57	93,72	99,84	1,19
Queimados	80,41	79,43	86,16	99,78	1,06
São Gonçalo	88,68	87,56	90,71	99,87	0,03
São João de Meriti	94,41	93,22	97,36	99,91	2,65
Seropédica	94,41	92,36	81,38	99,94	0,00
Tanguá	73,42	71,87	82,38	98,22	0,00

Fontes: Anuário estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2003. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 19, 2003; Atlas do desenvolvimento humano. [Brasília]: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD Brasil, 2004. Desenvolvido em parceria com o IPEA e a Fundação João Pinheiro. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em: set. 2005; Indicadores sociais municipais: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 162 p. Acompanha 1 CD-ROM; IBGE, Censo Demográfico 2000.

Embora a Região Metropolitana do Rio de Janeiro possua a maior taxa de urbanização do País, observamos que este fenômeno não abrange, com a mesma intensidade, a totalidade dos municípios que a integram. Deste modo, no ano 2000, os Municípios como Rio de Janeiro, Belford Roxo, Japeri, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti e Duque de Caxias, possuíam uma área territorial 100% urbanizada. Já os Municípios de Itaguaí, Itaboraí, Magé e Paracambi, apresentavam uma urbanização entre 91% e 96%. Por outro lado, Municípios como Tanguá, Maricá, Mangaratiba, Seropédica e Guapimirim apresentavam uma taxa de urbanização que não alcançava mais do que 86% das suas áreas territoriais. Destes, destacamos o Município de Guapimirim, situado nos limites da Região Serrana do estado, que apresentava apenas 67,4% de sua área territorial urbanizada. Em outras palavras, podemos dizer que este município apresenta uma área territorial rural bastante expressiva no contexto metropolitano fluminense, não sendo tributário de uma das características mais singulares desta metrópole.

Quanto ao correspondente às densidades demográficas, observa-se que os maiores adensamentos populacionais, como seria de se esperar, concentravam-se nos municípios cujas taxas de urbanização são próximas ou igual a 100%, sendo que destes o Município de São João de Meriti, localizado na Baixada Fluminense, se destaca por apresentar uma densidade demográfica em torno de 12 953,20 hab./km² - a mais alta do Brasil. Cabe destacar que os Municípios de Nilópolis e Belford Roxo, também situados na Baixada Fluminense, apresentam densidades demográficas superiores a 5 000 hab./km². O adensamento populacional verificado nestes três municípios é maior do que o verificado no conjunto dos demais da metrópole fluminense. Dentre os municípios cuja densidade demográfica situa-se acima da taxa verificada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ainda podemos citar os Municípios do Rio de Janeiro, São Gonçalo, Niterói e Nova Iguaçu, respectivamente. Os demais apresentam densidades demográficas situadas abaixo da taxa verificada para a metrópole fluminense. Entretanto, estas taxas apresentam uma variação bastante significativa pois alguns municípios sequer atingem um adensamento populacional aproximado dos 500 hab./km². Destacamos, ainda, que os municípios que apresentavam as menores taxas de urbanização eram os mesmos que apresentavam as menores densidades demográficas. Convém destacar que o Município de Mangaratiba, embora não seja o menos urbanizado, apresenta a menor densidade demográfica desta região, cuja taxa é inferior a 70 hab./km².

Observando-se a taxa geométrica de crescimento anual, no período 1991/2000, nota-se que esta ficou situada em 1,17% para toda a RMRJ. Contudo, Maricá, Mangaratiba e Guapimirim, conforme observado acima, municípios com as menores taxas de urbanização e densidade demográfica, apresentaram neste mesmo período as mais elevadas taxas de crescimento populacional, seguidos dos Municípios de Itaguaí e Itaboraí, cujas taxas foram superiores a três pontos percentuais. De modo geral, os demais municípios apresentaram crescimento anual entre 1,0% e 2,7%. Já os Municípios do Rio de Janeiro, São João de Meriti e Niterói, conheceram um crescimento populacional inferior a 1,0%. O Município de Nilópolis foi o único a apresentar perda populacional, expressa na sua taxa de -0,31%.

A taxa líquida de migração da metrópole fluminense foi de 0,09%; no entanto, ao observar as taxas desagregadas por municípios, constata-se uma considerável variação: os Municípios de Maricá e Mangaratiba experimentaram uma atração populacional bastante acentuada no referido período, apresentando taxas de 4,49% e 2,35%, respectivamente. Os Municípios de Guapimirim, Itaboraí e Seropédica também seguiram esta tendência, porém, suas taxas migratórias de 1,7% e 1,8% foram bastante inferiores. Já os demais municípios apresentaram taxas situadas entre 0% e 1%, exclusive Rio de Janeiro, Niterói, São João de Meriti e Nilópolis que apresentaram taxas negativas. Dentre estes, São João de Meriti e Nilópolis, foram os municípios que apresentaram as taxas negativas mais significativas. Como podemos notar, o crescimento populacional dos Municípios de Maricá e Mangaratiba correlaciona-se não apenas às suas taxas relativamente baixas de crescimento vegetativo, mas, principalmente, a sua imigração. Por outro lado, os municípios que apresentaram maior densidade demográfica se caracterizaram por serem os principais expulsos de população.

A respeito do crescimento vegetativo observa-se que nos Municípios de Seropédica, Niterói e Rio de Janeiro essa taxa não chegou a 1,0%, de modo que os demais municípios apresentaram crescimento acima desse percentual. O destaque foi o Município de Itaguaí, cuja taxa foi de 2,41%, sugerindo que o crescimento populacional verificado neste município pode estar relacionado diretamente ao seu crescimento vegetativo.

Em relação às taxas brutas de natalidade, pode-se dizer que estas apresentavam uma variação significativa entre os municípios; do total dos 19 municípios desta região, a maioria apresentava taxas acima da média verificada no conjunto.

Os demais municípios apresentavam taxas inferiores ou em torno da média da região, que era de 17,7‰.

A taxa bruta de mortalidade infantil na média da metrópole fluminense apresentou um declínio ao longo dos anos 1990, chegando em 2000 ao valor de 18,3‰; no entanto, no conjunto de seus municípios, as taxas apresentaram uma variação que vai da mais alta, 31,1‰, até a mais reduzida, no valor de 11,6‰.

A taxa bruta de mortalidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro era de 7,8‰. excetuando os Municípios de Mangaratiba, Nilópolis, Paracambi e Rio de Janeiro, todos os demais apresentavam taxas abaixo da média da região.

Ao analisarmos a esperança de vida ao nascer, constatamos que no grupo de municípios estas variavam entre 66 e 69 anos; por sua vez, as melhores esperanças de vida se encontravam nos Municípios de Niterói e Rio de Janeiro, superando a expectativa de 70 anos. De modo geral, todos os municípios melhoraram os seus índices no período 1991/2000.

O índice de longevidade do Rio de Janeiro e Niterói, também apresentava as maiores proporções dentre os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. De toda forma, a proporção da população idosa em relação à população jovem nos demais municípios variava de 15% a 30%, sendo os Municípios de Belford Roxo, Queimados e Japeri os que apresentavam os menores percentuais.

Observando a razão de sexos, nota-se que na maioria destes municípios a população feminina é majoritária, sendo que Niterói, Rio de Janeiro e Nilópolis foram os que apresentaram os maiores diferenciais. Somente Tanguá e Mangaratiba apresentaram um contingente populacional masculino superior ao feminino.

Os valores referentes à razão de dependência também eram bastante variados. No que se refere a indicadores de desenvolvimento econômico, os municípios também apresentavam disparidades significativas. Os valores assumidos pelo Produto Interno Bruto - PIB *per capita* indicam que o Município do Rio de Janeiro destacava-se com o valor mais elevado R\$ 10 326,00, seguido de Niterói e Mangaratiba, cujos valores situavam-se acima dos R\$ 8 000,00, ou seja, acima da média nacional. Duque de Caxias, Itaguaí e Tanguá, apresentavam PIB *per capita* entre R\$ 5 000,00 e R\$ 8 000,00; os demais apresentavam valor mais baixo, exclusive o Município de Japeri, que apresentou o menor grau de desenvolvimento econômico, com um PIB *per capita* inferior a R\$ 2 000,00.

Mesmo tendo a renda per capita de todos os municípios se elevado na década de 1990, nota-se que esse crescimento não foi acompanhado de uma melhor distribuição dos recursos econômicos intermunicipais. É possível observar grandes disparidades entre os municípios quanto à distribuição deste indicador; enquanto Niterói e Rio de Janeiro apresentavam renda per capita superior a R\$ 550,00, com destaque para Niterói, a maioria dos municípios apresentaram renda per capita com variação entre R\$ 202,29 e R\$ 330,35. Os Municípios de Queimados, Belford Roxo, Tanguá e Japeri apresentaram valores inferiores a esse limite; no caso de Japeri, a renda per capita situava-se no valor de R\$ 156,45.

No que se refere aos diferenciais de escolarização, observa-se que os níveis mais elevados correspondem aos municípios com também altos valores do PIB e renda per capita. Cabe também ressaltar que Nilópolis apresentava um comportamento diferenciado dos demais municípios da Baixada Fluminense, cuja média de anos de estudo situava-se entre 5,1 e 6,3; Tanguá era o que apresentava a pior taxa de anos de estudo, abaixo de 5 anos.

Em relação ao déficit social, também pode-se observar situações díspares; com déficits inferiores a 5% em contraposição a municípios que apresentavam déficits superiores a 15%. Os melhores resultados eram de Nilópolis, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Niterói, respectivamente; Tanguá destacava-se por apresentar o pior déficit social da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cuja taxa ultrapassou os 20%.

Quando passamos à análise dos indicadores de infra-estrutura urbana, observa-se que, destes, o serviço que apresentou maior universalização foi a taxa de cobertura de energia elétrica; com exceção do Município de Mangaratiba, cuja taxa era de 93,6%, todos os demais apresentaram uma cobertura acima de 98%.

Quanto aos serviços de distribuição de água encanada, domicílios com água encanada e banheiro e coleta de lixo as diferenças foram significativas. A relação entre a proporção de pessoas que vivem em municípios com água encanada e a proporção de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada é praticamente idêntica. Foram verificadas alternâncias entre os Municípios de Niterói e Nova Iguaçu. As melhores coberturas foram verificadas nos Municípios do Rio de Janeiro, Paracambi e Nilópolis; as piores, nos Municípios de Queimados, Japeri e Tanguá.

No que tange ao percentual de pessoas que viviam em domicílios urbanos com serviços de coleta de lixo, Rio de Janeiro, Nilópolis e São João de Meriti foram os que apresentaram as melhores taxas de cobertura; nas piores posições, Maricá, Itaboraí e Japeri, apresentando, este último, uma taxa de cobertura inferior a 60%.

Quanto à existência de cinemas, teatros, museus e bibliotecas, os dados apresentados no *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2003*, da Fundação CIDE, referentes ao ano 2000, revelam uma profunda desigualdade na distribuição do acesso à cultura na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, conforme se pode constatar na Tabela 5, a seguir.

**Tabela 5 - Cinemas, teatros, museus e bibliotecas existentes
Estado do Rio de Janeiro e Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2000**

Municípios	Cinemas		Teatros		Museus	Bibliotecas
	Convencional	Alternativo	Convencional	Alternativo		
Estado do Rio de Janeiro	178	6	124	225	124	225
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	154	2	85	96	85	96
Rio de Janeiro	125	-	-	-	77	77
Belford Roxo	-	-	-	-	-	-
Duque de Caxias	5	-	3	-	1	2
Guapimirim	-	-	-	-	1	-
Itaboraí	-	-	1	-	-	1
Itaguaí	-	-	-	-	-	-
Japeri	-	-	-	-	-	-
Magé	-	-	-	2	-	2
Mangaratiba	-	-	-	1	-	1
Maricá	-	-	-	-	-	1
Nilópolis	-	-	1	-	1	1
Niterói	10	1	4	-	5	3
Nova Iguaçu	4	-	1	2	-	1
Paracambi	1	-	-	-	-	1
Queimados	-	-	-	-	-	1
São Gonçalo	3	-	4	-	-	3
São João de Meriti	6	-	1	1	-	1
Seropédica	-	1	1	-	-	1
Tanguá	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2003. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 19, 2003.

Com o objetivo de explorar a maior gama possível de estatísticas oficiais para apreender as disparidades e confluências encontradas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, lançou-se mão de outra pesquisa do IBGE - Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic¹⁰. Para os objetivos deste trabalho foram utilizados os seguintes indicadores: descentralização e desconcentração administrativa, levantamento de carências habitacionais, acesso a justiça e segurança pública (Quadros 1, 2, 3 e 4).

Como pode-se observar nos referidos quadros, alguns municípios possuem um conjunto de órgãos e instituições vinculadas, ou não, ao poder público local específicos ao atendimento das demandas e reivindicações das populações. Consideramos que a existência destas instituições representam um avanço nas conquistas e reclamos no âmbito da sociedade civil, uma vez que estas se constituem em espaços de representação social, na medida em que se confere visibilidade e reconhecimento às diversas problemáticas que afligem os indivíduos; problemáticas correspondentes, em geral, à violação de um amplo conjunto de direitos que, conjugados às mudanças operadas nos quadros socioeconômicos contemporâneos, contribuem para a deterioração das condições de vida da população. No entanto, sabe-se que a simples existência desses órgãos não corresponde de imediato à melhoria nas condições gerais de vida da população.

¹⁰ Trata-se de pesquisa, iniciada em 1998, que levanta informações sobre a oferta dos serviços municipais, finanças públicas, aplicação dos recursos, programas sociais, infra-estrutura urbana, estrutura administrativa, instrumentos de planejamento adotados, tendo como unidade de coleta as prefeituras de todos os municípios brasileiros.

**Quadro 1 - Descentralização e desconcentração administrativa
Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2001**

(continua)

Existência	Rio de Janeiro	Belford Roxo	Duque de Caxias	Guapimirim	Itaguaí	Itaboraí	Japeri	Magé	Mangaratiba	Maricá	Mesquita	Nilópolis	Niterói	Nova Iguaçu	Paracambi	Queimados	São Gonçalo	São João do Meriti	Seropédica	Tanguá
Conselho na área de educação	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fundo municipal na área de educação		X	X		X			X			X							X		
Conselho na área de saúde	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fundo municipal na área de saúde	X	X	X	X	X	X	X		X		X	X	X	X			X	X		
Conselho de assistência social	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fundo municipal na área de assistência social	X		X	X	X	X	X	X					X	X	X	X	X	X	X	X
Conselho na área de direito das crianças/adolescentes	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X		X	X	X	X	X
Fundo municipal na área de direito das crianças/adolescentes	X		X	X	X	X			X				X			X	X	X		

**Quadro 1 - Descentralização e desconcentração administrativa
Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2001**

(continuação)

Existência	Rio de Janeiro	Belford Roxo	Duque de Caxias	Guapimirim	Itaguaí	Itaboraí	Japeri	Magé	Mangaratiba	Maricá	Mesquita	Nilópolis	Niterói	Nova Iguaçu	Paracambi	Queimados	São Gonçalo	São João do Meriti	Seropédica	Tanguá
Conselho na área de emprego/trabalho		X										X	X	X		X	X	X		
Fundo municipal na área de emprego/trabalho																		X		
Conselho na área de cultura					X	X	X						X							
Conselho paritário na área de cultura						X	X						X							
Fundo municipal na área de cultura						X														
Conselho na área de habitação							X										X			
Fundo municipal na área de habitação																				
Conselho na área de política urbana ou desenvolvimento urbano	X																X			
Fundo municipal na área de política urbana ou desenvolvimento urbano	X																			

**Quadro 1 - Descentralização e desconcentração administrativa
Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2001**

(conclusão)

Existência	Rio de Janeiro	Belford Roxo	Duque de Caxias	Guapimirim	Itaguaí	Itaboraí	Japeri	Magé	Mangaratiba	Maricá	Mesquita	Nilópolis	Niterói	Nova Iguaçu	Paracambi	Queimados	São Gonçalo	São João do Meriti	Seropédica	Tanguá
Conselho na área de promoção do desenvolvimento econômico	X					X		X							X					
Fundo municipal na área de promoção do desenvolvimento econômico																				
Conselho de orçamento															X				X	X
Outros conselhos de políticas setoriais			X						X				X	X		X				
Administração distrital ou região administrativa	X		X		X			X	X	X			X	X	X				X	
Subprefeituras	X	X	X							X			X	X					X	

Fonte: Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 245 p. Acompanha 2 CD-ROMs.

**Tabela 2 - Levantamento de carências habitacionais
Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2001**

Existência	Rio de Janeiro	Belford Roxo	Duque de Caxias	Guapimirim	Itaguaí	Itaboraí	Japeri	Magé	Mangaratiba	Maricá	Mesquita	Nilópolis	Niterói	Nova Iguaçu	Paracambi	Queimados	São Gonçalo	São João do Meriti	Seropédica	Tanguá
Favelas ou assemelhados	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X
Cadastro de favelas ou assemelhados	X		X			X			X			X	X	X	X	X	X	X		
Cortiços	X			X	X			X			X	X	X	X	X	X	X			
Cadastro de cortiços													X			X	X			
Loteamentos clandestinos	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X		
Cadastro de loteamentos clandestinos	X		X											X						
Loteamentos irregulares	X	X	X	X	X	X	X		X		X	X	X	X	X	X	X	X		
Cadastro de loteamentos irregulares	X		X			X			X					X				X		

Fonte: Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 245 p. Acompanha 2 CD-ROMs.

**Quadro 3 - Políticas e programas habitacionais
Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2001**

Existência	Rio de Janeiro	Belford Roxo	Duque de Caxias	Guapimirim	Itaguaí	Itaboraí	Japeri	Magé	Mangaratiba	Maricá	Mesquita	Nilópolis	Niterói	Nova Iguaçu	Paracambi	Queimados	São Gonçalo	São João do Meriti	Seropédica	Tanguá
Órgão específico para implementação de política habitacional	X	X	X	X		X		X		X		X	X	X	X	X		X		
Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais	X	X	X	X	X	X		X		X			X	X	X	X		X		
Ações ou programas na área de habitação	X	X	X	X	X	X		X	X	X			X		X			X		
Programa de construção de unidades	X	X	X	X	X	X		X		X			X		X			X		
Programa de oferta de lotes	X	X	X	X	X	X		X					X		X					
Programa de urbanização e assentamentos	X	X	X	X	X	X		X	X				X		X					
Programa de regularização fundiária	X	X	X	X	X	X		X	X				X		X			X		
Programa de oferta de material de construção	X	X	X	X	X	X		X		X			X							
Programa de melhoria de cortiços	X			X	X	X		X					X							
Outros programas e ações				X	X	X		X					X							

Fonte: Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 245 p. Acompanha 2 CD-ROMs.

**Quadro 4 - Acesso à justiça e à segurança pública
Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2001**

Existência	Rio de Janeiro	Belford Roxo	Duque de Caxias	Guapimirim	Itaguaí	Itaboraí	Japeri	Magé	Mangaratiba	Maricá	Mesquita	Nilópolis	Niterói	Nova Iguaçu	Paracambi	Queimados	São Gonçalo	São João do Meriti	Seropédica	Tanguá
Defesa Civil	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	
Núcleo e Delegacia de Mulheres	X	X	X						X	X	X	X	X	X			X		X	
Guarda Municipal	X	X	X			X				X	X		X		X		X	X		
Conselho Tutelar	X	X	X		X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Tribunal ou Juizado de Pequenas Causas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X		
Comissão de Defesa do Consumidor	X	X	X			X		X		X		X	X	X			X	X		

Fonte: Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 245 p. Acompanha 2 CD-ROMs.

Proposta de estruturação tipológica dos indicadores

Nesta parte do trabalho procedeu-se à utilização de um outro recurso metodológico, qual seja, o da construção de uma tipologia dos municípios de acordo com seus níveis de déficits sociais e econômicos.

Esse recurso metodológico pode favorecer dois objetivos do estudo em pauta:

- 1) permitir uma síntese das relações entre as diversas dimensões sociais contempladas nos indicadores isolados; e

- 2) permitir a percepção de dimensões favoráveis ou obstaculizantes das condições de vida e do déficit social prevalentes no conjunto dos municípios da metrópole fluminense.

Para a construção da tipologia indicada procedeu-se, primeiramente ao agrupamento dos indicadores segundo as suas especificidades (econômicas, sociais, demográficas e de infra-estrutura). Em seguida, atribuiu-se pesos para o conjunto dos indicadores selecionados, a saber:

- a. PIB *per capita*, renda *per capita*, anos de estudo e déficit social = peso 4;
- b. taxa bruta de mortalidade infantil, esperança de vida ao nascer, índice de longevidade e crescimento vegetativo = peso 3;
- c. percentagem de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada e percentagem de pessoas que vivem em domicílios com coleta de serviço de lixo = peso 2; e
- d. taxa de urbanização = peso 1.

No terceiro passo, procedeu-se a uma classificação segundo o nível de cobertura de cada indicador e cinco classes: a) alto = A=5, b) muito alto = MA=4, c) médio = M=3, d) baixo médio = BM=2, e) baixo = B=1. Com essa classificação, foi possível elaborar o cálculo dessas notas¹¹.

Assim, os municípios foram agrupados em cinco, tipos de acordo com seus respectivos resultados, estratificados segundo os tipos descritos acima, a saber:

Tipo 1: municípios com cenário socioeconômico pouco contrastante do tipo alto (elevado desenvolvimento econômico acompanhado de um médio alto desenvolvimento social) - Rio de Janeiro e Niterói;

Tipo 2: municípios com cenário socioeconômico caracterizado por um médio desenvolvimento econômico acompanhado de um médio alto desenvolvimento social - Mangaratiba, São Gonçalo e São João de Meriti;

Tipo 3: municípios com cenário socioeconômico caracterizado por um baixo médio desenvolvimento econômico acompanhado de um médio desenvolvimento social - Duque de Caxias, Maricá, Nilópolis, Nova Iguaçu e Queimados;

¹¹ A atribuição dos pesos foi arbitrária.

Tipo 4: municípios com cenário socioeconômico caracterizado por um baixo médio desenvolvimento econômico acompanhado de um baixo médio desenvolvimento social - Belford Roxo, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Paracambi, Seropédica e Tanguá; e

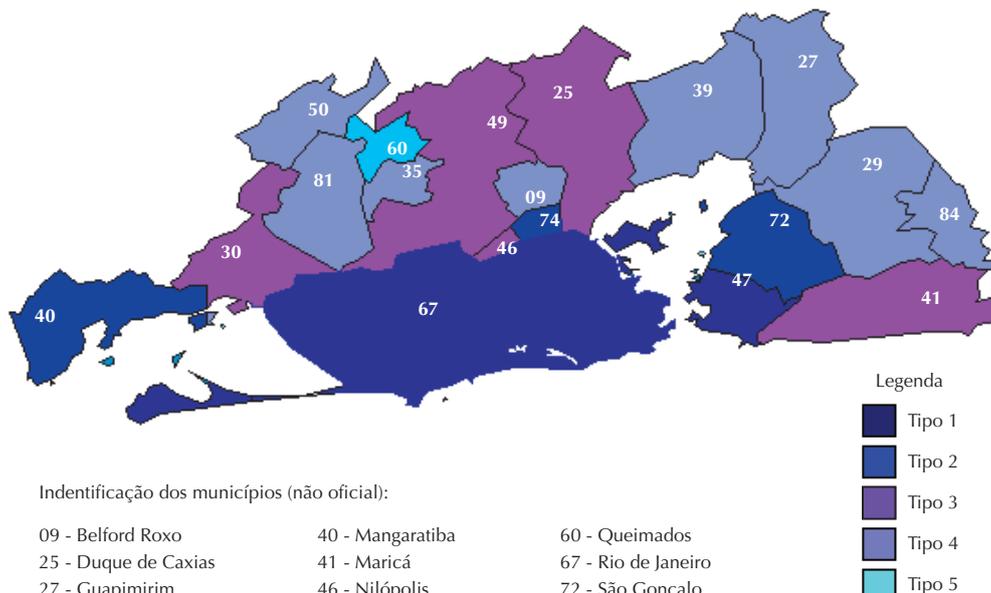
Tipo 5: municípios com cenário socioeconômico caracterizado por um baixo desenvolvimento econômico e baixo desenvolvimento social - Japeri.

Por último, foi gerada uma visualização de conjunto a respeito da tipologia construída no Mapa 2.

Pela tipologia obtida, verificamos que um maior número de municípios estão concentrados nos tipos 3, 4 e 5 descritos acima. Os tipos obtidos, segundo os critérios estabelecidos e já expostos ao longo do texto, ratifica o quadro desigual inerente àqueles municípios que compunham a Região Metropolitana do Rio de Janeiro no ano 2000. Em linhas gerais, podemos dizer que a maioria da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresentava condições de vida precárias. Vê-se que no conjunto dos 19 municípios, apenas Niterói e Rio de Janeiro apresentam níveis mais elevados em praticamente todas as dimensões contempladas, confirmando a tendência de maior concentração e alocação dos recursos sociais, econômicos, culturais e dos bens e equipamentos urbanos nas áreas mais valorizadas do espaço urbano. À exceção de Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Duque de Caxias, a maioria dos municípios que compõem a Baixada Fluminense se encontra nos piores tipos (4 e 5) denotando as precárias condições de vida das populações residentes neste espaço que, mesmo tendo sido alcançado pelo processo seletivo de áreas imputados pela dinâmica do capital imobiliário, continua sendo fortemente marcado como local de abrigo da pobreza. Também pode-se depreender que, excluindo Queimados, todos os municípios recém emancipados se encontram nos tipos 4 e 5, como é o caso de Japeri, cujos indicadores expressam o amplo quadro de déficits sociais, econômicos e culturais presentes neste município. Convém ressaltar que os fatores condicionantes dessas situações demandam o aprofundamento de estudos sobre as condições de vida em cada um desses municípios.

A distribuição dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro de acordo com a tipologia elaborada é apresentada no Mapa 2 a seguir.

Mapa 2 - Tipologia de municípios de acordo com os indicadores selecionados



Identificação dos municípios (não oficial):

09 - Belford Roxo	40 - Mangaratiba	60 - Queimados
25 - Duque de Caxias	41 - Maricá	67 - Rio de Janeiro
27 - Guapimirim	46 - Nilópolis	72 - São Gonçalo
29 - Itaboraí	47 - Niterói	74 - São João de Meriti
30 - Itaguaí	49 - Nova Iguaçu	81 - Seropédica
50 - Japeri	35 - Paracambi	84 - Tanguá
39 - Magé		

Fonte: Anuário estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2003. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 19, 2003.

Considerações finais

Os diferentes arranjos territoriais verificados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ao longo do processo de sua conformação e na atualidade, expressam a forma desigual e contraditória inerente à lógica da reprodução capitalista no espaço e no tempo.

A estrutura social e econômica expressa pela desigualdade no amplo acesso aos bens econômicos e sociais encontram uma forte correspondência espacial que expressa a acentuada disparidade entre os segmentos populacionais. Esta correspondência pode ser verificada a partir da análise de um conjunto de indicadores sociais e econômicos e pelos déficits sociais materializados espacialmente.

O exposto acima demonstra que o território, atualmente inserido na lógica da dinâmica do capital globalizado, tornou-se um instrumento político que pode contribuir para aprofundar ou minimizar o acirramento das desigualdades preexistentes.

A evolução territorial da metrópole fluminense pode ser vista como o produto de ações humanas realizadas em tempos pretérito e presente. Acreditamos que políticas públicas voltadas à promoção da melhoria das condições de vida dos diversos segmentos populacionais devem estar na pauta de todos os níveis e esferas governamentais para que assim se possa romper a tendência de crescente desigualdade socioespacial.

Os indicadores e variáveis selecionados, mesmo com algumas limitações, permitiu-nos uma aproximação da situação concreta das condições de vida da população no espaço metropolitano fluminense, na medida em que apontou-nos alguns déficits sociais aos quais uma parcela significativa dessa população se encontra submetida. A tipologia composta, segundo o acesso da população dos municípios fluminenses aos bens econômicos e sociais, em boa medida, conseguiu demonstrar a desigualdade na distribuição e alcance dos mesmos.

Referências

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 16, p. 143-176, 1996.
- ABREU, M. de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO: J. Zahar, 1987. 147 p.
- ADORNO, S. A criminalidade violenta urbana no Brasil: um recorte temático. Bib: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, n. 32, p. 3-24, 1. sem. 1991.
- ADORNO, S.; CARDIA, N.; POLETO, F. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. *Estudos Avançados*, São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados, v. 17, n. 47, p. 43-73, set. 2003.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2003. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 19, 2003.
- ATLAS do desenvolvimento humano. [Brasília]: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD Brasil, 2004. Desenvolvido em parceria com o IPEA e a Fundação João Pinheiro. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em: set. 2005.
- BEATO FILHO, C. C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, v. 13, n. 37, jun. 1998.
- BESSERMAN, S.; CAVALIERI, F. *Nota técnica sobre o crescimento da população favelada entre 1991 e 2000 na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2004. Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: set. 2005.
- BRETAS, M. L. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. Bib: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, n. 32, p. 49-61, 2. sem. 1991.
- BRITTO et al. *Criminalidade e desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro: uma análise da distribuição espacial da mortalidade por homicídios na população masculina jovem segundo as características sociais e economias municipais*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos da População, Caxambu, 2004.
- CAMARANO, A. A. et al. *Apostila de introdução à Demografia*. Rio de Janeiro: IBGE, ENCE, 2002.

CAMARANO, A. A. et al. *Tendências demográficas do município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2004. Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: set. 2005.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003. 98 p. (Coleção repensando a Geografia).

CARNEIRO, A. J. de C. *O Rio e sua região metropolitana: um resgate de 60 anos de informações demográficas*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2001. Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: set. 2005.

_____. *Rio absorve 40% da migração da região metropolitana*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2001. Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: set. 2005.

CARVALHO, J. A. M. de; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. do N. *Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em Demografia*. 2. ed. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1994. 63 p. (Textos didáticos, 1).

CASTRO, I. E. de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORREA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353 p.

DAVIDOVICH, F. Estado do Rio de Janeiro: singularidade no contexto territorial. *Território*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 9-24, jul./dez. 2000.

DESENVOLVIMENTO humano e condições de vida na cidade do Rio de Janeiro e seus bairros. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2001. Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: set. 2005.

A DISTRIBUIÇÃO de renda na cidade do Rio de Janeiro e seus bairros. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2001. Estudo do PNUD Brasil, desenvolvido em parceria com técnicos do IPEA e da Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: set. 2005.

GEIGER, P. P. A cidade do Rio de Janeiro e as reestruturações geográficas do seu Estado. *Rio Urbano: revista da região metropolitana do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Fundação CIDE, v. 2, p. 22-27, nov. 2003.

GONÇALVES, M. F. *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. 358 p. (Novas perspectivas, 40).

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Prefácio de Milton Santos. Niterói: EDUFF, 1997. 293 p.

INDICADORES sociais municipais: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 162 p. Acompanha 1 CD-ROM.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Armazém de dados: portal da Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: set. 2005.

JANNUZZI, P. de M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos*. Campinas: Alínea, 2003. 141 p.

JANNUZZI, P. de M.; MARTIGNONI, E. M.. *Déficit social nos municípios brasileiros: uma proposta de indicadores para diagnósticos e implementação de programas sociais emergenciais*. Rio de Janeiro, 2003. Resumo de trabalho apresentado no III Seminário Fluminense de Indicadores, organizado pela Fundação CIDE, Rio de Janeiro, 2003.

JOVENS acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998. v. 2.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003. 299 p.

LAGO, L. C. do. *A avaliação crítica dos trabalhos sobre segregação residencial urbana: São Paulo e Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, [2003]. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/lago_segregacao.pdf>. Acesso em: set. 2005.

_____. *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Fase: Revan, 2000. 238 p.

LIMA, R. K. de; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. M. de. *Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. Bib: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* [continuação de *Bib: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*], Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, n. 50, p. 41-123, 2. sem. 2000.

MESQUITA NETO, P. de. *Crime, violência e incerteza política no Brasil. Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, v. 2, n. 1, p. 9-42, 2001.

MORADIA, *segregação, desigualdade e sustentabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2001. Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: set. 2005.

PERFIL dos municípios brasileiros: gestão pública 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 245 p. Acompanha 2 CD-ROMs.

RELATÓRIO de desenvolvimento humano do Rio de Janeiro: violência, criminalidade e segurança. Rio de Janeiro: IPEA: PNUD: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, [2001]. Disponível em: <http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/RDHRio_Cap5.pdf>. Acesso em: set. 2005.

RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000. 630 p.

RIBEIRO, M. A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2003.

- ROSS, J. L. S. (Org). *Geografia do Brasil*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 549 p. (Didática, 3).
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.
- _____. *O espaço do cidadão*. 5. ed. São Paulo: Nobel, 2000. (Coleção Espaços).
- _____. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro. Ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves. São Paulo: Publifolha, 2002. 221 p.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 190 p. (Geografia: teoria e realidade, 25).
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 471 p.
- SOARES, L. E. S. et al. Criminalidade urbana e violência: o Rio de Janeiro no contexto internacional. In: SOARES, L. E. S. (Org.). *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER: Relume-Dumará, 1996.
- SOUZA, L. A. F. *Direitos humanos e violência: a geografia do crime e a insegurança na cidade e na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência, [2003?]. Disponível em: <<http://www.nev.prp.usp.br/downloads/down3.zip>>. Acesso em: set. 2005.
- SOUZA, M. L. de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 366 p.

Equipe técnica



Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Pedro Luis do Nascimento Silva

Planejamento e organização da publicação

Jane Maria Pereira Souto de Oliveira

Cesar Ajara

Neide Lopes Patarra

Pedro Luis do Nascimento Silva

Elaboração dos textos

Antonio Carlos Alkmim

Arnaldo Lyrio Barreto

Carmen Aparecida do Valle Costa Feijó

Cesar Ajara

Débora Santana de Oliveira

Denise Guichard Freire

Jane Maria Pereira Souto de Oliveira

José Eustáquio Diniz Alves

Kaizô Iwakami Beltrão

Lavínia Davis Rangel Pessanha

Luisa Maria La Croix

Maria Salet Ferreira Novellino

Neide Lopes Patarra

Paulo de Martino Jannuzzi

Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho

Rosa Maria Porcaro

Simone da Silva Figueiredo

Suzana Marta Cavenaghi

Revisão gramatical

José Antonio de Almeida Senna

Preparo de originais

Sandra Cavalcanti de Barros

Elaboração de quarta-capa

Kaizô Iwakami Beltrão

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráfico

Beth Fontoura

Carmen Heloisa Pessôa Costa

Júlia Felipe

Katia Vaz Cavalcanti

Diagramação tabular e de gráfico

Fernanda de Souza Lima da Costa e Silva

Sebastião Monsores

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos

Cristina R. C. de Carvalho

Diagramação textual

Sebastião Monsores

Programação visual da capa e publicação

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva

Aparecida Tereza Rodrigues Regueira

Bruno Klein

Diva de Assis Moreira

Elizabete Siqueira Soares

Solange de Oliveira Santos

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

José Augusto dos Santos

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte